SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 08 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVIII | Nº 3894

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO SE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ASSU

CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DO VALE DO ASSU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 010/2026.

ORIGEM: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025 – Ata de Registro de Preços nº 001/2025.

CONTRATANTE: Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu – CIS/VALE DO AÇU, CNPJ nº 59.779.998/0001-17.

CONTRATADA: SERV SAÚDE LTDA., CNPJ nº 33.235.736/0001-06.

OBJETO: Contratação do saldo remanescente do item 08 do lote 01 da Ata de Registro de Preços nº 001/2025, correspondente a 5.929 horas de serviços profissionais de enfermeiro(a), em plantões presenciais, para atendimento das necessidades da Maternidade Parteira Maringá, conforme as condições do edital e seus anexos.

VALOR: R$ 187.949,30 (cento e oitenta e sete mil novecentos e quarenta e nove reais e trinta centavos), ao preço unitário de R$ 31,70 por hora.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura, ficando o início da execução condicionado à eficácia contratual e à emissão da ordem de serviço.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão/Unidade: 03.101; Funcional Programática: 10.122.0001.2001; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Fonte de Recursos: 1.880.0000.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025 e Ata de Registro de Preços nº 001/2025.

DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS: Luís Eduardo Pimentel Soares, Presidente do CIS/VALE DO AÇU,pelo CONTRATANTE; Alexandre Barbosa Alves, pela CONTRATADA.

Assú,23 de setembro de 2026.

LUÍS EDUARDO PIMENTEL SOARES
Presidente do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Vale do Açu

Publicado por:
Luis Eduardo Pimentel Soares
Código Identificador:CB8E798F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: LABORATORIO TERTULIANO SOARES LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0024/2026
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **Renato Bezerra Soares** – Representante da **LABORATORIO TERTULIANO SOARES LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 07 de outubro de 2026

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:8B8CA743

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: PLENNO SERVICOS MEDICOS E DIAGNOSTICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0022/2026
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **Paulo Melo Da Silva** – Representante da **PLENNO SERVICOS MEDICOS E DIAGNOSTICOS LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:0699D46B

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: APOIO COMPLEXO DE DIAGNOSTICOS LABORATORIAIS LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0023/2026
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **Gleide Maria da Silva Medeiros**– Representante da **APOIO COMPLEXO DE DIAGNOSTICOS LABORATORIAIS LTDA**
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:C4563E28

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRA TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 080/2026

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRA TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 080/2026
PARTES: Consórcio Público Intermunicipal do RN – COPIRN e o Município de MONTE ALEGRE/RN
OBJETO: Alteração da Cláusula Quarta – Do Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros.
VALOR: O valor estimado é de R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais)
VIGÊNCIA: A contar da data da assinatura até 31 de dezembro de 2026.
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire –Presidente do COPIRN e André Rodrigues da Silva – Prefeito Municipal de MONTE ALEGRE/RN
DATA DO TERMO ADITIVO: 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:189957CF

DIRETORIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0130/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0130/2025
PROCESSO: 510/2025
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: ALUSMED LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objetivo retificar a CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, item "g" e a prorrogação do presente contrato firmado entre as partes, conforme a Cláusula Quarta – Da Vigência, referente a prorrogação do contrato mediante termo aditivo, que se expõem a seguir:
"O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de Termo Aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses, nos termos dos artigos 105 e 106 da Lei n.º 14.133/2021, caso não ocorra nova Chamada Pública."
Assim o presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação da vigência do contrato a contar de 17 de outubro de 2026 e encerrando-se em 17 de outubro de 2027.
CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
"g) Responsabilizar-se pelo arquivamento das Requisições Médicas e Guias de Atendimento encaminhadas pelos municípios durante o período de cinco (05) anos;"
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **Alysson Gomes Lustosa** – Represente.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:15781D3E

DIRETORIA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0126/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0126/2025
PROCESSO: 485/2025
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CANCER
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objetivo a inclusão e exclusão de especialidades médicas referentes aos serviços realizados do presente contrato firmado entre as partes, mediante a alteração na Cláusula Primeira dos seguintes procedimentos que se expõe a seguir:
INCLUIR:
Descrições de especialidades médicas:
02.06.01.001-0 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL R$111,55
02.06.01.002-8 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA R$129,97
02.06.01.003-6 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA R$111,55
02.06.01.004-4 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE/SEIOS DA FACE/ARTICULAÇÕES TEMPORO-MANDIBULARES/MASTOIDES R$111,55
02.06.01.005-2 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOCO R$111,55
02.06.01.006-0 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA R$125,27
02.06.01.007-9 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ORBITAS R$125,27
02.06.01.007-9 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO R$125,27
02.06.02.001-5 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR (OMBRO, COTOVELO, PUNHO) R$111,51
02.06.02.002-3 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ) R$111,51
02.06.03.002-9 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR (JOELHO E TORNOZELO) R$111,51
02.06.01.009-5 TOMOGRAFIA POR EMISSÃO DE PÓSITRONS (PET-CT) COM CONTRASTE R$ 2.848,97
02.06.01.001-0 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL COM CONTRASTE R$ 251,55
02.06.01.002-8 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA COM CONTRASTE R$ 269,97
02.06.01.003-6 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORÁCICA COM CONTRASTE R$ 251,55
02.06.01.004-4 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE/SEIOS DAFACE/ARTICULAÇÕES TEMPORO-MANDIBULARES/MASTOIDES COMCONTRASTE R$ 251,55
02.06.01.005-2 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOÇO COM CONTRASTE R$ 251,55
02.06.01.006-0 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TÚRCICA COMCONTRASTE R$ 265,27
02.06.01.007-9 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO COM CONTRASTE R$ 265,27
02.06.02.001-5 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES DE MEMBROSUPERIOR (OMBRO, COTOVELO, PUNHO) COM CONTRASTE R$ 251,51
02.06.02.002-3 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ) COM CONTRASTE R$ 251,51
02.06.02.003-1 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX COM CONTRASTE R$ 315,36
02.06.02.004-0 TOMOGRAFIA DE HEMITORAX, PULMÃO OU DO MEDIASTINO COMCONTRASTE R$ 315,36
02.06.03.001-0 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR COMCONTRASTE R$ 318,21
02.06.03.002-9 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBROINFERIOR (JOELHO E TORNOZELO) COM CONTRASTE R$ 251,51
02.06.03.003-7 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE QUADRIL COM CONTRASTE R$ 318,21
02.06.03.003-7 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE / BACIA / ABDOMENINFERIOR COM CONTRASTE R$ 318,21

EXCLUIR:
Descrições de especialidades médicas:
02.04.01.004-7 RADIOGRAFIA DE ARCADA ZIGOMATICO-MALAR (AP+ OBLIQUAS) C/ LAUDO R$51,53
02.04.01.005-5 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULARBILATERAL C/ LAUDO R$50,16
02.04.01.007-1 RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIGUA / BRETTON +HIRTZ) C/ LAUDO R$54,15
02.04.01.010-1 RADIOGRAFIA DE MASTOIDE / ROCHEDOS (BILATERAL) C/ LAUDO R$57,40
02.04.01.014-4 RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ) C/ LAUDO R$55,90
02.04.02.003-4 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO +OBLIQUAS)C/ LAUDO R$63,07
02.04.02.004-2 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO) C/ LAUDO R$63,31
02.04.02.005-0 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA C/ LAUDO R$52,44
02.04.02.006-9 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA C/ LAUDO R$52,62
02.04.02.007-7 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS) C/ LAUDO R$53,82
02.04.02.008-5 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICAC/ LAUDO R$58,47
02.04.02.012-3 RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA C/ LAUDO R$53,36
02.04.03.013-7 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO +LATERAL) C/ LAUDO R$52,91
02.04.03.014-5 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA) C/ LAUDO R$52,59
02.04.03.018-8 MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO R$96,25
02.04.05.012-0 RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS) C/ LAUDO R$59,45
02.04.06.002-8 DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA(VERTEBRAS LOMBARES E/OU FEMUR) R$95,03
02.04.06.013-3 RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL) C/ LAUDO R$52,51
02.04.06.014-1 RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + OBLIQUA +3 AXIAIS) C/ LAUDO R$59,72
02.04.06.015-0 RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE C/ LAUDO R$54,94
02.04.06.016-8 RADIOGRAFIA DE PERNA C/ LAUDO R$56,53
02.11.09.007-7 UROFLUXOMETRIA R$84,00
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e **Roberto Magnus Duarte Sales** – Represente.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:9E7AF901

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA ELETRÔNICA 007-2026

A Prefeitura Municipal de Acari/RN, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, nº 007/2026, do tipo Menor Preço Global, Objetivando a Contratação de Empresa de Engenharia para Executar o Projeto de Pavimentação e Drenagem da Rua de Acesso à Prainha no Povoado Gargalheiras, Município de Acari/RN, conforme condições, quantidades e

exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Valor estimado: R$ 159.430,47. – Data da sessão pública: 26/10/2026, às 08h01. O Edital encontra-se disponível no Portal de Compras Públicas

Acari/RN, 07 de outubro de 2026

RAIMUNDO NONATO DANTAS DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Raimundo Nonato Dantas de Medeiros
Código Identificador:BEB95DDD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 037/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000502/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE ACARI, com endereço na rua Napoleão Antão, nº 100, no bairro Ary de Pinho, inscrito no CNPJ nº **08.097.008/0001-20**, através de seu Pregoeiro, designado pela **Portaria nº 0082/2026**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO POR AGRUPAMENTO DE ITENS "LOTE",** cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.** A realização do certame está prevista para o dia **22 de Outubro de 2026**, às **09:01 horas** (horário de Brasília/DF).
O Edital e seus componentes encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 07:00 às 13:00 horas e nos seguintes sites: www.acari.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Acari/RN, 07 de Outubro de 2026.

JACKSON SOARES
Pregoeiro

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:93D5D2FA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP Nº 084/2025 - PE–SRP Nº 042/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP Nº 084/2025
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 042/2025
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CNPJ Nº 08.097.008/0001-20
CONTRATADO: ELETRO PEÇAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 08.286.262/0001-76, COM SEDE NA RUA ALMINO AFONSO, Nº 83, RIBEIRA, NATAL/RN, CEP: 59.012-010
OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARA DE AR, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.
OBJETO DO CONTRATO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA COM RESTABELECIMENTO DE SALDO FINANCEIRO INICIAL DA ARP.
VIGÊNCIA: PRORROGADA POR 12 (DOZE) MESES, ATÉ 20/10/2027
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 84 DA LEI Nº 14.133/21, ART. 84 DA LEI Nº 14.133/21 E ART. 54 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 118/2023.

ACARI/RN, EM 07 DE OUTUBRO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO –
Secretário Municipal de Administração e Transportes - Contratante

KLEIBER ANTUNES FURTADO JÚNIOR -
Responsável Pela Contratada

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:1D8DB0A9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 AO CONTRATO Nº 095/2022

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 AO CONTRATO Nº 095/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022. CONTRATANTE: Município de Acari/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, CNPJ nº 08.097.008/0001-20. **CONTRATADA:** CONSTRUTORA NOVOLAR.MT LTDA-ME, CNPJ nº 05.074.774/0001-80. **OBJETO:** Reajustamento de preços pelo INCC, Coluna 35 da FGV, nos termos da Cláusula 12ª, item 8, do Contrato nº 095/2022. **VALOR DO REAJUSTE:** R$ 83.672,03 (oitenta e três mil, seiscentos e setenta e dois reais e três centavos). **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993. **DOTAÇÃO:** Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Infraestrutura; Funcional Programática: 15.451.0010.1021 - Construção de Calçamento e Pavimentação da Malha Viária; Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - Obras e Instalações; Fontes de Recursos: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos; 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados. Acari/RN, 06 de outubro de 2026.

MATHEUS ALVES GOMES OTHON -
Secretário Municipal de Infraestrutura.

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:959C3800

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
EDITAL FIA Nº 004/2026

EDITAL FIA Nº 004/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Acari/RN - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 1.417/2026 e o Decreto Municipal Nº 039/2011, torna público o presente Edital, que estará disponibilizando recursos oriundos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, para a viabilização de projetos com atuação na área da Infância e Juventude em nosso município.

1. OBJETIVO

1.0. Estabelecer procedimentos e realizar processo de análise e seleção de 04 (quatro) PROJETOS que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA que esteja em consonância com os eixos de ação do CMDCA de Acari/RN, conforme Plano de Aplicação do CMDCA - 2026.

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

2.0. O Projeto deverá ser apresentado de acordo com o modelo disponibilizado pelo CMDCA de Acari/RN, que se encontra no anexo 1 deste Edital.

3. ENCAMINHAMENTO

3.0. Os Projetos assim como a Inscrição da Instituição proponente, deverão ser protocolados na sede do CREAS de Acari/RN, situado à Rua da Matriz, nº 68, Centro Acari/RN, entre os dias 08/10 a 22/10/2026 no horário das 08h às 11h endereçados à Presidência do CMDCA.

4. ÁREA DE ATUAÇÃO

4.0. Estarão aptas a concorrer às instituições públicas ou privadas, com atuação na área da Infância e Juventude, que apresentem projetos que visem desenvolver ações preventivas com foco em atividades socioeducativas, esportivas, culturais e de lazer.

5. AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

5.0. Os projetos serão avaliados no dia 27/10/2026, por ocasião da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselheiros que se fizerem presentes.

6. DAS PROPOSTAS

6.0. As propostas apresentadas deverão priorizar o atendimento a Criança e ao Adolescente desenvolvendo ações preventivas com foco em atividades socioeducativas, esportivas, culturais e de lazer.

6.1. Cada entidade ou programa poderá inscrever 01 (uma) ou mais propostas, desde que a segunda contemplação dessa ocorra após o atendimento das demais entidades aptas e participantes do Edital, sendo que cada um deve conter as seguintes especificações:

6.1.1. Apresentação de documento que comprove a regular constituição da pessoa jurídica que se propõe a ser beneficiado (CNPJ), inclusive estatuto registrado em Cartório ou documento similar;

6.1.2. Identificação completa do dirigente responsável pela entidade, com ata de eleição da atual diretoria ou documento similar;

6.1.3. Identificação completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do projeto, caso não coincida com o dirigente da entidade;

6.1.4. Comprovação de que atende a uma ou algumas das condições contidas no item 4.0 deste edital;

6.1.5. Justificativa para implantação do projeto apresentado no valor máximo de R$ 12.000,00 (doze mil reais);

6.1.6. Discriminação dos recursos materiais e humanos necessários à execução do projeto;

6.1.7. Justificativa sobre a viabilidade de execução do projeto com a contrapartida financeira oferecida pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, e os recursos materiais e humanos disponíveis pela entidade;

6.1.8. Cronograma de execução e de liberação de recursos financeiros a ser observado durante a implantação do projeto;

6.1.9. Prazo inicial e final da execução do projeto;

7. DO FINANCIAMENTO

7.0. Os gastos com a execução dos Projetos serão pagos diretamente com os recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA e destinam-se à cobertura com despesas do custeio e capital.

7.1. Os recursos, a que se refere o caput deste artigo, deverão ser empregados, desde que justificados sua necessidade e adequação ao objeto do projeto, nos seguintes elementos de despesa:

a) Aquisição de material de consumo;

b) Serviços de terceiros, pessoa física;

c) Serviços de terceiros, pessoa jurídica;

d) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à viabilização do projeto.

7.2. O valor total de recursos a serem empregados pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, destinado ao financiamento dos Projetos Sociais aprovados chegará ao montante de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), sendo 04 (quatro) projetos aprovados, no valor máximo de 12.000,00 (doze mil reais) cada, previstos no Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, a ter sua execução e prestação de contas em até 01(um)ano a partir do recebimento dos recursos.

7.2.1 A instituição que estiver irregular em relação a prestação de Contas de projetos de anos anteriores não poderá concorrer no referido edital.

7.3. Em nenhuma hipótese o projeto poderá ser modificado no decorrer de sua execução, salvo mediante autorização prévia do CMDCA.

7.4. O órgão executor do projeto que descumprir o item 7.3 deverá ressarcir ao FIA a verba que seria destinada para execução do todo ou parte do projeto.

8. DO ENVIO DO PROJETO

8.1. O projeto deverá ser entregue no seguinte endereço: CREAS de Acari/RN, situado à Rua da Matriz nº 68, Centro Acari/RN, entre os dias 08/10 a 22/10/2026 no horário das 08h às 11h, endereçados à Presidência do CMDCA.

8.2. Somente serão aceitas propostas recebidas até as 11h do dia 22/10/2026.

8.3. A proposta deverá ser apresentada em envelope identificado contendo:

a) Ofício de encaminhamento da proposta endereçado à Presidência do CMDCA;

b) Uma via impressa do Projeto;

c) A documentação institucional descrita no item 6.1

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

9.1. O Julgamento das propostas será realizado no dia 27/10/2026, por ocasião da realização da sessão ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelos conselheiros que se fizerem presentes, e o resultado será divulgado no quadro de avisos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como no Diário Oficial dos Municípios, até a data de 30/10/2026.

9.2. Os projetos serão analisados em quatro fases distintas:

9.2.1 HABILITAÇÃO DOCUMENTAL: Comprovação da entrega de documentação exigida no item 6.1;

9.2.2 CLASSIFICAÇÃO: Nesta fase, a equipe de avaliação atribuirá pontuação a proposta habilitada, conforme os critérios definidos no subitem 9.2.2.1 de modo que serão classificadas para a próxima fase as instituições que somarem o maior número de pontos.

9.2.2.1. Para a avaliação das propostas, a banca examinadora levará em conta os seguintes critérios:

a) Consonância do projeto com a legislação relacionada à promoção dos direitos da criança e do adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) Coerência entre a justificativa, os objetivos e as metas propostas no Projeto;

c) Impacto da ação e viabilidade: os projetos devem promover resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que objetivem melhorias significativas nas condições de vida das crianças e adolescentes das comunidades atendidas;

d) Capacidade técnica e administrativa e operacional da instituição para a execução do projeto;

e) Adequação e detalhamento da metodologia quanto à abordagem pedagógica, público-alvo, equipe do projeto e atividades a serem desenvolvidas;

f) Proposta de monitoramento e avaliação de resultados;

g) Envolvimento das famílias das crianças e adolescentes nos projetos de atendimento.

h) Adequação do orçamento, coerência entre os valores solicitados, seus objetivos e metas.

9.2.3. SELEÇÃO: Nesta fase, após o exame das propostas classificadas, os Conselheiros selecionarão os projetos aptos a receberem recursos financeiros do FIA.

9.2.3.1 O resultado da seleção será disponibilizado no quadro de avisos do CMDCA de Acari/RN e publicado no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, até a data de 30/10/2026.

10. DO ACOMPANHAMENTO

10.1. Durante a execução dos Projetos, o CMDCA de Acari/RN fará o acompanhamento do mesmo, através de reuniões, visitas técnicas, relatórios e etc.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente edital ficará à disposição dos interessados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.2. Os casos omissos serão decididos pelo CMDCA de Acari/RN.

Acari/RN, 29 de setembro de 2026.

WILLIAN DOS SANTOS PONTES
Presidente do CMDCA de Acari/RN

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:120A4DA3

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 006, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Acari/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ACARI/RN – CMDCA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal no seu artigo 227, e as Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 1.417/2026, aprova a presente RESOLUÇÃO, que RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os procedimentos e critérios para a seleção de projetos a serem financiados no exercício de 2026, com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, na forma do EDITAL Nº 004/2026, anexo à presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Acari - RN, 29 de SETEMBRO de 2026.

WILLIAN DOS SANTOS PONTES
Presidente do CMDCA/ Acari-RN

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:813BE120

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Processo Administrativo nº 4158/2025
Interessado: Município de Afonso Bezerra/RN
Assunto: Homologação de acordo de desapropriação amigável e autorização para lavratura de escritura pública.

Vistos, etc.

CONSIDERANDO o interesse público devidamente caracterizado para fins de desapropriação do Imóvel pertencente ao Espólio do Sr. Moacyr Avelino Bezerra, destinado à implementação de Política Pública Municipal.

CONSIDERANDO a possibilidade legal de realização da desapropriação pela via amigável, nos termos do art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, do Decreto-Lei nº 3.365/1941, bem como da legislação municipal aplicável;

CONSIDERANDO o acordo celebrado entre o Município de Afonso Bezerra e o proprietário do imóvel, quanto ao valor da indenização, forma de pagamento e demais condições ajustadas, conforme documentos constantes dos autos;

CONSIDERANDO, ainda, que o valor pactuado observa os princípios da legalidade, economicidade, razoabilidade e supremacia do interesse público, estando devidamente amparado por avaliação técnica;

DECIDO:
I – **HOMOLOGAR** o acordo de desapropriação amigável celebrado entre o Município de Afonso Bezerra/RN e o Espólio do Sr. MOACYR AVELINO BEZERRA, relativo ao imóvel descrito no processo administrativo em epígrafe;

II – **AUTORIZAR** a lavratura da Escritura Pública de Desapropriação Amigável, perante o Cartório de Notas competente, observadas as cláusulas pactuadas, especialmente quanto à forma de pagamento, cláusula resolutiva por inadimplência e imissão na posse condicionada ao pagamento da entrada;

III – **DETERMINAR** à Secretaria Municipal competente que adote as providências administrativas, financeiras e cartorárias necessárias à formalização da escritura e ao posterior registro no Cartório de Registro de Imóveis;

IV – **DETERMINAR** que o presente despacho integre o processo administrativo, para fins de controle interno, prestação de contas e eventual fiscalização pelos órgãos de controle externo.

Publique-se.
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Afonso Bezerra/RN, em 07 de outubro de 2026.

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:4A5972F7

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026 - PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE INCENTIVO À DOCÊNCIA EM ALFABETIZAÇÃO - RESULTADO FINAL

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC do Município de Afonso Bezerra/RN, por meio do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, torna público o **Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado**, destinado ao preenchimento de vagas do Programa Municipal de Bolsas de Incentivo à Docência em Alfabetização, após a realização das etapas previstas no Edital.

Considerando a divulgação do Resultado Preliminar e o encerramento do prazo para interposição de recursos, **não houve apresentação de recursos por parte dos candidatos**, permanecendo inalterada a classificação divulgada no resultado preliminar.

1. RESULTADO FINAL

Classificação	Candidato(a)	CPF	Situação
1º lugar	MARIA LUIZA SILVA DE OLIVEIRA	706.xxx.xxx-84	CLASSIFICADA
2º lugar	YOHANNE VITORIA DA SILVA GOMES	706.xxx.xxx-20	CLASSIFICADA
3º lugar	ANA LETICIA FERREIRA AVELINO	131.xxx.xxx-29	CLASSIFICADA

2. DA VALIDADE DO RESULTADO

Em razão da inexistência de recursos contra o Resultado Preliminar, fica mantida integralmente a classificação anteriormente divulgada, passando esta publicação a constituir o **Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026**.

A classificação acima observará as disposições e condições estabelecidas no Edital nº 01/2026, especialmente quanto à convocação e ao preenchimento das vagas previstas para o Programa Municipal de Bolsas de Incentivo à Docência em Alfabetização.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC dará prosseguimento aos procedimentos necessários para a convocação dos candidatos classificados, observada a ordem de classificação e as disposições estabelecidas no Edital nº 01/2026.

Afonso Bezerra/RN, 07 de outubro de 2026

MARIA APARECIDA SANTOS DA PAZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:9A38B0EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025.1

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO (ART 84, Lei 14.133/21), ORIUNDO DO PREGAO ELETRONICO 019/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, OBJETO: Termo Aditivo, RENOVAÇÃO DA VIGENCIA E MANTENDO VALORES CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 019/2025.1, itens 01 ao 050(todos),** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI publicada em 13/08/2025, pag. 173 à 177 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3601, de 13/08/2025, EM CONFORMIDADE COM O ART 84, DA LEI 14.133/21. **Fornecedores: FRANCISCO FLAVIO DE CARVALHO | Tipo: ME - LC123: Sim – CNPJ: 06.320.029/0001-37 -** Valor global(estimado): **R$ 2.090.218,40 -** Período vigência: 07/08/2026 A 07/08/2027. Amparo Legal: ART 84, Da Lei 14.133/21. Assinam: Luis Sabino da Costa Neto, Laíza Cristina Carlos Freire Monteiro e pela Contratante e **Francisco Flavio de Carvalho** pela(s) contratada(s).Local e data: Apodi RN, 07 de agosto de 2026.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:A341247C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1350/2026 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Senhora **Karina Ligiane dos Santos Sousa**, portadora de matrícula **1828**, *ACS/01*, **Agente Comunitário de Saúde**, pertencente ao quadro de servidores *efetivos* da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, licença maternidade pelo período de 01/10/2026 a 19/03/2027, tendo a servidora usufruído de 11 (onze) dias de licença, conforme Lei em vigor.

Art. 2º - O que trata o Art. 1º está de acordo com o Art. 1º da Lei Nº 524/2007.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 01 de outubro de 2026.

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D530C15A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1359/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor **Francisco Elder Silveira de Souza**, portador de matrícula **1618**, *ACE/05,* **Agente Comunitário de endemias**, pertencente ao quadro de servidores *efetivos* da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, licença especial de 03 (três) meses, conforme Lei em vigor, no período de 01/10/2026 a 30/12/2026, referente ao período aquisitivo de 13/01/2008 A 13/01/2013.

Art. 2º - O que trata o Art. 1º está de acordo com o Art. 102 da Lei 269/96, que rege o regime jurídico único dos servidores públicos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 07 de outubro de 2026.

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:1A0C35EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1360/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Senhora **Maria Jocelia Freire de Oliveira**, portadora de matrícula **1416**, CN/A-08, **Auxiliar de Saúde**, pertencente ao quadro de servidores *efetivos* da **Secretaria Municipal de Saúde - SMS**, licença especial de 03 (três) meses, conforme Lei em vigor, no período de 01/10/2026 a 30/12/2026, referente ao período aquisitivo de 10/03/2018 A 10/03/2023.

Art. 2º - O que trata o Art. 1º está de acordo com o Art. 102 da Lei 269/96, que rege o regime jurídico único dos servidores públicos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 07 de outubro de 2026.

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:B12029A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1361/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

CONSIDERANDO o Requerimento da servidora **Maria Simoneide Nobre de Oliveira**;

CONSIDERANDO o laudo da Junta Médica do Município de Apodi/RN;

CONSIDERANDO o disposto na LEI MUNICIPAL Nº 1454/2019 22 DE ABRIL DE 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Reduzir a Carga Horária pelo período de 6 (seis) meses da servidora **Maria Simoneide Nobre de Oliveira**, portadora da matrícula **1803**, *PM3-B*, Professor Especialista, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, de 30h (trinta horas) semanais para 25h30min (vinte e cinco horas e trinta minutos) semanais.

Art. 2º. A redução concedida, não implicará em redução de remuneração ou prejuízo à carreira da servidora, na forma do Art. 1º da Lei Municipal nº 1454/2019 de 22 de abril de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 07 de outubro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:AE9F706B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 696/2026

"*Institui o Programa Municipal de Dignidade Menstrual nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Arez/RN, e dá outras providências*."

O PREFEITO MUNICIPAL DE AREZ, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Arez/RN, o Programa Municipal de Dignidade Menstrual nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, destinado a assegurar às estudantes o acesso gratuito e contínuo a absorventes higiênicos, bem como ações de educação em saúde menstrual e de combate à pobreza menstrual.
Art. 2º São finalidades do Programa:
I – garantir às estudantes o acesso gratuito, contínuo e sigiloso a absorventes higiênicos nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
II – promover ações educativas de informação e conscientização sobre saúde menstrual;
III – combater a pobreza menstrual e suas repercussões sobre a frequência e a permanência escolar;
IV – contribuir para a redução da evasão e do absenteísmo escolar decorrentes da falta de acesso a itens de higiene menstrual;
V – assegurar acolhimento e atendimento livre de constrangimento, preconceito ou discriminação às estudantes beneficiadas.
Art. 3º São beneficiárias do Programa as estudantes regularmente matriculadas na Rede Municipal de Ensino de Arez que estejam em idade menstrual, com prioridade de atendimento às estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sem prejuízo da universalidade do acesso no âmbito escolar.
Art. 4º O Programa será executado pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social, e observará as seguintes diretrizes:
I – respeito à dignidade da pessoa humana;
II – promoção da equidade de gênero;
III – garantia da permanência e do sucesso escolar;
IV – proteção e promoção da saúde;
V – combate ao preconceito e à discriminação;
VI – educação em saúde menstrual.
Art. 5º Para a execução do Programa, o Poder Executivo Municipal poderá:
I – adquirir absorventes higiênicos e demais insumos necessários, observadas as normas de licitações e contratos;
II – firmar convênios, termos de cooperação ou parcerias com a União, o Estado, entidades da sociedade civil e a iniciativa privada;
III – aderir ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, instituído pela Lei Federal nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.432, de 15 de março de 2023, como fonte complementar de recursos.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser complementadas por recursos oriundos de convênios, transferências voluntárias da União e do Estado, e parcerias, ficando o Poder Executivo autorizado a promover, se necessário, a abertura de créditos adicionais e as adequações orçamentárias correspondentes, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei, por decreto, no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias contados de sua publicação, dispondo sobre os procedimentos operacionais necessários à execução do Programa, inclusive quanto à distribuição, ao controle de estoque, à prestação de contas e ao monitoramento das ações.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arez/RN, 07 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:243A960F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 21/2026 - PROCESSO Nº 144775/2026

O Pregoeiro do Município de Arez/RN, torna público a quem interessar que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **26 de outubro de 2026** às 09h30min (horário de Brasília) a licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônica sob o nº 21/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para a Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação dos Serviços de Locação de Veículos, destinados a atender as necessidades do Município de Arez/RN, tudo de acordo com o que determina a legislação vigente. O edital encontra-se disponível nos sites: www.arez.rn.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações pelo e-mail: cplarezpma@gmail.com.

Arez/RN, 07 de outubro de 2026.

FRANCIMÁRIO BARBOSA
Pregoeiro

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:90B520D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100101/2026

A Prefeitura Municipal de Arez/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: **Contratação de empresa para aquisição gradual de produtos destinados ao tratamento e manutenção da qualidade da água da piscina utilizada pelas unidades educacionais vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Arez/RN**. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Licitações, sediado na Praça Getúlio Vargas, 270 - Centro - Arez -

RN, ou solicitando no e-mail: cplarezpma@gmail.com. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia **13 de outubro de 2026**, nos horários e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: cplarezpma@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações e envio de documentação: no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado.

Arez/RN, 07 de outubro de 2026.

GILMAR FAUSTINO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:71539F5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 051001/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026 - PROCESSO Nº 144882/2026

Espécie: Contrato nº 051001/2026, firmado em 05/10/2026; **Contratante**: Município de Arez/RN – Prefeitura Municipal; **Contratada: EDITORA E DISTRIBUIDORA DIVERTOTECA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.329.015/0001-26,; **Objeto**: Aquisição de Kits Materiais Paradidáticos, Materiais Didáticos Pedagógicos adequados voltados para o Ensino Fundamental I, destinados a preparação nas avaliações externas, dos Alunos da Rede Municipal de ensino do Município de Arez/RN. **Amparo**: Inexigibilidade nº 038/2026; **Processo**: 144882/2026; **Fundamentação Legal:** Art. 74, I, da Lei Federal 14.133/2021; **Vigência**: A vigência deste instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura, prolongando-se até o dia 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado de acordo com a lei; **Cobertura Orçamentária:** Unidade Orçamentária:

Unidade Orçamentária:	02.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	2037 – Manutenção das Ações do Programa Quota Salario Educação - QSE 2044 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação
Natureza da Despesa:	3.3.90.30 – Material de consumo
Fonte de Recurso:	15500000 – Transferência do Salário-Educação 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Valor: **R$ 168.262,20** (cento e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e dois reais, vinte centavos); **Signatários**: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira; e, pelo **Contratado**, Thulio Gurjão Carneiro.

Arez/RN, 05 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:4D979322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026 - PROCESSO Nº 144.882/2026

OPrefeito Municipal de Arez/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar inexigível e faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de Licitação a seguir:

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE AREZ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.161.234/0001-22;

CONTRATADA: **EDITORA E DISTRIBUIDORA DIVERTOTECA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.329.015/0001-26;

OBJETO: Aquisição de Kits Materiais Paradidáticos, Materiais Didáticos Pedagógicos adequados voltados para o Ensino Fundamental I, destinados a preparação nas avaliações externas, dos Alunos da Rede Municipal de ensino do Município de Arez/RN**.**

VIGÊNCIA: A vigência do instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura prolongando-se até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei.

VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 168.262,20** (cento e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e dois reais, vinte centavos);

BASE LEGAL: Art. 74, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Arez/RN, 02 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVERA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:8FCB4D58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026 - PROCESSO Nº 144.882/2026

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no Art. 74, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, para a contratação do proponente **EDITORA E DISTRIBUIDORA DIVERTOTECA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.329.015/0001-26, valor total de **R$ 168.262,20** (cento e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e dois reais, vinte centavos), para a Aquisição de Kits Materiais Paradidáticos, Materiais Didáticos Pedagógicos adequados voltados para o Ensino Fundamental I, destinados a preparação nas avaliações externas, dos Alunos da Rede Municipal de ensino do Município de Arez/RN**.**

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Arez/RN, 02 de outubro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Angelica do Nascimento
Código Identificador:9669CAC1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0166/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de atribuições legais que lhe confere o artigo 49, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Sr.ª **LETÍCIA DO NASCIMENTO GOMES FELIX** para exercer interinamente as funções de **Chefe de Setor de Material, Patrimônio e Compras**, pelo período de 05/10/2026 a 24/10/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência. Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 05 de outubro de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:1630AAE7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do Setor de Compras e Complementos, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, Inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 71/2023 e demais normas aplicáveis.
Informa-se que serão recebidas propostas adicionais para seleção da proposta mais vantajosa, as quais poderão ser apresentadas presencialmente na sede da Prefeitura Municipal ou enviadas por e-mail, conforme orientações a seguir:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de organização e operacionalização de evento esportivo, compreendendo a gestão das inscrições em plataforma eletrônica e a execução dos serviços de cronometragem eletrônica, destinados à realização de corrida promovida pelo fundo municipal de saúde do município de Baraúna/RN.

Data Limite para Recebimento das Propostas: 3 (três) dias úteis, conforme o §1º do art. 183 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Ou seja, a contagem dar-se-á do primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

E-mail: comprasbaraunarn@gmail.com

Endereço e Horário: Rua Hermenegildo Montenegro, nº 126, Centro, Baraúna/RN, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira,

Os interessados poderão, caso desejem, solicitar o Termo de Referência correspondente, o qual estará disponível para envio mediante requisição formal, seja presencialmente no Setor de Compras e Complementos ou por correspondência eletrônica encaminhada ao e-mail institucional informado, garantindo pleno acesso às especificações, condições e demais elementos necessários à formulação das propostas.

Baraúna/RN, 07 de outubro de 2026.

GILDEON CARVALHO BEZERRA
Gerente de Compras e Complementos

- ANEXO ÚNICO –

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

[RAZÃO SOCIAL]
[CNPJ]
[ENDEREÇO]
[CONTATOS]

LOTE ÚNICO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTD.**	**UND.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	Serviços de organização e operacionalização de evento esportivo, compreendendo a gestão das inscrições em plataforma eletrônica e a execução dos serviços de cronometragem eletrônica com uso de chips RFID de largada/chegada, garantindo o registro do tempo e classificação de todos os atletas regularmente inscritos no evento. E ainda: • Emissões de relatórios de classificação durante e após o evento; • Filmagem de chegada para verificação pós-prova (backup de cronometragem); • Divulgação dos resultados através do nosso site com certificado finisher; • Relógio de led dupla face para pórtico; • 1 ponto de controle no percurso incluso. • 400 Kits Atleta: número de peito, chip, alfinetes e envelope identificado. • Plataforma para inscrições, painel do organizador, emissão de relatórios e total gerenciamento das inscrições com time de suporte. Total de 400 inscrições.	1	Serviço		

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da entrega do orçamento.

Declaro de que todos os elementos (tributos, seguros, mão de obra, combustível, depreciação do veículo etc.) que incidam ou venham a incidir sobre os preços ofertados, estão inclusos no preço ora ofertados.

[Cidade]/[UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

Assinatura do Representante Legal
CPF:

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:C8E596EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 67/2026/GAB.

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

A CHEFE DE GABINETE MUNICIPAL DE BARAÚNA- RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida 01 **(uma) DIÁRIA** no valor de **R$1.200,00** (um mil e duzentos reais), a senhora **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA,** matrícula nº 20370, ocupante do cargo/função **PREFEITA MUNICIPAL**, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à Capital de Natal/RN, no dia 07/10/2026, para participar de audiência com a governadora
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 07 de outubro de 2026.

KALYDJA ARISTÉIA DE OLIVEIRA FILGUEIRA
Chefe de Gabinete
Matricula:28924

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:7A777A68

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 259, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa fiscal de contrato Contratação de empresa especializada para o fornecimento de plaquetas de

identificação patrimonial (etiquetas de tombamento), destinadas ao registro, identificação e controle dos bens permanentes pertencentes ao Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o senhor **ALEXANDRE SALDANHA DOS SANTOS,** CPF: 118.xxx.xxx-69, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PLAQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL (ETIQUETAS DE TOMBAMENTO), DESTINADAS AO REGISTRO, IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DOS BENS PERMANENTES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.** Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 147/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05080001/2026**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 07 de outubro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:673BBFFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 147/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05080001/2026

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **GRID COMUNICACAO VISUAL, SINALIZACAO E EVENTOS LTDA,** com sede na Rua Rodrigo Rodrigues Gois, 101, Presidente Costa e Silva, Mossoró/RN, CEP: 59.625-521, representada pela Sra. **PATRÍCIA RAMOS DA CUNHA**, brasileira, casada, portadora da CNH 02451814017/DETRAN/RN, inscrita no CPF: 046.800.784-99, residente e domiciliada na Rua Zélia Rodrigues Rocha Bezerra, 190, apto 501, Bairro Presidente Costa e Silva, Mossoró/RN, CEP: 59.625-627, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à Contratação de empresa especializada para o fornecimento de plaquetas de identificação patrimonial (etiquetas de tombamento), destinadas ao registro, identificação e controle dos bens permanentes pertencentes à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Plaqueta de identificação patrimonial (etiqueta de tombamento), confeccionada em material resistente e durável, com numeração patrimonial individualizada, impressão legível e adequada aderência à superfície do bem, destinada à identificação e ao controle dos bens permanentes da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.	UND	10.000	R$ 2,00	R$ 20.000,00

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Dispensa de Licitação nº 028/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir de **24 de setembro de 2026** e vigerá até **24 de setembro de 2027**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme parágrafo do art. 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;
6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;
6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) Salários;
b) Seguros de acidentes;
c) Taxas, impostos e contribuições;
d) Frete;
e) Indenizações; e
f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições

de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **Alexandre Saldanha dos Santos** inscrito no **CPF: 118.560.784-69.**
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.002 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS
AÇÃO:
2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
NATUREZA:
339030 MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;

15.2. Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;

e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;

15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;

15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.

15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.

15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.

15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.

16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:

16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;

16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS

17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 24 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN
(Contratante)

Grid Comunicacao Visual, Sinalizacao E Eventos LTDA
PATRÍCIA RAMOS DA CUNHA
Representante Legal
(Contratada)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:983067AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05080001/2026

A Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 05080001/2026 relativo à Dispensa de Licitação nº 028/2026 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de estrutura e equipamentos, incluindo transporte, instalação, montagem, desmontagem, manutenção e suporte técnico operacional, para atendimento das demandas institucionais do Município de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: **GRID COMUNICACAO VISUAL, SINALIZACAO E EVENTOS LTDA – CNPJ: 27.997819/0001-21,** com sede na Av. *Jeronimo Dix-Neuf Rosado, 81, Bairro Presidente Costa e Silva, Sala 04, Mossoró/RN, CEP:* 59.625-521, *com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra amparo no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de plaquetas de identificação patrimonial (etiquetas de tombamento), destinadas à identificação, registro e controle dos bens permanentes pertencentes à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.
A utilização das plaquetas é necessária para assegurar a identificação individualizada dos bens, facilitando sua localização, conferência, movimentação e inventário, além de contribuir para a organização e o adequado controle do patrimônio público municipal.
A contratação mostra-se necessária, ainda, para atender às demandas decorrentes da incorporação de novos bens ao patrimônio, bem como à eventual substituição de plaquetas danificadas, ilegíveis ou inutilizadas. Trata-se de fornecimento de natureza não continuada, cuja necessidade será atendida mediante a entrega dos quantitativos contratados.
Dessa forma, a aquisição pretendida busca proporcionar maior eficiência e segurança na gestão patrimonial, fortalecendo os mecanismos de controle dos bens públicos e contribuindo para a adequada conservação, fiscalização e utilização do patrimônio municipal, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.
.

Face ao exposto, **DECLARO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Jurídica: **GRID COMUNICACAO VISUAL, SINALIZACAO E EVENTOS LTDA – CNPJ: 27.997.819/0001-21**, será no valor global estimado de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 24 de setembro de 2026.

MARIA APARECIDA OLIVEIRA BEZERRA
Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:835B50A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05080001/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **GRID COMUNICACAO VISUAL, SINALIZACAO E EVENTOS LTDA – CNPJ: 27.997.819/0001-21**, no valor global de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)** referente à contratação de empresa especializada para o fornecimento de plaquetas de identificação patrimonial (etiquetas de tombamento), destinadas ao registro, identificação e controle dos bens permanentes pertencentes à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.

RATIFICO, a Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Sra. **Maria Aparecida Oliveira Bezerra**, Secretária Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 24 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:FD3208C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE EDITAL - PE 016/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 – PE
O Município de Barcelona/RN, por meio de seu prefeito, torna público para conhecimento dos interessados a Pregão Eletrônico n° 016/2026, que tem como objeto a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS, SEM CONDUTOR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARCELONA/RN.** O
Edital e seus anexos encontram- se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, licitafacil.tce.rn.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h:00min às 12h:00min. Para participação da licitação ou simples acompanhamento, o interessado deverá acessar, na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas comerciais serão recebidas a partir das 08h00min do dia 08/10/2026 até as 08h59min do dia 23/10/2026, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico. As propostas serão abertas às 09h00min do dia 23/10/2026 (horário de Brasília).
Barcelona/RN, em 07 de outubro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:B2CD59C4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE EDITAL - PE 017/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 – PE
O Município de Barcelona/RN, por meio de seu prefeito, torna público para conhecimento dos interessados a Pregão Eletrônico n° 017/2026, que tem como objeto a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES.** O
Edital e seus anexos encontram- se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, licitafacil.tce.rn.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h:00min às 12h:00min. Para participação da licitação ou simples acompanhamento, o interessado deverá acessar, na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas comerciais serão recebidas a partir das 08h00min do dia 08/10/2026 até as 08h59min do dia 21/10/2026, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico. As propostas serão abertas às 09h00min do dia 21/10/2026 (horário de Brasília).
Barcelona/RN, em 07 de outubro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:FA614437

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE EDITAL - PE 018/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026 – PE
O Município de Barcelona/RN, por meio de seu prefeito, torna público para conhecimento dos interessados a Pregão Eletrônico n° 018/2026, que tem como objeto a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE RECARGAS E BOTIJÕES COMPLETOS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, TIPO P13.** O
Edital e seus anexos encontram- se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, licitafacil.tce.rn.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h:00min às 12h:00min. Para participação da licitação ou simples acompanhamento, o interessado deverá acessar, na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas comerciais serão recebidas a partir das 08h00min do dia 08/10/2026 até as 14h29min do dia 21/10/2026, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico. As propostas serão abertas às 14h30min do dia 21/10/2026 (horário de Brasília).

Barcelona/RN, em 07 de outubro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:93298460

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
DECRETO Nº 139, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO nº 139, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

"Declara Situação de Emergência no âmbito da zona rural do Município de Boa Saúde – Rio Grande do Norte, acarretado por desastre natural climatológico do tipo estiagem – ESTIAGEM, conforme Portaria do MDR Nº 260 de 02 de fevereiro de 2022 COBRADE 1.4.1.1.0 – Estiagem, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o teor do art. 1º, incisos I e III da Lei Federal nº. 9.433/1997, segundo o qual: "A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: a água é um bem de domínio público; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais."

CONSIDERANDO a escassez da água verificada na Zona Rural do Município, dependendo-se de captação, armazenação e distribuição a ser havida através de caminhões-pipas.

CONSIDERANDO que a zona rural do município de Boa saúde/RN não tem abastecimento da companhia de água e esgoto de tratamento existente;

CONSIDERANDO que a água existente nos reservatórios da zona rural não é potável, conforme laudo de portabilidade;

CONSIDERANDO que as chuvas até o presente momento foram insuficientes para a formação de estoques de água potável para o suprimento da população rural nos principais reservatórios, tais como açudes, tanques, poços tubulares, barreiros e cisternas;

CONSIDERANDO que a insuficiência de chuvas tem acarretado problemas de desabastecimento de água para a população da zona rural do município de Boa Saúde/RN;

CONSIDERANDO ser de responsabilidade dos Poderes Públicos a busca por soluções minimizadoras dos efeitos desse fenômeno natural, restabelecer a situação de normalidade e preservar o bem estar da população da zona rural e, nesse sentido, adotar as medidas que se fizerem necessárias, mas necessita do apoio federal;

CONSIDERANDO que a zona rural do município de Boa Saúde/RN, depende exclusivamente da operação carro pipa para ter acesso a água potável para consumo humano;

CONSIDERANDO que o Município de Boa Saúde/RN é extremamente dependente do meio rural para a sustentação de sua economia, sendo exatamente a zona rural a mais castigada pela escassez de água e estiagem.

CONSIDERANDO o parecer da (o) COMPDEC – Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil/ Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Desastre.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA HÍDRICA na zona rural Município de Boa Saúde/RN, em virtude do desastre classificado e codificado como Situação de Emergência provocada por desastre natural climatológico caracterizado por estiagem, que provocou a redução sustentada das reservas hídricas existentes no Rio Grande do Norte (COBRADE/1.4.1.1.0 – ESTIAGEM).

Art. 2º- Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem nas ações de resposta necessárias a minimizar os efeitos causados pela estiagem.
Parágrafo único. Fica autorizada a realização de rodízios de abastecimento em períodos mais dilatados, a critério da autoridade responsável.

Art. 3º- De acordo com o estabelecido no inciso XXV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas, diretamente responsáveis pelas ações de resposta, a usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Art. 4º- Durante o período em que persistir a situação de emergência por seca, o Município de Boa Saúde/RN poderá contratar, nos termos do artigo art. 75 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), mediante dispensa de licitação, as obras e os serviços que se mostrarem aptos a mitigar as consequências provocadas pela estiagem, desde que observado o procedimento descrito nas legislações supramencionadas

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, permitindo-se uma prorrogação por igual período, se comprovada a necessidade.

Art. 6º - Revoga-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN, em 06 de outubro de 2026.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lowhan Gustavo Faustino da Silva
Código Identificador:762B0AAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 116/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 116/2025
INEXIGIBILIDADE N° 030/2025 - PROCESSO Nº. 1260/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, CNPJ: 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: LUIS HENRIQUE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ**:** 63.084.490/0001-71 **OBJETO**: aditivo de prazo do contrato N° 116/2025, que tem como objeto a Contratação de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, singular e especializada, de consultoria e assessoria jurídica em favor do Município de Boa Saúde/RN, com atuação consultiva e jurisdicional, para executar serviços de atividade técnica especializada em consultoria e assessoria de apoio administrativo com elaboração de pareceres conforme solicitação administrativa, processos administrativos, assessoria jurídica diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito e às Secretarias Municipais, em complementação à atuação da Procuradoria Jurídica, assessoramento e acompanhamento do processo legislativo inclusive junto à Câmara Municipal, acompanhando a elaboração de procedimentos legislativos e normativos da administração municipal, quais sejam: projetos de leis, leis, decretos, portarias e contratos, acompanhamento técnico-jurídico de processos junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), incluindo análise, elaboração de manifestações e defesa dos interesses institucionais da Prefeitura Municipal de Boa Saúde.
Projeto atividade - 2002
Natureza da despesa - 33.90.35
Fonte de recurso – 15000000
Vigência: de 08 de outubro de 2026 à 08 de outubro de 2027
Fundamento Legal: lei Nº 14.133/2021
Assinaturas: pela contratante João Maria Mesquita e pela Contratada Luís Henrique Soares de Oliveira
DATA: 07 de outubro de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lizandra do Nascimento de Morais
Código Identificador:4A8F0848

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº161, 07 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria nº161, 07 de outubro de 2026

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor **ARLINDO RIBEIRO DA SILVA**, matrícula nº **120025-9**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **GARI**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Público, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **07 de junho de 2026 a 07 de dezembro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07 de junho 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,07 de outubro de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilia Francisca de Oliveira Costa
Código Identificador:961BC5E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 - SRP

A Prefeitura Municipal de Bodó, através da Comissão de Licitação, torna público que se encontra aberto licitação através do Pregão Eletrônico nº 25/2026 - SRP, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS PERSONALIZADO. O edital com seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e e-mail: cpl@bodo.rn.gov.br, podendo ser solicitado de segunda a sexta feira em dias úteis. A sessão eletrônica será aberta às09h01 (horário de Brasília) do dia 20/10/2026.Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados diretamente no Portal de Compras Públicas ou pelo e-mail acima citado.

Bodó/RN, 07 de outubro de 2026.

CELUZIA BEATRIZ ALBINO TAVARES
Pregoeira

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:3B91B274

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE N° 066/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 06001.000167/2026 - SEMOB
INEXIGIBILIDADE N° 0066/2026

OBJETO: Contratação de serviços de pintura em prédio público localizado na Zona Rural do Município de Bodó/RN, conforme solicitação da Administração Pública, compreendendo a execução de serviços de preparação das superfícies, correção de pequenas imperfeições, aplicação de selador, quando necessário, e aplicação de tinta nas áreas internas e /ou externas indicadas pela Administração, incluindo mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, observadas as orientações e especificações fornecidas pelo Município.

TIPO DA CONTRATAÇÃO: Prestação de Serviço (diversos serviços de pintor, conforme solicitação).

LOCAL DE EXECUÇÃO: Prédio Municipal (Escola) em Sto. Cabeço dos Ferreiras, localizado na Zona Rural do Município.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, com sede Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000, CNPJ: 01.612.374/0001-20.

CONTRATADO: 59.706.702 RAINILSON MEDEIROS SIMOES DA SILVA, inscrito como Microempreendedor Individual – MEI, sob o CNPJ nº 59.706.702/0001-38, com endereço em Sit. Ipueiras, Zona Rural, Cerro Corá/RN.

VALOR GLOBAL: R$ 12.679,00 (Doze mil, seiscentos e cetenta e nova reais).

BASE LEGAL: A presente contratação se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso III, do Decreto nº 11.878 de 2024, sendo realizada por meio da plataforma Contrata+Brasil através do Processo de Seleção nº. 09120/2026.

Bodó/RN, 07 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Bodó
CNPJ: 01.612.374/0001-20
HORISON JOSE DA SILVA
Contratante

Publicado por:
Ricaely Santos Ferreira
Código Identificador:69CE6646

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 340 DE 07 DE OUTBRO 2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Bodó/RN.

O prefeito do Município de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº 16/2025, que institui e regulamenta a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, composta por representantes das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, conforme segue:
I – Gestão Municipal do Cadastro Único:
a) Titular: Alzira Jeovania Borges de Oliveira
b) Suplente: Janiele Silva de Souza

II – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS:
a) Titular: Patricia Angélica Xavier Pereira
b) Suplente: Rosiane Priscila Ferreira da Silva Macedo

III – Política Municipal de Educação:
a) Titular: Irimar Soares da Silva
b) Suplente: Aline Alves de Oliveira Santos

IV – Política Municipal de Saúde:
a) Titular: Analia Bruna de Araujo Veras
b) Suplente: João Felix da Silva Araujo
Art. 2º - Designar o Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para exercer a função de Coordenador da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Bodó/RN.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Bodó RN, 07 de outubro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:1AAE7848

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 269/2026–SMG DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 269/2026–SMG

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS O SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, inciso II, alínea "g" da Lei Orgânica do Município, concomitante com o art. 83 da Lei nº 176/97 - Regime Jurídico do Servidor Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o gozo de férias o servidor efetivo **ALMIR FIRMINO FERREIRA,** matrícula nº 042, portador do CPF nº XXX.292.364-XX, ocupante do cargo de GARI, lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura e Urbanismo, pelo período de 30 dias relativos ao período aquisitivo de 2025, contados a partir do dia 01/10/2026 a 30/10/2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01/10/2026. Revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 07 de outubro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:6F1AA330

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº270/2026 – SMG DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM NO ACOMPANHAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À OPERAÇÃO CARRO-PIPA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN.

PORTARIA Nº270/2026 – SMG

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM NO ACOMPANHAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À OPERAÇÃO CARRO-PIPA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º* Designar os servidores ALLANDSON LEANDRO DIOGO, matrícula nº 0565946, CPF; XXX.594.604-XX e REBERTT PONTES COSTA, matrícula nº 0561550, CPF; XXX.995.324-XX, para atuarem no acompanhamento, controle e organização das atividades relacionadas à Operação Carro-Pipa no Município de Bom Jesus/RN.

Art. 2º* Compete aos servidores designados, no âmbito da Operação Carro-Pipa:

I – acompanhar a execução do abastecimento de água nas comunidades e localidades atendidas pela operação;

II – organizar e acompanhar os roteiros e pontos de distribuição de água;

III – manter atualizadas as informações referentes às localidades e famílias atendidas;

IV – acompanhar a atuação dos veículos responsáveis pelo transporte e distribuição da água;

V – receber, registrar e encaminhar eventuais demandas, reclamações ou ocorrências relacionadas à operação;

VI – manter comunicação com os órgãos e entidades responsáveis pela execução e fiscalização da Operação Carro-Pipa;

VII – elaborar e fornecer informações e relatórios sempre que solicitados pela Administração Municipal; e

VIII – desempenhar outras atividades necessárias ao adequado acompanhamento da Operação Carro-Pipa.

Art. 3º Os servidores designados deverão atuar de forma integrada, zelando pela regularidade, transparência e adequada prestação do serviço à população beneficiária.

Art. 4º A presente designação não implica alteração das atribuições do cargo comissionado ocupado pelos servidores, permanecendo assegurados os direitos e vantagens funcionais previstos em lei.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 07 de outubro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:61B43074

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO/RN
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 021/2026
O pregoeiro do Municipal de Brejinho/RN torna público a quem interessar que estão abertas as licitações na modalidade Pregão Eletrônico com sistema de registro de preços: Nº PE 021/2026, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS FUNERÁRIOS, conforme especificações contidas no Edital. ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 09:01 horas do dia 26/10/2026, As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações contatar por e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com.

Brejinho/RN, em 07 de Outubro de 2026.

HELTON LUIZ DA SILVA DIAS
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:E25D94DD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 022/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO/RN
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 022/2026
O pregoeiro do Municipal de Brejinho/RN torna público a quem interessar que estão abertas as licitações na modalidade Pregão Eletrônico com sistema de registro de preços: Nº PE 022/2026, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE LENÇOL HOSPITALAR, conforme especificações contidas no Edital. ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 11:01 horas do dia 26/10/2026, As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações contatar por e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com. Brejinho/RN, em 07 de Outubro de 2026.

HELTON LUIZ DA SILVA DIAS
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:1BB15B8B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 023/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO/RN
AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO SRP 023/2026
O pregoeiro do Municipal de Brejinho/RN torna público a quem interessar que estão abertas as licitações na modalidade Pregão Eletrônico com sistema de registro de preços: Nº PE 023/2026, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL PARA COLETA DE DADOS EM CAMPO DE CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO, CADASTRO E RECADASTRAMENTO DOS IMÓVEIS URBANOS E DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA, E ENVIO DOS CADASTROS TERRITORIAIS MULTIFINALITÁRIOS VIA API INTEGRADA COM CERTIFICADO DIGITAL PARA A PLATAFORMA SINTER – SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS, conforme especificações contidas no Edital. ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 13:01 horas do dia 26/10/2026, As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações contatar por e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com. Brejinho/RN, em 07 de Outubro de 2026.

HELTON LUIZ DA SILVA DIAS
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:C94F8650

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 079/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN

CNPJ: 01.612.375/0001-75

CONTRATADO: JOILSON DE OLIVEIRA MARTINS, inscrita no **CPF: 047.854.534-78,** com endereço na Rua Leonel Assunção N° 142 - Centro- Caiçara do Norte/RN CEP: 59592-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a alteração contratual, com a prorrogação do prazo por um período de mais 02 (dois) meses o contrato 079/2021 oriundo do processo de Dispensa de licitação de N° 083/2021, nos termos do art.107 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

Caiçara do Norte/RN, 07 de agosto de 2026

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:6B67E132

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 208/2026-GP-PMCN

Nomeia para exercer o Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Meio Ambiente de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e na Lei Nº 146/2013, que fixa a estrutura básica municipal,

Resolve:

Art. 2º. NOMEAR, Vitoria Karoline Ribeiro Da Rocha, CPF: 133.908.794-47, para exercer o cargo de Secretária Municipal Meio Ambiente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 07 de outubro de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:D12769FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0404001/2022

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 0404001/2022 celebrado com a empresa ORLANDO MACHADO DA CÂMARA, inscrito no CPF nº 146.281.634-72. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por 09 (nove) meses, abrangendo o período de 01/10/2026 a 30/06/2027, referente a locação de imóvel para funcionamento do anexo da Escola Municipal Centro Infantil Professora Ericina Bandeira Fernandes. O valor total é de R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 02 – Poder Executivo;Unidade Orçamentária: 02050 – Sec. Mun. de Educação; Função: 12 – Educação; Subfunção: 365 – Educação Infantil; Programa: 0008 – Gestão educacional; Proj. Ativ: 2053 – Manutenção do Ensino Infantil; Elemento: 3.3.90.36 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física;Fonte: 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Data da Assinatura: 26/09/2026. Assinaturas: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita e Orlando Machado da Câmara- Representante Legal da empresa ORLANDO MACHADO DA CÂMARA. Processo n° 188/2026.

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:F2E2812F

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0930001/2026

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do Contrato nº 0930001/2026 celebrado com a empresa AECIO DORNELLES FERNANDES, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 35.405.707/0001-62. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e suporte administrativo, compreendendo o apoio às rotinas administrativas, organização e controle de documentos, elaboração e acompanhamento de relatórios, atualização de informações, suporte aos processos internos e demais atividades administrativas correlatas, necessárias ao adequado funcionamento das áreas da Contratante. O valor mensal de R$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), totalizando o valor de R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais) durante a vigência deste contrato. Vigência: A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/10/2026 até 01/10/2027, podendo ser prorrogada conforme as disposições da Lei nº 14.133, de 2021. Dotação Orçamentária: Órgão: 02 - Poder Executivo Unidade Orçamentária: 02.020 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Função: 04 – Administração Subfunção: 122 – Administração Geral Programa: 0141 – Administração Geral Ação: 2003 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fontes de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos. Data da Assinatura: 30/09/2026. Assinaturas: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita e Aécio Dornelles Fernandes - Representante Legal da empresa AECIO DORNELLES FERNANDES – ME. Processo n° 192/2026.

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:A1E6DED7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 192/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Fórum Municipal de Educação do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, designa a coordenação do órgão para o biênio 2026 – 2028 e dá outras providências.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições legais, e no âmbito do que preconiza a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, art. 57, parágrafo V, em conformidade com a Lei Municipal nº 290/2005, art. 1º, a Lei Municipal nº 343, de 25 de janeiro de 2010, e a Lei Municipal nº 454, de 05 de maio de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir o Fórum Municipal de Educação de de Caiçara do Rio do Vento/RN, em conformidade com o Decreto Municipal nº 23, de 14 de julho de 2026

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, pelos segmentos correspondentes, os cidadãos arrolados abaixo para compor o Fórum Municipal de Educação:

I – Secretaria de Educação

Titular: Francisco Garrido do Nascimento
Suplente: Jailma Mendes

II – Conselho Municipal de Educação

Titular: Maria das Dores Costa da Silva
Suplente: Silvino Nunes Lisboa

III – Representantes dos Professores e Diretores da Rede Municipal de Educação

Titular: Givania Bezerra Linhares
Suplente: José Cleonilson Barbosa

IV – Representantes de Pais de Alunos e de Estudantes da Educação Básica

Titular: Mariacecilia de Freitas Pires
Suplente: Mikaela Ferreira Rodrigues

V – Movimentos Sociais e Organização da Sociedade Civil Ligadas à Educação

Titular: Emanoel Joelson da Silva
Suplente: Francisca Janiele da Silva

VI – Servidores Técnicos Administrativos da Educação

Titular: Francisca Clebia Pedro da Silva
Suplente: Francisca Claudia Lisboa

Art. 3º Fica designada a senhora **Francisca Clebia Pedro da Silva** como coordenadora do Fórum Municipal de Educação de Caiçara do Rio do Vento/RN, responsável por coordenar e acompanhar os trabalhos deste órgão durante o biênio 2026/2028.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 07 de outubro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:676795E4

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 193/2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor **LEONARDO TAVARES CRISANTO**, portador do CPF de n° ***.475.894-**, do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 07 de outubro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:8090BC06

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 194/2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **LAINE CRISTIANE PIRES**, portadora do CPF de n° ***.672.424-**, do cargo de provimento em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 07 de outubro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:B375EABA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 195/2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal n° 540/2025 de 01 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. **LAINE CRISTIANE PIRES**, portadora do CPF de n° ***.672.424-**, do cargo de provimento em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, lotada no Gabinete da Prefeita de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de outubro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 07 de outubro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:E16DA64F

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 196/2026

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Ordinária Municipal n° 540/2025 de 01 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. **IZAQUEL MOISES DE LIMA SILVA**, portador do CPF de n° ***.824.904-**, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social de Caiçara do Rio do Vento/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de outubro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 07 de outubro de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:25226B76

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2024

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2024
CONCORRÊNCIA N° 008/2023 – PROC. ADMIN. MC/RN N° 2023.11.13.0053

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** CTR SERIDÓ SPE LTDA, inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica sob o nº 54.306.322/0001-92; **OBJETO:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo de Acréscimo ao Contrato Administrativo nº 024/2024, relativo à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA DESTINADA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA SUB-CÉLULA 1 A, DA PRIMEIRA ETAPA DA CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO REGIONAL, a modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com fundamento no art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93; **DOS VALORES**: O valor do presente constitui a alteração de ACRÉSCIMO no valor de R$ 12.414,41 (doze mil quatrocentos e quatorze reais e quarenta e um centavos), correspondente a aproximadamente 4,82% (quatro virgula oitenta e dois por cento) do valor do contrato, respeitando os limites estabelecidos no art. 65, §1º da Lei 8.666/93, cuja composição encontra-se especificada na planilha que constitui o anexo do presente instrumento e que dele é parte integrante. Desse modo, o valor global do Contrato Administrativo nº 024/2024 que era de R$ 4.979.016,33 (quatro milhões novecentos e setenta e nove mil e dezesseis reais e trinta e três centavos) passa a ser de R$ 4.991.430,74 (quatro milhões novecentos e noventa e um mil quatrocentos e trinta reais e setenta e quatro centavos); **DATA DE ASSINATURA:** 07 de outubro de 2026; **SUBSCRITORES**: Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Contratante e Caio Magno Alves de Souza – pela Contratada.
Caicó/RN, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:BB8B80AE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2026
CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.06.17.0059

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando os elementos constantes dos autos do Processo Administrativo nº 2025.06.17.0059, referente à **Concorrência Nacional nº 001/2026**, cujo objeto consiste na **contratação de 01 (uma) agência de propaganda, para executar os serviços de propaganda e comunicação digital, incluindo estudo, planejamento, concepção, execução, distribuição e controle de veiculação de programas e campanhas publicitárias institucionais e mercadológicas para as ações, serviços, obras, eventos internos e externos, divulgações de caráter legal, educativo, informativo ou de orientação social da Prefeitura Municipal de Caicó, controle das inserções publicitárias (mídias contratadas) nos veículos de divulgação, tais como jornal impresso, sites, TV, rádio, dentre outros, conforme descrições e condições contidas no briefing**.

CONSIDERANDO o regular processamento do certame, em conformidade com o instrumento convocatório e a legislação aplicável;

CONSIDERANDO o resultado do julgamento das propostas, com a classificação final das licitantes;

CONSIDERANDO que a empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.644.418/0001-16, apresentou a documentação exigida para habilitação, tendo sido regularmente declarada habilitada;

CONSIDERANDO a ausência de interposição de recurso administrativo no prazo estabelecido após a divulgação do julgamento dos documentos de habilitação;

CONSIDERANDO a manifestação da Comissão de Contratação pelo regular prosseguimento do certame;

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o objeto da Concorrência Nacional nº 001/2026 à empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA**, em razão de sua classificação final e do atendimento às exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II – ADJUDICAR o procedimento licitatório referente à Concorrência Nacional nº 001/2026, ratificando os atos praticados no curso do certame pela Comissão de Contratação;

III – DETERMINAR o prosseguimento do processo para a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, observadas as condições estabelecidas no edital, na proposta vencedora e na legislação aplicável.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Caicó/RN, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó/RN

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:809C9099

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1520/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1520/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 h			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ 6H87			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Langela Elane Brito, para o Hemonorte, em Natal/RN, no dia 21/09/2026.				
HORÁRIO DE SAÍDA:				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**21.09.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 21 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:CE02D096

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1521/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1521/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	198815			
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST 6E06			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Maria do Rozario S de Oliveira, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 21/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**21/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 21 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:4E128443

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1522/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1522/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	198920-0			
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	13:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Jessica Milena dos Santos, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 21/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**21/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 21 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7BFDCC70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1523/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1523/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	13:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Jessica Milena dos Santos, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 21/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**21/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 21 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:D99F6461

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1524/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1524/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**

CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	0509966			
DOCUMENTOS:	CPF: 455.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**POLO SLC 1I84**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Isla de Souza, para a Liga, em Currais Novos/RN, no dia 21/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**21/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 21 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:87F0CE25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1525/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1525/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 1 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	11659
DOCUMENTOS:	CPF: 637.xxx.xxx-87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	09:10 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Heloana Cristina de Medeiros, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 21/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**21/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 21 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:5C03CFE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1526/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1526/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CAROLINA CARLA DANTAS DE MEDEIROS SANTOS ARAÚJO**	
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM	
MATRÍCULA:	1.5721	
DOCUMENTOS:	CPF: 031xxx.xxx-10	
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde	

HORÁRIO DE SAÍDA:	09:10 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Heloana Cristina de Medeiros, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 21/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**21/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 21 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1751C76B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1527/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1527/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15357			
DOCUMENTOS:	CPF: 011.xxx.xxx.-13			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Everton Medeiros dos Santos, para o Hospital Infantil Varela Santiago, em Natal/RN, no dia 22/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**22/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 22 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7ABA3CB4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1528/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1528/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**VALCIANO SERGIO FERNANDES E SILVA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198920-0
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	11:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQG 5B42
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Buscar a Equipe de Regulação do município de Caicó/RN, em Serra Negra do Norte/RN, no dia 22/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Serra Negra do Norte/RN**	**22/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 22 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:3CF318D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1529/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1529/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLC 1I84
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Walmira Pinheiro Viana, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 22/09/2026.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**22/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 22 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:CA2EF908

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1530/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1530/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	10002- 1
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	16:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQC 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Maria Santana de Oliveira, do HETFF, para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 22/09/2026.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**22/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 22 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:77979C3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1531/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1531/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**LUCIA MARIA FIRMINO DE SOUZA**
CARGO:	TEC DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15746
DOCUMENTOS:	CPF: 878.xxx.xxx-49
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	16:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQC 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Maria Santana de Oliveira, do HETFF, para o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 22/09/2026.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**22/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 22 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7C015C29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1532/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1532/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 1 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	11659
DOCUMENTOS:	CPF: 637.xxx.xxx-87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Ysla Vitoria Medeiros de Oliveira, para Bom Porte, em Natal/RN, no dia	

22/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**22/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 22 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:F078B9F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1533/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1533/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**VIVALDO GARCIA DE MEDEIROS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1994530
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-53
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ – 6H87
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Pedro Pereira da Silva, para a Pousada Vida e Luz, em Natal/RN, no dia 22/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**22/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 22 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:5CF941A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1534/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1534/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**HELIO LEONARDO VALE**
CARGO:	**Motorista**
MATRÍCULA:	1122843
DOCUMENTOS:	CPF: 075.xxx.xxx-30
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	03:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLB 5B55
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Luzanira Linhares Azevedo, para a Liga, em Mossoró/RN, no dia 22/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL R$**
			R$	
01	**Mossoró/RN**	**22/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 22 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2D073797

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1535/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1535/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15357
DOCUMENTOS:	CPF: 011.xxx.xxx.-13
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Antonio Carolino da Silva, do Hospital do Seridó, para o INCOR, em Natal/RN, no dia 23/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**23/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 23 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:9D08F14B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1536/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1536/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	MARCIENE CRISTIANE MEDEIROS DA SILVA
CARGO:	TECNICA DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15710
DOCUMENTOS:	CPF: 039.xxx.xxx-83
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Antonio Carolino da Silva, do Hospital do Seridó, para o INCOR, em Natal/RN, no dia 23/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**23/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 23 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:C00CBF3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1537/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1537/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	WALLACE BRUNO DE MEDEIROS OLIVEIRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	2004437
DOCUMENTOS:	CPF: 068.xxx.xxx-22
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST 0E06
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Davi Brito Ferreira, para a Pousada Vida e Luz, em Natal/RN, no dia 23/09/2026.

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	23/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 23 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:C07C13B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1538/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1538/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	04:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ 6H87
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Francisco das Chagas Silva, para o HUOL, em Natal/RN, no dia 23/09/2026.

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	23/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 23 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2BB479B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1539/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1539/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ALINE GOMES DOS SANTOS
CARGO:	ASSISTENTE SOCIAL
MATRÍCULA:	14712
DOCUMENTOS:	CPF: 037.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	CEREST -SMS
HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST – 4G21
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Realizar a Capacitação sobre Notificação em Saúde do Trabalhador no município de Ipueira/RN, no dia 24.09.2026.

HORÁRIO DE SAÍDA:

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Ipueira/RN	24.09.2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:D5F06BD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1540/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1540/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**YANNE KALINI MEDEIROS DE ARAÚJO**
CARGO:	**Psicóloga**
MATRÍCULA:	15.387
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-60
LOTADO (A):	CEREST - SMS
HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST – 4G21
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Realizar a Capacitação sobre Notificação em Saúde do Trabalhador no município de Ipueira/RN, no dia 24.09.2026.

HORÁRIO DE SAÍDA:

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Ipueira/RN	24.09.2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:612BD5AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1541/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1541/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JULIANA COSTA DA FONSECA
CARGO:	FISIOTERAPEUTA
MATRÍCULA:	15356
DOCUMENTOS:	CPF: 690.xxx.xxx-87
LOTADO (A):	CEREST - SMS
HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST – 4G21
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Realizar a Capacitação sobre Notificação em Saúde do Trabalhador no município de Ipueira/RN, no dia 24.09.2026.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Ipueira/RN	24.09.2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7967276D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1542/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1542/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 h
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST – 4G21
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir a Equipe do Cerest, para realizar a Capacitação sobre Notificação em Saúde do Trabalhador no município de Ipueira/RN, no dia 24.09.2026.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Ipueira/RN	24.09.2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:DDCB69AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1545/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1545/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) com pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	EZEQUIEL MANUEL SOARES DE MEDEIROS
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1.5243
DOCUMENTOS:	CPF: 057.xxx.xxx-38
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde – Central de Ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	00:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	POLO SLB – 5B55
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Jose Carlos Pires da Silva, para realizar consulta no Hospital Dona Libânia, em Fortaleza/CE, no dia 24/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Fortaleza/CE	24/09/2026	R$ 220,00	R$ 220,00

Importa a quantia de R$ 220,00 (Duzentos e Vinte Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:3ED76B5F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1546/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1546/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	0509966
DOCUMENTOS:	CPF: 455.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	11:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**POLO SLC 1I84**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Roberta Larissa da Silva França, para o Hospital Mariano Coelho, em Currais Novos/RN, no dia 24/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Currais Novos/RN	24/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:6F47BCF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1547/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1547/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	15244
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	10:40 h			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Anna Beatriz de Oliveira Ramalho, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 25/09/2026.				
HORÁRIO DE SAÍDA:				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**25.09.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:11685E80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1548/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1548/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	EDVÂNIA RODRIGUES DOS SANTOS
CARGO:	Técnica de Enfermagem
MATRÍCULA:	15605
DOCUMENTOS:	CPF: 014.205.784-30
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	10:40 h			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI 4I08			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Anna Beatriz de Oliveira Ramalho, do Hospital do Seridó, para a MEJC, em Natal/RN, no dia 25/09/2026.				
HORÁRIO DE SAÍDA:				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**25.09.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:B7149F2E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1549/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1549/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), com pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOISON CORTEZ DE ARAÚJO**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	14687
DOCUMENTOS:	CPF: 024.xxx.xxx-93
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	00:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ 6H94
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Rosa Soares de Araújo, para realizar atendimento no Hospital SARAH, em Fortaleza/CE, no dia 25/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Fortaleza/CE**	**25/09/2026**	**R$ 220,00**	**R$ 220,00**

Importa a quantia de R$ 220,00 (Duzentos e Vinte Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:EFF71E57

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1550/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1550/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ 6H87
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Rivania Alany Faria dos Santos, para o Hapvida Clinica Sul, em Natal/RN, no dia 25/09/2026.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**25/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:84B27486

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 568 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o **Processo nº 2025.07.16.0015;**

R E S O L V E:

Art.1º - **CONCEDER MUDANÇA DE NÍVEL DO QUADRO DO MAGISTÉRIO,** de **Professor PEM – LP/I** para **Professor PEM – LP/EII,** ao funcionário, **DAMIÃO GOMES DE ARAÚJO**, matrícula n° 1.1670/1, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:E82FF4D3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 567 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o **Processo nº 2026.07.29.0066;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **DECLARAR VACÂNCIA** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, da Secretaria Municipal de Educação, ocupado pelo servidor, **JOAQUIM HEITOR DE MEDEIROS**, matrícula nº 1.5696/1, em virtude de sua posse em outro cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:E9B1A16F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 569 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33 e com base no **Processo n° 2026.01.28.0076;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação com percentual de 7%, pela conclusão do Curso de Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, ao funcionário, **EDSON ARAÚJO DE MEDEIROS,** Agente de Endemias, matrícula n° 1.4223/1, lotado na Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:6F7394F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 570 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33 e com base no **Processo n° 2026.02.05.0077;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação com percentual de 7%, pela conclusão do Curso de Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, a funcionária, **ALINE PEREIRA ALVES,** Agente de Endemias, matrícula n° 1.4215/1, lotada na Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:1EC47F0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 571 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33 e com base no **Processo n° 2026.02.05.0078;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação com percentual de 7%, pela conclusão do Curso de Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, ao funcionário, **DEOCLECIO VANDERLEY DE ABREU,** Agente de Endemias, matrícula n° 1.4221/1, lotado na Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:FC2F42C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 572 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33 e com base no **Processo n° 2026.02.05.0079;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação com percentual de 7%, pela conclusão do Curso de Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, a funcionária, **PRISCILA MARIA GUEDES DA SILVA,** Agente de Endemias, matrícula n° 1.5052/1, lotada na Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:DF4C77F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 573 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33 e com base no **Processo n° 2026.01.28.0075;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação com percentual de 7%, pela conclusão do Curso de Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, ao funcionário, **LUCIELIO HENRIQUE SANTOS,** Agente de Endemias, matrícula n° 1.4237/1, lotado na Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:F6AF58CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 574 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V, e *nos* termos do artigo 76 e 77, do Capítulo XI, alínea e), da Lei Municipal nº 425/68 – Estatutos dos Servidores Municipais.

R E S O L V E:
Art.1º - **DECLARAR** vacante o cargo de Professora PEM-LP/I, antes ocupado pela servidora **ANAILDE BATISTA DOS SANTOS**, matricula nº 1.1907/1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar de 06 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:A8DED64C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 110/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 729027/2026

Aos **07** dias do mês de **Outubro** de **2026**, o Município de o **Município de CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, Pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.349.102/0001-29, com sede à Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, Caraúbas/RN – CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo Senhor **PAULO GIVAGO BARRETO ALVES,** Prefeito Municipal, portador do **CPF nº 089.***.***-39**, residente e domiciliado na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Conj. Guido Gurgel, Centro, CARAUBAS/RN – CEP: 59.780-000. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, do 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Lei Municipal nº 1.392/2023, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, à Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e as demais normas legais correlatas, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 031/2026**, **Processo Administrativo 729027/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens elencados em anexo, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa:
CAUASSU LOCACOES E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **28.676.712/0001-44**, com sede na **RUA FRANCISCO LEITE FERREIRA, Nº 162, BAIRRO CENTRO**, CEP **58.695-000**, no Município de **DESTERRO/PB**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **BERNARDINO DE CARVALHO CAMARA NETO,** portador(a) da Cédula de Identidade nº **2.XXX.179** e CPF nº **045.XXX.XXX-69**, cuja proposta foi classificada em **01º** lugar no certame nos itens, totalizando um valor de **R$ 262.800,00** conforme planilha anexa.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Prestação de serviços de roço nas estradas vicinais, com capina manual, poda de árvores, catação, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços, com fornecimento de todos os materiais equipamentos e mão de obra.	M²	120.000,00	R$ 2,19	R$ 262.800,00
VALOR TOTAL					R$ 262.800,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto desta Ata é o registro de preços para futura **contratação de pessoa jurídica visando a realização dos serviços de roço nas**

estradas vicinais do município de Caraúbas, atendendo as necessidades da secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas no anexo (encarte) que é parte integrante desta ata.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS/RN.**

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas as regras estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e no Lei Municipal 1.392/2023.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada/renovada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata.

Na hipótese de renovação prevista no Item 3.1, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as demais cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços serão renovadas.

Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da Ata.

Na hipótese de prorrogação apenas de prazo prevista no Item 3.1, o quantitativo permanecerá de acordo com o saldo disponível no momento da prorrogação, apenas para que se possa concluir a aquisição de acordo com a demanda inicial licitada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.2 e no item 4.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

As condições de fornecimento constam do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de **30 (trinta) dias**, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento

A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, e o objeto esteja previsto no Plano Plurianual.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

Todas as condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, que é parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e a proposta da empresa.

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o Foro da Comarca de CARAUBAS/RN, com exclusão de qualquer outro.

Município de **CARAÚBAS/RN**, 07 de **OUTUBRO** de **2026**.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

BERNARDINO DE CARVALHO CAMARA NETO
Representante da Empresa

CÍCERO BATISTA VELOSO
Portaria Seg N° 245/2026-GP
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Fiscal De Contrato

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:A4FC0413

SECRETARIA DE GOVERNO
NOTIFICAÇÃO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 42/2025 NOTIFICAÇÃO Nº 015/2026 – SMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025 CONTRATO Nº 42/2025

À
CH3 ELETRO E ELETRÔNICOS LTDA.
A/C Representante Legal
ASSUNTO: COMUNICAÇÃO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 42/2025 POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

O **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, considerando os documentos e ocorrências devidamente registrados no processo administrativo em referência, vem **NOTIFICAR** a empresa **CH3 ELETRO E ELETRÔNICOS LTDA.** acerca da **EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 42/2025**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 09/2025, pelos fundamentos a seguir expostos.

Conforme consta dos autos, foram regularmente encaminhadas à contratada as seguintes Ordens de Compra:

I – Ordem de Compra nº 2073/2026, do Fundo Municipal de Assistência Social, encaminhada em 14 de julho de 2026;

II – Ordem de Compra nº 2074/2026, da Controladoria Geral do Município, encaminhada em 14 de julho de 2026;

III – Ordem de Compra nº 2223/2026, do Fundo Municipal de Saúde, encaminhada em 20 de julho de 2026.

O instrumento contratual e o respectivo Termo de Referência estabeleceram prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento das respectivas Ordens de Compra, para entrega dos produtos.

Entretanto, transcorridos os prazos estabelecidos, os produtos não foram entregues, caracterizando descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Consta ainda dos autos que o Departamento de Compras realizou tentativas de solução administrativa da pendência, inclusive mediante comunicação eletrônica encaminhada em **24 de agosto de 2026**, solicitando esclarecimentos e previsão para o fornecimento dos produtos.

Em contato realizado com representante da empresa, foi alegada verbalmente dificuldade na obtenção dos produtos junto aos fornecedores em decorrência de situação de guerra. Contudo, apesar de solicitada manifestação formal, não foram apresentados documentos comprobatórios da alegação, tampouco previsão concreta para cumprimento das obrigações assumidas.

Em razão da ausência de fornecimento e da inexistência de previsão concreta de entrega, as Secretarias demandantes solicitaram a anulação dos respectivos empenhos, permanecendo, todavia, a necessidade administrativa dos produtos.

Posteriormente, visando oportunizar formalmente à contratada a apresentação de esclarecimentos acerca do inadimplemento, foi expedida notificação administrativa, encaminhada ao endereço eletrônico da empresa em 16 de setembro de 2026, concedendo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para manifestação.

Conforme Despacho Administrativo datado de 21 de setembro de 2026, foi certificado nos autos que, mesmo após o transcurso do prazo concedido, não houve qualquer resposta ou manifestação da empresa CH3 ELETRO E ELETRÔNICOS LTDA.

Desse modo, encontram-se documentados no processo administrativo o atraso na entrega, as tentativas de solução administrativa, a ausência de comprovação das justificativas apresentadas verbalmente e a ausência de resposta à notificação formal expedida pela Administração.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais e dos prazos constitui motivo para extinção do contrato, desde que a decisão seja formalmente motivada nos autos e observados o contraditório e a ampla defesa.

Diante dos fatos devidamente documentados e da persistência do inadimplemento, FICA A EMPRESA CH3 ELETRO E ELETRÔNICOS LTDA. FORMALMENTE NOTIFICADA DA EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 42/2025, por ato da Administração, com fundamento nos arts. 115, 137, incisos I e II, e

138, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais disposições constantes do instrumento convocatório e contratual.

A presente extinção contratual não se confunde com eventual aplicação de penalidade administrativa, devendo eventual responsabilização e aplicação de sanções observar procedimento próprio e as garantias legais do contraditório e da ampla defesa.

Fica igualmente assegurado à contratada o exercício do direito de recurso administrativo, na forma do art. 165, inciso I, alínea "e", da Lei nº 14.133/2021, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da intimação deste ato.

Determina-se que a presente decisão seja **comunicada à contratada pelos meios oficiais adotados no processo**, com comprovação de recebimento ou entrega, juntando-se aos autos os respectivos registros.

Após a comunicação, encaminhem-se os autos aos setores competentes para adoção das providências decorrentes da extinção contratual, inclusive quanto aos registros administrativos pertinentes e, permanecendo a necessidade dos produtos, à avaliação das medidas necessárias à continuidade do fornecimento.

Ressalta-se que o art. 90, § 7º, da Lei nº 14.133/2021 faculta à Administração, em consequência da extinção contratual, a convocação dos demais licitantes classificados para contratação do remanescente do fornecimento, observados a ordem de classificação e os critérios previstos nos §§ 2º e 4º do mesmo artigo.

FRANCISCO DE ASSIS DE MELO VARELA
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 003/2025 – GP

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:EA02FEB7

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DA CONTRATAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 – PROCESSO Nº 325021/2026 ORDEM DE COMPRA Nº 1.470/2026 – PROCESSO Nº 43/2026

O **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **08.349.102/0001-29**, por intermédio da autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, considerando os elementos constantes do processo administrativo em epígrafe e com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, resolve formalizar a **EXTINÇÃO UNILATERAL** da contratação mantida com a empresa **TRM NUNES COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **53.175.884/0001-81**, mediante as razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – DO OBJETO E DA CONTRATAÇÃO

A contratação decorre da **Ata de Registro de Preços nº 014/2026**, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 013/2026 – Processo nº 325021/2026**, com execução vinculada à **Ordem de Compra nº 1.470/2026 – Processo nº 43/2026**, tendo por objeto o fornecimento de **01 (um) veículo novo, zero quilômetro, destinado ao transporte sanitário, com acessibilidade para pessoa cadeirante**, conforme especificações estabelecidas no procedimento licitatório, Termo de Referência, proposta vencedora e demais documentos integrantes da contratação.

O valor correspondente à aquisição é de **R$ 329.800,00 (trezentos e vinte e nove mil e oitocentos reais)**.

II – DO HISTÓRICO E DO INADIMPLEMENTO

A **Ordem de Compra nº 1.470/2026** foi encaminhada à empresa TRM NUNES COMÉRCIO LTDA. em **25 de maio de 2026**, estabelecendo a obrigação de fornecimento do veículo nas condições resultantes do procedimento licitatório.

Diante da ausência de entrega do objeto, a Administração Municipal realizou sucessivas comunicações com a fornecedora, buscando a regularização da situação e o efetivo cumprimento da obrigação assumida.

Em **20 de agosto de 2026**, foi encaminhada nova comunicação solicitando posicionamento quanto à entrega do veículo.

Posteriormente, em **25 de agosto de 2026**, o Departamento de Compras comunicou formalmente a situação de inadimplemento, solicitando manifestação da empresa acerca do atraso e indicação de prazo devidamente justificado para cumprimento da obrigação, advertindo-a quanto à possibilidade de adoção das medidas administrativas cabíveis.

Em **31 de agosto de 2026**, a empresa apresentou manifestação na qual alegou dificuldades comerciais e operacionais relacionadas ao faturamento direto junto à fabricante Renault e requereu a substituição do veículo originalmente indicado, **Renault Master Minibus L2H2 2026/2026**, pelo **Peugeot Boxer Minibus 2026/2026**, apresentado como veículo de "11 lugares com DPM – Dispositivo de Poltrona Móvel", mantendo o valor global de **R$ 329.800,00**.

O pedido de substituição foi submetido à análise da **Secretaria Municipal de Saúde**, que, por intermédio do setor técnico competente, elaborou o **Parecer Técnico nº 001/2026**, concluindo pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da substituição proposta.

O setor técnico verificou, entre outros aspectos, que a configuração apresentada pela empresa não demonstrava atendimento integral à lotação exigida, ao sistema de acessibilidade destinado ao cadeirante, aos mecanismos de ancoragem e retenção e à documentação técnica necessária à configuração final do veículo.

Consignou-se, ainda, que o **DPM – Dispositivo de Poltrona Móvel** informado pela empresa constituía solução funcional distinta daquela prevista no item licitado, bem como que não haviam sido apresentados elementos suficientes para comprovar a configuração final do veículo, sua regularidade técnica e o atendimento integral das exigências da contratação.

III – DO PARECER JURÍDICO Nº 387/2026-PGM

A matéria foi submetida à **Procuradoria-Geral do Município de Caraúbas/RN**, que emitiu, em **17 de setembro de 2026**, o **Parecer Jurídico nº 387/2026-PGM**, tendo como referência o Memorando nº 001092/2026-SMS e o Parecer Técnico nº 001/2026.

O referido Parecer Jurídico reconheceu que a execução da contratação deve observar integralmente as condições que fundamentaram a licitação e a aceitação da proposta, à luz dos princípios da legalidade, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, eficiência e economicidade.

Destacou que, no Sistema de Registro de Preços, a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas e que a execução deve permanecer vinculada ao edital, ao Termo de Referência e à proposta vencedora.

A Procuradoria ressaltou que a empresa não poderia substituir unilateralmente o bem que serviu de base à contratação, sendo indispensáveis a prévia anuência da Administração e a demonstração objetiva de que eventual solução alternativa preservaria integralmente o objeto licitado.

O Parecer Jurídico esclareceu, expressamente, que o não acolhimento da substituição **não decorria de restrição à marca Peugeot**, mas da ausência de comprovação suficiente de que a configuração efetivamente oferecida atendesse aos requisitos funcionais, de segurança, acessibilidade, capacidade, documentação e garantia exigidos.

Conforme registrado no Parecer Técnico nº 001/2026 e acolhido pela Procuradoria, o objeto exige configuração que contemple **10 (dez) passageiros sentados, 01 (um) cadeirante permanecendo em sua própria cadeira de rodas e o motorista**, com área reservada, ancoragem em quatro pontos, cinto próprio e plataforma elevatória ou rampa.

A solução apresentada como "11 lugares com DPM" não demonstrou, de maneira suficiente, possuir as posições de transporte exigidas na configuração contratada. Ademais, segundo a análise técnica, o DPM informado deslocaria uma poltrona para possibilitar embarque e desembarque, enquanto o objeto exige que o usuário permaneça em sua própria cadeira de rodas, em área reservada e devidamente fixada.

Também não foram apresentados documentos suficientes para comprovar a configuração final e a regularidade técnica do veículo transformado, tendo o Parecer Jurídico registrado que a declaração da própria fornecedora e comparativo parcial não substituíam a documentação necessária à verificação objetiva da conformidade.

A Procuradoria consignou, ainda, que a manutenção do preço de **R$ 329.800,00** não comprovaria, por si só, equivalência técnica ou vantagem para a Administração e destacou a ausência de comprovação da impossibilidade superveniente de fornecimento do veículo originalmente indicado.

Ao final, o **Parecer Jurídico nº 387/2026-PGM** opinou:

a) pelo acolhimento do Parecer Técnico nº 001/2026, adotando suas conclusões como fundamento técnico da decisão administrativa;
b) pelo **não acolhimento** do pedido da empresa TRM NUNES COMÉRCIO LTDA. para substituição do Renault Master Minibus L2H2 2026/2026 pelo Peugeot Boxer Minibus 2026/2026 indicado como "11 lugares com DPM";
c) que qualquer veículo eventualmente apresentado deveria atender integralmente ao edital, ao Termo de Referência e às condições da contratação; e
d) que, enquanto não houvesse autorização formal para alteração, a empresa permaneceria vinculada às condições originalmente assumidas, não podendo entregar produto diverso sem prévia aprovação da Administração.
Dessa forma, com o não acolhimento do pedido de substituição, **permaneceu íntegra a obrigação da empresa de cumprir a contratação nas condições originalmente assumidas**.

IV – DA OPORTUNIDADE FINAL CONCEDIDA À EMPRESA

Após as análises técnica e jurídica e a decisão administrativa acerca do pedido de substituição, a empresa foi formalmente comunicada, sendo-lhe concedido prazo de **03 (três) dias úteis**, contado do recebimento da comunicação, para informar expressamente se cumpriria a obrigação originalmente assumida.
Foi expressamente consignado que o prazo se destinava à manifestação quanto ao cumprimento do objeto original, não constituindo oportunidade para formulação de novo pedido de substituição, complementação documental ou reabertura da análise anteriormente realizada.
Entretanto, conforme registrado no **Memorando nº 084/2026/DC/SMA, de 24 de setembro de 2026**, o prazo concedido transcorreu integralmente **sem qualquer manifestação da empresa**.
Permaneceu, portanto, sem atendimento a **Ordem de Compra nº 1.470/2026**, mesmo após as sucessivas comunicações realizadas pela Administração, análise do pedido apresentado pela própria empresa, emissão dos pareceres técnico e jurídico e concessão de oportunidade final para manifestação acerca do cumprimento da obrigação original.

V – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, entre os princípios aplicáveis às contratações públicas, os da legalidade, vinculação ao edital, motivação, julgamento objetivo, segurança jurídica, eficiência, interesse público e economicidade.
A inexecução verificada encontra fundamento para extinção no **art. 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, diante do não cumprimento das condições, especificações e prazos vinculados à contratação.
Por sua vez, o **art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021** admite a extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração nas hipóteses legalmente previstas, observada a necessidade de decisão formalmente motivada pela autoridade competente.
No caso concreto, verifica-se que a empresa:
a) não realizou a entrega do objeto originalmente contratado;
b) apresentou pedido de substituição que não demonstrou atendimento integral às exigências técnicas e funcionais do objeto;
c) teve o pedido de substituição não acolhido após análise técnica e jurídica;
d) permaneceu vinculada à obrigação originalmente assumida;
e) recebeu oportunidade expressa para informar se cumpriria a obrigação original; e
f) deixou transcorrer o prazo final de 03 (três) dias úteis sem apresentar manifestação.
O conjunto dos fatos e documentos constantes dos autos demonstra, assim, o inadimplemento da obrigação assumida e fornece motivação para a extinção unilateral da contratação, sem prejuízo da apuração, em procedimento próprio, de eventuais responsabilidades administrativas.

VI – DA DECISÃO

ANTE O EXPOSTO, considerando:
o procedimento licitatório e os documentos que integram a contratação;
a Ordem de Compra nº 1.470/2026;
as sucessivas comunicações realizadas à empresa;
o Parecer Técnico nº 001/2026;
o Memorando nº 001092/2026-SMS;
o Parecer Jurídico nº 387/2026-PGM;
a decisão de não acolhimento do pedido de substituição;
a manutenção da obrigação originalmente assumida pela fornecedora;
a concessão de prazo final de 03 (três) dias úteis para manifestação acerca do cumprimento da obrigação;
a ausência de qualquer manifestação da empresa no prazo concedido; e
o teor do Memorando nº 084/2026/DC/SMA, de 24 de setembro de 2026;
DECIDO PELA EXTINÇÃO UNILATERAL DA CONTRATAÇÃO decorrente da **Ordem de Compra nº 1.470/2026 – Processo nº 43/2026**, vinculada à **Ata de Registro de Preços nº 014/2026**, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 013/2026 – Processo nº 325021/2026**, mantida com a empresa **TRM NUNES COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 53.175.884/0001-81**, em razão do não cumprimento da obrigação assumida, com fundamento nos arts. **137, inciso I, e 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

VII – DAS PROVIDÊNCIAS

Determino:
I – a comunicação formal da presente decisão à empresa **TRM NUNES COMÉRCIO LTDA.**, com a devida comprovação de recebimento;
II – a adoção das providências administrativas necessárias à baixa e ao encerramento da Ordem de Compra nº 1.470/2026, observados os procedimentos pertinentes;
III – a realização dos registros necessários nos autos e nos sistemas administrativos utilizados pelo Município;
IV – a avaliação, pelo setor competente, quanto à instauração de procedimento administrativo próprio para apuração de eventual responsabilidade da empresa e aplicação das sanções legalmente cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
V – a apuração de eventual prejuízo suportado pela Administração em decorrência da inexecução;
VI – a adoção das providências administrativas necessárias à continuidade do atendimento da necessidade pública que originou a aquisição do veículo de transporte sanitário; e
VII – o cumprimento das formalidades de publicidade e demais registros legalmente exigíveis.
Eventual aplicação de penalidade deverá ser processada na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, em procedimento próprio, assegurando-se à empresa o exercício do contraditório e da ampla defesa.
O **Parecer Técnico nº 001/2026**, o **Memorando nº 001092/2026-SMS**, o **Parecer Jurídico nº 387/2026-PGM**, as comunicações realizadas à empresa e o **Memorando nº 084/2026/DC/SMA** passam a integrar a motivação deste ato para todos os fins.

Publique-se. Registre-se. Cientifique-se. Cumpra-se.

Caraúbas/RN, 25 de setembro de 2026.

FRANCISCO DE ASSIS DE MELO VARELA
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 003/2025 – GP

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:44BCB92E

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO VÍNCULO CONTRATUAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 ATA Nº 18/2025 CONTRATADA: SR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº **08.349.102/0001-29**, por intermédio da autoridade competente, no exercício de suas atribuições legais, considerando os elementos constantes do processo administrativo em epígrafe e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, resolve determinar a **EXTINÇÃO UNILATERAL DO VÍNCULO CONTRATUAL** mantido com a empresa **SR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.**, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I – DOS FATOS

A empresa **SR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.** foi contratada pelo Município de Caraúbas/RN por meio da **Ata nº 18/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 04/2026**, assumindo obrigações

de fornecimento de materiais destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais.

No curso da execução, foram regularmente encaminhadas à contratada as seguintes Ordens de Compra:

I – Ordem de Compra nº 2286/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, encaminhada em 29 de julho de 2026;

II – Ordem de Compra nº 2310/2026, do Fundo Municipal de Saúde, encaminhada em 29 de julho de 2026;

III – Ordem de Compra nº 2314/2026, do Fundo Municipal de Educação e Desporto, encaminhada em 30 de julho de 2026;

IV – Ordem de Compra nº 2319/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social, encaminhada em 29 de julho de 2026; e

V – Ordem de Compra nº 2321/2026, do Fundo Municipal de Assistência Social, encaminhada em 29 de julho de 2026.

Conforme estabelecido no instrumento da contratação e no respectivo Termo de Referência, o prazo para entrega dos produtos era de **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento das respectivas Ordens de Compra.

Entretanto, transcorrido o prazo estabelecido, **a contratada não efetuou a entrega dos produtos**, circunstância que levou o Departamento de Compras a realizar reiteradas tentativas de solução administrativa.

Em **31 de julho de 2026**, as Ordens de Compra foram novamente encaminhadas à empresa, buscando reforçar a solicitação e obter informações acerca do cumprimento das obrigações assumidas, não tendo sido apresentada resposta formal.

Houve, ainda, contato com representante da contratada, ocasião em que foi alegada verbalmente a existência de dificuldades relacionadas à logística interna. A justificativa, contudo, **não foi formalizada pela empresa, nem acompanhada de elementos capazes de demonstrar impedimento legítimo ao cumprimento da obrigação ou de previsão concreta para a realização das entregas**.

Diante da persistência da situação, as Secretarias demandantes solicitaram a anulação dos respectivos empenhos, sem prejuízo de registrarem que permanecia a necessidade administrativa dos produtos.

Os fatos foram consolidados pelo Departamento de Compras no **Memorando nº 077/2026/DC/SMA, de 02 de setembro de 2026**, que encaminhou a situação à autoridade competente para adoção das providências administrativas cabíveis.

II – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Antes da adoção de medida definitiva, foi instaurado procedimento administrativo destinado a assegurar à contratada o exercício do **contraditório e da ampla defesa**.

Conforme certificado nos autos, a empresa **SR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. foi formalmente notificada em 16 de setembro de 2026**, sendo-lhe concedido prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação de manifestação e defesa acerca dos fatos que lhe foram imputados.

Em **17 de setembro de 2026**, a empresa apresentou solicitação de esclarecimentos acerca da notificação, tendo o Setor de Compras prestado os esclarecimentos necessários na mesma data.

Posteriormente, a contratada formulou nova solicitação de esclarecimentos, igualmente atendida pela Administração, desta vez pelo Setor de Contratos/Licitações, em **21 de setembro de 2026**.

Apesar das oportunidades concedidas e dos esclarecimentos prestados pela Administração, **não houve apresentação de defesa formal, justificativa documental ou qualquer outro elemento capaz de afastar ou justificar o inadimplemento constatado**.

O prazo concedido para manifestação encerrou-se em **24 de setembro de 2026**, sem apresentação de defesa formal nos autos, conforme certificado no despacho administrativo datado de **25 de setembro de 2026**.

Assim, verifica-se que à contratada foi assegurada oportunidade efetiva de conhecimento dos fatos e de manifestação, em observância ao contraditório e à ampla defesa, garantias expressamente exigidas pelo art. 137 da Lei nº 14.133/2021 para a extinção fundada em inadimplemento contratual.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO

A execução dos contratos administrativos deve observar rigorosamente as condições pactuadas, cabendo ao contratado cumprir as obrigações assumidas nos prazos e condições estabelecidos no instrumento convocatório, Termo de Referência e demais documentos integrantes da contratação.

No caso concreto, restou documentalmente demonstrado que a contratada **deixou de cumprir as obrigações de fornecimento nos prazos estabelecidos**, mesmo após reiteradas comunicações da Administração e concessão de oportunidade para esclarecimento e regularização.

A situação enquadra-se, portanto, na hipótese prevista no **art. 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece como motivo para extinção contratual o não cumprimento ou o cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos. A extinção deve ser motivada nos autos, com contraditório e ampla defesa.

Por sua vez, o **art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021** admite que a extinção seja determinada por **ato unilateral e escrito da Administração**, ressalvada a hipótese de descumprimento decorrente da própria conduta administrativa. O § 1º do mesmo dispositivo determina que a medida seja precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

No presente caso, não consta dos autos fato imputável à Administração que tenha impossibilitado o cumprimento das obrigações. Ao contrário, estão documentados o encaminhamento das Ordens de Compra, as tentativas de contato, as comunicações posteriores, a notificação da contratada e os esclarecimentos prestados pela Administração.

Dessa forma, diante da **persistência do inadimplemento**, da ausência de entrega dos materiais e da inexistência de justificativa formal apta a afastar a responsabilidade da contratada, mostra-se devidamente motivada a extinção unilateral do vínculo.

IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, considerando os documentos constantes dos autos, especialmente o Memorando nº 077/2026/DC/SMA, as Ordens de Compra e respectivos comprovantes de encaminhamento, as comunicações realizadas com a empresa, a notificação expedida em 16 de setembro de 2026, os esclarecimentos prestados pela Administração e o despacho administrativo de 25 de setembro de 2026;

Considerando o descumprimento dos prazos e das obrigações de fornecimento assumidas pela empresa;

Considerando que foi oportunizado à contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem que tenha sido apresentada defesa formal dentro do prazo concedido;

Considerando, finalmente, que permanece caracterizada a situação de inadimplemento contratual;

DECIDO:

1. DETERMINAR A EXTINÇÃO UNILATERAL do vínculo contratual mantido entre o Município de Caraúbas/RN e a empresa **SR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.**, decorrente da **Ata nº 18/2025 – Pregão Eletrônico nº 04/2026**, com fundamento nos arts. **137, inciso I, e 138, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em razão do não cumprimento das obrigações e dos prazos estabelecidos na contratação.

2. DETERMINAR que os setores competentes promovam os registros administrativos decorrentes da presente extinção, inclusive quanto às Ordens de Compra e empenhos eventualmente ainda existentes, observadas as providências contábeis, financeiras e administrativas pertinentes.

3. DETERMINAR que a empresa **SR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA.** seja formalmente cientificada desta decisão, juntando-se aos autos o respectivo comprovante de recebimento.

4. DETERMINAR que seja avaliada, em procedimento próprio e observadas as garantias legais, a eventual responsabilização administrativa da empresa e a aplicação das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório, não se confundindo a presente extinção contratual com eventual aplicação de penalidade.

5. DETERMINAR, caso permaneça a necessidade administrativa dos objetos não fornecidos, o encaminhamento dos autos ao setor competente para avaliação e adoção das providências legalmente cabíveis destinadas à continuidade do atendimento das demandas das Secretarias Municipais.

Publique-se, quando exigível.

Registre-se.
Cientifique-se a contratada.
Adotem-se as providências necessárias.

FRANCISCO DE ASSIS DE MELO VARELA
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 003/2025 – GP

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D013D630

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2026

A Pregoeira Oficial da PMCD/RN torna público que dia 26 de outubro de 2026, às 08 horas (horário de Brasília), fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço POR LOTE, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO AMBRÓSIO SILVA. Torna público, ainda, que o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 043/2026, que tinha o mesmo objeto, foi declarado FRACASSADO. O edital com seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site www.carnaubadosdantas.rn.gov.br a partir de 08 de outubro de 2026.
06 de outubro de 2026.

MARIA DA PAZ DANTAS
Pregoeira

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:09DAE376

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 304 A/2026- GP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Altera a Portaria nº 1027/2025 – GP, de 14 de novembro de 2025, para dispor sobre a alteração do Articulador Municipal do Selo UNICEF – Edição 2025–2028

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as orientações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) referentes à Edição 2025–2028 do Selo UNICEF, considerando a comunicação encaminhada por meio do Ofício nº 060/2026 – PMCD/RN, de 24 de março de 2026, relativa à atualização da articulação municipal do Selo UNICEF,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 1027/2025 – GP, de 14 de novembro de 2025, no que se refere ao item "Articulador Municipal do Selo UNICEF – Edição 2025–2028", que passa a vigorar com a seguinte redação:

– **Articuladora Municipal do Selo UNICEF – Edição 2025–2028:**
Elita Desidéria de Medeiros Dantas - CPF: 087.***.***-27

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica revogada a designação anteriormente conferida a Antônio Batista Dantas Neto para o exercício da função de Articulador Municipal do Selo UNICEF – Edição 2025–2028.

Art. 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 1027/2025 – GP, de 14 de novembro de 2025, referentes aos demais mobilizadores dos Resultados Sistêmicos do Selo UNICEF – Edição 2025–2028.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2026.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba Dos Dantas/RN, em 07 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:D40C5670

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 905/2026- GP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"Nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação – CME do Município de Carnaúba dos Dantas/RN para o triênio 2026/2029 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal de Educação – CME de Carnaúba dos Dantas/RN, para o triênio 2026/2029, conforme representação dos segmentos abaixo especificados:

I – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal:
Titular: Juliana de Souza Medeiros – CPF nº 057.296.784-52
Suplente: Millena Dantas de Medeiros – CPF nº 068.631.884-65

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal:
Titular: Bárbara de Medeiros Dantas – CPF nº 087.548.864-14
Suplente: José Lúcio Silva – CPF nº 737.075.894-04

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Arthur Vinícius Silva de Medeiros – CPF nº 706.418.344-70
Suplente: Jucimara Régia dos Santos Vitor – CPF nº 033.817.914-35

IV – 01 (um) representante dos profissionais docentes efetivos em exercício na Rede Municipal de Ensino:
Titular: José Antonio Régis Dantas – CPF nº 108.041.274-33
Suplente: Dayse Dantas da Silva – CPF nº 067.753.084-69

V – 01 (um) representante dos profissionais de apoio efetivos em exercício na Rede Municipal de Ensino:
Titular: Jonathan Heracles Dantas – CPF nº 126.040.174-07
Suplente: Luisa Bertilia de Medeiros – CPF nº 086.379.904-36

VI – 01 (um) representante dos diretores escolares da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Maria Liane Silva de Carvalho – CPF nº 010.013.344-42
Suplente: Janaina de Moura Dantas – CPF nº 067.438.914-01

VII – 01 (um) representante dos pais ou responsáveis legais por estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino:
Titular: Elaine Milena de Arruda Dantas – CPF nº 091.591.574-02
Suplente: Ariedna Madja de Medeiros Silva – CPF nº 073.298.674-54

VIII – 01 (um) representante dos estudantes regularmente matriculados do 6º ao 9º ano da Rede Municipal de Ensino, com idade mínima de 14 (quatorze) anos:
Titular: Ana Louise de Medeiros – CPF nº 707.102.184-86
Suplente: Alexya Beatriz dos Santos Dantas – CPF nº 709.191.724-31

IX – 01 (um) representante do Conselho Tutelar:
Titular: Sandro Andrade de Azevêdo – CPF nº 966.345.614-00
Suplente: Rejane Maria de Araújo Silva – CPF nº 737.532.114-00

X – 01 (um) representante da Rede Estadual de Ensino com atuação no Município de Carnaúba dos Dantas/RN:
Titular: Joana D'arc Dantas Bezerra – CPF nº 043.374.624-65
Suplente: Maria do Desterro Gonçalves dos Santos – CPF nº 038.825.564-12

XI – 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Municipais – SINDSERP:
Titular: Maria das Vitórias Medeiros – CPF nº 028.012.184-99
Suplente: Guilherme José Neto – CPF nº 638.617.474-72

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação nomeados por esta Portaria será de 03 (três) anos, correspondente ao biênio 2026/2029, observadas as disposições previstas na legislação municipal que regulamenta o Conselho.

Art. 3º O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Educação será considerado de relevante interesse público, não sendo remunerado, ressalvadas as disposições previstas em legislação específica.

Art. 4º Os membros titulares serão substituídos por seus respectivos suplentes em suas ausências, impedimentos ou nos demais casos previstos na legislação e no Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 07 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:960F1F09

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 906/2026- GP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"Nomeia os membros da Comissão Municipal de Gestão Democrática, nos termos da Lei Complementar no 57/2026, e dá outras providências."

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARNAÚBA DOS DANTAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar no 57/2026, que disciplina a Gestão Democrática no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Municipal de Gestão Democrática, nos termos da Lei Complementar no 57/2026:

I – Setor Jurídico
Titular: Rubens Dantas de Carvalho
Suplente: Paula Giovana Araújo Medeiros

II – Controladoria
Titular: Ingrid Soares de Medeiros
Suplente: Maria de Fátima Soares Silva

III – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Titular: Francisco André Medeiros da Cunha
Suplente: Maria Lucineide Dantas de Carvalho

IV – Secretaria Municipal de Educação
Titular: Ailton Dantas de Azevedo
Suplente: Edilza de Lima Dantas Deoclecio

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 07 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

RÚBIA RAQUEL DANTAS ROQUE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:11E537B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 908/2026-GP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de licença-gestante a Servidoras Municipais".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Carnaúba dos Dantas/RN,

CONSIDERANDO o Art. 126 da Lei 423, de 30 de maio de 2001, que trata da Licença-gestante, no Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas.

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 07/10/2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a Servidora **ANA CARLA DANTAS**, matrícula nº 18278, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Infantil, lotada na Secretaria de Educação, Licença-gestante por 06 (seis) meses – no período de 29/09/2026 a 27/03/2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 29/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 07 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:20247552

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO TERMO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 62/2026

QUARTO TERMO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 62/2026

TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Nº 004/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 62/2026, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS

DANTAS E A EMPRESA FRANCENILDO DANTAS ME.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 08.088.254/0001-15, neste ato representado **o senhor KLEYTON MEDEIROS DANTAS**, inscrito no CPF: 091.640.884-13, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, Carnaúba dos Dantas/RN e, de outro lado, **FRANCENILDO DANTAS ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 70.324.744/0001-47, com sede na Tv. Antônio Dantas, 428, Carnaúba dos Dantas - RN, CEP: 59374-000, celebram o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO FUNDAMENTO

Fundamenta-se o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro no Ofício nº 004/2026 apresentado pela Empresa; no Ofício nº 235/2026-GP; no Parecer Técnico nº 042/2026 da Controladoria Geral do Município; no Parecer Jurídico de 05 de outubro de 2026; no Processo Administrativo nº 8042/2026; na Ata de Registro de Preços n° 62/2026, firmada entre as partes; no Edital de Pregão eletrônico nº 05/2026; na Lei nº 14.133/21; do artigo 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21, com suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA II – DO OBJETO E DO VALOR

2.1. O presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro tem por objeto a alteração do preço dos itens abaixo na tabela abaixo, a partir da data de assinatura deste Termo, em decorrência da oscilação dos preços de mercado, comprovada por notas fiscais e pela pesquisa mercadológica constantes do Processo nº 8042/2026 e acolhida pela Controladoria Geral do Município e pela Assessoria Jurídica, de acordo com o artigo 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	VALOR REGISTRADO ATUAL	VALOR REAJUSTADO
34618	ARROZ – TIPO 1 BRANCO	KG	R$ 3,98	R$ 4,89
34568	ARROZ PARBOILIZADO – TIPO 1	KG	R$ 3,89	R$ 4,89
25120	LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO – PACOTE – 200G	UN	R$ 7,25	R$ 8,49
34573	FLOCÃO DE MILHO – 500G	UN	R$ 1,30	R$ 1,39

2.2. Para as entregas subsequentes à data de assinatura deste Termo, aplicar-se-ão os novos valores registrados acima, a menos que o pedido de entrega tenha ocorrido antes do pedido de majoração dos preços, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2026.

CLÁUSULA III – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas para a execução deste Termo de reequilíbrio econômico-financeiro correrão à conta do orçamento específico, conforme dotações indicadas pelo Departamento de Contabilidade e Finanças e declaração de adequação orçamentária e financeira constantes do Processo nº 8042/2026, consignadas no orçamento vigente.

CLÁUSULA IV – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 62/2026.

CLÁUSULA V – DA PUBLICAÇÃO

5.1. O presente instrumento será publicado pelo **CONTRATANTE** em forma de extrato, no Diário Oficial, no prazo legal, nos termos do disposto da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores.

5.2. E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro a Ata de Registro de Preços n° 62/2026, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Carnaúba dos Dantas/RN, 07 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal
Contratante

FRANCENILDO DANTAS
Francenildo Dantas ME
Contratada

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:EA747438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 904/2026-GP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 21/09/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **ANA CAROLINE DE MEDEIROS DANTAS,** matrícula nº 18428, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico Bioquímico, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 12/10/2026 a 31/10/2026, correspondente ao período aquisitivo 19/05/2025 a 18/05/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 07 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:8495F35A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 907/2026-GP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 06/10/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **ISABELY DA SILVA DANTAS,** matrícula nº 1095, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 12/10/2026 a 31/10/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/03/2025 a 28/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 07 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:1054B51B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

SAAE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2026

CONTRATANTE: SAAE DE CEARÁ-MIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 08.120.370/0001-74.
CONTRATADA: VISION GESTAO CORPORATIVA, inscrita sob o CNPJ nº 55.445.082/0001-70.
OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviço móvel pessoal – SMP, com fornecimento de linhas telefônicas em plano pós-pago, bem como aquisição de aparelhos celulares para atender às necessidades administrativas e operacionais do serviço autônomo de água e esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN.
VALOR TOTAL: R$ 2.803,20 (dois mil, oitocentos e três reais e vinte centavos)
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS: As despesas para atender à presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do SAAE para o presente exercício e exercícios subsequentes através do Elemento Orçamentário "3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – PJ.
DATA: 07 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Willi Lopes do Nascimento Júnior/Diretor Geral/Pela Contratante e Paulo André Schumacher/Titular/Pela Contratada.

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:D89F3B96

SAAE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2026

CONTRATANTE: SAAE DE CEARÁ-MIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 08.120.370/0001-74.
CONTRATADA: T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 49.490.183/0001-60.
OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviço móvel pessoal – SMP, com fornecimento de linhas telefônicas em plano pós-pago, bem como aquisição de aparelhos celulares para atender às necessidades administrativas e operacionais do serviço autônomo de água e esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN.
VALOR TOTAL: R$ 18.379,30 (dezoito mil, trezentos e setenta e nove reais e trinta centavos)
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS: As despesas para atender à presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do SAAE para o presente exercício e exercícios subsequentes através do Elemento Orçamentário "44905200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
DATA: 07 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Willi Lopes do Nascimento Júnior/Diretor Geral/Pela Contratante e Thaila Saiana Andreatta da Silva/Titular/Pela Contratada.

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:6AB9836E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2026

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 024/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 10.669/2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN (CNPJ nº 11.810.526/0001-53).

DETENTORA DA ATA: CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ nº 42.753.718/0001-07).

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de eletrodomésticos destinados, prioritariamente, ao Hospital Municipal e aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e demais setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ceará-Mirim/RN.

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 61.290,60 (Sessenta e um mil, duzentos e noventa reais e sessenta centavos).

ITEM REGISTRADO:

Item 0013 (Cód. 0064835): Freezer Horizontal 417L, cor branca, tensão de alimentação 220V, 2 portas. Marca: MIDEA.

Quantidade: 20,00 UN

Valor Unitário: R$ 3.064,53

Valor Total do Item: R$ 61.290,60

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.377/2016 e Decreto Federal nº 7.892/2013.

DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

SIGNATÁRIOS:

Luana Maria Almeida Fernandes Bezerra – Secretária Municipal de Saúde (Órgão Gerenciador)

Paulo Henrique Andreani Araujo – Representante Legal da Empresa (Fornecedor Registrado)

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:E79205F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 063/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 11.325/2025-1DOC

ORIGEM: Termo de Adesão nº 016/2025 à Ata de Registro de Preços nº 039/2024 (Pregão Eletrônico nº 011/2024 - Município de Brejinho/RN).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN (CNPJ nº 08.004.061/0001-39).

CONTRATADA: DR DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 21.930.033/0001-00).

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original nº 063/2025, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula 4.2 do contrato originário.

PRAZO DE VIGÊNCIA PRORROGADO: 12 (doze) meses, com início em 08 de outubro de 2026 e término em 07 de outubro de 2027 (ou até a conclusão de novo procedimento licitatório e celebração do contrato substitutivo).

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e mantidas inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 063/2025 que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

SIGNATÁRIOS:

Pela Contratante: Antônio Henrique Câmara Bezerra (Prefeito Municipal)

Pela Contratada: João Rodrygo Cruz Ferreira do Nascimento (Representante Legal)

Publicado por:
Esther Praxedes Silva de Araujo
Código Identificador:0F26F4C6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02008.000005/2026 – INEXIGIBILIDADE 038/2026.

Com fundamento no Inciso I, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 02008.000005/2026, AUTORIZO a contratação direta, Inexigibilidade de Licitação nº 038/2026, cujo objeto é a contratação de concessionária autorizada para a execução da revisão preventiva programada da retroescavadeira CASE 575SV, compreendendo o fornecimento de peças, componentes, filtros, lubrificantes e demais materiais originais, bem como a prestação dos serviços de mão de obra especializada, conforme plano de manutenção do fabricante, visando à preservação da garantia de fábrica, ao perfeito funcionamento, à segurança operacional e à continuidade das atividades da Administração Pública com a empresa FORNECEDORA-MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ sob o nº 07.197.718/0009-16 no valor total de R$ 3.678,00 (três mil, seiscentos e setenta e oito reais).

Cerro Corá/RN, 07 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:72E2A126

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02013.000024/2026 – INEXIGIBILIDADE 039/2026.

Com fundamento no ART. 74, Inciso III, Alínea "C", e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 02013.000024/2026, AUTORIZO a contratação direta, Inexigibilidade de Licitação nº 039/2026, cujo objeto é a contratação de EMPRESA especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria, apoio operacional e administrativo à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cerro Corá/RN, no âmbito da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, compreendendo o Cadastro Único para Programas Sociais, Programa Bolsa Família, Proteção Social Básica e Especial e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, incluindo orientação, acompanhamento e suporte técnico às atividades, programas, serviços e instrumentos de gestão da Política Municipal de Assistência Social com a empresa DANILO BEZERRA ARAUJO, CNPJ sob o nº 19.686.025/0001-19 no valor mensal de 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) totalizando R$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).

Cerro Corá/RN, 07 de outubro de 2026.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:83D8BCC6

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 026/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02013.000023/2026.

O Município de Cerro Corá/RN, CNPJ: 08.173.502/0001-26, torna público, para conhecimento dos interessados, que por intermédio de seu agente de contratação, designado pela Portaria n° 042/2025 – GP, de 06 de janeiro de 2025, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 408, de 19 de dezembro de 2023 e demais normas aplicáveis.

OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de aviamentos e materiais de armarinho, destinados a atender às necessidades dos serviços, programas, projetos, oficinas e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cerro Corá/RN, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no processo de contratação.

O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa Eletrônica será realizado exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas deverão ser inseridas no sistema nos horários indicados a seguir:
1 – Início para cadastro da proposta: **08/10/2026 às 08h (oito horas);**
2 – Data e hora de término do recebimento de proposta: **14/10/2026 às 08h (oito horas);**
3 – Data e hora de início da fase de lances: **14/10/2026 às 08h:01m (oito horas e um minuto);**
4 – Data e hora de término da fase de lances: **14/10/2026 às 10h:01m (dez horas e um minuto);**
5 – A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo Sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, antes do início da sessão pública para lances.

Cerro Corá/RN, 06 de outubro de 2026.

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Agente de Contratação

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:9EFD7207

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 027/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02010.000008/2026.

O Município de Cerro Corá/RN, CNPJ: 08.173.502/0001-26, torna público, para conhecimento dos interessados, que por intermédio de seu agente de contratação, designado pela Portaria n° 042/2025 – GP, de 06 de janeiro de 2025, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 408, de 19 de dezembro de 2023 e demais normas aplicáveis.

OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de sistema de som, visando atender às atividades, projetos e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com apoio da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022.

O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa Eletrônica será realizado exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas deverão ser inseridas no sistema nos horários indicados a seguir:
1 – Início para cadastro da proposta: **08/10/2026 às 08h (oito horas);**
2 – Data e hora de término do recebimento de proposta: **15/10/2026 às 08h (oito horas);**
3 – Data e hora de início da fase de lances: **15/10/2026 às 08h:01m (oito horas e um minuto);**
4 – Data e hora de término da fase de lances: **15/10/2026 às 10h:01m (dez horas e um minuto);**
5 – A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo Sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, antes do início da sessão pública para lances.

Cerro Corá/RN, 06 de outubro de 2026.

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Agente de Contratação

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:1FE594C4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 066/2025 DISPENSA ELETRÔNICA N° 026/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 066/2025
DISPENSA ELETRÔNICA N° 026/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ
CNPJ: 08.173.502/0001-26
CONTRATADA: NUCLEO GOV SOLUCOES LTDA
CNPJ: 26.776.175/0001-89

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 026/2025 por mais 12 (doze) meses, com novo termo final em 07 de outubro de 2027, para: Contratação da licença de uso anual do software sistema CESTA DE PREÇOS, ferramenta de Tecnologia da Informação Web, como o objetivo de auxiliar a Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN, na elaboração de orçamentos estimativos para servirem de base nas licitações públicas, nas contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade), nas prorrogações contratuais e na adesão a Atas de Registro de Preços.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal e encontra amparo legal no Artigo 105 da Lei Federal n° 14133/21, referente ao Processo Licitatório n° 2516/2025, referente a Dispensa Eletrônica n° 026/2025.

Cerro Corá/RN, em 07 de outubro de 2026

MACIEL DOS SANTOS FREIRE –
Prefeito

FABYANA RAFAELLA NOGUEIRA HARPER COX –
Representante da Contratada

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:A1D62269

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 765/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **01 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:F7089A9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 766/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **03 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:539CC9D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 767/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **05 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:532344B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 768/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **08 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:09A022CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 769/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **10 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:A7825016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 770/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **12 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São

Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:D8F01EB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 771/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **15 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:389E7775

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 772/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **17 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:30DD2794

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 773/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **19 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:71DE99EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 774/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **22 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:0E919392

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 775/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **24 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:C4945903

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 776/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **26 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:1CA099E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA Nº. 777/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **José Veranilson da Silva** – CPF: XXX.632.044-XX, motorista – N4F, matricula nº. 0003239, a concessão de **1/2 (meia)** diária sem pernoite, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, no dia **29 de setembro de 2026**, conduzindo a paciente **M. J. S** encaminhada para realização de procedimentos especiais no Centro de Nefrologia Santa Rita LTDA. – Rua São Nicolau, 34 – Conjunto. Conego Monte – Santa Cruz/RN - CEP 59200-200.

Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 35,00 (Trinta e cinco reais)**, correspondente a **1/2 (meia)**, diária sem pernoite, e de conformidade com o **Art. 60 da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselito Garcia de Araújo
Código Identificador:32B2A7AD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 21/2026-ADIA O FERIADO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL Nº. 21/2026.

Dispõe sobre adiamento de Feriado Municipal nas Repartições Públicas Municipais, e dá outras providências.

Thales Watson Farias de Azevedo - Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO a necessidade de reorganizar o calendário de feriados para melhor atender ao interesse público;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal **nº 678/2026** que institui no âmbito do município o dia 08 de outubro, em homenagem à memória de José Pedro do primeiro Prefeito Eleito pelo voto popular no município.

CONSIDERANDO ainda que o dia 12 de outubro de 2026 segunda-feira) também é Feriado Nacional, alusivo a Padroeira do Brasil.

DECRETA:

Art. 1º – Fica adiado o Feriado Municipal em memória de José Pedro dje Farias - Primeiro Prefeito eleito de Coronel Ezequiel/RN, originalmente previsto para o dia 08 de outubro de 2026 (quinta-feira), para o dia 09 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Art. 2º – O disposto neste Decreto aplica-se a todos os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, bem como às entidades privadas localizadas no território do Município, ressalvadas as atividades essenciais.

Parágrafo Único - As atividades normais retornarão no dia 13 de outubro de 2026 (terça-feira).

Artigo 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Artigo 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, em 07 de outubro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel/RN

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:2D4308D6

GABINETE DO PREFEITO
LEI 678/2026 - INTITUI O FERIADO MUNICIPAL DE 8 DE OUTUBRO EM MEMÓRIA DO PREFEITO JOSE PEDRO DE FARIAS

LEI Nº 678/2026.

Institui no âmbito do municio de Coronel Ezequiel/RN, o feriado municipal de 8 de outubro, em homenagem à memória de José Pedro de Farias, primeiro Prefeito Eleito pelo voto popular do município, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Coronel Ezequiel, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, aprova:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Coronel Ezequiel Ezequiel/RN, o dia 8 de outubro como feriado município em memória de José Pedro de Farias, primeiro Prefeito eleito pelo voto popular do Município.

Parágrafo Único – A data terá por finalidade preservar e valorizar a memória política, administrativa e histórica do município de Coronel Ezequiel/RN, especialmente o processo de consolidação da representação popular democrática na administração municipal.

Art. 2º O Poder Público Municipal poderá promover, durante a semana em que estiver inserida a data prevista no art. 1º, atividades cívicas, históricas, culturais e educativas destinadas ao conhecimento da história política e administrativa de Coronel Ezequiel/RN.

Art. 3º As escolas da Rede Municipal de Ensino poderão desenvolver atividades voltadas ao resgate da memória do Município, de seus primeiros administradores e das pessoas que contribuíram para sua formação política, social e administrativa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

.
Coronel Ezequiel/RN, 07 de outubro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Projeto de Lei de Autoria do Vereador SIDNEY TELES DE MENEZES

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:EA9CAA68

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de inexigibilidade de licitação, nos moldes do art. 74, inciso III, linea "f" da Lei nº 14.133/2021.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação nº 025/2026, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL, PARA REALIZAR FORMAÇÃO PRESENCIAL VOLTADA PARA PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS DA REDE DE ENSINO, NO ÂMBITO DO PRO-ALFA, NO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN, em favor de CLÁUDIA SUELI RODRIGUES SANTA ROSA, inscrita no CPF 737.XXX.XXX-49, no valor global de R$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Coronel Ezequiel/RN, 07 de Outubro de 2026.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:3CFBE451

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 048-024/2026

A Prefeita Municipal de Coronel João Pessoa/RN, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 75, inc. II da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e considerando a regular instrução do processo administrativo nº **01751/2026**, **AUTORIZA** a contratação direta, por dispensa de licitação, para a execução do objeto abaixo especificado, nos termos do art. 72, inc. VIII, da referida lei.

A presente contratação tem por objeto à **contratação de empresa para a prestação de serviços de espetáculo artístico com personagens vivos, locação de brinquedos infláveis e fornecimento de guloseimas, compreendendo pipoca, algodão doce e sorvetes, para a realização de evento em comemoração ao Dia das Crianças, no dia 10 de outubro de 2026**, no valor total de **R$ 47.300,00 (quarenta e sete mil e trezentos reais).**

Verifica-se que processo administrativo encontra-se devidamente instruído com os artefatos de planejamento, tais como documento de formalização de demanda, termo de referência, estimativa de despesa, parecer jurídico, demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, comprovação do atendimento aos requisitos de habilitação e qualificação mínima, razão da escolha do contratado e justificativa de preço.

Diante do exposto, estando o processo corretamente instruído e demonstrada a presença dos pressupostos legais para a contratação direta, **AUTORIZO** a contratação, por dispensa de licitação em favor da empresa **AIRAN CRISANTO PONTES - ME,** inscrita no CNPJ nº **21.254.158/0001-68**.

Determino, por fim, a divulgação do presente ato no sitio eletrônico oficial, em observância ao parágrafo único do art. 72 da Lei federal nº 14.133/21, sem prejuízo das demais providencias de publicidade e formalização previstas na legislação aplicável.

Coronel João Pessoa/RN, 7 de outubro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Hesmo Bonifacio da Silva Souza
Código Identificador:6309E3D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 - REGISTRO DE PREÇO PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DE BLOCO COM 2 (DUAS) SALAS DE AULA, EM UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO MC/RN n° 119/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021

O Agente de Contratação do Município de Cruzeta/RN vem a público comunicar que no dia **08 de outubro de 2026**, no site oficial do Município: **www.cruzeta.rn.gov.br**, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: **https://www.gov.br/pncp/pt-br** e no Portal de Compras Públicas: **www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, regime de execução empreitado POR PREÇO UNITÁRIO, destinado ao **Registro de preço para a possível contratação de empresa especializada para ampliação de bloco com 2 (duas) salas de aula, em unidade municipal de educação infantil no município de Cruzeta/RN**. A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 26 de outubro de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília)**. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cplcruzetarn@gmail.com.

Cruzeta/RN, 07 de outubro de 2026.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:05C59AC3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

ERRATA DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

ONDE SE LÊ:

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **13 de outubro de 2026.**

LEIA-SE:

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **14 de outubro de 2026.**

Esta errata corresponde a publicação do:
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 027/2026

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 29/09/2026. Edição 3887.

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:A44D93DC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

ERRATA DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

ONDE SE LÊ:

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **19 de outubro de 2026.**

LEIA-SE:

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **20 de outubro de 2026.**

Esta errata corresponde a publicação do:
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 029/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVELCONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO GRADATIVO DEMEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, NÃO

CONSTANTESNA RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS - RENAME

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 07/10/2026. Edição 3893.

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:98A69FB0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
CREDENCIAMENTO N° 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 107/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
CREDENCIAMENTO N° 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 107/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN; CREDENCIADO(A): TIAGO DA SILVA ALMEIDA FERREIRA 08084551418, inscrita no CNPJ nº 43.161.844/0001-27; OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução gradativa dos serviços de Pedreiro; VIGÊNCIA: 06 de outubro de 2026 a 05 de outubro de 2027; VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 525.420,00 (quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte reais); UNIDADES: 02 - Gabinete Do Prefeito; 04 - secretaria municipal de administração e tributação; 05 - secretaria municipal de finanças e planejamento; 06 - secretaria municipal de educação, cultura e esporte; 07 - secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos; 08 - secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo; 09 - secretaria municipal de saúde; 10 - secretaria municipal de assistência social; 11 - secretaria municipal de agricultura e meio ambiente e pesca; Proj. Atividade: 2002 - Manutenção das atividades do gabinete; 2097- Manutenção das atividades de apoio a junta de serviço militar do Município; 2094 - Manutenção e estruturação para guarda municipal; 2040 - Manutenção das atividades e serviços do Conselho Tutelar; 2003 - Manutenção das atividades da secretaria municipal de administração e tributação; 2007 – Manutenção das atividades da secretaria municipal de finanças e planejamento; 2149 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de educação, cultura e esporte; 2012 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino infantil; 2013 - Manutenção do salário educação; 2019 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino pré-escola; 2020 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade ensino fundamental; 2021 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino EJA; 2022 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade ABE; 2027 – Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos; 2049 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo; 1062 - Manutenção do centro especializado em atendimento multifuncional - CEAM; 2029 - Manutenção do fundo municipal de saúde; 2004 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção primária em saúde; 2033 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção especializada em saúde; 2100 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de vigilância em saúde; 2038 – Manutenção das atividades e serviços da proteção social básica no SUAS; 2145 - Manutenção da secretaria municipal de assistência social; 2147 – Manutenção e fortalecimento do controle social no SUAS; 2106 – Manutenção das atividades e serviços do programa primeira infância no SUAS; 2111 – Aprimoramento da gestão descentralizada do programa bolsa família e cadastro único; 2089 – Implantação do centro de referência especializado da Assistência Social – CREAS; 2165 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de agricultura, meio ambiente e pesca; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - PJ; FONTE: 15000000 - recursos não vinculado de impostos; 15001001 - recursos não vinculados de impostos - despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino; 15500000 - transferência do salário educação; 15400000 - transferência do FUNDEB - impostos e transferência de impostos; 15001002 recursos não vinculados de impostos - despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - transferência fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do governo federal - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde; 16600000 - transferência de recursos do fundo nacional de assistência social - FNAS; 16610000 - transferência de recursos dos fundos estaduais de assistência social; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV c/c Art. 79, inciso I; Decreto nº 11.878/2024; Decreto Municipal n.º 1.280/2023; SUBSCRITORES: Joaquim José de Medeiros – pelo Credenciante e Tiago da Silva Almeida Ferreira – pelo(a) Credenciado(a).

Cruzeta/RN, 06 de outubro de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:7F9AE3F0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
CREDENCIAMENTO N° 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 107/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
CREDENCIAMENTO N° 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 107/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN; CREDENCIADO(A): 61.889.222 DIEGO MARADONA DE LIMA SANTOS, inscrita no CNPJ nº 61.889.222/0001-00; OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução gradativa dos serviços de Pedreiro; VIGÊNCIA: 06 de outubro de 2026 a 05 de outubro de 2027; VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 525.420,00 (quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte reais); UNIDADES: 02 - Gabinete Do Prefeito; 04 - secretaria municipal de administração e tributação; 05 - secretaria municipal de finanças e planejamento; 06 - secretaria municipal de educação, cultura e esporte; 07 - secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos; 08 - secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo; 09 - secretaria municipal de saúde; 10 - secretaria municipal de assistência social; 11 - secretaria municipal de agricultura e meio ambiente e pesca; Proj. Atividade: 2002 - Manutenção das atividades do gabinete; 2097- Manutenção das atividades de apoio a junta de serviço militar do Município; 2094 - Manutenção e estruturação para guarda municipal; 2040 - Manutenção das atividades e serviços do Conselho Tutelar; 2003 - Manutenção das atividades da secretaria municipal de administração e tributação; 2007 – Manutenção das atividades da secretaria municipal de finanças e planejamento; 2149 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de educação, cultura e esporte; 2012 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino infantil; 2013 - Manutenção do salário educação; 2019 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino pré-escola; 2020 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade ensino fundamental; 2021 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino EJA; 2022 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade ABE; 2027 – Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos; 2049 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo; 1062 - Manutenção do centro especializado em atendimento multifuncional - CEAM; 2029 - Manutenção do fundo municipal de saúde; 2004 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção primária em saúde; 2033 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção especializada em saúde; 2100 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de vigilância em saúde; 2038 – Manutenção das atividades e serviços da proteção social básica no SUAS; 2145 - Manutenção da secretaria municipal de assistência social; 2147 – Manutenção e

fortalecimento do controle social no SUAS; 2106 – Manutenção das atividades e serviços do programa primeira infância no SUAS; 2111 – Aprimoramento da gestão descentralizada do programa bolsa família e cadastro único; 2089 – Implantação do centro de referência especializado da Assistência Social – CREAS; 2165 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de agricultura, meio ambiente e pesca; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - PJ; FONTE: 15000000 - recursos não vinculado de impostos; 15001001 - recursos não vinculados de impostos - despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino; 15500000 - transferência do salário educação; 15400000 - transferência do FUNDEB - impostos e transferência de impostos; 15001002 recursos não vinculados de impostos - despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - transferência fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do governo federal - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde; 16600000 - transferência de recursos do fundo nacional de assistência social - FNAS; 16610000 - transferência de recursos dos fundos estaduais de assistência social; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV c/c Art. 79, inciso I; Decreto nº 11.878/2024; Decreto Municipal n.º 1.280/2023; SUBSCRITORES: Joaquim José de Medeiros – pelo Credenciante e Diego Maradona de Lima Santos – pelo(a) Credenciado(a).

Cruzeta/RN, 06 de outubro de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:16D21446

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
CREDENCIAMENTO N° 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 107/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
CREDENCIAMENTO N° 003/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 107/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN; CREDENCIADO(A): DF EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.048.853/0001-85; OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução gradativa dos serviços de Pedreiro; VIGÊNCIA: 06 de outubro de 2026 a 05 de outubro de 2027; VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: R$ 525.420,00 (quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte reais); UNIDADES: 02 - Gabinete Do Prefeito; 04 - secretaria municipal de administração e tributação; 05 - secretaria municipal de finanças e planejamento; 06 - secretaria municipal de educação, cultura e esporte; 07 - secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos; 08 - secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo; 09 - secretaria municipal de saúde; 10 - secretaria municipal de assistência social; 11 - secretaria municipal de agricultura e meio ambiente e pesca; Proj. Atividade: 2002 - Manutenção das atividades do gabinete; 2097- Manutenção das atividades de apoio a junta de serviço militar do Município; 2094 - Manutenção e estruturação para guarda municipal; 2040 - Manutenção das atividades e serviços do Conselho Tutelar; 2003 - Manutenção das atividades da secretaria municipal de administração e tributação; 2007 – Manutenção das atividades da secretaria municipal de finanças e planejamento; 2149 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de educação, cultura e esporte; 2012 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino infantil; 2013 - Manutenção do salário educação; 2019 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino pré-escola; 2020 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade ensino fundamental; 2021 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade de ensino EJA; 2022 - Manutenção das atividades e serviços da educação com qualidade na modalidade ABE; 2027 – Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de infraestrutura e serviços urbanos; 2049 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de desenvolvimento econômico e turismo; 1062 - Manutenção do centro especializado em atendimento multifuncional - CEAM; 2029 - Manutenção do fundo municipal de saúde; 2004 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção primária em saúde; 2033 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de atenção especializada em saúde; 2100 - Manutenção da oferta das atividades e serviços de vigilância em saúde; 2038 – Manutenção das atividades e serviços da proteção social básica no SUAS; 2145 - Manutenção da secretaria municipal de assistência social; 2147 – Manutenção e fortalecimento do controle social no SUAS; 2106 – Manutenção das atividades e serviços do programa primeira infância no SUAS; 2111 – Aprimoramento da gestão descentralizada do programa bolsa família e cadastro único; 2089 – Implantação do centro de referência especializado da Assistência Social – CREAS; 2165 - Manutenção das atividades e serviços da secretaria municipal de agricultura, meio ambiente e pesca; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - PJ; FONTE: 15000000 - recursos não vinculado de impostos; 15001001 - recursos não vinculados de impostos - despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino; 15500000 - transferência do salário educação; 15400000 - transferência do FUNDEB - impostos e transferência de impostos; 15001002 recursos não vinculados de impostos - despesas com ações e serviços públicos de saúde; 16000000 - transferência fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do governo federal - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde; 16600000 - transferência de recursos do fundo nacional de assistência social - FNAS; 16610000 - transferência de recursos dos fundos estaduais de assistência social; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV c/c Art. 79, inciso I; Decreto nº 11.878/2024; Decreto Municipal n.º 1.280/2023; SUBSCRITORES: Joaquim José de Medeiros – pelo Credenciante e Francisco Ivan de França Dias – pelo(a) Credenciado(a).

Cruzeta/RN, 06 de outubro de 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:9079E42A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo – Regularização Fundiária nº 08/2026
Requerente (s): Incorporadora e Construtora Alves e Oliveira LTDA

A COMISSÃO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO E AVALIAÇAO DE IMÓVEIS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA (RN), neste ato através de seu Presidente, no uso de suas
atribuições, e com fundamento no Art. 5º do Decreto Municipal nº em especial Decreto n° 1.024, de 25 de
fevereiro de 2019, e:
CONSIDERANDO a existência de Processo Administrativo em trâmite perante esta Comissão, no qual a
Requerente Incorporadora e Construtora Alves e Oliveira LTDA pleiteia a regularização fundiária
urbana- Reurb de Interesse Social (Reurb-S) o Reurb de interesse Específico (Reurb-E), do terreno,
situado na Rua Gentil Bruno de Araújo, nº 60, Santo Antônio, Cruzeta (RN), cadastrado no BCI nº
01.01.0112.0310.001;
CONSIDERANDO a necessidade de se apurar a existência ou não de disputa ou discordância sobre os
limites do imóvel objeto do presente processo administrativo.
CONSIDERANDO o que reza o Art. 5º do Decreto n° 1.024, de 25 de fevereiro de 2019.

Ficam NOTIFICADOS os titulares de domínio do residencial/terreno situado na Rua Gentil Bruno de
Araújo, nº 60, Santo Antônio, Cruzeta (RN), cadastrado no BCI nº 01.01.0112.0310.001; confinantes,
bem como terceiros eventualmente interessados para que, querendo, apresentem impugnação no prazo de
30 (trinta) dias, ao pedido de regularização fundiária impetrado pelo o Requerente Incorporadora e
Construtora Alves e Oliveira LTDA. As impugnações deverão ser protocoladas junto à COMISSÃO
ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO E AVALIAÇAO DE IMÓVEIS DE
CRUZETA(RN), localizada na própria sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Celso Azevedo,
86, Centro desta cidade.
Por fim, esclareço que a Comissão Especial de Regularização e Avaliação de Imóveis se encontra a
disposição para prestar qualquer esclarecimento que se faça necessário, de segunda à sexta feira, das
08:00 às 12:00 horas, na própria sede da Prefeitura Municipal.

Cruzeta (RN), 07 de outubro de 2026.

KLEIBER ROBISON DE SOUZA MEDEIROS
Membro da Comissão Especial de Regularização e Avaliação de Imóveis

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:D7B8BC79

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, E O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

CEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, CNPJ Nº 08.190.126-0001-00, sediada na Praça Desembargador Tomaz Salustino, 90 – Centro, Currais Novos/RN, neste ato representado Prefeito Municipal, **LUCAS GALVÃO DA CRUZ,** inscrito no CPF sob o n° ***.782.584-** e portador do Registro Geral - RG sob o n° ***877*, órgão expedidor SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Mandacaru, nº 80, Condomínio Parque Brejuí, Parque das Pedras, na cidade de Currais Novos/RN

CESSIONÁRIO: O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, sediado na Av. Perimetral Leste, 113, Cidade da Esperança, Natal/RN, inscrito no CNPJ nº 08.285.769/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Diretor Geral, **JONIELSON PEREIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, Rua Edgardo Medeiros, 415, Cond. Vila Flor, Casa 46 Pium (Distrito Litoral), 59160-730 - Parnamirim – RN, inscrito no CPF 010.979.944-57 e RG 2123040.

Os órgãos **CEDENTE** e **CESSIONÁRIO** *supra* qualificados resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Servidor Público entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos e o Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Norte, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do Termo de Cessão de Servidor Público entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos e o Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Norte, que tem por objeto a cessão da servidora pública municipal **SHEILA SUERDA DE MEDEIROS SOUSA**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matriculada sob o nº 1781-1, lotada na Secretaria Municipal Finanças e Planejamento do município de Currais Novos/RN, para desenvolver suas atividades junto **a 4ª CIRETRAN**, a partir de 19 de novembro de 2026, com ônus para o órgão **CESSIONÁRIO.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente Termo Aditivo prorroga até 17 de novembro de 2028 o Termo de Cessão de Servidor Público entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos e o Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Norte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as cláusulas do Convênio original que não sejam conflitantes com as alterações promovidas por meio deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O **CEDENTE** providenciará à sua conta a publicação deste Termo Aditivo, em extrato, no Diário Oficial do Município, em até 10 (dez) dias após sua celebração.

E, por assim terem ajustado, as partes convenentes o assinam em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente todas as cláusulas e condições deste Termo Aditivo.

Currais Novos/RN, 02 de outubro de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal de Currais Novos/RN

JONIELSON PEREIRA DE OLIVEIRA
Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Norte - DETRAN

SHEILA SUERDA DE MEDEIROS SOUSA
Agente Administrativo
Matricula: 1781-1

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:384418C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 63/2026

EMITIDA POR: SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS
SOLICITADA POR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Á
JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ sob n° 06.538.799/0001-50

SOUL GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA
CNPJ sob n° 24.327.852/0001-56

Considerando as diversas notificações anteriormente expedidas e regularmente encaminhadas às empresas contratadas, por meio das quais foi reiteradamente solicitada a apresentação da documentação necessária à fiscalização dos contratos administrativos em execução, sem que, até o presente momento, tenha sido apresentada, de forma integral, a documentação requerida, apesar das oportunidades concedidas;

Considerando, ainda, que, diante da ausência de atendimento às solicitações formuladas pela Administração, foram instaurados processos administrativos específicos para apuração das possíveis irregularidades e do eventual descumprimento das obrigações contratuais, nos termos das respectivas Portarias, quais sejam:

JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, nos termos da Portaria nº 97/2026, de 07 de janeiro de 2026; e

SOUL GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA, conforme Portaria nº 97/2026, de 23 de janeiro de 2026;

Considerando que, mesmo após a realização de sucessivas notificações e da instauração dos respectivos processos administrativos, não foram apresentados os dados e documentos solicitados pela Administração, permanecendo pendente o atendimento às determinações necessárias ao regular exercício da fiscalização contratual;

Considerando que a documentação solicitada é indispensável para a adequada fiscalização dos contratos e para a verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e contratuais assumidas pelas empresas contratadas, devendo ser apresentada:

Relação nominal atualizada de todos os trabalhadores terceirizados, contendo nome completo, função exercida, local de prestação dos serviços e data de admissão;
Comprovantes mensais de pagamento de salários e benefícios;
Comprovantes de recolhimento do FGTS e do INSS.
Considerando que a empresa SOUL GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA encaminhou o Ofício nº 17/2026, por meio do qual sustenta a inexistência de obrigatoriedade de apresentação da documentação solicitada, sob o fundamento de que tal exigência não estaria prevista no Contrato Administrativo nº 734/2022;

Considerando, entretanto, o disposto nas cláusulas 10.1.2, 10.1.7, 10.2.2, 11.1 e 11.4 do Contrato Administrativo nº 734/2022, bem como nas cláusulas 10.4, 10.6, 10.7, 10.8, 10.12, 10.18, 10.19, 13, 14.1, 14.3 e 14.4 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 58/2022, procedimento licitatório que deu origem ao referido contrato, as quais estabelecem expressamente obrigações relacionadas à prestação de informações, ao fornecimento de documentos e à colaboração da contratada com a fiscalização da execução contratual;

Considerando que as obrigações assumidas pelas empresas contratadas não se limitam à mera execução material dos serviços, abrangendo também o cumprimento integral das condições, exigências e obrigações estabelecidas no edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada e nos instrumentos contratuais deles decorrentes;
Considerando que a apresentação da documentação ora exigida decorre diretamente do poder-dever de fiscalização da Administração Pública, não constituindo inovação contratual, alteração unilateral indevida ou exigência estranha ao objeto contratado, mas medida necessária à verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada no procedimento licitatório e no contrato administrativo dele decorrente;

Considerando, ademais, que a exigência de apresentação da documentação decorre de determinação expressa do Ministério Público do Trabalho – MPT, no âmbito do Termo de Ajuste de Conduta – TAC firmado entre este Município e aquele órgão ministerial, cujo objetivo é prevenir, coibir e inibir irregularidades trabalhistas relacionadas às empresas terceirizadas que mantêm vínculo contratual com a Administração Municipal;

Considerando que a resistência ou omissão da contratada em fornecer informações e documentos necessários à fiscalização compromete o exercício regular das atribuições da Administração Pública e caracteriza, em tese, descumprimento das obrigações assumidas no procedimento licitatório e no contrato administrativo;

Considerando, por fim, que a manutenção da relação contratual pressupõe o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, inclusive aquelas relacionadas à fiscalização e à apresentação de documentos, e que o reiterado descumprimento dessas obrigações poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e contratuais pertinentes, inclusive a rescisão/extinção do contrato, conforme o caso, observados o contraditório, a ampla defesa e a legislação aplicável;

Resta, portanto, inequivocamente caracterizada a obrigatoriedade de apresentação da documentação solicitada, devendo as empresas contratadas atender à presente determinação em estrita observância às disposições contratuais, ao Termo de Referência, ao instrumento convocatório, ao TAC firmado com o Ministério Público do Trabalho e aos princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE

NOTIFICAR, pela presente, as empresas JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA e SOUL GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA, para que, no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, contados do efetivo recebimento desta notificação, apresentem integralmente toda a documentação anteriormente solicitada, especialmente:
Relação nominal atualizada de todos os trabalhadores terceirizados, contendo nome completo, função exercida, local de prestação dos serviços e data de admissão;
Comprovantes mensais de pagamento de salários e benefícios; e
Comprovantes de recolhimento do FGTS e do INSS (em caso de colaboradores por CLT).
Fica expressamente consignado que a presente notificação constitui nova e formal oportunidade para que as empresas regularizem o cumprimento das obrigações de fiscalização e fornecimento de informações, considerando que já foram expedidas diversas notificações anteriores e já foram instaurados processos administrativos em razão da ausência de atendimento às solicitações formuladas pela Administração.

O não atendimento integral da presente notificação, dentro do prazo estabelecido, será considerado descumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas no procedimento licitatório que deu origem aos respectivos contratos, bem como dos instrumentos contratuais dele decorrentes, sem prejuízo da apuração das responsabilidades cabíveis nos processos administrativos já instaurados.

Nessa hipótese, a Administração poderá adotar, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, todas as medidas administrativas e contratuais cabíveis, incluindo a aplicação das penalidades previstas na legislação e nos instrumentos que regem a contratação, a retenção de pagamentos, quando juridicamente cabível, com eventual repasse direto aos trabalhadores/prestadores de serviços, e, especialmente, a adoção das providências necessárias à rescisão/extinção contratual por descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Ressalta-se que a persistência da omissão, após reiteradas solicitações e oportunidades concedidas, poderá evidenciar o descumprimento injustificado das obrigações contratuais e das condições assumidas no processo licitatório, circunstância que poderá tornar insustentável a manutenção dos respectivos ajustes, sujeitando as contratadas às consequências administrativas e contratuais previstas na legislação vigente.

Por fim, fica consignado que a presente medida tem por finalidade assegurar a regularidade da execução contratual, a adequada fiscalização dos serviços, a proteção dos direitos dos trabalhadores terceirizados e o cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas perante a Administração Pública, especialmente aquelas decorrentes do procedimento licitatório, dos contratos administrativos e do Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho.

Currais Novos/RN, 07 de outubro de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:092C9910

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 64/2026

EMITIDA POR: SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS
SOLICITADA POR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Á
S P CONSTRUÇÕES EIRELI
CNPJ nº 09.029.248/0001-50

Considerando o Contrato Administrativo nº 996/2023, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 496/2022, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 40/2022, firmado entre o Município de Currais Novos/RN e a empresa S P CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.442.731/0001-36;

Considerando as denúncias recebidas pela Ouvidoria Municipal deste Município, registradas sob os Protocolos nº 27371/2026, 27372/2026, 27362/2026, 27373/2026 e 27358/2026, nas quais são relatadas possíveis irregularidades, como:

- repasse regular do FGTS;
- a retenção em folha de pagamento e o não repasse às respectivas instituições financeiras de valores referentes a empréstimos consignados;
- o não pagamento do salário-família;
- a realização de descontos supostamente indevidos nos salários de alguns colaboradores, inclusive em situações nas quais os respectivos empréstimos consignados já teriam sido integralmente quitados pelos colaboradores, permanecendo, contudo, os descontos em folha e/ou a ausência de repasse dos valores às respectivas instituições financeiras.

Considerando que o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais encargos decorrentes da relação de trabalho é de responsabilidade da empresa contratada, cabendo-lhe adotar as providências necessárias para assegurar o correto cumprimento de tais obrigações;

Considerando, ainda, o dever do Município de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como as obrigações assumidas no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT), especialmente quanto ao acompanhamento e à adoção das providências cabíveis diante de eventuais irregularidades envolvendo trabalhadores de empresas terceirizadas contratadas pelo Município;

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa S P CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.442.731/0001-36, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta notificação, apresente os devidos esclarecimentos acerca das situações relatadas e adote as providências necessárias para a regularização de eventuais pendências e irregularidades relacionadas aos seus colaboradores.
A empresa deverá, ainda, apresentar, dentro do prazo estabelecido, a documentação comprobatória das providências adotadas, quando cabível, para fins de acompanhamento e fiscalização por parte do Município.

O não atendimento à presente notificação poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, nos termos da legislação aplicável e das disposições previstas no contrato administrativo.

Currais Novos/RN, 07 de outubro de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:883CD4F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 65/2026

EMITIDA POR: SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS
SOLICITADA POR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

À
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
CNPJ nº 05.340.639/0001-30

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, no uso de suas atribuições legais e administrativas, por meio da presente, NOTIFICA a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30, acerca de fatos relacionados ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do Contrato Administrativo nº 01/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90041/2026, pelos fundamentos a seguir expostos.

CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 01/2026, celebrado entre o Município de Currais Novos/RN e a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90041/2026, cujo objeto compreende a prestação dos serviços de gerenciamento da frota municipal;

CONSIDERANDO que, nos termos da Cláusula 4.1.5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), constitui obrigação da contratada realizar o cadastramento das Ordens de Serviço e/ou Notas de Empenho no sistema de gerenciamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do respectivo envio pelo Setor de Compras deste Município, bem como proceder ao adequado enquadramento desses documentos nas correspondentes unidades orçamentárias;

CONSIDERANDO que o Município vem encaminhando regularmente as Ordens de Serviço e as Notas de Empenho à contratada, por meio de correio eletrônico, em conformidade com o procedimento estabelecido no Termo de Referência e demais documentos que integram o instrumento convocatório e o contrato;

CONSIDERANDO que, não obstante o regular encaminhamento dos documentos pelo Município, vêm sendo constatados atrasos e entraves no cadastramento das Ordens de Serviço e Notas de Empenho no sistema de gerenciamento, comprometendo o cumprimento do prazo estabelecido contratualmente;

CONSIDERANDO que a empresa vem realizando o cadastramento de diversas unidades orçamentárias vinculadas a uma mesma Secretaria Municipal, em razão de alterações ou mudanças nas dotações orçamentárias, situação que decorre da própria dinâmica da execução orçamentária municipal e da discricionariedade administrativa do Município na distribuição e utilização dos recursos destinados a cada Secretaria;

CONSIDERANDO que a alteração de dotação orçamentária não implica, por si só, a criação de uma nova unidade administrativa ou Secretaria Municipal, devendo o sistema de gerenciamento refletir adequadamente a estrutura administrativa e organizacional do Município, de modo a assegurar maior eficiência, clareza e funcionalidade na gestão da frota;

CONSIDERANDO que a contratação do sistema de gerenciamento de frota tem, entre suas principais finalidades, proporcionar maior eficiência, agilidade, controle e transparência na gestão dos abastecimentos da frota municipal, objetivos que acabam prejudicados diante dos entraves e procedimentos burocráticos que vêm sendo impostos pela contratada, quando estes não encontram respaldo nas obrigações estabelecidas no Edital, no Termo de Referência ou no instrumento contratual;

CONSIDERANDO que os atrasos e entraves verificados vêm ocasionando prejuízos ao regular funcionamento dos serviços municipais, especialmente no que se refere à autorização, controle e execução dos abastecimentos da frota, podendo comprometer a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pelo Município;

CONSIDERANDO, por fim, que compete à contratada cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando os prazos, procedimentos e condições estabelecidos no instrumento convocatório, no Termo de Referência e no contrato administrativo, não podendo estabelecer unilateralmente procedimentos ou exigências que dificultem ou inviabilizem a execução regular do objeto contratado;

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA para que, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta Notificação, adote as providências necessárias para:

a) promover a imediata regularização dos cadastros das Ordens de Serviço e das Notas de Empenho já encaminhadas pelo Município e que ainda não tenham sido devidamente cadastradas no sistema de gerenciamento;

b) observar rigorosamente o prazo contratual de 24 (vinte e quatro) horas para o cadastramento das Ordens de Serviço e/ou Notas de Empenho, contado do respectivo envio pelo Setor de Compras do Município;

c) revisar e organizar as unidades cadastradas no sistema de gerenciamento, de modo que estas correspondam às respectivas Secretarias e unidades administrativas municipais, evitando-se a criação ou multiplicação de unidades em razão de meras alterações ou divisões de dotações orçamentárias;

d) assegurar que eventuais alterações de dotações orçamentárias sejam tratadas de forma compatível com a estrutura administrativa do Município, sem criar obstáculos ou procedimentos que comprometam o regular funcionamento do sistema de gerenciamento;

e) adotar todas as medidas administrativas e operacionais necessárias para garantir a continuidade, celeridade e regularidade dos serviços de gerenciamento e abastecimento da frota municipal, em estrita observância às condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

A empresa fica, desde já, CIENTE de que o não atendimento desta Notificação no prazo estabelecido, bem como a continuidade das irregularidades ora apontadas, poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive a aplicação das sanções previstas no instrumento contratual, no Edital, no Termo de Referência e na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa nos termos da legislação aplicável.

Fica igualmente consignado que a persistência do descumprimento das obrigações contratuais poderá ensejar a adoção das medidas necessárias à extinção do contrato, na forma e nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades e da aplicação das demais medidas legalmente cabíveis.

Por fim, ressalta-se que a presente Notificação tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, restabelecer a regularidade da execução do objeto e garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos municipais, devendo a contratada adotar as providências necessárias dentro do prazo estabelecido.

Currais Novos/RN, 07 de outubro de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:196D9BEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.425, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

A Secretária Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017;

Considerando o artigo 95, inciso VI, art. 103, art. 104 e art. 105, da Lei Complementar nº 07, de 15/12/2006;

Considerando o teor do requerimento de autoria do(a) servidor(a), protocolizado sob o nº 27.994/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) Maria do Céo Araújo, matrícula nº 2009, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 3 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 1998-2003 com usufruto no período compreendido entre 13/10/2026 a 10/01/2027.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 13 outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 06 de outubro de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:66757038

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.426, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

A Secretária Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017;

Considerando o artigo 95, inciso VI, art. 103, art. 104 e art. 105, da Lei Complementar nº 07, de 15/12/2006;

Considerando o teor do requerimento de autoria do(a) servidor(a), protocolizado sob o nº 28.182/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) José Gilberto Elias, matrícula nº 2360, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 3 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 2010-2015, com usufruto no período compreendido entre 13/10/2026 a 10/01/2027.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 13 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 06 de outubro de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:44436C8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 120 DE 03 DE OUTUBRO DE 2026.

Trata da autorização de captação de recursos Incentivados por entidades através do Fundo Municipal da Infancia e da Adolescencia.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Currais Novos/RN,no uso de suas atribuições legais e de acordo com regramento disposto na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 3.409/2020.

CONSIDERANDO a lei nº. 3.409 de 02 de janeiro de 2019. As pessoas que assinam a presente declaração foram empossadas conforme a portaria nº 1.121 de 29 de maio de 2025 com mandato até 27 de maio de 2027. O Fundo Municipal dos Direitos da crainça e do Adolescente foi estabelecido pela lei nº 1214 de 5 de setembro de 1991 e atualizada pela lei 3.409 de 02 de janeiro de 2019, o seu decreto de regulamentação é o 3.935 de 29 de novembro de 2011, com CNPJ 15.114.345/0001-43 e tem natureza jurídica 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.692, de 3 de outubro de 2023, que alterou o ECA e acrescentou os §§ 2º-A e 2º-B ao art. 260 e a resolução 11/2015 do CMDCA Currais Novos que disciplina a captação de recursos incentivados por entidades inscritas e com projetos aprovaos neste conselho.

CONSIDERANDO a aprovação da autorização para captação de recursos na reunião ordinaria do dia 29 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a captação de recursos pelas seguintes entidades e projetos
1. PROJETO VIDA NOVA – O TATAME EDUCANDO PARA A VIDA da Associação Vida Nova de Jiujitsu, CNPJ 47.872.183/0001-07, NO VALOR DE R$ 84.600,00;

2. PROJETO AURA Conectando Futuros: Educação, Cultura e Tecnologia para Transformar Vidas da ONG AGENTES DA PAZ, CNPJ 16.972.206/0001-13 no valor de R$187.300,00;

3. PROJETO FORTALECE OSCs - Capacitação, Gestão, Transparência e Sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil da ONG AGENTES DA PAZ, CNPJ 16.972.206/0001-13 no valor de R$120.000,00

Art. 2º O periodo de captação de recursos será de 24 meses a contar de sua publicação.

Art. 3º Os projetos receberão repasse de recursos conforme a legislação municipal e a Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 4º Caso 0 projeto não seja selecionado poderá buscar a captação de recursos através de outros parceiros dentro do periodo estabelecido estando sujeito a mesma legislação

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Currais Novos/RN, 03 de outubro de 2026.

LUZITÉRCIO DA SILVA ALBUQUERQUE
Presidente do CMDCA Portaria nº 1.121/2025

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0FA53F81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONVOCAÇÃO N° 001/2026

Ato de Convocação n° 001/2026

Convoca a Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN para Sessão Extraordinária, na forma do art. 30, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, **Maria de Fátima Leite Gonçalves**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 009.146.514-12, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 41 e 42 da Lei Orgânica Municipal nº 046/90 e, especialmente, a prerrogativa privativa e autoexecutável que lhe outorga o **art. 30, inciso I**, do mesmo diploma,

Considerando que o art. 30, inciso I, da Lei Orgânica Municipal dispõe, com clareza literal, que "a câmara municipal se reunirá extraordinariamente, mediante convocação: I – Do Prefeito, quando este entender necessário", conferindo ao Chefe do Poder Executivo juízo próprio, discricionário e não condicionado a anuência, filtro ou deliberação de qualquer órgão do Poder Legislativo;

Considerando que, tratando-se de convocação partida do Prefeito, ao Presidente da Câmara Municipal não compete convocar, deliberar ou avaliar a conveniência do ato, mas exclusivamente comunicá-lo aos Vereadores, por dever vinculado expressamente previsto no art. 26, XIV, alínea "a", do Regimento Interno — "Convocar Sessões Extraordinárias da Câmara, e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito e da maioria absoluta dos membros";

Considerando que foram regularmente protocolizados nesta Casa Legislativa, pelo Poder Executivo, os seguintes Projetos de Lei, todos de iniciativa privativa da Chefia do Executivo:

Projeto de Lei	Objeto	Data de remessa
PL nº 017/2026 – Crédito Especial – Saúde da Mulher / Atenção Primária à Saúde	Abertura de crédito especial no valor de R$ 320.038,00, com recursos do Ministério da Saúde (Proposta nº 36000800594202600)	30/06/2026
PL nº 018/2026 – Crédito Especial – Calçamento da Comunidade Lagoa de Dentro	Abertura de crédito especial no valor de R$ 700.000,00, com recursos de convênio estadual (Processo nº 02210140.000845/2026-61 – Convênio 006/2026 – SIN/RN)	29/07/2026
PL nº 019/2026 – Crédito Especial – Pavimentação Asfáltica	Abertura de crédito especial no valor de R$ 552.263,00, com recursos de convênio estadual (Processo nº 02210140.000950/2026-09 – Convênio 012/2026 – SIN/RN)	29/07/2026

Considerando que a autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial é matéria de competência da Câmara Municipal com sanção do Prefeito, nos termos do art. 15, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e do art. 33, IV, alínea "a", do Regimento Interno, e requisito legal indispensável à execução da despesa, na forma dos arts. 41, II, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, de modo que, sem a deliberação do Legislativo, o Poder Executivo está juridicamente impedido de dar início à obra;

Considerando, por tudo quanto exposto, que as matérias objeto desta convocação são altamente relevantes e urgentes, satisfazendo integralmente o requisito material do art. 98, § 1º, do Regimento Interno;

Considerando, finalmente, o dever de publicidade dos atos oficiais imposto pelo art. 42, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 37, caput, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica **CONVOCADA** a Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN para a realização de **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, com fundamento no art. 30, inciso I, da Lei Orgânica Municipal nº 046/90 e no art. 98 do Regimento Interno.

Art. 2º — A Sessão Extraordinária ora convocada, realizar-se-á no dia **14 (quatorze)** de **outubro de 2026, às 09h**, no recinto destinado ao funcionamento da Câmara Municipal, ou de forma remota, nos termos do art. 101 do Regimento Interno.

Parágrafo único. A data ora designada observa a antecedência mínima de **03 (três) dias** exigida pelo parágrafo único do art. 31 da Lei Orgânica Municipal, a qual prevalece sobre o prazo de 02 (dois) dias constante do art. 118 do Regimento Interno, por força do critério hierárquico.

Art. 3º — Nos termos do art. 31, caput, da Lei Orgânica Municipal e do art. 119 do Regimento Interno, a Sessão Extraordinária ora convocada compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia e nela a Câmara Municipal deliberará unicamente sobre as seguintes matérias:

Projeto de Lei	Objeto	Data de remessa
PL nº 017/2026 – Crédito Especial – Saúde da Mulher / Atenção Primária à Saúde	Abertura de crédito especial no valor de R$ 320.038,00, com recursos do Ministério da Saúde (Proposta nº 36000800594202600)	30/06/2026
PL nº 018/2026 – Crédito Especial – Calçamento da Comunidade Lagoa de Dentro	Abertura de crédito especial no valor de R$ 700.000,00, com recursos de convênio estadual (Processo nº 02210140.000845/2026-61 – Convênio 006/2026 – SIN/RN)	29/07/2026
PL nº 019/2026 – Crédito Especial – Pavimentação Asfáltica	Abertura de crédito especial no valor de R$ 552.263,00, com recursos de convênio estadual (Processo nº 02210140.000950/2026-09 – Convênio 012/2026 – SIN/RN)	29/07/2026

§ 1º Matéria estranha ao rol deste artigo não poderá ser apreciada na Sessão ora convocada, por vedação expressa do art. 31 da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º Aplicam-se à Sessão Extraordinária, no que couber, as disposições atinentes às Sessões Ordinárias, na forma do parágrafo único do art. 119 do Regimento Interno.

Art. 4º — Fica o Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal **REQUISITADO(A)** a dar cumprimento ao dever vinculado previsto no art. 26, XIV, alínea "a", do Regimento Interno, comunicando, por escrito, a presente convocação a todos os Vereadores, no prazo hábil a assegurar a antecedência regimental.
Parágrafo único. Sem prejuízo do dever de que trata o caput, e em caráter meramente cautelar e supletivo, o Poder Executivo procederá à entrega direta de cópia deste Ato a cada Vereador, mediante recibo, na forma do documento anexo, não se convalidando com isso eventual omissão do dever regimental de comunicação.
Art. 5º — Este Ato será publicado no órgão oficial de imprensa do Município e, cumulativamente, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal, bem como divulgado nos meios eletrônicos oficiais do Poder Executivo, para amplo conhecimento público, atendendo ainda ao disposto no art. 96, § 1º, do Regimento Interno.
Art. 6º — Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Doutor Severiano/RN, em 07 de outubro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita

Publique – Se. Registre-se. Cumpra-se.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:9FC0DED6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202606180001 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08020001/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

PREÂMBULO
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.355.760/0001-23, com sede na Rua Afonso Rodrigues, nº 48, Centro, Encanto/RN, CEP 59.905-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA**; e a empresa **POSTO BOLIVEL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.355.441/0001-55 e Inscrição Estadual nº 20.099.646-0, com sede na Rua Manoel Alexandre, nº 933, Princesinha do Oeste, Pau dos Ferros/RN, CEP 59.900-000, neste ato representada por sua Administradora, Sra. **LADJANE LOPES FRANÇA MAGNUS**, portadora do CPF nº 813.236.624-72; resolvem lavrar o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, observando as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a redução dos preços unitários registrados para os itens de combustível Diesel Comum (S500) e Diesel S10, referentes à Ata de Registro de Preços nº 202606180001, destinada à futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos das secretarias municipais de Encanto/RN.
1.2. O presente reajuste fundamenta-se no artigo 124, inciso II, alínea "d", e no artigo 136, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nas Seções 6 e 7 da Ata de Registro de Preços nº 202606180001 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, decorrendo de manifestação espontânea e formalizada pelo fornecedor registrado por meio do Ofício nº 09/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
2.1. Em decorrência do alinhamento aos preços praticados no mercado, os valores unitários registrados passam a vigorar conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade Registrada	Valor Unitário Anterior (R$)	Valor Unitário Atualizado (R$)
1	GASOLINA COMUM	LITROS	100.000,0	R$ 6,75	**R$ 6,79**
2	DIESEL COMUM (S500)	LITROS	56.000,0	R$ 7,48	**R$ 7,29**
3	DIESEL S10	LITROS	149.000,0	R$ 7,55	**R$ 7,39**

2.2. O preço da **Gasolina Comum** passou para **R$ 6,79 por litro**.
2.3. O item **Diesel Comum (S500)** passou para **R$ 7,29 por litro**.
2.4. O item **Diesel S10** passou para **R$ 7,39 por litro**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO E DA ECONOMIA GERADA
3.1. Em razão da redução dos preços unitários do Diesel Comum e do Diesel S10, o valor total global registrado da Ata de Registro de Preços nº 202606180001 é reduzido de **R$ 2.218.830,00** (*dois milhões, duzentos e dezoito mil, oitocentos e trinta reais*) para **R$ 2.184.350,00** (*dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais*).
3.2. A adequação representa uma **economia total estimada de R$ 34.480,00** (*trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais*) aos cofres públicos do Município de Encanto/RN durante a vigência do registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS EFEITOS FINANCEIROS
4.1. O presente apostilamento produz efeitos financeiros a contar de **01 de setembro de 2026**, data fixada no Ofício nº 09/2026 do fornecedor para a vigência dos novos preços praticados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
5.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações constantes na Ata de Registro de Preços nº 202606180001 e no Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2026 que não conflitem com este instrumento.

ENCANTO/RN, 01 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Encanto/RN
ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:A39CCC81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 140901/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 140901/2026

O Município de Encanto/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 070/2023, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 140901/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada visando a contratação de empresa especializada visando a confecção bem como aquisição de materiais e equipamentos ortopédicos para atender as necessidades dos pacientes atendidos pelo Município, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência **pelo valor de R$ 38.557,04 (trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos),** em favor da empresa ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – Oficina Ortopédica de Pau dos Ferros/RN.

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Encanto/RN, 07 de outubro de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 140901/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14090001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 140901/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO ENCANTO/RN.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – OFICINA ORTOPÉDICA DE PAU DOS FERROS/RN.

OBJETO: contratação de empresa especializada visando a confecção bem como aquisição de materiais e equipamentos ortopédicos para atender as necessidades dos pacientes atendidos pelo Município, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência

VALOR TOTAL: R$ 38.557,04 (Trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, Inciso I e II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.
Encanto/RN, 07 de outubro de 2026

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:9CC9A0B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 071001/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 071001/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN
CONTRATADA: WALMIK FERNANDES MAGALHAES

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reforma dos estofados dos bancos de ônibus escolares, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, com substituição do revestimento em courvin (corvin), aplicação de espuma de densidade D20 e espessura mínima de 5 mm, execução de costura dupla reforçada, recuperação das partes centrais das bancadas e demais serviços necessários para garantir segurança, conforto, durabilidade e perfeito acabamento dos assentos, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela Administração.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este contrato decorre da Dispensa de nº 170801/2026, processada nos termos da Lei federal nº 14.133/2021, com alterações posteriores, bem como toda legislação correlata.

VALOR: O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ R$ 29.600,00vinte e nove mil e seiscentos reais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos destinados às despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto do presente Termo Aditivo se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, através da Unidade Orçamentária:

5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12 - Educação
122 - Administração Geral
1 - Apoio Administrativo
2.12 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
61 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15001001 - RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: O Contrato vigorará a contar de sua assinatura pelas partes até o dia 07/10/2027. O prazo constante nesta cláusula poderá ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, depois de observado o Art. 109 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
LOCAL DE DATA: Encanto/RN, 7 de outubro de 2026
ASSINANTES:
ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA - **PREFEITO MUNICIPAL**
WALMIK FERNANDES MAGALHAES- **CONTRATADO**

Publicado por:
Adriana Kennia de Lima
Código Identificador:5ECC4F96

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 00010/2026

Nos termos do relatório final apresentado e observado parecer da assessoria jurídica, referente ao Credenciamento nº 00010/2026, que objetiva: Chamamento público de serviço objetivando: Credenciamento de veículos destinados ao serviço de transporte de passageiros, do tipo táxi, visando atender às demandas do Município de Equador/RN, para realização de deslocamentos institucionais de servidores, colaboradores e demais usuários autorizados, conforme rotas previamente estabelecidas, incluindo o transporte de pacientes e acompanhantes; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes credenciados: 54.377.847 DELCIMAR FERREIRA DE SOUZA DANTAS; 58.877.971 AFRANIO DE ARAUJO MACEDO; CARLOS ANDRE OLIVEIRA SANTOS; COSMO FERREIRA DE SOUZA 01039827446; FRANCISCO DE ASSIS BULCAO 24151688404; GENEZIO

PEDRO DA SILVA 11814802134; JOSELITO PAULO DA NOBREGA 05567333471; JOSENILDO BATISTA DOS SANTOS 07343234412; LEANDRO DA SILVA SOBRINHO 01268034479; MACIO FREIRE FERNANDES 06182812400; MAGNO FREIRE FERNANDES COSTA 07272697474; SERGIO NUNES DE SOUZA 06158553425; SILVIO RAMOS DA SILVA 70792275420; TEODIMAR PRIMO DINIZ 01039691447.

Equador - RN, 07 de Outubro de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:031F66BD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - CT Nº 1IN25/2026

OBJETO: Contratação de show artístico da Banda Forró de Griff, como parte das festividades da Festa do Padroeiro São Sebastião, no Município de Equador/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00025/2026, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: 02.040 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES 13.392.0002.2020 MANUT. ATIV. APOIO FESTEJOS TRADICIONAIS 1.500.0000 RECURSOS NÃO VINC. A IMPOSTOS 3390.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOAS FÍSICAS 3390.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOAS JURÍDICAS. VIGÊNCIA: até 06/12/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1IN25/2026 - 06.10.26 - HAVILLA OLIVEIRA PRODUCAO MUSICAL LTDA - CNPJ 54.861.098/0001-09 - R$ 70.000,00.

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:0FD65F41

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO - CR00010/2026

OBJETO: Chamamento público de serviço objetivando: Credenciamento de veículos destinados ao serviço de transporte de passageiros, do tipo táxi, visando atender às demandas do Município de Equador/RN, para realização de deslocamentos institucionais de servidores, colaboradores e demais usuários autorizados, conforme rotas previamente estabelecidas, incluindo o transporte de pacientes e acompanhantes. FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 00010/2026. DOTAÇÃO: 04.122.0002.2091–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 08.122.0002.2092–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE ASS. SOCIAL 10.122.0002.2032–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. SAÚDE 10.301.0002.2031–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA 12.361.0002.2007–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL 12.361.0002.2108–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE TRANSPORTE ESCOLAR 13.392.0002.2022–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA 26.782.0002.2029–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS 15.452.0002.2027–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SERVIÇOS URBANOS 20.122.0003.2030–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 27.812.0002.1069–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESPORTOS 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA15000000 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos 15001001 – Recursos manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE 15400000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferência de Impostos 1.550.0000 Transferência do Salário–Educação 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – 15% Saúde 16000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal – Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde 16003110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais 16210000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo 16593120 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada 16593130 – Outros Recursos Vinculados à Saúde – Emendas Parlamentares de Comissão 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 17103210 – Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais 17063110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais 17040000 – Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais 17050000 – Transferência dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais 17200000 – Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP–Lei 9.478/1997 17500000 – Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE. VIGÊNCIA: até 07/10/2027. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 010CR/2026 - 07.10.26 - MACIO FREIRE FERNANDES 06182812400 - CNPJ 39.551.324/0001-53; CT Nº 011CR/2026 - 07.10.26 - TEODIMAR PRIMO DINIZ 01039691447 - CNPJ 40.561.263/0001-94; CT Nº 012CR/2026 - 07.10.26 - MAGNO FREIRE FERNANDES COSTA 07272697474 - CNPJ 31.064.420/0001-65; CT Nº 013CR/2026 - 07.10.26 - 58.877.971 AFRANIO DE ARAUJO MACEDO - CNPJ 58.877.971/0001-02; CT Nº 014CR/2026 - 07.10.26 - 54.377.847 DELCIMAR FERREIRA DE SOUZA DANTAS - CNPJ 54.377.847/0001-19; CT Nº 1CR10/2026 - 07.10.26 - SILVIO RAMOS DA SILVA 70792275420 - CNPJ 44.831.724/0001-52; CT Nº 2CR10/2026 - 07.10.26 - FRANCISCO DE ASSIS BULCAO 24151688404 - CNPJ 46.144.559/0001-96; CT Nº 3CR10/2026 - 07.10.26 - LEANDRO DA SILVA SOBRINHO 01268034479 - CNPJ 21.640.029/0001-08; CT Nº 4CR10/2026 - 07.10.26 - COSMO FERREIRA DE SOUZA 01039827446 - CNPJ 33.100.929/0001-41; CT Nº 5CE10/2026 - 07.10.26 - JOSELITO PAULO DA NOBREGA 05567333471 - CNPJ 32.342.927/0001-04; CT Nº 6CR10/2026 - 07.10.26 - SERGIO NUNES DE SOUZA 06158553425 - CNPJ 35.975.560/0001-46; CT Nº 7CR10/2026 - 07.10.26 - GENEZIO PEDRO DA SILVA 11814802134 - CNPJ 40.620.184/0001-07; CT Nº 8CR10/2026 - 07.10.26 - CARLOS ANDRE OLIVEIRA SANTOS 66018056453 - CNPJ 35.324.463/0001-93; CT Nº 9CR10/2026 - 07.10.26 - JOSENILDO BATISTA DOS SANTOS 07343234412 - CNPJ 46.015.360/0001-68.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:BFFFB31D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 086/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR - RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 086/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a pedido, o Sr. JAMYSSON JEYSSON DA SILVA ARAÚJO, do Cargo em Comissão dePROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Prefeitura Municipal de Equador, 07 outubro de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:CF1EE398

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 087/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR - RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 087/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Sra. **AGACI ALVES DA SILVA ARAUJO**, do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Educação Básica, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Prefeitura Municipal de Equador, 07 outubro de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:76EFBC40

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 088/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 088/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR - RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 088/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sra. ALINE KARINE ARAÚJO MAIA, do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Atenção Básica, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Equador, 07 outubro de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:F7E380A9

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO Nº 00010/2026

OBJETO: Chamamento público de serviço objetivando: Credenciamento de veículos destinados ao serviço de transporte de passageiros, do tipo táxi, visando atender às demandas do Município de Equador/RN, para realização de deslocamentos institucionais de servidores, colaboradores e demais usuários autorizados, conforme rotas previamente estabelecidas, incluindo o transporte de pacientes e acompanhantes. CREDENCIADOS nos termos do instrumento convocatório: 54.377.847 DELCIMAR FERREIRA DE SOUZA DANTAS; 58.877.971 AFRANIO DE ARAUJO MACEDO; CARLOS ANDRE OLIVEIRA SANTOS 66018056453; COSMO FERREIRA DE SOUZA 01039827446; FRANCISCO DE ASSIS BULCAO 24151688404; GENEZIO PEDRO DA SILVA 11814802134; JOSELITO PAULO DA NOBREGA 05567333471; JOSENILDO BATISTA DOS SANTOS 07343234412; LEANDRO DA SILVA SOBRINHO 01268034479; MACIO FREIRE FERNANDES 06182812400; MAGNO FREIRE FERNANDES COSTA 07272697474; SERGIO NUNES DE SOUZA 06158553425; SILVIO RAMOS DA SILVA 70792275420 e TEODIMAR PRIMO DINIZ 01039691447. Informações: das 07:30 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço: Rua Jose Marcelino, 100 - Dinarte Mariz - Equador - RN. E-mail: licitacaoequador@gmail.com.

Equador - RN, 07 de Outubro de 2026

NATÁLIA ROBERTA DE SOUZA SILVA -
Presidenta da Comissão

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:15F195B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2026 - DISPENSA Nº 34/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº** 911231/2026 - **CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA/RN, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA – CNPJ: nº 08.349.086/0001-74. **CONTRATADA: PRONAI COMERCIO DE LIVROS LTDA, CNPJ: 10.748.147/0001-18.** Contratação empresa para aquisição de 02 (dois) Kits Brincar e Incluir, destinados ao desenvolvimento de ações educativas, preventivas, inclusivas e de promoção da saúde junto às crianças atendidas pelo Centro de Especialidades e Reabilitação (CER) de Felipe Guerra e a rede municipal de ensino, conforme especificações técnicas, quantitativos, condições e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência. **VALOR GLOBAL: R$ 17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais)**. LEGALIDADE: Lei federal n° 14.133/2021, para o corrente exercício.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Órgão Orçamentário	13 - Fundo Municipal de Saúde
Programa	0054 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DE QUALIDADE
Ação	2093 - Educação em Tempo Integral Felipense - Fundamental (ProETIF) - (promover um processo de desenvolvimento humano e social dos educandos, a partir da expansão da jornada escolar fundamentada nas modificações, mudanças no âmbito das vivencias educacionais, articulada com as várias áreas do conhecimento e as mais diversas maneiras de aprendizagens)
Elemento de Despesa	3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
Fonte	15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE

O prazo de vigência da contratação é a partir da data de sua assinatura até 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Felipe Guerra/RN, 07 de outubro de 2026. ASSINATURAS: SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA, pela **CONTRATANTE** e JOSE REINALDO DE OLIVEIRA pela **CONTRATADA**.

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:F485C602

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 928182/2026
Torna-se público que o Município de Felipe Guerra/RN, em Obediência a Lei Federal nº 14.133/21 – e Decreto Municipal nº 471/2023 – realizou processo administrativo de Contratação Direta Nº 038/2026 - **OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática abrangendo computadores notebooks impressoras periféricos servidores redes cabeadas e sem fio, incluindo diagnóstico reparo e serviços de substituição de componentes quando necessário formatação instalação e atualização de sistemas operacionais e softwares backup e recuperação de dados instalação e configuração de dispositivos e redes, suporte técnico remoto e presencial treinamento básico de usuários além de demais serviços indispensáveis para garantir a plena funcionalidade dos equipamentos da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme especificações do Termo de Referência.
Contratada: 62.048.081 LUNARD DE OLIVEIRA PASCOAL – CNPJ: 62.048.081/0001-57. Valor: R$ 30.000,00 (trinta mil reais). A contratação será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: **Órgão Orçamentário:** 03 - Secretaria Municipal de Adm. e Recursos Humanos - Programa: 0044 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL - Ação orçamentária: 2004 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - Elemento de Despesa: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - **BASE LEGAL:** Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 471/2023. **Ratificação:** (07/10/2026)**.**

Felipe Guerra/RN, 07 de outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA –
Prefeito

Publicado por:
Wileano Leite de Gois
Código Identificador:E53DC551

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1001057/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 050/2026. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN - CNPJ: 08.349.086/0001-74 - **CONTRATADA:** HEADS CLINICA DR. GERD SCHREEN LTDA - CNPJ/MF sob o nº 21.454.099/0001-71. OBJETO: Contratação de empresa para Fornecimento de 01 (uma) ÓRTESE CRANIANA SOB MEDIDA (CAPACETE), CONFECCIONADA INDIVIDUALMENTE PARA O PACIENTE O.R.L.M., nascido em 16/04/2026, para correção de assimetria craniana posicional (braquicefalia moderada e plagiocefalia leve à direita), com base no Relatório de Osteopatia Pediátrica de 18/09/2026 (fisioterapeuta Bruna Cavalcante, CREFITO 233150-F) e nas medidas cranianas nele registradas. Trata-se de bem de natureza individual e de uso exclusivo do paciente, inadequado a qualquer outro uso. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 13 - Fundo Municipal de Saúde - Programa: 0072 - AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAÚDE - Ação: 2094 Assistência a População com Serviços de Saúde Pública - Elemento de Despesa: 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Fonte de Recursos: 17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, I, da Lei Federal nº 14.133/2021; Valor: R$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais). Ratificação: 06/10/2026. Felipe Guerra/RN, 06 de outubro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA –
Prefeito

Publicado por:
Wileano Leite de Gois
Código Identificador:8156927A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DANTAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 30004/2026

O Município de Francisco Dantas/RN, por intermédio do Agente de Contratação da Prefeitura Municipal, torna público que a fara a 2º Convocação da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº. 30004/2026,** tipo menor preço, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à drenagem e pavimentação em paralelepípedo, pelo método convencional, da Rua José Jacob de Santana, localizada na zona urbana do Município de Francisco Dantas/RN, a ser executados com regime de obra, conforme projeto anexo ao edital, conforme projeto anexo ao edital, de acordo com o que determina a legislação vigente**, INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 09/10/2026; DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/10/2026, às 09:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 29/10/2026, às 10:30.** O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e subsidiariamente ao disposto no presente edital e seus anexos.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site https://www.franciscodantas.rn.gov.br/ **e www.novobbmnet.com.br.** As vistas estão franqueadas a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, das 08h00min às 13h00min, na Sala de Licitações situada a Rua da Matriz, nº 158, Centro, Francisco Dantas/RN.

Francisco Dantas – RN, 07 de outubro de 2026.

CLECIDA NATALINA FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:B4610B00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 91018/2026 SRP

O Município de Francisco Dantas/RN, por intermédio do Agente de Contratação Pregoeiro da Prefeitura Municipal, torna público que a fara a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 91018/2026**, tipo menor preço, que tem como objeto: Aquisição de materiais e elementos decorativos para iluminação e ornamentação natalina dos espaços públicos do Município de Francisco Dantas/RN, INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 07 de outubro de 2026; DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26 de outubro de 2026 às 09:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 27 de outubro de 2026 às 10:30. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e subsidiariamente a Decreto Federal n° 11.462, de 31 de março de 2023, e do disposto no presente edital e seus anexos.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site **https://franciscodantas.rn.gov.br/licitacaolista.php e www.novobbmnet.com.br.** As vistas estão franqueadas a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, das 07h30min às 13h00min, na Sala de Licitações situada a Rua da Matriz, 158 - Centro, Francisco Dantas, CEP: 59.902-000.

Francisco Dantas/ RN, 07 de outubro de 2026.

CLÉCIDA NATALINA FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:CE530AE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 91013/2026

O Município de Francisco Dantas/RN, por intermédio do Agente de Contratação Pregoeiro da Prefeitura Municipal, torna público que a fara a 3º Convocação da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 91013/2026**, tipo menor preço, que tem como objeto: Aquisição de materiais, acessórios e equipamentos destinados à estruturação e manutenção dos atendimentos de fisioterapia e reabilitação funcional da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Dantas/RN, INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 08 de outubro de 2026; DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 23 de outubro de 2026 às 09:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 26 de outubro de 2026 às 10:30. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e subsidiariamente a Decreto Federal n° 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 02, de 14 de fevereiro de 2025, e do disposto no presente edital e seus anexos.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site **https://franciscodantas.rn.gov.br/licitacaolista.php e www.novobbmnet.com.br.** As vistas estão franqueadas a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, das 07h30min às 13h00min, na Sala de Licitações situada a Rua da Matriz, 158 - Centro, Francisco Dantas, CEP: 59.902-000.

Francisco Dantas/ RN, 07 de outubro de 2026.

CLÉCIDA NATALINA FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:50ABA6B7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 007010001/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 007010001/2026
Objeto: Aquisição de medicamentos diversos como dipirona, cetoprofeno, amoxicilina, entre outros, destinados a atender as necessidades do Hospital e Maternidade Severina Carlos de Andrade
Contratado: FARMACIA AMORIM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (12.531.700/0001-91)
Valor Total Julgado: R$ 9.958,48
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/10/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:50A940C3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2026
O Presidente da Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, faz publicar o extrato resumido do processo administrativo Nº **001010001/2026**de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nº 032/2026**a seguir:

OBJETO: Contratação da Banda **Forro de Nós** para realização de show em praça publica a partir das 21:30, em celebração da Festa da Padroeira do Município de Frutuoso Gomes/RN, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a ser realizado no dia 10 de outubro de 2026, promovido pela Prefeitura Municipal, com apresentação artística de caráter social destinada à comunidade local e aos visitantes, visando abrilhantar as festividades religiosas e culturais do município, fortalecendo as tradições, a fé, a cultura e a integração social da população

FAVORECIDO.....:J HUDSON DE ALMEIDA (30.616.352/0001-37**)**
VALOR TOTAL: R$ R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:Art. 74, inc. II da Lei 14.133/21
PARECER TÉCNICO.: emitido pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **ISMAEL SEVERINO JUVENCIO DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas.

Frutuoso Gomes/RN, 15/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:02777673

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2026
O Presidente da Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, faz publicar o extrato resumido do processo administrativo Nº **0010100002/2026**de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nº 033/2026**a seguir:

OBJETO: Contratação do Artista **Maílson** para realização de show em praça pública a partir das 21:30, em celebração da Festa da Padroeira do Município de Frutuoso Gomes/RN, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a ser realizado no dia 12 de outubro de 2026, promovido pela Prefeitura Municipal, com apresentação artística de caráter social destinada à comunidade local e aos visitantes, visando abrilhantar as festividades religiosas e culturais do município, fortalecendo as tradições, a fé, a cultura e a integração social da população.

FAVORECIDO.....:MAILSON BELARMINO DE SOUZA (086.133.854-51)
VALOR TOTAL: R$ R$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:Art. 74, inc. II da Lei 14.133/21
PARECER TÉCNICO.: emitido pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **ISMAEL SEVERINO JUVENCIO DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas.

Frutuoso Gomes/RN, 14/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:0F340207

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026
O Presidente da Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, faz publicar o extrato resumido do processo administrativo Nº 001010003/2026de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2026**a seguir:

***OBJETO**: Contratação da **Banda C3** para realização de show em praça publica a partir das **21:30**, em celebração da Festa da Padroeira do Município de Frutuoso Gomes/RN, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a ser realizado no dia 18 de outubro de 2026, promovido pela Prefeitura Municipal de, com apresentação artística de caráter social destinada à comunidade local e aos visitantes, visando abrilhantar as festividades religiosas e culturais do município, fortalecendo as tradições, a fé, a cultura e a integração social da população.*

FAVORECIDO.....:JOSUE TASSIO DE MELO E SILVA (094.406.274-17**)**
VALOR TOTAL: R$ R$ 1.000,00 (Um Mil reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:Art. 74, inc. II da Lei 14.133/21
PARECER TÉCNICO.: emitido pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **ISMAEL SEVERINO JUVENCIO DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas.

Frutuoso Gomes/RN, 14/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:E436CAF4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2026
O Presidente da Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, faz publicar o extrato resumido do processo administrativo Nº **001010004/2026**de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2026**a seguir:

OBJETO:*Contratação do Grupo Artístico Pagode di Momento para realização de show em praça publica a partir das 21:30, em celebração da Festa da Padroeira do Município de Frutuoso Gomes/RN, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a ser realizado no dia 08 de outubro de 2026, promovido pela Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, com apresentação artística de caráter social destinada à comunidade local e aos visitantes, visando abrilhantar as festividades religiosas e culturais do município, fortalecendo as tradições, a fé, a cultura e a integração social da população.*
FAVORECIDO.....:ATSON LIMA FERNANDESE DO NASCIMENTO (094.028.804-45**)**
VALOR TOTAL: R$ R$ 2.000,00 (***Dois Mil Reais***)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:Art. 74, inc. II da Lei 14.133/21
PARECER TÉCNICO.: emitido pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **ISMAEL SEVERINO JUVENCIO DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas.

Frutuoso Gomes/RN, 21/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:5BB25F1F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2026

EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2026
O Presidente da Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, faz publicar o extrato resumido do processo administrativo Nº **001010005/2026**de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2026**a seguir:

OBJETO: Contratação do Artístico Perry para realização de show em praça publica a partir das 21:30, em celebração da Festa da Padroeira do Município de Frutuoso Gomes/RN, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a ser realizado no dia 11 de outubro de 2026, promovido pela Prefeitura Municipal, com apresentação artística de caráter social destinada à comunidade local e aos visitantes, visando abrilhantar as festividades religiosas e culturais do município, fortalecendo as tradições, a fé, a cultura e a integração social da população.

FAVORECIDO.....:PEDRO HENRIQUE FERREIRA DO CARMO (105.782.034-21**)**
VALOR TOTAL: R$ R$ 3.000,00 (Três Mil Reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:Art. 74, inc. II da Lei 14.133/21
PARECER TÉCNICO.: emitido pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **ISMAEL SEVERINO JUVENCIO DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas.

Frutuoso Gomes/RN, 21/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:699395E8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026

EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026
O Presidente da Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, faz publicar o extrato resumido do processo administrativo Nº **001010006/2026**de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026**a seguir:

OBJETO: Contratação do Grupo artístico **Skema Sertanejo**, para realização de show em praça publica a partir das **21:30**, em celebração da Festa da Padroeira do Município de Frutuoso Gomes/RN, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a ser realizado no dia **09** de outubro de 2026, promovido pela Prefeitura Municipal, com apresentação artística de caráter social destinada à comunidade local e aos visitantes, visando abrilhantar as festividades religiosas e culturais do município, fortalecendo as tradições, a fé, a cultura e a integração social da população.

FAVORECIDO.....:ERICK VINICIUS DE SOUZA REGO (093.728.434-31)
VALOR TOTAL: R$ R$ 2.800,00 (Dois Mil e Oitocentos Reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:Art. 74, inc. II da Lei 14.133/21
PARECER TÉCNICO.: emitido pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **ISMAEL SEVERINO JUVENCIO DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas.

Frutuoso Gomes/RN, 21/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:1105DF79

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026
O Presidente da Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, faz publicar o extrato resumido do processo administrativo Nº **001010007/2026**de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2026**a seguir:

OBJETO: Contratação do **artista Nego Rey**, para realização de show em praça publica a partir das **21:30**, em celebração da Festa da Padroeira do Município de Frutuoso Gomes/RN, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a ser realizado no dia **16 de outubro de 2026**, promovido pela Prefeitura Municipal , com apresentação artística de caráter social destinada à comunidade local e aos visitantes, visando abrilhantar as festividades religiosas e culturais do município, fortalecendo as tradições, a fé, a cultura e a integração social da população.

FAVORECIDO.....:NELDSON NUNES ALVES JUNIOR(016.848.994-51)
VALOR TOTAL: R$ R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:Art. 74, inc. II da Lei 14.133/21
PARECER TÉCNICO.: emitido pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **ISMAEL SEVERINO JUVENCIO DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas.

Frutuoso Gomes/RN, 21/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:24E1F261

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

EXTRATO DE INEXIBLILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026
O Presidente da Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes, faz publicar o extrato resumido do processo administrativo Nº **001010008/2026**de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2026**a seguir:

OBJETO: Contratação de artista especializado na arte do repente e da viola,**Francisco Ferreira** e convidado(Hipolito Moura), para realização de apresentações artísticas e culturais em praça pública, com início previsto para as 21h30min, no dia 14 de outubro de 2026, por ocasião da Festa da Padroeira do Município, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, promovida pela Prefeitura Municipal, visando à valorização e preservação das tradições culturais locais, ao fortalecimento da cultura popular e à promoção da integração social da comunidade e dos visitantes.

FAVORECIDO.....:FRANCISCO SILVESTRE BEZERRA NETO
VALOR TOTAL: R$ R$ 2.300,00 (DOIS MIL E TREZENTOS REAIS)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:Art. 74, inc. II da Lei 14.133/21
PARECER TÉCNICO.: emitido pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. **ISMAEL SEVERINO JUVENCIO DE ARAUJO**, na qualidade de ordenador de despesas.

Frutuoso Gomes/RN, 21/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:72B77FB9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2026

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 75, inciso IV, alínea "a" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DOS VEÍCULOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, *In verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:
[...]
IV - para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pela respectiva unidade administrativa no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, este Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual **AUTORIZA** a Dispensa de Licitação nº 016/2026 – Processo Administrativo nº 81/2026, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: PORCINO & FILHOS COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 04.675.869/0001-97, localizada na Avenida Lauro Monte, 381, Sala 1, Abolição I, Mossoró/RN, totalizando o valor global de R$ 2.298,53 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 07 de outubro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:1E261970

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 065/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO O FORNECIMENTO DE PRODUTOS PARA KIT'S DE BEBÊ EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEGOVERNADORDIX-SEPTROSADO/RN

CONSIDERANDO o que dispõe as regras editalícias constantes dos autos do Pregão Eletrônico nº 009/2026 ao Processo Administrativo n° 065/2026 e a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO, que após os lances e negociações diretas com o Pregoeiro, fora conseguido valor de acordo com a prática do mercado local;
CONSIDERANDO, finalmente que preconizado no inciso VIII e IX, do artigo 6º, do Decreto nº 10.024/2019;
CONSIDERANDO que, em decorrência do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 009/2026, foi oportunizado aos licitantes o prazo legal para manifestação de intenção recursal, em estrita observância ao disposto no item 9 do edital, bem como no art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que a empresa M7 ACESSÓRIOS LTDA (M7 TECIDOS E ACESSÓRIOS LTDA EPP), inscrita no CNPJ sob o nº 12.383.275/0001-30, de forma tempestiva, apresentou recurso administrativo, aduzindo razões voltadas a impugnar a aceitação da proposta e a habilitação da empresa vencedora no Lote Único (enxovais de kit bebê), alegando divergências de marcas na amostragem e questionamentos de ordem sanitária, além de pleitear a realização de vistas presenciais com manuseio físico das amostras;
CONSIDERANDO que, igualmente de forma tempestiva, a arrematante DHD LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.284.764/0001-30, apresentou suas contrarrazões, instruídas com fundamentos técnicos, econômicos e jurídicos, demonstrando a aprovação integral das amostras, a legitimidade do saneamento formal de informações com ganho de volume de produtos sem custos adicionais, a regularidade de sua licença sanitária/AFE e a economia de R$ 47.148,00 proporcionada ao erário municipal;
CONSIDERANDO que, analisando o julgamento fundamentado emitido pelo Sr. RAMON BEZERRA PEREIRA, Pregoeiro Oficial do Município, respaldado no Parecer Técnico de Análise de Amostras e no Parecer Técnico Complementar emitidos pela comissão técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, entendendo que a decisão proferida está em estrita consonância com os princípios da Administração Pública, especialmente os da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, do formalismo moderado, da eficiência, da razoabilidade e da seleção da proposta

mais vantajosa para a Administração, devendo-se, portanto, manter inalterado o julgamento do certame**;**
CONSIDERANDO a Decisão da Autoridade Superior que RATIFICOU A DECISÃO DO PREGOEIRO, mantendo inalterada sua decisão de INDEFERIR o pedido de vistas físicas de amostras, NEGAR PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto e MANTER A HABILITAÇÃO E A VITÓRIA da empresa DHD LTDA no Lote Único do Pregão Eletrônico nº 009/2026 (pelo valor global de R$ 67.347,00), e DETERMINOU a publicação desta decisão na Imprensa Oficial (Diário Oficial dos Municípios do RN – FEMURN e Portal de Compras Públicas);
CONSIDERANDO, ainda os autos do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 009/2026 – Processo Administrativo nº 065/2026, encaminhado pelo Pregoeiro do Município;
CONSIDERANDOo Parecer Jurídico favorável expedido pela Procuradoria Jurídica do Município de Governador Dix-Sept Rosado relativo ao processo epígrafe;
Com base nas informações apresentadas,**ADJUDICO** e **HOMOLOGO**o presente procedimento de licitação, que apresentou como vencedora do processo licitatório em tela a empresa: DHD LTDA – CNPJ: 35.284.764/0001-30,VENCEDORAdo Lote Único, perfazendo o valor global de **R$ 67.347,00 (sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais).**

Dê-se ciência e
Cumpra-se.

Governador Dix-Sept Rosado, 07 de outubro de 2026.

MONALISA LOPES EVANGELISTA
Secretária Municipal de Assistência Social
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Autoridade Competente

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:CD8355F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 112/2026-GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO os termos disposto no Art. 102, da Lei Nº 178/96, (Regime Jurídico Único), o Servidor faz jus a cada quinquênio a 03 meses de Licença Prêmio por Assiduidade.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a Servidora **MEIRE LUCIA DE SOUZA OLIVEIRA**, ocupante do Cargo de Professora PII A3, lotada na Secretaria Municipal de Educação deste Município, **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, pelo período de 03 (três) meses, compreendido entre 07.10.2026 à 04.01.2026, correspondente ao quinquênio de 2019 a 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio Dix-Sept Rosado,
Governador Dix-sept Rosado-RN, 07 de outubro de 2026.

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:D49C8152

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 069/2026

O Secretário Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, nos dias 08 e 09 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do

Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

Governador Dix-Sept Rosado, 07 de outubro de 2026.

JEOACAZ GOMES MARQUES DA SILVEIRA
Secretário Municipal de Educação (Interino)
Portaria nº 104/2026-GP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 069/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: LICENCIATURA EM MATEMÁTICA OU CIÊNCIAS DA NATUREZAOU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA.		
	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
19.	205	DACELINDA DANIELA SOBRINHA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, ___ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:8DEC7AC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 070/2026

O Secretário Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, nos dias 08 e 09 de outubro de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do

Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.
Governador Dix-Sept Rosado, 07 de outubro de 2026.

JEOACAZ GOMES MARQUES DA SILVEIRA
Secretário Municipal de Educação (Interino)
Portaria nº 104/2026-GP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 070/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: **PROFESSOR DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: **LICENCIATURA EM MATEMÁTICA OU CIÊNCIAS DA NATUREZAOU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA.**		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
20.	329	**EMANUEL LUCAS GRANJEIRO BRAGA**

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,
RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:B7582B63

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 9/2026

PROCESSO: Nº 902012/2026

TERMODE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o suprimento das necessidades, reconhece situação de dispensa de licitação para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de animação, recreação, entretenimento e alimentação infantil, incluindo personagens caracterizados, brinquedos recreativos e infláveis, pintura facial infantil, recreadores e monitores, fornecimento de picolés, doces, guloseimas, lanches e bebidas não alcoólicas, bem como todos os materiais, equipamentos, profissionais, transporte, montagem, operação e desmontagem necessários à realização da comemoração do Dia das Crianças, em via pública do Município de Grossos/RN..
Considerando que o preçoestá compatível com o valor de mercado,o que neste caso se torna mais econômico para a Administração;
Considerando, que apresente dispensa de licitação fundamenta-se no Art. 75, II, da lei Federal nº 14.133/2021, que permite a dispensa de licitação e a contratação direta em hipóteses como esta, a qual se apresenta como a solução mais adequada e eficiente para essa contratação.
Portanto, a contratação está respaldada noArt. 75, II, da lei Federal nº 14.133/2021, que permite esse procedimento. Logo, em absoluta consonância com o preceito legal supracitado e de interesse público.

Determino o envio dos presentes autos para que sejam adotadas as providencia necessárias.

Grossos/RN, 06 de outubro de 2026

LUCAS DE OLIVEIRA SILVA
Agente de Contratação Direta

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:2A94953C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/ 2026

A Prefeita Constitucional do Município de Grossos/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e ainda, ancorada na norma inscrita no Art. 72, “caput”, da Lei 14.133/2021, considerando o incomensurável interesse público; considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO a empresa CIA FESTA ENCANTADA, CNPJ nº 21.254.158/0001-68, para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de animação, recreação, entretenimento e alimentação infantil, incluindo personagens caracterizados, brinquedos recreativos e infláveis, pintura facial infantil, recreadores e monitores, fornecimento de picolés, doces, guloseimas, lanches e bebidas não alcoólicas, bem como todos os materiais, equipamentos, profissionais, transporte, montagem, operação e desmontagem necessários à realização da comemoração do Dia das Crianças, em via pública do Município de Grossos/RN, no valor total de R$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais) ancorado no Art. 75, inciso II, da lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 039/2023.

Grossos/RN, 07 de outubro de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:66A554EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2026

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, fundamento no art. 75, II da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 53, do mesmo diploma legal.

Nº do Processo: 003225/000513/2026
Nome do credor: J V P LOPES LTDA
CNPJ: 47.677.561/0001-93
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.025 – SEC MUN DE SEGURANCA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL
AÇÃO: 2392 – APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL
NATUREZA: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
REGIÃO: 001 – GUAMARÉ
Valor Total: R$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais).
Objeto: Contratação de empresa especializada em Fornecimento de Ar Condicionado para atender as necessidades das unidades da Secretaria de Segurança de Guamaré/RN.

Guamaré/RN, 07 de outubro de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal de Guamaré

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:0A4FDCBA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2026*

É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em consonância como parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso, III do mesmo diploma legal.

Processo nº: 002848/000043/2026.
Locador: Espólio de João Pedro Filho, representado por Maria do Socorro de Melo Pedro.
CPF Nº: 465.433.844-68.
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:
Unidade Orçamentária: 02.004 – SECRETARIA MUN. DE DESENVOVIMENTO RURAL;
Ação: 2010 – APOIAR AS ATIV. DA SEC. MUN. DESENV. RURAL;
Natureza: 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA;
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos;
Região: 0001 – Guamaré
Valor mensal: 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Objeto: Locação de terreno situado à Fazenda Santa Fé, Distrito de Baixa do Meio, Guamaré/RN, CEP: 59598-000, com área de uso de 10.000m², com a finalidade de reter os rejeitos do processo de dessalinização decorrentes da estação de tratamento de água (ETA).

Guamaré/RN, 30 de setembro de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSACA
Prefeito Municipal de Guamaré/RN

*Republicado por Incorreção.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:699DB051

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL N°58/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUAMARÉ/RN - **CNPJ nº:** 08.184.442/0001-47;
REPRESENTANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - **CNPJ nº** 15.027.156/0001-33;
CONTRATADA: GENUZIA LEONARDO DE OLIVEIRA - **CPF nº** 722.230.224-72;

OBJETO DO ADITIVO: Renovação de locação de imóvel para o funcionamento do PROARTE;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº.8.666/93 e nas demais normas vigentes;

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3.306/2026;
VIGÊNCIA O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, período compreendido entre 02 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2027;
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTÁ CONSIGNADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, CONCERNENTE AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO.
FIRMADO EM: 01/10/2026
SIGNATÁRIOS:
CONTRATANTE: RENATO DANTAS DE MEDEIROS (Secretário Municipal de Educação)

CONTRATADA: GENUZIA LEONARDO DE OLIVEIRA

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:2D50FF08

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 344/2026 - GP

Dispõe sobre a exoneração de cargo comissionado na estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Exonerar, o(a) Senhor(a) **GUSTAVO DANIEL ANSELMO LEOCADIO**, portador(a) do CPF 108.***.***-66, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR ESPECIAL I, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 07 de outubro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:B5D8C96D

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 067/2025

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, inscrito no CNPJ nº 08.004.525/0001-07.

LOCADORA: CLENIRA XAVIER DA SILVA, inscrita no CPF nº XXX.719.XXX-04.

OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel para fins de concessão de benefício eventual (aluguel social) à usuária VITÓRIA LOURENÇO DOS SANTOS, conforme parecer social da contratação originária.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 156/2025 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 24 de setembro de 2026 a 23 de setembro de 2027, mantendo-se o aluguel de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais, sem reajuste, totalizando R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) para o

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº **14.133/2021**, disposições do Contrato Administrativo nº **156/2025** e justificativas e documentos constantes do Processo Administrativo nº **290/2025**.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e expressamente ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº **156/2025** não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS:
FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
LOCATÁRIO

CLENIRA XAVIER DA SILVA
CPF nº XXX.719.XXX-04
LOCADORA

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:2A2C7654

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 300/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, inscrito no CNPJ nº 08.004.525/0001-07.

CONTRATADA: MARCELO JOSE BARBOSA RODRIGUES DE LIMA, inscrita no CNPJ nº 18.871.909/0001-80, com sede na Travessa Cláudio Leocádio da Silva, nº 10, Centro, Ielmo Marinho/RN, CEP 59.490-000, representada por seu titular, Sr. MARCELO JOSÉ BARBOSA RODRIGUES DE LIMA, CPF nº XXX.690.XXX-55.

OBJETO DO CONTRATO: Serviços de assessoramento na transparência pública, visando ao atendimento dos critérios estabelecidos pelo Radar da Transparência Pública do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), por meio do suporte, atuação e acompanhamento das informações junto à Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN, conforme as especificações do Termo de Referência e do contrato originário.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 159/2025 por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 08 de outubro de 2026 a 07 de outubro de 2027, preservadas as demais condições contratuais não modificadas pelo aditivo.

VALOR DO PERÍODO PRORROGADO: R$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, totalizando R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para os 12 (doze) meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, cláusulas 2.2 e 2.4 do contrato originário e documentos do Processo Administrativo nº 300/2025.

RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário não modificadas pelo Termo Aditivo, observadas as correções materiais de identificação registradas no mesmo processo.

DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

SIGNATÁRIOS: FERNANDO BATISTA DAMASCENO, Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, pela CONTRATANTE; MARCELO JOSÉ BARBOSA RODRIGUES DE LIMA, CPF nº XXX.690.XXX-55, titular da empresa MARCELO JOSE BARBOSA RODRIGUES DE LIMA, CNPJ nº 18.871.909/0001-80, pela CONTRATADA.

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:EA5D383F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 067/2025

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, inscrito no CNPJ nº 08.004.525/0001-07.

LOCADORA: CLENIRA XAVIER DA SILVA, inscrita no CPF nº XXX.719.XXX-04.

OBJETO DO ADITIVO: Alteração da beneficiária do aluguel social constante do Contrato Administrativo nº 156/2025, substituindo VITÓRIA LOURENÇO DOS SANTOS por JERLIANE SILVA DE ANDRADE FERNANDES, mantida a locação do mesmo imóvel, situado na Rua São Luiz, nº 2580, Umari, Ielmo Marinho/RN.

EFEITOS DA ALTERAÇÃO: Início da destinação do imóvel à nova beneficiária em 06 de outubro de 2026, ficando a antecipação dos efeitos condicionada à justificativa de sua necessidade nos autos, observadas as exigências legais de publicidade, conforme a Cláusula Quarta do aditivo e o art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR: Mantido o aluguel de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais, sem reajuste e sem alteração do valor global do período prorrogado.

VIGÊNCIA: Mantido o período de 24 de setembro de 2026 a 23 de setembro de 2027, conforme o Primeiro Termo Aditivo, observando-se o período remanescente para a nova beneficiária.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Mantidas as dotações do contrato originário e do Primeiro Termo Aditivo, observadas a disponibilidade orçamentária e a indicação contábil para cada exercício.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os arts. 89 e 132, disposições contratuais, legislação municipal aplicável à concessão do benefício e documentos do Processo Administrativo nº 290/2025.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato e do Primeiro Termo Aditivo não modificadas por este instrumento.

DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

SIGNATÁRIOS: FERNANDO BATISTA DAMASCENO, Prefeito Municipal, pelo LOCATÁRIO; e CLENIRA XAVIER DA SILVA, LOCADORA.

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:22A0CE86

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO E ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 300/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, CNPJ nº 08.004.525/0001-07.

CONTRATADA: MARCELO JOSE BARBOSA RODRIGUES DE LIMA, CNPJ nº 18.871.909/0001-80, com sede na Travessa Cláudio Leocádio da Silva, nº 10, Centro, Ielmo Marinho/RN, CEP 59.490-000.

OBJETO: Divulgação do apostilamento de correção da numeração do instrumento contratual originário e retificação da numeração da dispensa no extrato anteriormente publicado, ambos vinculados ao Processo Administrativo nº 300/2025.

1 CORREÇÃO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL
No instrumento contratual originário, o apostilamento corrige, em todas as ocorrências pertinentes, a identificação do contrato:

ONDE SE LÊ: Contrato Administrativo nº 160/2025.
LEIA-SE: Contrato Administrativo nº 159/2025.

2 RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PUBLICADO
No EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, em 09 de outubro de 2025, edição nº 3642, código identificador E8B27B42, retifica-se o campo relativo à dispensa:

ONDE SE LÊ: MODALIDADE: DISPENSA Nº 067/2025.
LEIA-SE: MODALIDADE: DISPENSA Nº 069/2025.

ALCANCE DAS CORREÇÕES: As correções são materiais e referem-se à identificação dos instrumentos, preservando o objeto, os valores e as demais condições originalmente pactuadas. A prorrogação da vigência é formalizada e divulgada por meio do respectivo Termo Aditivo e de seu extrato.

FUNDAMENTAÇÃO DO APOSTILAMENTO: Art. 136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, cláusula 16.4 do contrato originário e documentação de saneamento do Processo Administrativo nº 300/2025.

DATA DO APOSTILAMENTO: 07 de outubro de 2026.

Ielmo Marinho/RN, 07 de outubro de 2026.

MARCELO HENRIQUE VIANA DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:A41A0B3F

SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 025/2026 E DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026

A Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN torna pública a retificação da razão social e do CNPJ da empresa constantes nas seguintes matérias, publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em **06 de julho de 2026**, edição nº **3827**:

• **Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 025/2026**, código identificador **8F05D0AD**;

• **Extrato de Contrato nº 054/2026**, código identificador **77F11A2A**.

ONDE SE LÊ: "ZC ASSESSORIA E CONSULTORIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 34.276.043/00001-16".

LEIA-SE: "J C MARQUES DA SILVA ASSESSORIA E CONSULTORIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.276.043/0001-16".

Permanecem inalteradas as demais informações das duas publicações.

Ielmo Marinho/RN, 07 de outubro de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:01BFDF6E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Ipanguaçu/RN, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados a REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 023/2026, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de Maquinas Pesadas para atender as necessidades operacionais e assistenciais da Secretaria municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca do município de Ipanguaçu/RN.

A revogação decorre da identificação de vícios insanáveis nos artefatos de planejamento da contratação, conforme decisão administrativa fundamentada nos autos do Processo Administrativo nº 3129/2026.

A decisão foi proferida pela Autoridade Competente, com fundamento no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas Súmulas 346 e 473 do STF**.**

Ipanguaçu/RN, 07 de maio de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:93853BAC

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 089/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº. 048/2026

PROCESSO Nº: 3062/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, inscrita no CNPJ sob o nº 08.085.318/0001-24
CONTRATADO: V BARRETO DA SILVA PRODUCOES LTDA, inscrito no CNPJ nº 50.775.108/0001-24.
OBJETO*:* Contratação de pessoa jurídica visando à realização de show artístico-musical, com a apresentação da banda VÊ BARRETO, para a festa do Padroeiro São Miguel Arcanjo, a ser realizada no dia 10 de outubro de 2026, na Comunidade de São Miguel, no Município

de Ipanguaçu/RN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) meses contados a partir da data de sua assinatura.
DO VALOR TOTAL: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	02	Poder Executivo	**Unidade**	013	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Função	13	Cultura	**Subfunção**	392	Difusão cultural
Programa	0036	Nossa Cultura, Nossa Identidade	**Ação**	2050	Apoio aos Eventos Cultrais e Festivos
Natureza da Despesa	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Fonte de Recurso	1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos 1500.3110 – Recursos não Vinculados de Impostos 1.720.0000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e [...]				

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente Contrato será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Ipanguaçu/RN, 07 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS	***VERLANIA BARRETO DA SILVA***
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN	Representante Legal
Contratante	Contratado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:96D607CC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 044/2026

Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, no uso de suas atribuições legais e fundamentado na Lei Orgânica do Município, faz saber o seguinte:

CONSIDERANDO que o Dia do Servidor Público é comemorado em 28 de outubro, conforme estabelecido pelo art. 236 da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO que a data de 28 de outubro constitui data comemorativa, não se confundindo, por si só, com feriado nacional;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de organizar o calendário de funcionamento da Administração Pública Municipal e estabelecer, de forma antecipada e uniforme, o dia destinado ao ponto facultativo em comemoração ao Dia do Servidor Público;

CONSIDERANDO a possibilidade de a Administração Pública estabelecer, no âmbito de sua competência, o calendário de funcionamento de seus órgãos e repartições, ressalvada a continuidade dos serviços públicos essenciais;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira) o ponto facultativo alusivo à comemoração do Dia do Servidor Público, originalmente relacionado à data de 28 de outubro.

Parágrafo único. O dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira) terá expediente normal em todas as repartições e órgãos da Administração Pública Municipal, ressalvadas as disposições específicas relativas aos serviços que funcionem em regime diferenciado.

Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços públicos essenciais ou às unidades administrativas que, por sua natureza, não possam sofrer paralisação ou interrupção, cabendo aos respectivos titulares assegurar a continuidade dos serviços mediante a organização de escalas de funcionamento e plantão.

Parágrafo único. Incluem-se na previsão do caput, entre outros que assim sejam definidos pela Administração, os serviços de saúde, atendimento de urgência e emergência, limpeza pública, coleta de resíduos, vigilância, segurança, abastecimento de água e demais serviços cuja continuidade seja indispensável ao interesse público.

Art. 3º Caberá aos Secretários Municipais e dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto, especialmente quanto à organização das escalas dos serviços que permanecerão em funcionamento.

Art. 4º O disposto neste Decreto aplica-se aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Municipal, observadas as respectivas peculiaridades funcionais e os regimes de funcionamento estabelecidos em legislação específica.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ipanguaçu/RN, em 7 de outubro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Augusto Cesar da Costa Leonês
Código Identificador:C9C5F43B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº. 462/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o dispositivo na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

RESOLVE:

Art. 1º**CONCEDER**30 dias de Férias ao servidor (a) municipal,ANTONIO TAVARES DE SOUZA matrícula nº 127421, CPF nº ***. 430.574-04, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, correspondendo ao período aquisitivo 07/02/2023 a 06/02/2024 serem gozadas a partir **01/10/2026 a 30/10/2026**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 07 de outubro 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:40B9ADB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 463/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação da Prefeitura Municipal do Ipanguaçu/RN.

O Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN, Jefferson Charles de Araújo Santos, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferido pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 072/2025:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, **MARIA DA SALETE SIQUEIRA**, inscrita no CPF sob o nº. ***.304.504-87, das atribuições inerentes ao cargo de Coordenadora NÍVEL I, lotada na Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social – SEMTHAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Ipanguaçu/RN,07/10/2026

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:4DFF397C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0398/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0398/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor KLEBER MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,0 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (Cem reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, no dia 21 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 04 H DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 18 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:3859643D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0399/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0399/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,0 diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (Cinquenta reais) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (Cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de CURRAIS NOVOS RN, no dia 21 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 05 H DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 18 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:4598D78F

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0400/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0400/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 21 e 22 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 18 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:81DF1946

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0401/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0401/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor UMBERTO ANTONIO DE ARAUJO MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 22 e 23 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 21 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:BBEC103B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0402/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0402/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor CARLOS ALBERTO FERNANDES DA SILVA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,0 diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (Cinquenta reais) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (Cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de PARELHAS RN, no dia 25 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 05 H DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 20 H DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 23 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:95895C17

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0403/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0403/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 25 e 26 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 23 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:ACB1CB31

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0404/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0404/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor WILLAMI MEDEIROS DE MORAIS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,0 diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (Cinquenta reais) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (Cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de CURRAIS NOVOS RN, no dia 26 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 05 H DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 23 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:1D243F98

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0405/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0405/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor KLEBER MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 27 e 28 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:F6C807A9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0406/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0406/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor TAKASHE ALVES DE MEDEIROS, ocupante do cargo de COORDENADOR, 1,0 diária(s), ao preço unitário de R$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais) perfazendo a quantia de R$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 27 e 28 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:0EE7EBE7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0407/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0407/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,0 diária(s), ao preço unitário de R$ 50,00 (Cinquenta reais) perfazendo a quantia de R$ 50,00 (Cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de CURRAIS NOVOS RN, no dia 28 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 05 H DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:1C5D4081

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0408/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0408/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor WILLAMI MEDEIROS DE MORAIS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 28 e 29 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 25 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:3A369151

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0409/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0409/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor KLEBER MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 29 e 30 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 28 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:5148297A

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0410/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0410/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,0 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (Cem reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de JOÃO PESSOA PB, no dia 30 de SETEMBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2026, SAINDO ÀS 04 H DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 28 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:83881B39

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0411/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0411/2026
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor KLEBER MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 30 de SETEMBRO e 01 de OUTUBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 29 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:5CED2B5B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0412/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0412/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor WILLAMI MEDEIROS DE MORAIS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 01 e 02 de OUTUBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:FFD5254C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0413/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0413/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor KLEBER MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 04 e 05 de OUTUBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:E2BE5FC1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0414/2026

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 0414/2026

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor FERNANDO PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 04 e 05 de OUTUBRO do ano de 2026, com objetivo de TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2026 E RETORNANDO ÀS 21 H DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

JOYCE ANDRADE DANTAS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Joyce Andrade Dantas
Código Identificador:A6ACBDBD

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
PORTARIA Nº 228/2026 – DIÁRIA

O(A) PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRA/RN no uso de suas Atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao(a) senhor(a) ***ANTONIO MARCELINO DE MEDEIROS***, ocupante do cargo de motorista, 1 diária (uma diária), ao preço unitário de R$ 100,00 (CEM REAIS) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (CEM REAIS), com objetivo de realizar deslocamento para acompanhamento de usuário durante realização de perícia junto ao INSS, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, no dia 05 de Outubro de 2026, em Mossoró/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 05 de Outubro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:F78D6B56

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0510001/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaú-RN, através da
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos deste município de Itaú/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 0510001/2026** da Dispensa de Licitação **nº 0510001/2026**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Locação de Veículo tipo Camionete sem motorista de propriedade da pessoa física, destinados a atender as necessidades operacionais da secretaria de infraestrutura deste Município de Itaú/RN**, no valor de total de **R$ 15.000,00 (**quinze mil reais), sendo em três parcelas mensal de **R$ 5.000,00** (cinco mil reais) cada.

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO**, Prefeito, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Itaú – RN, 06 de outubro de 2026.

ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:D37C3B5C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0510001/2026

CONTRATO: Nº **0510001/2026**

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 0510001/2026**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ/RN**

CONTRATADO: **ALCIDES DE OLIVEIRA BARROS**

OBJETO: **Locação de Veículo tipo Camionete sem motorista de propriedade da pessoa física, destinados a atender as necessidades operacionais da secretaria de infraestrutura deste Município de Itaú/RN.**

VALOR TOTAL: **R$ 15.000,00 (**quinze mil reais), sendo em três parcelas mensal de **R$ 5.000,00** (cinco mil reais) cada.

PROGRAMA DE TRABALHO: 01.000, na dotação orçamentária Exercício 2026 Unidade 1008 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Projeto 4.122.5.2.72 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos - Elemento 330903600 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física, Fonte 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 06 de outubro a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:8F97F365

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0510001/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Itaú-RN, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos deste município de Itaú/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO**, Prefeito, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: **Locação de Veículo tipo Camionete sem motorista de propriedade da pessoa física, destinados a atender as necessidades operacionais da secretaria de infraestrutura deste Município de Itaú/RN.**

CONTRATADO: **ALCIDES DE OLIVEIRA BARROS**

VALOR TOTAL: **R$ 15.000,00 (**quinze mil reais), sendo em três parcelas mensal de **R$ 5.000,00** (cinco mil reais) cada.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO, Prefeito.

Itaú – RN, 06 de outubro de 2026.

ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:02040C4D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 323/2026

Dispõe sobre a Progressão Funcional da servidora pública Ieda Maria de Oliveira Freitas em cumprimento à decisão judicial e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o acórdão proferido no Processo Judicial nº 0800456-64.2026.8.20.5112, que condenou o Município de Itaú/RN à implementação da progressão funcional na Referência 10 da carreira do magistério municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a **Progressão funcional** para a **Referência 10** à servidora pública municipal **IEDA MARIA DE OLIVEIRA FREITAS**, inscrita no CPF sob o nº 937.***.**4-87, matrícula nº 429, ocupante do cargo efetivo Professor Especializado, lotada na Secretaria Municipal da Educação, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0800456-64.2026.8.20.5112.

Art.2º O Setor de Recursos Humanos deverá proceder às anotações necessárias na ficha funcional da servidora e à implantação do novo vencimento básico na folha de pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, 07 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:06394B88

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0510001/2026

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação **nº 0510001/2026**, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Locação de Veículo tipo Camionete sem motorista de propriedade da pessoa física, destinados a atender as necessidades operacionais da secretaria de infraestrutura deste Município de Itaú/RN.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ARIVAN ALVES BRASIL JUNIOR, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Itaú – RN, 06 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal, de Itaú

Publicado por:
Arivan Alves Brasil Júnior
Código Identificador:585D1BC6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000015/2026 - PMJ/RN

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo Aviso de Contratação Direta, como preceitua as disposições constantes da Lei nº. 14.133/2021, de conformidade com o Despacho nº. 13, emitido pela Agente de Contratação, **ADJUDICO** o objeto do presente pleito, a empresa **CLINICA CHECK-UP LTDA.,**inscrita no CNPJ/MF n° 30.712.156/0001-66, no item 1 (um), com valor total de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) e no item 2 (dois), com valor total de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), cujo a soma equivale a importância global de **R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)**, haja vista ter sido a única interessada no certame, tendo apresentado para a administração pública municipal proposta satisfatória, e abaixo do valor de referência.
Publique-se.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:813D7383

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000015/2026 - PMJ/RN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGOpelo presente termo, para que surta os efeitos legais, o julgamento da Agente de contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000015/2026 - PMJ/RN**, a empresa **CLINICA CHECK-UP LTDA.,**inscrita no CNPJ/MF n° 30.712.156/0001-66, o item 1 (um), com valor total de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) e o item 2 (dois), com valor total de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), cujo a soma equivale a importância global de **R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)**, tendo como objeto acontratação de unidade móvel de saúde, devidamente equipada e com equipe técnica habilitada, para a realização de exames de mamografia e ultrassonografia mamária, com vistas a atender à demanda da secretaria municipal de saúde no âmbito das ações preventivas da campanha outubro rosa, voltadas à promoção da saúde da mulher e ao rastreamento precoce do câncer de mama no município.
Publique-se.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:92AAFC8E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº033/2026.

REGULAMENTA A LEI Nº 13.431/2017 E O DECRETO Nº 9.603/2018, QUE ESTABELECEM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E OS PROCEDIMENTOS DA ESCUTA ESPECIALIZADA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS, Estado do Rio Grande do Norte, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município,
DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I
Dos princípios e conceitos
Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 e o Decreto nº 9.603/2018, que estabelecem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência.
Art. 2º. As situações de violências contra crianças e adolescentes requerem intervenções do Sistema de Garantia de Direitos com a finalidade de:
I – mapear as ocorrências das formas de violências e suas particularidades no território;
II – prevenir a ocorrência de violência;
III – fazer cessar a violência quando ocorrer;
IV – prevenir a reiteração da violência já ocorrida;
V – promover o atendimento para minimizar as sequelas da violência sofrida;
VI – responsabilizar, bem como, garantir a oferta de atendimento ao agressor;
VII – promover a restituição integral dos direitos da criança e do adolescente.
Art. 3º. Este Decreto reger-se-á pelos seguintes princípios:
I - a criança e o adolescente são sujeitos de direito e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, merecendo Proteção Integral conforme o Art. 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente;
II – todas as crianças e adolescentes devem receber Proteção Integral quando seus direitos forem violados e/ou ameaçados;
III – a criança e o adolescente têm o direito de ter seus melhores interesses avaliados e tidos em conta como uma consideração primordial em todas as ações ou decisões que lhe dizem respeito, garantida a sua integridade física e psicológica;
IV – a criança e o adolescente possuem:
a) primazia em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
b) precedência de atendimento dos serviços públicos ou de relevância pública;
c) preferência na formulação e execução de políticas sociais públicas;
d) destinação privilegiada de recursos para proteção dos direitos de crianças e adolescentes.
V – a criança e o adolescente devem receber intervenção precoce, mínima e urgente das autoridades competentes sendo efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
VI – à criança e ao adolescente que for capaz de formar seus próprios pontos de vista será assegurado o direito de exprimir suas opiniões livremente nos assuntos que lhes digam respeito, inclusive nos procedimentos administrativos e jurídicos, levando-se devidamente em conta essas opiniões em função de sua idade e maturidade e resguardando-lhes o direito de permanecer em silêncio, observando-se sempre que estejam acompanhado de representante legal ou assistente;
VII – a criança e o adolescente têm o direito de não serem discriminados em função de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiência, nascimento ou qualquer outra condição da criança ou adolescentes, de seus pais ou de seus representantes legais;
VIII – cada criança e adolescente é um ser humano único e valioso e como tal a sua dignidade individual, necessidades, interesses e privacidade devem ser respeitados e protegidos, incluindo a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente e a preservação da imagem identidade, autonomia, valores, ideias, crenças, espaços e dos objetos pessoais;
IX – é assegurado às crianças e aos adolescentes o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa nos processos administrativos e judiciais em que figurem como parte, incluindo o direito de aconselhamento jurídico, observando sempre que devem estar acompanhados de defensor ou advogado para todos os atos do processo, sob pena de nulidade;
X - toda criança ou adolescente tem o direito de ser consultado acerca de sua preferência em ser atendido por profissional do mesmo gênero.
Art. 4º. A criança ou o adolescente, brasileiro ou de nacionalidade diversa, que fale outros idiomas deverá ser consultado quanto ao idioma que prefere ser ouvido, em qualquer serviço, programa ou equipamento público do Sistema de Garantia de Direitos, devendo sempre que possível serem tomadas as medidas cabíveis para atendimento.
Art. 5º. Para fins de aplicação deste Decreto, consideram-se:
I – violência institucional: aquela praticada por agente público ou no uso da função pública, através de atos comissivos ou omissivos que prejudiquem o atendimento à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, incluindo-se entre os que praticarem esse tipo de violência, os serventuários do Sistema de Justiça, Juízes e Promotores, delegados, policiais civis e militares;
II – vitimização: todo discurso ou prática institucional que submeta crianças e adolescentes a procedimentos desnecessários, repetitivos, invasivos, que levem as vítimas ou testemunhas a reviver a situação de violência e outras vivências que trazem sofrimento, estigmatização ou exposição de sua imagem;
III – acolhimento ou acolhida: abordagem integral durante o todo o processo de atendimento, que consiste em um posicionamento ético do profissional em identificar as necessidades apresentadas pela criança ou adolescente e suas famílias, buscando o cuidado com responsabilização e resolutividade no atendimento e;
IV – serviço de acolhimento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - Suas - serviço realizado em tipos de

equipamentos e modalidades diferentes, destinados às famílias ou aos indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir sua proteção integral.

Seção II

Da acessibilidade

Art. 6º. É garantida a acessibilidade em todos os espaços de atendimento da criança e do adolescente com deficiência vítima ou testemunha de violência através de:

I – implementação do desenho universal nos espaços de atendimentos a serem construídos;

II – eliminação de barreiras e implementação de estratégias para garantir a plena comunicação de crianças e adolescentes durante o atendimento;

III – adaptações razoáveis nos prédios públicos ou de uso público já existentes; e IV - utilização de tecnologias assistivas ou ajudas técnicas, quando necessário.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Do Sistema de Garantia de Direitos

Art. 7º. Os órgãos, programas, serviços e equipamentos das políticas setoriais que integram os eixos de promoção, controle e defesa compõe esse sistema de garantia estando implicados na detecção dos sinais de violência, com ou sem revelação.

Art. 8º. O Poder Público assegurará as condições adequadas no Sistema de Garantia de Direitos para que crianças e adolescentes vítimas de violência ou testemunhas de violência sejam acolhidas e protegidas e possam se expressar livremente em um ambiente compatível com suas necessidades, características e particularidades.

Art. 9º. Os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos trabalharão de forma integrada e coordenada, garantidos os cuidados necessários e a proteção das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, os quais deverão, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto:

I - instituir, preferencialmente no âmbito dos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes, o comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê;

II - definir o fluxo de atendimento, observados os seguintes requisitos:

a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;

b) a superposição de tarefas será evitada;

c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada;

d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;

e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido.

III - criar grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento intersetorial poderá conter os seguintes procedimentos:

a) acolhimento ou acolhida;

b) escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;

c) atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;

d) comunicação ao Conselho Tutelar;

e) comunicação à autoridade policial;

f) comunicação ao Ministério Público;

g) depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária; e

h) aplicação de medida de proteção pelo Conselho Tutelar, caso necessário.

§ 2º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

§ 3º Poderão ser adotados outros procedimentos, além daqueles previstos no § 1º, quando o profissional avaliar, no caso concreto, que haja essa necessidade.

Art. 10. No âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde, a atenção à saúde das crianças e adolescentes em situação de violência será realizada por equipe multiprofissional, nos diversos níveis de atenção, englobando o acolhimento, atendimento, tratamento especializado, notificação e seguimento da rede.

Parágrafo único. Nos casos de violência sexual, o atendimento inclui os exames, as medidas profiláticas contra infecções sexualmente transmissíveis, anticoncepção de emergência, orientações quando houver necessidade de interrupção da gestação para os casos previstos em lei, além da coleta, identificação, descrição e guarda dos vestígios.

Art.11. Caso o profissional da educação identifique, ou a criança ou adolescente revele atos de violência inclusive no ambiente escolar, deverá respectivamente:

I - acolher a criança ou adolescente;

II – informar a criança ou adolescente sobre os seus direitos, procedimentos de comunicação à autoridade policial, ao Conselho Tutelar e atendimento do Sistema de Garantia de Direitos;

III - encaminhar a criança ou o adolescente, quando couber, para atendimento emergencial em órgão do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e

IV - comunicar ao Conselho Tutelar.

Parágrafo único. As redes de ensino deverão contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar por meio da implementação de programas de prevenção à violência.

Art. 12. O Sistema Único de Assistência Social disporá de serviços, programas, projetos e benefícios para prevenção e atenção às situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos de crianças e adolescentes e suas famílias.

§ 1º A proteção social básica deve atuar para fortalecer a capacidade protetiva das famílias e prevenir nos territórios as situações de violência e violação de direitos, referenciando à proteção social especial o atendimento especializado quando essas situações forem identificadas.

§ 2º O acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em situação de violência e suas famílias, no âmbito da Assistência Social, será realizado preferencialmente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, em articulação com os demais serviços, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social.

§ 3º Os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes devem abrigar, de modo excepcional e provisório, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

§ 4º Crianças e adolescentes em situação de violência e suas famílias podem ser acompanhadas pelos serviços de acolhimento, nos quais os profissionais devem observar as normativas e orientações referentes aos processos de escuta qualificada, caso algum acolhido relate, espontaneamente, alguma situação de violência vivida, tanto no âmbito familiar, como no próprio Abrigo Institucional, Casa Lar, República ou Família Acolhedora.

Art. 13. A autoridade policial procederá ao registro de boletim de ocorrência e realizará a perícia.

§ 1º O registro da ocorrência policial consiste na descrição preliminar das circunstâncias em que se deram o fato e, sempre que possível, será elaborado a partir de documentação remetida por outros serviços, programas e equipamentos públicos, além do relato do acompanhante da criança ou do adolescente.

§ 2º O registro da ocorrência policial deverá ser assegurado, ainda que a criança ou o adolescente esteja desacompanhado.

§ 3º A autoridade policial priorizará a busca de informações com a pessoa que acompanha a criança ou o adolescente, de forma a preservá-lo, observado o disposto na Lei nº 13.431, de 2017.

§ 4º Sempre que possível, a descrição do fato não será realizada diante da criança ou do adolescente.

§ 5º A descrição do fato não será realizada em lugares públicos que ofereçam exposição da identidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.

§ 6º A perícia médica ou psicológica primará pela intervenção profissional mínima.

§ 7º A perícia física será realizada somente nos casos em que se fizer necessária a coleta de vestígios, evitada a perícia para descarte da ocorrência de fatos.
§ 8º Os peritos deverão, sempre que possível, obter as informações necessárias sobre o fato ocorrido com os adultos acompanhantes da criança ou do adolescente ou por meio de atendimentos prévios realizados pela rede de serviços.
Art. 14. O Conselho Tutelar, recebida a comunicação de que trata o art. 13 da Lei nº 13.431, de 2017, deverá promover o registro do atendimento realizado, incluindo informações eventualmente coletada com os responsáveis ou pessoas da rede de apoio da criança ou adolescente, contendo informações necessárias à aplicação da medida de proteção.
Art. 15. Todos os profissionais envolvidos no sistema de garantia de direitos primarão pela não revitimização da criança adolescente, fazendo questionamentos mínimos e estritamente necessários ao atendimento.
Parágrafo único. Poderá ser coletada informação com outros profissionais do sistema de garantia de direitos que atenderam a criança ou adolescente, além de familiar ou acompanhante.
Art. 16. Caso a violência contra criança ou adolescente ocorra em programa de acolhimento institucional ou familiar, em unidade de internação ou semiliberdade do sistema socioeducativo, o fato será imediatamente avaliado pela equipe multiprofissional, considerando o melhor interesse da criança ou do adolescente.
Art. 17. No atendimento à criança e ao adolescente pertencente a povos e/ou comunidades tradicionais devem ser respeitadas suas identidades sociais e culturais, costumes e tradições. Parágrafo único. Poderão ser adotadas práticas dos povos e comunidades tradicionais em complementação às medidas de atendimento institucional.
Art. 18. No atendimento da criança ou adolescente oriundo de povos indígenas, é necessário que a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI sejam comunicados.

Seção II

Da escuta especializada

Art. 19. Procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar, devendo limitar-se ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e provimento de cuidados.
§ 1º A criança ou adolescente deve ser informado em linguagem compatível com seu desenvolvimento acerca dos procedimentos formais pelos quais terá que passar e sobre a existência de serviços específicos da rede de proteção de acordo com as demandas de cada situação.
§ 2º Priorizar-se-á a busca de informações com os profissionais envolvidos no atendimento, com familiares ou acompanhantes da criança ou adolescente.
§ 3º A relação do profissional com crianças e adolescentes e suas famílias deve primar pela promoção da liberdade de expressão, inclusive sobre a violência vivida, caso a vítima demonstre interesse em se expressar, mas, deverá ser evitada postura invasiva ou questionamentos que não compõem os objetivos da escuta especializada.
§ 4º Escuta especializada não tem por objetivo produzir provas para o processo de investigação da denúncia da situação de violência, mas visa garantir o acesso a proteção prevista no caput.
Art. 20. A escuta será realizada por profissional de nível superior capacitado para cumprimento de sua finalidade.
Parágrafo único A intervenção visa cumprir a finalidade do órgão da rede de proteção, estando relacionada à sua natureza no sistema de garantia de direitos.
Art. 21. Os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos da rede de proteção adotarão procedimentos de atendimento condizentes com os princípios expressos no artigo segundo deste decreto.

Seção III

Do depoimento especial

Art. 22. Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
§ 1º O depoimento especial deverá pautar-se na não revitimização, conforme art. 5º deste decreto e no respeito aos limites etários e psicológicos de desenvolvimento da criança ou adolescente.
§ 2º Quando as provas materiais forem suficientes para a comprovação da violência, fica dispensada a oitiva da criança ou adolescente perante autoridade policial ou judiciária.
§ 3º A criança ou adolescente serão respeitados em sua iniciativa de não falar sobre a violência sofrida.
Art. 23. O depoimento especial ocorrerá em sala reservada, que contará minimamente com:
§ 1º O depoimento especial deverá primar pela não revitimização e pelos limites etários e psicológicos de desenvolvimento da criança ou do adolescente.
§ 2º A autoridade policial ou judiciária deverá avaliar se é indispensável a oitiva da criança ou do adolescente, consideradas as demais provas existentes, de forma a preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social.
§ 3º A criança ou o adolescente serão respeitados em sua iniciativa de não falar sobre a violência sofrida.
Art. 23. O depoimento especial deverá ser gravado com equipamento que assegure a qualidade audiovisual. Parágrafo único. A sala de depoimento especial será reservada, silenciosa, com decoração acolhedora e simples, para evitar distrações.
Art. 24. A sala de depoimento especial terá outro espaço destinado ao monitoramento e contribuição de profissional de área da segurança pública e do sistema de justiça.
Art. 25. O depoimento especial será regido por protocolo de oitiva.
Art. 26. O depoimento especial deverá ser conduzido por autoridades capacitadas, observado o disposto no art. 27, e realizado em ambiente adequado ao desenvolvimento da criança ou do adolescente.
§ 1º A condução do depoimento especial observará o seguinte:
I - os repasses de informações ou os questionamentos que possam induzir o relato da criança ou do adolescente deverão ser evitados em qualquer fase da oitiva;
II - os questionamentos que atentem contra a dignidade da criança ou do adolescente ou, ainda, que possam ser considerados violência institucional deverão ser evitados;
III - o profissional responsável conduzirá livremente a oitiva sem interrupções, garantida a sua autonomia profissional e respeitados os códigos de ética e as normas profissionais;
IV - as perguntas demandadas pelos componentes da sala de observação serão realizadas após a conclusão da oitiva;
V - as questões provenientes da sala de observação poderão ser adaptadas à linguagem da criança ou do adolescente e ao nível de seu desenvolvimento cognitivo e emocional, de acordo com o seu interesse superior; e
VI - durante a oitiva, deverão ser respeitadas as pausas prolongadas, os silêncios e os tempos de que a criança ou o adolescente necessitarem.
§ 2º A oitiva deverá ser registrada na sua íntegra desde o começo.
§ 3º Em casos de ocorrência de problemas técnicos impeditivos ou de bloqueios emocionais que impeçam a conclusão da oitiva, ela deverá ser reagendada, respeitadas as particularidades da criança ou do adolescente.

Seção IV

Da capacitação dos profissionais do sistema de garantia de direitos

Art. 27. Todos os profissionais do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência participarão de:
I – curso de formação inicial e continuada; e
II - cursos de aperfeiçoamento.
§1 º O Poder Público criará matriz intersetorial de capacitação para os profissionais do sistema de garantias de direitos tendo como referência em especial o plano nacional de enfrentamento da violência sexual, Plano decenal, Plano nacional de Direitos humanos, Plano Nacional de convivência familiar e comunitária, marco legal da primeira infância, plano decenal de atendimento socioeducativo, plano nacional de erradicação ao trabalho infantil, plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas e lei 13.010/14.
§ 2º Nenhum profissional deve ser obrigado a participar de capacitação para o depoimento especial.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Será adotado modelo de registro de informações para compartilhamento do sistema de garantia de direitos que conterá minimamente:
I – dados pessoais da criança, adolescente;
II – descrição pormenorizada do atendimento;
III – relato espontâneo, quando houver; e
IV – encaminhamentos realizados.
Art. 29. O compartilhamento completo do registro de informações dar-se-á através de encaminhamento ao serviço, programa ou equipamento que acolherá em seguida a criança, adolescente vítima ou testemunha de violência.
Art. 30. O compartilhamento de informações primará pelo sigilo dos dados pessoais das crianças, adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência.
Art. 31. Os dispositivos normativos deste decreto, aplicam-se às vítimas ou testemunhas entre 18 (dezoito) e 21(vinte e um) anos, conforme o art.3º, parágrafo único, da lei nº 13.431, de 2017.
Art. 32. Ato conjunto dos Ministros de Direitos Humanos, da Saúde, do Desenvolvimento Social, da Educação, da Justiça e da Segurança Pública estabelecerá as regras necessárias para a integração e coordenação dos serviços, programas e equipamentos públicos. Parágrafo único. Sistema eletrônico de informações será implementado com vistas a integrar as informações produzidas. Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Janduís/RN, em 07 de outubro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:7DF86B37

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3505/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3505/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

O Município de Janduís/RN, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, por intermédio do seu Pregoeiro, Francisco Cleber Torres, designado pela Portaria nº 303/2025-GP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por item, em **sessão pública eletrônica às 08h30 (oito horas e trinta minutos - horário de Brasília-DF) do dia 21/10/2026, (quarta-feira)** através do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, objetivando a Contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de equipamentos de informática e comunicação, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, suas respectivas unidades administrativas e órgãos vinculados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos., nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Janduís-RN, 07 de outubro de 2026.

OZAIAS PRAXEDES DOS SANTOS
Diretor de Licitações e Contratos – Port. 270/2025
CPF: 108.364.304-50

Publicado por:
Julio Everton Gurgel da Silva
Código Identificador:B02969DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO HUMANA
ATA DE 03/2026 DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Aos **07 (sete) dias do mês de outubro de 2026**, realizou-se reunião do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, nas dependências da **Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana – SEMASPH**, Município de Janduís/RN, com a participação dos membros do Conselho, conforme registro de presença.
A reunião teve como pautas**: 1. Deliberação e aprovação para publicação do Edital de Seleção para composição do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA; 2. Substituição de membros do Conselho; e 3. Aprovação do (a) Secretário(a) do Conselho, em razão de questões administrativas.**
Dando início aos trabalhos, foi apresentada aos conselheiros a proposta de **publicação do Edital de Seleção para o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA**, com o objetivo de assegurar a participação de adolescentes nos espaços de discussão, acompanhamento e fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Após análise e discussão, os membros presentes **deliberaram e aprovaram, por unanimidade, a publicação do referido Edital,** para que sejam adotadas as providências necessárias à sua divulgação.
Em seguida, foi discutida a **substituição de membros do CMDCA**, em razão de alterações e necessidades administrativas, sendo apresentada aos conselheiros a proposta de atualização da composição do Conselho. Na sequência, foi apresentada a necessidade de **aprovação do (a) Secretário (a) do CMDCA**, considerando questões de ordem administrativa e a necessidade de assegurar o adequado funcionamento das atividades do Conselho. Após discussão, os conselheiros presentes **deliberaram e aprovaram a indicação do (a) Secretário (a) do Conselho, Eduardo Cabral da Silva**, ficando este (a) responsável pelo apoio administrativo, organização documental, elaboração e registro das atas, bem como pelos demais procedimentos necessários ao funcionamento do CMDCA.
Por fim, os membros presentes reforçaram a importância da participação do Conselho na formulação, acompanhamento e fiscalização das **políticas públicas destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente** no Município. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, **Eduardo Cabral da Silva**, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.
Janduís/RN, 07 de outubro de 2026.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:7AA6655A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO HUMANA
EDITAL Nº 01/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
MUNICÍPIO DE JANDUÍS/RN
EDITAL Nº 01/2026
SELEÇÃO DE ADOLESCENTES PARA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES – CPA
O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Janduís/RN**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público o presente **Edital de Seleção de Adolescentes para composição do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA**, observadas as disposições da **Resolução CONANDA nº 266/2025** e demais normas aplicáveis à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.
1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto estabelecer critérios e procedimentos para a seleção de **10 (dez) adolescentes**, residentes no Município de Janduís/RN, que integrarão o **Comitê de Participação de Adolescentes – CPA**, sendo **05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes**.
1.2. O CPA constitui espaço de participação e representação dos adolescentes, destinado a possibilitar sua manifestação, contribuição e participação nas discussões relacionadas às políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia de seus direitos.
1.3. A participação dos adolescentes no CPA deverá observar os princípios da proteção integral, da participação, da autonomia

progressiva, da não discriminação, da igualdade e do respeito à diversidade.

2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1. Poderão participar da seleção adolescentes que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – ter idade entre **12 (doze) a 16 (dezesseis) anos**, completos na data de abertura das inscrições;

II – ser residente e domiciliado(a) no Município de **Janduís/RN**;

III – demonstrar interesse em participar de ações, reuniões, debates e atividades relacionadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes;

IV – possuir disponibilidade para participar das reuniões, encontros, atividades e demais ações do CPA, observados os horários previamente estabelecidos;

V – apresentar autorização expressa do pai, da mãe ou do responsável legal para participação no processo seletivo e, caso selecionado(a), nas atividades do CPA;

VI – comprometer-se a respeitar as normas de convivência, participação e funcionamento estabelecidas pelo CMDCA e pelo CPA;

VII – apresentar a documentação exigida neste Edital dentro do prazo estabelecido.

2.2. A participação no processo de seleção será gratuita e não implicará qualquer vínculo empregatício, remuneração ou vantagem financeira.

3. DA DIVERSIDADE E REPRESENTATIVIDADE

3.1. A seleção buscará assegurar a **diversidade e a representatividade dos adolescentes do Município**, considerando aspectos sociais, territoriais, culturais, educacionais e diferentes condições de vida.

3.2. Será considerada, sempre que possível, a participação de adolescentes de diferentes comunidades, bairros, escolas, grupos e espaços de convivência, de modo a evitar a concentração das vagas em uma única instituição, localidade ou grupo social.

3.3. O processo de seleção deverá observar os princípios da **igualdade, não discriminação, participação, respeito à diversidade e direito à voz dos adolescentes**.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas no período de **09 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2026**, das **08h às 13h**, na **Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Humana – SEMASPH**, no Município de Janduís/RN.

4.2. Para realizar a inscrição, o adolescente deverá apresentar:

I – ficha de inscrição devidamente preenchida;

II – documento de identificação do adolescente, preferencialmente **RG ou Certidão de Nascimento**;

III – comprovante de residência do adolescente ou de seu responsável legal;

IV – **termo de autorização e consentimento assinado pelo responsável legal**, autorizando a participação do adolescente no processo de seleção e, caso selecionado, nas atividades do CPA;

4.3. A ausência de documentação obrigatória poderá resultar no indeferimento da inscrição, assegurado ao candidato o direito de apresentar documentação complementar dentro do prazo estabelecido pelo CMDCA.

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. A seleção dos adolescentes será realizada de forma **democrática, transparente, participativa e inclusiva**, sob a coordenação e acompanhamento do **CMDCA de Janduís/RN**.

5.2. O processo de seleção será realizado por meio de **Assembleia Participativa com os adolescentes inscritos**, em data, horário e local previamente divulgados pelo CMDCA.

5.3. Todo o processo de seleção será registrado em ata pelo CMDCA, garantindo-se a publicidade e a transparência dos procedimentos adotados.

6. DO RESULTADO

6.1. O resultado final da seleção será publicado nos **canais oficiais de comunicação do Município e do CMDCA**, bem como divulgado junto às instituições, escolas, grupos e demais espaços de participação de crianças e adolescentes.

6.2. A publicação conterá a relação dos adolescentes selecionados, identificando aqueles que ocuparão as vagas de **titular e suplente**.

7. DA POSSE E DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

7.1. Os adolescentes selecionados tomarão posse em **ato público**, em data, horário e local previamente divulgados pelo CMDCA.

7.2. A participação dos adolescentes no CPA será acompanhada pelo CMDCA, que deverá assegurar condições adequadas para sua participação, considerando sua idade, proteção integral, direito à voz e respeito à sua autonomia progressiva.

7.3. Os adolescentes selecionados deverão participar das reuniões e atividades do CPA, observadas as normas estabelecidas pelo CMDCA e pelo próprio Comitê.

8. DO CRONOGRAMA

8.1. O processo de seleção dos adolescentes para composição do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA seguirá o seguinte cronograma:

ETAPA	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital	07/10/2026
Período de inscrições	09/10/2026 a 23/10/2026
Análise e conferência das inscrições	26/10/2026 a 28/10/2026
Divulgação da lista definitiva de inscritos	04/11/2026
Assembleia Participativa e processo de seleção	06/11/2026
Divulgação do resultado preliminar	09/11/2026
Divulgação do resultado final	16/11/2026
Posse dos adolescentes selecionados	20/11/2026

8.2. O CMDCA poderá alterar as datas previstas neste cronograma, caso haja necessidade administrativa ou ocorrência de situações que impeçam a realização de alguma das etapas, devendo eventual alteração ser previamente divulgada pelos canais oficiais do Município e do Conselho.

8.3. Os horários e o local da **Assembleia Participativa** e do **ato de posse** serão divulgados posteriormente pelo CMDCA.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A participação no processo de seleção implica o conhecimento e a aceitação das normas estabelecidas neste Edital.

9.2. Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão analisados e deliberados pelo **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Janduís/RN**, observadas a **Resolução CONANDA nº 266/2025**, a legislação aplicável e os princípios da proteção integral e da participação de crianças e adolescentes.

9.3. O CMDCA poderá promover alterações no cronograma ou nos procedimentos previstos neste Edital, mediante justificativa e ampla divulgação.

9.4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Janduís/RN, 07 de outubro de 2026.

ANA KATARINY ALVES BRILHANTE
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Janduís/RN

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:FD1E4E48

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.794/2026 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.794/2026, 30 de setembro de 2026.

Institui o Protocolo Municipal de Transporte Sanitário no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jardim de Piranhas/RN e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, especialmente pelo art. 70, incisos I e II, e pela legislação municipal que dispõe sobre a organização e as competências da Secretaria Municipal de Saúde,

CONSIDERANDO as competências atribuídas à Secretaria Municipal de Saúde pela Lei Municipal nº 383, de 03 de setembro de 1991;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, padronizar e regulamentar os procedimentos relativos ao serviço de Transporte Sanitário no âmbito municipal;

CONSIDERANDO que o Transporte Sanitário constitui importante instrumento para garantir o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS às consultas, exames, tratamentos e procedimentos de saúde previamente agendados;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios claros e transparentes para a utilização do serviço, bem como os direitos e deveres dos usuários e das equipes envolvidas;

CONSIDERANDO que o Protocolo Municipal de Transporte Sanitário foi elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de Jardim de Piranhas/RN;

CONSIDERANDO a aprovação do Protocolo Municipal de Transporte Sanitário pelo Conselho Municipal de Saúde, por meio da Resolução nº 003/2026 – CMS, de 13 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jardim de Piranhas/RN, o Protocolo Municipal de Transporte Sanitário, na forma do Anexo Único deste Decreto.
Art. 2º - O Protocolo Municipal de Transporte Sanitário tem por finalidade estabelecer diretrizes, critérios, procedimentos, responsabilidades e regras para a organização e utilização do serviço de Transporte Sanitário no âmbito municipal.

Art. 3º - O serviço de Transporte Sanitário destina-se ao deslocamento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS para consultas, exames, tratamentos, procedimentos e demais atendimentos de saúde previamente agendados, observados os critérios estabelecidos no Protocolo.

Art. 4º - O Transporte Sanitário de que trata este Decreto a não se destina ao atendimento de situações de urgência e emergência, as quais deverão ser encaminhadas aos serviços próprios da Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

Art. 5º - Os usuários, servidores, motoristas e demais profissionais envolvidos na prestação do serviço deverão observar e cumprir as disposições estabelecidas no Protocolo Municipal de Transporte Sanitário.

Art. 6º - Compete à Secretaria Municipal de Saúde, por meio dos setores responsáveis, promover a organização, coordenação, acompanhamento e fiscalização da execução do serviço de Transporte Sanitário, observadas as disposições do Protocolo.

Art. 7º - Os usuários do serviço deverão cumprir as regras, critérios e deveres estabelecidos no Protocolo Municipal de Transporte Sanitário.

Art. 8º - O descumprimento das disposições previstas no Protocolo poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e o devido processo administrativo, quando aplicável.

Art. 9º - O Protocolo Municipal de Transporte Sanitário poderá ser revisado e atualizado pela Secretaria Municipal de Saúde, sempre que necessário, observadas as normas legais e administrativas aplicáveis e, quando couber, a participação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 10. O Protocolo Municipal de Transporte Sanitário, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde por meio da Resolução nº 003/2026 – CMS, de 13 de agosto de 2026, constitui o Anexo Único deste Decreto e dela é parte integrante.

Art. 11. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Saúde, observada a legislação vigente e as normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Piranhas/RN, 30 de setembro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 1.794/2026, 30 DE SETEMBRO DE 2026.

PROTOCOLO MUNICIPAL DE TRANSPORTE SANITÁRIO

JUNHO DE 2026

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Jardim de Piranhas/RN, está comprometida em aprimorar continuamente sua atuação na organização, produção, oferta de serviços e ações de saúde. Esse compromisso visa fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), proporcionando melhorias na qualidade, segurança do paciente, eficiência operacional e bem-estar da população atendida.
Como parte desse esforço, está a revisão e elaboração de protocolos, que servirão para padronizar procedimentos, estabelecer diretrizes claras e uniformes na prestação de serviços. Um desses protocolos é o Protocolo Municipal de Transporte Sanitário, resultado de um contínuo trabalho de melhoria dos serviços. O objetivo deste protocolo é ampliar o acesso aos cuidados de saúde e tornar transparentes os critérios para o atendimento à população.
O Protocolo Municipal de Transporte Sanitário está em conformidade com a Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 198, estabelece que as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. A Rede de Atenção à Saúde é um conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com o objetivo de garantir a integralidade da assistência à saúde.
O transporte em saúde integra o sistema logístico e é um dos componentes que compõem a estrutura operacional das Redes de Atenção à Saúde (RASs). Segundo Mendes (2011;152) "Os sistemas de transporte em saúde são soluções logísticas transversais a todas as RASs, imprescindíveis para o acesso aos pontos de atenção à saúde e aos sistemas de apoio diagnóstico e terapêutico."
Este Protocolo Municipal de Transporte Sanitário tem como propósito estabelecer as diretrizes e a organização para o transporte eletivo, abrangendo aspectos relacionados ao transporte de pacientes em situações não urgentes. É importante observar que este protocolo não delibera sobre o atendimento de casos de urgência e emergência.

INTRODUÇÃO
O Transporte Sanitário Eletivo - TSE é um serviço de caráter ambulatorial, para atendimento a procedimentos/consultas/exames, regulados e agendados previamente, para a rede pública ou conveniados/contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem urgência, podendo ser para tratamento contínuo ou pontual nas regiões de saúde que possuem contratualizações.

– Objetivo
O Serviço de Transporte Sanitário Eletivo tem por objetivo atender usuários do Sistema Único de Saúde - SUS residentes no município de Jardim de Piranhas/RN, sendo de ordem prioritária atender pacientes que:

Apresentem quadro de mobilidade nula ou reduzida, permanente ou temporária que dificultem sua locomoção (desde que comprovadas por laudo médico);
Com agendamentos feitos pela central de regulação do município de Jardim de Piranhas/RN, em instituições fora do município, para realização de atendimentos, pontuais ou contínuos, que incluem consultas e avaliações clínicas, exames ambulatoriais, internações cirúrgicas eletivas e tratamentos ambulatoriais.

– Finalidade

O serviço de Transporte Sanitário será realizado, com saída da Secretaria de Saúde de Jardim de Piranhas/RN e retorno para o mesmo local, para os seguintes agendamentos:
Exames clínicos;
Internação cirúrgicas;
Reabilitação física e intelectual;
Consultas e avaliações médicas;
Internação clínica especializada/mental/dependência química;
Pré-agendados para pacientes permanentes cadastrados no serviço;
Hemodiálise;
Quimioterapias;
Radioterapias;
Agendados pela unidade de saúde;
Alta hospitalar;
Demais demandas SUS.

Estes agendamentos serão realizados pelo setor de transporte, sendo que o paciente ou familiar deverá entrar em contato com o número institucional do setor, a fim de verificar a disponibilidade de veículo para transporte com antecedência de no mínimo 4 (quatro) dias antes da data.

– Requisitos
Para utilizar o serviço de Transporte, além de residente no município e usuário do SUS, o paciente deve preencher os seguintes requisitos:

Possuir cadastro ativo no serviço (Cartão do SUS atualizado) e Cadastro Domiciliar realizado pelo Agente Comunitário de Saúde;
Apresentar agendamento e encaminhamento de Referência, constando o local e horário;
Observar todas as regras contidas no presente protocolo;
Casos excepcionais de pacientes que necessitem de transporte desde sua residência até o local de atendimento serão autorizados pelo setor de transporte, desde que: apresentem quadro de mobilidade nula ou reduzida, permanente ou temporária que dificultem sua locomoção (desde que comprovadas por laudo médico); pacientes hemodiálise e oncológicos em tratamento específico no local; os pacientes serão buscados em suas residências que constam no Cadastro Domiciliar conforme disponibilidade de veículo e motorista.

– Exclusões
Não se enquadram no Serviço de Transporte Sanitário:

Prática de Atividades educacionais, culturais, esportivas, recreativas ou turísticas, objetivando o lucro e que não estejam ligadas ao SUS;
Transporte para clínicas e hospitais particulares, salvo em casos de liminares judiciais e, ou se o mesmo foi contratualizado/encaminhado pelo município, desde que haja vaga sobressalente em relação ao SUS no dia, ou existência de motorista no caso de veículo disponível;
Tratamento estético;
Perícia médica junto ao INSS e Poder Judiciário;
Visitação de presídios;
Dentre outras avaliadas pelo Setor de Transporte e que não se encaixam no Sistema Único de Saúde.

– Condições e regras gerais de uso
Para que o Serviço de Transporte Sanitário possa cumprir sua missão e atender as necessidades de seus usuários, inclusive com a utilização de veículo adequado à sua condição, antes de usufruir dos benefícios deste serviço, é imprescindível o amplo conhecimento das seguintes condições e regras gerais de uso:
O número do cartão nacionais de saúde (CNS/CPF) é o identificador do paciente junto ao serviço e deverá ser informado pelo paciente/responsável sempre que solicitado;
Os pacientes deverão manter os dados do Cadastro Municipal e do CNS/CPF atualizados junto a Secretaria de Saúde;
O tipo de transporte será determinado pela equipe de setor de transporte levando em conta o grau de mobilidade do paciente, conforme comprovado por laudo médico, bem como a disponibilidade de veículo no dia do agendamento;
O agendamento do transporte aprovado garante o direito ao atendimento desde que haja vaga disponível na data, horário e local de destino solicitado;
Ao agendar, alterar ou cancelar uma viagem, o paciente/responsável deverá avisar com antecedência ao setor de transporte, possibilitando a liberação da vaga para outro paciente;
O acompanhante (quando necessário), será uma pessoa com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e gozar de boa saúde física e mental, a fim de auxiliar o paciente em seus deslocamentos. Quando o paciente for menor ou com dificuldade de locomoção/discernimento, a presença do acompanhante será obrigatória. Aos pacientes em condições de viajarem sozinhos, só será permitido acompanhante mediante recomendação médica;
É vedada a utilização do serviço de transporte sanitário municipal para a realização de qualquer fim que não seja o de tratamento de saúde;
Quando realizar sua consulta/exame/atendimento, o paciente deverá aguardar OBRIGATÓTIAMENTE o transporte no local combinado com o motorista/setor do transporte, até que possa ser transportado de volta para o município;
Em casos de demora de atendimento dos demais pacientes, o paciente que utilizar o transporte da Secretaria, deverá aguardar até que todos sejam liberados para retornarem;
Quando o atendimento for no município de Natal/RN, os pacientes podem dispor da casa de apoio conveniada, para aguardar o retorno do transporte, caso assim desejarem;
Quando o paciente tiver atendimento a ser realizado no município de Natal/RN depois das 16:00 horas, esses deverão, obrigatoriamente, ficar na cidade, se dispondo da casa de apoio, para no outro dia retornarem, pois, o motorista deverá voltar ao município de Jardim de Piranhas/RN para que o carro, com outro motorista, e outros pacientes, façam a mesma rota, programada diariamente, até o município de Natal/RN.

– Local e Horários de Funcionamento do Setor de Transporte

O setor/área de agendamento do serviço de Transporte fica localizado na Secretaria Municipal de Saúde de Jardim de Piranhas, Rua 15 de novembro, 147 – Centro – Jardim de Piranhas/RN.
O horário de atendimento aos pacientes é de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos), das 07:00 às 13:00.
Em caso de dúvidas, o contato pode ser feito via telefone, nos números: (84) 99700-0222 (número do setor de transporte), e/ou (84) 99970-2681 (número pessoal da responsável pelo setor).

– Regulação do Transporte
Todos os pedidos de vaga serão analisados conforme os seguintes critérios:
Ordem cronológica dos pedidos;
Pedido com antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis;
Grupos prioritários mencionados neste Protocolo;
Vaga disponível conforme solicitação de data, horário e local de destino do paciente.

– Confirmação de Viagem
Após o agendamento da viagem, é necessária a confirmação do horário de partida do veículo, que deverá ser solicitada com um dia de antecedência, podendo ser feita pessoalmente, ou via whatsapp.
A RESPONSABILIDADE PELA CONFIRMAÇÃO É EXCLUSIVAMENTE DO PACIENTE.

– Cancelamento de Viagens
Qualquer intercorrência que impeça o comparecimento do paciente no dia e horário agendado, deverá ser obrigatoriamente comunicada ao Setor de Agendamento. O paciente ou seu responsável deverá solicitar o cancelamento da viagem pessoalmente ou por telefone.
O cancelamento terá efeito imediato e definitivo, sem possibilidade de reversão.
Cancelamentos informados somente no dia do transporte, ou seja, “em cima da hora”, sem comunicação prévia até 13:00 horas do dia útil anterior ao agendamento, ou sem justificativa adequada, serão considerados como absenteísmo (falta) para todos os efeitos.
Na ocorrência de três faltas injustificadas no período de 1 (um) ano, o paciente poderá ter bloqueio por 3 (três) meses, contados a partir da data do último agendamento, que o impeça de usar transporte. Essa penalidade poderá ser revista em caso de justificativa comprovada por motivo de força maior.
– Atribuições profissionais no atendimento aos usuários

– São atribuições da equipe no desempenho de suas funções:

Ter conhecimento, cumprir e fazer cumprir as regras deste regulamento;
Ser educado, cortês e imparcial com os usuários, tratando-os com respeito e urbanidade, evitando discussões, devendo instruí-los a dirigir suas reclamações, críticas e sugestões diretamente à Chefia do serviço;
Nortear suas condutas e ações no exercício de suas tarefas, conforme orientação da equipe de Especialistas em Saúde, quando esta evidenciar situações e casos de sua competência técnica.

– São vedados à equipe:

Agredir fisicamente ou verbalmente qualquer usuário de Transporte Ambulatorial;
Transportar, comercializar, oferecer, ou distribuir qualquer tipo de produto (inclusive propaganda) a pacientes/acompanhantes ou quaisquer pessoas durante o horário de trabalho.

– São atribuições do motorista no desempenho de suas funções:

Conduzir o veículo de forma segura e eficiente durante o transporte dos pacientes, observando todas as regras e leis de trânsito, inclusive não trafegando em locais de difícil acesso ou prejudicados por eventos naturais como, chuvas fortes que impossibilitem o movimento seguro do veículo e seu estacionamento;
Observar rigorosamente os horários de embarque/desembarque de cada paciente, conforme definidos no Roteiro de Viagem, devendo apontar antecipadamente a central de agendamentos qualquer circunstância que possa dificultar e/ou impedir o seu cumprimento;
Definir o trajeto mais adequado para atendimento a determinado grupo de pacientes, na ida ou retorno de seu tratamento de saúde, com o objetivo de tornar rápido, confortável e seguro o transporte dos usuários;
Em casos extremos de agressão física e/ou verbal contra si, auxiliar em saúde ou usuário, o motorista deverá comunicar imediatamente a situação ao chefe do serviço de transporte sanitário, registrando o incidente no relatório de viagem, podendo inclusive arrolar como testemunhas os usuários que presenciarem o fato;
Quando da ausência do usuário, o motorista deve comunicar de imediato a central de agendamentos, ou o controle operacional, e relatar o fato, arrolando testemunhas e detalhando fatos a fim de obter respaldo para reclamações posteriores;
Quando mais de um motorista estiver na mesma cidade, durante o mesmo horário, eles terão que, obrigatoriamente, se comunicarem entre si, para que ambos possam passar informações de suas respectivas viagens, e caso necessário, um ajudar o outro em alguma demanda.

– São vedadas ao motorista:

Transportar paciente com mais de 1 (um) responsável/acompanhante, exceto casos especiais descritos neste protocolo;
Transportar acompanhante que não esteja listado na ficha do paciente;
Permitir que algum passageiro seja transportado sem cinto e segurança;
Transportar qualquer volume que não esteja atrelado ao tratamento do paciente e que os usuários queiram levar, mas não possam carregar por conta própria durante a viagem, ou seja, cujo tamanho ou peso exceda o limite razoável para "bagagem de mão" e, portanto, ocupe espaço maior no veículo e/ou dificulte o embarque/desembarque;
Fazer qualquer tipo de transporte que não conste de Ordem de Serviço e/ou Roteiro de Viagem, ou seja, transportar qualquer pessoa, paciente ou não, a qual não tenha vaga agendada para aquela rota, data e horários específicos ou queira partir/retornar de local diverso daquele agendado como ida/destino;
Receber documentos pertinentes ao paciente com o intuito de intermediar seu envio ao Transporte Sanitário. Caso ocorra esse tipo de solicitação por parte de algum usuário, orientar o mesmo que procure a área competente por aquele assunto.

– São deveres dos usuários quando em uso do Serviço de Transporte Ambulatorial:

Ter conhecimento e cumprir as regras deste regulamento;
Apresentar o Cartão de Usuário quando solicitado por algum membro da equipe do Serviço de Transporte Sanitário;
Quando paciente de maca, disponibilizar pessoas em sua residência, aptas a transportá-lo até a maca da ambulância e vice-versa, ou seja, na ida (embarque) e no retorno (desembarque);
Manter bom relacionamento com a equipe de Transporte Sanitário, sempre de forma educada e sem exaltação;
Durante a viagem:
Usar e manter afivelado o cinto de segurança, e em caso do paciente ser criança, fica OBRIGADO o responsável a levar a cadeirinha da mesma, e manter o cinto sempre afivelado;
Não colocar para fora do veículo qualquer parte do corpo;
Falar com o motorista somente o indispensável, afim de não tirar sua concentração;
Portar-se de maneira adequada, sendo vedado: falar alto, pronunciar palavras de baixo calão, permanecer sem camisa ou vestindo roupas transparentes, fumar, ingerir bebida alcoólica e sujar o interior do veículo, inclusive com restos de alimentos;

Utilizar-se do serviço de Transporte Sanitário exclusivamente para o tratamento de saúde, sendo vedado o transporte de compras e congêneres, tanto por parte dos pacientes, quanto por parte dos acompanhantes destes, uma vez que a função do acompanhante é exclusivamente auxiliar o paciente em sua enfermidade e a realização de outra atividade denota que a sua presença se faz necessária.

– Infrações
São consideradas infrações as seguintes circunstâncias ou condutas dos usuários, e uma vez constatadas, ficam passíveis de sansões nos termos deste protocolo:
Deixar de cumprir seus deveres conforme consta neste regulamento;
Absenteísmo (faltas);
Não se apresentar para a viagem agendada ou se atrasar por mais de 10 (dez) minutos para embarque, devendo aguardar 5 (cinco) minutos para sair;
Comercializar produtos dentro dos veículos da frota;
Não comunicar mudança de endereço ou fornecer endereço incorreto que dificulte ou impeça o motorista de transportar o paciente;
Solicitar veículo para retorno antes da efetiva liberação do paciente.

Considerações Finais
O serviço de Transporte Sanitário tem papel essencial no apoio ao atendimento de saúde, garantindo deslocamento seguro, humanizado e eficientes aos pacientes que necessitam de consultas, exames, tratamentos e procedimentos especializados.
Apesar dos avanços na organização do setor, ainda enfrentamos desafios como a crescente demanda, a limitação de recursos e a necessidade continua de planejamento logístico para atender de forma equitativa todos os usuários.
Nesse contexto, destaca-se a relevância de:
Manter critérios claros e transparentes para o agendamento e priorização dos atendimentos;
Reforçar a comunicação com pacientes e unidades de saúde, evitando falhas e desencontros;
Buscar parcerias e investimentos para a renovação e manutenção da frota;
Promover capacitação contínua das equipes, visando a qualidade e a humanização do serviço.

Com planejamento, compromisso e integração entre os setores envolvidos, é possível fortalecer o transporte sanitário, garantindo acesso universal e contribuindo diretamente para a melhoria das condições de saúde da população.

MARIA JOSÉ SOARES
Secretária Municipal de Saúde
Município de Jardim de Piranhas/RN
Portaria nº 003/2025 – GP/PMJP

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:53086646

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

O Município de Jardim do Seridó/RN, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que será **reaberta a sessão do Pregão Eletrônico nº 028/2026**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**, para prosseguimento dos atos referentes ao **Item 39**, em razão da recusa da empresa adjudicatária em assinar a respectiva Ata de Registro de Preços, com a consequente convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021. A sessão eletrônica será **reaberta às 09h00min (horário de Brasília) do dia 09 de outubro de 2026**, por meio do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Jardim do Seridó/RN, 07 de outubro de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:1A6E4A37

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DO AVISO DE CHAMADA PÚBLICA – AGRICULTURA FAMILIAR – CHAMADA PÚBLICA ELETRÔNICA DE Nº 003/2026

Na publicação do AVISO DE CHAMADA PÚBLICA – AGRICULTURA FAMILIAR – CHAMADA PÚBLICA ELETRÔNICA DE Nº 003/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 07/10/2026, Código Identificador: 7201382B, Edição 3893, bem como no Jornal Agora RN:

Onde se lê:

Jardim do Seridó/RN, 26 de agosto de 2026;

Leia-se:

Jardim do Seridó/RN, 06 de outubro de 2026

Onde se lê:

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Leia-se:

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Presidente da Comissão de Contratação

Jardim do Seridó/RN, em 07 de outubro de 2026.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações
Mat.: 554

Onde se lê:

Jardim do Seridó/RN, 26 de agosto de 2026;

Leia-se:

Jardim do Seridó/RN, 06 de outubro de 2026

Onde se lê:

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Leia-se:

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Presidente da Comissão de Contratação

Jardim do Seridó/RN, em 07 de outubro de 2026.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações
Mat.: 554

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:ADF8DED9

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 463, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e,

CONSIDERANDO o Ofício n º 315/2026/SEME/PMJS e Parecer nº 008/2026 da Comissão Permanente do Magistério Público Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º. Efetuar a **PROMOÇÃO VERTICAL** dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Matrícula	Mudança	Data de Concessão
Marta Costa de Medeiros Batista	0408	De Professora P.III J Para Professora P .IV J	02/09/2026
Emanuel Hudson da Silva	1939	De Professor P.III B Para Professor P .IV B	02/09/2026
Sheyla Regina Sampaio de Sena Silva	1363	De Professora P.III F Para Professora P .IV F	10/09/2026
Ferlúcia do Nascimento Dantas	1039	De Professora P.III G Para Professora P .IV G	02/09/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos válidos na data de concessão de cada servidor, revogadas todas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 07 de Outubro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:99D22687

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 287, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 07/10/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **MARIA DE LOURDES MATA DE MEDEIROS,** matrícula nº 1202049, ocupante do cargo de Educador Social, da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 13/10/2026 à 27/10/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de 07/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 07 de outubro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Matrícula nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:576A8F21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FRACASSADA Nº 30090001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.237/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FRACASSADA Nº 30090001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.237/2026

O município de José da Penha – RN, por intermédio de seu responsável competente, o Sr. Jairo de Souza Mafaldo, torna público, para conhecimento dos interessados, que a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30090001/2026**, vinculada ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.237/2026**, foi declarada **FRACASSADA**, em razão do não atendimento da Diligência nº 004/2026, especialmente quanto à apresentação da documentação necessária à comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, não terem atendido às exigências estabelecidas no Termo de Referência.
A presente decisão observa as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.
Dessa forma, fica registrada a condição de **fracassada** da referida Dispensa de Licitação, para os devidos fins e efeitos legais.

José Penha – RN, 06 de outubro de 2026

FRANCISCO DE ASSIS PAULINO E SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:73BBED80

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07100001/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07100001/2025.
CONTRATO Nº: 07100001/2025
TERMO ADITIVO: Primeiro
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: HGO - HOSPITAL GERAL DE OFTALMOLOGIA LTDA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 03.630.959/0001-07
Nº DO PROCESSO DE ORIGEM: Credenciamento n.º 004/2025 CRED, processo administrativo n.º 22050001/2025.
OBJETO: Realização de Procedimento Auxiliar de Credenciamento, visando a formação de um banco de Prestadoras de Serviços de Saúde, através as Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 005/2025 E INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL 017/2025 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, com a finalidade de contratar empresas ou profissionais especializadas na prestação de serviços de saúde, incluindo prestadores na área de exames, consultas especializadas e demais procedimentos de saúde de forma a propiciar atendimento especializados nas sedes dos contratados.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação/renovação do Contrato n.º 07100001/2025, por mais 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 486.646,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil e seiscentos e quarenta e seis reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
423 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.97 . 0 . 339039- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
435 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.101 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
901 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.101 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 08/10/2026 à 07/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:21A81E04

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 727/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 727/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). LEONARDO GOMES DE OLIVEIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Caicó/RN, a fim de transportar paciente para realizar pericia medica, no dia 16 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:5D3F6C2C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 728/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 728/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). ESPERIDIãO FRANCISCO CAJE COSTA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Juazeiro Do Norte/CE, a fim de viagem a cidade Juazeiro do Norte-CE para buscar a van Placa TSY9A58

(transporte da saúde)do Município que estava em manutenção na FORD BSCAR, no dia 16 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:68686249

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 736/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 736/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSé AUGUSTO DA SILVA PEREIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:83FA3BFA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 737/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 737/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 08 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). PEDRO HENRIQUE MAIA ROCHA SOBRINHO, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Apodi/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 08 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C670CD8E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 739/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 739/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 21 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). AISAMAQUE TEIXEIRA DA SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transferir paciente para internação, no dia 20 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2150A772

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 740/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 740/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Juazeiro Do Norte/CE, a fim de viagem a cidade Juazeiro do Norte-CE para buscar a van Placa TSY9A58 (transporte da saúde)do Município que estava em manutenção na FORD BSCAR, no dia 16 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2565C816

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 741/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 741/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). FERNANDO ELIELSON DA SILVA, Motorista, 02 (duas) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e

sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 320,00 (trezentos e vinte reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no período de 17 de Setembro de 2026 a 19 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0DCAEB01

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 742/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 742/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 14 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). PEDRO HENRIQUE MAIA ROCHA SOBRINHO, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 14 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:03A8E53F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 743/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 743/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 16 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). PEDRO HENRIQUE MAIA ROCHA SOBRINHO, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Assú/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1B245F90

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 744/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 744/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 18 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). PEDRO HENRIQUE MAIA ROCHA SOBRINHO, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 18 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0F18BE87

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 745/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 745/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 17 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 17 de Setembro de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9F483CED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 102/2026 ATA DA SESSÃO

Ao sétimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h, na sede da Prefeitura Municipal, reuniu-se a Comissão de

Contratação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, para apreciação da documentação encaminhada pelas empresas: **TAMYLLA IZABEL DA SILVA** - CNPJ: 27.346.921/0001-67, com sede na Avenida Vicente Lacava, nº 427, Centro, Jucurutu/RN e **45.933.886 FRANCISCO ALVES DE ARAUJO FILHO** - CNPJ: 45.933.886/0001-64, com sede no Sítio Pedra do Navio, nº 28, Zona Rural, Jucurutu/RN, visando o **credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviço de transporte intermunicipal para atender demandas gerais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jucurutu/RN.**

Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado aos presentes o objetivo desta reunião, passando-se a análise das documentações apresentadas pelos representantes das requerentes que enviaram a documentação exigida em edital.

Passando a análise dos documentos de habilitação, identificamos que as empresas: **TAMYLLA IZABEL DA SILVA** - CNPJ: 27.346.921/0001-67 e **45.933.886 FRANCISCO ALVES DE ARAUJO FILHO** - CNPJ: 45.933.886/0001-64, apresentaram toda documentação referente à Habilitação prevista no item 9 do Termo de Referência, estando **HABILITADAS**.

Jucurutu/RN, 07 de outubro de 2026.

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:27A667E8

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 102/2026 RESULTADO PROVISÓRIO

O Município de JUCURUTU/ RN TORNA PÚBLICO O **RESULTADO PROVISÓRIO DO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDER DEMANDAS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, CONFORME QUADRO ABAIXO:
Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Itens
TAMYLLA IZABEL DA SILVA - CNPJ: 27.346.921/0001-67	01, 02 e 03
45.933.886 FRANCISCO ALVES DE ARAUJO FILHO - CNPJ: 45.933.886/0001-64	01, 02 e 03

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: Não houve.

O interessado cujo pedido foi indeferido poderá interpor recurso no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data desta publicação, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Os recursos serão recebidos por meio eletrônico (e-mail: licitacao@jucurutu.rn.gov.br) e serão dirigidos ao **Prefeito Municipal de Jucurutu/ RN** que, após receber o recurso e a informação da comissão de contratação, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão.

O RESULTADO DEFINITIVO DO **RESULTADO PROVISÓRIO DO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDER DEMANDAS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN,** será publicado na imprensa oficial do Município – Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – **FEMURN**, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial da **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN,** logo após a análise dos recursos.

Jucurutu/RN, 07 de outubro de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

MINUTA DO RECURSO

RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA ____

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº ___, por seu representante abaixo qualificado, inscrito(a) no C.P.F. nº _____, em apresentar RECURSO a esta Comissão de Contratação do indeferimento do seu pedido de credenciamento para _____, conforme prazo legal, pelo(s) motivo(s) abaixo justificado(s): _____

Estamos cientes de que o não atendimento das regras e prazos contidos na legislação, no que se refere ao recurso, poderá ensejar na rejeição deste.

_____, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do representante da Requerente
NOME E CPF

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:1F0C4F95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 035/2026

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA: A V NERY DA SILVA EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.268.052/0001-50; OBJETO: Contratação de apresentações artístico-musicais de bandas e artistas para compor a programação da comemoração da Emancipação Política do Município de Jucurutu/RN; DATA DE APRESENTAÇÃO: 11 de outubro de 2026, com duração de 1h30m (uma hora e trinta minutos); VALOR GLOBAL: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 08.008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E TURISMO; II - Fontes de Recursos: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; III - Programa de Trabalho: 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL; 23 - COMERCIO E SERVIÇOS; 695 - TURISMO; IV – Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; V – Plano Interno 2174 – CAPTAÇÃO, REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EVENTOS TURÍSTICO-CULTURAIS-ESPORTIVOS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, II, da Lei Federal n° 14.133/2021 (contratação direta do próprio artista); SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Antônio Vicentino Neri da Silva - Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 07 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:C55AFA15

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 035/2026

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA: M L PARAGUAI, inscrita no CNPJ sob nº 42.038.011/0001-00; OBJETO: Contratação de apresentações artístico-musicais de bandas e artistas para compor a programação da comemoração da Emancipação Política do Município de Jucurutu/RN; DATA DE APRESENTAÇÃO: 11 de outubro de 2026, com duração de 2h (duas horas); VALOR GLOBAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 08.008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E TURISMO; II - Fontes de Recursos: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; III - Programa de Trabalho: 0023 - INCENTIVO AO TURISMO REGIONAL; 23 - COMERCIO E SERVIÇOS; 695 - TURISMO; IV – Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; V – Plano Interno 2174 – CAPTAÇÃO, REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EVENTOS TURÍSTICO-CULTURAIS-ESPORTIVOS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, II, da Lei Federal n° 14.133/2021 (contratação direta do próprio artista); SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Messias Lopes Paraguai - Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 07 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:4DB72429

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN Nº 066/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS.

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento e instalação de vidros, espelhos e películas, além de manutenção de ferragens.

TERMO DE ARQUIVAMENTO

CONSIDERANDO as propostas cadastradas (uma no valor total de R$ 4.748.000,00 da empresa Vértice Brasil Comércio Geral Ltda e outra de R$ 559.083,61 da empresa LTN Açaiteria Sorveteria e Construção Ltda) foram canceladas pelo Pregoeiro;

CONSIDERANDO que os licitantes **não apresentaram a garantia de proposta** exigida como requisito de pré-habilitação, descumprindo o **item 1.37 do Edital**;

CONSIDERANDO que não restaram propostas válidas após a fase de análise, o processo do Lote 1 (composto pelos itens 0001 a 0011) foi declarado **fracassado** pelo pregoeiro;

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN, no uso de suas atribuições legais, especialmente daquelas previstas na legislação aplicável às licitações e aos contratos administrativos,

DECIDE:

ARQUIVAR o presente processo licitatório, referente ao Pregão Eletrônico nº 029/2026, em razão do fracasso do certame, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à instauração de novo procedimento para atendimento da demanda.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 01 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:2DC9F5E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 320 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 320 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder três diárias e meia ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Saul Morais Teixeira de Souza
CARGO/FUNÇÃO: Secretário Adjunto de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal* de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente **MATRÍCULA:** 5005
CPF: ***.247.***-91
RG:1.***.880

CIDADE DESTINO: *Parnamirim/RN*
JUSTIFICATIVA: O secretário irá a serviço da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Meio Ambiente para participar de minicursos e palestras (Desafios da Seca ofertado pelo FAERN E SENAR, Canicultura Potiguar/Projeto Agrosertão ofertado pelo SEBRAE, Suinocultura e Bovinocultura FAERN E SENAR, SEBRAE, Projeto de apoio na comercialização de farelo de soja em unidade armazenadora da CONAB; Sócio Bio + subvenção da cana de açúcar – SEBRAE) durante a realização da 64ª Festa do Boi que acontecerá de 09 a 17 de outubro de 2026 na cidade de Parnamirim/RN, objetivando conhecimento e novas técnicas para ser implementadas no Município de Jucurutu/RN, através de projetos que beneficiem o produtor rural como os projetos em Leite e Genética e AgroSertão.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 12 a 15 de outubro de 2026.*

(x) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: três diária e meia

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *300,00 (trezentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *1.050,00 (mil e cinquenta reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 07 de outubro de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:54362BB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 270, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 270, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR, **SÔNIA MARIA PINHEIRO DA CRUZ,** CPF n° 792.***.354-**, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Jucurutu, para desempenhar a função de Vice Diretora da Escola Municipal Joel Lopes Galvão, até 31/12/2026.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2026.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 07 de outubro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:E3E39F2A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 050/2026

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e adota outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDÍA, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO a quarta-feira dia 28 de outubro de 2026 se comemora o Dia do Funcionário Público;
CONSIDERANDO por fim que o ato próprio para se estabelecer ponto facultativo é o decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o PONTO FACULTATIVO do Dia do Servidor Público nos órgãos da Administração Pública Municipal para o dia 30 de outubro de 2026, EXCETO necessariamente nos órgãos e entidades de serviços essenciais e indispensáveis tais como: limpeza pública, bem como os que funcionem em regime de plantões nos postos de saúde e transportes.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Jundiá/RN, em 06 de outubro de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:98CFC297

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
ATA DE SESSÃO DO CREDENCIAMENTO Nº. 003/2026

Aos 07 (sete) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 09h (nove) reuniu-se a Comissão de licitação do MUNICIPIO DE LAGOA DE PEDRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, inscrita no CNPJ sob o n. 08.143.026/0001-09, R. Cel. Francisco Tomaz, 99, Lagoa de Pedras - RN, 59244-000, referente ao credenciamento nº. 003/2026, cujo objeto é o Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços na atenção especializada de tratamento esclerosante não estético de varizes a nível ambulatorial aos usuários do sistema único de saúde – sus, pela integração à rede regionalizada e hierarquizada, voltados a atender o município de Lagoa de Pedras/RN, e municípios pactuados via programação pactuada e integrada (PPI), de acordo com os termos do edital. A comissão, analisaram a documentação de habilitação e proposta enviado no e-mail: licitacaolp25@gmail.com, da seguinte empresa; 1) - ALVES BRITO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA - CNPJ: 49.774.002/0001-27. A comissão deu procedimento à análise da documentação de habilitação e proposta, aprovando e deferindo a empresa: 1) - ALVES BRITO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA - CNPJ: 49.774.002/0001-27, que cumpriu com o edital Credenciamento Nº. 003/2026, bem como os requisitos necessários para ser contratado pelo município.

Lagoa de Pedras/RN, 07 de outubro de 2026

RÔMULO RUAN DA SILVA GUEDES
CPF: 018.035.134-62
Agente de Contratação

CASSIA RITHELLY DA COSTA
CPF: 071.848.484-38
Equipe de Apoio

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:8FD8C02C

CPL LAGOA DE PEDRAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20260109

CONTRATO Nº 20260109
ORIGEM: CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20070001/26
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN
CNPJ: 08.143.026/0001-09
CONTRATADO: EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 55.738.556/0001-71
OBJETIVO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA INTERMEDIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COMPREENDENDO A EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO E ENTREGA DE PASSAGENS AÉREAS, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE PEDRAS/RN.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Unidade orçamentária: 03 01
Projeto atividade: 2.015 - manutenção das atividades da sec municipal de administração
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso: 1500000000
Unidade orçamentária 02 01
Projeto atividade: 2.010 - manutenção das atividades do gabinete da prefeita
Ficha de despesa: 33903300
Finge de recurso: 15000000000
Unidade orçamentária: 08 01
Projeto atividade: 2.071 - manutenção das atividades do fundo municipal de saúde
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso : 1500100200
Unidade orçamentária: 06 01
Projeto atividade: 2.100 - manutenção das atividades da sec municipal de educação
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso : 1540000000
Unidade orçamentária: 09 01
Projeto atividade: 2.088 - manutenção das atividades do fundo municipal de assistência social
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso: 1500000000
VIGÊNCIA: **18 de agosto de 2026 a 17 de agosto de 2027.**
Base Legal: Art. **Lei nº 14.133/21.**

Data Assinatura: **18 de agosto de 2026**

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:2A3337E1

CPL LAGOA DE PEDRAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20260110

CONTRATO Nº 20260110
ORIGEM: CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20070001/26
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN
CNPJ: 08.143.026/0001-09
CONTRATADO: EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 10.477.835/0001-90
OBJETIVO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA INTERMEDIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COMPREENDENDO A EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO E ENTREGA DE PASSAGENS AÉREAS, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE PEDRAS/RN.
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Unidade orçamentária: 03 01
Projeto atividade: 2.015 - manutenção das atividades da sec municipal de administração
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso: 1500000000
Unidade orçamentária 02 01
Projeto atividade: 2.010 - manutenção das atividades do gabinete da prefeita
Ficha de despesa: 33903300
Finge de recurso: 15000000000
Unidade orçamentária: 08 01
Projeto atividade: 2.071 - manutenção das atividades do fundo municipal de saúde
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso : 1500100200
Unidade orçamentária: 06 01
Projeto atividade: 2.100 - manutenção das atividades da sec municipal de educação
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso : 1540000000
Unidade orçamentária: 09 01
Projeto atividade: 2.088 - manutenção das atividades do fundo municipal de assistência social
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso: 1500000000
VIGÊNCIA: **18 de agosto de 2026 a 17 de agosto de 2027.**
Base Legal: Art. **Lei nº 14.133/21.**

Data Assinatura: **18 de agosto de 2026**

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:E8B5D35D

CPL LAGOA DE PEDRAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20260111

CONTRATO Nº 20260111
ORIGEM: CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20070001/26
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN
CNPJ: 08.143.026/0001-09
CONTRATADO: ARAUJO AGENCIA DE VIAGENS LTDA
CNPJ: 55.358.112/0001-00
OBJETIVO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA INTERMEDIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COMPREENDENDO A EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO E ENTREGA DE PASSAGENS AÉREAS, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE PEDRAS/RN.
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Unidade orçamentária: 03 01
Projeto atividade: 2.015 - manutenção das atividades da sec municipal de administração
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso: 1500000000
Unidade orçamentária 02 01
Projeto atividade: 2.010 - manutenção das atividades do gabinete da prefeita
Ficha de despesa: 33903300
Finge de recurso: 15000000000
Unidade orçamentária: 08 01
Projeto atividade: 2.071 - manutenção das atividades do fundo municipal de saúde
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso : 1500100200
Unidade orçamentária: 06 01
Projeto atividade: 2.100 - manutenção das atividades da sec municipal de educação
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso : 1540000000
Unidade orçamentária: 09 01
Projeto atividade: 2.088 - manutenção das atividades do fundo municipal de assistência social
Ficha de despesa: 33903300
Fonte de recurso: 1500000000
VIGÊNCIA: **18 de agosto de 2026 a 17 de agosto de 2027.**
Base Legal: Art. **Lei nº 14.133/21.**

Data Assinatura: **18 de agosto de 2026**

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:01C4BA56

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 275/2026

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 275 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a exoneração, a pedido, de servidor, nos termos da Lei Complementar nº 005/2025.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei Complementar nº 005/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Sr. **FRANCISCO MARCELO DE SOUZA**, portador do CPF nº 043.XX.XXX-13, do cargo de **DIRETOR DE PROTOCOLO ARQUIVO E TECNOLOGIAS**, cargo de provimento em comissão, integrante da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, vinculado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**
.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Lagoa de Pedras – RN, 07 de outubro de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:40926272

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2025

OBJETO: Prorrogação de prazo junto ao contrato nº 067/2025, o qual tem como objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de link dedicado de internet, com fornecimento de equipamentos, materiais e serviços, visando suprir as necessidades de acesso da prefeitura municipal, secretarias e fundos municipais do município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ:08.159.162/0001-89
CONTRATADA: CONECTA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA
CNPJ:34.677.857/0001-62
ORIGEM: Carona nº 005/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 24 de setembro de 2026 à 24 de setembro de 2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Lagoa de Velhos/RN, 22 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: **José Nildo Galdino**
P/ CONTRATADA: **Joelson Rodrigues Cruz**

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:251E2BAA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2025

OBJETO: Prorrogação de prazo junto ao contrato nº 071/2025, o qual tem como objeto a contratação de empresa especializada dos serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, cancelamento, reembolso de bilhetes, de passagens aéreas, destinados atender as demandas de viagens de interesse da Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADA: EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ:55.738.556/0001-71
ORIGEM: Carona nº 006/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 21 de outubro de 2026 à 21 de outubro de 2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Lagoa de Velhos/RN, 24 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: **José Nildo Galdino**
P/ CONTRATADA: **Evania dos Santos Correia**

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:205FAA08

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

PROCESSO Nº 076/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa para aquisição de veículo de carga, tipo triciclo, destinado a atender às necessidades operacionais da secretaria de Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do município de Lagoa de Velhos/RN.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

Na oportunidade acato o parecer emitido pela assessoria jurídica do município de Lagoa de Velhos/RN e AUTORIZO e HOMOLOGO, bem como todos os atos decorrentes da DISPENSA DE LICITAÇÃO supracitada, acerca do enquadramento da despesa destinada à Contratação de empresa para aquisição de veículo de carga, tipo triciclo, destinado a atender às necessidades operacionais da secretaria de Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do município de Lagoa de Velhos/RN, a empresa **F W L DANTAS COMERCIO E MOTONETAS LTDA**, CNPJ nº **20.153.402/0001-33**, perfazendo um total global de R$ 25.990,00 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa reais).

Encaminhe ao SETOR DE CONTRATAÇÃO para que sejam adotadas as providências necessárias à elaboração do contrato administrativo, conforme minuta apresentada na presente Dispensa de Licitação.

Lagoa de Velhos/RN, 07 de outubro de 2026.

JOSÉ NILDO GALDINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:C4B7980A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0449/2026 - GP

Portaria nº 0449/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 07 de outubro de 2026.

"EXONERAR A PEDIDO A SENHORA ANNE CAROLINE ACIOLE DA COSTA DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido a senhora **Anne Caroline Aciole da Costa** do Cargo Comissionado de **Secretária Adjunta de Administração e Recursos Humanos**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, **produzindo efeitos retroativos a 05 de outubro de 2026**.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:8A59B85F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0450/2026 - GP

PORTARIA Nº 0450/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 01 de outubro de 2026.

"EXONERA O SENHOR LAERTE ALEXANDRE DA SILVA GOMES DO CARGO COMISSIONADO DE SUBCOORDENADOR DA MERENDA ESCOLAR LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 837/2024.

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar o senhor **Laerte Alexandre da Silva Gomes**, do Cargo Comissionado Subcoordenador da Merenda Escolar**,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2026.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:C05D2B97

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0451/2026 - GP

PORTARIA Nº 0451/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 07 de outubro de 2026.

"NOMEIA O SENHOR LAERTE ALEXANDRE DA SILVA GOMES NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE TRANSPORTE DA SAÚDE, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **LAERTE ALEXANDRE DA SILVA GOMES**, no Cargo Comissionado de **DIRETOR DE TRANSPORTE DA SAÚDE**, simbologia – **CC2**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As atribuições que competem ao cargo de Diretor de transporte da Secretaria Municipal de Saúde estão descritas na Lei Municipal nº 759/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2026.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:6A730622

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0452/2026 - GP

PORTARIA Nº 0452/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 01 de outubro de 2026.

"NOMEIA O SENHOR RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA NO CARGO COMISSIONADO DE SUBCOORDENADOR DA MERENDA ESCOLAR, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA**, no Cargo Comissionado de **SUBCOORDENADOR DA MERENDA ESCOLAR**, simbologia – **CC4**, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As atribuições que competem ao cargo de Subcoordenador da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação estão descritas na Lei Municipal nº 759/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2026.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:851F57F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 324, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a renovação de benefício eventual de aluguel social e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação, visando à continuidade do Benefício Eventual de Aluguel Social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar proteção e segurança habitacional à beneficiária, conforme os critérios estabelecidos pela legislação municipal vigente;

RESOLVE:
Art. 1º Renovar o **Benefício Eventual de Aluguel Social** em favor da Sra. **Luiza Vitor de Lima**, inscrita no **CPF/MF nº ##3.720.234-##**, possuidora do **NIS ##0.429.71.##-8**, nascida em 10 de maio de 1944, residente na **Rua Pres. Getúlio Vargas, n° 113, Lajes/RN.**

Art. 2º O benefício será concedido pelo período de **03 (três) meses**, mediante o pagamento de **03 (três) parcelas mensais de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)**, totalizando o valor de **R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais)**.

Art. 3º O benefício poderá ser renovado por mais **03 (três) meses**, desde que permaneçam presentes os requisitos e critérios estabelecidos pela legislação aplicável, mediante avaliação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação ficará responsável pelo acompanhamento da concessão do benefício, observando o cumprimento dos requisitos legais e administrativos pertinentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 07 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:D112D021

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 325, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a renovação de benefício eventual de aluguel social e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação, visando à continuidade do Benefício Eventual de Aluguel Social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar proteção e segurança habitacional à beneficiária, conforme os critérios estabelecidos pela legislação municipal vigente;

RESOLVE:
Art. 1º Renovar o **Benefício Eventual de Aluguel Social** em favor da Sra. **Maria Dalvanice Xavier das Chagas**, inscrita no **CPF/MF nº ##7.221.624-##**, possuidora do **NIS ##7.620.90.##-#,** nascida em 30 de julho de 1969, **residente na Trv. Senador João Câmara, n° 134, Lajes/RN**

Art. 2º O benefício será concedido pelo período de **03 (três) meses**, mediante o pagamento de **03 (três) parcelas mensais de R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais)**, totalizando o valor de **R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais)**.

Art. 3º O benefício poderá ser renovado por mais **03 (três) meses**, desde que permaneçam presentes os requisitos e critérios estabelecidos pela legislação aplicável, mediante avaliação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação ficará responsável pelo acompanhamento da concessão do benefício, observando o cumprimento dos requisitos legais e administrativos pertinentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 07 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:E6A5D6A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 326, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a renovação de benefício eventual de aluguel social e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação, visando à continuidade do Benefício Eventual de Aluguel Social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar proteção e segurança habitacional à beneficiária, conforme os critérios estabelecidos pela legislação municipal vigente;

RESOLVE:
Art. 1º Renovar o **Benefício Eventual de Aluguel Social** em favor da Sra. JACIRA FERNANDES DA SILVA, inscrita no **CPF/MF nº ##9.322.104-##**, possuidora do **NIS ##0.428.91.##-#,** nascida em 14 de fevereiro de 1986, residente na **Rua Serra do Bonfim, n° 109, Lajes/RN.**

Art. 2º O benefício será concedido pelo período de **03 (três) meses**, mediante o pagamento de **03 (três) parcelas mensais de R$ 350,00 (Quatrocentos e cinquenta reais)**, totalizando o valor de **R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais)**.

Art. 3º O benefício poderá ser renovado por mais **03 (três) meses**, desde que permaneçam presentes os requisitos e critérios estabelecidos pela legislação aplicável, mediante avaliação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação ficará responsável pelo acompanhamento da concessão do benefício, observando o cumprimento dos requisitos legais e administrativos pertinentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 07 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:2050CE8B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 327, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a renovação de benefício eventual de aluguel social e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação, visando à continuidade do Benefício Eventual de Aluguel Social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar proteção e segurança habitacional à beneficiária, conforme os critérios estabelecidos pela legislação municipal vigente;

RESOLVE:
Art. 1º Renovar o **Benefício Eventual de Aluguel Social** em favor da Sra**. VALQUÍRIA BATISTA DA SILVA,** inscrita no **CPF/MF nº ##2.402.644-##,** possuidora do **NIS ##6.322.75.##-#,** nascida em 29 de outubro de 2003, residente na **Rua José Militão Martins, n° 209, Lajes/RN.**
Art. 2º O benefício será concedido pelo período de **03 (três) meses**, mediante o pagamento de **03 (três) parcelas mensais de R$ 350,00 (Quatrocentos e cinquenta reais)**, totalizando o valor de **R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais)**.

Art. 3º O benefício poderá ser renovado por mais **03 (três) meses**, desde que permaneçam presentes os requisitos e critérios estabelecidos pela legislação aplicável, mediante avaliação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação ficará responsável pelo acompanhamento da concessão do benefício, observando o cumprimento dos requisitos legais e administrativos pertinentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 07 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:CAEB66D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 328, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a renovação de benefício eventual de aluguel social e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação, visando à continuidade do Benefício Eventual de Aluguel Social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar proteção e segurança habitacional à beneficiária, conforme os critérios estabelecidos pela legislação municipal vigente;

RESOLVE:
Art. 1º Renovar o **Benefício Eventual de Aluguel Social** em favor da Sra**. EMILLY JAYANE SILVA DE SOUZA, inscrita no CPF/MF nº 719.773.284-07, possuidora do NIS 212.480.69.65-1, nascida em 27 de junho de 2005, residente na Rua São Judas Tadeu, n° 55, Lajes/RN**

Art. 2º O benefício será concedido pelo período de **03 (três) meses**, mediante o pagamento de **03 (três) parcelas mensais de R$ 350,00 (Quatrocentos e cinquenta reais)**, totalizando o valor de **R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais)**.

Art. 3º O benefício poderá ser renovado por mais **03 (três) meses**, desde que permaneçam presentes os requisitos e critérios estabelecidos pela legislação aplicável, mediante avaliação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação ficará responsável pelo acompanhamento da concessão do benefício, observando o cumprimento dos requisitos legais e administrativos pertinentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 07 de outubro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:51ADA092

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AQUISIÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 002/2026 - INDENIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS POSSESSÓRIOS, QUITAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS

Aos 24 dias do mês de setembro de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Lajes, situada na Rua Ramiro Pereira da Silva, nº 17, Centro, Lajes/RN, CEP 59.535-000, compareceram:
De um lado, como **EXPROPRIANTE**, o **MUNICÍPIO DE LAJES/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.842.134 SSP/RN e inscrito no CPF sob o nº 090.085.724-27, residente e domiciliado na Rua Vereador Manoel Querino, nº 88, Centro, Lajes/RN, CEP 59.535-000;
E, de outro lado, como **EXPROPRIADA, POSSUIDORA E INDENIZADA**, **MARIA FERREIRA DE LIMA SANTOS**, brasileira, portadora do RG nº 000434747 SSP/RN e inscrita no CPF sob o nº 230.267.154-68, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme Matrícula nº 0944170155 1983 3 00007 082 0000537 07, de 27 de dezembro de 1983, com **MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS NETO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 144.008.204-91, ambos residentes e domiciliados na Rua Alzira Soriano, nº 35, bairro Alto da Maternidade, Lajes/RN, figurando o cônjuge como **ANUENTE**.
As partes resolvem celebrar o presente **TERMO DE AQUISIÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, INDENIZAÇÃO, QUITAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS**, com fundamento no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, no Decreto-Lei nº 3.365/1941, no Decreto Municipal nº 030/2026 e no Processo Administrativo nº 02001.000025/2026, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo tem por objeto a aquisição, mediante desapropriação amigável, dos direitos possessórios exercidos pela EXPROPRIADA sobre uma área urbana de **228,56 m²**, com perímetro de **112,67 metros**, situada no bairro Alto da Maternidade, em Lajes/RN, conforme planta georreferenciada e memorial descritivo constantes do processo administrativo.
§1º A área foi declarada de utilidade pública destinada à abertura de via pública para interligação das ruas Alzira Soriano e Abílio Torquato de Brito, atendendo ao interesse público relacionado à mobilidade, à acessibilidade e à integração urbana.
§2º A presente aquisição refere-se exclusivamente aos direitos possessórios, não importando reconhecimento administrativo de propriedade ou domínio registral em favor da EXPROPRIADA.
CLÁUSULA SEGUNDA - Pela aquisição dos direitos possessórios, o MUNICÍPIO pagará à EXPROPRIADA o valor total de **R$ 28.317,56 (vinte e oito mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme Laudo Técnico de Avaliação constante do processo administrativo.
§1º O pagamento será realizado em parcela única, após a assinatura deste Termo, a emissão do respectivo empenho e a adoção das providências administrativas, judiciais ou registrais destinadas à futura regularização e incorporação definitiva da área ao patrimônio municipal.
CLÁUSULA TERCEIRA - Com a comprovação do pagamento da indenização, a EXPROPRIADA transfere ao MUNICÍPIO todos os direitos possessórios incidentes sobre a área, autorizando sua imediata imissão na posse, demarcação, ocupação e utilização para implantação da via pública.
§1º A EXPROPRIADA e o ANUENTE comprometem-se a não praticar qualquer ato que impeça ou dificulte a utilização pública da área.
CLÁUSULA QUARTA - Após o efetivo recebimento da indenização, a EXPROPRIADA e o ANUENTE concederão ao MUNICÍPIO plena, geral, irrevogável e irretratável quitação quanto aos direitos possessórios transferidos, nada mais podendo reclamar, administrativa ou judicialmente, a esse título.
§1º A quitação não afasta a responsabilidade da EXPROPRIADA por eventual falsidade, omissão ou inexatidão das declarações prestadas, nem por direitos de terceiros decorrentes de fatos anteriores à celebração deste Termo.
CLÁUSULA QUINTA – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Lajes/RN, 24 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal de Lajes/RN
Expropriante

MARIA FERREIRA DE LIMA SANTOS
CPF Nº ##0.267.154-##
Expropriada, Possuidora e Indenizada

MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS NETO
CPF nº ##4.008.204-##
Cônjuge Anuente

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:A3ECB12E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE EXONERAÇÃO DE RENATA PAULA SARAIVA DA SILVA

PORTARIA Nº 150/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar a Sra. **RENATA PAULA SARAIVA DA SILVA**, do cardo de Enc. de Recursos Humano, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de expedição, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 07 de outubro de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:EC9CCAE4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES

GABINETE DO PREFEITO
PMMS - AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026.10.01.020

O Município de Major Sales/RN, por intermédio do Agente de Contratação e sua equipe de apoio, ambos, designados pela Portaria nº 002 de 02 de janeiro de 2026, torna público para conhecimento dos interessados, que às 09h00min do dia 27 de outubro de 2026 (Horário de Brasília/DF), fará realizar licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 2026.10.01.020, tipo "menor preço global". A presente licitação tem por finalidade a escolha de empresa especializada para execução das obras de pavimentação asfáltica, em CBUQ, sobre pavimento irregular, nas vias Travessa João Germano, Rua Antônio José da Rocha, Rua Nilza Fernandes, Rua José Nazário, Rua Primo Fernandes, Rua Cícero Nazário de Figueiredo e Rua João André de Morais, localizadas na zona urbana do Município de Major Sales/RN, com recursos provenientes do Convênio nº 011/2026 – SIN, vinculado ao Processo Administrativo nº 02210140.001157/2025-38 – SIN, e de recursos próprios consignados na LOA – Lei Orçamentária Anual, exercício de 2026, observadas as quantidades, especificações e demais condições estabelecidas no Projeto Básico, no Edital de Convocação e em seus respectivos elementos constitutivos. A qual será realizada pelo Agente de Contratação Pedro Henrique Silva Oliveira, por meio do endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, plataforma do sistema BBMNET, para o objeto definido no edital e seus anexos, Major Sales/RN.

Orçamento estimado R$ 1.500.873,23 (um milhão, quinhentos mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e três centavos), elaborado com base na tabela SINAPI/RN - 06/2025 (NÃO DESONERADO) E ORSE/SE - 05/2025, com BDI na ordem de 19,60%. Encargos sociais não desonerado: embutido nos preços unitários dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

O procedimento licitatório será regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Município, a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 357, de 26 de dezembro de 2023, bem como das Instruções Normativas PMMS nº 002/2023, 005/2023 e 006/2023, todas de 26 de dezembro de 2023, além das disposições, instruções, termos e demais condições estabelecidas no Edital e em seus respectivos elementos constitutivos.

Na fase externa, o edital do certame estará disponível gratuitamente no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP - www.portaldecompraspublicas.com.br, nos endereços eletrônicos www.novobbmnet.com.br, www.majorsales.rn.gov.br e tce.rn.gov.br, podendo ser solicitado via e-mail cpl.msales@gmail.com e encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, localizada a Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, a partir do dia 09 de outubro de 2026, no horário de expediente, das 08h00min às 17h00min.

Major Sales/RN, 07 de outubro de 2026

PEDRO HENRIQUE SILVA OLIVEIRA
Agente de Contratação
Portaria nº 002/2026

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:EA0F5A95

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 03/2026 – SME

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Núcleo Municipal de Gestão para Alfabetização do Município de Marcelino Vieira/RN e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARCELINO VIEIRA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 233/2026, que institui o Núcleo Municipal de Gestão para Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações destinadas à alfabetização das crianças e à recomposição das aprendizagens na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e da Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – PRÓ-ALFA;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre a gestão educacional, as equipes pedagógicas, os professores e as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR os servidores abaixo relacionados para comporem o Núcleo Municipal de Gestão para Alfabetização de Marcelino Vieira/RN, instituído pelo Decreto Municipal nº 233/2026:
I – COORDENADOR(A) GERAL DO NÚCLEO
Nome: Zilmar Galdino da Rocha
CPF: 876.163.944-34
Cargo/Função: Secretária Municipal de Educação
II – ARTICULADOR(A) DE GESTÃO
Nome: Geoneide Maria Lopes de Lima
CPF: 009.157.214-22
Cargo/Função: Articuladora Municipal da RENALFA
III – ARTICULADOR(A) PEDAGÓGICO(A) – EIXO ALFABETIZAÇÃO
Nome: Francisca Edneide Cesário de Oliveira
CPF: 012.880.504-88
Cargo/Função: Técnica Educacional da Secretaria Municipal de Educação
IV – ARTICULADOR(A) PEDAGÓGICO(A) – EIXO RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS
Nome: Francisco Alves da Costa Neto
CPF: 099.940.744-90
Cargo/Função: Coordenador Pedagógico
V – ARTICULADOR(A) PEDAGÓGICO(A) – EIXO AVALIAÇÃO E MATERIAIS PEDAGÓGICOS
Nome: Maria Euzileide Diniz de Lima
CPF: 069.557.914-27
Cargo/Função: Técnica da Secretaria Municipal de Educação
Art. 2º Compete aos membros do Núcleo Municipal de Gestão para Alfabetização, dentro de suas respectivas atribuições, participar do planejamento, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens da Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º Compete ao(à) Coordenador(a) Geral coordenar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo Núcleo, promovendo a articulação com a Secretaria Municipal de Educação, equipes gestoras, coordenações pedagógicas e unidades escolares.
Art. 4º Compete ao(à) Articulador(a) de Gestão organizar e articular as ações propostas pelo Núcleo, prestar apoio técnico e pedagógico nos processos de planejamento e acompanhamento e estabelecer interlocução entre os diferentes profissionais envolvidos.
Art. 5º Compete aos Articuladores Pedagógicos:
I – participar das ações de formação continuada promovidas pelo Núcleo;
II – acompanhar os processos de planejamento e implementação das ações pedagógicas;
III – apoiar os professores e coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino;
IV – acompanhar os resultados das avaliações da aprendizagem;
V – contribuir para a elaboração e implementação de estratégias de intervenção pedagógica;
VI – acompanhar as ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens;

VII – colaborar na identificação de dificuldades de aprendizagem e na proposição de estratégias de intervenção;
VIII – participar da elaboração de relatórios, instrumentos de acompanhamento e monitoramento;
IX – contribuir para o fortalecimento das boas práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares;
X – exercer outras atribuições relacionadas às finalidades do Núcleo.
Art. 6º Os membros do Núcleo Municipal de Gestão para Alfabetização deverão atuar de forma integrada, colaborativa e articulada com a Secretaria Municipal de Educação e com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Art. 7º A participação no Núcleo Municipal de Gestão para Alfabetização não implica, por si só, criação de cargo, emprego ou função pública, nem alteração da remuneração dos servidores designados, salvo se houver previsão legal específica.
Art. 8º Os membros nomeados deverão cumprir as rotinas de planejamento, formação, acompanhamento, monitoramento, reuniões técnicas, estudos e demais atividades necessárias ao desenvolvimento das ações do Núcleo.
Art. 9º O Núcleo Municipal de Gestão para Alfabetização deverá manter registros das ações realizadas, dos acompanhamentos, das formações, dos resultados das avaliações e das estratégias de intervenção desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino.
Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação poderá promover, sempre que necessário, a substituição ou atualização dos membros do Núcleo mediante nova Portaria.
Art. 11. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições do Decreto Municipal que instituiu o Núcleo Municipal de Gestão para Alfabetização.
Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marcelino Vieira/RN, 06 de outubro de 2026.

ZILMAR GALDINO DA ROCHA
Secretária Municipal de Educação
Portaria 004/2025

Publicado por:
Francisca Edneide Cesario de Oliveira
Código Identificador:F0D2EB42

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 381 -2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** ao servidor **HELIO ROSARIO DE MORAIS**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 41, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 2023/2024, a serem gozadas no período de 05 de outubro a 03 de novembro de 2026, bem como o pagamento do 1/3 constitucional referente as mesmas.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de outubro 2026.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 07 de outubro de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:CD7C840E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 382 -2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº 071001/2026.

O Prefeito Municipal de Martins/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o servidor abaixo relacionado, para fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato Nº 071001/2026. Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Martins e a empresa **TOPFIRE RECARGA E MANUTENCAO DE EXTINTORES LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 42.775.949/0001-03, com sede à Rua Tiradentes, N.º 752, Bairro Alto da Conceição, Mossoró - RN, CEP: 59.600-317, cujo objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recarga, manutenção, inspeção, teste hidrostático e eventual substituição de componentes de extintores de incêndio, incluindo o fornecimento de peças, acessórios e demais materiais necessários, destinados à manutenção e à segurança das instalações dos prédios e próprios públicos do município de Martins/RN, conforme as necessidades da administração municipal e em conformidade com as normas técnicas e de segurança contra incêndio vigentes., nas condições estabelecidas no Termo de Referência

I – Servidor: Marcelo Henrique Pereira Alves, Matrícula n° 900182.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito
Prefeitura Muncipal de Martins/RN
CNPJ/MF nº 08.153.462/0001-50

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:E447512B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 177/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 177/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.

RESOLVE:

Art.1°. Exonerar a servidora **LAISE FABIOLA SOARES MATIAS DOS SANTOS,** CPF nº. 029.xxx.xxx-08 do cargo de provimento comissionado de Assessora Técnica 1, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, da Prefeitura Municipal de Maxaranguape.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de outubro de 2026.

Maxaranguape/RN, 07 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:4992AB3B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 178/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 178/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.

RESOLVE:

Art.1°. Exonerar o servidor **ANTÔNIO COSTA FILHO,** CPF nº. 074.xxx.xxx-53 do cargo de provimento comissionado de Assessor Especial 2, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, da Prefeitura Municipal de Maxaranguape.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2026.

Maxaranguape/RN, 07 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:11231C59

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MAXARANGUAPE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 010/2026

Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Geral em Licitações deste Município, como também a informação da SEFOP - Secretaria Municipal de Finanças, Orçamento e Planejamento, onde assegura dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o suporte da despesa aqui tratada, destinada à **AQUISIÇÃO DE BOMBA SUBMERSÍVEL** E **BOMBEADOR SUBMERSÍVEL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, VISANDO GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS E ATENDER AS NECESSIDADES. AUTORIZO e RATIFICO** a Dispensa de Licitação para a contratação da empresa: **AGROTEC SOLUCOES AGRICOLAS LTDA,** inscrito(a) no **CNPJ** sob o **nº 49.909.026/0001-46**, sediado na R. POVOADO RIACHO DAGUA, 180, RIACHO DAGUA, MAXARANGUAPE/RN, CEP 59.580-000, com valor global estimado de R$ 64.780,20 (sessenta e quatro mil setecentos e oitenta reais e vinte centavos), tendo como Diploma Legal o Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21, **DETERMINO** a publicação da presente Ratificação no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN e Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Maxaranguape/RN, 05 de outubro de 2026

JANIO DA COSTA
Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Publicado por:
Aliene Olegaria Bento
Código Identificador:12B71BFD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2025

OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência do Contrato nº 116/2025, o qual tem como objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher.
LOCATÁRIO:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ:08.354.383/0001-08
LOCADOR(A):JUSSIÊ CARLOS FERNANDES SILVA
CPF:***.005.884-**
ORIGEM: Inexigibilidade Licitação nº 049/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: Fica prorrogada o prazo de vigência até o dia 07 de outubro de 2027.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 9.000,00 (nove mil reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.001 - Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher - SEMUPOM; AÇÃO: 2212 – Manutenção da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres; NATUREZA: 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA; FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Montanhas/RN, 07 de outubro de 2026.

Assinam pelas partes:

LOCATÁRIO: Antonio Marcolino Neto
LOCADOR(A):Jussiê Carlos Fernandes

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:DA4703CA

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2023

PROCESSO DE DESPESA: 238/2023
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN

CPF/CNPJ DO LOCADOR: XXX.050.254-XX
NOME DO CONTRATADO: MARCONI DA SILVA MOURA
ENDEREÇO DO CONTRATADO: Rua São João, nº 104, centro, Montanhas/RN – CEP: 59.198-000
OBJETO DA DESPESA: Locação de imóvel localizado na Rua São João, nº 104, anexo, centro, nesta cidade, destinado para instalação do Arquivo Municipal.
DESCRIÇÃO DO ITEM DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	MÊS	12	600,00	7.200,00

TIPO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação nº 156/2023
DATA DO TERMO: 07/10/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 3º da Lei nº 8.245/91 c/c Art. 62, §3, inciso I da Lei nº 8.666/93 e no art. 191, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: Fica prorrogada o prazo de vigência até o dia 07 de outubro de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.001 – Secretaria Municipal de Administração; AÇÃO: 2003 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração; NATUREZA: 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA; FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Montanhas/RN, 07 de outubro de 2026.

Assinam pelas partes:

LOCATÁRIO: Antonio Marcolino Neto
LOCADOR: Marconi da Silva Moura

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:24706448

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

MONTEPREV
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO MMA/RN N° 02016.000039/2026

Pelo presente aviso e em cumprimentos a **lei n° 14.133/2021** e Decreto Federal nº **11.462/2023**. A presidente do Fundo de Previdência de Monte Alegre, informa que estará realizando contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, em sua forma Eletrônica, tendo como objeto: **"Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos permanentes de informática, comunicação e climatização, destinados ao atendimento das necessidades do Fundo de Previdência de Monte Alegre/RN – MONTEPREV".** O local de realização será o **http://www.portaldecompraspublicas.com.br/** e todos os interessados devem se credenciar junto ao sistema para conseguirem sua participação. **INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 09 de outubro de 2026, às 08h00**; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 15 de outubro de 2026, às 08h00 (horário de Brasília). **INÍCIO DA DISPUTA:** 15 de outubro de 2026, às 08h01. **FIM DA DISPUTA:** 15 de outubro de 2026, às 10h01.

As especificações estão estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível nos sites: http://www.portaldecompraspublicas.com.br e https://jardimdoserido.rn.leg.br/pt/. Maiores informações serão prestadas pelo e-mail: licitacaocmjs@gmail.com ou pelo fone: (84) 3472-2388.

Monte Alegre/RN, 07 de outubro de 2026.

VANIA MACIEL FAUSTINO
Presidente RPPS

Publicado por:
Dary Herbert Vieira de Aguiar
Código Identificador:8CFAEC2F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

CPL
AVISO DE EDITAL – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

AVISO DE EDITAL – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

Credenciamento Eletrônico nº. 001/2026. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA DE TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES A NÍVEL AMBULATORIAL AOS USUÁRIOS DO SUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MONTE DAS GAMELEIRAS. Data de início: 09/10/2026 às 10h00min até 19/10/2026 ás 10h00. Legislação aplicável: Lei nº 14133/21. Decreto Municipal nº 018/2024. Lei Complementar n° 123/06 e Legislação Pertinente. Local: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br.. Disponibilidade do Edital, os esclarecimentos ou dúvidas poderão ser solicitados pelo sítio www.portaldecompraspublicas.com.br .

Monte das Gameleiras/RN, 07 de outubro de 2026.

REINAN MARTINS DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:74203002

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO ELETRONICO Nº 0016/2026 – REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO EM ALUSÃO AO EVENTO EM COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS NO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão ELETRONICO nº 0016/2026 - ORÇAMENTO DE 2026 - 0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 08.244.0021.2.066 – MANUTENÇÃO DAS ATVS DA SEC. MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL – FONTE DE RECURSO: 1500000000 - ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.32. – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS E GENESIS VARIEDADES LTDA– CNPJ Nº 12.463.845/0001-00 – CT Nº 001035-2026 – VALOR TOTAL R$: 66.389,50 - ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08 E 09; assinado em 06.10.2026 - VIGÊNCIA: até 31.12.2026.

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:AB2D1448

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25112516/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25112516/2025
CONTRATANTE: Município de Monte das Gameleiras/RN, CNPJ nº 08.196.941/0001-54.
CONTRATADA: C M XAVIER LUCAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, CNPJ nº 51.937.377/0001-02.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo quantitativo de **25% (vinte e cinco por cento) ao Item/Lote 01 – Medicamento de Referência ou de Marca**, correspondente ao valor de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**.
VALOR: O Item/Lote 01 passa de R$ 300.000,00 para **R$ 375.000,00**.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário não modificadas pelo Termo Aditivo.
DATA DO ADITIVO: 02 de outubro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:AA201E3B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 90/2026-GP/PMNF, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (COMEA) DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
Do Objeto e da Natureza

Art. 1º Fica criado o Comitê Municipal de Educação Ambiental (COMEA), órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Art. 2º O COMEA tem por finalidade apoiar, propor e acompanhar a implementação da Política Municipal de Educação Ambiental, integrando ações entre o poder público e a sociedade civil.

CAPÍTULO II
Das Competências

Art. 3º Compete ao Comitê:

I. Propor diretrizes para o Programa Municipal de Educação Ambiental;
II. Estimular a participação da sociedade na gestão ambiental;
III. Apoiar a inserção transversal da educação ambiental nas escolas da rede municipal;
IV. Articular parcerias entre órgãos públicos, escolas, empresas e entidades civis.

CAPÍTULO III
Da Composição

Art. 4º O COMEA será composto por representantes dos seguintes órgãos e segmentos:

I. Um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
II. Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
III. Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
IV. Um representante da Secretaria Municipal de Cultura;
V - Um representante da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana;
VI - Um representante da Secretaria Municipal de Esporte;
VII - Dois representantes de organizações não governamentais (ONGs) com atuação ambiental no município;
VIII - Um representante de instituições de ensino superior ou técnico locais.

Parágrafo único. Os membros do Comitê e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades representadas e nomeados por portaria municipal do executivo.

CAPÍTULO IV
Das Disposições Finais

Art. 5º As funções dos membros do Comitê não terão remuneração de qualquer espécie, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 07 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:CD85CCA2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 62. PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 15/2026.

Processo Administrativo nº 601103/2026 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026.
EMPRESA VENCEDORA: **CONSTRUTORA GURGEL LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL** – CNPJ: **05.052.764/0001-44**.
Fundamentação: art. 28, I, da Lei Federal Nº 14.133/21

Ao sexto dia de outubro de 2026 o MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA, através da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta, Estado do Rio Grande do Norte, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 08.167.306/0001-49, com sede à Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23, Centro, Nísia Floresta/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Constitucional, Senhor Gustavo da Silva Santos, Administrador, brasileiro, residente no Sítio Moita, 40 - Zona Rural – Nísia Floresta/RN, inscrito no CPF/MF sob o n.º 030.***.***-47, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade de Concorrência Eletrônico, sob o número 15/2026, cujo objetivo fora a formalização de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN, conforme especificações do termo de referência, processada nos termos do Concorrência Eletrônico 15/2026, a qual constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 6 Inciso XLVII, da Lei n.º 14.133/21.
Ata de Registro de preços se encontram disponível em: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/RN/Prefeitura-Municipal-de-Nisia-Floresta-2759/RPE-19-2026-2026-507274.

Nísia Floresta/RN, 06/10/2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:75D04DE9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022).

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN. **CONTRATANTE:** Município de Nísia Floresta/RN, CNPJ: 08.167.306/0001-49**. CONTRATADA:** FELIPE X CERINO ASSESSORIA ESPORTIVA, CNPJ: 28.459.211/0001-06**,** situada à Rua São José, nº 2202, Lagoa Nova, Natal/RN. **OBJETO DA DESPESA:** Prorrogação do prazo de execução por mais 12 (doze) meses para contratação de empresa especializada em prestação de serviço de eventos esportivos neste município. **TIPO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** Pregão Presencial nº 10/2022. **VALOR TOTAL:** R$334.710,00**. VIGÊNCIA:** 09/06/2026 a 09/06/2027**. FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Nísia Floresta/RN, 08 de junho de 2026.

***GUSTAVO DA SILVA SANTOS* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:12C32C44

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 2028/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR E DOAR ÁREA PÚBLICA INSTITUCIONAL, DENOMINADA GLEBA B, INTEGRANTE DO LOTEAMENTO PARQUE DA TIJUCA, À COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar os imóveis públicos adiante descritos, oriundos do Loteamento Coqueiral Santana, incorporados ao patrimônio municipal por força do art. 22 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, retirando-lhe a destinação de uso comum do povo e de uso especial e transferindo-os à categoria de bens dominicais, nos termos do art. 99, inciso III, do Código Civil, para os fins previstos nesta Lei.

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação institucional a área pública a seguir descrita, que passa a integrar a categoria de bem dominical do patrimônio municipal, nos termos dos arts. 99, inciso III, e 101 da Lei federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), tornando-se, em consequência, passível de alienação na forma desta Lei.

Parágrafo único. O imóvel referido no *caput* corresponde à Gleba B – Área Institucional 01, com área de 200,00 m² (duzentos metros quadrados), integrante do Loteamento Parque da Tijuca, situado na Rua Bromélias, s/n, Quadra 04, distrito de Pium, neste Município, registrado sob a matrícula nº 18.783 do Serviço Único Notarial e Registral da Comarca de Nísia Floresta/RN, inscrição imobiliária municipal nº 1.1001.004.01.0040.0000.8, avaliado em R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), conforme Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica elaborado pela Comissão de Avaliação de Imóveis, com data-base de agosto de 2026.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, com encargo, à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, sociedade de economia mista integrante da Administração Pública indireta do Estado do Rio Grande do Norte, o imóvel desafetado nos termos do art. 1º desta Lei.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei tem como encargo a destinação exclusiva do imóvel à implantação de infraestrutura essencial de saneamento básico, compreendendo Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Estação Elevatória de Esgoto (EEE) e/ou Reservatório de Água (RAP), vedada qualquer outra finalidade.

Art. 4º A donatária deverá dar início às obras de implantação da infraestrutura referida no art. 3º desta Lei no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado da data de lavratura da escritura pública de doação.

Art. 5º Fica vedada à donatária a disposição do imóvel objeto da doação, a qualquer título, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contado da data da doação, nos termos do art. 96, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. A vedação prevista no caput não obsta a normal utilização do imóvel para os fins de saneamento básico de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 6º O imóvel objeto da doação reverterá automaticamente, de pleno direito, ao patrimônio do Município de Nísia Floresta, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, na condição de bem dominical, sem direito a indenização por benfeitorias ou acessões, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

I – não início das obras de implantação da infraestrutura de saneamento básico no prazo fixado no art. 4º desta Lei;
II – alteração da destinação do imóvel para finalidade diversa da prevista no art. 3º desta Lei;
III – alienação, oneração ou qualquer outra forma de disposição do imóvel pela donatária antes de decorrido o prazo estabelecido no art. 5º desta Lei.

Art. 7º A reversão de que trata o art. 6º desta Lei será declarada por ato do Chefe do Poder Executivo, precedido de processo administrativo em que se assegurem à donatária o contraditório e a ampla defesa.

Art. 8º A escritura pública de doação deverá ser lavrada no prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação desta Lei, e conterá, sob pena de nulidade, todas as condições, encargos, prazos e a cláusula de reversão previstos nesta Lei, nos termos do art. 76, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 96, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 9º Correrão por conta da donatária todas as despesas relativas à lavratura da escritura pública, aos emolumentos cartorários, ao registro imobiliário e a quaisquer outros encargos decorrentes da transferência de que trata esta Lei.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à efetivação da desafetação e da doação previstas nesta Lei, inclusive a assinatura da escritura pública correspondente.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 07 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal de Nísia Floresta

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:77D29A58

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 2029/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR E DOAR ÁREA PÚBLICA INSTITUCIONAL, DENOMINADA GLEBA B, INTEGRANTE DO LOTEAMENTO PARQUE DA TIJUCA, À COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE

INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar os imóveis públicos adiante descritos, oriundos do Loteamento Coqueiral Santana, incorporados ao patrimônio municipal por força do art. 22 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, retirando-lhe a destinação de uso comum do povo e de uso especial e transferindo-os à categoria de bens dominicais, nos termos do art. 99, inciso III, do Código Civil, para os fins previstos nesta Lei.

Art. 2º Fica desafetada de sua destinação institucional a área pública a seguir descrita, que passa a integrar a categoria de bem dominical do patrimônio municipal, nos termos dos arts. 99, inciso III, e 101 da Lei federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), tornando-se, em consequência, passível de alienação na forma desta Lei.

Parágrafo único. O imóvel referido no *caput* corresponde à Gleba B – Área Institucional 01, com área de 200,00 m² (duzentos metros quadrados), integrante do Loteamento Parque da Tijuca, situado na Rua Bromélias, s/n, Quadra 04, distrito de Pium, neste Município, registrado sob a matrícula nº 18.783 do Serviço Único Notarial e Registral da Comarca de Nísia Floresta/RN, inscrição imobiliária municipal nº 1.1001.004.01.0040.0000.8, avaliado em R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), conforme Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica elaborado pela Comissão de Avaliação de Imóveis, com data-base de agosto de 2026.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, com encargo, à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, sociedade de economia mista integrante da Administração Pública indireta do Estado do Rio Grande do Norte, o imóvel desafetado nos termos do art. 1º desta Lei.

Art. 4º A doação de que trata esta Lei tem como encargo a destinação exclusiva do imóvel à implantação de infraestrutura essencial de saneamento básico, compreendendo Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Estação Elevatória de Esgoto (EEE) e/ou Reservatório de Água (RAP), vedada qualquer outra finalidade.

Art. 5º A donatária deverá dar início às obras de implantação da infraestrutura referida no art. 3º desta Lei no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado da data de lavratura da escritura pública de doação.

Art. 6º Fica vedada à donatária a disposição do imóvel objeto da doação, a qualquer título, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contado da data da doação, nos termos do art. 96, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. A vedação prevista no caput não obsta a normal utilização do imóvel para os fins de saneamento básico de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 8º O imóvel objeto da doação reverterá automaticamente, de pleno direito, ao patrimônio do Município de Nísia Floresta, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, na condição de bem dominical, sem direito a indenização por benfeitorias ou acessões, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

I – não início das obras de implantação da infraestrutura de saneamento básico no prazo fixado no art. 4º desta Lei;
II – alteração da destinação do imóvel para finalidade diversa da prevista no art. 3º desta Lei;
III – alienação, oneração ou qualquer outra forma de disposição do imóvel pela donatária antes de decorrido o prazo estabelecido no art. 5º desta Lei.

Art. 9º A reversão de que trata o art. 6º desta Lei será declarada por ato do Chefe do Poder Executivo, precedido de processo administrativo em que se assegurem à donatária o contraditório e a ampla defesa.
Art. 10º A escritura pública de doação deverá ser lavrada no prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação desta Lei, e conterá, sob pena de nulidade, todas as condições, encargos, prazos e a cláusula de reversão previstos nesta Lei, nos termos do art. 76, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 96, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município.
Art. 11º Correrão por conta da donatária todas as despesas relativas à lavratura da escritura pública, aos emolumentos cartorários, ao registro imobiliário e a quaisquer outros encargos decorrentes da transferência de que trata esta Lei.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à efetivação da desafetação e da doação previstas nesta Lei, inclusive a assinatura da escritura pública correspondente.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 07 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal de Nísia Floresta

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:26D4B9DB

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026-CL/PMNF

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA. Empresa vencedora: **CONSTRUTORA GURGEL SOARES LTDA –** CNPJ: **05.052.764/0001-44**, valor total: R$ **39.391.354,54**. Nísia Floresta/RN, 01 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:129A6361

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026-CL/PMNF

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA. Empresa vencedora: **CONSTRUTORA GURGEL SOARES LTDA –** CNPJ: **05.052.764/0001-44**, valor total: R$ **39.391.354,54**. Nísia Floresta/RN, 01 de outubro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:71B09CC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 2026100501 | PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0827003/2026 | CONTRATAÇÃO DIRETA: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2026100501
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 0827003/2026
CONTRATAÇÃO DIRETA: Dispensa de Licitação nº 021001/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso VIII e § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021

ATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO: de 02/10/2026, publicado no DOM/FEMURN em 05/10/2026, Edição 3891

CONTRATANTE: Município de Olho d'Água do Borges/RN – CNPJ nº 08.349.029/0001-95
CONTRATADA: CONSTRUTORA MINEIRO LTDA-ME – CNPJ nº 18.238.339/0001-96

OBJETO: Contratação emergencial de empresa especializada para execução dos serviços integrantes do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos do Município de Olho d'Água do Borges/RN.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 1.705.643,77 (um milhão, setecentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos)

VIGÊNCIA: da data da assinatura até 26/08/2027, vedada a prorrogação, com extinção de pleno direito na data de início da execução do contrato decorrente da Concorrência Eletrônica nº 001/2026 ou de novo procedimento licitatório.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 2007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e dos Transportes; Projeto/Atividade 2035 – Manutenção das Atividades de Limpeza Pública do Município; Elemento de Despesa 3.3.90.37.00; Fonte de Recurso 15000000.

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2026

SIGNATÁRIOS: Antonimar Amorim Carlos, Prefeito Municipal, pela Contratante; Evilis Gabriella Teixeira Pereira, Sócia Administradora, pela Contratada.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, 06 de outubro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:C4D3C307

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA N° 125/2026

PORTARIA Nº 125/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 019, de 20 de abril de 2022, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 811/2026- SME, de 06 de outubro de 2026.

R E S O L V E:
Art. 1º- Conceder 3 (três) diária, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), ao Sr.ª **ANA LUCIA MARQUES DE PAIVA**, ocupante do cargo de **Diretora de Unidade Escolar** para fazer face as despesas com locomoção para cidade de Campina Grande/PB, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Participar do XII Congresso Nacional de Educação - CONEDU

Local de destino: Campina Grande/PB

Período do Afastamento: 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, em 07 de outubro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lázaro da Silva Almeida
Código Identificador:D0249602

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
PORTARIA N° 126/2026

PORTARIA Nº 126/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 019, de 20 de abril de 2022, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 810/2026- SME, de 06 de outubro de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder 3 (três) diária, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), ao Sr.ª **RENATA CRISTINA CORTEZ**, ocupante do cargo de ***Psicopedagoga*** para fazer face as despesas com locomoção para cidade de Campina Grande/PB, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Participar do XII Congresso Nacional de Educação - CONEDU

Local de destino: Campina Grande/PB

Período do Afastamento: 08 a 11 de outubro de 2026.

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho d'Água do Borges/RN, em 07 de outubro de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lázaro da Silva Almeida
Código Identificador:BE89A6B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO PMP/ RN n° 6473/2026

CREDENCIAMENTO 011/2026

O Município de Parelhas/RN através de sua Agente de Contratação, designada pela Portaria 314/2026, torna público que às 08:00h do dia 09/10/2026 até ás 08:00 do dia 09/10/2027,estará recebendo propostas através do portal www.portalcompraspublicas.com.br, referente ao **CREDENCIAMENTO 11/2026**, tendo como objeto **CREDENCIAMENTO, para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PLANEJADO SOB MEDIDA, BEM COMO FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELEMENTOS COMPLEMENTARES, DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DOS AMBIENTES DO CENTRO DE IMAGENS DO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN.**
Seguindo as normativas do **DECRETO Nº 11.878, DE 9 DE JANEIRO DE 2024**. As especificações estão estabelecidas no edital, seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

Parelhas/ RN, 07 de outubro de 2026.

MARIA DAS VITORIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:646DCAC1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 7° TERMO DE ADITIVO AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023. PROCESSO N° 8.482/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

EXTRATO DO 7° TERMO DE ADITIVO AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023.

PROCESSO N° 8.482/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

CONTRATADA: **INSTITUTO EM GESTÃO DE SAÚDE RN.**
CNPJ: 47.436.348/0001-90.
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de até R$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais) ao valor do Termo de Colaboração, destinado exclusivamente à cobertura financeira dos serviços efetivamente executados no mês de setembro de 2026, em conformidade com o objeto originalmente pactuado e com o Plano de Trabalho.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na **Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**, no Termo de Colaboração originário, no respectivo Plano de Trabalho e demais normas aplicáveis às parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.
O presente instrumento tem por finalidade promover a adequação financeira da parceria e do respectivo Plano de Trabalho, mediante acréscimo de recursos destinados à cobertura dos serviços efetivamente executados durante o mês de **setembro de 2026**, período abrangido pela vigência da parceria.
A alteração decorre da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais de saúde durante o período de transição para conclusão do novo procedimento administrativo instaurado pelo Município, o qual não pôde ser concluído antes do mês de setembro de 2026 em razão da necessidade de observância integral das etapas e dos prazos procedimentais aplicáveis, inclusive aqueles relacionados à fase recursal.
Considerando a natureza essencial dos serviços e a impossibilidade de interrupção da assistência à população, os serviços permaneceram sendo executados no âmbito da parceria vigente, ocasionando o consumo do saldo financeiro disponível e tornando necessária sua adequação para cobertura dos serviços efetivamente realizados no referido período.

ASSINATURA: 07/10/2026;

VIGÊNCIA: Permanecem aplicáveis, quanto à vigência, os prazos estabelecidos no Termo de Colaboração e nas alterações anteriormente formalizadas, especialmente a prorrogação promovida pelo 6º Termo Aditivo.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:75E2F903

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N°336/2026 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N°336/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses a servidora Efetiva **ROSINEIDE MARIA DA SILVA,**ocupante do Cargo de Agente de Saúde matrícula nº 1007262, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 30 de novembro de 2026 e com data fim 27 de fevereiro de 2027.

Parelhas, 07 de outubro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:B75183FD

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N°337/2026 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N°337/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses ao servidor Efetivo **JARDEL FLAVIO FERNANDES,**ocupante do Cargo de Agente de Endemias matrícula nº 1006924, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 29 de outubro de 2026 e com data fim 26 de janeiro de 2027.

Parelhas, 07 de outubro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:F447CC9C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº. 335/2026– GAB/PREFEITO.

PORTARIA DE Nº. 335/2026– GAB/PREFEITO.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a pedido do cargo em provimento de Comissão de Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Transportes; o **Sr. LUVANOR DO NASCIMENTO ENEDINO**
Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir de 07 de outubro de 2026.

Parelhas, 07 de outubro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:D40304BE

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 338/2026-GAB/PREFEITO

PORTARIA DE Nº 338/2026-GAB/PREFEITO

REVOGA A PORTARIA 310/2026.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria n°310/2026 de 08 de setembro de 2026, tendo em vista que a Servidora ***ILDECIA ROQUE*** teve sua solicitação aprovada sendo assim a Licença prêmio será revogada, conforme requerimento n°53027/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Parelhas, 07 de outubro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:13CA505E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 00023/2026, 03 DE AGOSTO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Patu, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1.º - Remanejar o valor de **R$ 2.950,00 (dois mil e novecentos e cinquenta reais)** visando à readequação das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I, deste Decreto.
Art. 2.º - Constitui fontes de recursos para cobertura do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II, deste ato.
Art. 3.º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Patu /RN, 03 de agosto de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito Municipal

Anexo I

02130 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATU	
28.272.0002.0008 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATU	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	2.500,00
18020000 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	
02130 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATU	
28.272.0002.0008 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATU	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	450,00
18020000 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	
TOTAL	**2.950,00**

Anexo II

02130 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATU	
28.272.0002.0008 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATU	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.500,00
18020000 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	
02130 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATU	
28.272.0002.0008 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATU	
3390140000 - Diarias - civil	450,00
18020000 - Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	
TOTAL	**2.950,00**

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:DDDDD606

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN - **CNPJ: 08.349.078/0001-28** - RUA DOUTRO JOSÉ AUGUSTO, S/N, CENTRO - PATU/RN - CEP nº 59.770-000 - Fone: (84) 3361-2211.

CONTRATADA: STHEPSON MAIERY ALVES DE LIRA, inscrita no CNPJ nº 11.083.424/0001-83, com sede na RUA JAIME PINTO RAMALHO, Nº 15, SÃO GERALDO, CONCEIÇÃO-PB - CEP 58.970-000.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA REFERENTE A PARCELAMENTOS, DESBLOQUEIOS, RESTITUIÇÕES, AUDITORIAS, ACOMPANHAMENTOS DE TODOS OS ENTES VINCULADOS ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA O MUNICÍPIO DE PATU/RN.
VALOR: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses, perfazendo o valor global anual de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 24 de Setembro de 2026.
VIGÊNCIA: De 24/09/2026 à 24/09/2027.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, no seu art. 74, Inciso III.
ASSINATURAS: Pelo CONTRATANTE: **EDNARDO BENÍGNO DE MOURA** - CPF nº 077.222.574-53 - Prefeito Municipal/ pela CONTRATADA: **STHEPSON MAIERY ALVES DE LIRA**, inscrita no CNPJ nº 11.083.424/0001-83 - Titular.

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:FC36ED7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso III, alínea c), da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA REFERENTE A PARCELAMENTOS, DESBLOQUEIOS, RESTITUIÇÕES, AUDITORIAS, ACOMPANHAMENTOS DE TODOS OS ENTES VINCULADOS ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA O MUNICÍPIO DE PATU/RN.** In verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
*§ 1º Para fins do disposto no inciso I do**caput**deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.*
*§ 2º Para fins do disposto no inciso II do**caput**deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.*
*§ 3º Para fins do disposto no inciso III do**caput**deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*
*§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do**caput**deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.*
*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do**caput**deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*
I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;
II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;
III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, o Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual AUTORIZA a **Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026 – Processo Administrativo nº 019/2026**, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: **STHEPSON MAIERY ALVES DE LIRA**, inscrita no CNPJ nº 11.083.424/0001-83, com sede na RUA JAIME PINTO RAMALHO, Nº 15, SÃO GERALDO, CONCEIÇÃO-PB - CEP 58.970-000, no valor de **R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)** mensais, pelo período de 12 (doze) meses, perfazendo o valor global anual de **R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)**.

E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Patu/RN, 23 de setembro de 2026.

Atenciosamente,

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito do Município de Patu/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:4F05CCB0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 001 de 06 de janeiro de 2025, verbis:

Art. 75 *– É dispensável a Licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

CONSIDERANDO o atendimento da necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação do veículo recreativo tipo "trenzinho", motorizado com motorista, estrutura temática infantil e personagens, destinado à realização de passeios recreativos em vias públicas do município de Pedra Preta/RN.

CONSIDERANDO a necessidade de realização do evento comemorativo ao Dia das Crianças, planejado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para o público infantil atendido pela rede socioassistencial do município. A ação tem como objetivo garantir o direito ao lazer, à cultura e à integração social das crianças em situação de vulnerabilidade, cumprindo as diretrizes do Sistema

Único de Assistência Social (SUAS) no que tange ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor competente.

RESOLVE:

Tornar **DISPENSÁVEL** a licitação, com fundamento no**Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/21,** o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DO VEÍCULO RECREATIVO TIPO "TRENZINHO", MOTORIZADO COM MOTORISTA, ESTRUTURA TEMÁTICA INFANTIL E PERSONAGENS, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE PASSEIOS RECREATIVOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/RN,em favor da empresa**: 19.824.505 JAIRO CASSIANO DO NASCIMENTO, inscrita no CNPJ sob nº 19.824.505/0001-07,** estabelecida a rua João Inácio de Moura, n° 150, Centro, São José do Campestre/RN – CEP: 59.275-000, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, a saber no valor global estimado de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2775/2026,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

PEDRA PRETA/RN, 07 de outubro de 2026.

RENATA CÂMARA BARRETO
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação E Assistencia Social
CPF:101.420.564-64

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:C01A13D4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 0099/2026 – SEGOV - NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL DO MUNICÍPIO DE PILÕES/RN

PORTARIA Nº 0099/2026 – SEGOV
07 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Promoção da Equidade Étnico-Racial do Município de Pilões/RN e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PILÕES, Estado do Rio Grande do Norte, MARIA MADALENA DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 511, de 1º de setembro de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam nomeados, para compor o Conselho Municipal de Promoção da Equidade Étnico-Racial do Município de Pilões/RN, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução, os seguintes representantes:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Bernardino Francisco da Silva Neto – CPF nº 970.591.294-72;

Suplente: Maria Lidiane Gomes – CPF nº 065.069.484-85.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Cidadania e Habitação:

Titular: Maria Thereza de Jesus Neta – CPF nº 030.854.944-99;

Suplente: Fablícia Rodrigues Ferreira – CPF nº 050.064.634-14.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Isadora Laís Oliveira Sousa – CPF nº 075.838.104-26;

Suplente: Francisco das Chagas da Silva Júnior – CPF nº 056.721.734-54.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

a) Representantes das Comunidades Rurais:

Titular: Osicleide Gomes de Sousa – CPF nº 047.622.244-30;

Suplente: Maria dos Anjos Ribeiro Lima – CPF nº 943.114.804-82.

b) Representantes da Sociedade Civil – Igrejas:

Titular: Francisca Marta de Lima – CPF nº 529.748.474-04;

Suplente: Soliane Alves de Oliveira Veríssimo – CPF nº 289.186.698-36.

c) Representantes do Grupo de Jovens:

Titular: Davi Sabino Pires – CPF nº 134.875.674-82;

Suplente: Dafne Aparecida de Andrade – CPF nº 131.623.404-54.

Art. 2º Os membros ora nomeados exercerão suas funções pelo período de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução, nos termos da legislação municipal que rege o Conselho Municipal de Promoção da Equidade Étnico-Racial.

Art. 3º A Presidência do Conselho Municipal de Promoção da Equidade Étnico-Racial será eleita entre seus membros, observada a alternância entre representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil, na forma estabelecida pela legislação e pelo Regimento Interno.

Art. 4º A função de membro do Conselho Municipal de Promoção da Equidade Étnico-Racial será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º Os membros do Conselho exercerão suas atribuições em conformidade com a legislação municipal, o Regimento Interno e as demais normas aplicáveis à promoção da equidade étnico-racial.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Pilões/RN, 07 de outubro de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:0D608DAE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 905, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB - RETIFICAÇÃO

PORTARIA N° 905, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026-SEMSAB - RETIFICAÇÃO

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a Portaria N° 905, de 06 de Outubro de 2026-SEMSAB, que concedeu diária ao servidor(a) Valdemar de Araújo Bezerra;
CONSIDERANDO a necessidade de corrigir erro material identificado na referida portaria;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria N° 905, de 06 de Outubro de 2026-SEMSAB, nos seguintes termos:

Onde se lê:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **03 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Leia-se:
Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de **R$ 160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **03 de Outubro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Publique-se, cumpra-se.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:B22E6317

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 745, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 745, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do(a) servidor(a) para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao servidor **Mikael Andeson Anselmo de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-55, matrícula funcional nº 492, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), conforme valores estabelecidos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, relativas ao deslocamento para o Município de Triunfo/RN, no dia 30 de setembro do corrente ano, para conduzir e reconduzir o Técnico do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome que realizará visita técnica ao Projeto PSB.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da prestação de contas, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E48019D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 742, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 742, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 104, inciso VIII, alínea "b", da Lei Municipal nº 181/2007, que reconhece como de efetivo exercício o período de licença para tratamento da própria saúde, até o limite legal aplicável;

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora, no qual foi indicada a necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais pelo período de 04 (quatro) dias;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional do servidor durante o período em que se encontra temporariamente incapacitado para o exercício de suas atribuições;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder licença para tratamento da própria saúde à servidora **FRANCISCA ANTONIA SOARES RIBEIRO,** ASD, lotada na Sec Municipal de Saúde e Saneamento Básico, pelo período de 04 (quatro) dias, com início em 28/09/26 a 01/10/26.
Art. 2º A licença poderá ser revista, interrompida ou cessada antes do prazo estabelecido, mediante avaliação médica que reconheça a recuperação da capacidade laboral do servidor.
Art. 3º Persistindo a incapacidade laboral ao término do período concedido, o servidor deverá apresentar nova documentação médica e submeter-se à avaliação ou perícia médica oficial, para análise da eventual prorrogação da licença.
Art. 4º A apresentação de nova documentação médica dentro de 60 dias do término desta licença poderá ser considerada prorrogação da licença da mesma espécie, observado o art. 88 da Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 5º O período da licença será registrado nos assentamentos funcionais do servidor e computado para os efeitos legalmente cabíveis, conforme a Lei Municipal nº 181/2007.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de setembro de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:219AE761

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 743, DE 1 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA N° 743, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELA DIREÇÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL FILOMENA SAMPAIO DE SOUZA, EM SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o atestado médico concedido à servidora LINARA CRISTINA MARCELINO BEZERRA, ocupante do cargo em comissão de Diretora Escolar I, matrícula funcional nº 592-2, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, conforme Portaria nº 709, de 23 de setembro de 2026.

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade administrativa e pedagógica da gestão escolar da Escola Municipal Centro Municipal de Educação Infantil – CEMEI - durante o afastamento legal da titular;

RESOLVE:
Art. 1º Fica designada a servidora **ANTONIA JAIANE BORGES DA SILVA**, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Coordenação Escolar, matrícula funcional nº 649-4, para responder interinamente pela função de Diretora Escolar I do Centro Municipal de Educação Infantil – CEMEI, no período de 01 de outubro de 2026 a 17 de novembro de 2026, correspondente ao afastamento da titular em razão da incapacidade temporária.

§ 1º Durante o período da designação, a servidora fará opção pelo salário correspondente ao cargo em comissão de Diretora Escolar I.
§ 2º A servidora exercerá cumulativamente a função de Coordenação do Departamento Escolar, sem prejuízo de suas atribuições originárias.

Art. 2º Compete à gestora designada adotar as providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento das normas, diretrizes e objetivos educacionais da unidade escolar, assegurando a regularidade das atividades pedagógicas e administrativas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:3CCA2939

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 744, DE 1 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 744, DE 1 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. PAULO CEZAR DA SILVA do cargo comissionado de Chefe do Setor de Manutenção Predial, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura Humanos, para o qual foi nomeado por meio da Portaria nº 413/2026 – GP/PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:E07FFC2A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 745, DE 1 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 745, DE 1 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. ANTONIA JAIANE BOREGES do cargo comissionado de Chefe do Departamento de Coordenação Escolar, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEMECEL para a qual foi nomeada por meio da Portaria nº 116/2022 – GP/PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:1A09DAB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 749, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 749, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 117 e 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, que impõem à Administração o dever de designar fiscal para acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de controle, acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos e das aquisições realizadas no âmbito das políticas públicas educacionais, culturais, esportivas e de lazer;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora STHEPHANE VITORIA DIAS REGO, matrícula nº 833-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como Fiscal de Contratos, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos e processos de compras realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, bem como daqueles vinculados às áreas de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Compete à fiscal designada acompanhar, controlar, atestar e fiscalizar a execução dos contratos e aquisições, adotando todas as providências previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, comunicando à autoridade competente quaisquer irregularidades verificadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 25 de maio de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:B34B8E99

GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATODE ADITIVO
10º ADITIVO AO CONTRATO Nº 14040001/2023
CONTRATO Nº 14040001/2023
ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022 – TP/PMP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN
CONTRATADA: SERRANA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 20.870.919/0001-43
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a modificação do valor do contrato nº 14040001/2023, conforme planilha anexa, em decorrência das seguintes alterações: 1.1.1. Acréscimo quantitativo e qualitativo no percentual de 1,45%, correspondendo ao acréscimo de R$ 14.143,80 (quatorze mil, cento e quarenta e três reais e oitenta centavos); 1.1.2. Supressão quantitativa no percentual de 1,62%, correspondendo à supressão de R$ 15.781,11 (quinze mil, setecentos e oitenta e um reais e onze centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE 02 PODER EXECUTIVO 02 04 SEC MUN DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEMED 02.04.00 SEC MUN DE EDUCAÇÃO E DESPORTO – SEMED 27 DESPORTO E LAZER 27 812 DESPORTO COMUNITÁRIO 27 812 0009 GESTÃO DO DESPORTO MUNICIPAL 27.812.0009.1099.0000 - CONSTRUÇÕES REFORMAS E EQUIPAMENTOS DE QUADRAS E ARENAS ESPORTIVAS 321 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE 02 PODER EXECUTIVO 02 04 SEC MUN DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEMED 02.04.00 SEC MUN DE EDUCAÇÃO E DESPORTO – SEMED 27 DESPORTO E LAZER 27 812 DESPORTO COMUNITÁRIO 27 812 0009 GESTÃO DO DESPORTO MUNICIPAL 27.812.0009.1099.0000 - CONSTRUÇÕES REFORMAS E EQUIPAMENTOS DE QUADRAS E ARENAS ESPORTIVAS 322 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:O presente Termo aditivo está fundamentado no art. 65, I, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93
SIGNATÁRIOS:
JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO - PREFEITO- **CONTRATANTE**
LUCAS ALVES DE LIMA – **REPRESENTANTE DA CONTRATADA**
DATA DE ASSINATURA: 7 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rhayssa Narcia Rocha
Código Identificador:A3E0BBBB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº. 20260130

TERMO DE RATIFICAÇÃO:

1. De acordo.
2. Diante da Análise Técnica da Assessoria Jurídica e bem como a análise e o encaminhamento da douta Comissão de Contratação desta Unidade Gestora, insertos nos presentes autos às fls., DETERMINO a contratação, com dispensa de licitação na forma do Lei 14.133/2021, Art. 75, XV, da Lei Federal n.º 14.133/21, de SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC - AR/RN no valor total de R$ 5.468,94 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/fisicas sob o **SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC - AR/RN** - CNPJ: 03.640.285/0001-13 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3158, 3159, 3160, 3161, 3162, 3163; totalizando o valor de **R$ 5.468,94 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos)**, para atender ao objeto inserto na minuta do contrato administrativo colacionado nos autos.
3. Em respeito ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021,**RATIFICO**a presente dispensa de licitação, realizada notadamente com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 75, XV, da referida lei, por enquadrar-se no limite ali estabelecido e, em consequência, determino à Prefeitura Municipal que emitia Nota de Empenho em favor da supracitada empresa, no valor consignado na respectiva proposta de preços.
4. Após, remetam-se os presentes autos à Prefeitura Municipal origem para que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho nos locais de costume.
Rafael Godeiro/RN, 05 de outubro de 2026 .

LUDMILA CARLOS A. DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:18D621F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 280901/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
n.º 280901/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28090001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 280901/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO RIACHO DA CRUZ.
CONTRATADO: BRAVA COMUNICACAO VISUAL LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.69.257.470/0001-31
OBJETO: Contratação de empresa para serviço de Confecção e instalação de letreiros, fachadas e Painéis em ACM e PVC, com iluminação em LED. Para atendimento a demanda de modernização do Centro Administrativo e da nova Praça do Acampamento II, de acordo com as especificações do projeto arquitetônico.
VALOR TOTAL: R$ 52.100,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E CEM).
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Riacho da Cruz, 02/10/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:AB519585

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 300901/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
n.º 300901/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30090001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 300901/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO RIACHO DA CRUZ.
CONTRATADO: FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.24.594.947/0001-36
OBJETO: Aquisição de água sanitária destinada ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais tendo em vista o item fracassado no processo licitatório.
VALOR TOTAL: 39.550,00.
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Riacho da Cruz, 06/10/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:8E5F831E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 280901/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 280901/2026

O Município de Riacho da Cruz, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 280901/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa para serviço de Confecção e instalação de letreiros, fachadas e Painéis em ACM e PVC, com iluminação em LED. Para atendimento a demanda de modernização do Centro Administrativo e da nova Praça do Acampamento II, de acordo com as especificações do projeto arquitetônico, pelo valor de R$52.100,00, em favor de BRAVA COMUNICAO VISUAL LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.69.257.470/0001-31.

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Riacho da Cruz, 02/10/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:2AA3212D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 300901/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 300901/2026

O Município de Riacho da Cruz, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 300901/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Aquisição de água sanitária destinada ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais tendo em vista o item fracassado no processo licitatório, pelo valor de R$ 39.550,00, em favor de FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.594.947/0001-36.

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Riacho da Cruz, 06/10/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:B000556E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 PROCESSO ADM: Nº 07080017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
Processo Adm: Nº 07080017

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Espe ...
Empresas vencedoras valor total: R$ 901.858,49 (novecentos e um mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos): FRANCISCO DA COSTA CAVALCANTE (24594947000136) com os lotes: 4, 9, 12, 18, 28, 40, 43, 46, 61 no valor total de R$ 34.764,75 (trinta e quatro mil e setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). FR COMERICO E SERVIÇO (50719967000104) com os lotes: 21, 22, 24, 26, 27, 29, 31, 32, 35, 39, 42, 47, 49, 50, 53, 56, 57, 58, 60, 63, 65, 67, 72, 73, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 90 no valor

total de R$ 362.390,26 (trezentos e sessenta e dois mil e trezentos e noventa reais e vinte e seis centavos). NALDINHO COMERCIO E SERVICOS LTDA (64563419000134) com os lotes: 1, 2, 6, 7, 15, 16, 17, 19, 34, 36, 70, 80, 88 no valor total de R$ 82.731,70 (oitenta e dois mil e setecentos e trinta e um reais e setenta centavos). SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA (70046685000192) com os lotes: 3, 8, 11, 14, 45, 54, 78 no valor total de R$ 38.183,70 (trinta e oito mil e cento e oitenta e três reais e setenta centavos). MARIA ILDEVANIA ROCHA 05714461401 (32352800000168) com os lotes: 25, 75, 76, 77 no valor total de R$ 34.544,00 (trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e quatro reais). COMERCIAL EGIPCIENSE LTDA (64342647000184) com os lotes: 37 no valor total de R$ 1.165,00 (um mil e cento e sessenta e cinco reais). MIRAGEM ATACAREJO LTDA (11939808000155) com os lotes: 5, 10, 13, 20, 23, 30, 33, 38, 41, 44, 48, 51, 52, 55, 59, 62, 64, 66, 68, 69, 71, 74, 79, 86, 89 no valor total de R$ 348.079,08 (trezentos e quarenta e oito mil e setenta e nove reais e oito centavos).
A autoridade municipal do órgão SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE RIACHO DA CRUZ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14133, e suas alterações, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

RIACHO DA CRUZ (RN), quarta-feira, 7 de outubro de 2026

MARCOS AURELIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:39882043

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 PROCESSO ADM: Nº 11090023

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026
Processo Adm: Nº 11090023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, visando atender às necessidades operacionais, administrativas e institucionais das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, assegurando suporte ao desenvolvimento das ações, programas, projetos e atividades de interesse da Administração Pública Municipal.
Empresas vencedoras valor total: R$ 329.400,00 (trezentos e vinte e nove mil e quatrocentos reais): HCR SERVICOS LTDA (37377650000160) com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 329.400,00 (trezentos e vinte e nove mil e quatrocentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE RIACHO DA CRUZ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14133, e suas alterações, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

RIACHO DA CRUZ (RN), quarta-feira, 7 de outubro de 2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:CA138805

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DP00062/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00062/2026, fundamentada no Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21, que objetiva: Realização de RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO, em caráter de urgência, para as paciente Maria Rosineide de Carvalho Silva de 42 anos e Ana Júlia Moreira Dantas de 11 anos, deste município de Riacho de Santana/RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: INSTITUTO DO CORACAO WILSON ROSADO LTDA - CNPJ: 07.303.701/0001-49 - R$ 2.100,00.

Riacho de Santana - RN, 07 de Outubro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA **-**
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:D39AD440

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00063/2026
A Prefeitura Municipal de Riacho de Santana manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, que objetiva: Aquisição de conjunto bibliotecário didático escolar completo, destinados aos alunos de Educação Infantil e Fundamental deste Município de Riacho de Santana. O interessado poderá obter o respectivo Termo de Referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Contratação, sediado na Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - Riacho de Santana - RN, ou acessando: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/. O referido órgão de contratação estará recebendo as propostas até o dia 13 de Outubro de 2026, nos horário e endereço abaixo indicados, e que poderão ser encaminhadas também pelo e-mail: cplriacho2021@gmail.com. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 33870055.

Riacho de Santana - RN, 07 de Outubro de 2026

CID LEITE VIEIRA **-**
Agente de Contratação

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:79D02159

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DP00062/2026. OBJETO: Realização de RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO, em caráter de urgência, para as paciente Maria Rosineide de Carvalho Silva de 42 anos e Ana Júlia Moreira Dantas de 11 anos, deste município de Riacho de Santana/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 07/10/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:09D96A99

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Prestação de serviço técnico especializado de assessoria e consultoria cultural para operacionalização dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB – Ciclo II, no âmbito do Município de Riacho de Santana/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de

Licitação nº IN00021/2026, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 2210.13.392.32.1.122 – Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura – PNAB 3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Despesa 753. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Riacho de Santana e: CT Nº 09160/2026 - 16.09.26 - 41.877.707 FRANCISCO GENARIO PINHEIRO MELO - R$ 2.450,00.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:20097CCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 473/2026 RIACHO SANTANA/RN, 6 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 473/2026 RIACHO SANTANA/RN, 6 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **RAFAEL SANTOS DE ARAUJO**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 6 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:34A4B7DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 474/2026 RIACHO SANTANA/RN, 7 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 474/2026 RIACHO SANTANA/RN, 7 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 7 de outubro de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:CD52C103

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 055/2025

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato n° 055/2025

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, o **SR. JOÃO BASÍLIO NETO**, torna pública a celebração do 1° Termo Aditivo ao contrato administrativo sob o nº 055/2025, que possui como objeto a: contratação de empresa para veiculação das ações do Poder Executivo Municipal em Blog na internet, de abrangência regional (Região do Potengi), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Riachuelo, firmado com a empresa: **31.912.059 LUCAS TAVARES DE OLIVEIRA – ME,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº31.912.059/0001-80, sediado(a) na Rua Luiz Gonzaga de Medeiros -183 - Santos Dumont – São Paulo do Potengi/RN, para fins de prorrogação de prazo, que vigorará a partir do dia 07 de outubro de 2026 até o dia 07 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado, verificando-se as disposições contidas nos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. O presente extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial conforme art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

Riachuelo/RN, 07 de outubro de 2026.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o EXTRATO DE TERMO ADITIVO acima, foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, para conhecimento dos interessados.

Riachuelo/RN, 07 de outubro de 2026.

FRANCISCA VALDELENE TEIXEIRA
Secretária Municipal de Finanças e Tributação

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:1076BF97

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

GABINETE DO(A) PREFEITA
PORTARIA N° 201/2026

Concede férias a(o) servidor(a), e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES/RN, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor, **FRANCISCO NILO DA SILVA** – matrícula: 170009-0, ocupante do cargo de ASG, relativas ao período aquisitivo de 2025, para serem gozadas no período de 07 de outubro de 2026 a 05 de novembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, aos sete dias do mês de outubro do ano de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:7A07C7B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

(Gabinete da Prefeita)

INTERESSADA: CRISTOVÃO COLOMBO PINHEIRO NETO
MATRÍCULA: 170080-8
CARGO: Professor
ASSUNTO: Pedido de Concessão de Prêmio por Assiduidade (Licença-Prêmio)

Vistos etc.

Trata-se de requerimento administrativo formulado pelo servidor efetivo **CRISTOVÃO COLOMBO PINHEIRO NETO**, Matrícula nº **170080-8**, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por meio do qual pleiteia a concessão de Licença-Prêmio, nos termos da legislação municipal vigente.

Regularmente instruído o processo, foi juntado o Parecer nº 009/2026/SME, da Secretaria Municipal de Educação, opinando pelo indeferimento do pleito.

Consta dos autos que o Município de Rodolfo Fernandes/RN se encontra em estado de calamidade financeira e administrativa, declarado pelo Decreto Municipal nº 016/2026, de 02 de julho de 2026, formalmente reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Decreto Legislativo nº 07/2026 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 030/2026, de 20 de julho de 2026.

O Decreto Municipal nº 016/2026 determina a suspensão, durante a vigência do estado de calamidade, das despesas discricionárias não essenciais, ressalvadas as despesas obrigatórias de caráter continuado, entre as quais não se enquadra a licença-prêmio, que, embora constitua direito legítimo do servidor, não é essencial à continuidade dos serviços públicos neste momento de crise fiscal.

Ademais, embora a Licença-Prêmio constitua direito assegurado ao servidor que preenche os requisitos legais, sua fruição deve observar a conveniência administrativa, a oportunidade e, sobretudo, a supremacia do interesse público, notadamente quando demonstrada a imprescindibilidade da permanência do servidor em exercício para garantir a continuidade de serviço público essencial, bem como a necessidade de contenção de despesas não essenciais para o equilíbrio das contas públicas.

Considerando os fundamentos constantes do parecer técnico da Secretaria de Educação acostado aos autos, bem como a necessidade de preservação da regularidade dos serviços educacionais ofertados pelo Município;

DECIDO:

INDEFERIR, neste momento, o pedido de concessão de Licença-Prêmio formulado pelo servidor **CRISTOVÃO COLOMBO PINHEIRO NETO**, Matrícula nº **170080-8**, ocupante do cargo de Professor, em razão da comprovada necessidade do serviço público, do estado de calamidade financeira e administrativa vivenciado pelo Município e do relevante interesse da Administração Municipal na manutenção das atividades educacionais, até que cesse o estado de calamidade, ou até que sobrevenha autorização legislativa ou decisão judicial que permita a recomposição da capacidade orçamentária.

O indeferimento ora proferido não prejudica o direito do servidor à licença-prêmio adquirida, que poderá ser gozada oportunamente, tão logo superada a situação excepcional de calamidade, observado o prazo de perempção previsto no Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

DETERMINO:
I – A notificação do servidor interessada acerca da presente decisão;
II – A publicação do extrato desta decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, para fins de publicidade administrativa;
III – Após cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, sem prejuízo de futura reapreciação do pleito, caso sobrevenham condições administrativas favoráveis à concessão da licença requerida.

Publique-se. Notifique-se. Cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Gabinete da Prefeita de Rodolfo Fernandes/RN, aos 07 dias do mês de outubro de 2026.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:549063E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

(Gabinete da Prefeita)

INTERESSADA: MARTA LUCIA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 170063-6
CARGO: ASG
ASSUNTO: Pedido de Concessão de Prêmio por Assiduidade (Licença-Prêmio)

Vistos etc.

Trata-se de requerimento administrativo formulado pela servidora efetiva **MARTA LUCIA DE OLIVEIRA**, Matrícula nº **170063-6**, ocupante do cargo de ASG, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por meio do qual pleiteia a concessão de Licença-Prêmio, nos termos da legislação municipal vigente.

Regularmente instruído o processo, foi juntado o Parecer nº 008/2026/SME, da Secretaria Municipal de Educação, opinando pelo indeferimento do pleito.

Consta dos autos que o Município de Rodolfo Fernandes/RN se encontra em estado de calamidade financeira e administrativa, declarado pelo Decreto Municipal nº 016/2026, de 02 de julho de 2026, formalmente reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Decreto Legislativo nº 07/2026 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 030/2026, de 20 de julho de 2026.

O Decreto Municipal nº 016/2026 determina a suspensão, durante a vigência do estado de calamidade, das despesas discricionárias não essenciais, ressalvadas as despesas obrigatórias de caráter continuado, entre as quais não se enquadra a licença-prêmio, que, embora constitua direito legítimo da servidora, não é essencial à continuidade dos serviços públicos neste momento de crise fiscal.

Ademais, embora a Licença-Prêmio constitua direito assegurado à servidora que preenche os requisitos legais, sua fruição deve observar a conveniência administrativa, a oportunidade e, sobretudo, a supremacia do interesse público, notadamente quando demonstrada a imprescindibilidade da permanência da servidora em exercício para

garantir a continuidade de serviço público, bem como a necessidade de contenção de despesas não essenciais para o equilíbrio das contas públicas.

Considerando os fundamentos constantes do parecer técnico da Secretaria de Educação acostado aos autos, bem como a necessidade de preservação da regularidade dos serviços ofertados pelo Município;

DECIDO:

INDEFERIR, neste momento, o pedido de concessão de Licença-Prêmio formulado pela servidora **MARTA LUCIA DE OLIVEIRA**, Matrícula nº **170063-6**, ocupante do cargo de ASG, em razão da comprovada necessidade do serviço público, do estado de calamidade financeira e administrativa vivenciado pelo Município e do relevante interesse da Administração Municipal na manutenção das atividades essenciais, até que cesse o estado de calamidade, ou até que sobrevenha autorização legislativa ou decisão judicial que permita a recomposição da capacidade orçamentária.

O indeferimento ora proferido não prejudica o direito da servidora à licença-prêmio adquirida, que poderá ser gozada oportunamente, tão logo superada a situação excepcional de calamidade, observado o prazo de perempção previsto no Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

DETERMINO:
I – A notificação da servidora interessada acerca da presente decisão;
II – A publicação do extrato desta decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, para fins de publicidade administrativa;
III – Após cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, sem prejuízo de futura reapreciação do pleito, caso sobrevenham condições administrativas favoráveis à concessão da licença requerida.

Publique-se. Notifique-se. Cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Gabinete da Prefeita de Rodolfo Fernandes/RN, aos 07 dias do mês de outubro de 2026.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:55E4AA8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15090001/26 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a análise da legalidade do procedimento, da conveniência e oportunidade da contratação, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas atribuições a mim conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** e **RATIFICO** a Dispensa de Licitação nº 15090001/26 em favor da empresa 59.889.289 ALLAN DAVY PAIVA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.889.289/0001-94, pelo valor total de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de entretenimento infantil, compreendendo a realização de show interativo com personagens caracterizados, estrutura de recreação com brinquedos infláveis e distribuição de guloseimas, destinado à comemoração do Dia das Crianças do município de Ruy Barbosa/RN.

Publique-se. Ao departamento competente para as providências de costume.

Ruy Barbosa/RN, 07 de outubro de 2026.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:74EE8D51

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 10.1733/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MUDANÇA DE NÍVEL AO SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR MUNICIPAL - FRANCISCA JOSEFA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

Portaria nº 10.1733/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a concessão de Mudança de Nível ao servidor ocupante do cargo de Professor Municipal e dá outras providências e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Estruturação da Carreira dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, prevista na Lei Municipal nº 013/2009, alterada pela Lei Complementar nº 015/2011, que diz respeito aos requesitos de progressão e os critérios de promoção***;***

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora **FRANCISCA JOSEFA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**, que deu origem ao Processo Administrativo nº **039/26*;***

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, apenso aos autos do procedimento administrativo acima;
RESOLVE:

Art. 1º - Condecer a promoção funcional da Sra. **FRANCISCA JOSEFA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**, Matrícula: 152025-3, Professor Pedagogo do quadro de Pessoal Efetivo deste Municipio, do Nível 1 classe "A" para Nível 2 classe "A".

Parágrafo Único: à mudança classista mencionada no Art. 1º incidirá nos vencimentos do servidor, conforme Art. 31 §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13/2009.

Art. 2º - Dê-se ciência à interessada, bem como à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de março de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 07 de outubro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:334484F7

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 10.1734/2026 - GC/PMSC - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO (MESTRADO) - JOANA D`ARC SOARES GOMES

Portaria nº 10.1734/2026 - GC/PMSC

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação de Titulação (Mestrado) a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento administrativo apresentado pelo servidor, que deu origem ao Proc. ADM nº 124/2026***;***

CONSIDERANDO a apresentação do Diploma de Mestrado devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), que comprova a conclusão em área correlata às atribuições do cargo efetivo ocupado;

CONSIDERANDO o parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **JOANA D`ARC SOARES GOMES**, ocupante do cargo efetivo de Professor, matrícula funcional nº 41386/1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a Gratificação por Titulação – Nível Mestrado, correspondente ao percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o seu vencimento-base.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao mês de agosto de **2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 07 de outubro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:2E1E7118

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2026

CONTRATANTE: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.520.389/0001-08. CONTRATADA: LARISSA CARDOSO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.252.007/0001-00. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência/execução do contrato celebrado em 05 de fevereiro de 2026 entre as partes acima identificadas, oriundo da Licitação – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 003/2026, passando a vigorar de 02 de outubro de 2026 a 02 de dezembro de 2026. DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107, da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações.
Santa Cruz/RN, em 02 de outubro de 2026.
ASSINATURAS: Gilvan Pontes da Silva / Diretor / Pelo Contratante e Fernanda Larissa do Nascimento Cardoso / Titular / Pela Contratada.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:01DB5812

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026.
Gilvan Pontes da Silva, Diretor do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em cumprimento ao parágrafo único, do Art. 72, da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo acima em epígrafe, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2026 nos termos descritos abaixo:
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática e para fornecimento de insumos de impressão, destinados a atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Santa Cruz/RN.
- Fornecedor:
JOSÉLIO ROMEIRO DOS SANTOS, inscrita no CNPJ nº 07.869.398/0001-46, vencedora no lote 01, perfazendo o valor total de R$ 28.988,00 (vinte e oito mil novecentos e oitenta e oito reais).
A H DA S MORAES, inscrita no CNPJ nº 02.437.839/0001-17, vencedora no lote 02, perfazendo o valor total de R$ 2.626,80 (dois mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).
Valor Global: R$ 31.614,80 (trinta e um mil seiscentos e quatorze reais e oitenta centavos).
Santa Cruz/RN, 06 de outubro de 2026.

GILVAN PONTES DA SILVA
Diretor

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:73A021DA

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 08/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026.
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2026.
Contratante: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN inscrito no CNPJ nº 08.520.389/0001-08
Contratado(a): JOSELIO ROMEIRO DOS SANTOS ME, inscrita no CNPJ nº 07.869.398/0001-46.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática e para fornecimento de insumos de impressão, destinados a atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Santa Cruz/RN.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ”
Valor: R$ 28.988,00 (vinte e oito mil novecentos e oitenta e oito reais).
Prazo de Vigência: 12 meses
Base Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data: 06 de outubro de 2026.
Assinaturas: Gilvan Pontes da Silva/Diretor e Joselio Romeiro dos Santos.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:2F2F7B57

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 09/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026.
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 07/2026.
Contratante: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN inscrito no CNPJ nº 08.520.389/0001-08
Contratado(a): A H DA S MORAES - EPP, inscrita no CNPJ nº 02.437.839/0001-17.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática e para fornecimento de insumos de impressão, destinados a atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Santa Cruz/RN.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30 – Material de Consumo”
Valor: R$ 2.626,80 (dois mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: 12 meses
Base Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data: 06 de outubro de 2026.
Assinaturas: Gilvan Pontes da Silva/Diretor e Anderson Henrique da Silva Moraes.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:1F74CEF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROCESSO Nº. 52/2025 EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 272/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADA(O): 61.187.369 JOÃO BATISTA DA SILVA. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 272/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 01/09/2025 à 01/10/2026. DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA -
Pelo Contratante E

JOÃO BATISTA DA SILVA -
Pela Contratada.

Publicado por:
Patrícia Valéria Florentino de Pontes
Código Identificador:69EA2DEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
CREDITO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 1.160-2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 1160/2026

Abre crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 75.000,00, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Santana Do Matos, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 1085/2025, de 29 dezembro de 2025 - LOA 2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes Dotações Orçamentarias :

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER		
Excesso de arrecadação		
Cód. red.: 108	02.005.12.361.0094.2023.3.3.90.39.1.550.0000	54.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferência do Salário-Educação	
Cód. red.: 129	02.005.12.365.0094.2309.3.3.90.39.1.550.0000	21.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferência do Salário-Educação	
Sub-Total:		**75.000,00**
Total Parcial Suplementado:		**75.000,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Excesso de arrecadação, conforme o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Receita: 1.7.1.4.50.0.1 - Transferências do Salário-Educação - Principal	
Fonte de recurso - 1.550.0000 - Transferência do Salário-Educação	75.000,00
Sub-Total:	**75.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**75.000,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santana Do Matos - RN, 3 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
CPF: ***.079.094-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:59115A13

GABINETE DO PREFEITO
CREDITO SUPERAVIT 1.155-2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 1155/2026

Abre crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 1.795.038,37, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Santana Do Matos, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 1085/2025, de 29 dezembro de 2025 - LOA 2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 1.795.038,37 (um milhão setecentos e noventa e cinco mil trinta e oito reais e trinta e sete centavos), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes Dotações Orçamentarias :

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SEC. MUN. PLANEJAMENTO, ADMINISTRACAO E FINANCAS		
Superávit financeiro		
Cód. red.: 29	02.003.04.122.0003.2008.3.1.90.13.2.500.0000	450.724,02
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 43	02.003.04.122.0003.2408.3.1.90.91.2.500.0000	77.759,50
	Natureza de despesa - Sentenças Judiciais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**528.483,52**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 004 - SEC. AGRICULTURA ABASTECIMENTO E REC. HIDRICOS		
Superávit financeiro		
Cód. red.: 60	02.004.20.122.0097.2011.3.3.90.39.2.500.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**15.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER		
Superávit financeiro		
Cód. red.: 93	02.005.04.122.0092.2036.3.3.50.39.2.500.1001	42.600,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 121	02.005.12.361.0094.2399.3.3.90.39.2.500.1001	73.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 124	02.005.12.362.0094.2315.3.3.90.18.2.500.1001	84.700,00
	Natureza de despesa - Auxílio Financeiro a Estudantes	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 136	02.005.12.365.0094.2398.3.3.90.39.2.500.1001	31.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 155	02.005.12.368.0094.2021.3.3.90.30.2.551.0000	12.387,95
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	
Cód. red.: 163	02.005.12.368.0094.2277.3.3.90.39.2.500.1001	30.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	Sub-Total:	**273.687,95**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 006 – SEC MUN DE OBRAS, SERVICOS URBANOS E MEIO AMBIENTE		
Superávit financeiro		
Cód. red.: 243	02.006.04.122.0092.2028.3.3.90.39.2.500.0000	160.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	

	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 265	02.006.15.452.0084.2363.3.1.90.11.2.500.0000	132.800,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**292.800,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SEC. MUNIC. DO TRABALHO, HAB E ASSISTENCIA SOCIAL		
Superávit financeiro		
Cód. red.: 288	02.009.08.122.0011.2083.3.3.90.30.2.700.3110	15.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 313	02.009.08.243.0011.2223.3.1.90.11.2.500.0000	11.946,56
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**26.946,56**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Superávit financeiro		
Cód. red.: 394	03.001.10.122.0089.2250.3.1.90.04.2.500.1002	22.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 395	03.001.10.122.0089.2250.3.1.90.11.2.500.1002	141.321,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 443	03.001.10.301.0087.2273.3.3.90.30.2.600.3110	75.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 448	03.001.10.301.0087.2273.3.3.90.39.2.600.3110	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 450	03.001.10.301.0087.2375.3.1.90.11.2.500.1002	194.252,06
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 466	03.001.10.301.0087.2377.3.3.90.39.2.600.3110	12.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 476	03.001.10.302.0090.2261.3.3.90.30.2.600.3110	35.500,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 477	03.001.10.302.0090.2261.3.3.90.39.2.600.3110	120.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 480	03.001.10.302.0090.2301.3.3.72.39.2.600.3110	20.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 619	03.001.10.303.0082.2031.3.3.90.39.2.600.3110	600,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
	Sub-Total:	**630.673,06**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		
Superávit financeiro		
Cód. red.: 511	04.001.08.244.0020.2079.3.1.90.11.2.500.0000	15.862,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 531	04.001.08.244.0020.2237.3.1.90.11.2.660.0000	5.186,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 552	04.001.08.244.0020.2337.3.1.90.11.2.660.0000	2.878,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 575	04.001.08.244.0020.2357.3.1.90.11.2.660.0000	3.521,28
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	Sub-Total:	**27.447,28**
	Total Parcial Suplementado:	**1.795.038,37**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Superávit financeiro, conforme o inciso I, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santana Do Matos - RN, 3 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
CPF: ***.079.094-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:DDB59886

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 03-2026 – PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR

EDITAL Nº 03/2026 – PMSM - PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR POR TEMPO DETERMINADO

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE*, inscrito no CNPJ nº 08.110.439/0001-89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56, Centro, Santana do Matos/RN, CEP: 59.520-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr. Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, de acordo com as normas estabelecidas no contrato entre a* ***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS (PMSM)*** *e o* ***CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE****, com fundamento na Lei Federal nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; tornar pública o edital do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas de estágio para o ano de 2026, objetivando a contratação de estagiários, conforme o QUADRO I deste edital.*

• DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O processo seletivo para contratação de estagiários será regido por este edital, coordenado por uma Comissão de Avaliação de Processo Seletivo, instituída e nomeada através da Portaria Nº 015/2026-GP, conforme número de vagas, áreas de estágio e valor da bolsa;

O processo seletivo simplificado visa a contratação de estagiários, por tempo determinado, em caráter excepcional, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008, conforme especificações abaixo;

O referido processo terá vigência a partir da sua homologação, com término em 31 de dezembro de 2026;

A seleção para as vagas de estágios para alunos do Ensino Superior de que trata este edital será realizada mediante avaliação do Índice de Eficiência Acadêmica - IEA ou equivalente;

As eventuais contratações serão destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – SEMEC.

Os estagiários poderão ter seus contratos suspensos em hipóteses de calamidade pública ou emergência pública devidamente justificadas;

O quantitativo de vagas, a descrição sumária das atividades, os pré-requisitos para contratação, encontra-se descritos no quadro abaixo (Quadro 1).

Os estagiários a serem contratados por este Processo Seletivo Simplificado, farão jus a retribuição pecuniária de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, com uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais, os pagamentos aos estagiários contratados serão de responsabilidade do CIEE.

• DAS VAGAS PARA AUXILIARES DE SALA DE AULA

I - Auxiliar De Sala Para Educação Infantil
Os estagiários deverão atuar dando apoio pedagógico aos professores em sala de aula, acompanhando-os no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades ministradas, como também acompanhar os alunos até o banheiro, refeições e demais locais da instituição nas atividades pedagógicas.

Participar das atividades formativas, planejamentos, reuniões ou afins realizadas na escola lotada ou pela SEMEC, sempre que solicitado(a).

Apoiar nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

II - Auxiliar de alunos com Necessidade Educacionais Especiais (NEE)

Os estagiários deverão atuar dando apoio pedagógico aos professores de alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE nas atividades realizadas em sala de aula, nas dependências da escola e locais externos, caso for preciso.

Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula regular, visando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, com vistas à socialização, inclusão e promoção do ensino na perspectiva da Educação Inclusiva e Especial. Planejar e utilizar os recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares, além de acompanhar a evolução do processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Apoiar nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

A distribuição de vagas será realizada pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC), a partir das demandas apresentadas pelas escolas municipais, podendo ser remanejados de acordo com a necessidade e especificidades das escolas, em conformidade com esta secretaria, como mostra o ***Quadro 1.***

Quadro 1 – Informações sobre as vagas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER (SEMEC)

ÁREA DE ESTÁGIO (SUPERIOR 1 – SECREATARIA DE EDUCAÇÃO): GRADUAÇÃO (LICENCIATURA OU BACHARELADO), EXECETO ÁREAS DA SAÚDE (ENFERMAGEM, MEDICINA E AFINS), ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E SERVIÇO SOCIAL.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCALIDADE DE ATUAÇÃO	*VAGA*
ZONA URBANA	*03 + CADASTRO RESERVA*

ÁREA DE ESTÁGIO (SUPERIOR 2 – SECREATARIA DE EDUCAÇÃO): GRADUAÇÃO (LICENCIATURA OU BACHARELADO), EXECETO ÁREAS DA SAÚDE (ENFERMAGEM, MEDICINA E AFINS), ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E SERVIÇO SOCIAL.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALUNOS COM NECESSIDADE EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE)

LOCALIDADE DE ATUAÇÃO	*VAGA*
ZONA URBANA	*04 + CADASTRO RESERVA*
LUIZ PEREIRA – ZONA RURAL	*03 + CADASTRO RESERVA*

ÁREA DE ESTÁGIO (SUPERIOR 3 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL): GRADUAÇÃO (LICENCIATURA OU BACHARELADO), SERVIÇO SOCIAL
EXCETO ÁREAS DA SAÚDE (ENFERMAGEM, MEDICINA E AFINS) CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA (CRAS)

LOCALIDADE DE ATUAÇÃO	*VAGA*
ZONA URBANA (CRAS)	*01 + CADASTRO DE RESERVA*

• DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado;

*Estar quite com as obrigações eleitorais (**Apresentar Certidão de quitação eleitoral**);*

*Estar quite com as obrigações militares, para candidatos de sexo masculino maiores de 18 anos (**Apresentar Documento Reservista**);*

Não possuir vínculo empregatício ou estatutário com quaisquer dos entes federativos.

Apresentar, além dos documentos necessários para a comprovação do grau de escolaridade:
cópia da Carteira de Identidade;
cópia do CPF;
comprovante de residência;

Comprovante de matrícula ou Declaração em instituição de Ensino Superior, devidamente regulamentada pelo MEC.

Os candidatos às vagas de estágio, deverão estar devidamente matriculados, a partir do 1º período do curso em que está vinculado;

Poderão se inscrever nesse processo seletivo os alunos que estão matriculados no 1° período de licenciatura ou bacharelado, exceto áreas da saúde (Enfermagem, Medicina e afins) Ciências Contábeis e Administração, para compor o cadastro de reserva e serem convocados, caso haja necessidade.

A classificação dos candidatos que estão cursando o 1° período se dará por ordem de inscrição.

Para a comprovação dos pré-requisitos, o candidato deverá apresentar cópia dos respectivos documentos: comprovante de matrícula; certificados e/ou declaração; Índice de Eficiência Acadêmica (IEA) ou equivalente, para os candidatos matriculados a partir do 2º período do curso em que está vinculado;

O anexo da documentação, é de responsabilidade do candidato. O candidato que não enviar toda documentação, será eliminado do processo seletivo simplificado;

O não cumprimento de qualquer exigência definida no presente edital, impedirá a continuidade da participação do candidato no Processo Seletivo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade das informações fornecidas no ato de inscrição;

Em cumprimento ao art. 17, § 5º da Lei Federal nº 11.788/2008, ficam reservadas 10% (dez por cento) do total geral de vagas oferecidas nesse edital, a candidatos com deficiência. O candidato deve apresentar no ato de inscrição laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, atestando a deficiência, com referência expressa ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença – CID, para fins de compatibilidade.

Se o estudante já tiver participado como estagiário junto ao CIEE, pelo período de 02 anos, não poderá mais concorrer a nenhuma vaga.

• DAS INSCRIÇÕES

A inscrição deverá ser efetuada entre os dias 08 à 12 de outubro de 2026, através de link disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN.

Só serão avaliadas as documentações entregues no período estipulado no subitem 4.1;

Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição;

A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, não cabendo, portanto, alegação de desconhecimento

• DA AVALIAÇÃO

O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar as cópias dos comprovantes dos requisitos exigidos para o segmento que deseja atuar, conforme descrito no Quadro 1;

Será eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que deixar de anexar quaisquer documentos solicitados;

Os documentos encaminhados fora dos padrões definidos neste edital não serão analisados;

No ato da inscrição, o candidato poderá optar por receber um e-mail constando todos os dados informados no formulário de inscrição.

• DA CLASSIFICAÇÃO

A classificação dos candidatos será feita com base na soma dos pontos obtidos, por meio da maior nota no Índice de Eficiência Acadêmico - IEA ou equivalente, em ordem decrescente de pontuação;

No caso de empate, a classificação obedecerá à seguinte ordem:

Candidato(a) cursando período mais avançado;

Candidato(a) com idade mais avançada.

• DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

O resultado final da seleção será homologado pela Prefeita Municipal e divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn) e afixado em mural na SEMEC e SEMTHAS.

• DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

A convocação para contratação obedecerá a ordem de classificação dos candidatos e será efetuada de acordo com as necessidades da SEMEC e SEMTHAS. Caso alguma das localidades de atuação de estágio não tenha as suas vagas totalmente preenchidas, poderá ser convocado candidato aprovado em outra localidade de atuação de estágio.

A convocação para contratação dar-se-á por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios do RN (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn).

O candidato que no prazo de 02 (dois) dias úteis não atender à convocação de que trata o item anterior será considerado como desistente e eliminado da lista de chamada do Processo Seletivo Simplificado.

São condições para a contratação:

Ter sido aprovado no Processo Seletivo Simplificado;

Apresentar documentação completa, conforme relação a ser divulgada por ocasião da convocação;

Não ser servidor da administração direta ou indireto da união, dos Estados, do Distrito Federal e/ou dos Municípios, nem empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, ressalvadas as acumulações de cargos/empregos previstos na Constituição Federal.

• DO CRONOGRAMA

Quadro 2 – Cronograma do processo seletivo

ATIVIDADE	***PRAZO***
Lançamento do edital	*08/10/2026*
Inscrições	*08/10 a 12/10/2026*
Análise das inscrições	*13 e 14/10/2026*
Homologação e publicação do resultado final	*15/10/2026*

O cronograma apresentado no item 9.1 poderá sofrer alterações, caso ocorra situações imprevisíveis que retardem ou adiem o andamento das atividades previstas neste edital.

• DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo simplificado no Diário Oficial dos Municípios do RN (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn).

O candidato poderá obter informações referentes ao processo seletivo simplificado na sede da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Administração (Setor Pessoal);

A aprovação do candidato no processo seletivo gera, tão somente, a expectativa de direito à contratação;

A contratação fica condicionada às condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.788/2008 e Constituição Federal e nas demais cominações legais;

Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Processo Seletivo, que poderá solicitar parecer da assessoria jurídica do município;

Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital somente poderão ser feitas por meio de outro edital.

Santana do Matos/RN, 07de outubro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal De Santana Do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:502AADE3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24091/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 2392/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.110.439/0001-89;

CONTRATADA: CONTI ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO & LICITAÇÕES LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº 52.213.375/0001-33;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA POR BIOMETRIA E RECONHECIMENTO FACIAL, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO E TREINAMENTO, DESTINADO À GESTÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, ASSEGURANDO PRECISÃO, SEGURANÇA, TRANSPARÊNCIA NOS REGISTROS DE PONTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS APLICÁVEIS.
VALOR GLOBAL: R$ 64.800,00(sessenta e quatro mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da data da sua subscrição, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021. Podendo ser prorrogado nos termos da referida lei.
Dotação Orçamentária:
02.003.04.122.0003.2008 – Manutenção da Secretaria de Administração;
02.006.04.122.0092.2008 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
02.004.20.122.0097.2011 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura;
02.002.04.122.0003.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito;
02.010.04.122.0093.2385 – Manutenção da Secretaria de Transportes;
02.005.12.365.0094.2398 – Manutenção da Educação Infantil;
02.005.12.361.0094.2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I e II;
02.005.04.122.0092.2036 – Manutenção do Fundo de Educação;
03.001.10.302.0090.2261 – Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade;
03.001.10.301.0087.2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde;
03.001.10.122.0089.2250 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
04.001.08.244.0020.2079 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;
04.001.08.244.0020.2237 – Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
04.001.08.244.0020.2337 – Oferta de Serviços de Proteção Social Básica (PSB);
04.001.08.244.0020.2344 – Oferta de Serviços de Proteção Social Especial (PSE);
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ;
Fontes:
1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;
1.500.1001 – Identificação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
1.500.1002 – Identificação das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
1.600.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal;
1.660.0000 – Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assist. Social – FNAS;
1.661.0000 – Transferência de Recursos dos Fundos

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Santana do Matos/RN, 24 de setembro de 2026.

Município de Santana do Matos/RN
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

Conti Assessoria em Planejamento & Licitacoes LTDA
HERCULES SAMUEL DE LIMA ARAUJO
Represente Legal
Contratada

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:DDEC9DF0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24092/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 2393/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.110.439/0001-89;
CONTRATADA: CONTI ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO & LICITAÇÕES LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº 52.213.375/0001-33;
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS PORTÁTEIS (TABLETS), COM FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS, GARANTIA, ASSISTÊNCIA E SUPORTE TÉCNICO, DESTINADA À MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, GARANTINDO MAIOR EFICIÊNCIA, AGILIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**.**
VALOR GLOBAL: R$ 64.800,00(sessenta e quatro mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da data da sua subscrição, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021. Podendo ser prorrogado nos termos da referida lei.
Dotação Orçamentária:
02.003.04.122.0003.2008 – Manutenção da Secretaria de Administração;
02.006.04.122.0092.2008 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
02.005.12.365.0094.2398 – Manutenção da Educação Infantil;
02.005.12.361.0094.2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I e II;
02.005.04.122.0092.2036 – Manutenção do Fundo de Educação;
03.001.10.302.0090.2261 – Atenção à Saúde de média e Alta Complexidade;
03.001.10.301.0087.2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde;
03.001.10.122.0089.2250 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
04.001.08.244.0020.2079 – Manut. Fundo Municipal de Assistência Social;
04.001.08.244.0020.2237 – Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
04.001.08.244.0020.2337 – Oferta de Serviços de Proteção Social Básica (PSB);
04.001.08.244.0020.2344 – Oferta de Serviços de Proteção Social Especial (PSE);
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ;
Fontes:
1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;
1.500.1001 – Identificação das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
1.500.1002 – Identificação das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
1.600.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal;
1.660.0000 – Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assist. Social – FNAS;
1.661.0000 – Transferência de Recursos dos Fundos

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Santana do Matos/RN, 24 de setembro de 2026.

Município de Santana do Matos/RN
CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

Conti Assessoria em Planejamento & Licitacoes LTDA
HERCULES SAMUEL DE LIMA ARAUJO
Represente Legal
Contratada

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:47419F45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 286-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias a servidor(a) municipal para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ (meia) diária ao servidor Paulo Segundo e Silva, matrícula nº 3163, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, tendo como referência o valor unitário da diária de R$ 400,00 (quatrocentos reais), correspondente ao valor de R$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas decorrentes do deslocamento do servidor para a cidade de Natal/RN, no dia 08 de outubro de 2026, para acompanhar o Procurador Jurídico do Município em reunião com a assessoria jurídica, destinada à análise, discussão e encaminhamento de questões relacionadas ao processo referente ao Complexo Solar Dunamis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 07 de outubro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:E7F5F517

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 287-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias a servidor(a) municipal para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ (meia) diária ao servidor Manoel Matias Medeiros de Araújo, matrícula nº 3208, ocupante do cargo de Procurador Jurídico do Município, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando o montante de R$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas decorrentes do deslocamento do servidor para a cidade de Natal/RN, no dia 08 de outubro de 2026, para participação em reunião com assessoria jurídica, destinada à análise, discussão e encaminhamento de questões relacionadas ao processo referente ao Complexo Solar Dunamis, em razão da relevância e da complexidade da matéria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos/RN, 07 de outubro de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:212777F8

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO Nº 19/2026

PORTARIA Nº 19/2026

O Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 981/2023, que dispõe sobre o auxílio deslocamento aos motoristas em exercício no município de Santana do Matos/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar a escala prevista dos motoristas lotados nesta secretaria referente ao mês de outubro/2026.

MOTORISTA	MATRÍCULA	QUANTIDADE PREVISTA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO
José Ivan Leite Júnior	2347	5
Pedro Nicolau Barbosa Neto	2661	5

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publica-se e cumpra-se.

Santana do Matos/RN, 07 de outubro de 2026.

LEONALDO DE ASSUNÇÃO
Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
Matrícula: 3159

Publicado por:
Luana Aldemiles Riberio Assunção da Silva Ferreira
Código Identificador:4579958F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 187/2026 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de outubro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente aos períodos aquisitivos de 23/04/2012 a 22/04/2017;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor, a concordância do chefe da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:
Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio ao servidor municipal, Sr. **WILSON ARRUDA CAMARA**, matrícula n°. 194 e CPF nº XXX.912.364-XX, lotado no Gabinete do Prefeito, no período de 05/10/2026 a 04/01/2027, reassumindo suas funções em 05 de janeiro de 2027.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:E57099AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PARA ASSINATURA DO RESPECTIVO TERMO DE ARP – PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2026

Convocamos as empresas: 65.882.713 GUSTAVO BARROS DE FARIAS, inscrita no CNPJ n° 65.882.713/0001-71, ADRIANO DE ALEXANDRIA DE OLIVEIRA 06682303475, inscrita no CNPJ n° 40.290.899/0001-49, SANTO ANTONIO INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 70.307.939/0001-89, JOSELIO ROMEIRO DOS SANTOS, inscrita no CNPJ N° 07.869.398/0001-46, LICITA BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 27.333.217/0001-70, M3. BUSINESS GROUP LTDA, inscrita no CNPJ n° 54.494.740/0001-50, METDATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI, inscrita no CNPJ n° 28.584.157/0003-92, MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 37.653.978/0001-62, OC INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 51.933.016/0001-98, SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 33.615.509/0001-06, SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 01.429.437/0001-08, adjudicadas e homologadas na licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2026 originária do PROCESSO de N° 1822/2026, tendo como objeto o registro de preço para futura, eventual e aquisição de equipamentos de informática, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, para a devida assinatura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a partir do dia 08 de outubro de 2026.
Em tempo registramos que as empresas supracitadas,deverá comparecer ao setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, no endereço AV. Zezé Aprígio, N° 173, Centro, Santana do Seridó/RN ou enviar o instrumento devidamente assinado para o e-mail:cpl_santanadoserido.rn@outlook.com, no prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da data desta publicação,sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

Prefeitura Municipal Santana do Seridó/RN, 07 de outubro de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:B2DBAF86

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA

ATA CONJUNTA Nº 02/2026

APRESENTAÇÃO, DELIBERAÇÕES E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PMSAN 2025–2028

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, no Município de Santo Antônio, Estado do Rio Grande do Norte, reuniram-se os membros da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, representantes das comunidades quilombolas, representantes das Secretarias Municipais envolvidas nas ações de Segurança Alimentar e Nutricional e demais participantes, conforme lista de presença anexa, com a finalidade de realizar a apresentação, discussão e deliberação sobre o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028. A reunião foi iniciada com a abertura dos trabalhos pela presidente do CONSEA, a Sra Edimar Silva Cordeiro, que deu boas vindas aos membros do CONSEA e CAISAN e destacou a importância do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional como instrumento de planejamento, gestão, articulação intersetorial e acompanhamento das políticas públicas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA no Município. Em seguida passou a palavra para a coordenadora da CAISAN, a Sra Ana Lúcia de Lima Marques que realizou a apresentação do PMSAN 2025–2028, contemplando o diagnóstico da situação de Segurança Alimentar e Nutricional do Município, os principais desafios identificados, a rede de proteção existente e as ações propostas para o período de vigência do Plano. Durante a apresentação, foram destacados dados do diagnóstico municipal, entre eles a população de 22.177 habitantes e a identificação de 4.402 famílias em situação de insegurança alimentar, conforme dados apresentados no plano, além de aspectos relacionados à agricultura familiar, geração de renda, alimentação escolar, saúde, assistência social, educação alimentar e nutricional, abastecimento, meio ambiente e saneamento.Também foram apresentadas as ações intersetoriais previstas para as áreas de Saúde, Educação, Agricultura, Assistência Social, Meio Ambiente e Administração e Finanças, reforçando que a Segurança Alimentar e Nutricional depende da atuação articulada das diferentes políticas públicas.Na oportunidade, foi ressaltada a participação da agricultura familiar e das comunidades quilombolas na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, destacando-se a produção local e a articulação com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, fortalecendo a produção, a geração de renda e o acesso da população a alimentos. Os representantes das comunidades quilombolas presentes puderam apresentar suas considerações, contribuições e demandas relacionadas à produção de alimentos, comercialização, acesso às políticas públicas, valorização da produção local e garantia do direito à alimentação adequada, sendo ressaltada a importância da participação das comunidades tradicionais no planejamento e no acompanhamento das ações de SANNA sequência, foram discutidas as principais ações previstas no PMSAN, destacando-se: implantação e fortalecimento do SISAN municipal; reativação da Cozinha Comunitária; fortalecimento da alimentação escolar e das ações de Educação Alimentar e Nutricional; apoio à agricultura familiar; fortalecimento do PAA; hortas escolares e comunitárias; ações de vigilância alimentar e nutricional; e articulação das políticas de assistência social, saúde, educação e agricultura. Foi esclarecido ainda que o Plano possui caráter dinâmico, podendo ser acompanhado, avaliado e atualizado durante sua execução, considerando mudanças na realidade municipal, disponibilidade orçamentária, novos diagnósticos e necessidades identificadas pela população e pelas instâncias de participação e controle social. Após a apresentação e os debates, foi aberta a palavra aos presentes para manifestações, sugestões e contribuições. Não havendo outras manifestações, ou após incorporadas as contribuições consideradas pertinentes, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028 foi submetido à apreciação dos presentes. Após deliberação, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028 foi APROVADO, ficando registrado o compromisso da CAISAN, do COMSEA, das Secretarias Municipais envolvidas, das comunidades quilombolas e dos demais atores participantes em contribuir para sua implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, respeitadas as competências de cada instância. Ficou ainda deliberado que o COMSEA acompanhará a execução das ações e contribuirá para o monitoramento dos indicadores, revisão do diagnóstico e avaliação do Plano, enquanto a CAISAN atuará na articulação intersetorial e no acompanhamento da execução das ações previstas. Importante citar que o referido plano foi construido por meio de reuniões ampliadas com as demais secretarias do município e ficando acordado na reunião que o plano é editavel e que o município irá realizar a conferência. Um Ponto importante que a Presidente da CAISAN colocou que a gestão e Participantes do COMSEA, ja vinham anteriomente realizado a confecção do referido plano com as demais envolvidos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Roseane Louise Rodrigues de Lima, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes, passando a integrar os registros da CAISAN/COMSEA do Municipio de Santo Antônio/RN.

Santo Antônio/RN, 02 de Outubro de 2026.

EDIMAR SILVA CORDEIRO
Presidente do COMSEA

ANA LÚCIA DE LIMA MARQUES
Presidente CAISAN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:CB0D5820

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN

ATA 01/2026- REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DA CAISAN

Ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro do ano de 2026, às 8h30min, no Auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Santo Antônio/RN, realizou-se reunião da Câmara Técnica da CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, contando com a participação dos membros da CAISAN, representantes das Secretarias Municipais e demais representantes convidados, com a finalidade de realizar os ajustes finais do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028, bem como organizar a apresentação do documento aos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA e aos demais representantes que desejarem participar. A reunião teve início com a fala da Coordenadora/Presidente da Câmara Técnica, Ana Lúcia Marques, que deu as boas-vindas aos presentes, agradeceu a participação de todos e destacou a importância do momento para a conclusão do processo de construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Em seguida, juntamente com Ana Cristina Teixeira do Nascimento, Técnica da Vigilância Socioassistencial, e os demais membros presentes, foram iniciadas as discussões e a análise do conteúdo do PMSAN. Durante a reunião, os participantes realizaram uma leitura dos principais pontos do Plano, discutindo e realizando os ajustes considerados necessários para sua versão final. Foram analisados aspectos relacionados aos objetivos, ações, metas, indicadores, responsabilidades dos diferentes setores e formas de acompanhamento e monitoramento das ações previstas. Também foram discutidas as informações referentes à realidade do município e às ações desenvolvidas pelas diferentes políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Os participantes destacaram a importância de que o Plano seja construído de forma intersetorial, envolvendo as áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura e demais setores que desenvolvem ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional, considerando que o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada dependem da integração das políticas públicas e da atuação conjunta dos diferentes setores. Na continuidade dos trabalhos, os membros da Câmara Técnica organizaram um resumo do PMSAN em formato de apresentação de slides, contendo os principais pontos do Plano, seus objetivos, eixos de atuação, ações, metas, indicadores e estratégias de acompanhamento. O material foi organizado com a finalidade de facilitar a apresentação e discussão do Plano junto aos membros do COMSEA e aos demais representantes interessados em participar desse processo. Durante as discussões, foi ressaltada a importância do PMSAN 2025–2028 como instrumento de planejamento e fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, possibilitando ao município organizar suas ações, estabelecer prioridades, identificar demandas e acompanhar os resultados das políticas públicas voltadas à garantia do acesso à alimentação adequada e saudável para a população. Também foi informado e destacado pelos presentes que o Município de Santo Antônio/RN já realizou sua adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, o que representa um importante avanço para a consolidação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi esclarecido que, neste momento, o município encontra-se na etapa de permanência no SISAN, sendo necessária a organização e atualização da documentação exigida para comprovação e efetivação da permanência do município no Sistema. Nesse sentido, os participantes discutiram a necessidade de realizar o levantamento e a conferência dos documentos existentes, bem como identificar possíveis pendências e providenciar os documentos necessários. Foi ressaltada a importância de manter devidamente organizados os documentos relacionados à CAISAN, ao COMSEA, ao PMSAN e às demais ações e instrumentos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, de modo a atender às exigências necessárias para a permanência do município no SISAN.Outro assunto de grande importância discutido durante a reunião foi a participação social na Política de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando-se o papel do COMSEA no acompanhamento, proposição e controle social das ações desenvolvidas pelo município. Os participantes reforçaram a necessidade de manter o diálogo entre o poder público, os conselheiros, representantes da sociedade civil, comunidades, agricultores familiares e demais segmentos envolvidos com a temática da Segurança Alimentar e Nutricional.Foi igualmente destacada a importância da realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, entendida como um importante espaço democrático para a participação da sociedade, avaliação da situação de Segurança Alimentar e Nutricional do município, discussão das necessidades existentes e construção de propostas e prioridades para o fortalecimento das políticas públicas. Foi ressaltado que a elaboração e apresentação do PMSAN não substituem a realização da Conferência, sendo ambos instrumentos importantes e complementares para o fortalecimento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Após as discussões, ficou acordado que a Câmara Técnica dará continuidade aos trabalhos para finalizar o PMSAN, concluir a apresentação em slides, organizar a documentação necessária à permanência do Município de Santo Antônio/RN no SISAN, no momento foi passado que a CAISAN já tinha articulado com o COMSEA e gestão e demais setores envolvidos a apresentação do plano para o dia seguinte que seria dia 02 de outubro do corrente ano. ficou ainda reforçada a necessidade de continuidade da articulação intersetorial e da organização das providências necessárias para a realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao final, a Coordenadora/Presidente da Câmara Técnica agradeceu a presença e a contribuição de todos, destacando que o trabalho realizado de forma conjunta é fundamental para que o Município de Santo Antônio avance na consolidação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional planejada, participativa e integrada. Colocou ainda que independente do plano o município já realiza ações referente a política. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às horário de encerramento, e eu, Roseane Louise Rodrigues de Lima, Eu Roseane Louise Rodrigues de Lima, secretaria executiva deste conselho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e demais presentes, passando a integrar os registros da CAISAN/COMSEA do Município de Santo Antônio/RN.

Santo Antônio/RN, 01 de outubro de 2026.

ANA LÚCIA MARQUES
Coordenadora/Presidente da Câmara Técnica da CAISAN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:C4A068E3

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA - RESOLUÇÃO COMSEA Nº 02/2026

Aprova o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028 do Município de Santo Antônio/RN.

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a adesão do Município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada;

CONSIDERANDO o processo de construção, discussão e aperfeiçoamento do PMSAN 2025–2028, com participação dos setores envolvidos e das instâncias de controle social;

RESOLVEM:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN 2025–2028 do Município de Santo Antônio/RN.

Art. 2º O PMSAN constitui instrumento de planejamento e orientação das ações municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, devendo ser implementado de forma intersetorial.

Art. 3º A CAISAN acompanhará a implementação e o monitoramento do Plano, enquanto o COMSEA exercerá o acompanhamento e o controle social, podendo apresentar recomendações para seu aperfeiçoamento.

Art. 4º O PMSAN poderá ser atualizado ou revisado sempre que necessário, considerando as demandas do município e as deliberações das instâncias de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 5º A aprovação do PMSAN não substitui a realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que constitui espaço de participação social, avaliação e definição de propostas para a política municipal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Santo Antônio/RN, 02 de outubro de 2026

EDIMAR SILVA CORDEIRO
Presidente do COMSEA

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:57D60A60

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 22, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 5.100.000,00 (CINCO MILHÕES E CEM MIL REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 22, de 08 de setembro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais), para os fins queespecifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE São Bento do Trairi/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 5.100.000,00 (cinco milhões, cem mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Trairi/RN, 08 de setembro de 2026

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:22C0BB22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 23, DE 16 SETEMBRO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 856.800,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 23, DE 16 setembro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 856.800,00 (oitocentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE São Bento do Trairi/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 856.800,00 (oitocentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Trairi/RN, 16 de setembro de 2026

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:F30CC8E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 24, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 3.270.000,00 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA MIL REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 24, DE 23 de setembro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.270.000,00 (três milhões, duzentos e setenta mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE São Bento do Trairi/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.270.000,00 (três milhões, duzentos e setenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Trairi/RN, 23 de setembro de 2026

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:F58A6FE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 25, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.350.000,00 (UM MILHÃO, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 25, DE 29 de setembro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE São Bento do Trairi/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Trairi/RN, 29 de setembro de 2026

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:A9DF1262

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 26, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 26, DE 05 de outubro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE São Bento do Trairi/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Trairi/RN, 05 de outubro de 2026

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:6E93AB07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 027/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE CARIMBOS, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI/ RN Origem: Dispensa de Licitação N°. 027/2026, processo Nº 001270110/2026 processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Contratante: Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ N°. 08.160.467/0001-00; Contratado: 45.682.190 SARA FERNANDES TAVARES OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.682.190/0001-02; Valor: R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta reais). SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - 03.001; Manut. das Ativ. da Sec.Mun.de Adm. e Planj – 2007; Recursos não Vinculados de Impostos – 15000000; SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA 3.3.90.39. Podendo ainda, serem utilizadas outras dotações pertinentes, constantes do Orçamento Geral do Município, no que couber. Vigência: 01 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026; Signatários: Pelo Contratante - Rafael dos Santos Matias, Prefeito de São Bento do Trairi/RN, Pelo Contratado – SARA FERNANDES TAVARES OLIVEIRA.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:430DD617

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 97/2026 AUTORIZA A CONCESSÃO DE FERIA PRÊMIO A SERVIDORA: JOSEFA SOLANGE FERNANDES DE MACEDO XAVIER.

PORTARIA Nº 97/2026

Autoriza a concessão de feria prêmio a Servidora: JOSEFA SOLANGE FERNANDES DE MACEDO XAVIER.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e;

R E S O L V E:

Art. 1º conceder Licença Prêmio o servidor **JOSEFA SOLANGE FERNANDES DE MACEDO XAVIER**, no período de 90 (noventa) dias, com início em 08 de outubro de 2026 e termino em 05 de janeiro de 2027, de acordo com o Art. 106 e seus parágrafos do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bento do Trairi, em 07 de outubro de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:9A4EA0AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação orçamentária no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE CARIMBOS, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI/RN, em favor de 45.682.190 SARA FERNANDES TAVARES OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.682.190/0001-02, no valor de R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta reais)

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Bento do Trairi/RN, em 01 de outubro de 2026.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito de São Bento do Trairi/RN

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:92F27B0C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N° 031/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN, de acordo com aregulamentação especificada em edital, informa que realizará dispensa eletrônica cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PERSONIFICADOS. Data início das propostas: 08/10/2026- 10:00;Data final das propostas: 14/10/2026 – das 10h01 ás 12h01;Tipo de Julgamento: Menor Preço Modo de disputa:Aberto, local : www.portaldecompraspublicas.com.br

São Fernando/RN, 07/10/2026

MISAC ROBSON FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:1C0152B9

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - 029/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Prefeitura Municipal de São Fernando					
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN					
Pregão Eletrônico - 29/2026					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - GÁS OXIGÊNIO PARA CILINDRO G 1M3 - Valor Referência: R$ 141,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA. (48.702.159/0001-84)	Adjudicado em: 06/10/2026 - 12:15:39 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	Proprio	Propria	30	4.200,00
Item: 0002 - GÁS OXIGÊNIO PARA CILINDRO G 7M3 - Valor Referência: R$ 308,59					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA. (48.702.159/0001-84)	Adjudicado em: 06/10/2026 - 12:15:39 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	proprio	Propria	100	30.500,00
Item: 0003 - GÁS OXIGÊNIO PARA CILINDRO 10M3 - Valor Referência: R$ 347,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA. (48.702.159/0001-84)	Adjudicado em: 06/10/2026 - 12:15:39 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	Proprio	Propria	100	34.500,00
Item: 0004 - GÁS OXIGÊNIO PARA CILINDRO G 3,5M3 - Valor Referência: R$ 206,70					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA. (48.702.159/0001-84)	Adjudicado em: 06/10/2026 - 12:15:39 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	Proprio	Propria	50	10.250,00
GENILSON MEDEIROS MAIA					
Autoridade Competente					

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:C6D9C072

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - 029/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de São Fernando			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN			
Pregão Eletrônico - 29/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - GÁS OXIGÊNIO PARA CILINDRO G 1M3 - Proprio - Valor Referência: R$ 141,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA.	140,00	4.200,00	Homologado em 06/10/2026 12:15:48 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0002 - GÁS OXIGÊNIO PARA CILINDRO G 7M3 - proprio - Valor Referência: R$ 308,59			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA.	305,00	30.500,00	Homologado em 06/10/2026 12:15:48 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0003 - GÁS OXIGÊNIO PARA CILINDRO 10M3 - Proprio - Valor Referência: R$ 347,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA.	345,00	34.500,00	Homologado em 06/10/2026 12:15:48 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0004 - GÁS OXIGÊNIO PARA CILINDRO G 3,5M3 - Proprio - Valor Referência: R$ 206,70			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
OXIBORGES DISTRIBUIDORA DE GASES INDUSTRIAIS E MEDICINAIS LTDA.	205,00	10.250,00	Homologado em 06/10/2026 12:15:48 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
GENILSON MEDEIROS MAIA			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:0A072CA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1466 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1466 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	01 DE OUTUBRO DE 2026		
Datas de afastamento	01 DE OUTUBRO 2026	Saída/origem	**04:HS DO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**00:45 H DO 02 DE OUTUBRO DE 2026**
Beneficiário	JARBAS WESLEY SANTOS BRAGA		

CPF n.°	105.515.274.12
Cargo e/ou Função	MOTORISTA

***F*inalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE JOSILENE DE MEDEIROS DANTAS PARA REALIZAR EXAMES MEDICOS E CONSULTA NO HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO, LOCALIZADO R. CÔNEGO MONTE, 110 - QUINTAS, NATAL – RN NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 01 DE OUTUBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:8D80D0D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1470 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1470 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	110,00 (CENTO E DEZ REAIS)		
Destino	CATOLÉ DO ROCHA - PB		
Data da concessão	05 DE OUTUBRO DE 2026		
Datas de afastamento	05 DE OUTUBRO DE 2026	Saída/origem	06H DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	15H DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026
Beneficiário	JOSE DE ANCHIETA ALVES MACHADO		
CPF n.°	032.036.904-89		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE MARIA APARECIDA MENDES DO NASCIMENTO PARA REALIZAR CONSULTA MEDICA NA CLÍNICA MÁSTER CLÍNICA, LOCALIZADO RUA PRESIDENTE JOÃO PESSOA.41 CENTRO CATOLÉ DO ROCHA PARAÍBA NO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:2F835B06

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 206/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 06 de outubro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 06 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 06 de outubro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:8C15D2CF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PE 07/2024

CONTRATADO	OBJETO
DAMIÃO GOMES VICENTE, inscrita no CNPJ sob o nº 21.034.803/0001-37	O presente Aditivo objetiva prorrogação de mais 02(dois) meses do prazo de vigência para a sua conclusão, mediante celebração de aditivo.

São José de Mipibu/RN, 17 de junho de 2026

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:EFF8F7C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

O Município de São José do Campestre/RN, por intermédio do Pregoeiro, comunica aos interessados que o **Pregão Eletrônico nº 007/2026-SRP**, cuja sessão pública está prevista para o dia **09 de outubro de 2026, às 09h00**, fica **SUSPENSO**, em razão da **Impugnação ao Edital apresentada pela empresa X1 COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 36.556.414/0001-49**, referente à exigência de Alvará ou Licença Sanitária prevista no subitem 14.1.4.2 do Edital e item 14.3.2 do Termo de Referência.
A impugnação será submetida à análise da **Assessoria Jurídica Municipal**, para manifestação quanto aos aspectos jurídicos suscitados, ficando a realização da sessão suspensa até ulterior deliberação.
A nova data para realização do certame será divulgada oportunamente pelos mesmos meios de publicidade utilizados para a divulgação do Edital.
.

São José do Campestre/RN, em 07 de outubro de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS SILVA JUNIOR
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:30200437

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 018/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN.
CONTRATADA: ECOSOLO GUARABIRA GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS LTDA – CNPJ nº 30.366.238/0001-04.
OBJETO: Formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2025, oriundo da INEXIGIBILIDADE nº 018/2025, que tem por objeto Contratação de aterro sanitário licenciado para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos produzidos pelo Município de São José do Campestre/RN. **VIGÊNCIA:** Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo de 03 de setembro de 2026 a 03 de setembro de 2027. **VALOR:** Reajuste do valor unitário de R$ 85,00 para R$ 95,00 por tonelada/carrada (acréscimo de 11,76%), a partir de 03 de setembro de 2026. **BASE LEGAL:** Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2026

ASSINATURA: Eribaldo Lima – Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:CB98EB14

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 109/2026-SMADCS

São José do Campestre/RN, 07 de outubro de 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN**, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e de acordo com a Lei Municipal nº 930 de 17 de março de 2022,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária sem pernoite, ao valor de R$ 200,00 (duzentos reais), para a Senhora **Laíse de Souza Martins**, ocupante do cargo de Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município, no dia 08 de outubro de 2026, para se deslocar a cidade de Assú/RN, quando a mesma irá prestar assistência a um menor, em cumprimento a decisão judicial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ERIBALDO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:B3ECBCD9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 519, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

Ementa: Revoga o inciso III e o parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 410, de 03 de janeiro de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso III e o parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 410, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 07 de outubro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:5BD5B6AE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 472/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **BRUNO MEDEIROS DOS SANTOS**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	06 de outubro de 2026	R$310,00	R$155,00

(

TOTAL

R$155,00

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 06 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 06 de outubro de 2026.
.
FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:3AF4CD36

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 473/2026, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: LUCIANY RODRIGUES DE MEDEIROS**

Cargo/Função: Tec. de Enfermagem

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	06 de outubro de 2026	R$320,00	R$ 160,00

TOTAL

R$ 160,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 06 de outubro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 06 de outubro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:765546B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 003/2026 TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2023 CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2023 – PROC. ADMINIST. MSJS/RN N° 095/2023

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN – SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL; OSC: Associação de Amparo e Proteção ao Idoso – API - CNPJ Nº 08.253.930/0001-69; OBJETO: prorrogação do período vigencial para a execução de projeto de acolhimento ao idoso; VALOR ANUAL: R$ 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais); VIGÊNCIA: 18 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2027; SUBSCRITORES: Jackson Dantas – Prefeito Municipal/ Suzete Pereira de Medeiros - Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social/ Ilca Bezerra de Araújo Dantas – Presidente da API.

São José do Seridó/RN, 17 de setembro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:F482DA32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 003/2026 TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2023 CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2023 – PROC. ADMINIST. MSJS/RN N° 087/2023

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN – SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO E CULTURA; OSC: Associação dos Cantores, Compositores e Artistas Semelhantes - ACCAS - CNPJ Nº 07.678.755/0001-99; OBJETO: prorrogação do período vigencial e aumento do valor repassado para a execução de projeto de musicalização; VALOR ANUAL: R$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais); VIGÊNCIA: 29 de setembro de 2026 a 29 de setembro de 2027; SUBSCRITORES: Jackson Dantas – Prefeito Municipal/ Juliana Andréa Dantas - Secretária Municipal de Educação e Cultura/ Fernando Luiz de Araújo Vicente – Representante Legal.

São José do Seridó/ RN, 28 de setembro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:33B389F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 119/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 01/2026 CR - MODALIDADE: CREDENCIAMENTO

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **J F ENGENHARIA E SERVICOS LTDA**
CNPJ: **28.585.944/0001-97**

Objeto: **Credenciamento para futuras locações de máquinas e veículos pesados.**

Valor do Contrato: O valor estimado do presente contrato é de até **R$ 631.440,00 (seiscentos e trinta e um mil e quatrocentos e quarenta reais)**, a título meramente estimativo, correspondente ao limite máximo de despesas previstas, não constituindo obrigação de execução integral nem garantia de faturamento mínimo, ficando o pagamento condicionado à efetiva prestação dos serviços, conforme a demanda da Administração

Fontes de Recurso: **1545 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; 1103 - 2 . 2012 . 12 . 365 . 107 . 2.264 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1020 - 2 . 2012 . 12 . 361 . 107 . 2.253 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 987 - 2 . 2012 . 12 . 122 . 102 . 2.251 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 462 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 460 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física**

Início da Vigência: **22/09/2026**
Final da Vigência: **21/09/2027**
Assinatura: **22/09/2026**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:65940051

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 120/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 01/2026 CR MODALIDADE: CREDENCIAMENTO

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **AIANNE MIKAELLY GONCALVES DE HOLANDA**
CNPJ: **15.312.532/0001-31**

Objeto: **Credenciamento para futuras locações de máquinas e veículos pesados.**

Valor do Contrato**: R$ 142.800,00 (cento e quarenta e dois mil e oitocentos reais)**

Fontes de Recurso: **1545 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; 1103 - 2 . 2012 . 12 . 365 . 107 . 2.264 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1020 - 2 . 2012 . 12 . 361 . 107 . 2.253 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 987 - 2 . 2012 . 12 . 122 . 102 . 2.251 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 462 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 460 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.**

Início da Vigência: **22/09/2026**
Final da Vigência: **21/09/2027**
Assinatura: **22/09/2026**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:8E93A18C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 121/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 01/2026 CR MODALIDADE: CREDENCIAMENTO

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **4A TRANSPORTES LOCACOES E SERVICOS LTDA**
CNPJ: **50.207.491/0001-14**

Objeto: **Credenciamento para futuras locações de máquinas e veículos pesados.**

Valor do Contrato**: R$ 1.823.496,48 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos)**

Fontes de Recurso: **1545 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; 1103 - 2 . 2012 . 12 . 365 . 107 . 2.264 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1020 - 2 . 2012 . 12 . 361 . 107 . 2.253 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 987 - 2 . 2012 . 12 . 122 . 102 . 2.251 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 462 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 460 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física**

Início da Vigência: **22/09/2026**
Final da Vigência: **21/09/2027**
Assinatura: **22/09/2026**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:658C2329

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 71/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 01/2026 CR MODALIDADE: CREDENCIAMENTO

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **J D DE QUEIROZ SERVICOS E EMPREENDIMENTO**
CNPJ: **58.994.715/0001-97**

Objeto: **Credenciamento para futuras locações de máquinas e veículos pesados.**

Valor do Contrato**: R$ 1.823.496,48 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos)**

Fontes de Recurso: **1103 - 2 . 2012 . 12 . 365 . 107 . 2.264 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 1020 - 2 . 2012 . 12 . 361 . 107 . 2.253 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 987 - 2 . 2012 . 12 . 122 . 102 . 2.251 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 462 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.**

Início da Vigência: **18/06/2026**
Final da Vigência: **17/06/2027**
Assinatura: **18/06/2026**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:19B37CCD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 72/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 01/2026 CR MODALIDADE: CREDENCIAMENTO

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA**
CNPJ: **49.252.453/0001-02**

Objeto: **Credenciamento para futuras locações de máquinas e veículos pesados.**

Valor do Contrato**: R$ 1.823.496,48 (um milhão e oitocentos e vinte e três mil e quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos)**

Fontes de Recurso: **462 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Início da Vigência: **18/06/2026**
Final da Vigência: **17/06/2027**
Assinatura: **18/06/2026**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:449BAF63

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 74/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 01/2026 CR MODALIDADE: CREDENCIAMENTO

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**

CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **64.980.268 GUILHERME DEYVLY FERNANDES NOGUEIRA**
CNPJ: **64.980.268/0001-10**

Objeto: **Credenciamento para futuras locações de máquinas e veículos pesados.**

Valor do Contrato**: R$ 339.288,48 (trezentos e trinta e nove mil e duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**

Fontes de Recurso: **462 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 102 . 2.291 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**

Início da Vigência: **18/06/2026**
Final da Vigência: **17/06/2027**
Assinatura: **18/06/2026**

Publicado por:
Francisco Juniely Dantas de Farias
Código Identificador:7E7B1296

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 213/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CEDER a servidora EDNA LÚCIA DE MOURA, CPF 378. *** - *** - 87, Matrícula 0083211-1, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para o Ministério Público do Estado Rio Grande do Norte, para Promotoria de Justiça de São Paulo do Potengi/RN.

Art. 2º A cessão do servidor se dará pelo período de 02 (dois) anos, com ônus ao Município, através da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 07 de outubro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:83911C99

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026 a empresa **AIRAN CRISANTO PONTES**, inscrito no CNPJ sob nº. 21.254.158/0001-68, com valor global de R$ 12.900,00 (Doze mil e novecentos reais).
Publique-se.

São Pedro/RN, 06 de outubro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:77A68E44

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento do Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 021/2026**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFANTIS, DESTINADOS ÀS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN**, em favor da empresa **AIRAN CRISANTO PONTES**, inscrito no CNPJ sob nº. 21.254.158/0001-68, com valor global de R$ 12.900,00 (Doze mil e novecentos reais)**.**
Publique-se.

São Pedro/RN, 06 de outubro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gildeone Fernandes de Araújo
Código Identificador:52EEB7E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUMENTO DE DISTRATO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2026 - SMOSU

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.308.470/0001-29, com sede na Praça Joaquim Araújo Filho, 84, Centro, São Vicente/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a Sra. **Jane Maria Soares de Medeiros**, brasileira, casada, portadora do CPF nº 031.534.614-06, doravante denominado **CONTRATANTE**, resolve proceder ao DISTRATO UNILATERAL do Contrato de Prestação de Serviços **nº 24/2026 - SMOSU**, firmado com o **Sr. ANDRE LUIZ NUNES DE OLIVEIRA**, brasileiro, servente de pedreiro, portador do **CPF nº 702.833.714-63**, residente na rua Maria Etelvina da Silva, nº 35, Centro, São Vicente/RN, doravante denominado **CONTRATADO**, nos termos das seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO:

I. A existência do Contrato de Prestação de Serviços nº 24/2026 - SMOSU, cujo objeto é a "prestação de serviços de Servente de Pedreiro nas obras públicas do Município de São Vicente RN", com vigência a partir de 17 de setembro de 2026;
II. O que dispõe a Cláusula X do referido contrato, que prevê a possibilidade de extinção do vínculo contratual na forma do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
III. A faculdade da Administração Pública de extinguir unilateralmente os contratos por razões de interesse público, devidamente justificadas, conforme o inciso VIII do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados

o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: (...) VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
IV. A necessidade de formalizar o encerramento do vínculo para todos os fins de direito, estabelecendo as condições de quitação e as consequências jurídicas do ato.

RESOLVE:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente instrumento tem por objeto a extinção unilateral, por iniciativa do

CONTRATANTE, do Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2026 - SMOSU, a partir da data de notificação do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A presente rescisão unilateral fundamenta-se nas razões de interesse público que a justificam devido à necessidade de readequação orçamentária, com amparo na Cláusula X do contrato originário e no art. 137, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS EFEITOS E DO PAGAMENTO

3.1. Em decorrência desta rescisão, o **CONTRATANTE** se compromete a efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados pelo **CONTRATADO** e medidos até a data da notificação deste distrato, conforme as condições estabelecidas na Cláusula III do contrato original.

3.2. A extinção do contrato acarreta as consequências previstas no art. 138 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, notadamente o dever de pagamento das parcelas devidas e a eventual apuração de responsabilidades, se houver.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO

4.1. Uma vez realizado o pagamento de todos os valores devidos ao **CONTRATADO** pelos serviços prestados até a data de encerramento, este dará ao **CONTRATANTE** plena, rasa e geral quitação com relação ao objeto do contrato extinto, para nada mais reclamar, a que título for.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica mantido o foro da Comarca de Florânia/RN para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, por ser a expressão da vontade da Administração Pública, é lavrado o presente instrumento de distrato unilateral.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2026.

***JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS* –**
CPF nº 031.534.614-06
Prefeita Municipal

ANDRE LUIZ NUNES DE OLIVEIRA
CPF nº: 702.833.714-63
Contratado

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:456EF72C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°410/2026/GAB/PREF, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSENILSON DINIZ SOARES e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor **JOSENILSON DINIZ SOARES**, Mat. 350, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E ABASTECIMENTO** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município, no dia 07 de outubro de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 07 de outubro de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:974FA38E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 418/2026/ GAB/PREF, 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária(s) a JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 2 (duas integrais) diária a servidora **JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS**, Mat. 1067, ocupante da função de **PREFEITA** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos do interesse do Município, nos dias 07 e 08 de outubro 2026, totalizando o valor de R$ 700,00 (setecentos reais).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2026

MARIA SOCORRO DE LIMA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1F14A57D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 419/2026/GAB/PREF, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diária(s) a CAIO FELIPE ARAÚJO VALDIVINO e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedido ¾ de diária ao servidor **CAIO FELIPE ARAÚJO VALDIVINO**, Mat. 943, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN**,** para tratar de assuntos relacionados ao Município**,** no dia 07 de outubro de 2026**,** totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9806D083

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 420/2026/GAB/PREF, 07 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diária(s) a DIÊGO GABRIEL ARAÚJO SOARES e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 3/4 (três quarto) diária ao servidor **DIÊGO GABRIEL ARAÚJO SOARES**, Mat. 60433, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município, no dia 07 de outubro de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:09DB0EEF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 411/2026/GAB/PREF, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 313/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear o servidor ERIC YAN DA SILVA, CPF: 142.XXX.XXX-07, MAT. 60436, para atuar como FISCAL do CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 313/2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN e a empresa 65.882.713 GUSTAVO BARROS DE FARIAS, CNPJ: 65.882.713/0001-71.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 7 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:616F61F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 412/2026/GAB/PREF, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 314/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear o servidor ERIC YAN DA SILVA, CPF: 142.XXX.XXX-07, MAT. 60436, para atuar como FISCAL do CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 314/2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN e a empresa HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA, CNPJ: 19.729.347/0001-06.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 7 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1097DA00

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 413/2026/GAB/PREF, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 315/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear o servidor ERIC YAN DA SILVA, CPF: 142.XXX.XXX-07, MAT. 60436, para atuar como FISCAL do CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 315/2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN e a empresa KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES, CNPJ: 38.446.921/0001-55.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 7 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:122E46CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 414/2026/GAB/PREF, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 316/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear o servidor ERIC YAN DA SILVA, CPF: 142.XXX.XXX-07, MAT. 60436, para atuar como FISCAL do CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 316/2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN e a empresa J RAFAEL DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA , CNPJ: 50.614.681/0001-56.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 7 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E3406D7A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 415/2026/GAB/PREF, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 317/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear o servidor ERIC YAN DA SILVA, CPF: 142.XXX.XXX-07, MAT. 60436, para atuar como FISCAL do CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 317/2026, celebrado entre o

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN e a LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 50.958.011/0001-57.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 7 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A6427228

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 416/2026/GAB/PREF, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 318/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear o servidor ERIC YAN DA SILVA, CPF: 142.XXX.XXX-07, MAT. 60436, para atuar como FISCAL do CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 318/2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN e a MULTMAIS COMERCIO DE INFORMÁTICA E ELETRODOMESTICOS LTDA -ME, CNPJ: 42.092.696/0001-73.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 7 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:2F33C5BB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 417/2026/GAB/PREF, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA FISCAL PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear o servidor ERIC YAN DA SILVA, CPF: 142.XXX.XXX-07, MAT. 60436, para atuar como FISCAL do CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 319/2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN e a MAMUTH TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 57.601.436/0001-53.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 7 de outubro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1AB059A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 032/2026/SMARH, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária(s) a AGUINELDA DANTAS DE MEDEIROS FERNANDES e dá outras providencias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 3/4 (três quartos) diária a servidora **AGUINELDA DANTAS DE MEDEIROS FERNANDES**, Mat. 247, ocupante da função de **ADMINISTRADOR** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, no dia 08/10/2026, para tratar de assuntos do interesse do município, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2026.

ANDRÉ LUIZ SALES SOARES DE MARIA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E29CA5B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CHANCELA Nº 01/2026

PROCESSO DE SELEÇÃO E CHANCELA DE PROJETOS DE EQUOTERAPIA
PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA) - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO VICENTE/RN

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas na Lei Municipal nº 538/2015 e no Decreto Municipal nº 013/2019, e considerando o disposto no art. 260 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 14.692/2023, na Resolução CONANDA nº 137/2010 e na Lei Federal nº 13.830/2019, TORNA PÚBLICO o presente Edital de Chancela nº 01/2026, destinado exclusivamente à seleção e chancela de projetos de equoterapia apresentados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs, para autorização de captação de recursos por meio do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA de São Vicente/RN.

1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto selecionar e chancelar projetos de EQUOTERAPIA apresentados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs, regularmente constituídas e aptas a atuar na promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, para fins de captação de recursos junto ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA de São Vicente/RN.
1.2. Os projetos deverão ter como objeto exclusivo a oferta de equoterapia a crianças e adolescentes, especialmente aqueles com deficiência, residentes ou atendidos no Município de São Vicente/RN e/ou em sua área de abrangência, conforme justificativa territorial apresentada.
1.3. Para fins deste Edital, equoterapia é o método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência, nos termos da Lei Federal nº 13.830/2019.
1.4. A chancela constitui autorização concedida pelo CMDCA para que a instituição proponente realize captação de recursos destinados exclusivamente à execução do projeto aprovado, não constituindo garantia de financiamento pelo FIA.
1.5. A captação deverá ser realizada pela própria instituição proponente, sendo vedada a captação por terceiros em seu nome sem autorização formal.
1.6. Os recursos captados serão destinados ao FIA e posteriormente repassados à instituição proponente mediante instrumento jurídico próprio, observada a legislação aplicável.
1.7. A aprovação da chancela não autoriza, por si só, o início da execução ou a realização de despesas. A execução dependerá da efetiva captação, do ingresso dos recursos no FIA, da aprovação do plano de trabalho e da formalização do instrumento jurídico de repasse.

2. DOS OBJETIVOS
2.1. fortalecer a política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
2.2. ampliar o acesso de crianças e adolescentes com deficiência a serviços de equoterapia;
2.3. promover desenvolvimento biopsicossocial, inclusão, autonomia, participação e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários;
2.4. estimular a oferta de atendimento especializado, seguro, individualizado e interdisciplinar;
2.5. apoiar iniciativas complementares e/ou inovadoras alinhadas às necessidades identificadas no território;
2.6. estimular a participação da sociedade e do setor privado no financiamento da política de garantia de direitos;
2.7. ampliar a capacidade de captação de recursos para o FIA;
2.8. fortalecer a articulação da rede municipal de atendimento e proteção de crianças e adolescentes;
2.9. promover resultados sociais mensuráveis, sustentáveis e passíveis de monitoramento.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
3.1. O presente Edital observará, no que couber:
a) Constituição Federal;
b) Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
c) Lei Federal nº 14.692/2023;
d) Lei Federal nº 13.830/2019, que dispõe sobre a prática da equoterapia;
e) Lei Federal nº 13.019/2014, quando aplicável ao instrumento de parceria;
f) Resolução CONANDA nº 137/2010 e alterações posteriores;
g) Lei Municipal nº 538/2015;
h) Decreto Municipal nº 013/2019;
i) Resolução CMDCA nº 05/2026, que regulamenta a chancela de projetos no Município de São Vicente/RN;
j) Plano de Ação e Plano de Aplicação do FIA vigentes; e
k) demais normas aplicáveis, inclusive sanitárias, de acessibilidade, segurança, proteção da criança e do adolescente, bem-estar animal e exercício profissional.

3.2. A Lei Federal nº 13.830/2019 estabelece, entre outras condições, avaliação médica, psicológica e fisioterápica; equipe multiprofissional; programas individualizados; registros sistemáticos; instalações apropriadas; cavalo adestrado para uso em equoterapia; equipamentos de proteção; e condições para atendimento de urgência ou remoção quando necessário.
3.3. As exigências específicas de funcionamento e atendimento previstas na legislação deverão ser comprovadas pela OSC na fase de habilitação ou, quando se tratar de estrutura a ser implantada com o projeto, mediante cronograma de adequação e comprovação antes do início dos atendimentos.

4. DO OBJETO ESPECÍFICO E DOS REQUISITOS MÍNIMOS DOS PROJETOS DE EQUOTERAPIA
4.1. Serão admitidos exclusivamente projetos que contemplem a implantação, ampliação, manutenção ou qualificação de serviços de equoterapia destinados a crianças e adolescentes.
4.2. O projeto deverá demonstrar como a equoterapia contribuirá para o desenvolvimento biopsicossocial dos beneficiários e deverá apresentar metodologia compatível com as necessidades individuais do público atendido.
4.3. O projeto deverá prever, de forma compatível com seu porte e finalidade:
a) avaliação e indicação dos beneficiários conforme os requisitos técnicos e legais;
b) programas individualizados e acompanhamento periódico;
c) equipe multiprofissional e profissionais habilitados, conforme a legislação aplicável;
d) procedimentos de segurança para os praticantes, profissionais e demais envolvidos;
e) instalações adequadas e acessíveis ou plano de adequação das instalações;

f) cavalos aptos, adestrados e destinados à atividade de equoterapia, com acompanhamento veterinário e condições adequadas de bem-estar animal;
g) equipamentos de proteção individual e de montaria adequados;
h) registro individualizado das atividades e evolução dos praticantes;
i) protocolo para emergências e remoção para unidade de saúde, quando necessário;
j) procedimentos de higiene, manejo, limpeza e organização das instalações;
k) estratégia de articulação com a família e, quando pertinente, com a rede de saúde, educação e assistência social; e
l) indicadores que permitam demonstrar os resultados alcançados.
4.4. A OSC deverá observar integralmente a legislação e as normas técnicas aplicáveis à equoterapia, inclusive as relacionadas à saúde, acessibilidade, segurança, proteção integral de crianças e adolescentes, bem-estar animal, vigilância sanitária e exercício profissional.

5. DAS DESPESAS ELEGÍVEIS
5.1. Os recursos captados poderão ser aplicados exclusivamente nas despesas necessárias, diretamente vinculadas e previamente aprovadas no plano de trabalho do projeto de equoterapia, observadas a legislação aplicável e as regras do FIA.
5.2. Sem prejuízo de outras despesas legalmente admitidas e tecnicamente justificadas, poderão ser previstos:
a) aquisição de cavalos destinados à equoterapia, desde que tecnicamente justificada, com comprovação de aptidão, origem regular, condições de saúde e bem-estar e acompanhamento veterinário;
b) aquisição de equipamentos de montaria, segurança e proteção individual;
c) aquisição de materiais e insumos utilizados diretamente nas sessões e atividades terapêuticas, educativas e de equitação;
d) alimentação, manejo, cuidados e despesas veterinárias dos cavalos vinculados ao projeto, quando diretamente relacionadas à execução da equoterapia;
e) contratação e remuneração de profissionais necessários à execução do projeto, observada a legislação e o instrumento de parceria;
f) capacitação e formação específica da equipe, quando diretamente vinculadas ao objeto e previstas no plano de trabalho;
g) locação de imóvel, instalações, pista, picadeiro ou estrutura necessária à execução do projeto, quando devidamente justificada;
h) obras, reformas, adequações e melhorias das instalações necessárias à acessibilidade, segurança e funcionamento do serviço, desde que juridicamente admitidas, autorizadas e previstas no plano de trabalho;
i) aquisição de mobiliário, equipamentos, computadores, materiais administrativos e outros bens permanentes diretamente necessários à execução do projeto;
j) despesas com acessibilidade e adaptações para atendimento das crianças e adolescentes com deficiência;
k) serviços de transporte diretamente vinculados à execução do projeto, quando necessários e previstos;
l) despesas de comunicação e divulgação do projeto, quando diretamente vinculadas à captação ou à transparência da iniciativa; e
m) outras despesas indispensáveis à execução do objeto, desde que previamente justificadas, aprovadas e compatíveis com as normas do FIA.
5.3. A aquisição de imóveis, terrenos ou lotes não será admitida quando vedada pela legislação municipal ou pelas normas de aplicação do FIA. A simples previsão no orçamento não gera autorização para sua realização.
5.4. Não poderão ser financiadas despesas estranhas ao objeto, despesas político-partidárias, distribuição de recursos entre dirigentes, despesas não previstas ou não autorizadas e quaisquer gastos incompatíveis com as normas do FIA.
5.5. A previsão de determinada despesa neste Edital não dispensa a OSC de comprovar sua necessidade, razoabilidade, compatibilidade com o objeto e admissibilidade no instrumento jurídico de repasse.

6. DAS ÁREAS DE RESULTADO PRIORITÁRIAS
a) reabilitação e desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes com deficiência;
b) promoção da inclusão e participação social;
c) ampliação da autonomia e das habilidades funcionais;
d) fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
e) promoção da acessibilidade e igualdade de oportunidades;
f) redução de barreiras à participação social;
g) fortalecimento da rede de proteção e atendimento; e
h) ampliação do acesso a serviços especializados inexistentes ou insuficientes no território.

7. DOS PROPONENTES
7.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, regularmente constituídas, sem fins lucrativos, que:
a) possuam personalidade jurídica própria;
b) tenham finalidade estatutária compatível com o objeto do projeto;
c) estejam regularmente constituídas e em funcionamento;
d) estejam inscritas/registradas no CMDCA de São Vicente/RN;
e) estejam adimplentes com suas obrigações perante o Município e o FIA;
f) não possuam pendências de prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do FIA;
g) possuam capacidade técnica e operacional compatível com a execução de projeto de equoterapia;
h) comprovem ou demonstrem capacidade de disponibilizar equipe, instalações, equipamentos e animais necessários à execução, conforme o estágio do projeto; e
i) atendam às demais condições estabelecidas neste Edital.
7.2. Quando a OSC ainda estiver estruturando o serviço, poderá apresentar projeto de implantação, desde que demonstre capacidade de executar as etapas de estruturação e atenda às exigências legais antes do início dos atendimentos.

8. DOS IMPEDIMENTOS
a) organizações que não estejam regularmente constituídas;
b) organizações com prestação de contas pendente perante o Município ou FIA;
c) organizações que tenham tido contas rejeitadas e não tenham regularizado as pendências;
d) organizações que estejam em situação de irregularidade perante o CMDCA;
e) organizações cujos dirigentes estejam impedidos pela legislação;
f) organizações que apresentem documentação falsa ou irregular;
g) organizações que tenham projeto anteriormente chancelado cuja execução tenha sido considerada irregular;
h) organizações que apresentem projeto incompatível com as finalidades do FIA;
i) projetos que não tenham como objeto a equoterapia;
j) projetos que não tenham como público beneficiário crianças e adolescentes, salvo atividades acessórias estritamente justificadas e vinculadas ao atendimento desse público; e
k) organizações ou projetos que pretendam financiar políticas públicas básicas de caráter continuado que disponham de fundo específico, em desacordo com as normas aplicáveis.

9. DOS PROJETOS
Os projetos deverão:
a) estar alinhados às prioridades definidas pelo CMDCA e aos instrumentos de planejamento do FIA;
b) garantir os direitos fundamentais e humanos de crianças e adolescentes;
c) apresentar diagnóstico da demanda por equoterapia no território;
d) identificar o público beneficiário, critérios de inclusão e estimativa de atendimentos;
e) apresentar objetivos geral e específicos;
f) apresentar metodologia detalhada das sessões e demais atividades;
g) demonstrar composição, qualificação e atribuições da equipe;
h) descrever instalações, equipamentos e estrutura disponível ou a ser implantada;
i) apresentar plano de manejo, saúde, segurança e bem-estar dos cavalos;
j) apresentar metas quantitativas e qualitativas;
k) apresentar indicadores de processo, resultado e, quando possível, impacto;
l) apresentar cronograma físico-financeiro;
m) apresentar orçamento detalhado e memória de cálculo;
n) demonstrar capacidade de execução;
o) possuir prazo de execução definido; e

p) demonstrar relevância social para o Município de São Vicente/RN.

10. DO VALOR DOS PROJETOS
10.1. O valor máximo de captação por projeto será de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).
10.2. O valor solicitado deverá corresponder ao orçamento necessário para execução do projeto, incluindo, quando cabível, estrutura, equipamentos, equipe, aquisição e manutenção de cavalos, materiais, locação, adequações e demais despesas elegíveis.
10.3. A instituição poderá apresentar projeto com valor inferior ao limite máximo estabelecido.
10.4. A aprovação do projeto não implica disponibilidade imediata dos recursos.
10.5. A execução ficará condicionada ao efetivo sucesso da captação e à posterior formalização do instrumento de repasse.

11. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
11.1 A instituição deverá apresentar:
11.1.1 Documentação institucional
a) formulário de inscrição (anexo I);
b) estatuto social atualizado;
c) ata de eleição e posse da atual diretoria;
d) documento de identificação e CPF do representante legal;
e) comprovante de inscrição no CNPJ;
f) comprovante de inscrição/registro no CMDCA, quando exigível;
g) certidão de regularidade perante o FGTS;
h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
i) Certidão de Regularidade Fiscal Federal;
j) certidões estadual e municipal, quando aplicáveis;
k) declaração de que não possui pendências de prestação de contas perante o FIA; e
l) declaração de veracidade das informações apresentadas.
11.1.2. Documentação técnica do projeto de equoterapia
a) plano de trabalho (anexo II);
b) orçamento detalhado e memória de cálculo;
c) cronograma de execução e cronograma físico-financeiro;
d) plano de monitoramento e avaliação;
e) matriz de indicadores;
f) plano de segurança dos praticantes;
g) descrição da equipe multiprofissional, com comprovação das qualificações exigidas;
h) descrição das instalações e dos equipamentos disponíveis ou previstos;
i) informações sobre os cavalos a serem utilizados, quando já disponíveis, incluindo quantidade, finalidade, condições de saúde e manejo;
j) plano de manejo e bem-estar animal;
k) plano de comunicação/captação;
l) declaração de capacidade técnica e operacional; e
m) demais documentos eventualmente previstos nos anexos.

12. DA INSCRIÇÃO
12.1. O presente Edital deverá ser publicado e permanecer disponível para ampla divulgação por período mínimo de 10 (dez) dias corridos antes do encerramento do prazo de inscrições, assegurando-se tempo adequado para conhecimento, preparação e participação das Organizações da Sociedade Civil interessadas.
12.2. As inscrições estarão abertas no período de 10/10/2026 a 20/10/2026.
12.3. Toda a Documentação indicada no Capítulo 11 deste edital deverá ser enviada para o endereço eletrônico: cmdca.svrn@gmail.com
12.4. Não serão aceitos documentos apresentados após o prazo estabelecido no cronograma deste Edital.
12.5. A inscrição implicará a aceitação integral e irretratável das disposições constantes neste Edital.

13. DA ANÁLISE E SELEÇÃO
A análise será realizada em três etapas:
13.1. Etapa I – Habilitação documental: verificação da documentação da instituição e do atendimento aos requisitos deste Edital.
13.2. Etapa II – Avaliação técnica: avaliação do mérito e da qualidade do projeto conforme os critérios de pontuação estabelecidos no item 14.
13.3. Etapa III – Deliberação do CMDCA: os projetos classificados serão submetidos à deliberação do Plenário do CMDCA, que decidirá pela aprovação ou não da chancela.

14. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO
14.1. A avaliação terá pontuação máxima de 100 pontos.
a) Relevância social da equoterapia no município – até 15 pontos
b) Alinhamento aos objetivos do item 2 deste Edital – até 10 pontos
c) Qualidade técnica e metodologia de equoterapia – até 15 pontos
d) Segurança, acessibilidade e conformidade da estrutura – até 10 pontos
e) Público alcançado e grau de vulnerabilidade/necessidade – até 10 pontos
f) Potencial de impacto e resultados sociais – até 15 pontos
g) Metas, indicadores e capacidade de mensuração – até 10 pontos
h) Capacidade institucional e equipe multiprofissional – até 10 pontos
i) Viabilidade financeira e relação custo-benefício – até 3 pontos
j) Sustentabilidade e continuidade dos resultados – até 2 pontos

14.2. Na avaliação da metodologia, serão considerados, entre outros aspectos, a individualização do atendimento, a coerência entre objetivos e atividades, a qualificação da equipe, os protocolos de segurança, o acompanhamento dos beneficiários e a adequação dos procedimentos à legislação de equoterapia.
14.3. Na avaliação da estrutura, serão considerados acessibilidade, segurança, condições das instalações, equipamentos, manejo dos animais, atendimento de emergência e adequação do ambiente às necessidades das crianças e adolescentes.
14.4. A ausência de condições mínimas de segurança ou a incompatibilidade do projeto com a Lei Federal nº 13.830/2019 poderá resultar em inabilitação técnica, independentemente da pontuação obtida.

15. DA NOTA DE CORTE
15.1. Serão considerados aptos à chancela os projetos que obtiverem mínimo de 70 pontos, desde que não obtenham pontuação inferior a 50% da pontuação possível em qualquer um dos critérios considerados essenciais pelo CMDCA.
15.2. A obtenção da pontuação mínima não gera direito automático à chancela, ficando a aprovação condicionada à deliberação do Plenário do CMDCA.

16. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
16.1. Em caso de empate na pontuação final, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
a) maior pontuação no critério “Qualidade técnica e metodologia de equoterapia”;
b) maior pontuação no critério “Segurança, acessibilidade e conformidade da estrutura”;
c) maior pontuação no critério “Impacto e resultados sociais”;
d) maior número de crianças e adolescentes diretamente beneficiados, considerando a capacidade técnica de atendimento; e
e) persistindo o empate, decisão do Plenário do CMDCA, devidamente fundamentada.

17. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
17.1. A Comissão de Seleção e Avaliação específica para análise dos projetos deste Edital foi designada pela Resolução nº 006/2025 - CMDCA.
17.2. Compete à Comissão de Avaliação:
a) analisar a documentação;
b) avaliar os projetos;
c) atribuir pontuação;
d) solicitar esclarecimentos ou documentos complementares, quando cabível;
e) realizar, quando necessário, visita técnica para verificação das instalações, equipamentos e condições de execução;
f) elaborar relatório de avaliação; e
g) apresentar resultado ao Plenário do CMDCA.
17.3. É vedada a participação na avaliação de membro que possua interesse direto ou indireto no projeto analisado.

18. DA CHANCELA

18.1. Após a aprovação pelo Plenário do CMDCA, será emitida Declaração/Certificado de Chancela, contendo, no mínimo:
a) nome da instituição;
b) CNPJ;
c) nome do projeto;
d) objeto específico de equoterapia;
e) público beneficiário;
f) valor autorizado para captação;
g) percentual de retenção;
h) prazo de captação;
i) número do processo; e
j) número da deliberação/resolução que aprovou a chancela.

19. DO PERCENTUAL DE RETENÇÃO
19.1. Fica estabelecido o percentual de 20% (vinte por cento) dos recursos efetivamente captados para permanência no Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA.
19.2. A distribuição dos recursos observará os seguintes percentuais:
a) 20% – permanecerão no FIA;
b) 80% – serão destinados à execução do projeto de equoterapia chancelado, observados o valor efetivamente captado, o plano de trabalho aprovado e o instrumento jurídico de repasse.
19.3. O percentual de retenção deverá observar a legislação vigente e as deliberações do CMDCA.

20. DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS
20.1. A captação será realizada exclusivamente pela instituição proponente.
20.2. A instituição poderá apresentar o projeto a pessoas físicas e jurídicas potencialmente doadoras, observada a legislação tributária aplicável.
20.3. A instituição deverá utilizar, em suas ações de captação, exclusivamente as informações e condições constantes da chancela concedida.
20.4. É vedado à instituição:
a) Prometer, oferecer ou garantir ao potencial doador qualquer vantagem não prevista na legislação aplicável;
b) utilizar o nome do CMDCA ou da Prefeitura Municipal de São Vicente/RN para garantir a captação de recursos;
c) alterar o objeto do projeto sem autorização prévia do CMDCA;
d) receber diretamente valores que deveriam ser destinados ao FIA;
e) utilizar recursos captados para finalidade diversa daquela aprovada; e
f) realizar propaganda político-partidária ou eleitoral vinculada ao projeto.
20.5. Os recursos captados deverão ingressar no FIA por meio da conta específica do Fundo, observadas as rotinas e procedimentos estabelecidos pelo Município.

21. DA INDICAÇÃO DO PROJETO PELO DOADOR
O contribuinte poderá indicar o projeto de equoterapia que receberá a destinação, dentre aqueles aprovados pelo Conselho, conforme a legislação aplicável. A indicação deverá ser formalizada de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Município e pelo FIA.

22. DA IDENTIFICAÇÃO DO DOADOR
22.1. O nome do doador somente poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, observada a legislação aplicável.

23. DO PRAZO DE CAPTAÇÃO
23.1. O prazo de captação será de 2 (dois) anos, contado da data de aprovação da chancela do projeto.
23.2. O prazo de captação poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação fundamentada da instituição proponente e deliberação do CMDCA, desde que a prorrogação seja admitida pela legislação vigente.
23.3. A prorrogação de que trata o subitem 23.2 não ocorrerá automaticamente.
23.4. Encerrado o prazo sem captação suficiente para execução do projeto, a chancela será considerada encerrada, salvo decisão expressa em contrário do CMDCA.

24. DA CAPTAÇÃO PARCIAL
24.1. Caso o projeto não alcance 100% do valor autorizado para captação:
a) a instituição deverá comunicar o CMDCA;
b) deverá apresentar proposta de adequação do plano de trabalho, quando necessário;
c) o CMDCA poderá aprovar a execução parcial, desde que sejam preservados o objeto, a segurança dos beneficiários, a finalidade e a viabilidade do projeto; e
d) caso o valor captado seja insuficiente para execução do projeto, o CMDCA poderá determinar sua readequação ou encerramento.
24.2. A concessão da chancela não obriga o FIA a financiar a diferença entre o valor autorizado e o valor efetivamente captado.

25. DA CAPTAÇÃO SUPERIOR AO VALOR APROVADO
25.1. A instituição não poderá utilizar recursos em valor superior ao autorizado sem prévia autorização do CMDCA.
25.2. A captação de recursos em valor superior ao autorizado deverá ser comunicada imediatamente ao CMDCA, que deliberará sobre destinação, observada a legislação aplicável.

26. DO REPASSE DOS RECURSOS
26.1. Os recursos efetivamente captados serão repassados à instituição proponente somente após:
a) a comprovação do ingresso dos recursos no FIA;
b) a retenção do percentual destinado ao Fundo;
c) a aprovação do plano de trabalho;
d) a verificação da regularidade da instituição;
e) a verificação das condições técnicas e legais para execução do projeto de equoterapia; e
f) a formalização do instrumento jurídico de repasse aplicável.

26.2. Quando caracterizada parceria entre Município e OSC com transferência de recursos, deverão ser observadas, quando aplicáveis, as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014.

27. DA EXECUÇÃO E DAS DESPESAS
27.1. Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente nas despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho.
27.2. A aquisição de cavalos, equipamentos, materiais, mobiliário, a realização de adequações em instalações, a contratação de profissionais, as despesas veterinárias, a alimentação dos animais e demais custos somente poderão ocorrer quando previstos e devidamente justificados no plano de trabalho, observadas as normas aplicáveis ao FIA.
27.3. Os animais adquiridos ou mantidos com recursos do projeto deverão ser destinados às atividades de equoterapia, receber acompanhamento veterinário regular e permanecer em condições adequadas de saúde, manejo, segurança e bem-estar.
27.4. É vedada a utilização dos recursos para:
a) despesas estranhas ao objeto do projeto;
b) ações de natureza político-partidária;
c) pagamento de despesas realizadas antes da formalização jurídico aplicável, salvo hipótese legalmente admitida;
d) distribuição de recursos entre dirigentes da instituição;
e) despesas não previstas ou não autorizadas; e
f) outras despesas incompatíveis com as normas do FIA.

28. DAS ALTERAÇÕES DO PROJETO
28.1. Qualquer alteração do objeto, do público beneficiário, das metas, do orçamento, do cronograma, da metodologia, da equipe, da estrutura ou dos indicadores do projeto deverá ser previamente submetida à apreciação do CMDCA, quando exigido pelo instrumento jurídico e pela legislação aplicável.
28.2. É vedada a realização de alteração unilateral que descaracterize o objeto aprovado e chancelado pelo CMDCA.

29. DO MONITORAMENTO
29.1. Para fins de monitoramento e acompanhamento de execução do projeto, O CMDCA poderá realizar:
a) análise de relatórios;
b) visitas técnicas;
c) reuniões de acompanhamento;
d) análise de indicadores;
e) entrevistas com beneficiários e responsáveis;

f) verificação documental;
g) fiscalização in loco das instalações;
h) verificação das condições de segurança, acessibilidade e bem-estar animal; e
i) outras medidas necessárias ao acompanhamento.

29.2. A instituição deverá disponibilizar ao CMDCA, sempre que solicitado, documentos, informações e acessos aos locais de execução do projeto necessários à realização das ações de monitoramento previstas no subitem 29.1.

30. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
30.1. A instituição deverá apresentar prestação de contas da execução do projeto e da aplicação dos recursos recebidos.
30.2. A prestação de contas deverá conter, no mínimo:
a) relatório de execução do objeto;
b) relatório de cumprimento das metas;
c) relatório financeiro;
d) notas fiscais e documentos comprobatórios das despesas realizadas;
e) comprovantes de pagamento;
f) registros fotográficos, quando aplicáveis;
g) lista de presença, quando aplicáveis;
h) registros dos indicadores alcançados;
i) avaliação dos resultados obtidos;
j) documentos relativos à aquisição e à manutenção dos cavalos, quando aplicável;
k) comprovantes de despesas veterinárias e de manejo dos animais, quando aplicável; e
l) demais documentos definidos no instrumento de repasse.
30.3. A prestação de contas será analisada pelo CMDCA e pelos demais órgãos competentes, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
30.4. A não apresentação da prestação de contas, sua apresentação fora do prazo ou a identificação de irregularidades poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

31. DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
31.1. A instituição deverá apresentar:
a) prestação de contas parcial, quando prevista no plano de trabalho ou solicitada pelo CMDCA;
b) prestação de contas anual, para projetos com execução superior a 12 (doze) meses, observadas as disposições do instrumento de parceria e legislação aplicável; e
c) prestação de contas final, em até 90 (noventa) dias após o término da execução do projeto, ou no prazo estabelecido no instrumento jurídico aplicável, observada a legislação vigente.

32. DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
32.1. A análise de prestação de contas poderá resultar em:
a) aprovação;
b) aprovação com ressalvas; ou
c) rejeição.
32.2. A prestação de contas poderá ser rejeitada, entre outras hipóteses, quando houver:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) utilização irregular dos recursos;
c) desvio de finalidade;
d) não execução do objeto;
e) não comprovação das despesas realizadas;
f) descumprimento injustificado das metas estabelecidas;
g) fraude; ou
h) falsidade documental.

33. DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS
33.1. Constatada irregularidade na execução do projeto ou na aplicação dos recursos, a instituição poderá ser obrigada a restituir a devolver os recursos utilizados irregularmente, acrescidos dos encargos legais eventualmente aplicáveis.
33.2. Sem prejuízo da obrigação de restituição dos recursos, poderão ser adotadas as seguintes medidas:
a) suspensão de repasses;
b) cancelamento da chancela;
c) impedimento de participação em novos editais;
d) comunicação aos órgãos de controle; e
e) adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

34. DA TRANSPARÊNCIA
34.1. O CMDCA deverá dar publicidade:
a) ao presente Edital;
b) aos projetos inscritos;
c) aos projetos habilitados;
d) aos projetos aprovados;
e) aos valores autorizados;
f) aos valores efetivamente captados;
g) aos valores retidos pelo FIA;
h) aos valores repassados;
i) aos resultados dos projetos; e
j) às prestações de contas e respectivas decisões.
34.2. A divulgação das informações deverá observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, bem como o sigilo das informações relativas a crianças e adolescentes, quando cabível.

35. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
35.1. Caberá recurso administrativo em face:
a) do resultado da habilitação;
b) do resultado da avaliação técnica; e
c) da classificação final.
35.2. O prazo para interposição de recurso será de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do respectivo resultado.
35.3. Os recursos deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: cmdca.svrn@gmail.com.

36. DO CANCELAMENTO DA CHANCELA
36.1. A chancela poderá ser cancelada nas seguintes hipóteses:
a) ocorrência de fraude ou falsidade documental;
b) desvio de finalidade na execução do projeto;
c) irregularidade na captação de recursos;
d) utilização indevida da marca, do nome ou imagem institucional do CMDCA;
e) irregularidade na prestação de contas;
f) perda das condições de habilitação da instituição;
g) descumprimento das disposições previstas neste Edital;
h) execução de atividades de equoterapia em desconformidade com as exigências legais e as condições de segurança aplicáveis; ou
i) utilização inadequada dos animais ou prática de maus-tratos aos animais vinculados ao projeto.

37. DA RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE
37.1. A instituição proponente será integralmente responsável:
a) pela veracidade das informações prestadas;
b) pela captação de recursos;
c) pela execução do projeto;
d) pela correlata aplicação dos recursos recebidos;
e) pela prestação de contas;
f) pelo cumprimento da legislação aplicável;
g) pela guarda e conservação dos documentos relacionados ao projeto;
h) pela segurança dos beneficiários;
i) pela manutenção das condições técnicas e legais necessárias à execução do projeto;
j) pelo cuidado, pela saúde e pelo bem-estar dos animais utilizados no projeto; e
k) pela divulgação adequada do projeto.

38. DO CRONOGRAMA
38.1. O processo de seleção observará o seguinte cronograma:

ETAPA	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital	08/10/2026
Período de inscrições	10/10/2026 a 20/10/2026
Análise documental	21/10/2026
Divulgação da habilitação	26/10/2026
Prazo para recursos contra a habilitação	26/10/2026 a 30/10/2026
Avaliação dos projetos	03/11/2026 a 06/11/2026
Divulgação do resultado preliminar	09/11/2026
Prazo para recursos contra o resultado preliminar	09/11/2026 a 13/11/2026
Divulgação do resultado final	16/11/2026
Deliberação do CMDCA	20/11/2026
Publicação das chancelas	20/11/2026

39. DO PRAZO PARA FORMALIZAÇÃO E REPASSE DOS RECURSOS:

39.1. Após a efetiva captação e o ingresso dos recursos na conta específica do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, o CMDCA, em conjunto com o órgão municipal responsável pela gestão administrativa e financeira do Fundo, terá o prazo de até 90 (noventa) dias para adotar as providências necessárias à formalização do instrumento jurídico de repasse e efetivar a transferência dos recursos à Organização da Sociedade Civil proponente, desde que cumpridos todos os requisitos legais, administrativos, orçamentários e documentais exigidos para a celebração da parceria.
39.2. O prazo previsto no subitem 39.1 será contado a partir da comprovação do efetivo ingresso dos recursos no FIA e do cumprimento, pela Organização da Sociedade Civil, de todas as condições necessárias à formalização do instrumento jurídico de repasse.
39.3. Não serão computados no prazo previsto no subitem 39.1 os períodos decorrentes de pendências documentais, irregularidades ou outras providências cuja responsabilidade seja da organização proponente.

São Vicente/RN, 08 de outubro de 2026

CILLANE MAYARA DE MEDEIROS LOPES FURTADO
Presidente do CMDCA

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
Nome:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Representante legal:
CPF:
Cargo:
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE EQUOTERAPIA
Nome do projeto:
Valor total:
Valor solicitado para captação:
Prazo de execução:
Número de crianças e adolescentes beneficiários diretos:
Número de beneficiários indiretos:
Território de execução:
Quantidade estimada de sessões/atendimentos:
Tipo de público e principais necessidades atendidas:
Quantidade de cavalos a serem utilizados:
Situação da estrutura física: ( ) existente ( ) a adequar ( ) a implantar

_____
Assinatura do Representante Legal da Instituição

ANEXO II – PLANO DE TRABALHO
Título do Projeto de Equoterapia
Objeto: Descrição objetiva do projeto de equoterapia.
Problema: Diagnóstico da demanda e situação que se pretende enfrentar.
Justificativa: Fundamentação da necessidade e relevância do projeto.
Público-alvo: Perfil, quantidade e critérios de atendimento.
Objetivo geral: Resultado amplo pretendido.
Objetivos específicos: Mudanças e entregas específicas.
Metas: Metas quantitativas e qualitativas.
Atividades: Descrição das sessões e demais ações.
Equipe: Profissionais, funções e qualificações.
Estrutura e equipamentos: Instalações, acessibilidade e equipamentos.
Cavalos: Quantidade, origem, finalidade, saúde, manejo e bem-estar.
Segurança: Protocolos e medidas de proteção.
Indicadores: Indicadores, fórmula, fonte de verificação e periodicidade.
Resultados esperados: Resultados de curto e médio prazo.
Cronograma: Etapas, prazos e responsáveis.
Orçamento: Despesas, quantidades, valores unitários e totais.
Plano de aplicação dos recursos: Como os recursos serão utilizados, inclusive aquisição de animais e adequações, quando cabíveis.
Monitoramento e avaliação: Mecanismos de acompanhamento.
Prestação de contas: Documentos e evidências previstos.

ANEXO IV – MATRIZ DE INDICADORES SUGERIDA
• Processo: número de crianças/adolescentes avaliados; número de sessões realizadas; percentual de frequência; número de profissionais capacitados; número de sessões por beneficiário.
• Resultado: evolução dos objetivos individualizados; percentual de metas individuais alcançadas; avaliação de familiares/responsáveis; evolução de habilidades funcionais ou psicossociais conforme instrumento técnico adotado pela equipe.
• Impacto: permanência no atendimento; evolução da participação social e autonomia; redução de barreiras à participação; percepção de qualidade de vida, quando tecnicamente mensurável.

Os indicadores deverão respeitar a natureza da equoterapia, ser tecnicamente justificáveis e preservar a confidencialidade dos dados dos beneficiários.

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:7A4FE4FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a regulamentação do procedimento de chancela de projetos para captação de recursos por meio do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA de São Vicente/RN, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE SÃO VICENTE/RN, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Federal nº 14.692, de 3 de outubro de 2023, a Lei Municipal nº 538, de 5 de maio de 2015, e o Decreto Municipal nº 013, de 15 de maio de 2019,

CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 88, 260 e seguintes da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a alteração promovida pela Lei Federal nº 14.692/2023 no art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente os §§ 2º-A e 2º-B, que possibilitam a indicação de projetos pelos contribuintes e a chancela de projetos ou banco de projetos pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que a chancela constitui autorização para captação de recursos por meio do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente destinados à execução de projetos aprovados pelo Conselho;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, especialmente seu art. 13, que estabelece parâmetros para a chancela de projetos, inclusive quanto ao percentual de retenção e ao prazo de captação;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 538/2015 atribui ao CMDCA a competência para cogestão do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, alocação de recursos para programas de entidades governamentais e não governamentais e fixação dos critérios de utilização dos recursos do Fundo;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 013/2019 atribui ao CMDCA competência para elaborar editais fixando procedimentos e critérios para aprovação de projetos financiados com recursos do FIA;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a captação de recursos para o FIA e fortalecer a participação da sociedade civil, das pessoas físicas e das pessoas jurídicas na promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO as deliberações da reunião ordinária deste Conselho ocorrida no dia 10 de setembro de 2026;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução regulamenta, no âmbito do Município de São Vicente/RN, o procedimento de chancela de projetos para captação de recursos por meio do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA.

Art. 2º A chancela constitui autorização concedida pelo CMDCA para que a organização da sociedade civil ou entidade proponente possa captar recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, por meio do FIA, destinados exclusivamente à execução de projeto previamente aprovado e chancelado pelo Conselho.
§ 1º A chancela não constitui garantia de financiamento do projeto pelo FIA.
§ 2º A captação de recursos será de responsabilidade da instituição proponente.
§ 3º A aprovação e a chancela do projeto não asseguram a captação integral dos recursos previstos na proposta.
§ 4º O projeto somente poderá ser executado com recursos captados na forma desta Resolução após a formalização do instrumento jurídico de repasse cabível.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DA CHANCELA

Art. 3º São objetivos da chancela:
I – ampliar a captação de recursos destinados ao FIA;
II – estimular a participação de pessoas físicas e jurídicas no financiamento da política municipal de promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente;
III – financiar projetos alinhados às prioridades estabelecidas pelo CMDCA;
IV – fortalecer organizações da sociedade civil que atuem na garantia dos direitos da criança e do adolescente;
V – incentivar projetos complementares ou inovadores que contribuam para a superação de situações de vulnerabilidade e violação de direitos;
VI – promover transparência, participação social e controle na aplicação dos recursos do FIA;
VII – contribuir para a implementação das prioridades estabelecidas no Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Plano de Ação e Plano de Aplicação do FIA.

CAPÍTULO III - DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º O procedimento de chancela observará os seguintes princípios da:
I – legalidade;
II – impessoalidade;
III – moralidade;
IV – publicidade;
V – eficiência;
VI – transparência;
VII – isonomia;
VIII – interesse público;
IX – prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;
X – proteção integral;
XI – participação e controle social;
XII – julgamento objetivo.

CAPÍTULO IV - DOS PROJETOS PASSÍVEIS DE CHANCELA

Art. 5º Poderão ser submetidos à chancela projetos que:
I – estejam em consonância com a legislação de proteção dos direitos da criança e do adolescente;
II – estejam alinhados às prioridades definidas pelo CMDCA;
III – contribuam para a garantia dos direitos fundamentais e humanos das crianças e dos adolescentes;
IV – sejam executados no território do Município de São Vicente/RN ou beneficiem diretamente crianças e adolescentes residentes no Município;
V – apresentem objetivos, metas, indicadores, metodologia, cronograma físico-financeiro e orçamento compatíveis com o objeto proposto;
VI – demonstrem viabilidade técnica, operacional e financeira;
VII – sejam compatíveis com as finalidades do FIA.

Art. 6º Os projetos deverão estar vinculados a pelo menos um dos eixos prioritários definidos pelo CMDCA no respectivo edital de seleção, observadas as prioridades estabelecidas no Plano de Ação e no Plano de Aplicação do FIA.

Art. 7º Não serão admitidos projetos destinados exclusivamente:
I – ao financiamento continuado de políticas públicas básicas que disponham de orçamento ou fundo específico;
II – ao pagamento de despesas ordinárias de manutenção do Poder Público;
III – ao custeio das atividades regulares do CMDCA ou Conselho Tutelar;
IV – a despesas estranhas às finalidades do FIA;
V – a ações que não tenham relação direta com a promoção, proteção, defesa ou garantia dos direitos da criança e do adolescente.
Parágrafo único. As vedações previstas neste artigo deverão ser observadas sem prejuízo das demais restrições estabelecidas na legislação federal, estadual e municipal e nos atos normativos do CMDCA.

CAPÍTULO V - DAS ORGANIZAÇÕES PROPONENTES

Art. 8º Poderão apresentar projetos para chancela as organizações da sociedade civil regularmente constituídas, sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos previstos nesta Resolução, no edital específico e na legislação aplicável.
§ 1º A organização proponente deverá estar regularmente inscrita no CMDCA de São Vicente/RN, quando exigível pela legislação aplicável.
§ 2º A organização deverá demonstrar capacidade técnica e operacional compatível com a execução do projeto.

Art. 9º Não poderão participar do processo de chancela organizações:
I – que estejam com pendências na prestação de contas de recursos recebidos do FIA;
II – que tenham tido suas contas rejeitadas, quando não sanadas as irregularidades;
III – que estejam impedidas de celebrar parceria com o Poder Público, nos termos da legislação vigente;
IV – que apresentem irregularidades cadastrais ou documentais não sanadas no prazo estabelecido no edital;
V – que estejam em situação incompatível com os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 13.019/2014, quando aplicável.

CAPÍTULO VI - DO PROCESSO DE CHANCELA

Art. 10. A seleção de projetos para chancela será realizada mediante Edital de Chancela, aprovado pelo plenário do CMDCA e publicado nos meios oficiais de divulgação do Município.

Art. 11. O Edital de Chancela deverá estabelecer, no mínimo:
I – objeto;
II – público-alvo;
III – eixos prioritários;
IV – requisitos de participação;
V – documentação exigida;
VI – prazo e forma de apresentação dos projetos;
VII – metodologia de avaliação;
VIII – critérios e pesos de pontuação;
IX – valor máximo e/ou mínimo dos projetos, quando definido;
X – prazo de execução;
XI – prazo de captação;

XII – percentual de retenção destinado ao FIA;
XIII – regras para captação;
XIV – regras de monitoramento;
XV – regras de prestação de contas;
XVI – hipóteses de desclassificação, suspensão ou cancelamento da chancela;
XVII – procedimentos para recursos administrativos;
XVIII – demais condições necessárias à execução do procedimento.

CAPÍTULO VII - DAS DESPESAS E ITENS FINANCIÁVEIS

Art. 12. Os recursos destinados aos projetos chancelados poderão ser aplicados, desde que previstos no projeto, no plano de trabalho e no orçamento aprovado pelo CMDCA, nas despesas necessárias à execução do objeto, incluindo:
I – obras, reformas, adequações, ampliações e melhorias de espaços destinados às ações do projeto;
II – aquisição de equipamentos, máquinas, mobiliário, materiais permanentes e materiais de consumo;
III – aquisição de materiais pedagógicos, esportivos, terapêuticos, didáticos, de acessibilidade e outros necessários às atividades;
IV – contratação de serviços de terceiros, profissionais, instrutores, técnicos e demais serviços diretamente vinculados ao projeto;
V – locação de imóveis, espaços, equipamentos, veículos e outros bens necessários à execução das atividades;
VI – aquisição, manejo, alimentação, cuidados veterinários, transporte e demais despesas necessárias à manutenção de animais utilizados em atividades de equoterapia ou outras metodologias assistidas por animais, observadas as exigências legais e sanitárias aplicáveis;
VII – aquisição de animais destinados exclusivamente à execução de projetos de equoterapia ou outras ações assistidas por animais, desde que tecnicamente justificada, prevista no plano de trabalho e autorizada pelo CMDCA;
VIII – despesas de transporte, alimentação, hospedagem, comunicação, divulgação, capacitação e outras diretamente vinculadas à execução do projeto;
IX – aquisição de terrenos ou imóveis, quando indispensável à execução do objeto, devidamente justificada e previamente aprovada pelo CMDCA, observadas as exigências legais;
X – outras despesas diretamente relacionadas ao objeto e necessárias ao alcance das metas, desde que previstas no plano de trabalho e aprovadas pelo CMDCA.
§ 1º A utilização dos recursos ficará limitada às despesas compatíveis com a finalidade do FIA, com o objeto aprovado e com a legislação aplicável.
§ 2º A aquisição de imóveis, terrenos ou animais deverá ser acompanhada de justificativa de necessidade, economicidade, adequação e sustentabilidade da despesa, além da documentação exigida pelo instrumento jurídico e pelo edital.
§ 3º É vedada a utilização dos recursos para despesas não previstas ou não autorizadas, bem como para finalidade diversa da aprovada pelo CMDCA.

CAPÍTULO VIII - DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 13. O CMDCA instituirá Comissão de Seleção para análise e avaliação dos projetos apresentados ao processo de chancela.
§ 1º A composição da Comissão será definida por ato próprio do CMDCA.
§ 2º Os membros da Comissão deverão declarar eventual situação de impedimento ou conflito de interesses em relação às organizações ou projetos avaliados.
§ 3º O membro que possuir interesse direto ou indireto na proposta deverá se declarar impedido e não poderá participar da análise, avaliação ou deliberação relativa ao projeto.

Art. 14. Compete à Comissão:
I – analisar a documentação apresentada;
II – avaliar o mérito dos projetos;
III – aplicar os critérios de pontuação previstos no edital;
IV – solicitar esclarecimentos ou diligências, quando permitido pelo edital;
V – elaborar relatório de avaliação;
VI – apresentar ao plenário do CMDCA a classificação final dos projetos.

CAPÍTULO IX - DA APROVAÇÃO E DA CHANCELA

Art. 15. A aprovação dos projetos e a concessão da chancela dependerão de deliberação do plenário do CMDCA.

Art. 16. A decisão do CMDCA será formalizada por meio de Resolução ou outro ato administrativo próprio, contendo, no mínimo:
I – identificação da organização proponente;
II – título do projeto;
III – valor autorizado para captação;
IV – prazo de captação;
V – percentual de retenção destinado ao FIA;
VI – prazo de execução;
VII – demais condições específicas estabelecidas pelo CMDCA.

Art. 17. A chancela autoriza a organização proponente a realizar a captação de recursos por meio do FIA exclusivamente para o projeto aprovado.
Parágrafo único. É vedada a utilização da chancela para captação de recursos destinados a finalidade diversa daquela aprovada pelo CMDCA.

CAPÍTULO X - DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 18. A captação de recursos será realizada pela organização proponente, diretamente junto a potenciais doadores, observadas as regras estabelecidas nesta Resolução, no edital e na legislação vigente.

Art. 19. O contribuinte poderá indicar o projeto que receberá a destinação dos recursos entre aqueles aprovados e chancelados pelo CMDCA, nos termos do art. 260, § 2º-A, do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo a possibilidade de indicação do projeto pelo contribuinte sido expressamente introduzida pela Lei Federal nº 14.692/2023.

Art. 20. Todos os recursos destinados aos projetos chancelados deverão ser depositados na conta bancária oficial do FIA, vedado o recebimento direto pela organização proponente fora dos procedimentos definidos pelo CMDCA e pela Administração Municipal.

Art. 21. A organização proponente poderá realizar ações de mobilização e divulgação para captação de recursos, desde que:
I – não ofereça vantagem indevida ao doador;
II – não condicione a execução de políticas públicas à realização da doação;
III – não utilize informações enganosas;
IV – observe a identidade visual e as orientações institucionais definidas pelo CMDCA;
V – deixe claro que a chancela representa autorização para captação e não garantia de financiamento.

CAPÍTULO XI - DO PERCENTUAL DE RETENÇÃO

Art. 22. Sobre os recursos efetivamente captados para cada projeto chancelado será retido o percentual de 20% (vinte por cento), destinado ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, para aplicação conforme as prioridades estabelecidas pelo CMDCA e respectivo Plano de Aplicação.
§ 1º O percentual de 80% (oitenta por cento) será destinado à execução do projeto que originou a captação.
§ 2º A retenção incidirá sobre o valor efetivamente captado e ingressado no FIA.
§ 3º Os recursos correspondentes à retenção não poderão ser utilizados pela organização proponente.

CAPÍTULO XII - DO PRAZO DE CAPTAÇÃO

Art. 23. O prazo para captação de recursos será de 2 (dois) anos, contado da publicação do ato de chancela.

§ 1º O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação fundamentada da organização proponente e aprovação do CMDCA.

§ 2º A ausência de captação ou a captação insuficiente não gera obrigação de complementação dos recursos pelo FIA.
§ 3º Encerrado o prazo sem captação suficiente, o projeto perderá a autorização de captação, salvo se houver prorrogação regularmente aprovada.

CAPÍTULO XIII - DO REPASSE DOS RECURSOS

Art. 24. Os recursos captados serão repassados à organização proponente mediante formalização do instrumento jurídico adequado, observada a legislação vigente.
§ 1º A liberação dos recursos dependerá, entre outros requisitos:
I – da regularidade da organização;
II – da aprovação do plano de trabalho;
III – da inexistência de impedimentos legais;
IV – da comprovação da captação;
V – da deliberação do CMDCA;
VI – da disponibilidade financeira do FIA;
VII – do cumprimento das demais exigências legais e administrativas.
§ 2º A formalização da parceria e o repasse dos recursos observarão, quando aplicável, a Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas que disciplinem as parcerias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil.

Art. 25. O valor efetivamente repassado será limitado ao montante efetivamente captado e destinado ao projeto, descontado o percentual de retenção previsto no art. 22 desta Resolução.

CAPÍTULO XIV - DA EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 26. A organização proponente deverá executar o projeto em conformidade com:
I – projeto aprovado;
II – plano de trabalho;
III – orçamento aprovado;
IV – metas e indicadores;
V – cronograma físico-financeiro;
VI – instrumento jurídico celebrado;
VII – legislação aplicável.

Art. 27. O CMDCA realizará o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos financiados mediante chancela.
Parágrafo único. O monitoramento poderá compreender:
I – análise de relatórios;
II – análise de indicadores;
III – análise financeira;
IV – visitas técnicas;
V – reuniões de acompanhamento;
VI – solicitação de documentos e informações;
VII – outras medidas necessárias ao acompanhamento da execução.

Art. 28. A organização proponente deverá comunicar imediatamente ao CMDCA qualquer fato que possa comprometer a execução do projeto, o cumprimento das metas ou a aplicação regular dos recursos.

CAPÍTULO XV - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 29. A organização proponente deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida no instrumento jurídico, no edital e na legislação aplicável.

Art. 30. A prestação de contas deverá demonstrar:
I – execução do objeto;
II – cumprimento das metas;
III – alcance dos resultados;
IV – aplicação dos recursos;
V – compatibilidade das despesas com o plano de trabalho;
VI – documentação comprobatória das despesas;
VII – demais informações exigidas pelo CMDCA e pela Administração Municipal.

Art. 31. A existência de pendências ou irregularidades na prestação de contas poderá ensejar:
I – suspensão de novos repasses;
II – suspensão ou cancelamento da chancela;
III – impedimento de participação em novos processos;
IV – restituição de recursos;
V – adoção das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

CAPÍTULO XVI - DA TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE

Art. 32. O CMDCA dará publicidade, nos meios oficiais disponíveis, às informações relativas aos projetos chancelados, observadas as normas de proteção de dados pessoais e demais restrições legais.
Parágrafo único. Deverão ser divulgados, sempre que aplicável:
I – edital;
II – projetos apresentados;
III – projetos aprovados e chancelados;
IV – nome das organizações proponentes;
V – valores autorizados para captação;
VI – valores efetivamente captados;
VII – percentual e valor destinado ao FIA;
VIII – situação da execução;
IX – resultados alcançados;
X – prestação de contas.

CAPÍTULO XVII - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 33. Caberá recurso contra as decisões proferidas no processo de seleção, nos prazos e condições estabelecidos no edital.
§ 1º O recurso deverá ser apresentado por escrito e devidamente fundamentado.
§ 2º O edital estabelecerá os prazos para apresentação, análise e julgamento dos recursos.
§ 3º O julgamento dos recursos caberá à instância definida no edital, respeitada a competência deliberativa do CMDCA.

CAPÍTULO XVIII - DO CANCELAMENTO DA CHANCELA

Art. 34. A chancela poderá ser cancelada pelo CMDCA, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:
I – constatada irregularidade grave na documentação apresentada;
II – houver desvio de finalidade;
III – houver utilização indevida da autorização de captação;
IV – forem prestadas informações falsas;
V – houver descumprimento injustificado das condições estabelecidas;
VI – houver alteração substancial do projeto sem autorização do CMDCA;
VII – forem identificadas irregularidades na aplicação dos recursos;
VIII – houver outras situações que comprometam a legalidade, legitimidade ou finalidade do projeto.
§ 1º O cancelamento da chancela implicará a suspensão imediata de novas captações vinculadas ao projeto.
§ 2º Os recursos já captados serão tratados conforme a legislação aplicável e deliberação do CMDCA, observada a finalidade para a qual foram destinados.

CAPÍTULO XIX - DOS CONFLITOS DE INTERESSE

Art. 35. É vedada a participação, na análise, julgamento ou deliberação de projeto, de conselheiro ou membro de comissão que possua interesse direto ou indireto na organização proponente ou no projeto.
§ 1º O impedimento deverá ser registrado em ata.
§ 2º O conselheiro impedido não participará da discussão nem da votação da matéria.

CAPÍTULO XX - DO BANCO DE PROJETOS

Art. 36. O CMDCA poderá, mediante edital específico, instituir Banco de Projetos Chancelados, composto por projetos previamente aprovados e autorizados para captação de recursos.

§ 1º O Banco de Projetos deverá observar as mesmas regras estabelecidas nesta Resolução.
§ 2º O CMDCA poderá estabelecer critérios específicos de priorização, atualização e retirada de projetos do Banco.

CAPÍTULO XXI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. O CMDCA poderá editar normas complementares necessárias à execução desta Resolução.

Art. 38. O Edital de Chancela constituirá instrumento complementar a esta Resolução e deverá observar integralmente suas disposições.

Art. 39. Os casos omissos serão deliberados pelo plenário do CMDCA, observada a legislação federal, estadual e municipal aplicável.

Art. 40. Esta Resolução não substitui os procedimentos administrativos necessários à formalização de parceria e ao repasse de recursos do FIA, que deverão observar a legislação específica aplicável.

Art. 41. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2026.

CILLANE MAYARA DE MEDEIROS LOPES FURTADO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5130B47B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a composição da Comissão de Seleção para análise e avaliação dos projetos de equoterapia referente ao Edital de Chancela 001/2026 – CMDCA para captação de recursos por meio do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA de São Vicente/RN, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE SÃO VICENTE/RN, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Federal nº 14.692, de 3 de outubro de 2023, a Lei Municipal nº 538, de 5 de maio de 2015, e o Decreto Municipal nº 013, de 15 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a composição da Comissão de Seleção para análise e avaliação dos projetos de equoterapia referente ao Edital de Chancela 001/2026 – CMDCA para captação de recursos por meio do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA de São Vicente/RN, sendo os seguintes membros:
I – Cillane Mayara de Medeiros Lopes Furtado
II – Alysson Simonsem Nonato
III – Judivanda Kênia Fernandes de Azevedo
IV – Clenilda Maria de Araújo
V – Jocilene de Medeiros Marinho Santos

Art. 2º Compete à Comissão:
I – analisar a documentação apresentada;
II – avaliar o mérito dos projetos;
III – aplicar os critérios de pontuação previstos no edital;
IV – solicitar esclarecimentos ou diligências, quando permitido pelo edital;
V – realizar, quando necessário, visita técnica para verificação das instalações, equipamentos e condições de execução;
VI – elaborar relatório de avaliação;
VII – apresentar ao plenário do CMDCA a classificação final dos projetos.

Art. 3º As funções dos membros da Comissão de Seleção para análise e avaliação dos projetos de equoterapia referente ao Edital de Chancela 001/2026 – CMDCA não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Vicente/RN, 07 de outubro de 2026.

CILLANE MAYARA DE MEDEIROS LOPES FURTADO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:4E8F8905

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 158/2026 - SMARH/RH

EXONERA O CARGO COMISSIONADO DE SUBCOORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o que estabelece o Art. 71 Parágrafo Único DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN;

CONSIDERANDO o teor do Art. 79 Inciso I Alínea "a" da Lei nº 258/98 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. **EMERSON MATHEUS FERREIRA BARROS,** CPF Nº xxx.321.114-xx, nomeado através da portaria nº 002/2023 - ADM/RH, em 03 de janeiro de 2023, do cargo comissionado de SUBCOORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor em 30 de setembro de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contidas na portaria Nº 002/2023 - ADM/RH, declarando-se a vacância do cargo comissionado.

Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 30 de setembro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:99EDE2A1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 159/2023 - SMARH/RH

Nomeia o cargo comissionado de SUBCOORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS, adiante nominado.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais;

CONSIDERANDO o Art. 71, Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município de São Vicente/RN;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 002/2009 de 06 de abril de 2009 - Que Disciplina a Organização Administrativa e a competência geral dos órgãos da administração pública municipal.

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear a Sra. **MARIA GRACIENE BATISTA DE MELO**, para exercer o cargo comissionado de **SUBCOORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS.**

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor em 06 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se

São Vicente/RN, 06 de outubro de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:6049507B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO - PORTARIA Nº 159/2026 - SMARH/RH

que presta **MARIA GRACIENE BATISTA DE MELO**, na forma abaixo:

Aos seis dias do mês de outubro de 2026, compareceu o (a) Sr (a): **MARIA GRACIENE BATISTA DE MELO**, por ter sido nomeado(a) para o cargo de **SUBCOORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS**, através da PORTARIA Nº 159/2026 - SMARH/RH, de 06 de outubro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, vindo prestar o devido compromisso de bem e fielmente desempenhar as atribuições, sendo conhecedor da Legislação que define os direitos, deveres e responsabilidades inerentes ao referido cargo.

Prefeitura Municipal de São Vicente/RN, 06 de outubro de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

MARIA GRACIENE BATISTA DE MELO
Empossada

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:9755E7D8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 107/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO EM FACE DA EMPRESA DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. E DESIGNA COMISSÃO PROCESSANTE."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, no exercício de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto às infrações administrativas, às sanções aplicáveis e ao processo de responsabilização;

CONSIDERANDO a Ata de Registro de Preços nº 017/2026, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 006/2026, o Contrato Administrativo nº 065/2026 e a Ordem de Compra nº 1.344/2026, vinculados ao Processo Administrativo nº 048/2026;

CONSIDERANDO que a empresa **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**., inscrita no CNPJ sob nº 01.417.694/0001-20, foi contratada para o fornecimento contínuo e parcelado de medicamentos destinados à Farmácia Básica Municipal;

CONSIDERANDO que a Ordem de Compra nº 1.344/2026 foi emitida em 10 de julho de 2026 e que a documentação constante dos autos registra fornecimento parcial por meio da Nota Fiscal Eletrônica nº 000101113, no valor de R$ 4.526,84, sem comprovação, até a análise administrativa realizada, do cumprimento integral da obrigação;

CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo nº 065/2026 estabelece prazo de até 7 (sete) dias úteis após a emissão da Ordem de Compra para a entrega dos produtos, além do dever de comunicação prévia e comprovada dos motivos impeditivos do cumprimento do prazo;

CONSIDERANDO as Notificações Administrativas expedidas em 3 e 17 de agosto de 2026, as justificativas apresentadas pela empresa em 7 e 21 de agosto de 2026 e os demais documentos reunidos no processo;

CONSIDERANDO o Ofício nº 11/2026, da Controladoria Geral do Município, o Ofício nº 105/2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e o despacho do Prefeito Municipal de 23 de setembro de 2026, que autorizou a instauração do processo administrativo de responsabilização;

CONSIDERANDO que a instauração do processo não implica reconhecimento de responsabilidade, devendo a apuração observar o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a motivação, a proporcionalidade e a análise individualizada das circunstâncias do caso;

CONSIDERANDO que a possível aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar exige processo de responsabilização conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, nos termos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**., inscrita no CNPJ sob nº 01.417.694/0001-20, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 2.103, Bairro Zacarias, Caratinga/MG, CEP 35.300-571, para apurar possível descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços nº 017/2026, no Contrato Administrativo nº 065/2026 e na Ordem de Compra nº 1.344/2026.

Art. 2º. Constituem objeto da apuração, sem prejuízo de outros fatos conexos que sejam identificados no curso da instrução:
I – a eventual entrega parcial dos medicamentos requisitados na Ordem de Compra nº 1.344/2026;
II – o eventual atraso na entrega dos itens remanescentes, considerando o prazo contratual de 7 (sete) dias úteis contado da emissão da ordem de compra;
III – a suficiência, a pertinência e a comprovação das justificativas apresentadas pela empresa, especialmente as alegações de atraso de fornecedores, fabricantes e da cadeia de abastecimento;
IV – a existência, ou não, de comunicação prévia à Administração, no prazo contratualmente previsto, acompanhada da documentação comprobatória pertinente;
V – a extensão do eventual inadimplemento, os itens efetivamente entregues, os itens pendentes, o período de atraso e os possíveis prejuízos ou riscos à continuidade do abastecimento da Farmácia Básica Municipal; e
VI – a eventual configuração das infrações administrativas previstas nos incisos I e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou de outra infração que venha a ser devidamente demonstrada nos autos, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 prevê:

ART. 155. O LICITANTE OU O CONTRATADO SERÁ RESPONSABILIZADO ADMINISTRATIVAMENTE PELAS SEGUINTES INFRAÇÕES: I - DAR CAUSA À INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO; II - DAR CAUSA À INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO QUE CAUSE GRAVE DANO À ADMINISTRAÇÃO, AO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS OU AO INTERESSE COLETIVO; III - DAR CAUSA À INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO; IV - DEIXAR DE ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CERTAME; V - NÃO MANTER A PROPOSTA, SALVO EM DECORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO; VI - NÃO CELEBRAR O CONTRATO OU NÃO ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO, QUANDO CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DE SUA PROPOSTA; VII - ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO OU DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO SEM MOTIVO JUSTIFICADO; VIII - APRESENTAR DECLARAÇÃO OU DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME OU PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA DURANTE A LICITAÇÃO OU A EXECUÇÃO DO CONTRATO; IX - FRAUDAR A LICITAÇÃO OU PRATICAR ATO FRAUDULENTO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO; X - COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE DE QUALQUER NATUREZA; XI - PRATICAR ATOS ILÍCITOS COM VISTAS A FRUSTRAR OS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO; XII - PRATICAR ATO LESIVO PREVISTO NO ART. 5º DA LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

Art. 3º. Designar, para conduzir o Processo Administrativo de Responsabilização, a comissão composta pelos seguintes servidores:
I – **VANESSA RAFAELY FERREIRA DE MORAIS MOREIRA**, matrícula nº 1501577, que exercerá a presidência;
II – **ELISANIO ARAUJO**, matrícula nº 901679, que exercerá a função de membro.

Parágrafo único. A eficácia da presente designação fica condicionada à confirmação, pela unidade competente, de que os servidores atendem ao requisito legal de estabilidade previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a respectiva comprovação ser juntada aos autos.

Art. 4º. Compete à comissão:
I – promover a autuação e a organização dos documentos relacionados aos fatos;
II – examinar a documentação já produzida e requisitar, motivadamente, os documentos, informações e esclarecimentos necessários à elucidação dos fatos;
III – intimar a empresa para apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
IV – apreciar os requerimentos de prova, deferindo os meios pertinentes e necessários e indeferindo, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
V – realizar as diligências e os atos de instrução necessários, inclusive a conferência dos itens entregues e pendentes, dos documentos fiscais, dos comprovantes de transporte e recebimento e das comunicações mantidas entre as partes;
VI – assegurar à empresa o acesso aos autos, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, e garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa;
VII – elaborar relatório final conclusivo, com exame dos fatos, das provas, das alegações da empresa, da eventual responsabilidade, das circunstâncias atenuantes e agravantes e da sanção eventualmente cabível, encaminhando-o à autoridade competente para decisão; e
VIII – praticar os demais atos necessários ao regular desenvolvimento da apuração, observadas as competências legalmente atribuídas à autoridade julgadora.

Art. 5º. A empresa deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
O art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece:

ART. 158. A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS III E IV DO CAPUT DO ART. 156 DESTA LEI REQUERERÁ A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO, A SER CONDUZIDO POR COMISSÃO COMPOSTA DE 2 (DOIS) OU MAIS SERVIDORES ESTÁVEIS, QUE AVALIARÁ FATOS E CIRCUNSTÂNCIAS CONHECIDOS E INTIMARÁ O LICITANTE OU O CONTRATADO PARA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, CONTADO DA DATA DE INTIMAÇÃO, APRESENTAR DEFESA ESCRITA E ESPECIFICAR AS PROVAS QUE PRETENDA PRODUZIR. § 1º EM ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CUJO QUADRO FUNCIONAL NÃO SEJA FORMADO DE SERVIDORES ESTATUTÁRIOS, A COMISSÃO A QUE SE REFERE O CAPUT DESTE ARTIGO SERÁ COMPOSTA DE 2 (DOIS) OU MAIS EMPREGADOS PÚBLICOS PERTENCENTES AOS SEUS QUADROS PERMANENTES, PREFERENCIALMENTE COM, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) ANOS DE TEMPO DE SERVIÇO NO ÓRGÃO OU ENTIDADE. § 2º NA HIPÓTESE DE DEFERIMENTO DE PEDIDO DE PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS OU DE JUNTADA DE PROVAS JULGADAS INDISPENSÁVEIS PELA COMISSÃO, O LICITANTE OU O CONTRATADO PODERÁ APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, CONTADO DA DATA DA INTIMAÇÃO. § 3º SERÃO INDEFERIDAS PELA COMISSÃO, MEDIANTE DECISÃO FUNDAMENTADA, PROVAS ILÍCITAS, IMPERTINENTES, DESNECESSÁRIAS, PROTELATÓRIAS OU INTEMPESTIVAS.
Art. 6º Ao final da instrução, caso comprovada a ocorrência de infração e a responsabilidade da empresa, poderão ser avaliadas, conforme a gravidade da conduta, os danos decorrentes, as circunstâncias do caso concreto e as disposições contratuais, as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos instrumentos da contratação, sem prejuízo da reparação integral de eventual dano.
As sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 são advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Parágrafo único. A presente portaria não aplica sanção, não reconhece a ocorrência de infração e não antecipa juízo quanto à responsabilidade da empresa.

Art. 7º. A comissão deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta Portaria, admitida prorrogação motivada por igual período, mediante autorização da autoridade competente.

Art. 8º. Determinar à Secretaria Municipal de Administração e Finanças que:
I – autue o processo em autos próprios, fazendo constar como peças iniciais, sempre que disponíveis, a Ata de Registro de Preços nº 017/2026, o Contrato Administrativo nº 065/2026, a Ordem de Compra nº 1.344/2026, a Nota Fiscal Eletrônica nº 000101113, as notificações administrativas, os comprovantes de envio, recebimento e publicação, as justificativas apresentadas pela empresa, o Ofício nº 11/2026, o Ofício nº 105/2026 e o despacho autorizativo de 23 de setembro de 2026;
II – providencie a publicação desta Portaria no meio oficial competente;
III – encaminhe os autos à comissão designada; e
IV – providencie a intimação da empresa no endereço constante dos autos, inclusive por meio eletrônico, se admitido pela regulamentação aplicável, certificando-se a data e o meio de recebimento.
Art. 9º. A Secretaria Municipal de Saúde deverá avaliar e adotar, no âmbito de sua competência, as providências administrativas necessárias à continuidade do abastecimento da Farmácia Básica Municipal, sem prejuízo da independência da apuração de responsabilidade prevista nesta Portaria.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 07 de outubro de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araujo Lucas
Código Identificador:0C5E75B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 145/2026, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026, DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO ANEXO ADMINISTRATIVO VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de conferir denominação oficial ao Anexo Administrativo criado no Município de Senador Georgino Avelino/RN, vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a importância de assegurar a adequada identificação administrativa e institucional dos espaços integrantes da estrutura da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o reconhecimento e a homenagem à memória de Terezinha Zenita Fernandes da Silva, mediante a atribuição de seu nome ao referido espaço administrativo;

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado "ANEXO ADMINISTRATIVO TEREZINHA ZENITA FERNANDES DA SILVA" o Anexo Administrativo vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Educação do Município de Senador Georgino Avelino/RN.

Art. 2º O Anexo Administrativo Terezinha Zenita Fernandes da Silva integrará a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação, destinando-se ao desenvolvimento das atividades administrativas e institucionais relacionadas às competências da referida Secretaria.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação adotará as providências administrativas necessárias para a identificação oficial do Anexo, inclusive quanto à utilização da denominação estabelecida neste Decreto em documentos, registros, cadastros, comunicações, placas de identificação e demais atos administrativos pertinentes.

Art. 4º As despesas eventualmente decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, observada a legislação aplicável.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitutra Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:BBBE29D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN torna publico interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado, podendo ser selecionada a proposta mais vantajosa para imediata contratação, a depender dos enquadramentos legais.
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 091/2024 que dispõe sobre as regras e diretrizes para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio.
CONSIDERANDO a necessidade de obediência aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021;
A Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN solicita a quem interessar a apresentação de proposta de preço para itens abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Contratação de empresa para aquisição de Lixeira Basculante 100 Litros com Alça, Lixeira Carrinho Coletor 240 Litros e Contêiner 700 litros, para atender as necessidades da limpeza publica, através da Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Projetos Especiais do Município de Senador Georgino Avelino/RN.

QUANTIDADE:
- Lixeira Basculante 100 Litros com Alça 40 unidades.
- Lixeira Carrinho Coletor 240 Litros 10 unidades.
- Lixeira tipo Contêiner 700 litros 04 unidades.

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível. As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail cplsgavelinolicitacoes2020@gmail.com, em atenção à agente de contratação, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Documento Format), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto;
b) Valor unitário, total e por extenso;
c) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão,
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão. e
g) Termo de referência disponível para análise de exigências e qualificações técnicas para formulação da proposta.

CONSIDERANDO o objeto e a baixa complexidade, o prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

O Termo de referência encontra-se disponível para conhecimento das exigências e cláusulas.

A cotação deverá ser encaminhada até ás 14hs do dia 13/10/2026.

Senador Georgino Avelino, 07 de Outubro de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:83D881B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE JARDINAGEM E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, INCLUINDO PLANTIO, CAPINA, PODA, SUPRESSÃO DE ÁRVORES E VARRIÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS, DESTINADOS À CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 100001/2026

O Município de Senador Georgino Avelino/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino, representada por

seu Agente de Contratação designado pela Portaria 09/2024, torna público para conhecimento dos interessados que no dia **22 de outubro de 2026, as 11h41min.,** fará realizar processo licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA,** na forma **ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇO,** do tipo **MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE JARDINAGEM E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, INCLUINDO PLANTIO, CAPINA, PODA, SUPRESSÃO DE ÁRVORES E VARRIÇÃO DE PRAÇAS E CANTEIROS, DESTINADOS À CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.**

O edital e seus anexos poderão ser adquiridos site oficial da Prefeitura Municipal, do Portal de Compras Públicas, e as propostas comerciais serão recebidas a partir das **11h30min** do dia **07/10/2026** até as **11h30min.** do dia **22/10/2026**, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico.

Senador Georgino Avelino/RN, 07 de setembro de 2026

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Portaria Nº 09/2024

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:2BC478B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 139.2026

CONTRATO Nº.....: 139

ORIGEM.....: Dispensa Nº 116.2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA(O).....: SAMUEL PEREIRA DE SOUSA

OBJETO.....: Contratação de empresa especializada gerenciamento, atualização e manutenção das redes sociais oficiais da Prefeitura de Senador Georgino Avelino.

VALOR TOTAL.....: R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA.....: 07 de outubro de 2026 a 07 de outubro de 2027
DATA DA ASSINATURA.....: 07 de outubro de 2026

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:54F8B30D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2026

CONTRATO Nº.....: 140/2026

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117.2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA.....: 19.824.505 JAIRO CASSIANO DO NASCIMENTO

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS RECREATIVAS INFANTIS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, DESMONTAGEM E ACOMPANHAMENTO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS, PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE LAZER E ENTRETENIMENTO NO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN

VALOR TOTAL.....: R$ 20.034,55 (vinte mil, trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA.....: 07 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026

DATA DA ASSINATURA.....: 07 de outubro de 2026

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Portaria Nº 010/2024

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:5D5E98B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2026

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, PREFEITO MUNICIPAL, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS RECREATIVAS INFANTIS, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, DESMONTAGEM E ACOMPANHAMENTO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS, PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE LAZER E ENTRETENIMENTO NO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN

Contratado.....:19.824.505 JAIRO CASSIANO DO NASCIMENTO

Valor.....:R$ 20.034,55 (vinte mil, trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

Fundamento Legal...: da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, PREFEITO MUNICIPAL.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 07 de outubro de 2026

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:454AF9AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DISP. 116.2026

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Contratação de empresa especializada gerenciamento, atualização e manutenção das redes sociais oficiais da Prefeitura de Senador Georgino Avelino.

FAVORECIDO.....: SAMUEL PEREIRA DE SOUSA.

Valor.....:R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais).

Fundamento Legal...: Art. 75, ll da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, Prefeito Municipal.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 07 de Outubro de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:877E72B3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA ELETRÔNICA 011/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA ELETRÔNICA 011/2026

O agente de contratação da Prefeitura Municipal de Serra do Mel – RN, nomeado através da Portaria nº 033/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de documentos de "proposta "e "Habilitação" a partir das **08:00hmin do dia 09/10/2026 (horário de Brasília)** até as **08h:00hmin do dia 26/10/2026**, através da **Concorrência Eletrônica nº 011/2026**. A sessão eletrônica iniciará as **08h:01hmin do dia 26/10/2026**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA E REVITALIZAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA VILA CEARÁ, NO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**. Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 08h:01min do dia **26 de outubro** de 2026. Edital na íntegra: à disposição dos interessados através dos sites: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/, https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serra do Mel – RN, 07 de outubro de 2026.

FRANCISCO NILDO DA SILVA
Port: 033/2025
Agente de Contratação

Publicado por:
Francisco Nildo da Silva
Código Identificador:347A2E60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ nº 12.755.971/0001-20, com sede na av. Antônio F de Oliveira, 51, Centro, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **REY VAQUEIRO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.488.092/0001-70, sediada à R ALUISIO DE AZEVEDO, nº 200, SALA 0301 EMP JOSE BORBA MARANHAO CXPST 60, no bairro SANTO AMARO, na cidade de RECIFE/PE, doravante designada CONTRATADA, com endereço eletrônico REYVAQUEIRO.FINANCEIRO@GMAIL.COM, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tudo registrado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade nº 1360/2026, Processo Administrativo nº 1360/2026.
Constitui o objeto do presente instrumento a contratação da atração musical "REY VAQUEIRO", para realização de show no dia 27 de novembro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DO CAJU", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel/RN.

Especificações da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação da atração musical "REY VAQUEIRO", para realização de show no dia 27 de novembro de 2026, integrando a programação do evento "FESTA DO CAJU", que compõe o calendário cultural, instituído pela Lei Municipal nº 1088/2025, de Serra do Mel/RN.	SERV.	01	R$ 500.000,00	**R$ 500.000,00**

O prazo de vigência do presente contrato será de **03 (três) meses**, contados da data da respectiva assinatura, prorrogando-se automaticamente por se tratar de contrato por escopo, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021, caso o objeto não seja integralmente realizado no período ora pactuado.

Município de Serra do Mel/RN, 06 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:0F33D3A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 495/2024.

Termo de aditivo ao contrato de execução de serviços entre a O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a senhora Anacélia Freitas do Nascimento, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.XXX.XXX-79, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado **DOISE PROJEJOS E CONSTRUCOES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.254.143/0001-41, plenamente qualificada nos autos, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO, com amparo na Concorrência Eletrônica nº 03/2024, em obediência à Lei nº 14.133/2021.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo ao contrato para Contratação de empresa para a execução de uma obra de reforme e ampliação da unidade mista Dr. Silvio Romero – 2º etapa, na Vila Brasília, no município de Serra do Mel/RN.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter seu aditamento de PRAZO ao contrato por mais 12 (doze) meses.

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Serra do Mel/RN, 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:D1243CB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2023 DO PREGÃO PRESENCIAL 28/2023.

Termo de aditivo de prazo e reajuste de preço ao Contrato de execução de serviços entre o **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.755.971/0001-20, sediada na Rua Antônio F de Oliveira, Vila Brasília, Centro Administrativo Municipal, Centro, Serra do Mel, RN, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa T**INUS INFORMÁTICA LTDA,** com sede na Rodovia BR 230, nº 11.032, Renascer, Cabedelo- PB, inscrita no CNPJ nº 35.408.525/0001-45**,** adiante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO, com amparo no PREGÃO PRESENCIAL nº 28/2023, em obediência à Lei nº 8.666/93.

O presente termo tem por objeto ao aditamento de prazo ao contrato para Prestação de serviço de licenciamento de uso para software de "gestão tributária" para a secretaria Municipal de Tributação de Serra do Mel/RN.

O Serviço a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter seu aditamento de PRAZO ao contrato, até **24 de setembro de 2027**.

O valor a que se refere à Cláusula Segunda do presente Contrato deverá ter seu valor reajustado em **R$ 2.239,42** (dois mil e duzentos e trinta e nova reais e quarenta e dois centavos) mensal, sendo corrigido pelo IPCA, conforme solicitação anexa aos autos.

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Serra do Mel/RN, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:425E70A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS

O **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a senhora Anacélia Freitas do Nascimento, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.XXX.XXX-79, na cidade de Serra do Mel/RN, e **R R CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.300.654/0001-91, com sede em rua João Leite, nº 131, andar 1, CEP: 59.605-190, no bairro Boa Vista, Mossoró/RN, neste ato representado pelo senhor Sérgio Ricardo Nogueira, endereço eletrônico sricardonogueira@hotmail.com, firmam o presente Termo com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN reconhece que a empresa **R R CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, executou, durante a vigência do contrato 028/2025, cujo objeto é a execução da obra de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) – Porte 01, serviços integrantes do objeto contratual, sem o devido empenho, porém devidamente atestados e reconhecidos conforme planilha que se segue:

Nº FATURA	SECRETARIA DE CONSUMO	VALOR (R$)
2600000000040	Fundo Municipal de Saúde	R$58.325,49
TOTAL GERAL		**R$58.325,49**

Cláusula Segunda: A empresa **R R CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.300.654/0001-91**,** declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos na cláusula primeira que instruem e justificam este instrumento, contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre o fornecimento dos materiais indicados, inexistindo outros débitos aos mesmos concernentes.

Cláusula Terceira: Em face do disposto no art. 10 da resolução 028/2020 do Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Norte, a despesa discriminada na Cláusula Primeira, apurada e atestada por seu ordenador é, neste ato, reconhecida pelo Município de Serra do Mel RN, para os efeitos preconizados em tais disposições legais.

Cláusula Quarta: O Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN se obriga a efetuar o pagamento da importância de R$58.325,49 (cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e cincoreais, e quarenta e nove centavos), abrangendo o principal e eventuais acessórios, no prazo de 90 dias, a contar da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único: O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente de titularidade da credora.

Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, a empresa **R R CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.300.654/0001-91, confere ao Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN, por este instrumento, pela prestação de serviços durante a vigência do contrato nº 028/2025, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto.

Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.

Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, que prevalecerá sobre qualquer outro.

Serra do Mel RN, 07 de outubro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:32DA525C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SETOR DE CONTRATOS TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS QUE FIRMAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA DO MEL/RN E HOSPITAL DE OLHOS VASCONCELOS NETO LTDA

O **MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL/RN**, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.876.864/0001-13, situado à Vila Rio Grande do Norte, Centro, S/N, CEP 59.663-000, Serra do Mel RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a senhora Anacélia Freitas do Nascimento, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.XXX.XXX-79, na cidade de Serra do Mel/RN, e **HOSPITAL DE OLHOS VASCONCELOS NETO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.726.677/0001-65, com sede em rua Juvenal Lamartine, nº 725, CEP: 59.611-040, no bairro Santo Antônio, Mossoró/RN, firmam o presente Termo com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN reconhece que a empresa **HOSPITAL DE OLHOS VASCONCELOS NETO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.726.677/0001-65, prestou serviços médicos especializados em oftalmologia aos usuários da rede municipal de saúde vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel, no período de JANEIRO A JUNHO DE 2026, sem o devido empenho, porém devidamente atestados e reconhecidos conforme planilha que se segue:

Nº FATURA	SECRETARIA DE CONSUMO	VALOR (R$)
260000001130	Secretaria Municipal de Saúde (JANEIRO A JUNHO/2026)	R$44.797,14
TOTAL/MÊS		R$44.797,14
TOTAL GERAL		**R$44.797,14**

Cláusula Segunda: A empresa **HOSPITAL DE OLHOS VASCONCELOS NETO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.726.677/0001-65**,** declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos na cláusula primeira que instruem e justificam este instrumento, contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre o fornecimento dos materiais indicados, inexistindo outros débitos aos mesmos concernentes.

Cláusula Terceira: Em face do disposto no art. 10 da resolução 028/2020 do Tribunal de Contas do estado do Rio Grande do Norte, a despesa discriminada na Cláusula Primeira, apurada e atestada por seu ordenador é, neste ato, reconhecida pelo Município de Serra do Mel RN, para os efeitos preconizados em tais disposições legais.

Cláusula Quarta: O Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN se obriga a efetuar o pagamento da importância de **R$44.797,14 (quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais, quatorze centavos),** abrangendo o principal e eventuais acessórios, no prazo de 90 dias, a contar da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único: O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente de titularidade da credora.

Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, a empresa **HOSPITAL DE OLHOS VASCONCELOS NETO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.726.677/0001-65, confere ao Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel RN, por este instrumento, pela prestação de serviços médicos especializados em oftalmologia aos usuários da rede municipal de saúde, no período de JANEIRO A JUNHO/2026, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto.

Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.

Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, que prevalecerá sobre qualquer outro.

Serra do Mel RN, 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Flamarion Lucena da Silva
Código Identificador:B05A3B69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE CONCESSÃO DE LICENÇA

TERMO DE CONCESSÃO E CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

De acordo com a lei Municipal nº 373/2010 de 22 de novembro de 2010, art.23, Inciso IV combinado com o Art. 30, a servida **ELISANGELA HONORATO DE SOUZA PAIVA.** aprovada em Concurso Público no cargo de **PROFESSORA,** do Quadro Permanente de Funcionários sob a matrícula de **n°314-1**, requereu e restou concedida a **CONVERSÃO EM PECÚNIA** de Licença Prêmio Por Assiduidade devida por 3(três) meses, com pagamento indenizatório previsto para implementação em folha nos meses de setembro outubro e novembro. Correspondente ao período aquisitivo de 01 de março de 2020 a 01 março de 2025, arguidas pelas razões de fato e de direito através do parecer jurídico N°239/2026.

Serra do Mel/ RN, 28 de agosto de 2026.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

EVA ARITANA DA COSTA MAIA AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Mat.794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:500AA011

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE CONCESSÃO DE LICENÇA GEOVANIA MARIA BATISTA

TERMO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

De acordo com a lei Municipal nº 373/2010 de 22 de novembro de 2010, art.23, Inciso IV combinado com o Art. 30, o servidor **GEOVANIA MARIA BATISTA.** aprovada em Concurso Público no cargo de **PROFESSORA**, do Quadro Permanente de Funcionários sob a matrícula de n°091-1, **requereu e restou** concedida **Licença Prêmio Por Assiduidade por 3(três) meses**, com início de gozo em 01 *de outubro de 2026 e término em 01 de janeiro de 2027*, correspondente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2015 a 03 de julho de 2015. pelas razões de fato e de direito através do parecer jurídico n°332/2026.

Serra do Mel/ RN, 28 de agosto de 2026.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

EVA ARITANA DA COSTA MAIA AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Mat.794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:17B6B417

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE CONCESSÃO DE LICENÇA JOANA DARC MARIA DE ANDRADE ROCHA

TERMO DE CONCESSÃO E CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

De acordo com a lei Municipal nº 373/2010 de 22 de novembro de 2010, art.23, Inciso IV combinado com o Art. 30, a servida **JOANA DARC MARIA DE ANDRADE ROCHA.** aprovada em Concurso Público no cargo de **PROFESSORA,** do Quadro Permanente de Funcionários sob a matrícula de **n°314-1**, requereu e restou concedida a **CONVERSÃO EM PECÚNIA** de Licença Prêmio Por Assiduidade devida por 3(três) meses, com pagamento indenizatório previsto para implementação em folha nos meses de setembro outubro e novembro. Correspondente ao período aquisitivo de 01 de março de 2010 a 03 março de 2015, arguidas pelas razões de fato e de direito através do parecer jurídico N°330/2026.

Serra do Mel/ RN, 28 de agosto de 2026.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

EVA ARITANA DA COSTA MAIA AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Mat.794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:86BB75BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE CONCESSÃO DE LICENÇA MARIA DAS GRAÇAS DO NASCIMENTO

TERMO DE CONCESSÃO E CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

De acordo com a lei Municipal nº 373/2010 de 22 de novembro de 2010, art.23, Inciso IV combinado com o Art. 30, a servida **MARIA DAS GRAÇAS DO NASCIMENTO.** aprovada em Concurso Público no cargo de **PROFESSORA,** do Quadro Permanente de Funcionários sob a matrícula de **n°177-1**, requereu e restou concedida a **CONVERSÃO EM PECÚNIA** de Licença Prêmio Por Assiduidade devida por 3(três) meses, com pagamento indenizatório previsto para implementação em folha nos meses de setembro outubro e novembro. Correspondente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2010 a 03 julho de 2025, arguidas pelas razões de fato e de direito através do parecer jurídico N°331/2026.

Serra do Mel/ RN, 28 de agosto de 2026.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

EVA ARITANA DA COSTA MAIA AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Mat.794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:FD61AE82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE CONCESSÃO DE LICENÇA OZINETE OLIVEIRA MORAIS

TERMO DE CONCESSÃO E CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

De acordo com a lei Municipal nº 373/2010 de 22 de novembro de 2010, art.23, Inciso IV combinado com o Art. 30, a servida **OZINETE OLIVEIRA MORAIS.** aprovada em Concurso Público no cargo de **PROFESSORA,** do Quadro Permanente de Funcionários sob a matrícula de **n°314-1**, requereu e restou concedida a **CONVERSÃO EM PECÚNIA** de Licença Prêmio Por Assiduidade devida por 3(três) meses, com pagamento indenizatório previsto para implementação em folha nos meses de setembro outubro e novembro. Correspondente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2010 a 03 julho de 2015, arguidas pelas razões de fato e de direito através do parecer jurídico N°328/2026.

Serra do Mel/ RN, 28 de agosto de 2026.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

EVA ARITANA DA COSTA MAIA AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Mat.794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:C8D48742

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
PORTARIA DIVERSA Nº 011/2026

PORTARIA Nº 010, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

REDESTRIBUI o(a) Sr(a). JOSÉ FELIPE PEREIRA DOS SANTOS da Secretaria Municipal do Articulações com as Vilas para a Secretaria Municipal de Trabalho, da Habitação e da Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL-RN, No uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do município, observando as suas delegações de competência:

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica **REDESTRIBUIDO**, o(a) Sr(a). JOSÉ FELIPE PEREIRA DOS SANTOS da Secretaria Municipal do Articulações com as Vilas para a Secretaria Municipal de Trabalho, da Habitação e da Assistência Social.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Serra do Mel/RN, 07 de outubro de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:012C4770

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
RATIFICAÇÂO 1367

TERMO DE RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026
Processo Administrativo nº DL1367/2026

Dispensa de Licitação nº 1367/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA DO MEL,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

RETIFICARa publicação da **DISPENSA DE LICITAÇÃO,**Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 07/10/2026. Edição 3893, sob o código identificador nºoAoA172A.
A retificação faz-se necessária devido a um erro de digitação.

Onde se lê:

Dispensa 398/2026

Passa-se a ler:

Dispensa 1367/2026

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Serra do Mel/RN, 07 de outubro de 2026.

ANACÉLIA FREITAS DO NASCIMENTO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:2C4375D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
ATO AUTORIZATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2026

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICANDO** o objeto respectivo a **MEU ESPACO KIDS**, inscrita no CNPJ sob o nº **35.635.811/0001-43**, que apresentou a

proposta de **menor valor no montante global** de R$3.080,00 (**três mil e oitenta reais**).

DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, e fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE RECREAÇÃO, ENTRETENIMENTO E ANIMAÇÃO INFANTIL, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS NO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, COMPREENDENDO ATIVIDADES RECREATIVAS E INTERATIVAS, BRINCADEIRAS, DINÂMICAS, MÚSICA, DANÇA E ANIMAÇÃO, PINTURA FACIAL, ESCULTURA DE BALÕES, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS E PARQUES INFLÁVEIS, INCLUINDO EQUIPE, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS À ADEQUADA E SEGURA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES** e, na oportunidade, que se dê publicidade no PNCP (**Portal Nacional de Contratações Públicas**) e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.

Serra Negra do Norte-RN, 07 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:38E8DF32

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 004/2026

O Município de Serra Negra do Norte/RN, vem por meio deste, informar a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a empresa F7 PRODUÇÕES LTDA, para execução da feira BONÉ BRASIL – Feira Nacional da Cadeia Produtiva do Boné 2026, no período de **agosto de 2027**, na **Praça Senador Dinarte Mariz e seu entorno**. Sem transferência de recursos financeiros. Vigência até 31/12/2027.

Assinam: Acácio Sânzio de Brito (Prefeito) e Flávio da Silva Júnior (F7 PRODUÇÕES LTDA).

Serra Negra do Norte/RN, 07 de outubro de 2026.

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:DBE21C1B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 161/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 031/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26706/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 08.096.372/0001-75.

CONTRATADO: WB – CONSULTORIA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.102.881/0001-57.

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 161/2025, por mais 12 (**doze**) meses, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA QUE SE DISPONHA A PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA PERMANENTE E MENTORIA ESPECIALIZADA NA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL 14.133/2021, DIRECIONADA NO PLANEJAMENTO E INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN**.

PRAZO E VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência desta prorrogação terá início em 28 de outubro de 2026 e término em 27 de outubro de 2027, podendo sofrer novas prorrogações observados os limites legais do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Serra Negra do Norte/RN, 07 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

WB – CONSULTORIA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:16C71E45

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025 – PROC. ADMINIST. MSNN/RN N° 24605/2025

GERENCIADORA: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.

DETENTORA DA ATA: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.175.908/0001-12.

OBJETO: Constitui objeto do presente termo a prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços nº 027/2025, por mais (**11 meses e 15 dias**), com fulcro no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Cujo objeto consiste no registro de preços visando a contratação de pessoa jurídica para aquisição gradativa de materiais odontológicos, para atender às necessidades do Município de Serra Negra do Norte – RN.

PRAZO E VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO: A vigência do presente termo de prorrogação tem como **termo inicial no dia 14 de outubro de 2026 e termo final em 29 de setembro de 2027**

Serra Negra do Norte/RN, 07 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA
Pela Detentora da Ata

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:AD872A9A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE CONTRATO Nº 155/2026 DISPENSA 026/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75.

CONTRATADO: MEU ESPACO KIDS, inscrita no CNPJ sob o nº 35.635.811/0001-43.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE RECREAÇÃO, ENTRETENIMENTO E ANIMAÇÃO INFANTIL, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS NO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, COMPREENDENDO ATIVIDADES RECREATIVAS E INTERATIVAS, BRINCADEIRAS, DINÂMICAS, MÚSICA,

DANÇA E ANIMAÇÃO, PINTURA FACIAL, ESCULTURA DE BALÕES, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS E PARQUES INFLÁVEIS, INCLUINDO EQUIPE, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS À ADEQUADA E SEGURA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES.

VALOR GLOBAL: R$3.080,00 (**três mil e oitenta reais**)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.005 - SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2102 - MANUTENCAO DA SECRETARIA MUN.DE TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: A contratação terá vigência de 60 (**sessenta**) dias, contados da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Serra Negra do Norte-RN, em 07 de outubro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

MARIA LUISA DE AZEVEDO FERNANDES
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:21593199

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 018, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família, designa sua composição, define suas atribuições e dá outras providências.

APREFEITADO MUNICÍPIO DE SERRINHARN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.601, de 16 de junho de 2023, que institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.064, de 17 de junho de 2024, que regulamenta o Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, que regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a organização e funcionamento das instâncias de articulação intersetorial do Programa Bolsa Família nos municípios;
CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MEC/MDS nº 12, de 17 de dezembro de 2025, que estabelece as diretrizes, as atribuições, as normas e os fluxos operacionais para o acompanhamento educacional das condicionalidades do Programa Bolsa Família;
CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MDS/MS nº 38, de 27 de maio de 2026, que estabelece as diretrizes, os critérios e os procedimento para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família na agenda da saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre as políticas públicas de assistência social, saúde e educação, garantindo a integração das ações voltadas às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Serrinha/RN;
DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família, instância colegiada de caráter consultivo, com a finalidade de planejar, articular, acompanhar e monitorar as ações intersetoriais do Programa Bolsa Família no Município.
Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família:
I – Promover a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação, estabelecendo fluxos, protocolos e ações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão intersetorial do Programa Bolsa Família;
II – Acompanhar e monitorar o cumprimento das condicionalidades de educação e saúde, bem como a inserção de famílias no trabalho social com famílias e territórios, promovendo o acesso aos serviços e a qualificação das informações nos sistemas oficiais;
III – Avaliar o desempenho municipal com base nos indicadores do IGD-M para o aprimoramento contínuo das ações intersetoriais do Programa Bolsa Família;
IV – Elaborar, acompanhar e revisar anualmente o Plano de Ação Intersetorial Municipal;
V – Elaborar relatórios de monitoramento e avaliação para subsidiar decisões estratégicas e dar publicidade às atividades desenvolvidas;
VI – Exercer outras atribuições correlatas à sua finalidade institucional.
Art. 3º A Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família será composta pelos seguintes membros titulares e respectivos suplentes:
I – Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Titular: ANA CRISTINA DE MEDEIROS CLEMENTE;
b) Suplente: JOEL DE LIMA COSTA;
c) Apoio Técnico: JACIRA DOS SANTOS MACIEL.
II – Secretaria Municipal de Educação:
a) Titular: JOSUÉ DE MEDEIROS;
b) Suplente: JOÃO MARIA PEDROZA;
c) Apoio Técnico:RAYANE MARTINS ALVES.
III – Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: JOISON DE MEDEIROS;
b) Suplente: MEIRELAINE DE MORAIS OLIVEIRA RIBEIRO;
c) Apoio Técnico: JEANE SECUNDO DE ABREU.
§ 1º Poderão ser convidados a participar das reuniões da Comissão membros dos Conselhos Municipais correlatos, pesquisadores e instituições de ensino, bem como representantes de organizações da sociedade civil e de outras entidades públicas ou privadas cuja atuação esteja relacionada às matérias tratadas pela Comissão.
§ 2º Os membros titulares, suplentes e de apoio técnico serão designados por ato específico do Chefe do Poder Executivo, sendo o exercício de suas funções considerado serviço público relevante, não remunerado.
Art. 4º O funcionamento da Comissão observará as seguintes normas:
I – As reuniões ordinárias ocorrerão mensalmente;
II – Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pela coordenação ou por solicitação da maioria simples dos membros titulares;
III – O quórum de reunião será de maioria simples dos membros titulares ou seus respectivos suplentes;
IV – As deliberações serão aprovadas pela maioria simples dos membros presentes;
V – As reuniões deverão ser registradas em atas e memórias de reunião para fins de prestação de contas aos órgãos competentes.
Art. 5º A coordenação da Comissão será exercida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social / (à) Gestor(a) Municipal do Programa Bolsa Família / Gestor(a) Municipal do Cadastro Único.
Parágrafo único. Compete à coordenação:
I – Convocar as reuniões;
II – Organizar a pauta dos trabalhos;
III – Acompanhar o cumprimento das deliberações;
IV – Solicitar informações e providências aos setores representados na Comissão. Art. 6º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo ao funcionamento da Comissão.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Serrinha/RN, em 06 de outubro de 2026.

KAUANNY ESTHEFANY CLEMENTE LEÃO DE LIMA
Prefeita Municipal de Serrinha/RN

Publicado por:
Luciana Cavalcante Gomes de Oliveira
Código Identificador:F1AFA165

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Serrinha/RN.

CONTRATADA: TECHPROL SERVICOS, COMERCIO E LOCACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.399.316/0001-05.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 004/2024.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a formalização do decorrente do Contrato oriundo do Pregão Eletrônico nº 004/2024, cujo objeto consiste na **contratação de empresa especializada na locação de equipamentos automatizados e computadorizados, reagentes e insumos necessários para a realização de exames laboratoriais em análises clínicas, compreendendo hematologia, bioquímica, coagulograma, imunologia, ionograma, marcadores cardíacos, hormônios e urocultura com antibiograma, destinados ao apoio diagnóstico e laboratorial das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Serrinha/RN**, conforme quantitativos estabelecidos no instrumento contratual, com cobrança pelos exames efetivamente realizados no Laboratório de Análises Clínicas de Serrinha, que atende à demanda do Hospital Municipal de Serrinha/RN, das equipes da Estratégia de Saúde da Família e de outros serviços da Rede Municipal de Saúde.
DATA DE ASSINATURA: 30 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo Aditivo inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se no término do exercício financeiro em vigor, podendo ser prorrogado por interesse das partes, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os requisitos previstos no instrumento contratual.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joel Pereira da Silva
Código Identificador:BD0DCA5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE COTAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Serrinha/RN, através do setor de pesquisa mercadológica, avisa a todos os interessados que no período de 08/10/2026 à 13/10/2026 estará recebendo proposta de preços para serviços de ornamentação. As especificações do objeto, itens e condições de entrega e pagamento estão detalhadas no Termo de Referência/Projeto Básico, deve ser solicitado pelo e-mail: setordepesquisas.pmser@gmail.com . As propostas deverão ser enviadas até às 17h00min do último dia do prazo, exclusivamente para o mesmo e-mail.

Serrinha/RN, 07 de outubro de 2026.

JOEL PEREIRA DA SILVA
Setor de Pesquisa de Preços

Publicado por:
Reinan Martins do Nascimento
Código Identificador:D9A91CCE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 061001/2026 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN CONTRATADO: 39.575.176 ELBA CRISTINA SARMENTO BARRETO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 240900030/2026
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 061001/2026

CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN*
CONTRATADO: 39.575.176 ELBA CRISTINA SARMENTO BARRETO

OBJETIVO: *Constitui o objeto do presente do contrato o objeto APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE SHOW INFANTIL MUSICAL, FORMATO DE POCKET SHOW COM TOTE BARRETO E A TURMINHA DO CHAVES A SER REALIZADO EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS/RN, NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2026*

VALOR TOTAL DO CONTRATO: *R$ 6.000,00 (seis mil reais)*

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da contratação ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, Exercício de 2026*

Unidade Gestora	*Unidade Orçamentária*	*Dotação*	*Valor*
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS	*021400*	*2005.33903900-15000000*	*6.000,00*

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: Art. 92, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.*

VIGÊNCIA: *Início 06/10/2026 fim 31/12/2026*

LOCAL DE DATA*: SERRINHA DOS PINTOS/RN, 06/10/2026*

ASSINANTES:
ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA – PREFEITA MUNICIPAL
39.575.176 ELBA CRISTINA SARMENTO BARRETO - CONTRATADA

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:AF66983F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PLANEJAMENTO.
PORTARIA Nº 06/2026-SEMEC/SN DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 06/2026 - SEMEC/SN DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, Leitura, Escrita e Recomposição das Aprendizagens de Sítio Novo/RN – Sítio Novo Alfabetiza, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura - SEMEC.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA DE SÍTIO NOVO ESTADO DO RIO GRANDDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização, Leitura, Escrita e Recomposição das Aprendizagens de Sítio Novo/RN - Sítio Novo Alfabetiza, instituída pelo Decreto Municipal nº 017/2026-GC/PMSN;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar a execução e o acompanhamento das ações previstas nos eixos da Política Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura - SEMEC, a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, Leitura, Escrita e Recomposição das Aprendizagens de Sítio Novo/RN - Sítio Novo Alfabetiza.

Parágrafo único. A estrutura constitui arranjo técnico-funcional interno da SEMEC, não implicando criação de cargo, função gratificada ou vantagem remuneratória.

Artigo 2º - A estrutura será organizada nos seguintes eixos:
I – Governança e Gestão;
II – Formação de Profissionais da Educação e Melhoria das Práticas;
III – Infraestrutura e Insumos Pedagógicos;
IV – Reconhecimento e Compartilhamento de Boas Práticas;
V – Sistemas de Avaliação, Monitoramento e Uso Pedagógico dos Dados.

Artigo 3º - Ficam designados como responsáveis pelos respectivos eixos:
I – Francisco Xavier Mafra - Governança e Gestão;
II – Deisiana Barros Raimundo da Silva Santos - Formação de Profissionais da Educação e Melhoria das Práticas;
III – Júlio Cezar Batista - Infraestrutura e Insumos Pedagógicos;
IV – Laísa Aline Dantas - Reconhecimento e Compartilhamento de Boas Práticas;
V – Maria Flávia Bezerra da Silva - Sistemas de Avaliação, Monitoramento e Uso Pedagógico dos Dados.

Artigo 4º - Compete aos responsáveis pelos eixos planejar, acompanhar, articular, registrar e monitorar as ações relacionadas à sua área de atuação, em consonância com as metas e estratégias da Política Municipal.

Artigo 5º - Os responsáveis pelos eixos atuarão de forma integrada e articulada com a SEMEC, o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização - CEMA, as unidades escolares e demais profissionais envolvidos na implementação da Política.

Artigo 6º - As ações e os resultados desenvolvidos no âmbito dos eixos deverão ser registrados e subsidiarão o monitoramento e o relatório anual de acompanhamento da Política Municipal.

Artigo 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rgistre-se, Publique, Cumpra-se.

Sítio Novo/RN, 07 de outubro de 2026.

FRANCISCO XAVIER MAFRA
Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura

Publicado por:
Jose Genilson da Silva
Código Identificador:4A5809C4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO – 4º ADITIVO – INEXIGIBILIDADE Nº 024/2022

EXTRATO DE CONTRATO – 4º ADITIVO – INEXIGIBILIDADE Nº 024/2022
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN.
CONTRATADA: ALEXSANDRO ROBERTO DA SILVA ROCHA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.583.710/0001-33.
OBJETO: Prorrogar até o dia 04.10.2027 o prazo para prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil, de natureza singular e especializada junto ao setor de recursos humanos para implantação, implementação e acompanhamento do Sistema E-SOCIAL, conforme contrato celebrado em 04.10.2022, oriundo da INEXIGIBILIDADE Nº 024/2022.
BASE LEGAL: Artigo 57, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 04.10.2022, inclusive as condições de pagamento.
DATA: 02/10/2026.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior/Prefeito - Alexsandro Roberto da Silva Rocha / empresa

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:D6EEA000

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 9001001/2025
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ/RN, inscrito no CNPJ sob nº 08.159.089/0001-45. CONTRATADA(O): TECHPROL SERVICOS, COMERCIO E LOCACOES EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob nº. 20.399.316/0001-05. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA, UTILIZADOS NA S UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ/RN, Contrato nº 061/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 07/10/2026 à 07/10/2027. DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2026.

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES -
Pelo Contratante E

LUAN DOS SANTOS LAURINDO -
Pela Contratada

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:72BCF30F

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº73/2026-GP

PORTARIA nº 073/2026-GP, de 06 de outubro de 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 60, V, XI, XV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor FLAVIO RAFAEL VARELA DIAS, CPF nº ###.886.894-##, para o cargo de provimento em comissão de Coordenador de licitações – CD lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal de Tangará-RN

Dispõe sobre nomeação de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 60, V, XI, XV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR o Senhor FLAVIO RAFAEL VARELA DIAS, CPF nº ###.886.894-##, para o cargo de provimento em comissão de Coordenador de licitações – CD lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal de Tangará-RN

Publicado por:
Marcos Carlos Cosme da Silva
Código Identificador:654B1F56

TANGARAPREV
PORTARIA Nº 024/2026 - APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR(A).

Portaria nº 024, de 7 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Especial de Professor(a) em favor da servidora ALEXSANDRA KELLY DE PONTES PAIVA.

O GERENTE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE TANGARÁ-TANGARAPREV, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais lhe outorgadas nos termos do artigo 33, da Lei Municipal 564/2014, de 06 de junho de 2014.

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Especial de Professor(a), Regra de Transição de Pedágio, com Proventos Integrais** à servidora **ALEXSANDRA KELLY DE PONTES PAIVA,** portadora de RG nº 001.XXX.932 SSP/RN, inscrita sob CPF nº 966.XXX.XXX-68, Efetiva, titular do cargo **PROFESSORA PM III – M**, Matrícula Funcional nº 0000002/1, lotada na Secretaria de Educação do Município de Tangará/RN, com fulcro no ***Art. 3º, incisos I, II, II e IV, §1º e §2º, inciso I da Lei Municipal nº 773 de 16 de Dezembro de 2022, Emenda à Lei Municipal nº 759 de 15 de Junho de 2022***, conforme processo do TANGARÁPREV nº 000012/2026, a partir desta data até posterior deliberação.

I – ***25% (vinte e cinco por cento)*** quinquênios, nos termos do ***Art. 42, inciso I, §1º da Lei Municipal n°480, de 15 de dezembro de 2009***, bem como, ***8% (ointo por cento)*** de Gratificação de Títulos do cargo de ‘‘Professora’’ nos termos do ***Art. 31° da Lei Municipal n°317/1998, de 30 de junho de 1998.***
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará/RN, 1º de Outubro de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BARBALHO BISNETO
Gerente do TANGARÁPREV

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:E8C1C5B3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

GABINETE DA PREFEITA
APROVAÇÃO DA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TENENTE ANANIAS/RN AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA GESTANTES E CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS (SPSBD-GC)

RESOLUÇÃO CMAS Nº 004/2026

Dispõe sobre a aprovação da adesão do Município de Tenente Ananias/RN ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE TENENTE ANANIAS/RN, em Assembleia Geral realizada no dia 28 de agosto de 2026, no uso da competência que lhe confere a Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no art. 24 da Lei Municipal nº 215/2017;
CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social de acompanhar, deliberar e exercer o controle social da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a Resolução CIT nº30, de 06 de outubro de 2025, que regulamenta o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos e pactua suas ações no Sistema Único de Assistência Social;
CONSIDERANDO a importância da continuidade e reorganização das ações, anteriormente executadas pelo Programa Criança Feliz, no âmbito da Proteção Social Básica;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, por unanimidade dos presentes, a adesão do Município de Tenente Ananias/RN ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos - SPSBD-GC.
Art. 2º A aprovação prevista no artigo anterior compreende ao reordenamento do Programa Criança Feliz, observadas as diretrizes e normativas aplicáveis ao serviço.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 28 de agosto de 2026, da de sua aprovação pelo Conselho.

Tenente Ananias/RN, 06 de outubro de 2026

JOSÉ NILSON MAIA
Presidente

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:AE7FF8F0

GABINETE DA PREFEITA
PUBLICAÇÃO DA NOVA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TENENTE ANANIAS (CMAS/TA) E HOMOLOGA A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO 2026/2028

RESOLUÇÃO CMAS Nº 005/2026

Dispõe sobre a publicação da nova composição dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Tenente Ananias (CMAS/TA) e homologa a eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2026/2028.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE TENENTE ANANIAS/RN, em Assembleia Geral realizada no dia 28 de agosto de 2026, no uso da competência que lhe confere a Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no art. 24 da Lei Municipal nº 215/2017;
RESOLVE:
Art. 1º PUBLICAR a nova composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Tenente Ananias (CMAS/TA) para o Biênio

2026/2028, constituída pelos representantes governamentais e não governamentais abaixo discriminados:
§ 1º Dos Órgãos Governamentais:

• Secretaria de Assistência Social:

Titular: Carla Beatriz Araújo
Suplente: Rozenilza Rocha Alves

• Secretaria de Administração:

Titular: Antônio Iracildo de Queiroz
Suplente: Francisco Canindé Gomes

• Secretaria de Finanças:

Titular: Laryssa Raquel da Costa Alves
Suplente: Petrúcio Vieira de Lima

• Secretaria de Saúde:

Titular: Maria José Pereira Alves Gomes
Suplente: José Douglas Jácome Alves

• Secretaria de Educação:

Titular: Abraão Pires de Andrade
Suplente: Marcia Maria da Silva

• Outras esferas do Governo Municipal:

Titular: José Nilson Maia
Suplente: Rodrigo Silva da Silveira

§ 2º Dos Órgãos Não Governamentais:

• Representantes de profissionais com registro de classe:

Titular: Francisca Neuma Sarmento
Suplente: Thays Cristina de Alencar
Titular: Ana Tasia de Sousa Leite
Suplente: Maially Catarina Damião Costa

• Representantes de Usuários:

Titular: Maria Eridivania dos Santos Sousa
Suplente: Fernanda Ireno de Queiros

• Representantes da Igreja Católica:

Titular: Emanuelly Emilly Silva Dias de Araújo
Suplente: Maria Gorethe da Silva

• Representantes de Associação Comunitária:

Titular: Francisca Inecleide Diniz
Suplente: José Ferreira Filho

• Representantes do Rotaract Club:

Titular: João Neto Estrela
Suplente: Jéssica Monte de Lima

Art. 2º HOMOLOGAR a eleição da Mesa Diretora do CMAS/TA para o Biênio 2026/2028, eleita mediante votação direta do colegiado:
I – Presidente: Ana Tasia de Sousa Leite
II – Vice-Presidente: José Nilson Maia

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua aprovação.

Tenente Ananias – RN, 06 de outubro de 2026.

ANA TASIA DE SOUSA LEITE
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social Tenente Ananias / RN.

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:40BCD41B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

À Senhora ADNA CLEIDE SENA DE BRITO
Representante legal da empresa ADNA CLEIDE SENA DE BRITO – ME

CONSIDERANDO que a empresa ADNA CLEIDE SENA DE BRITO – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.089.898/0001-06, foi declarada vencedora do Processo nº 128006/2026 – Pregão Eletrônico nº 09/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e recarga de gás refrigerante em aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento e substituição de peças, conforme a demanda das Secretarias do Município de Tibau/RN;

CONSIDERANDO que o objeto foi adjudicado e homologado em favor da empresa, tendo sido celebrado o respectivo contrato, atualmente em execução;

CONSIDERANDO que, no acompanhamento da execução contratual, a fiscalização verificou que os orçamentos apresentados pela contratada não contemplam adequadamente a totalidade dos equipamentos abrangidos pelo objeto contratado, circunstância incompatível com a execução integral dos serviços e que requer imediata adequação às condições estabelecidas no edital, na proposta vencedora e no contrato;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada e a continuidade adequada dos serviços de manutenção dos aparelhos de ar-condicionado das unidades municipais;

Fica Vossa Senhoria NOTIFICADA para que, no prazo improrrogável de 3 (três) dias corridos, contado do recebimento desta notificação, apresente e adote as providências necessárias para a regularização da execução do objeto, mediante:

I – apresentação de orçamentos compatíveis com a totalidade dos equipamentos abrangidos pela contratação, observadas as condições e especificações estabelecidas no edital e na proposta vencedora; e

II – adoção das medidas necessárias para assegurar a execução integral dos serviços, de acordo com a demanda apresentada pelas Secretarias Municipais e com as condições estabelecidas no procedimento licitatório e no instrumento contratual.

O não atendimento desta notificação, assim como eventual constatação de inexecução ou execução inadequada das obrigações assumidas, poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação das sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Por essa razão, solicita-se o cumprimento das providências acima dentro do prazo estabelecido, de modo a assegurar a execução integral do objeto e evitar prejuízos à continuidade e à adequada prestação dos serviços públicos municipais.

Tibau/RN, 06 de outubro de 2026.

TATIANA MUNIZ DE SIQUEIRA
Fiscal de Contratos

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:24D515E7

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 348/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 348/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***ROMAYANA CÂNDIDO PAULINO DO NASCIMENTO*** ocupante do Cargo de ***COORDENADORA DO SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA*** Lotado(a) na **Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **1/2 MEIA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / APODI - RN / TIBAU - RN. Para Tratar De Assuntos Referentes A Adolescente,** no período de: **06/10/2026 à 06/10/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
MEIA DIARIA	400,00	200,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 05 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:45B21CBD

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 349/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 349/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***MABELLY FREIRE LOPES*** ocupante do Cargo de ***PSICOLÓGA*** Lotado(a) na **Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **1/2 MEIA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / APODI - RN / TIBAU - RN. Para Tratar De Assuntos Referentes A Adolescente,** no período de: **06/10/2026 à 06/10/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
MEIA DIARIA	400,00	200,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 05 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:97174424

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 350/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 350/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***FRANCIELLY LOUIZE DE ZOUZA AVELINO REBOUÇAS*** ocupante do Cargo de ***ASSISTENTE SOCIAL***Lotado(a) na **Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **1/2 MEIA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / APODI - RN / TIBAU - RN. Para Tratar De Assuntos Referentes A Adolescente,** no período de: **06/10/2026 à 06/10/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
MEIA DIARIA	400,00	200,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 05 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:7F394283

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2026 ADESÃO PREGÃO Nº 10/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI - ME - CNPJ: 18.588.224/0001-21
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos odontológicos, materiais de consumo odontológico,

instrumentais e insumos para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Tibau do Sul/RN.
VIGÊNCIA: Início: 16/09/2026 - Término: 16/09/2027
Valor: R$ 1.027.207,06, (um milhão, vinte e sete mil, duzentos e sete reais e seis centavos).
Tibau do Sul/RN, 16 de setembro de 2026

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P/Contratante

MARIA DA CONCEIÇÃO MOURA NASCIMENTO
Socia Administradora -P/Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:BCE82A85

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: J NUNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP - CNPJ: 21.172.344/0001-58
OBJETO: Abertura de licitação de gêneros alimentícios destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
VIGÊNCIA: Início: 22/09/2026 - Término: 22/09/2027
Valor: R$ 309.949,00, (trezentos e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais).

Tibau do Sul/RN, 22 de setembro de 2026

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P/Contratante

JULIANA NUNES MOURA
Representante Legal - P/Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:050AD2BF

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: QUALYSAT TECNOLOGIA RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEICULOS LTDA - CNPJ: 04.269.008/0001-09
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, QUADRICICLOS E JEEP PAU DE ARARA DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DESTA SECRETARIA.
VIGÊNCIA: Início: 24/09/2026 - Término: 24/09/2027
Valor: R$ 72.948,60, (setenta e dois mil, novecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

Tibau do Sul/RN, 24 de setembro de 2026

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito -P/Contratante

ANDREI GONCALVES DE LIRA
Representante - P/Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:B88C613B

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: CIRURGICA EXPRESS DITRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 44.130.732/0001-71
OBJETO: Aquisição de curativos, coberturas especiais e materiais correlatos para tratamento de feridas, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Tibau do Sul/RN, visando garantir a continuidade da assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: Incício: 01/10/2026 - Término: 01/10/2027
Valor: R$ 5.059.000,00, (cinco milhões, cinquenta e nove mil reais).
Tibau do Sul/RN, 01 de outubro de 2026

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P/Contratante

GILMARA ABRANTES DE MEDEIROS OLIVEIRA
Representante Legal -P/Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:9BCB0E31

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: GERLIANE PATRICIA DE SOUZA SILVA 09462265470 - CNPJ: 30.647.007/0001-60
OBJETO: Contratação dos serviços de apresentação artística e musical do cantor Padre José Carlos Arcelino, a ser realizado durante os festejos do Padroeiro de Nossa Senhora Aparecida.
VIGÊNCIA: Início: 06/10/2026 - Término: 09/10/2026
Valor: R$ 15.000,00, (quinze mil reais).
Tibau do Sul/RN, 06 de outubro de 2026

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P / Contratante

GERLIANE PATRICIA DE SOUZA SILVA
Representante Legal - P / Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:177E7613

GESTOR DE CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 39/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 08.168.775/0001-82
CONTRATADA: R R LOPES ASSESSORIA LTDA - CNPJ: 11.801.158/0001-87
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL DOS CONVÊNIOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, PROVENIENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES ATRAVÉS DA CAIXA E CONTRATOS DE REPASSE PARA O MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN.
VIGÊNCIA: Início: 06/10/2026 - Término: 06/10/2027
Valor: R$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.

Tibau do Sul/RN, 06 de outubro de 2026

VALDENICIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito - P / Contratante

ROSA MARIA LOPES
Socia Administradora - P /Contratada

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:8499BAB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE Nº 76/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE Nº 76/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante: MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratada: NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 04.770.238/0001-57
Processo nº 172/2026 - Dispensa nº 076/2026 – Comissão de Contratação
Objeto: REVISÃO DO VEÍCULO SAVEIRO RQI-7H34 PERTENCENTE A SECRETARIA DE SAÚDE
VALOR: R$ 4.157,68 (quatro mil cento e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratante

NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:A1156196

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 601001/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026.

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas/RN, CNPJ nº 08.096.596/0001-87.
CONTRATADA: E R DE PAULA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 42.330.754/0001-50.
OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de construção de sistema de abastecimento de água na Comunidade Pintado, zona rural do Município de Timbaúba dos Batistas/RN, conforme especificações técnicas, projetos e demais documentos integrantes do procedimento licitatório.
VALOR GLOBAL: R$ 854.000,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil reais). **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço. **VIGÊNCIA:** 05 (cinco) meses consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, admitida prorrogação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. **FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Timbaúba dos Batistas/RN, 29 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:38894893

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2026- DISPENSA Nº 80/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS E REAGENTES LABORATORIAIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: J B CAVALCANTE COMÉRCIO E SERVIÇOS, CNPJ: 22.986.386/0001-95 representada por JONATAS BEZERRA CAVALCANTE.
Valor Total: R$ 61.898,56 (sessenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos).
Vigência: 12 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e JONATAS BEZERRA CAVALCANTE.

Data da Assinatura: 28 de agosto de 2026

Timbaúba dos Batistas, 28 de agosto de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:13C1B2B1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1001001/2026 DISPENSA Nº 80/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):J B CAVALCANTE COMÉRCIO E SERVIÇOS, CNPJ/CPF nº22.986.386/0001-95
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:AQUISIÇÃO DE INSUMOS E REAGENTES LABORATORIAIS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$64.580,73 (sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e três centavos)
VALOR CONTRATADO:R$61.898,56 (sessenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos)
ECONOMIA:R$2.682,17 (dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos)
RATIFICAÇÃO EM:21 de agosto de 2026

Timbaúba dos Batistas, 21 de agosto de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:CEDC3063

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2026

Processo Administrativo: nº 78/2024. **Pregão Eletrônico:** nº 14/2024. **Contratantes:** Município de Touros/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02; Fundo Municipal de Saúde de Touros, CNPJ nº 18.325.678/0001-00; e Fundo Municipal de Assistência Social de Touros, CNPJ nº 14.779.349/0001-88. **Contratada:** SUPRINOR-SUPRIMENTOS DO NORDESTE LTDA ME, CNPJ nº 07.209.477/0001-20.
Objeto: Contratação decorrente do saldo da Ata de Registro de Preços vinculada ao Pregão Eletrônico nº 14/2024, visando à aquisição futura e eventual de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Touros/RN, conforme

especificações, quantitativos e condições estabelecidos no edital, no Termo de Referência e na proposta da contratada.
Valor total global: R$ 87.397,07 (oitenta e sete mil, trezentos e noventa e sete reais e sete centavos). **Vigência:** de 25 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2027. **Data da assinatura:** 25 de setembro de 2026.
Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os arts. 84, parágrafo único, 89, 92, 94, inciso I, e 105, além das disposições do edital e da Ata de Registro de Preços que originaram a contratação.
Signatários: Pedro Ferreira de Farias Filho, Prefeito; Elisa Emanoely Bezerra Alves, Gestora do Fundo Municipal de Saúde; Fernanda Barros Rocha, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social; e Milton Ezequiel Fonseca Filho, representante da contratada.

Touros/RN, 25 de setembro de 2026.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:49E77C29

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 36/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 18100.000029/2026;

Concorrência Eletrônica: nº 05/2026 - **Contratante:** Município de Touros/RN – CNPJ: 08.234.155/0001-02 - **Contratado:** Rocha Engenharia LTDA – CNPJ: 37.579.814/0001-32 - **Objeto:** Primeiro termo aditivo de prazo - Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a Construção de Espaço Esportivo no Município de Touros/RN, conforme projeto padronizado pelo Ministério do Esporte, relativo ao Termo de Compromisso nº 987387/2025. **Vigência:** 29/09/2026 até 25/02/2027. **Fundamentação Legal:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis. **Data da Assinatura:** 28 de setembro de 2026.

Touros/RN, 28 de setembro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:E8C65BC4

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 49/2026

Processo Administrativo nº 980/2024. Pregão Eletrônico nº 14/2024. Contratantes: Município de Touros/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02; Fundo Municipal de Saúde de Touros, CNPJ nº 18.325.678/0001-00; e Fundo Municipal de Assistência Social de Touros, CNPJ nº 14.779.349/0001-88. Contratada: ADW Comércio de Alimentos Ltda., CNPJ nº 08.797.103/0001-36. **Objeto:** Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 49/2026, referente à aquisição futura e eventual de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Touros/RN, conforme itens e valores discriminados no Anexo I do termo aditivo. **Valor global da recomposição:** R$ 1.546.531,25 (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). **Fundamento legal:** art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e arts. 92, inciso V, 124, inciso II, alínea "d", 131, parágrafo único, e 132 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Data de assinatura:** 7 de outubro de 2026. **Signatários:** Pedro Ferreira de Farias Filho, pelo Município de Touros/RN; Elisa Emanoely Bezerra Alves, pelo Fundo Municipal de Saúde; Fernanda Barros Rocha, pelo Fundo Municipal de Assistência Social; e Flávio Carvalho Dantas Wanderley, pela contratada.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:74D23495

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS PESSOA JURÍDICA

O Município de Touros, através da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação, reconhece que a empresa ASP SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA CNPJ nº 26.747.505/0001-08 realizou, realizou execução de serviços de instalação e fornecimento de equipamentos necessários a modernização da iluminação pública no município de Touros/ RN, conforme registro no Processo Administrativo n. 16100.000262/2026, relativamente ao 9º. Boletim de medição. Município de Touros/RN - PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO – Prefeito e ASP SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - - DATA: 07/10/2026

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:639AA94C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 25 , DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - LEI N.151

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
Exercício: 2026
01612376/0001-10
DECRETO Nº 25 , DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - LEI N.151

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$6.271,67 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)		**6.271,67**
02 16 00 SECRETARIA	MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
929 15.451.0058.1018.0000	URBANISMO	6.271,67
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 1 706 3110
706	Transferência Especial da União	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:		6.271,67
Fontes de Recurso		
706	3110	6.271,67

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 24 de AGOSTO de 2026

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:C9C34511

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7 , DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
01612376/0001-10 Exercício:2026
PORTARIA Nº 7 , DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, no uso da atribuição que lhe confere o art.35, da Lei nº 151 de 02/12/2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2026.
Resolve:
Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo desta portaria, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026
Art.2º. A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº151, de 02 de DEZEMBRO de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 03 de AGOSTO de 2026

_____

ANEXO	
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 01 PODER LEGISLATIVO	
01 01 00 CÂMARA MUNICIPAL	
Ficha: 3 01.031.0001.2001.0000 PROCESSO LEGISLATIVO	2.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	2.000,00
REDUÇÕES	
LOCAL: 01 PODER LEGISLATIVO	
01 01 00 CÂMARA MUNICIPAL	
Ficha: 8 01.031.0001.2001.0000PROCESSO LEGISLATIVO	-2.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
TOTAL DAS ANULAÇÕES	-2.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:22B8656B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
DESPACHO/DECISÃO

DESPACHO/DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05001.000558/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026
EMPENHO Nº 831002/2026 – ORDEM CS Nº 1747/2026
FORNECEDOR: SUPRA LTDA. – CNPJ Nº 53.741.290/0001-90
ASSUNTO: ANÁLISE DE DEFESA ADMINISTRATIVA E CONSOLIDAÇÃO DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – RELATÓRIO
Trata-se de Processo Administrativo instaurado em razão do descumprimento, pela empresa **SUPRA LTDA., CNPJ nº 53.741.290/0001-90**, das obrigações assumidas na **Ata de Registro de Preços nº 060/2026**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 017/2026, cujo objeto consiste no fornecimento de suplementos alimentares destinados aos pacientes da rede municipal de saúde.
A empresa é fornecedora registrada dos itens 4 e 10 da Ata, tendo sido emitida a **Nota de Empenho nº 831002/2026**, em 31/08/2026, posteriormente encaminhada à contratada em 02/09/2026.
Nos termos do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços, o prazo para entrega dos produtos era de até **07 (sete) dias úteis**.
A empresa, contudo, não realizou a entrega no prazo estabelecido, tendo informado à Administração que os produtos não se encontravam disponíveis em seu estoque e que aguardava o recebimento junto aos seus fornecedores.
Diante da essencialidade dos produtos, destinados a pacientes da rede municipal de saúde, foi concedido, por meio de decisão administrativa de 15/09/2026, **prazo final e excepcional de 03 (três) dias úteis** para cumprimento da obrigação, tendo a empresa sido regularmente notificada em 16/09/2026.
O prazo final expirou em **21/09/2026**, sem que os produtos fossem entregues.
Posteriormente, em 24/09/2026, a empresa encaminhou manifestação acompanhada da Nota Fiscal nº 758, CT-e nº 535.496 e documentos de rastreamento, informando que a mercadoria estaria em trânsito.
A documentação juntada aos autos registra, contudo, que o CT-e nº 535.496 foi emitido em **23/09/2026**, mesma data indicada no rastreamento para a coleta da mercadoria, portanto após o encerramento do prazo excepcional concedido pela Administração.
Em razão do inadimplemento, da ausência de entrega dentro dos prazos concedidos e do risco à continuidade do fornecimento de produtos essenciais aos pacientes da rede municipal, foi proferida decisão administrativa em 30/09/2026 determinando, em juízo administrativo preliminar, o **cancelamento do registro da empresa na Ata de Registro de Preços nº 060/2026 e, por consequência, o cancelamento da própria Ata**, com fundamento no subitem 5.7.1 da Ata e no art. 244, incisos I e III, do Decreto Municipal nº 040/2026, assegurando-se à empresa prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de defesa.
A empresa apresentou sua **Defesa Administrativa – Manifestação Final em 02/10/2026**, portanto dentro do prazo concedido.
Em síntese, sustenta a empresa que a mercadoria teria sido regularmente expedida, que foram realizadas diligências junto a transportadoras, que a carga teria sido coletada em 22/09/2026 e que o atraso teria decorrido de falha operacional da empresa **BRIX Cargo**, especialmente pelo direcionamento equivocado da carga para Recife/PE.
Alega, ainda, a existência de fato superveniente, consubstanciado em comunicação da própria transportadora, datada de 02/10/2026, na qual esta reconhece o direcionamento equivocado da carga. Requer, ao final, a revogação do cancelamento e a continuidade da contratação, ou, subsidiariamente, a concessão de novo prazo para conclusão da entrega.
Após o recebimento da defesa, o Setor de Compras certificou, em **06/10/2026**, que a empresa informou, em contato telefônico, que os itens haviam retornado à sede da SUPRA e **ainda não haviam sido enviados**, circunstância que demonstra a permanência do inadimplemento.
É o relatório.

II – DA TEMPESTIVIDADE DA DEFESA
A defesa apresentada pela empresa SUPRA LTDA. deve ser conhecida, uma vez que foi encaminhada em 02/10/2026, dentro do prazo de 05 (cinco) dias concedido pela decisão administrativa de 30/09/2026.
Assim, encontra-se devidamente assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, passando-se à análise dos argumentos apresentados e dos documentos juntados aos autos.

III – DA ANÁLISE DA DEFESA
A defesa apresentada pela empresa merece ser analisada com atenção, especialmente em razão da documentação relacionada à atuação da transportadora BRIX Cargo.
De fato, consta dos autos comunicação encaminhada pela própria transportadora em 02/10/2026, na qual foi informado que a carga correspondente à NF nº 758, destinada a Upanema/RN, havia sido direcionada equivocadamente para Recife/PE. A transportadora também informou que havia solicitado o retorno da carga para sua filial em Goiânia/GO e que acompanharia a situação para definir a continuidade da operação.
Todavia, embora tal circunstância seja considerada por esta Administração, **ela não é suficiente para afastar o inadimplemento que fundamentou a decisão de cancelamento**.
Isso porque o prazo original de entrega já havia sido ultrapassado e, diante da essencialidade dos produtos, a Administração concedeu prazo adicional, excepcional e final de 03 (três) dias úteis, encerrado em 21/09/2026.
Ainda assim, não houve entrega.
Mais do que isso, a documentação apresentada pela própria empresa evidencia que a mercadoria somente foi coletada pela transportadora em **23/09/2026**, conforme registro constante do rastreamento e do CT-e nº 535.496, ou seja, **dois dias úteis após o encerramento do prazo final concedido pela Administração**.

A própria Nota Fiscal nº 758 foi emitida em 18/09/2026, mas o documento de transporte somente foi emitido em 23/09/2026, circunstância que demonstra que a mercadoria não havia sido efetivamente encaminhada ao Município dentro do prazo excepcional concedido. document - 2026-10-07T090754.166

Registre-se, ainda, que a defesa afirma que a coleta teria ocorrido em 22/09/2026, enquanto os documentos de transporte juntados aos autos registram a coleta em **23/09/2026**, devendo prevalecer, para fins de análise objetiva do procedimento, a documentação formal de transporte constante dos autos.

Portanto, mesmo admitindo-se a ocorrência posterior de falha operacional da transportadora, tal circunstância **não explica nem afasta o fato de que a obrigação já se encontrava inadimplida antes mesmo do início efetivo do transporte da mercadoria**.

IV – DA ALEGADA FALHA DA TRANSPORTADORA

Não se desconhece que a BRIX Cargo reconheceu ter direcionado equivocadamente a carga para Recife/PE.

Entretanto, a ocorrência somente foi formalmente comunicada pela transportadora em 02/10/2026, quando o prazo contratual e o prazo excepcional concedido pela Administração já haviam sido integralmente ultrapassados.

A empresa tinha ciência de que deveria cumprir prazo específico para fornecimento dos produtos e, diante do primeiro inadimplemento, recebeu oportunidade adicional para regularização.

A escolha, contratação e acompanhamento da cadeia logística necessária à entrega dos produtos integram a esfera de organização da fornecedora, que assumiu a obrigação de fornecer os produtos nos prazos estabelecidos nos instrumentos que regem a contratação.

Nesse sentido, a ocorrência posterior de falha operacional da transportadora não altera o fato de que a empresa não conseguiu disponibilizar e entregar os produtos no prazo contratualmente estabelecido nem no prazo excepcional posteriormente concedido pela Administração.

Ressalte-se, ainda, que a própria documentação constante dos autos demonstra que a empresa já havia informado anteriormente que não possuía os produtos em estoque e que dependia de recebimento junto a terceiros.

Assim, a justificativa apresentada não afasta a caracterização do descumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

V – DA PERMANÊNCIA DO INADIMPLEMENTO

Outro elemento de especial relevância para a presente decisão é que a defesa apresentada em 02/10/2026 não foi acompanhada da efetiva regularização da obrigação.

Ao contrário, em **06/10/2026**, o Setor de Compras certificou que, após contato com a representante da empresa, esta informou que os itens haviam retornado à sede da SUPRA e **ainda não haviam sido enviados**.

Portanto, o fato superveniente invocado pela empresa não resultou na solução do inadimplemento.

A situação atualmente documentada nos autos é ainda mais relevante porque demonstra que, mesmo após a decisão administrativa que determinou o cancelamento e após a apresentação da defesa, **os produtos continuam sem entrega ao Município**.

Não se trata, portanto, de situação em que o atraso tenha sido integralmente solucionado e em que restaria apenas avaliar as consequências de um atraso pretérito.

Permanece configurado o descumprimento da obrigação de fornecimento.

VI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DA ATA

A Ata de Registro de Preços nº 060/2026 estabelece, em sua cláusula de Revisão e Cancelamento, subitem 5.7.1, que o registro do fornecedor será cancelado quando houver **descumprimento das condições da Ata**. A própria Ata também estabelece prazo máximo de 07 (sete) dias úteis para entrega dos produtos.

No âmbito municipal, o art. 244, incisos I e III, do Decreto Municipal nº 040/2026 prevê o cancelamento do registro do fornecedor e da respectiva Ata nas hipóteses de descumprimento das condições da Ata e de inexecução parcial ou total da obrigação.

No caso concreto, restou demonstrado que:

a) a empresa não cumpriu o prazo original de entrega;

b) a empresa não cumpriu o prazo excepcional de 03 (três) dias úteis concedido pela Administração;

c) a mercadoria somente foi efetivamente encaminhada à transportadora após o encerramento do prazo excepcional;

d) a previsão de entrega apresentada pela empresa era posterior ao prazo final concedido;

e) a carga posteriormente sofreu falha operacional durante o transporte;

f) mesmo após a apresentação da defesa, os produtos não foram entregues;

g) em 06/10/2026, a própria representante da empresa informou que os produtos haviam retornado à sede da SUPRA e ainda não haviam sido reenviados.

Dessa forma, a documentação superveniente apresentada pela empresa **não descaracteriza o descumprimento das condições da Ata**, tampouco demonstra fato capaz de justificar a manutenção do registro da fornecedora.

Ao contrário, os elementos posteriores reforçam a conclusão de que a Administração não dispõe de segurança quanto à capacidade da empresa de cumprir tempestivamente os próximos fornecimentos.

Essa circunstância é especialmente grave diante da natureza dos produtos, destinados a lactentes e pacientes submetidos a terapia nutricional, cuja indisponibilidade pode comprometer a continuidade da assistência prestada pela rede municipal de saúde. A Secretaria Municipal de Saúde informou, inclusive, a necessidade de adoção de contratação emergencial para assegurar a continuidade do atendimento.

VII – DO INTERESSE PÚBLICO

A manutenção do registro de fornecedor pressupõe a existência de condições mínimas de confiabilidade quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.

No presente caso, a empresa não conseguiu cumprir o primeiro fornecimento, mesmo após ter recebido prazo adicional e excepcional para regularização.

A manutenção do registro, diante da natureza essencial dos produtos e da ausência de entrega até o momento, exporia a Administração ao risco de novos atrasos e de descontinuidade no fornecimento dos suplementos alimentares destinados aos pacientes da rede municipal de saúde.

Assim, o interesse público, no caso concreto, recomenda a consolidação do cancelamento, possibilitando ao Município adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade do fornecimento por meio dos mecanismos previstos na legislação e nos instrumentos do certame.

VIII – DA DISTINÇÃO ENTRE O CANCELAMENTO E EVENTUAIS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Registre-se que o presente ato **não constitui aplicação de penalidade administrativa**.

O cancelamento do registro decorre do descumprimento das condições da Ata e da necessidade de preservação do interesse público e da continuidade do fornecimento.

Eventual aplicação de multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade ou ressarcimento de prejuízos deverá ser objeto do procedimento administrativo próprio anteriormente determinado, no qual deverão ser observados o contraditório e a ampla defesa.

Dessa forma, os argumentos apresentados pela empresa relativos à ausência de dolo, à boa-fé e à proporcionalidade das sanções poderão ser oportunamente considerados no procedimento específico destinado à apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidades, sem que tais argumentos afastem, por si sós, o fundamento objetivo para o cancelamento do registro.

IX – DECISÃO

Diante de todo o exposto, considerando os elementos constantes dos autos, a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, a decisão administrativa anteriormente proferida, a defesa apresentada pela empresa SUPRA LTDA., os documentos de transporte juntados aos autos e, especialmente, a certidão do Setor de Compras de 06/10/2026, **DECIDO**:

1. CONHECER da Defesa Administrativa apresentada pela empresa **SUPRA LTDA., CNPJ nº 53.741.290/0001-90**, por ser tempestiva;

2. NÃO ACOLHER os argumentos apresentados pela empresa, por não serem suficientes para afastar o descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços nº 060/2026;

3. RECONHECER que a ocorrência relacionada ao direcionamento equivocado da carga pela transportadora BRIX Cargo constitui fato efetivamente documentado nos autos, mas que tal circunstância não afasta o inadimplemento já configurado antes mesmo da efetiva coleta da mercadoria, nem justifica a manutenção do registro da fornecedora;
4. MANTER E CONSOLIDAR o **CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMPRESA SUPRA LTDA.** na Ata de Registro de Preços nº 060/2026, com fundamento no subitem 5.7.1 da Ata e no art. 244, incisos I e III, do Decreto Municipal nº 040/2026;
5. MANTER E CONSOLIDAR, por consequência, o **CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026**, tendo em vista que a empresa SUPRA LTDA. é a fornecedora registrada dos itens constantes da referida Ata;
6. DETERMINAR que o Setor de Compras proceda às anotações necessárias quanto ao cancelamento do registro e da Ata, bem como adote as providências administrativas decorrentes;
7. DETERMINAR, após a consolidação do cancelamento, que sejam adotadas as providências necessárias para a convocação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva ou dos remanescentes do Pregão Eletrônico nº 017/2026, conforme as disposições legais e editalícias aplicáveis, visando assegurar a continuidade do fornecimento dos produtos;
8. DETERMINAR que a Secretaria Municipal de Saúde seja cientificada desta decisão e informe ao Gabinete do Prefeito e ao Setor de Compras eventual entrega posterior dos produtos, para fins de registro e adoção das providências administrativas cabíveis;
9. MANTER a determinação de instauração de procedimento administrativo próprio para apuração da responsabilidade da empresa SUPRA LTDA. quanto às infrações eventualmente praticadas, inclusive para análise de eventual aplicação de multa, impedimento de licitar e contratar e ressarcimento dos prejuízos causados à Administração, assegurados, naquele procedimento, o contraditório e a ampla defesa;
10. DETERMINAR a remessa de cópia desta decisão à Procuradoria Jurídica do Município, para ciência e acompanhamento das providências decorrentes;
11. NOTIFICAR a empresa SUPRA LTDA. acerca da presente decisão, com comprovação de ciência nos autos.
Cumpra-se.
Publique-se, se necessário.

Upanema/RN, 07 de outubro de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:1781DF2B

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 0509, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA N.º 0509, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020 e tendo em vista a solicitação de diária da Servidora **MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER**:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER três diárias, sendo duas com pernoite, no valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais), e uma sem pernoite, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando R$ 1.600,00 (um mil e seis centos reais), a senhora **MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER**, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para fazer face às despesas com locomoção e pousada na cidade de Campina Grande/PB, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento:XII Congresso Nacional de Educação – CONEDU - Campina Grande/PB
Local de destino: Campina Grande/PB;
Período do Afastamento: 08 à 10 de OUTUBRO de 2026;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:281D276C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO)
CONTRATADA: ASSOCIACAO DOS APICULTORES E AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRARIA DE PALHEIROS III, CNPJ: 11.861.048/0001-00
Processo nº 08001.000001/2026 – Chamada Pública nº 001/2026
OBJETO: Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, às unidades da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
VALOR: O valor total do presente contrato para fornecimento pelo período pra credenciado é estimado em R$ 39.935,28 (trinta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
08.001 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2019 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL – PNAE
2020 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE – PNAE
2149 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA – PNAE
2151 - FUNCION. DO PROG. NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
VIGENCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme

natureza do fornecimento descrita neste Instrumento e no Termo de Referência da presente contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
(SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO)
ASSINADO PELO CONTRATANTE

ASSOCIACAO DOS APICULTORES E AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRARIA DE PALHEIROS III,
CNPJ: 11.861.048/0001-00
ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:4E1A32C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO)
CONTRATADA: ISMAR VICENTE DOS SANTOS, CPF: 513.052.244-34
Processo nº 08001.000001/2026 – Chamada Pública nº 001/2026
OBJETO: Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, às unidades da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
VALOR: O valor total do presente contrato para fornecimento pelo período pra credenciado é estimado em R$ 39.935,28 (trinta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
08.001 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2019 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL – PNAE
2020 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE – PNAE
2149 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA – PNAE
2151 - FUNCION. DO PROG. NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
VIGENCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme natureza do fornecimento descrita neste Instrumento e no Termo de Referência da presente contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
(Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto)
Assinado Pelo Contratante

ISMAR VICENTE DOS SANTOS,
CPF: 513.052.244-34
Assinado Pela Contratada

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:BF8C8EE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO)
CONTRATADA: KALINE PAULINA DA SILVA, CPF: 061.089.194-42
Processo nº 08001.000001/2026 – Chamada Pública nº 001/2026
OBJETO: Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, às unidades da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
VALOR: O valor total do presente contrato para fornecimento pelo período pra credenciado é estimado em R$ 39.935,28 (trinta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
08.001 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2019 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL – PNAE
2020 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE – PNAE
2149 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA – PNAE
2151 - FUNCION. DO PROG. NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
VIGENCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme natureza do fornecimento descrita neste Instrumento e no Termo de Referência da presente contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
(Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto)
Assinado Pelo Contratante

KALINE PAULINA DA SILVA,
CPF: 061.089.194-42
Assinado Pela Contratada

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:B924C555

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO)
CONTRATADA: CELIZEUDA CEZARIO DA SILVA PEREIRA, CPF: 482.292.374-68
Processo nº 08001.000001/2026 – Chamada Pública nº 001/2026
OBJETO: Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, às unidades da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Upanema/RN.

VALOR: O valor total do presente contrato para fornecimento pelo período pra credenciado é estimado em R$ 39.440,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
08.001 - SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO
2019 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL – PNAE
2020 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE – PNAE
2149 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA – PNAE
2151 - FUNCION. DO PROG. NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
VIGENCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme natureza do fornecimento descrita neste Instrumento e no Termo de Referência da presente contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO)
ASSINADO PELO CONTRATANTE

CELIZEUDA CEZARIO DA SILVA PEREIRA,
CPF: 482.292.374-68
ASSINADO PELA CONTRATADA

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:4DF2E61E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2026

Dispensa de Licitação nº 056/2026
Processo nº 08001.000142/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Dispensa de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72, VI e VII c/c artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria e emissão de pareceres técnicos, visando apoiar a execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Ciclo 2) no Município de Upanema/RN.

EMPRESA: JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 50.370.103/0001-11.
VALOR: R$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 07 de outubro de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:E636F7E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 020/2026, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 020/2026, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER três diárias, sendo duas com pernoite valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais) fora do Estado e uma sem pernoite valor unitário R$ 200,00 (duzentos reais) fora do Estado, no valor totalizando R$ 800,00 (oitocentos reais) a senhora **KELLY MIRELLY DE LIMA GAMA,** ocupante do cargo de Coordenador de Igualdade Racial, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Campina Grande/PB, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento:XII Congresso Nacional de Educação – CONEDU - Campina Grande/PB
Local de destino: Campina Grande/PB;
Período do Afastamento: 08 à 10 de OUTUBRO de 2026;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária Municipal De Educação, Cultura E Desporto

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:99E122E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 021/2026, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 021/2026, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos

servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER três diárias, sendo duas com pernoite valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais) fora do Estado e uma sem pernoite valor unitário R$ 200,00 (duzentos reais) fora do Estado, no valor totalizando R$ 800,00 (oitocentos reais) ao senhor **LEMUEL BRUNO COSTA ARAUJO,** ocupante do cargo de GERENTE DE CULTURA, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Campina Grande/PB, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento:XII Congresso Nacional de Educação – CONEDU - Campina Grande/PB
Local de destino: Campina Grande/PB;
Período do Afastamento: 08 à 10 de OUTUBRO de 2026;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária Municipal De Educação, Cultura E Desporto

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:147777A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE UPANEMA/RN
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

Institui o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Upanema/RN, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE UPANEMA/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pela Lei Municipal nº 784, de 14 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, que assegura à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, a efetivação de seus direitos fundamentais;
CONSIDERANDO o disposto no art. 204, inciso II, da Constituição Federal, que estabelece a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e no controle das ações em todos os níveis;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, da participação e do respeito à condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento;
CONSIDERANDO a Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto Federal nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, que assegura às crianças e aos adolescentes o direito de expressarem livremente suas opiniões sobre todos os assuntos que lhes digam respeito;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso II, alínea "b", da Lei Municipal nº 2.851, de 12 de novembro de 2025, que prevê a participação de representantes oriundos das organizações de adolescentes e/ou do Comitê de Participação de Adolescentes na composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o protagonismo juvenil, assegurar a participação social dos adolescentes e ampliar os espaços democráticos de diálogo, escuta e construção das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência no Município de Upanema/RN;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO
Art. 1º Fica instituído o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Upanema/RN – CMDCA, como instância permanente de participação social, de caráter consultivo e propositivo, vinculada ao Conselho.
Parágrafo único. O CPA constitui espaço democrático destinado à promoção do protagonismo juvenil, da participação cidadã e da escuta qualificada dos adolescentes na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS
Art. 2º A atuação do Comitê observará os seguintes princípios:
I – proteção integral;
II – prioridade absoluta;
III – participação social;
IV – protagonismo juvenil;
V – escuta qualificada;
VI – autonomia progressiva;
VII – respeito à diversidade;
VIII – igualdade e não discriminação;
IX – gestão democrática das políticas públicas;
X – respeito à dignidade e ao desenvolvimento integral dos adolescentes.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS
Art. 3º São objetivos do CPA:
I – promover o protagonismo juvenil e a participação cidadã;
II – garantir a participação dos adolescentes na discussão das políticas públicas municipais;
III – estimular o exercício do controle social;
IV – apresentar sugestões, propostas e recomendações ao CMDCA;
V – contribuir para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas destinadas à infância e à adolescência;
VI – incentivar a participação dos adolescentes nas Conferências Municipais e demais espaços de participação social;
VII – promover ações de divulgação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
VIII – fortalecer a articulação entre adolescentes, Poder Público e sociedade civil.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO
Art. 4º O Comitê será composto por 4 (quatro) adolescentes, com idade entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos, residentes no Município de Upanema/RN.
§ 1º A composição observará, sempre que possível, critérios de diversidade e representatividade, contemplando adolescentes de diferentes escolas, comunidades, projetos esportivos, culturais, sociais, religiosos e demais organizações existentes no Município.
§ 2º A participação no CPA é considerada serviço público relevante, não remunerado e não gera vínculo empregatício ou previdenciário.

CAPÍTULO V
DA SELEÇÃO E DO MANDATO
Art. 5º Os membros do CPA serão selecionados mediante Edital de Chamamento Público aprovado pelo CMDCA.
§ 1º A inscrição dependerá de autorização expressa dos pais ou responsáveis legais.

§ 2º O mandato será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

CAPÍTULO VI
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 6º Compete ao Comitê:
I – apresentar propostas ao CMDCA;
II – participar das ações promovidas pelo Conselho;
III – contribuir para o fortalecimento das políticas públicas destinadas às crianças e aos adolescentes;
IV – incentivar a participação de outros adolescentes na vida comunitária;
V – promover debates e ações educativas sobre direitos humanos, cidadania e Estatuto da Criança e do Adolescente;
VI – colaborar com campanhas e projetos desenvolvidos pelo CMDCA.

CAPÍTULO VII
DO FUNCIONAMENTO
Art. 8º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo CMDCA.
Parágrafo único. As reuniões poderão ocorrer presencialmente ou, excepcionalmente, por meio virtual, quando as circunstâncias assim exigirem.

CAPÍTULO VIII
DA FORMAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO
Art. 9º O CMDCA promoverá ações permanentes de formação dos integrantes do CPA, contemplando, entre outros temas:
I – Estatuto da Criança e do Adolescente;
II – direitos humanos;
III – participação e controle social;
IV – cidadania;
V – políticas públicas;
VI – protagonismo juvenil.
Art. 10. O CMDCA designará um de seus membros para acompanhar institucionalmente o CPA, sem prejuízo do apoio prestado pela Secretaria-Executiva do Conselho.
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CMDCA.
Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Upanema/RN, 05 de Outubro de 2026.

JOSÉ JONAS FREIRE FILHO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDC

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:62BCCAFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 062, 06 DE OUTUBRO DE 2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 062, 06 DE OUTUBRO DE 2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** do Município de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º – CONCEDER UMA diária, **SEM** pernoite, no valor unitário de R$120,00 (cento e cinte reais) ao senhor **ANTÔNIO EDUARDO FREIRE BEZERRA**, matrícula **0580**, ocupante do cargo de **motorista**, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de **Alexandria/RN,** conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Deslocamento com pacientes para realização de consultas/exames com especialistas.
Local de destino: Alexandria/RN.
Período do Afastamento: 02 de outubro de 2026.

Art. 2º – O servidor beneficiário de que trata o art. 1º ao 9º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.
Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:7C3F9407

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 141/2026-GP

Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo comissionado de Subsecretário de Agricultura e Recursos Hídricos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do cargo comissionado de Subsecretário de Agricultura e Recursos Hídricos, o servidor **Tarciso Alves da Silva** matrícula n.º 130480-1, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, nomeado através da Portaria nº 32/2025-GP, de 06 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 07 de outubro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:3A26A6C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 142/2026-GP

Dispõe sobre a nomeação para o cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Venha-Ver**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO as disposições do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 122/1994;
CONSIDERANDO os fundamentos e normas legais da Administração Pública;
CONSIDERANDO os procedimentos administrativos e outros aspectos pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o **Sr. Tarciso Alves da Silva**, matrícula nº 130287-6, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos, na Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos.

Parágrafo único. A nomeação para o exercício do cargo de confiança de que trata a presente portaria submete o servidor nomeado às exigências e disposições legais das leis municipais.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 07 de outubro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:D605012D

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de decoração temática, com fornecimento de materiais, estrutura, montagem, manutenção e desmontagem, destinados à ambientação dos eventos comemorativos, culturais, cívicos e religiosos promovidos pela Prefeitura Municipal de Venha Ver (RN).

DECLARO dispensável a licitação afigurando-me que a contratação é legal, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 01, de 04 de janeiro de 2022, AUTORIZO o procedimento para se contratar as empresas: 52.277.917 DAMIAO SOARES DE SOUSA, CNPJ: 52.277.917/0001-31, objetivando Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de decoração temática, com fornecimento de materiais, estrutura, montagem, manutenção e desmontagem, destinados à ambientação dos eventos comemorativos, culturais, cívicos e religiosos promovidos pela Prefeitura Municipal de Venha-Ver (RN), com o valor total julgado de R$ 60.750,00 (sessenta mil e setecentos e cinquenta reais), tudo de conformidade com os documentos que instruem o Processo Administrativo nº 2927687/2026.

Face ao disposto da Lei federal nº 14.133/21, submeto o ato à autoridade superior para a sua ratificação e devida publicidade.

Venha-Ver/RN, aos 07 de outubro de 2026.

DAMIANA QUEIROZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:C16AA474

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA-PEÇAS EQUIPAMENTOS MÉDICOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Prefeitura Municipal de Venha-Ver
Rua José Bernardo de Aquino, 53, Centro, Venha-Ver/RN
CNPJ: 01.612.380/0001-88

AVISO DE COTAÇÃO- PEÇAS DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES

Objeto: Aquisição de peças para a manutenção de Equipamentos médicos/hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais do Município de Venha Ver (RN).
O município de Venha-Ver, situado no Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em participar de processo administrativo, visando a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição dos itens abaixo especificado:

Lote/Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
00/001	MANGUEIRA TRÍPLICE P/ ALTA	UND	50.00	37,00	1.850,00
00/002	MANGUEIRA P/ SUGADOR	UND	50.00	23,50	1.175,00
00/003	MANGUEIRA P/ COMPRESSOR	UND	50.00	12,00	600,00
00/004	ROLAMENTO ALTA ROTAÇÃO	UND	60.00	64,00	3.840,00
00/005	PLACA ELETRÔNICA DE CAD. ODONT.	UND	6.00	988,00	5.928,00
00/006	VÁLVULA DUPLA DE COMANDO DO EQUIPO	UND	12.00	175,00	2.100,00
00/007	INJECTOR P/ SUGADOR	UND	12.00	76,00	912,00
00/008	CHAVE GERAL 20A	UND	14.00	60,00	840,00
00/009	VÁLVULA SOLENÓIDE P/ AUTOCLAVE	UND	12.00	450,00	5.400,00
00/010	RESISTÊNCIA P/ AUTOCLAVE	UND	12.00	230,00	2.760,00
00/011	MANGUITO P/ AP. DE PRESSÃO	UND	40.00	21,00	840,00
00/012	BRAÇADEIRA P/ AP. DE PRESSÃO	UND	40.00	30,00	1.200,00
00/013	PERA P/ AP. DE PRESSÃO	UND	40.00	18,00	720,00
00/014	FILTRO DE AR C/ REGULADOR	UND	8.00	279,00	2.232,00
00/015	MANÍPULO DO AUTOCLAVE	UND	8.00	245,64	1.965,12
00/016	FONTE P/ FOTOPOLIMERIZADOR	UND	6.00	156,00	936,00
00/017	PONTEIRA P/ FOTOPOLIMERIZADOR	UND	6.00	212,00	1.272,00
00/018	BORRACHA GUARNIÇÃO P/ CENTRÍFUGA	UND	6.00	82,00	492,00
00/019	KIT CARVÕES CENTRÍFUGA	UND	6.00	90,00	540,00
00/020	KIT TUBULAÇÃO E REPARO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO	UND	4.00	320,00	1.280,00
00/021	GUARNIÇÃO DE VEDAÇÃO DA PORTA	UND	12.00	142,00	1.704,00
00/022	REGISTRO DE DRENAGEM COMPRESSOR	UND	8.00	43,33	346,64
00/023	REFIL FILTRO DE AR COMPRESSOR	UND	20.00	55,00	1.100,00
00/024	EIXO PUSH BUTTON P/ CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	UND	20.00	172,00	3.440,00
00/025	CIRCUITO ELETRÔNICO DE POTÊNCIA AUTOCLAVE	UND	6.00	890,00	5.340,00
00/026	MANGUEIRA SILICONADA LIGAÇÃO GERAL	UND	50.00	12,00	600,00
00/027	OCULAR 10X FIXA MICROSCÓPIO	UND	6.00	350,00	2.100,00
00/028	CABOS PARA APARELHO DE FISIOTERAPIA	UND	20.00	172,00	3.440,00
00/029	CABO PARA LARINGOSCÓPIO	UND	15.00	201,00	3.015,00
VALOR GLOBAL					**R$ 57.967,76**

Valor global do preço de referência R$ **57.967,76 (Cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos).**
Os interessados deverão encaminhar Proposta de Preços em conformidade com as especificações acima para o e-mail planejamentovenhaverrn@gmail.com/planejamento@venhaver.rn.gov.br até o dia 13 de outubro de 2026 às 23h59min ou apresentação de envelope com proposta no setor de protocolo no endereço: Rua José Bernardo de Aquino nº 53 - Centro – Venha Ver (RN), dentro do prazo acima previsto. O termo de referência encontra-se disponível na íntegra no site: https://venhaver.rn.gov.br/.
A proposta de preços deverá conter as seguintes informações: razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, Cidade/UF, telefone e e-mail válidos para contato, nome, CPF e cargo do responsável pela informação.
Em caso de divergência do valor unitário e valor global apresentado na proposta, será considerado o cálculo a partir do valor unitário.

Venha-Ver (RN), 06 de outubro de 2026.

VANDYGNA EMILIANA CHAVES DA SILVA
Apoio Administrativo

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:7B4BD234

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2026

CLEITOM JACOME DA COSTA, usando de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e suas posteriores alterações, resolve **HOMOLOGAR** o processo Nº 3132165/2026, para o Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas na prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, sem motorista e sem fornecimento de combustível, de pequeno, médio e grande porte, para atendimento das necessidades da(s) secretaria(s) municipal(is) de Venha-Ver, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, pelo prazo de vigência do credenciamento, mediante convocação conforme a demanda, e conforme preço fixado pela administração pública, descrita no (ETP) estudo técnico preliminar e termo de referência, e por estar regular e formalmente em ordem, em observância ao Instrumento Convocatório (Edital) 01/2026, que institui o credenciamento em epígrafe, realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, as empresas abaixo descritas:

EMPRESAS	CNPJ
ARCO EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	16.917.533/0001-72
RL LOCAÇÕES E CONSTRUCAO LTDA	54.009.174/0001-44

Venha-Ver/RN 07 de outubro de 2026.

CLEITOM JACOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:749578AE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
A Prefeitura Municipal de Vera Cruz/RN, através do setor de licitação, avisa a todos os interessados que no período de 08/10/2026 à 13/10/2026 estará recebendo proposta de preços para realização de Serviços monitoramento eletrônico 24 horas. As especificações do objeto, itens e condições de entrega e pagamento estão descritas no Termo de Referência/Projeto Básico que deverá ser solicitado via e-mail: licitacao.veracruzrn@gmail.com. As propostas deverão ser enviadas até às 17h00min do último dia do prazo exclusivamente para o e-mail: licitacao.veracruzrn@gmail.com.

Vera Cruz/RN, 07 de outubro de 2026.

LAISSA JAMILLE SANTOS DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:32D8AA24

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 2325/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DOS CONTRATOS Nº 07100001 /2025.

O Prefeito Municipal de Viçosa/RN, vem, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021, que exige da Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante devidamente designado;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato Nº **07100001**/2025, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Viçosa, a empresa **40.412.081 GLEDSON RAFAEL COSTA NASCIMENTO** inscrita no CNPJ sob o nº 40.412.081/0001-51, cujo objeto é a O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência do contrato n° 07100001/2025, por mais 12 (doze) meses, com início em 8 de outubro de 2026 e término em 7 de outubro de 2027, objetivando a continuação da Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e atualização de informações do site oficial da Prefeitura Municipal de Viçosa/RN..

I – Nadja Natália Santos, Matrícula n.º 190.684-4, na qualidade de Gestor do Contrato;

II – Michel da Costa Soares, Portaria n° 023/2025-PMV/GP, na qualidade de Fiscal do Contrato;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Prefeitura Municipal de Viçosa
CNPJ/MF nº 08.158.198/0001-48
VICTOR RAMON ALVES
Prefeito

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:59A023C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 30/2026, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"Regulamenta as isenções e os procedimentos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município de Florânia/RN, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORÂNIA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 65º, inciso VI, da lei Orgânica do Município, e em especial o artigo 65, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.048, de 19 de dezembro de 2024, que atualiza o Código Tributário do Município, alterada pela Lei Municipal nº 1.088, de 17 de setembro de 2025, bem como a necessidade de detalhar e aprimorar os mecanismos de administração tributária municipal,e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Lei Municipal nº 1.048, de 19 de dezembro de 2024, que estabelecem o valor venal do imóvel como base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e preveem a utilização de Planta Genérica de Valores para sua apuração;

CONSIDERANDO que o Município de Florânia já realizou o georreferenciamento de sua base cadastra limobiliária, o que proporciona maior acurácia na identificação, valoração e tributação dos imóveis, e que esta ferramenta deve ser plenamente integrada aos processos de gestão tributária;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios claros e objetivos para a concessão de isenções e a aplicação de reduções no valor do IPTU, conforme previsto nos artigos 11 e 12 da Lei Municipal nº 1.048/2024, garantindo a justiça fiscal e o amparo social a contribuintes que atendam a condições específicas;

CONSIDERANDO, ainda, a importância de campanhas promocionais, como o "IPTU Premiado", para estimular a adimplência fiscal e a conscientização dos contribuintes em relação aos tributos municipais, conforme previsto em legislação específica;

CONSIDERANDO a importância de regulamentar as formas de pagamento do IPTU, incluindo o parcelamento e as condições para o pagamento em cota única com desconto, conforme disposto nos artigos 20 e 21 da Lei Municipal nº 1.048/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a legislação tributária municipal com as normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo **Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966)** e demais diplomas legais federais e estaduais aplicáveis;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta as isenções e os procedimentos de lançamento, cálculo e pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município de Florânia/RN, em consonância com a Lei Municipal nº 1.048, de 19 de dezembro de 2024, alterada pela Lei Municipal nº 1.088, de 17 de setembro de 2025, e demais legislações aplicáveis.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, o IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 1.048/2024.

Art. 3º A administração tributária municipal buscará a constante modernização de seus processos, a transparência na aplicação das normas e a equidade fiscal, promovendo a integração de dados e a simplificação dos procedimentos para o contribuinte, com base nos avanços já alcançados, como o georreferenciamento da base cadastral.

CAPÍTULO II

DA BASE DE CÁLCULO, DAS ALÍQUOTAS, DO VALOR VENAL E DO GEORREFERENCIAMENTO

Art. 4º A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, determinado de acordo com o Art. 4º da Lei Municipal nº 1.048/2024.

§ 1º Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§ 2º O valor venal do imóvel será determinado, conforme o Art. 5º da Lei Municipal nº 1.048/2024:

I – tratando-se de imóvel construído, pelo valor da construção somado ao valor do terreno;

II – tratando-se de imóvel não construído, pelo valor da terra nua.

Art. 5º O imposto será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas sobre o valor venal do imóvel, nos termos do Art. 10 da Lei Municipal nº 1.048/2024, com a redação dada pela Lei Municipal nº 1.088, de 17 de setembro de 2025:

I – imóveis construídos, de uso residencial:

de valor venal até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – 0,3% (três décimos por cento);

de valor venal acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 0,3% (três décimos por cento);

de valor venal acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 0,2% (dois décimos por cento).

II – imóveis construídos, de uso industrial, comercial ou de serviço:

de valor venal até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – 0,3% (três décimos por cento);

de valor venal acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 0,3% (três décimos por cento);

de valor venal acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 0,2% (dois décimos por cento).

III – imóveis não construídos (terreno):

de valor venal até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – 0,4% (quatro décimos por cento);

de valor venal acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 0,4% (quatro décimos por cento);

de valor venal acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) – 0,4% (quatro décimos por cento).

Parágrafo único. Quando localizado em área selecionada pelo Código Tributário do Município, para fins do disposto no art. 182, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, o imóvel não construído (terreno) sujeita-se às alíquotas progressivas no tempo, não se lhe aplicando a regra do inciso III do presente artigo.

Art. 6º Para fins de apuração do valor venal dos imóveis, será utilizada a Planta Genérica de Valores, instituída e atualizada por Lei Municipal, a qual deverá incorporar de forma consolidada e contínua os dados e resultados provenientes do sistema de georreferenciamento da base cadastral imobiliária já existente.

Parágrafo único. A Planta Genérica de Valores conterá, no mínimo, os seguintes elementos, conforme o Art. 6º da Lei Municipal nº 1.048/2024:

I – valor de metro quadrado (m²) do terreno;

II – valor de metro quadrado (m²) de construção;

III – localização do terreno ou da construção;

Art. 7º O georreferenciamento da base cadastral imobiliária, já implementado, serve como ferramenta essencial para:

I – Identificar de forma precisa a localização, limites e área de cada imóvel no território municipal;

II – Correlacionar as informações geográficas com os dados do cadastro imobiliário, incluindo características físicas, uso e ocupação do solo;

III – Subsidiar a Comissão de Avaliação na elaboração e revisão da Planta Genérica de Valores, garantindo maior fidedignidade na valoração dos imóveis;

IV – Otimizar a fiscalização tributária, permitindo a detecção de alterações nas características dos imóveis (e.g., novas construções, ampliações, mudanças de uso) que impactem o valor venal;

V – Facilitar a integração com outros sistemas municipais de gestão territorial e urbanística, como o Código de Obras, zoneamento e licenciamento de obras.

Art. 8º O valor venal dos imóveis construídos e não construídos será atualizado anualmente, considerando, em conjunto ou isoladamente, os seguintes fatores, nos termos do Art. 7º da Lei Municipal nº 1.048/2024, com base nos dados obtidos e processados pelo georreferenciamento:

I – a valorização decorrente de obras públicas realizadas na área onde estejam localizados;

II – os preços correntes de mercado;

III – a variação do índice de preços da construção civil.

Parágrafo único. Alternativamente à forma prevista no caput, o valor venal dos imóveis poderá ser atualizado no mês de janeiro de cada ano pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação IBGE, no período de janeiro a dezembro do ano anterior, conforme o Art. 7º, § 1º, da Lei Municipal nº 1.048/2024.

CAPÍTULO III

DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES DO IPTU

Art. 9º São isentos do IPTU os imóveis que atendam, cumulativamente, às seguintes condições, nos termos do Art. 11 da Lei Municipal nº 1.048/2024:
I – Terreno:
Com área de até 100m² (cem metros quadrados);
Seja o único de propriedade, domínio útil ou posse a qualquer título do contribuinte;
Destine-se à construção da própria residência do contribuinte.
II – Construção:
Com até 60m² (sessenta metros quadrados) de área construída;
Encravado em terreno de até 100m² (cem metros quadrados);
Seja o único de propriedade, domínio útil ou posse do contribuinte;
Sirva de residência ao contribuinte.
§ 1º As isenções de que tratam os incisos I e II deste artigo somente se aplicarão até o 5º (quinto) ano, contado do início de vigência da Lei Municipal nº 1.048/2024 ou da aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse a qualquer título, se posterior, nos termos do Art. 11, § 4º, da referida Lei.
Art. 10. A isenção do IPTU poderá ser estendida aos seguintes imóveis, conforme o Art. 11, inciso III, da Lei Municipal nº 1.048/2024:
I – Aqueles cujos proprietários ou titulares de domínio útil tenham cedido ou venham a ceder o imóvel, gratuitamente, para uso exclusivo da União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou suas respectivas autarquias, abrangendo a isenção apenas a parte cedida;
II – Pertencentes a sociedade civil sem fins lucrativos e destinados ao exercício de atividades culturais, recreativas ou desportivas, desde que obedecido o disposto no art. 14 da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), com apresentação de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), quando for o caso;
III – Declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, correspondente à parcela atingida pela mesma, quando ocorrer a posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;
IV – Pertencente a agricultor devidamente cadastrado na Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos do Município de Florânia, com atividade agrícola devidamente comprovada no Município, desde que possua um único imóvel, com área máxima de 10.000m² (dez mil metros quadrados), e que nele resida e que tenha a atividade agrícola (cultura de subsistência) como única fonte de renda;
V – Ao imóvel antigo que manteve sua fachada arquitetônica como forma de preservação da história, conforme laudo apresentado pela Secretaria Municipal de Cultura;
VI – Pertencentes aos portadores de doenças graves incapacitantes e aos doentes em estágio terminal irreversível, desde que destinado, exclusivamente, ao uso residencial próprio, que não possuam outro imóvel predial e que tenham renda familiar mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos. Para comprovação da condição de doença incapacitante, será exigido laudo médico detalhado, conforme lista exemplificativa no **Art. 11, § 2º, da Lei Municipal nº 1.048/2024**;
VII – Pertencente ao integrante do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), pelo período em que estiver inscrito no referido cadastro e estiver recebendo benefício de transferência de renda do Governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família, e que atenda às condições de "baixa renda" conforme preconiza o Governo Federal.
Art. 11. O valor do IPTU poderá ser reduzido nos seguintes casos:
I – Incentivo à Instalação de Empresas: Redução de 50% (cinquenta por cento) pelo período de 5 (cinco) anos consecutivos para as empresas que venham a se instalar no Distrito Industrial definido no Plano Diretor de Florânia, quando houver, a contar do efetivo início de atividades naquele local, observadas as condições estabelecidas pelo Poder Público para instalação e funcionamento, conforme Art. 11, § 1º, da Lei Municipal nº 1.048/2024.
II – Desconto por Pagamento em Cota Única: Redução de 50% (cinquenta por cento) se o imposto for recolhido de uma só vez no prazo fixado pela administração no ato de lançamento, conforme Art. 12, inciso I, da Lei Municipal nº 1.048/2024.
III – Desconto por Licenciamento de Veículos: Redução de 5% (cinco por cento) por cada veículo automotor licenciado no Município de Florânia, aplicando-se somente se houver identidade de contribuinte de ambos os impostos, até o máximo de 3 (três) veículos e comprovado o efetivo recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), conforme Art. 12, inciso II, e § 1º, da Lei Municipal nº 1.048/2024.
§ 1º As reduções previstas nos incisos II e III do caput serão aplicadas cumulativamente, nos termos do Art. 12, § 2º, da Lei Municipal nº 1.048/2024.
§ 2º Os contribuintes que estiverem em débito com a Fazenda Municipal, no que diz respeito ao IPTU, ficam impedidos de receber dela créditos de qualquer natureza, participar de licitação, bem como gozar de benefícios fiscais e obter certidões negativas relativas ao IPTU, conforme Art. 11, § 3º, da Lei Municipal nº 1.048/2024.
Art. 12. Para a concessão das isenções e reduções previstas neste Capítulo, o contribuinte deverá formalizar requerimento junto à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, apresentando a documentação comprobatória das condições exigidas.
Parágrafo único. Para a concessão da isenção prevista no inciso VII do Art. 10 deste Decreto, o contribuinte deverá comprovar, além da inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o efetivo recebimento de benefício de transferência de renda do Governo Federal, mediante a apresentação de declaração ou extrato atualizado do CadÚnico ou do programa federal correspondente, a exemplo do Programa Bolsa Família.
Art. 13. Para fins de estímulo ao adimplemento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), fica regulamentada a campanha promocional "IPTU Premiado", instituída pela Lei Municipal nº 938, de 24 de março de 2022, que visa à distribuição de prêmios por sorteio.
§ 1º Poderão participar da campanha os proprietários ou legítimos possuidores de imóveis inscritos no Cadastro Imobiliário do Município que comprovem a regularidade de sua situação fiscal junto à Fazenda Municipal em relação ao IPTU e taxas agregadas, nos termos do Art. 1º e seu Parágrafo único da Lei Municipal nº 938/2022.
§ 2º A comprovação de regularidade fiscal, para os fins do § 1º, implica:
I – A inexistência de débitos referentes aos tributos mencionados no inciso I do Parágrafo único do Art. 1º da Lei Municipal nº 938/2022, em nome do proprietário ou posseiro legítimo, em relação a todos os imóveis inscritos em seu nome no Cadastro Imobiliário do Município, decorrentes de lançamentos inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar;
II – A existência de débitos parcelados, em curso de pagamento, em dia até a data da realização do certame; ou
III – A existência de reclamação ou recurso em processo administrativo em trâmite perante a Prefeitura Municipal na hipótese de débitos eventualmente pendentes.
§ 3º Os prêmios a serem distribuídos e as datas dos sorteios referentes à campanha "IPTU Premiado" serão especificados em ato próprio da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, conforme o disposto no Art. 2º da Lei Municipal nº 938/2022, e deverão ser divulgados em tempo hábil para a participação dos contribuintes.

CAPÍTULO IV
DO LANÇAMENTO E DAS FORMAS DE PAGAMENTO DO IPTU

Art. 14. O lançamento do IPTU será feito anualmente, com base nos dados existentes no cadastro imobiliário em 1º de janeiro de cada exercício, considerada a data de ocorrência do fato gerador, nos termos do Art. 19 da Lei Municipal nº 1.048/2024, e utilizando-se dos dados atualizados do georreferenciamento.
Art. 15. A ciência do lançamento do IPTU dar-se-á por intermédio de Notificação de Lançamento, publicada no Diário Oficial do Município e/ou em Edital afixado na sede da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e do Fórum da Comarca, conforme o Art. 20 da Lei Municipal nº 1.048/2024.
Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, poderá ser encaminhada Notificação de Lançamento individual para o endereço do contribuinte, utilizando os dados cadastrais atualizados, inclusive os provenientes do georreferenciamento.
Art. 16. O pagamento do IPTU poderá ser efetuado de duas formas principais:
I – em cota única: com a aplicação da redução prevista no art. 11, inciso II, deste Decreto.
II – em parcelas mensais: sem a redução do seu valor.
Art. 17. O pagamento em cota única deverá ser realizado até o dia 01 de dezembro do exercício a que corresponder o lançamento, conforme art. 21, Parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.048/2024.

Parágrafo único. O percentual de desconto para o pagamento em cota única será de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 12, inciso I, da Lei Municipal nº 1.048/2024, podendo ser cumulado com outros descontos aplicáveis.

Art. 18. O IPTU poderá ser parcelado em até 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, ou em número diverso a ser fixado anualmente pela Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, através de Portaria específica, observando-se o calendário fiscal e a capacidade de arrecadação municipal.

§ 1º O vencimento da primeira parcela dar-se-á no dia 01 de dezembro do exercício a que corresponder o lançamento, e as demais parcelas vencerão no mesmo dia dos meses subsequentes.

§ 2º O parcelamento do IPTU não dará direito à redução do valor do imposto.

Art. 19. O atraso no pagamento de qualquer parcela ou da cota única do IPTU sujeitará o débito aos acréscimos legais previstos no Art. 83 da Lei Municipal nº 1.048/2024:

I – atualização monetária com base na variação do IPCA, calculada entre a data em que deveria ter havido o recolhimento e a data do efetivo recolhimento ou do lançamento;

II – multa de mora de 10% (dez por cento);

III – juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado entre o dia imediatamente seguinte ao em que deveria ter havido o recolhimento e a data do efetivo recolhimento ou do lançamento.

Parágrafo único. Quando apurados em ato de ofício, os créditos tributários não pagos nos respectivos vencimentos ficam sujeitos ainda a multa por infração de que trata o Art. 82 da Lei Municipal nº 1.048/2024.

Art. 20. A regularização de débitos tributários relativos ao IPTU poderá ocorrer nos termos do Título VIII da Lei Municipal nº 1.048/2024 (Arts. 86 a 88), com possibilidade de redução de acréscimos (juros e multas) de até 80% (oitenta por cento) para pagamento à vista, ou percentuais menores para pagamentos parcelados, conforme estabelecido na referida Lei.

Parágrafo único. O mesmo contribuinte, seja pessoa física ou jurídica, poderá utilizar dos benefícios de regularização de débitos somente uma vez a cada 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA GESTÃO DO CADASTRO GEORREFERENCIADO

Art. 21. O sistema de georreferenciamento da base cadastral imobiliária, já implementado no Município, será mantido e continuamente atualizado, assegurando a precisão dos dados para a elaboração e revisão da Planta Genérica de Valores, aprimorando a gestão do IPTU e promovendo a justiça fiscal.

§ 1º A Secretaria Municipal de Finanças e Tributação será a responsável pela gestão e atualização permanente do cadastro imobiliário georreferenciado, garantindo a sua integridade, fidedignidade e a incorporação de novas informações.

§ 2º O Poder Executivo poderá instituir canais de atendimento específicos para dirimir dúvidas e receber contestações dos contribuintes quanto aos valores venais e características dos imóveis, bem como para o procedimento de atualização cadastral.

Art. 22. A Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, em conjunto com outras Secretarias afins (e.g., Planejamento, Obras), promoverá a integração dos sistemas municipais de gestão tributária, urbanística e cadastral, utilizando os dados georreferenciados para otimizar o planejamento urbano, a fiscalização e a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A integração de sistemas visa aprimorar a troca de informações entre as diversas pastas, evitando duplicidade de dados, agilizando processos e proporcionando uma visão holística do território municipal para a tomada de decisões estratégicas.

Art. 23. Este Decreto será anualmente revisado e os valores absolutos e limites monetários nele referidos serão atualizados em 1º de janeiro de cada ano, a partir do ano subsequente ao de sua publicação, pela aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação IBGE nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, arredondadas para os valores inteiros imediatamente inferiores às frações de valores resultantes, nos termos do Art. 124 da Lei Municipal nº 1.048/2024.

Parágrafo único. Na hipótese de extinção do índice a que se refere o caput, a atualização será feita com a utilização do que vier a lhe substituir ou, não lhe sendo dada substituição, por outro cuja aplicação represente a menor repercussão econômica para os contribuintes, mediante autorização do Poder Legislativo.

Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação deste Decreto serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, que poderá expedir atos normativos complementares.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, respeitados os princípios da anterioridade e noventena tributária, conforme previsto no Art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos e regulamentos anteriores que tratavam sobre as isenções e procedimentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município de Florânia/RN.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia.
Em 07 de outubro de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laedson Silva de Medeiros
Código Identificador:79F92B4A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR (CIMOP)

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS IRP Nº 010/2026

PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS
IRP Nº 010/2026

O **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar – CIMOP**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que, na condição de **Órgão Gerenciador**, realizará **Procedimento Público de Intenção de Registro de Preços (IRP)**, com fundamento no **art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021** e na **Resolução nº 018/2023 – CIMOP**, visando subsidiar futura licitação para registro de preços, conforme as condições a seguir estabelecidas.

I - DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objeto o **Procedimento Público de Intenção de Registro de Preços (IRP)**, a ser operacionalizado pelo CIMOP, na condição de Órgão Gerenciador, destinado a **coletar, registrar e consolidar as manifestações de interesse** dos órgãos e entidades públicas dos entes da Federação **consorciados, não consorciados e/ou cooperados**, quanto à futura contratação de empresa especializada para o ***Registro de Preços para eventual locação de estruturas, equipamentos e materiais, bem como na prestação de serviços de gestão, planejamento, logística e comunicação institucional, destinados à realização de eventos culturais, esportivos, educacionais, de saúde, sociais e institucionais promovidos ou apoiados pelo CIMOP – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar e pelos municípios consorciados***

1.2. A presente IRP tem natureza **estritamente preparatória**, não gerando obrigação de contratação, tendo por finalidade **viabilizar o levantamento das demandas**, a definição dos **quantitativos estimados** e a consolidação das informações necessárias à elaboração do instrumento convocatório e dos documentos técnicos subsequentes, com base no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Este Edital **não se destina a fornecedores**, sendo voltado exclusivamente aos **órgãos e entidades da Administração Pública** interessados em integrar a futura Ata de Registro de Preços, na condição de **órgãos participantes**.

II - DO PRAZO

2.1. O prazo para apresentação das manifestações de **Intenção de Registro de Preços** terá prazo de **8 (oito) dias úteis**, ou seja, **até o dia 22 de outubro de 2026, às 23:59:59**, com início a partir da publicação deste Edital, podendo ser **prorrogado**, a critério do CIMOP, mediante justificativa administrativa.

III - DO PROCEDIMENTO

3.1. Os órgãos e entidades públicas interessadas em integrar a futura Ata de Registro de Preços, na condição de participantes, deverão **preencher o Formulário Padrão de IRP**, conforme modelo disponibilizado no sítio eletrônico oficial do CIMOP, no endereço: **https://www.cimop.com.br/licitacao/detalhe/60/**.

3.2. A manifestação de interesse deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes informações:

3.2.1. Indicação do(s) item(ns)/lote(s) de interesse, conforme a lista constante deste Edital; e

3.2.2. Estimativa de consumo, expressa na unidade de medida correspondente, para fins de consolidação da demanda.

3.3. Não haverá limitação quanto ao número máximo de participantes, podendo manifestar interesse **qualquer órgão ou entidade pública** dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.4. O Órgão Gerenciador poderá, de forma **motivada**, aceitar ou recusar:

3.4.1. quantitativos considerados **ínfimos ou superestimados**;

3.4.2. a **inclusão de novos itens**; ou

3.4.3. alterações que comprometam a padronização, a economicidade ou a viabilidade técnica da futura contratação.

3.5. É facultado aos órgãos e entidades públicas consultar a IRP em andamento e deliberar, internamente, acerca da **conveniência e oportunidade de sua participação**, antes de instaurar procedimento licitatório próprio para objeto semelhante.

3.6. Eventuais dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados por meio eletrônico, de segunda a sexta-feira, das **07h00 às 13h00**, à sede do CIMOP, situada na **Praça Vicente do Rêgo Filho, nº 76, Centro, Portalegre/RN, CEP 59810-000**, ou pelo e-mail: **cimop.rn@gmail.com**.

IV – DOS ITENS OBJETO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Os órgãos interessados deverão manifestar sua intenção de registro de preços em relação aos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
LOTE 01 – ESTRUTURAS FÍSICAS PARA EVENTOS			
	LOCAÇÃO DE TABLADO, Característica(s): estrutura de madeira medida 1x1m revestido com carpete ou material substituto e rampa para acesso de cadeirante. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	M²	
	LOCAÇÃO DE PISO, Característica(s): sem cobertura em alumínio (liga estrutural) em módulos de 2m x 1m revestido em madeira compensado antiderrapante naval de 25mm, capacidade de carga de 750Kg/m². Base (pés) e sistema de travamento em alumínio com espessura de parede de 5mm de alumínio, com sapatas de alumínio com sistema para nivelamento ajustável. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	M²	
	LOCAÇÃO DE PALCO MÉDIO PORTE TIPO 1, Característica(s): palco modulado meia água, medindo 1,80m x 10m x 8m (A x L x P), cobertura com 4m de altura, contendo 01 house mix medindo 0,50m x 5m x 5m (A x L x P), isolamento com cerca modular, 01 camarim medindo 6m x 4m (L x P), 06 praticáveis medindo 0,50m x 2m x 1m (A x L x P) para músicos e instrumentos, 02 estruturas para fly em Q30 com 8 metros de altura e praticáveis para subs, escada de acesso e piso linóleo. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE PALCO DE GRANDE PORTE TIPO 1, Característica(s): palco modulado, tipo meia água, com estrutura e cobertura em Q30, medindo 1,80m x 12m x 10m (A x L x P), cobertura com 6m de altura, palco modulado com fechamento em tecido preto, contendo 01 house mix coberta medindo 0,60m x 5m x 5m (A x L x P), isolamento com cerca modular, 01 camarim medindo 6m x 4m (L x P), 10 praticáveis pantográficos com roda medindo medindo 0,50m x 2m x 1m (A x L x P) para músicos e instrumentos, 02 estruturas para fly em Q30 com 10 metros de altura com praticáveis para subs, escada de acesso e piso linóleo. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE CAMAROTE, Característica(s): com 1 (uma) água, com no mínimo 02 pontos de luz e 02 tomadas de 110 volts, com piso de estrutura metálica, com compensado naval, escada individual com 08 degraus, devidamente sinalizados com fitas adesivas apropriadas e corrimão nas laterais, cobertura em lona vinílicas e estrutura metálica envolvida em tecido helanca cores variadas a ser definido de acordo com o evento, na frente, laterais e fundos, e com sistema de aterramento e acessibilidade: (rampa, acesso, espaço, banheiros e apoio aos PCD), conforme as normas da ABNT e 02 extintores. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	M²	
	LOCAÇÃO DE MÓDULO DE ARQUIBANCADA COM COBERTURA MEDINDO 30m com até 8 degraus, Característica(s): montada em madeira e tubo, parapeito traseiro, dianteiro e corrimão lateral com altura de 1,20m de altura, com intervalo vertical de 15cm de largura, devidamente sinalizados e iluminados, montadas a partir do solo, considerando 2 pessoas por metro linear em atendimento às normas do corpo de bombeiros do estado de Roraima, com fitas adesivas apropriadas e cobertura em lona vinílicas e fechamento nas laterais e fundos em lona vinílicas e frente envolvida totalmente em tecido helanca em cores variadas a ser definido de acordo com o evento, com sistema de aterramento, estabilizada e sobreposta em sapatas metálicas e acessibilidade: (rampa, acesso, espaço, banheiros e apoio ao PCD), conforme as normas da ABNT. O material dos pisos e assentos deverá ser em compensado resinado antiderrapante, em bom estado (livre de pregos, parafusos e grampos que causem risco) , com espessura superior à 15mm e comprimento de 2,30m à 2,50m fixado com rebites em uma estrutura metálica galvanizada, auto travante sem a possibilidade de deslocamento e sem ressaltos ou gretas e 02 extintores. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE CERCA MODULAR DE ISOLAMENTO /GUARDA CORPO: Característica(s): em estrutura tubular metálica galvanizada modulada nas dimensões de 2m de comprimento por 1,20m de altura, executadas com tubos galvanizados de diâmetro mínimo de 1 1/4 polegadas com espessuras mínimas de 2,65mm de parede de modo a	DIÁRIA	

	proporcionar um peso próprio compatível com as necessidades de isolamento para público. as divisões internas de fechamento das cercas poderão ser em tubos ou barras metálicas, não podendo proporcionar espaçamento maior, que 10cm entre elas de modo a não causar acidentes com crianças. as ligações entre cercas deverão ser um sistema de encaixe que garanta a continuidade e estabilidade da linha, permitindo a transferência e distribuição de cargas entre elas. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.		
	LOCAÇÃO DE PLACAS DE FECHAMENTO METÁLICO, medindo 2,40x2m. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA GRID – Estrutura de alumínio tipo grid (box Truss) para suporte banners, backdrops equipamentos de iluminação e sonorização e/ou painéis eletrônicos. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	Metro linear	
	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL TIPO 2, Característica(s): tamanho 5m x 5m, com área total de 25m2, com cobertura em lona branca black out, com 02(dois) fechamentos lateral em lona branca, com base em estrutura ferro galvanizado com Pé direito em 2.5m/h, e eixo central (cumeeira) de 3,5m. Deverá conter: 01 ponto de iluminação, 01 ponto de tomada de 110 volts, iluminação aérea LED luz branca (01) luminária de 150watts, 01(um) interruptor fixado no pé da tenda. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL TIPO 3, Característica(s): tamanho 10m x10m, com área total de 100m2, com cobertura em lona branca black out, com 02(dois) fechamentos lateral em lona branca, com base em estrutura ferro galvanizado com Pé direito em 3m/h, e eixo central (cumeeira) de 4,5m. Deverá conter: 01 ponto de iluminação, 01 ponto de tomada de 110 volts, iluminação aérea LED luz branca (01) luminária de 150watts, 01(um) interruptor fixado no pé da tenda.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE SALA CLIMATIZADA TIPO 1, Característica(s): medindo 25m² (5m x 5m), com porta de abertura para fora, climatizada com ar condicionado 16.000btus, com 02(dois) meio painel e vidro, com as paredes/divisórias estruturadas em painel TS branco ou produto similar, sustentado por perfil de alumínio octogonal em 2.20m/h e travessas de alumínio Z450-096, com forro pergolado 1m x 1m sustentado com travessas de alumínio Z500-096, iluminada com 02(duas) lâmpadas (branca) de LED 20w cada, com 02(dois) interruptores, e 03(três) tomadas de sobrepor com 110v. 01(uma) mesa plástica com 04(quatro) cadeiras plásticas sem braço. 01(um) cesto de lixo 100 litros. Montagem de piso/tablado 5m x 5m - 25m², piso suspenso do chão 8cm/h, e forrado com folha de compensado reciclado de 4mm fixado no piso. Montar rede elétrica e quadro de distribuição com disjuntores individuais para: ar-condicionados, lâmpadas e tomadas fixados na estrutura e protegido de chuva. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE ESTANDE TIPO 1, Característica(s):Estande medindo 6m² (3m x 2m) montado com parede/divisória - painel TS branco ou produto similar, sustentado por perfil de alumínio octogonal em 2.20m/h e travessas de alumínio Z450-096, com pergolado 1m x 1m sustentado com travessas de alumínio Z500-096. Com 01(uma) tomada de sobrepor 110v, 02(dois) Spot de iluminação com 01(uma) lâmpada de 20w LED em cada um. Montar Rede elétrica com quadro de distribuição com disjuntor. Montagem de piso/tablado 3x2m, suspenso do piso/chão 8cm, e forrado com folha de compensado reciclado de 4mm fixado no piso. Incluindo montagem, desmontagem e manutenção durante o evento.	DIÁRIA	
LOTE 02 – CLIMATIZAÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA			
	LOCAÇÃO DE CLIMATIZADOR, Característica(s): climatizador, medindo 230cm x 57cm x 49cm (A x L x P), com pedestal, alcance frontal de 10 metros, vazão de ar de 2,760m3/h, nível máximo de ruído de 61dB, voltagem de 127 e ou 220v, reservatório de 100 litros, Características Adicionais: fornecimento de água, com sistema de ventilação e pulverizador.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR TIPO 2, Cara110V-220V-380V, frequência de 50/60Hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro 32DBA, motor a diesel, regulador isócrono de velocidade, módulo digital de injeção, 04 poios, isolação classe H e regulador eletrônico de tensão. Característica(s) Adicional(is): acompanha cabos e combustível. característica(s): com capacidade de 80KVA, trifásico, tensão de	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR TIPO 4, Característica(s): com capacidade de 150KVA, trifásico, tensão de 110V-220V-380V, frequência de 50/60Hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro 85DBA, motor a diesel, regulador isócrono de velocidade, módulo digital de injeção, 04 poios, isolação classe H e regulador eletrônico de tensão. Característica(s) Adicional(is): acompanha cabos e combustível.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR TIPO 7, Característica(s): com capacidade de 260KVA, trifásico, tensão de 110V-220V-380V, frequência de 50/60Hz, disjuntor de proteção, silenciado em nível de ruído sonoro 85DBA, motor a diesel, regulador isócrono de velocidade, módulo digital de injeção, 04 poios, isolação classe H e regulador eletrônico de tensão. Característica(s) Adicional(is): acompanha cabos e combustível.	DIÁRIA	
LOTE 03 – SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E PAINÉIS DE LED			
	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO TIPO 1, Característica(s): Sistema de Sonorização de micro porte com 3 (três) microfones sem fio de bastão UR4, 1(uma) mesa de som digital de 16 canais SI EXPRESSION 1, 04 (quatro) caixas de som trapezoidais de 800 WRMS com tripé VTX, 2 (dois) retornos VTX de 500 WRMS, com operador de áudio. Características Adicional(is): acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do som durante o evento.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO TIPO 5, Característica(s): Sendo 01 console digital de 24 canais, 06 caixas line array com potência mínima de 800W, resposta de frequência de 60Hz a 18Khz, cobertura horizontal mínima de 90 graus, 04 caixas tipo subwoofer com potência de 800W, amplificação e resposta de frequência de 25Hz a 150Hz, 04 caixas de som amplificadas para monitores com potência de 400W, 12 microfones dinâmicos, 02 microfones condensadores, 01 bateria acústica completa, 01 amplificador de guitarra, 01 amplificador de baixo, 10 pedestais tipo girafa, 06 transformadores de linha direct box, 01 ilha de edição de som e sistema de distribuição de energia devidamente aterrado, Características Adicional(is): Acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do som durante o evento.	DIÁRIA	
	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO DE PEQUENO PORTE TIPO 2 24 PAR LED 3W RGBW de 220 V, com garras para fixação; 06 ovingledspot, com garras para fixação; 06 Ribaltas de led RGBW, com garras para fixação; 01 Mesa de iluminação Digital, compatível a quantidade de equipamentos e especificações; 01 Spliter Delta; 01 Máquina de fumaça com ventilador; Características Adicional(is): Acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do sistema de iluminação durante o evento.	DIÁRIA	
	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO DE MEDIO PORTE TIPO 1 36 Par 64, com garras para fixação, sendo 12 refletores#05 / 16 refletores # 01 / 08 refletores #2, com garras para fixação; 36 PAR LED 3W RGBW de 220 V, com garras para fixação; 08 BEAM 700W, com garras para fixação; 12 Moving Head Spot de 700W, com garras para fixação; 08 Moving Head de Led de 10W RGBW, com garras para fixação; 12 Elipsoidal ETC 750 W / 220 V de 36º, com garras para fixação; 10 Setlight de 1.000W,com garras para fixação; HQI; 06 Mini Brute, com garras para fixação; 02 Canhões Seguidores HMI de 1500 W com tripés e operadores; 01 Mesa de iluminação Digital compatível a quantidade de refletores e especificações; Rack (s) Digital /Dimmer DMX, compatível a quantidade de refletores e especificações sem oscilação e aterrado; 02 Máquinas de fumaça com ventilador; Estrutura em box truss P30 em quantidade suficiente para fixação e suspensão do material citado; Características Adicional(is): Acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do sistema de iluminação durante o evento.	DIÁRIA	
	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE TIPO 1 60 PAR LED 10W RGBWA, com garras para fixação; 08 Strobos de led de 3.000W; BEAM com Lâmpada 5R, com garras para fixação; 32Moving Head de Spot 1.200, com garras para fixação; 16 Moving Head de Led de 700W RGBW, com garras para fixação; elipsoidal ETC 750 W / 220 V de 36º, com garras para fixação; 12 Mini Brute; 02Man Power; NPU; 02 Canhões Seguidores HMI de 1.500 W com tripés e operadores; 01 Mesa de iluminação digital (Controle em tempo real para 65.536 parâmetros (até 256 universos de DMX) por sessão em conexão com o software NPU 23 (network processor unit); - 4.096 parâmetros HTP / LTP (6 x DMX OUT); 1 monitor interno (WIDE) touchscreen (15,4″ WXGA);Conexão para 2 monitores externos UXGA (podem ser touchscreens); 1 tela de comando interna – multi-touch(9″ SVGA); 15 faders executores; 2 conectores ethercon; 4 conectores USB; Asa de monitores motorizada; 2 a/b fader de 100 mm; Teclas silenciosas, retro iluminadas e de dimerização individual); 02 Máquinas de fumaça com ventilador; Estrutura em box truss P50 em quantidade suficiente para fixação e suspensão do material citado e Gelatinas em cores diversas; Características Adicional(is): Acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do sistema de iluminação durante o evento.	DIÁRIA	
	ILUMINAÇÃO BRANCA DE GRANDE PORTE: locação de sistema de iluminação branca de grande porte - 46 refletores - iluminação branca de grande porte: locação de sistema de iluminação branca de grande porte - 46 refletores	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED TIPO 3 (médio porte), Característica(s): medindo 6m x 4m, PAINEL DE LED (OUTDOOR) P4MM INDOOR: resolução em alta definição real, placas medindo no mínimo 0,50m de altura por 0,50m de largura para formatação de painel com 6m de altura por 4m de largura, num total de 48 placas, brilho do display de no mínimo 16000 NITS, densidade de PIXERS de no mínimo. Processador de vídeo com entradas: VGA, HDMI, DVI e RCA, vídeo composto, placa controladora com duas saídas e com notebook disponível com sistema para transmissão e repetição de vídeos e TV aberta e monitoramento, com o programa compatível, estrutura em Q30 para posicionamento do equipamento. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do sistema dos equipamentos durante o evento.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO UND. TIPO 2, Característica(s): Sendo 01 console digital de 16 canais SI EXPRESSION 1, 06 caixas amplificadas VTX sendo 02 caixas para delay, com potência de 600W, cobertura horizontal mínima de 60 graus e tripé, 04 caixas amplificadas tipo subwoofer com potência de 1000W, amplificação, 04 microfones de bastão sem fio UR4, 02 Microfones head set sem fio UHF, 02 microfones dinâmicos com fio.	DIÁRIA	

	Características Adicional(is): acompanha cabos e acessórios. Incluindo montagem, desmontagem e a operacionalização do som durante o evento.		
	LOCAÇÃO DE SOM, tipo paredão, com configuração mínima de 8 graves 20 médios, 20 cornetas e 12 tweeter, com mesa de som, possuir no mínimo 1 microfone sem fio e 1 microfone com fio, leitor de cd que execute mp3 e outros formatos, potência rms de no mínimo 15.000 watts, autonomia mínima sem utilização de energia de 4 horas, para eventos tipo puxada, passeata, zumba na praça na sede do município, incluindo deslocamento do paredão.	DIÁRIA	
	SERVIÇOS DE CARRO DE SOM para realização de eventos institucionais, anúncios de ações da Câmara Temática de Saúde, com motorista, combustível, e demais insumos, carro licenciado junto aos órgãos competentes, com condutor devidamente habilitado, possuir no mínimo 1 microfone sem fio, 1 microfone com fio, leitor de cd mp3 e outros formatos, som com potência, igual ou superior a 8.000 watts para atender a Câmara Temática de Saúde.	HORAS	
LOTE 04 – MOBILIÁRIO, SANITÁRIOS QUÍMICOS E APOIO LOGÍSTICO COMPLEMENTAR			
	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL: portátil, tipo STANDARD, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, com caixa de dejeto com capacidade mínima de 200lts, com vaso sanitário e mictório, assentos e tampa, com porta objeto, porta papel higiênico, ponto de ventilação natural, fechadura de metal com sinalizador (livre/ocupado). Piso antiderrapante. Paredes laterais e fundo com ventilação. Banheiro contendo adesivo identificador de masculino e/ou feminino. Dimensões mínimas: altura de 2,10m, largura de 1,10m, comprimento 1,10m. Será de Responsabilidade do Contratado: Disponibilizar manutenção e higienização diária, reposição de produtos químicos, papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, água para o lavatório, limpeza e reposição dos insumos conforme necessidade/ utilização. Instalar/disponibilizar as cabines observando as normas de segurança e de fiscalização sanitária. Retirar e transportar, com limpeza da área de uso e correto descarte dos materiais utilizados, atendendo a legislação ambiental com relação a operação de tratamento e a destinação dos resíduos.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PORTATIL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD): em polietileno ou material similar, com teto translúcido, com caixa de dejeto com capacidade mínima de 150lts, com vaso sanitário e mictório, assento e tampa, com porta objeto, porta papel higiênico, fechamento com identificação de ocupado, adesivo de identificação PCD, piso rebaixado e antiderrapante, corrimão interno de apoio. Dimensões mínimas: altura de 2,30m, largura de 1,50m, comprimento 1,5m; Altura do assento: 460 mm; Será de Responsabilidade do Contratado: Disponibilizar manutenção e higienização diária, reposição de produtos químicos, papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, água para o lavatório, limpeza e reposição dos insumos conforme necessidade/ utilização. Instalar/disponibilizar as cabines observando as normas de segurança e de fiscalização sanitária. Retirar e transportar, com limpeza da área de uso e correto descarte dos materiais utilizados, atendendo a legislação ambiental com relação a operação de tratamento e a destinação dos resíduos.	DIÁRIA	
	LOCAÇÃO DE CADEIRAS INDIVIDUAIS. cadeiras de plástico resistente, sem braço, na cor branca e empilhável, resistente até 140kg. todos os itens devem ser iguais na cor branca.	UND	
	LOCAÇÃO DE MESA DE PLÁSTICO resistente medindo 0,70 x 0,70 cm.	UND	
	ÁGUA MINERAL natural potável, não gaseificada, acondicionada em copos de plásticos não retornável de 300 ml, com lacre de segurança.	UND	
LOTE 05 – PREMIAÇÃO (TROFÉUS E MEDALHAS)			
	TROFÉU DE OURO - 40 cm. Troféu de ouro com base quadrada em polímero na cor Preta, copo de prêmio de plástico para equipes esportivas, mini troféus, lembranças, jogo, prêmio, modelo vencedor, esportes de equipe	UND	
	TROFÉU DE PRATA - 35 cm Troféu de prata com base quadrada, copo de prêmio de plástico para equipes esportivas, mini troféus, lembranças, jogo, prêmio, modelo vencedor, esportes de equipe	UND	
	TROFÉU DE BRONZE - 28cm. Troféu de bronze com base quadrada, copo de prêmio de plástico para equipes esportivas, mini troféus, lembranças, jogo, prêmio, modelo vencedor, esportes de equipe	UND	
	MEDALHA 1º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamac, cor ouro, tamanho de 60 mm de diâmetro e centro liso de 50 mm de diâmetro, que permite também a colocação de adesivo de 50 mm Possui espessura máxima de 3,2mm, peso aproximado de 36 gramas, suporte para fita de até 27 mm de largura. Acompanhado de uma fita de cetim	UND	
	MEDALHA 2º LUGAR- redonda fundida em liga metálica de zamac, cor prata, com prata, com tamanho de 60 mm de diâmetro e centro liso de 50 mm de diâmetro, que permite também a colocação de adesivo de 50 mm possui espessura máxima de 3,2mm, peso aproximado de 36 gramas, suporte para fita de até 27 mm de largura. Acompanhado de uma fita de cetim.	UND	
	MEDALHA 3º LUGAR - redonda fundida em liga metálica de zamac, metalizada na cor bronze, com tamanho de 60 mm de diâmetro e centro liso de 50 mm de diâmetro, que permite também a colocação de adesivo de 50 mm, possui espessura máxima de 3,2mm, peso aproximado de 36 gramas, suporte para fita de até 27 mm de largura. Acompanhado de uma fita de cetim	UND	
LOTE 06 – SERVIÇOS DE GESTÃO, PLANEJAMENTO, LOGÍSTICA E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL			
	SHOW DE PIROTECNIA SILENCIOSO (sem barulho): a apresentação deverá ter no mínimo 12 minutos de duração, com fogos sem ruídos dos, com os mais variados tipos de fogos e com as seguintes quantidades e especificações: - 30 torta leque show - 200 morteiros de - show de pirotecnia silencioso (sem barulho): a apresentação deverá ter no mínimo 12 minutos de duração, com fogos sem ruídos dos, com os mais variados tipos de fogos e com as seguintes quantidades e especificações: - 30 torta leque show - 200 morteiros de 1,5 polegadas cores clássicas - 120 morteiros de 2 polegadas cores - 70 morteiros de 3 polegadas cores - 60 morteiros de 4 polegadas cores - 30 morteiros de 5 polegadas cores - 23 morteiros de 6 polegadas cores -5 morteiros de 8 polegadas cores, registro atualizado do técnico em pirotecnia (carteira blaster), juntamente com o atestado de encarregado de fogo blaster emitido pelo órgão responsável no estado de mato grosso do sul e com a emissão de art (anotação de responsabilidade técnica).	UND	
	REFEIÇÃO: refeição tipo almoço e/ou jantar para artistas e colaboradores do evento, contendo aproximadamente: 150g de arroz branco ou baião, 150g de carne vermelha ou branca, podendo ser 150g de linguiça, 60g de salada crua ou cozida e 30g de farofa, acompanhando 250ml de refrigerante.	UND	
	ATRAÇÃO LOCAL: contratação de atração de renome local, artista ou banda com repertório voltado para os ritmos de axé, forró, mpb ou pop rock para realização de shows em praça pública com duração mínima de duas horas, composta de no mínimo 06 integrantes, munidas de todos os instrumentos de palco necessário para sua apresentação	UND	
	Locução de Texto / Mestre de Cerimônia / Locutor / Apresentador - MESTRE DE CERIMÔNIA - Profissional de atuação regional com experiência na área e que seja capacitado para conduzir o cerimonial dos eventos com desenvoltura, boa postura, adequada presença de palco, boa dicção, voz adequada à apresentação de cerimonial, articulação e interpretação de possíveis improvisos durante o evento. Profissional devidamente uniformizada(o), deverá ter experiência no trato com autoridades e conhecimento de normas de cerimonial público. Ter disponibilidade para ensaio e experiência no uso de teleprompter. Deverá assinar termo de uso de imagem e voz. Profissional sujeito à aprovação do contratante	DIARIA	
	Atração artística - DJ local - atração artística	UND	
	SEGURANÇA - SERVIÇOS DE SEGURANÇA - disponibilizar profissionais não armados e devidamente uniformizados, com crachá de identificação e munidos de rádios comunicadores, para segurança dos camarotes e apoio nas demais dependências de acordo com o local estabelecido pela coordenação.	UND	
	HOSPEDAGEM BANDAS - quartos duplos, solteiro ou casal. incluso café da manhã.	DIÁRIA	
	HOSPEDAGEM BANDAS - quartos triplos, camas de solteiro. incluso café da manhã.	DIÁRIA	
	HOSPEDAGEM BANDAS - superior com cama king e sofá-cama. incluso café da manhã.	DIÁRIA	
	DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DE AMBIENTES COMPOSIÇÃO CENOGRÁFICA COMPLETA: Serviços de execução, montagem, manutenção e desmontagem de decoração cenográfica para show de grande porte em ambiente externo, incluindo estruturas temáticas compostas por esculturas e elementos decorativos modelados em ferro e isopor, cenários insta gramáveis, painéis revestidos em tecidos e malhas tensionadas com pintura artística, além de esculturas revestidas em material vinílico. A contratação inclui iluminação decorativa com mangueiras de LED, piscas, refletores RGB de alta potência, cabeamento técnico (PP 5mm, cabos 4mm e cabos de aço), materiais de fixação (abraçadeiras diversas) e suporte operacional. A temática deverá ser definida pela contratante e adequada ao conceito visual do evento. A contratada será responsável para por atender todas as normas técnicas da ABNT, emissão da ART/CREA e Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros de Roraima	UND	
	Confecção de Camisas em malha fio 30.1 100% algodão, compactada na cor branca ou colorida, gola careca na cor branca ou colorida, com possibilidades de impressão em Silk Screen na frente, nas costas e em ambas as mangas (que podem ser brancas ou coloridas), com a arte em policromia. Deverão ser entregues em embalagens plásticas com indicação de tamanho. Arte a ser definida.	UND	
	BANNER em lona vinílica medindo aproximadamente 3mX2m	UND	
	Faixa Divulgação De Eventos - Material: Lona Vinílica | Comprimento: 11,44 M | Largura: 5,90 M | Aplicação: Divulgação Institucional | Características Adicionais: Conforme Modelo do Órgão | Gramatura: 440 G/M (CatMat: 610925)	UND	
LOTE 07 – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL			
	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS DE RADIODIFUSÃO: instalação, manutenção e operação de equipamentos de radiodifusão sonora, incluindo unidade de processamento principal (mixer de áudio digital para rádio),	SERV./MÊS	

	sistema de híbrida com 6 canais, receptor sintonizador AM/FM, monitor de modulação FM, processador de áudio digital, monitores de áudio ativo e analógico/digital AES/EBU, fones profissionais, microfones e suportes, computador playout/censura, conversores de fibra ótica, codificadores de áudio IP, sistema de automação de rádio, software de censura, câmera robótica, software de vídeo switcher e demais equipamentos correlatos.		
	INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS: fornecimento e instalação de painel acústico, lambri canaletado, forro acústico, luminárias de LED, porta acústica, piso acústico, vidro para visor, calha de tomadas, móveis para ilha de edição e estúdio, reprodutor de DVD, caixa de som ativa, software de edição de áudio, serviço de integração e instalação do estúdio, projeto de engenharia, testes e treinamento.	SERVIÇO	
	PRODUÇÃO, EDIÇÃO E VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DE RÁDIO de até 12 (doze) horas diárias de programação, incluindo transmissão ao vivo, conteúdo jornalístico institucional, documentários em áudio, podcasts, jornal diário com resumo de notícias, boletins de notícias, compilação de música, interação direta com o público, entretenimento, cultura, bem-estar e saúde.	SERV./MÊS	
	RÁDIO INDOOR: serviço de rádio indoor com instalação e veiculação de boletins informativos institucionais em formato comercial, destinado aos ambientes e prédios do CIMOP e dos municípios consorciados.	SERV./MÊS	
	PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE CONTEÚDO PARA STREAMING DE ÁUDIO DIGITAL: produção e edição de conteúdo institucional para veiculação nas plataformas de streaming de áudio digital (ex.: Spotify e Deezer).	SERV./MÊS	
	PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE CONTEÚDO PARA RÁDIO WEB E APLICATIVO MOBILE: produção e edição de conteúdo institucional para veiculação em rádio web e em aplicativo mobile.	SERV./MÊS	

V – DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. A participação na presente IRP **não implica obrigação de contratação**, constituindo-se em etapa preparatória essencial para o adequado planejamento da futura licitação por Sistema de Registro de Preços.

5.2. Os quantitativos informados pelos órgãos participantes possuem **caráter estimativo**, sendo passíveis de consolidação, ajustes ou redefinições após a conclusão da IRP, nos termos da legislação vigente.

Atenciosamente,

Portalegre/RN, 07 de outubro de 2026.

DANIEL ALVES DA SILVA
Diretor Executivo do CIMOP

Publicado por:
Daniel Alves da Silva
Código Identificador:530F891C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2500011.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **J V P LOPES LTDA**		
CNPJ: **47.677.561/0001-93**	Telefone: **81997345797**	Email:
Endereço: **RUA DR ANTONIO BASILIO QUARESMA, 119 , NOVO HORIZONTE, Assú/RN, CEP: 59650-000**		
Representante: **JOAO VICTOR PEREIRA LOPES** - CPF: **703.410.744-03**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
15	0001516 - Gavetas, material: plástico ou polipropileno resistente, 4 gavetas, com cavas para abertura, cor: preta, com dimensões 45cm(a)x40cm (p)x 30cm(l).	GRESS	UNIDADE	35,000000	81,090	2.838,15
VALOR GLOBAL R$						**2.838,15**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

J V P Lopes LTDA - CNPJ: 47.677.561/0001-93.
Rep. Legal:
JOAO VICTOR PEREIRA LOPES,
CPF: 70341074403 - Fornecedor 11

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:5D7441F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2500012.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS**		
CNPJ: **03.829.590/0001-58**	Telefone:	Email:
Endereço: RUA JARQUES LUCIO DA SILVA 316 / BOSQUE DO PIRANHAS / SAO BENTO / PB / 58865-000		
Representante: **NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS** - CPF: **826.476.744-34**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
39	0001540 - Fogão industrial a gás, material : aço industrial, com forno 60l em inox, 06 bocas, 03 queimadores simples, 03 queimadores duplos, grelha 30x30cm, altura: 80cm, largura: 110cm, profundidade: 80cm.	ITAJOBI - 6BC/CF	UNIDADE	8,000000	1.932,000	15.456,00
41	0001542 - Freezer horizontal, 02 portas, 411L, cor branco, altura: 94cm, largura:125 profundidade:75, energia classe a, voltagem 220v, controle de temperatura, painel de controle, tampa de abertura nas portas, dreno frontal, compressor, temperatura 8°c a -22°c, função degelo manual, alta resistência a corrosão	FRICON - HCED411	UNIDADE	11,000000	3.194,000	35.134,00
VALOR GLOBAL R$						**50.590,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Nuzia Leila Dutra Da Silva Dantas - ME - CNPJ: 03.829.590/0001-58.
Rep. Legal:
NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS,
CPF: 82647674434 - Fornecedor 12

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:06F9FE23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2500013.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **NORTEMAXCOMERCIO, SUPRIMENTOS E SERVICOS LTDA**		
CNPJ: **67.169.791/0001-59**	Telefone: **83996242859**	Email:
Endereço: **R 06 - VILA REGINA, 12 ., VILA SETE DE SETEMBRO, São Luís/MA, CEP: 65062-825**		
Representante: **Aylton dos Santos Colins** - CPF: **048.459.233-51**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
30	0001532 - Quadro Branco Material: Mdf Acabamento Superficial Moldura: Alumínio Cor Moldura: Natural Finalidade: Quadro Aviso / Apoio A Aulas Largura: 60 CM Comprimento: 90 CM Material Moldura: Alumínio Anodizado.	GFX	UNIDADE	47,000000	85,000	3.995,00
31	0001533 - Quadro Avisos Material: Mdf Largura: 150 CM Finalidade: Anexar Avisos Material Moldura: Alumínio Altura: 100 CM Revestimento: Feltro	GFX	UNIDADE	22,000000	195,000	4.290,00
VALOR GLOBAL R$						**8.285,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Nortemaxcomercio, Suprimentos E Servicos LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim – CNPJ: 67.169.791/0001-59.
Rep. Legal:
AYLTON DOS SANTOS COLINS,
CPF: 04845923351 - Fornecedor 13

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:75140848

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2500014.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **PAULO C MARTINS LTDA**		
CNPJ: **35.953.886/0001-72**	Telefone: **31984877511**	Email:
Endereço: **RUA FERNANDO DE NORONHA, 60 - PARQUE PINHEIRO MACH, 60 CASA, PINHEIRO MACHADO, Santa Maria/RS, CEP: 97030-210**		
Representante: **PAULO CESAR MARTINS 62677322072** - CPF: **626.773.220-72**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
18	0006405 - Pallet tipo plástico. Material: polipropileno(pp) ou polietileno (pead),sapatas com reforço, multiuso, encaixáveis, empilháveis, resistentes, traçado. suporte mínimo de peso:3000kg por peça. Dimensões peça: 15x100x120 cm (a x l x c). Cor: preta ou cinza. garantia mínima de 12 meses.	GPLASTICOS	UNIDADE	50,000000	193,880	9.694,00
VALOR GLOBAL R$						**9.694,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 07 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Paulo C Martins LTDA– CNPJ: 35.953.886/0001-72.
Rep. Legal:
PAULO CESAR MARTINS,
CPF: 62677322072 - Fornecedor 14

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:58BB0467

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250002.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s)

quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **GQS ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME**		
CNPJ: **11.427.407/0001-16**	Telefone:	Email:
Endereço: RUA VEREADOR POSSIDONIO QUEIROGA, 59, TERREO, JARDIM SORRILANDIA, SOUSA PB – 58805-288		
Representante: **francisco edpu da silva santos** - CPF: **082.417.224-86**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0001501 - Armário aço, tratamento superficial: antiferrugem, acabamento superficial: pintura lisa, cor: cinza esmalte, quantidade portas:2un, tipo fixação portas: com dobradiças, quantidade prateleiras:4un, altura:1,90 m, largura:0,90 m, profundidade:0,45 m, características adicionais: desmontável, prateleiras reguláveis e removíveis., característica portas: com chave e puxador.	PRÓPRIA	UNIDADE	70,000000	688,000	48.160,00
2	0001502 - Armário aço, tratamento superficial: fosfatizado, acabamento superficial: pintura industrial, cor: cinza martelado, altura:1,34 m, largura:0,46 m, profundidade:0,71 m, tipo aço reforçado, características adicionais: gavetas telescópicas com fechadura e corrediça, quantidade gavetas:4un, com chave.	PRÓPRIA	UNIDADE	45,000000	710,210	31.959,45
8	0001509 - Cadeira fixa em polipropileno – especificações mínimas: cadeira fixa com assento e encosto em polipropileno (pp); estrutura de base com 4 pés em tubo de aço; cor preta. sapatas plásticas ou emborrachadas.	PRÓPRIA	UNIDADE	360,000000	115,000	41.400,00
13	0001514 - Estante, material: aço, tipo: chão, estrutura: metálica, profundidade:40 cm, acabamento superficial: pintura em epóxi, cor: cinza, quantidade prateleiras:6un, tipo prateleiras: reguláveis, altura:1,98 m, largura:0,92 m.	PRÓPRIA	UNIDADE	61,000000	270,580	16.505,38
27	0001529 - Mesa retangular 120cm x 60cm x 74cm (h): sem gavetas – especificações mínimas: especificações: fabricado em mdf de espessura 25mm, a mesa deverá ser cor branca.	PRÓPRIA	UNIDADE	75,000000	293,740	22.030,50
VALOR GLOBAL R$						**160.055,33**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.

.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

GQS Eletros E Equipamentos LTDA - ME –
CNPJ: 11.427.407/0001-16.
Rep. Legal:
FRANCISCO EDPU DA SILVA SANTOS,
CPF: 08241722486 - Fornecedor 2

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:AF170409

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250004.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus

Anexos.. do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **GM COMERCIO E SERVICO LTDA**		
CNPJ: **40.001.712/0001-40**	Telefone: **31984877511**	Email:
Endereço: **AV JOAQUIM PIRES FERREIRA, 281 LOJA B, ESTADOS, João Pessoa/PB, CEP: 58030-224**		
Representante: **MAYARA ROSE OLIVEIRA DA SILVA NÓBREGA** - CPF: **097.032.564-90**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
36	0001538 - Fogão gás, material: aço inoxidável, aplicação: doméstica, tipo fogão: convencional, quantidade bocas: 4un, comprimento:62 cm, largura:52 cm, altura:87,50 cm, normas técnicas: ABNT, características adicionais: acendimento automático, voltagem:220 v.	BRASLAR	UNIDADE	9,000000	654,430	5.889,87
43	0001544 - Freezer horizontal, 02 portas, 534L, cor branco, altura: 95cm, largura:145cm profundidade:78cm, energia classe a, voltagem 220v, controle de temperatura, painel de controle, tampa de abertura nas portas, dreno frontal, compressor, temperatura 8°c a -22°c, função degelo manual, alta resistência a corrosão	FRICON	UNIDADE	4,000000	3.636,230	14.544,92
57	0001555 - Ventilador de Coluna Potência Motor: 200 W Tensão Alimentação: 110/220 V Características Adicionais: Oscilante, Controle Velocidade, Regulagem Altura E Material: Aço Diâmetro: 50 CM Cor: Preta Altura: 1,90 M.	VENTISOL	UNIDADE	17,000000	240,000	4.080,00
VALOR GLOBAL R$						**24.514,79**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

GM Comercio E Servico LTDA
CNPJ: 40.001.712/0001-40
Rep. Por:
MAYARA ROSE OLIVEIRA DA SILVA NÓBREGA –
CPF: 09703256490 Fornecedor 4.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:2C584DCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250005.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **VERTYS SOLAR LTDA**		
CNPJ: **04.116.210/0001-09**	Telefone: **3130474990**	Email:

Endereço: **R RODRIGUES ALVES, 1686 BRCAO B, JARDIM COOPAGRO, Toledo/PR, CEP: 85903-500**

Representante: **JULIANO CARULLI** - CPF: **025.397.759-26**

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
59	0006446 - Aparelho Ar Condicionado 24.000 Tipo: Split Modelo: Split Inverter Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU Tensão: 110/220V, Serpentina de cobre. Características Adicionais 1: Controle Remoto/Display Digital/Timer. Classificação tipo "A" (ENCE) do INMETRO, Garantia: 1 ANO.	VERTYS/ECOSOLYS	UNIDADE	35,000000	2.824,000	98.840,00
60	0006447 - Aparelho Ar Condicionado 18.000 Tipo: Split Hi Wall Modelo: Split Inverter Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU/H Tensão: 220 V Frequência: 60 HZ Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio, Serpentina de cobre. Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Quente/Frio, Classificação tipo "A" (ENCE) do INMETRO Garantia: 1 ano.	VERTYS/ECOSOLYS	UNIDADE	70,000000	2.165,000	151.550,00
61	0006449 - Aparelho Ar Condicionado 12.000 Tipo: Split Hi Wall Modelo: Split Inverter Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU/H Tensão: 220 V Frequência: 60 HZ Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio, Serpentina de cobre. Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Quente/Frio, Classificação tipo "A" (ENCE) do INMETRO, Garantia: 1 ANO.	VERTYS/ECOSOLYS	UNIDADE	90,000000	1.530,000	137.700,00
VALOR GLOBAL R$						**388.090,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Vertys Solar LTDA CNPJ: 04.116.210/0001-09.
Rep. Por:
JULIANO CARULLI –
CPF: 02539775926 Fornecedor 5.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:F49E35DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250006.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **CATFELLI DESIGN COMERCIO LTDA**		
CNPJ: **44.460.306/0001-04**	Telefone:	Email:
Endereço: R OLIVACY RODRIGUES DE FREITAS 17 QUADRA19/ AEROPORTO / MOSSORO / RN / 59607-290		
Representante: **JOÃO RICARDO DE OLIVEIRA GONÇALVES** - CPF: **055.622.814-65**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
12	0001513 - Longarina 3 lugares fixa sem braço – especificações mínimas: assento e encosto em polipropileno, estrutura metálica em metalon de aço 50x30cm duplo chapa 18 com reforço em mão francesa em aço de 30x20cm, na cor preta.	MARCA PROPRIA	UNIDADE	95,000000	260,000	24.700,00
14	0001515 - Estante, material: aço inox, profundidade:40 cm, quantidade prateleiras:4un, tipo prateleiras: reguláveis, altura:150 cm, largura:60 cm	MARCA	UNIDADE	40,000000	900,000	36.000,00

		PROPRIA				
20	0001521 - Mesa de trabalho call center 3 lugares tripla fechada (nas laterais) e vazado (parte traseira), call center reto- especificações mínimas: todo em mdp 15mm com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão (bp) em ambas as faces, borda em fita pvc, com prateleira para cpu. Furo e passa fio incluso.	MARCA PROPRIA	UNIDADE	8,000000	900,000	7.200,00
23	0001525 - Mesa refeitório,10 lugares, estrutura da mesa em aço, pintura epóxi cinza ou preta, material do tampo em mdf, medidas: a x l x p: 73 cm x 200 cm x 80 cm, bancos em mdf com medidas 200cm x 30cm.	MARCA PROPRIA	UNIDADE	61,000000	900,000	54.900,00
24	0001526 - Mesa reunião, 10 lugares, material da mesa e tampo em mdf, medidas pela (nr17), tampo de 25mm, mesa 2,50m (l) x 1,20m (p) x 0,74m (a), pés com regulagem de altura, bordas e cantos arredondados (nr17),suporte até 100kg, cor branca ou preta.	MARCA PROPRIA	UNIDADE	19,000000	950,000	18.050,00
26	0001528 - Mesa retangular de 140cm (c) x 60cm (l) x 74 cm (h): com 03 gavetas – especificações mínimas: fabricado em mdf de espessura 25mm, os gaveteiros deverão ser dotados de fechadura com fechamento simultâneo das gavetas, a mesa deverá ser cor branca.	MARCA PROPRIA	UNIDADE	75,000000	380,000	28.500,00
VALOR GLOBAL R$						**169.350,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Catfelli Design Comercio LTDA. CNPJ: 44.460.306/0001-04.
Rep. Por:
JOÃO RICARDO DE OLIVEIRA GONÇALVES –
CPF: 05562281465 Fornecedor 6.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:ABA63547

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250007.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **SIGMA COMERCIO LTDA**		
CNPJ: **64.384.417/0001-88**	Telefone: **31984877511**	Email:
Endereço: **AV PREFEITO AILTON GOMES DE ALENCAR, 4900 SALA 01, LAGOA SECA, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63040-602**		
Representante: **WESLEY RODRIGUES SANTOS** - CPF: **497.118.798-75**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
19	0006406 - Mesa de trabalho call center 1 lugar fechada (nas laterais)e vazado (parte traseira) , call center reto- especificações mínimas: todo em mdp 15mm com revestimento em laminado melamínico de baixa pressão (bp) em ambas as faces, borda em fita pvc, com prateleira para cpu. Furo e passa fio incluso.	wr moveis	UNIDADE	12,000000	420,000	5.040,00
25	0001527 - Mesa de reunião oval - especificações mínimas: medindo 2Mx1Mx0,74M, em mdf de 15mm, cor branca.	wr moveis	UNIDADE	10,000000	790,000	7.900,00

VALOR GLOBAL R$	12.940,00

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.

Participantes:**DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Sigma Comercio LTDA CNPJ: 64.384.417/0001-88
Rep. Por:
WESLEY RODRIGUES SANTOS,
CPF: 49711879875. Fornecedor 1.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:8BC72425

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250008.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**,, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **NS SILVA LTDA**		
CNPJ: **58.445.371/0001-67**	Telefone: **31984877511**	Email:
Endereço: **AV HORÁCIO RACCANELLO FILHO,ADVOGADO, 6326 PAVMTO2 SALA 01 SETOR 113, Zona 07, Maringá/PR, CEP: 87020-035**		
Representante: **NOAH VICTOR DA SILVA** - CPF: **800.548.519-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
11	0001512 - Longarina 4 lugares – especificações mínimas: fixa sem braço, assento e encosto em polipropileno, estrutura metálica em metalon de aço 50x30cm duplo chapa 18 com reforço em mão francesa em aço de 30x20cm, na cor preta.	makdecor	UNIDADE	80,000000	376,000	30.080,00
VALOR GLOBAL R$						**30.080,00**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

NS Silva LTDA - CNPJ: 58.445.371/0001-67.
Rep. Legal:
NOAH VICTOR DA SILVA,
CPF: 80054851904 - Fornecedor 8

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:33CB1F6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250009.2026

O Município de APODI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, com sede na Praça Francisco Pinto, 56, Centro, Apodi/RN – CEP: 59.700-000, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, o Sr. LUIS SABINO DA COSTA NETO, brasileiro, portador do CPF/MF n. 052.734.434-66, residente e domiciliado na Rua Pedro Torres, nº 350, Zona Urbana, neste município, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2026**, **publicado na Femurn – Imprensa Oficial do Município nos dias 31/08/2026 e Imprensa Nacional/PNCP 07/08/2026**, processo administrativo n.º **2035000013/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos**..** do edital de Licitação nº 25/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: **AUDIOFRAHM INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETROELETRONICOS EIRELI**		
CNPJ: **27.133.259/0001-67**	Telefone:	Email:
Endereço: ROD BR-470 5640 QUILOMETRO 140 5640 / VALADA ITOUPAVA / RIO DO SUL / SC / 89162-915		
Representante: **MARCIO LUIZ BRANDAO DE PROENÇA GONÇALVES** - CPF: **632.301.199-91**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
69	0006415 - Caixa Acústica Tipo: Amplificada Potência: 1.100 W Tamanho AltoFalante: 8 POL Resposta Frequência: 70 Hz - 16 KHZ Características Adicionais: Dispersão Nominal 40h X 120v Impedância Entrada: 8 OHM Voltagem: 110 - 240 V Sensibilidade: 90 DB.	FRAHM/AUDIOFRAHM	UNIDADE	14,000000	696,650	9.753,10
VALOR GLOBAL R$						**9.753,10**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI.
Participantes: **DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Apodi RN, 06 de outubro de 2026.
.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal Pelo Órgão Executor.

Audiofrahm Industria E Comercio De Eletroeletronicos EIRELI - CNPJ: 27.133.259/0001-67.
Rep. Legal:
MARCIO LUIZ BRANDAO DE PROENÇA GONÇALVES,
CPF: 63230119991 - Fornecedor 9

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:ED9F1EC9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1543/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1543/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	WALLACE BRUNO DE MEDEIROS OLIVEIRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	2004437
DOCUMENTOS:	CPF: 068.xxx.xxx-22
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TST 0E06
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Benicio da Silva, para a Pousada Vida e Luz, em Natal/RN, no dia 24/09/2026.

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	24/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 24 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:458BC56B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1544/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1544/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**VIVALDO GARCIA DE MEDEIROS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1994530
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-53
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	08:40 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN TSQ – 6H94
OBJETIVO DA VIAGEM:	

Conduzir o (a) paciente Itayane Dantas dos Santos, para a Pousada Vida e Luz, em Natal/RN, no dia 24/09/2026.

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	24/09/2026	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 24 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:D763ED07

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1551/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1551/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**DENYS RICARDO MARTINHO DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1996550/1
DOCUMENTOS:	CPF: 065.xxx.xxx-40
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância

HORÁRIO DE SAÍDA:	13:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Icaro Gabriel da Silva, do Hospital do Seridó, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 25/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**25/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1758B320

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1552/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1552/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CHIRLEY CRISTINA TEXEIRA DE OLIVEIRA**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15754
DOCUMENTOS:	CPF: 049.xxx.xxx-92
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	13:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC 0C56			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Icaro Gabriel da Silva, do Hospital do Seridó, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 25/09/2026.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**25/09/2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 25 de setembro de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:D30C4260

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2026

CREDENCIAMENTO Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5579/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2026

INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN
ASSUNTO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E MANUTENÇÃO DE PNEUS, DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 07/2026
Aos (07) sete dias do mês de outubro de 2026, às 08:00h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, reuniram-se a Agente de Contratação, Sra. Maria da Paz Dantas, e a Equipe de Apoio, Sras. Maria de Fatima Soares Silva e Ana Letícia Dantas Silva de Medeiros, para proceder à sessão pública de análise dos documentos de habilitação encaminhados eletronicamente pelos interessados, nos termos dos itens 5.7 e 6.2 do Edital de Credenciamento nº 07/2026 e da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E MANUTENÇÃO DE PNEUS, DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
Conforme o item 5.1 do Edital, o prazo para envio da documentação compreendeu o período das 08:00h do dia 22 de setembro de 2026 às 16:00h do dia 06 de outubro de 2026. Verificada a caixa de entrada do endereço eletrônico oficial (licitacao@carnaubadosdantas.rn.gov.br), constatou-se o recebimento de documentação de 01 (um) interessado, em arquivo único, em formato PDF, com 12 (doze) páginas, identificado no quadro abaixo, recebida em 06/10/2026, às 15:56h, dentro do prazo, nos termos dos itens 4.4 e 5.3 do Edital.

INTERESSADO	CNPJ	QUALIFICAÇÃO
D ARAUJO DE BRITO (nome de fantasia: DANIEL PNEUS)	13.553.101/0001-31	Empresário individual, porte ME – Rua Arnaldo Cipriano de Medeiros, nº 41, Comissão, Jardim do Seridó/RN

DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO
Procedida a análise do arquivo recebido, composto por (i) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do CNPJ, (ii) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (iii) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e (iv) documento denominado "Cotação de Preços", assinado em 06/10/2026, esta Equipe de Contratação confrontou os documentos apresentados com as exigências do item 4 do Edital, com o seguinte resultado:

DOCUMENTO EXIGIDO	ITEM DO EDITAL	SITUAÇÃO
Requerimento de credenciamento dirigido à Comissão (Anexo III)	4.5	NÃO APRESENTADO
Declaração de inexistência de fato impeditivo (Anexo II)	3.2 e 7.2	NÃO APRESENTADA
Habilitação jurídica – empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial)	9.3 – SUBITEM 9.3.1. ATÉ 9.3.8.	NÃO APRESENTADA
Prova de inscrição no CNPJ	9.4.1	APRESENTADA – regular (situação cadastral ATIVA; emitida em 06/10/2026)
Certidão conjunta RFB/PGFN (tributos federais e Dívida Ativa da União)	9.4.2	NÃO APRESENTADA
Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	9.4.3	APRESENTADO – regular (validade: 04/10/2026 a 02/11/2026)
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT	9.4.4	APRESENTADA – regular (validade: até 04/04/2027)
Certidão negativa de tributos estaduais (ou declaração de isenção)	9.4.5	NÃO APRESENTADA
Certidão negativa de tributos municipais	9.4.6	NÃO APRESENTADA
Certidão Negativa de Falência (últimos 30 dias ou dentro da validade)	9.5.1	NÃO APRESENTADA
Atestado(s) de Capacidade Técnica	9.6.1.	NÃO APRESENTADO
Qualificação Econômico-Financeira	9.5.2.	NÃO APRESENTADO

Registra-se que o documento denominado "Cotação de Preços" não integra o rol de documentos de habilitação do item 4 do Edital e não supre a ausência dos documentos acima. Observa-se, ademais, que, nos termos do item 2.8 do Edital, o preço do serviço é fixado pela Prefeitura, importando o credenciamento em sua aceitação pelo prestador; todavia, a referida cotação deixou em branco o valor unitário de 54 (cinquenta e quatro) dos 91 (noventa e um) itens do Anexo I e consignou, nos itens 5, 7, 15, 16, 26, 28, 38, 41, 51, 53 e 62, valores unitários diversos dos fixados pela Administração, o que não se coaduna com a contratação em condições padronizadas (art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).
Registra-se, por fim, que a documentação apresentada indica que o estabelecimento da interessada situa-se no Município de Jardim do Seridó/RN, ao passo que o item 5.1.3 do Termo de Referência (Anexo I) exige que a prestação dos serviços se dê em estabelecimento localizado dentro dos limites territoriais de Carnaúba dos Dantas/RN, em raio máximo de 06 (seis) quilômetros da sede do Município. Tal circunstância é anotada para ciência, sem prejuízo da decisão abaixo, que se funda exclusivamente na ausência de documentos de habilitação.

DA DECISÃO
Considerando que o item 7.1 do Edital determina a inabilitação do interessado que deixar de apresentar a documentação exigida no item 4; que o item 7.3 impõe igual consequência ao interessado que deixar de apresentar qualquer documento exigido; que, nos termos do item 5.4 do Edital e do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, encerrado o prazo de envio não são admitidos novos documentos, substituições ou complementações, sendo a diligência restrita ao esclarecimento ou à complementação de informações sobre documentos já apresentados; e que a ausência de requerimento, de declaração, de documentos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal federal, estadual e municipal, de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica não configura falha meramente formal (item 7.4), a Agente de Contratação e a Equipe de Apoio decidem pela INABILITAÇÃO do interessado, conforme quadro abaixo:

EMPRESA	CNPJ	SITUAÇÃO
D ARAUJO DE BRITO (DANIEL PNEUS)	13.553.101/0001-31	INABILITADA

DOS RECURSOS
O resultado desta análise será comunicado ao interessado por meio do endereço eletrônico informado e divulgado no sítio www.carnaubadosdantas.rn.gov.br. Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso, contados da intimação ou da lavratura desta ata, na forma do art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021 e do item 8.1 do Edital, sendo franqueada vista do processo no setor de Licitação da Prefeitura, conforme o item 8.4. Não havendo interessados habilitados nesta sessão, não foi elaborada a relação de credenciados de que trata o item 7.11, devendo os autos ser submetidos à autoridade competente para ciência e providências cabíveis após o decurso do prazo recursal.

CONCLUSÃO DOS TRABALHOS
Finalizada a sessão, a Agente de Contratação deu por encerrada a sessão, lavrando a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Carnaúba dos Dantas/RN, 07 de outubro de 2026

MARIA DA PAZ DANTAS
Agente de Contratação

MARIA DE FATIMA SOARES SILVA
Equipe de Apoio

ANA LETÍCIA DANTAS SILVA DE MEDEIROS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:E941E47A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1424, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ - CIS SERIDÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais a que se refere à Lei Orgânica do Município, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN,** aprovou e eu sanciono a presente Lei:
Art. 1º Nos termos do artigo 12-A, da Lei Federal nº 11.107/2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público, firmado entre este município, mediante autorização da Lei Municipal nº 652/2009.
Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó, disposto no Anexo I, é parte integrante desta Lei, aprovada pela Resolução CIS nº 12/2026 e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, dia 06/08/2026, Edição 3850.

Anexo I desta lei:

Aprovado pela Resolução CIS nº 12/2026 e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, dia 06/08/2026, Edição 3850.

1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ - CIS SERIDÓ

Os entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó - CIS SERIDÓ deliberaram por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 03 de junho de 2026, dar nova redação ao Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó, que passa a ter a seguinte redação:

TÍTUTO I
DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Cláusula 1ª O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ - CIS SERIDÓ, constitui-se sob a forma de associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, regendo-se pelos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 11.107/2005, Decreto Federal 6.017/2007, Lei Federal 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal 8.142/90, pelo Contrato de Consórcio Público e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

§ 1º Somente será considerado consorciado o Ente da federação que ratificar por lei o Contrato de Consórcio Público e tiver a solicitação de ingresso homologada pela Assembleia Geral do Consórcio.

§ 2º O Consórcio gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos entes consorciados.

§ 3º Ao Consórcio fica delegada a capacidade tributária ativa para retenção de imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos por ele a qualquer título.

§ 4º A retenção de que trata o parágrafo anterior fica restrita às normas gerais emanadas pela União, vedada a adoção de qualquer outro critério pelo Consórcio.

Cláusula 2ª Integram o Consórcio os entes federativos relacionados no Anexo I, compreendendo os subscritores do Protocolo de Intenções e os que forem admitidos posteriormente, via ratificação por lei do Contrato de Consórcio Público e aprovação em Assembleia Geral.

Cláusula 3ª O Protocolo de Intenções originário, regularmente ratificado por lei pelos municípios relacionados no Anexo I deste contrato, converteu-se automaticamente em Contrato de Consórcio Público, constituindo o ato formal de criação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SERIDÓ, doravante denominado Consórcio.

§ 1º A alteração do Contrato de Consórcio de Público dependerá de aprovação pela Assembleia Geral, produzindo efeitos jurídicos após ratificação, mediante lei, pela maioria dos entes consorciados, nos termos do art. 12-A da Lei nº 11.107/2005.

CAPÍTULO II
DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Cláusula 4ª O Consórcio tem sua sede e foro em Currais Novos, na ROD BR 226, S/N, QUADRA nº 0895, LOTE nº 0003, Paizinho Maria, CEP 59.380-000, Estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º O local da sede poderá ser alterado mediante decisão da Assembleia Geral, dispensada a ratificação por lei pelos entes consorciados, devendo a alteração ser formalizada por meio de alteração contratual e devidamente publicada.

§ 2º A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de atuação do Consórcio.

Cláusula 5ª A área de atuação do consórcio corresponde ao somatório das áreas territoriais dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Cláusula 6ª O consórcio terá tempo de duração indeterminado.

CAPÍTULO III
DAS FINALIDADES

Cláusula 7ª São finalidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó:
I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente somente pelo município;
III - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;
VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção de saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;
VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo Consórcio;
VIII - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
IX - realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;
X - viabilizar ações conjuntas na área de compra e/ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;
XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos entes consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;
XIII - estabelecer relações corporativas com outros consórcios regionais que por sua localização possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
XIV - criar, alterar e adequar tabelas de procedimentos e valores, relativos à sua área de atuação, bem como reajustá-las financeiramente para suprir as necessidades dos municípios consorciados;
XV - outas finalidades definidas em Assembleia Geral.

§ 1º A implementação das ações, programas e projetos relacionados às finalidades do Consórcio será deliberada pela Assembleia Geral, observadas as diretrizes estabelecidas pelos entes consorciados.

§ 2º Para o desenvolvimento das ações estabelecidas no parágrafo anterior, poderão ser criados órgãos internos, cuja organização, competências e funcionamento serão definidos no Regimento Interno do Consórcio ou em regulamentação própria.

§ 3º Para cumprir as suas finalidades o Consórcio poderá:
I - adquirir e/ou receber em doação os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;
II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;
III - prestar a seus consorciados os serviços previstos nesta cláusula;
IV - efetuar o credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados;
V - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação;
VI - solicitar apoio técnico e operacional de servidores dos entes consorciados e/ou associações representativas dos municípios, nos termos da legislação aplicável;
VII - contratar assessoria ou consultoria técnica especializada para o desenvolvimento de planos, projetos, estudos e demais atividades relacionadas com as finalidades do consórcio;
VIII - promover o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.

TÍTULO II
DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I
DA GESTÃO ASSOCIADA

Cláusula 8ª Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde, delegando ao consórcio a prestação de serviços previstas na cláusula 7ª, e seus incisos, deste Contrato de Consórcio.

Parágrafo único. Quando se tratar de prestação de serviço público em regime de gestão associada, observada a definição do art. 2º, inciso XIII do Decreto de nº 6.017/2007, poderá ser formalizado mediante a celebração de contrato de programa, quando envolver a prestação direta de serviços públicos pelo Consórcio, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.107/2005.

TÍTULO III
INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

Cláusula 9ª É dispensada a licitação para a realização contrato de rateio e/ou contrato interadministrativo de prestação de serviços ou fornecimento de bens, entre o Consórcio ente consorciado, nos termos do art. 2º, § 1º, III, da Lei Federal nº 11.107/2005 e do art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/2007.

CAPÍTULO I
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Cláusula 10 O contrato interadministrativo de prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, consiste em instrumento que disciplinará a prestação de serviços e fornecimento de bens entre o Consórcio e os entes consorciados ou por entidade que integra a administração indireta deste último, onde o Consórcio receberá os recursos financeiros decorrentes da prestação de serviços e/ou entrega de bens, após a realização dos mesmos.

CAPÍTULO II
CONTRATO DE RATEIO

Cláusula 11 O contrato de rateio é o instrumento por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros de forma antecipada para a realização de despesas do consórcio, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contempladas em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferência ou operações de crédito.

§ 3º Aplica-se ao contrato de rateio o disposto no § 2º do art. 12 da Lei Federal 4.620/64.

§ 4º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 5º O critério para fixação do rateio será deliberado pela Assembleia Geral.

§ 6º As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de quaisquer dos entes da federação consorciados.

Cláusula 12 Existindo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o Ente consorciado deverá informá-la, por escrito, ao Consórcio, indicando quais medidas foram tomadas para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Cláusula 13 Fica facultado o pagamento dos valores pactuados no contrato de rateio, administrativo e/ou de programa, conforme for o caso, mediante débito automático em conta bancária do Ente consorciado em favor do Consórcio, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
I - que todos os repasses ao Consórcio estejam previstos nas peças orçamentárias municipais, bem como no contrato;
II - que seja processado por instituição financeira oficial;
III - que observe os limites de prazo e valor pactuados no contrato;
IV - que o (a) chefe do Poder Executivo consorciado encaminhe ofício à instituição financeira autorizando o débito automático.

CAPÍTULO III
CONTRATO DE PROGRAMA

Cláusula 14 O contrato de programa consiste em instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações de ente consorciado para com o Consórcio, para a prestação de serviços públicos em regime de gestão associada, em que ocorra a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 1º O contrato de programa deverá atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos e, especialmente no que se refere ao cálculo de tarifas e de outros preços públicos, à de regulação dos serviços a serem prestados.

§ 2º É dispensável a licitação para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação, nos termos do inciso XI, do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021.

§ 3º São cláusulas necessárias do contrato de programa aquelas descritas no art. 13, §2º, da Lei nº 11.107/2005, e art. 33 do Decreto nº 6.017/2007.

§ 4º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente aquelas relativas a investimentos realizados e à continuidade e viabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços.

§ 5º O contrato de programa continuará vigente nos casos de:
I - o titular se retirar do consórcio público ou da gestão associada;
II - extinção do consórcio público.

TÍTULO IV
DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 15 O Consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente das leis dos entes que o ratificaram.

§ 1º O Consórcio regulamentará em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Administrativo, as demais situações não previstas neste Contrato de Consórcio Público.

§ 2º As deliberações em todos os órgãos do Consórcio deverão ser preferencialmente realizadas em consenso.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente consorciado deverá incluir nas suas propostas orçamentárias anuais dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras decorrentes do Consórcio, insertas nos contratos de rateio e prestação de serviços a serem aprovados em Assembleia Geral.

§ 4º Não será admitido consorciamento parcial ou condicional.

§ 5º Fica autorizada a destinação de bens móveis e imóveis ao Consórcio, sob a forma de cessão de uso, desde que vinculados aos interesses e atribuições do Consórcio.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA

Cláusula 16 O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó terá a seguinte estrutura:
I - Assembleia Geral;
II - Conselho Administrativo;
III - Conselho Fiscal;
IV - Secretaria Executiva;
V - Colegiado de Saúde.

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Cláusula 17 A Assembleia Geral, instância máxima do consórcio, é o órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os entes consorciados e será comandada por um Conselho Administrativo, assim constituído:
I - Presidente;
II - 1º Vice-Presidente;
III - 2º Vice-Presidente.

§ 1º No caso de impedimento ou ausência do chefe do Poder Executivo, somente o vice-prefeito poderá assumir a sua representação, inclusive com direito a voz e voto.

§ 2º Ninguém poderá representar mais de um Ente consorciado na mesma Assembleia Geral.

§ 3º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio, ou pelo 1º Vice-Presidente na sua falta, ou ainda pelo 2º Vice-Presidente na ausência dos dois anteriores.

Cláusula 18 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes ao ano, para deliberação sobre o Balanço do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício anterior, sobre o orçamento para o exercício seguinte e ainda para a eleição do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio, por um quinto de seus membros, ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º As Assembleias Gerais serão convocadas pelo presidente do consórcio, por meio de edital de convocação, em atenção aos seguintes prazos e requisitos:
I - para a Assembleia Geral ordinária, a convocação acontecerá com 5 (cinco) dias de antecedência da data estipulada, contados a partir da publicação do edital, contendo, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, a hora e o local;
II - para a Assembleia Geral extraordinária, a convocação acontecerá com 3 (três) dias de antecedência da data estipulada, contados a partir da publicação do edital, contendo, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, a hora e o local.

§ 2º O quórum de instalação da Assembleia Geral, em primeira convocação, será da maioria dos consorciados. Não se realizando em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada para 30 (trinta) minutos depois, no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de entes consorciados.

§ 3º As Assembleias Gerais poderão acontecer virtualmente, por meio do uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos, sendo seu procedimento fixado no edital de convocação.

Cláusula 19 Cada ente consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal.

Cláusula 20 Compete à Assembleia Geral:
I - eleger o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal;
II - homologar o ingresso no consórcio de municípios que tenham ratificado o contrato de consórcio;
III - autorizar o consorciamento de novos municípios;
IV - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público, que deverá ser ratificada por lei pela maioria dos entes consorciados;
V - aplicar a penalidade de exclusão de Ente consorciado, observado o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
VI - autorizar a alteração do quadro de pessoal do consórcio ou as atribuições dos empregos públicos;
VII - deliberar sobre os critérios das contribuições para manutenção do Consórcio por meio do contrato de rateio;
VIII - aprovar:
o orçamento anual do consórcio;
política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;
relatório anual de atividades;
prestação de contas do Conselho Administrativo, após a análise do Conselho Fiscal;
a realização de operação de crédito;
a celebração de convênios;
a alienação e a oneração de bens imóveis do consórcio;
a mudança de sede do consórcio;
a extinção do consórcio.
IX - aceitar cessão onerosa ou não de servidores do ente consorciado ou conveniado;
X - contratar serviços de auditoria externa;
XI - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio;
XII - deliberar sobre a remuneração de novos cargos, a concessão de vantagens pecuniárias, aumento real de remuneração dos empregados do Consórcio.

Cláusula 21 O quórum de deliberação da Assembleia Geral, ressalvadas as previsões estabelecidas ao longo deste instrumento que exigem maioria qualificada, será de:
I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas no inciso VIII, alínea “i” da cláusula anterior;
II - maioria absoluta de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos II, III, IV, VII, VIII alíneas “g” e “h”, XIII do artigo anterior
III - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações.
§ 1º Compete ao Presidente do Conselho Administrativo, além do voto normal, o voto de minerva.
§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

SEÇÃO II
DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Cláusula 22 O Conselho Administrativo é órgão de direção do consórcio, assim constituído:
I - Presidente;
II - 1º Vice-Presidente;
III - 2º Vice-Presidente.

§ 1º Os membros do Conselho Administrativo serão escolhidos em Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por apenas uma recondução consecutiva.

§ 2º Os membros do Conselho Administrativo não tem direito a remuneração pelo exercício de suas funções.

§ 3º Os membros do Conselho Administrativo não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Contrato de Consórcio.

Cláusula 23 Compete ao Conselho Administrativo:
I - deliberar sobre os assuntos gerais não atribuídos à Assembleia Geral;
II - aprovar e modificar o Regimento Interno do Consórcio, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;
III - analisar o plano de atividades e a proposta orçamentária anual, em consonância com os objetivos e as prioridades que podem ter sido sugeridas pelo Colegiado de Saúde, submetendo-se à aprovação da Assembleia Geral;
IV - definir a política patrimonial e financeira e os programas de investimentos do Consórcio;
V - admitir e demitir o Secretário Executivo do consórcio;
VI - analisar o relatório anual das atividades e submetê-lo à Assembleia Geral;
VII - propor à Assembleia Geral, para aprovação, as percentagens e/ou valores dos contratos de rateio a serem celebrados com os municípios consorciados;
VIII - autorizar a alienação dos bens móveis do consórcio;
IX - autorizar o provimento dos empregos públicos previstos no Anexo II deste Contrato de Consórcio Público, as contratações temporárias para atendimento de excepcional interesse público e a contratação de estagiários;
X - propor à Assembleia Geral a concessão de aumento real da remuneração dos empregados públicos;
XI - deliberar sobre a suspensão da prestação de serviços aos municípios que deixarem de cumprir com suas obrigações firmadas em contrato de programa, contrato interadministrativo de prestação de serviços ou contrato de rateio.

Cláusula 24 O presidente do Conselho Administrativo responderá como Presidente do Consórcio, a quem compete:
I - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores *ad negotia* e *ad judicia;*
II - convocar e presidir as assembleias e manifestar o voto de qualidade e de minerva, caso necessário;
III - dar posse aos membros do conselho fiscal;
IV - celebrar convênios e acordos congêneres;
V - prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;
VI - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;
VII - na qualidade de ordenador de despesas, movimentar, em conjunto com o Secretário Executivo, as contas bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;
VIII - aceitar a cessão de servidores, onerosa ou gratuita, do ente consorciado ao consórcio;
IX - instituir diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento dos empregados públicos no Brasil e exterior.
X - designar comissões ou equipe de apoio em processos de licitação, em processos administrativos disciplinares ou para coordenar os trabalhos de concurso público ou processo seletivo simplificado;
XI - conceder a revisão anual, conforme índices estabelecidos neste instrumento, dos vencimentos previstos para o quadro de pessoal, bem como dos valores referentes às gratificações;
XII - determinar a instauração de procedimentos administrativos disciplinares em razão de condutas dos empregados públicos;
XIII - dar cumprimento, por meio de Resoluções, às deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo, da Secretaria Executiva e do Conselho Fiscal;
XIV - expedir portarias para dar força normativa às decisões monocráticas de sua competência;
XV - homologar e adjudicar processos licitatórios e assinar os respectivos contratos;
XVI - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Contrato de Consórcio ou por outro órgão do Consórcio.

Parágrafo único. As competências arroladas nos incisos I, IX, e XV poderão ser delegadas ao Secretário Executivo.

Cláusula 25 O afastamento do cargo do Chefe do Poder Executivo é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

Parágrafo único. O Vice-Presidente quando assumir o cargo de Presidente será considerado como Presidente em exercício.

SEÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Cláusula 26 O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do consórcio, será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo o seu mandato coincidir com do Conselho Administrativo.

§ 1º O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal não tem direito a remuneração pelo exercício de suas funções.

Cláusula 27 Compete ao Conselho Fiscal:
I - fiscalizar a administração financeira e contábil do consórcio;
II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas e financeiras da entidade e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;
III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geram a serem submetidas à Assembleia Geral.

Cláusula 28 O Conselho Fiscal, através do seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes convocará, obrigatoriamente, a Secretaria Executiva para as devidas providências quando forem identificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO IV
DO COLEGIADO DE SAÚDE

Cláusula 29 O Colegiado de Saúde consistirá em órgão consultivo e propositivo, e será composto pelos Gestores de Saúde dos entes consorciados.

Cláusula 30 Ao Colegiado de Saúde cabe:
I - propor o plano de trabalho e as metas a serem alcançadas pelo consórcio;
II - sugerir as atividades a serem executadas pelo consórcio de acordo com as demandas apuradas nos municípios;
III - fomentar a transferência da execução de serviços de saúde da administração direta dos municípios ao consórcio, nos casos em que este prestar tais serviços;
IV - promover a interação entre as atividades de saúde prestadas no âmbito dos municípios e no consórcio;
V - atuar em aspectos relacionados às demais atribuições atinentes as suas funções na estrutura do consórcio.

§ 1º O Colegiado de Saúde será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares.

§ 2º Nenhum dos membros do Colegiado de Saúde perceberá remuneração pelo exercício de suas funções.

§ 3º O Colegiado de Saúde reunir-se-á, preferencialmente, uma vez por mês, para discutir as tarefas de sua competência.

SEÇÃO V
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Cláusula 31 A Secretaria Executiva é o órgão executivo e de gestão do Consórcio e será administrada por um secretário executivo, cabendo-lhe exercer todos os atos atinentes ao cumprimento dos objetivos do Consórcio.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva será exercida por um Secretário Executivo de livre nomeação e exoneração pelo Conselho Administrativo.

Cláusula 32 Compete ao Secretário Executivo:
I - promover a execução das atividades do Consórcio;
II - colher e avaliar as sugestões apontadas pelo Colegiado de Saúde e, se possível, promover sua execução no âmbito do consórcio;
III - propor ao presidente alterações na estrutura administrativa e no quadro de pessoal, bem como apresentar demais assuntos relacionados a esses temas que demandem aprovação do Conselho Administrativo ou da Assembleia Geral;
IV - elaborar o Plano de Atividades, Proposta Orçamentária Anual e Relatório Anual de Atividades;
V - elaborar os balancetes mensais para ciência do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;
VI - promover os atos de transparência do consórcio;
VII - movimentar em conjunto com o Presidente do Conselho Administrativo do consórcio as contas bancárias e os recursos financeiros;
VIII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;
IX - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral;
X - elaborar os processos de licitação para contratação de empresas e instituições e celebração de convênios ou termo de credenciamento com pessoas jurídicas;
XI - expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matérias administrativas do Consórcio;
XII - supervisionar e gerenciar a execução dos serviços pelos empregados do Consórcio;
XIII - quando autorizado, representar o presidente perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, incluindo as Administrações diretas e indiretas, bem como representá-lo junto a instituições financeiras, cartórios de registros públicos de pessoas físicas, jurídicas, títulos e documentos e de imóveis, e demais outros órgãos para o fiel cumprimento de suas obrigações;
XIV - assessorar os trabalhos das assembleias e demais reuniões do Consórcio.

CAPÍTULO III
DOS EMPREGADOS PÚBLICOS

Cláusula 33 O Regime de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e regidos, subsidiariamente, pelo que estabelece este Contrato de Consórcio, bem como o Regimento Interno.

§ 1º Os servidores efetivos dos municípios consorciados recebidos em cessão pelo consórcio, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime jurídico originário.

§ 2º O provimento dos empregos públicos permanentes dar-se-á mediante a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 3º Os empregados públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições do Regimento Interno, Resoluções e Portarias do Consórcio.

§ 4º O cumprimento da jornada de trabalho e o respectivo controle serão definidos no Regimento Interno do Consórcio.

§ 5º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, nem mesmo para os entes consorciados.

§ 6º A estrutura administrativa do consórcio, obedecido ao disposto neste Contrato de Consórcio, será definida em Regimento Interno.

SEÇÃO I
QUADRO DE EMPREGADOS

Cláusula 34 O quadro de pessoal do Consórcio é composto por empregados permanentes e empregados públicos comissionados, de livre admissão e demissão, conforme consta no Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.

§ 1º O emprego público de Secretário Executivo do Consórcio deverá ser ocupado por profissional de nível superior completo, em curso reconhecido pelo MEC, com experiência comprovada não inferior a 3 (três) anos em gestão pública ou privada, vedada a admissão de cônjuge, companheiro(a) ou parente, até terceiro grau, de qualquer membro do Conselho Administrativo e Fiscal.

§ 2º Fica vedada a admissão de cônjuge, companheiro(a) ou parente, até o terceiro grau, de qualquer membro do Conselho Administrativo e Fiscal, para empregos públicos de livre admissão e demissão.

§ 3º As atribuições dos empregos públicos, sempre que necessário e de interesse do consórcio, poderão ser alteradas ou adequadas, mediante aprovação pelo Conselho Administrativo.

§ 4º Os empregados públicos do Consórcio não tem direito à estabilidade no serviço público.

§ 5º O edital de concurso público para investidura nos empregos públicos definirá a forma da posse, validade do concurso, exigências, atribuições, salário, tipo de prova (escrita, prática e/ ou prático-orais), bem como todos os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tanto para inscrição como para o eventual exercício do emprego público.

Cláusula 35 É facultado ao consórcio público conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes, respeitando a legislação federal acerca do tema e as condições a serem disciplinadas pelo Conselho Administrativo.

§ 1º Os empregados públicos permanentes serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do emprego público, sem direito a estabilidade.

§ 2º Os empregados públicos comissionados são aqueles de livre nomeação e exoneração, em regime de integral dedicação ao serviço, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, regidos pelos critérios de confiança, podendo ser ocupados tanto por empregados públicos concursados como por empregados públicos nomeados especialmente para esse fim.

SEÇÃO II
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Cláusula 36 Fica autorizada a contratação temporária de empregados públicos, para fins de necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, nos seguintes casos:
I - afastamentos legais, licenças, calamidade pública, surtos epidemiológicos, aumento excepcional de demanda ou outras situações temporárias devidamente justificadas;
II - vacância de emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;
III - aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificada e por decisão do Conselho Administrativo;
IV - execução de serviços por profissional de notória especialização;

§ 1º Os empregados públicos temporários, mediante processo seletivo simplificado de contratação, exercerão funções – por prazo determinado – para atender às necessidades temporárias de interesse público.

§ 2º A duração do contrato temporário será limitada ao prazo de substituição ou da execução do programa, não podendo ultrapassar o limite de 2 (dois) anos.

§ 3º As contratações temporárias somente poderão ocorrer quando houver suficiência de dotação orçamentária e mediante autorização do Presidente do Conselho Administrativo e/ou da Secretaria Executiva.

SEÇÃO III
REMUNERAÇÃO

Cláusula 37 Os valores dos salários dos empregos são os constantes no Anexo II deste Contrato de Consórcio, assegurada a revisão geral anual.

Cláusula 38 Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou, na sua ausência, por outro que venha a substituí-lo, no período acumulado de janeiro a dezembro do ano anterior.

§ 1º A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio.

§ 2º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes na Tabela de Salários (anexo II).

Cláusula 39 A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração dos empregados do consórcio, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os valores para adequá-los à realidade do mercado, mediante justificativa.

§ 1º Entende-se por realidade de mercado, a média salarial paga aos empregados que exerçam atividades semelhantes àquelas previstas neste instrumento, considerando-se a carga horária e a área de abrangência da região do município em que estiver sediado.

§ 2º O aumento real da remuneração poderá ser concedido em percentuais diferenciados para cada cargo.

SEÇÃO IV
DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Cláusula 40 Além do salário e das demais vantagens previstas em lei, no Contrato de Consórcio Público ou no Regimento Interno, poderão ser deferidas aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:
I - adicional por serviço extraordinário, na forma da lei;
II - adicional de férias, na forma da lei;
III - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da lei;
IV - adicional noturno, na forma da lei;
V - gratificação especial, na forma estabelecida na cláusula 43 deste Contrato de Consórcio.

SEÇÃO V
DAS VANTAGENS

Cláusula 41 Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:
I - indenizações;
II - auxílios pecuniários;
III - gratificações;
IV - adicionais previstos em lei.

§ 1º As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para nenhum efeito.

§ 2º As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou no Regimento Interno, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 3º As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Cláusula 42 Conceder-se-ão as seguintes indenizações aos empregados do consórcio:

I - a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, ou atribuições alheias a função exercida, desde que autorizada pelo Consórcio, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de dias e a ser regulamentada por resolução expedida pelo Presidente do Conselho Administrativo.

II - a título de deslocamento, ao empregado que deslocar-se a serviço do consórcio utilizando-se de veículo próprio, totalmente segurado, a ser regulamentada por Resolução expedida pelo Presidente do Conselho Administrativo.

III - pelas despesas efetuadas a serviço, excepcionalmente custeadas com recursos próprios do empregado a ser regulamentada por Resolução pelo Presidente do Conselho Administrativo do consórcio.

§ 1º Fica instituído o regime de adiantamento de despesas, a ser regulamentado por Resolução específica do Presidente, consistente na entrega de numerário ao empregado responsável pela realização da despesa, devendo ser requerido formalmente pelo interessado, cujo requerimento deverá ser aprovado pela Secretaria Executiva.

Cláusula 43 Fica instituída, a critério do Conselho Administrativo e conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Consórcio, gratificação especial em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade.

§ 1º A gratificação especial prevista no caput deste artigo compreende o exercício de uma ou mais das seguintes atividades
atividade de pregoeiro;
membro de comissão de licitação e/ou agente de contratação;
membro de comissão permanente e/ou especial de licitação;
membro de comissão de sindicância ou processo administrativo disciplinar;
membro de comissão especial para elaboração de concurso público e/ou processo seletivo;
membro de quaisquer outras comissões temporárias criadas no interesse do consórcio.

§ 2º Os respectivos valores e regramentos de cada desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade serão descritos no Regimento Interno ou resolução específica.

§ 3º O empregado poderá participar de quantas comissões for convocado, porém perceberá somente o valor da maior comissão exercida por ele, de forma não cumulativa com as demais.

§ 4º Cessado o exercício da atividade gratificada, extingue-se automaticamente a respectiva gratificação, sem qualquer incorporação ou direito adquirido.

SEÇÃO VI
DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO

Cláusula 44 A Avaliação Periódica de Desempenho aplica-se aos empregados públicos permanentes, será realizada semestralmente, a ser regulamentada em Regimento Interno, será realizada através de comissão instituída para tal finalidade, observando-se os critérios de eficiência, responsabilidade, assiduidade, pontualidade, relacionamento pessoal e penalidades disciplinares.

SEÇÃO VII
DO DESLIGAMENTO DO CONSÓRCIO

Cláusula 45 O empregado público permanente poderá se desligar ou ser desligado do Consórcio nos casos de:
I - extinção do consórcio público;
II - penalidade pós processo administrativo disciplinar;
III - insuficiência de desempenho, apontada após avaliação da Comissão de Desempenho, seja no seu ingresso ao quadro do consórcio ou em avaliação periódica, após o devido processo administrativo disciplinar;
IV - pedido de demissão;
V - demais condições previstas na CLT.

Parágrafo único. Os incisos acima poderão ser disciplinados no Regimento Interno do Consórcio.

SEÇÃO VIII
DA CESSÃO DE SERVIDORES DOS ENTES CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO

Cláusula 46 É facultada a cessão de servidores dos entes consorciados, observadas a legislação de cada um, com ou sem ônus para origem e com a manutenção do regime originário, ainda que em estágio probatório, e mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, para o Consórcio.

§ 1º Os agentes públicos cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário.

§ 2º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pelo Consórcio.

TÍTULO V
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DOS AGENTES PÚBLICOS

Cláusula 47 O regime de trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com ingresso mediante concurso público para os empregados permanentes e de livre admissão e demissão aos comissionados.

§ 1º A estrutura administrativa do consórcio, obedecido ao disposto neste Contrato de Consórcio, será definida no Regimento Interno.

§2º Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições deste Contrato de Consórcio.

Cláusula 48 O quadro de pessoal do consórcio é composto por empregados públicos, conforme Anexo II deste Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II
DAS CONTRATAÇÕES

Cláusula 49 As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Cláusula 50 Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados em diário oficial eletrônico.

TÍTULO VI
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 51 A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Parágrafo único. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.

Cláusula 52 O patrimônio do Consórcio será constituído:
I - Pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
II - Pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

§ 1º. Os bens do Consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembleia Geral, observada a natureza jurídica do Consórcio e a legislação aplicável.

§2º. Os bens imóveis somente serão alienados mediante a aprovação da maioria absoluta dos Entes consorciados em Assembleia Geral.

Cláusula 53 Constituem recursos financeiros do Consórcio:
I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o Contrato de Rateio;
II - a remuneração dos próprios serviços prestados;
III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
IV - os saldos dos exercícios;
V - as doações e legados;
VI - o produto de alienação de seus bens livres;
VII - o produto de operações de créditos;
VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
IX - os valores do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título;
X - outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial.

Cláusula 54 O saldo financeiro no final de cada exercício poderá ser utilizado como superávit financeiro, fortalecendo as ações previstas ou complementando ações em andamento do exercício anterior, incluídas no exercício seguinte.

Cláusula 55 Os Entes consorciados entregarão recursos ao Consórcio:
I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;
II - Quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste instrumento;
III - Na forma do respectivo contrato de rateio

Cláusula 56 O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Cláusula 57 A contabilidade do Consórcio será realizada, sobretudo, de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000, a Portaria nº 274/2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, ou as que vierem a substituí-las.

Cláusula 58 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar 101/2000, o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos Entes consorciados todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada Ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

TÍTULO VII
DO USO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Cláusula 59 Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo consórcio e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de prestação de serviços, mediante entrega de recursos disciplinados no contrato de rateio.

Cláusula 60 Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada ente consorciado poderá colocar à disposição do consórcio os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de prestação de serviços e no contrato de rateio.

TÍTULO VIII
DA ADMISSÃO, RETIRADA, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO

CAPÍTULO I
DA ADMISSÃO

Cláusula 61 É facultada a admissão de municípios ao Consórcio a qualquer tempo, desde que atendidas as condições estabelecidas neste Estatuto e, especificamente o seguinte:
I - o ente interessado deverá apresentar pedido formal assinado por seu representante legai à Presidência do Consórcio, para análise e aprovação da Assembleia Geral;
II - o ente interessado deverá dispor de Lei autorizativa, dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes para assumir as despesas fixadas em contrato de programa e/ou rateio;
III - o ente recém consorciado deve submeter-se a critérios técnicos para cálculo do valor dos custos a serem rateados, bem como reajustes e revisões.

CAPÍTULO II
DA RETIRADA

Cláusula 62 A retirada do ente consorciado dependerá de ato formal de seu representante, aprovado por lei, devendo ser comunicada à Assembleia Geral.

§ 1º O requerimento de retirada do Consórcio deverá ser ratificado, mediante lei, pelo Ente consorciado que se retira.

§ 2º A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o Ente consorciado que se retira e o Consórcio Público.

§ 3º Eventuais débitos do Ente consorciado que se retira, caso não sejam quitados em até 60 (sessenta) dias, poderão ser objeto de cobrança administrativa ou judicial, nos termos da legislação aplicável.

§ 4º Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Ente consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:
I - Decisão de maioria absoluta dos Entes consorciados manifestada em Assembleia Geral;
II - Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação

CAPÍTULO III
DA EXCLUSÃO

Cláusula 63 Serão excluídos do quadro social, ouvido a Assembleia Geral, os consorciados que tenham deixado de incluir, no orçamento da despesa, a dotação devida ao Consórcio, ou se incluída, deixar de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de repasse, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, assegurada a ampla defesa nos termos do Regimento Interno.

Parágrafo único. A exclusão prevista nesta cláusula não exime o consorciado de pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente

CAPÍTULO IV
DA EXTINÇÃO

Cláusula 64 O Consórcio somente será extinto por decisão da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esse fim, pelo voto unânime de todos os Entes consorciados.

§ 1º O instrumento aprovando a extinção do Consórcio será ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

§ 2º Com a extinção do Consórcio, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o Consórcio conforme previsão do § 2º, do art. 29, do Decreto Federal nº 6.017/2007, sem direito à estabilidade, fazendo jus às verbas rescisórias de acordo com o estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

§ 3º No caso de extinção do Consórcio, os bens próprios e recursos do Consórcio reverterão ao patrimônio dos Entes consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos na entidade, apurados conforme o contrato de rateio.

§ 4º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, observado os contratos de programa e de rateio, garantido o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 65 O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.

Cláusula 66 O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto Federal nº 6.017/2007; e, no que couber, pelas normas de direito público e, subsidiariamente, pela legislação aplicável à sua natureza jurídica.

Cláusula 67 A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com as normas de direito público, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedadas práticas que comprometam a autonomia dos entes federativos;
II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;
III - eletividade dos órgãos de direção do Consórcio;
IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo do ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo;
V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica, sempre que cabível, que demonstre sua viabilidade e economicidade.

Cláusula 68 Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste instrumento.

Cláusula 69 Observados os índices oficiais aplicáveis, poderão ser corrigidos monetariamente os valores previstos neste instrumento, na forma que dispuser o regimento.

Cláusula 70 A contagem dos prazos estabelecidos em dias no presente protocolo de intenções será em dias úteis e os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Parágrafo único. Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com feriado nacional, sábado ou domingo.

Cláusula 71 As publicações do Consórcio serão veiculadas em seu sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de outros meios de publicação oficial previstos em lei ou regulamento.

Parágrafo único. Poderá ser instituído outro diário oficial no Estatuto ou em resolução específica.

Cláusula 72 Os casos omissos ao presente Contrato de Consórcio Público serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Cláusula 73 Os anexos, que seguem junto a este Contrato de Consórcio Público, integram o presente em todos os termos.

Cláusula 74 Fica estabelecido o foro da Comarca de Currais Novos/RN para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio CIS SERIDÓ.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,
07 de outubro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

ANEXO I
ENTES DA FEDERAÇÃO SUBSCRITORES E CONSORCIADOS

ENTE DA FEDERAÇÃO	LEI DE RATIFICAÇÃO
ACARI	Lei nº 904, de 28 de julho de 2009
BODÓ	Lei nº 142, de 08 de março de 2010
CAMPO REDONDO	Lei nº 398, de 26 de agosto de 2013
CARNAÚBA DOS DANTAS	Lei nº 652, de 14 de dezembro de 2009
CERRO CORÁ	Lei nº 616, de 18 de dezembro de 2008
CRUZETA	Lei nº 929, de 1º de setembro de 2009
CURRAIS NOVOS	Lei nº 3.035, de 13 de junho de 2013
EQUADOR	Lei nº 602, de 06 de maio de 2013
FLORÂNIA	Lei nº 670, de 11 de março de 2011
IPUEIRA	Lei nº 467, de 22 de junho de 2018
JARDIM DO SERIDÓ	Lei nº 969, de 29 de maio de 2014
JAPI	Lei nº 414, de 24 de agosto de 2022
LAGOA NOVA	Lei nº 377, de 22 de dezembro de 2008
LAJES PINTADAS	Lei nº 282, de 10 de abril de 2017
OURO BRANCO	Lei nº 806, de 4 de novembro de 2013
PARELHAS	Lei nº 2.150, de 09 de abril de 2010
SANTA CRUZ	Lei nº 918, de 16 de agosto de 2024
SANTANA DO MATOS	Lei nº 840, de 30 de junho de 2017
SANTANA DO SERIDÓ	Lei nº 408, de 24 de novembro de 2010
SÃO JOÃO DO SABUGI	Lei nº 860, de 17 de maio de 2022
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	Lei nº 477, de 29 de março de 2022
SÃO VICENTE	Lei nº 419, de 25 de novembro de 2009
SERRA NEGRA DO NORTE	Lei nº 813, de 07 de março de 2023
TENENTE LAURENTINO CRUZ	Lei nº 199, de 20 de fevereiro de 2009
TIMBAÚBA DOS BATISTAS	Lei nº 458, de 17 de agosto de 2022
UPANEMA	Lei nº 908, de 1º de dezembro de 2025

ANEXO II
EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego Público	Nº de vagas	Provimento	Vencimento	Carga horária semanal	Escolaridade mínima
Secretário Executivo	1	Em comissão	4.525,84	40h	Ensino Superior Completo
Diretor Administrativo e Financeiro	1	Em comissão	3.070,31	40h	Ensino Superior Completo
Gerente Administrativo	2	Em comissão	2.763,29	40h	Ensino Superior Completo

Assessor Jurídico	1	Em comissão	3.200,00	20h	Ensino Superior Completo em Direito
Auditor em saúde	1	Em comissão	2.873,32	20h	Ensino Superior Completo
Contador	1	Concurso Público	1.869,89	20h	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis
Técnico Administrativo	3	Concurso Público	2.456,24	40h	Ensino Superior Completo
Auxiliar Administrativo	3	Concurso Público	1.842,18	40h	Ensino Médio Completo
Controlador Interno	1	Concurso Público	1.869,89	20h	Ensino Superior Completo
Analista de Contas Médicas	1	Concurso Público	2.873,32	40h	Ensino Superior Completo
Condutor Socorrista	8	Concurso Público	2.276,00	Plantão – escala 24x96h	Ensino Médio Completo
Enfermeiro	6	Concurso Público	3.108,96	Plantão – escala 24x96h	Ensino Superior Completo em Enfermagem
Técnico em Enfermagem	8	Concurso Público	2.175,84	Plantão – escala 24x96h	Curso Técnico em Enfermagem

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Administrar as ações desenvolvidas pelo Consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Consórcio para seus entes e para a população da área de influência de uma maneira geral;
Controlar a movimentação de documentos internos e externos;
Implantar, na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração de serviço público;
Coordenar as atividades dos outros empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Presidência;
Elaborar as pautas das reuniões da Assembleia Geral e do colegiado de secretários de saúde;
Administrar o patrimônio e as questões orçamentárias do Consórcio, elaborando análises e relatórios contábil e financeiro, evidenciando a saúde financeira e defendendo estratégias adequadas a cada caso;
Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos definidos;
Quando cabível, subscrever documentos em nome do consórcio;
Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balancetes e balanços, estratégias e ações de valorização e de qualificação ambiental, no âmbito das competências do Consórcio;
Exercer o autocontrole em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando, se necessário, os resultados obtidos;
Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Planejar, coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades administrativas, financeiras, orçamentárias, patrimoniais e operacionais do Consórcio, observadas as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral, Conselho Administrativo, Presidência e Secretaria Executiva;
Supervisionar a execução orçamentária e financeira do Consórcio, acompanhando receitas, despesas, pagamentos, fluxo de caixa, investimentos e movimentações bancárias;
Coordenar as atividades diárias do Consórcio, em especial as administrativas e o envio de informações através dos sistemas obrigatórios;
Elaborar e implantar normas, procedendo ao levantamento, verificando a viabilidade de implantação através de repercussão nas áreas, criando instrumentos de controle e prestando orientação, a fim de padronizar procedimentos;
Executar, quando necessário, juntamente ou isoladamente aos outros empregados as atividades diárias ou na substituição destes;
Auxiliar na elaboração da proposta orçamentária anual, planos de trabalho, relatórios gerenciais, demonstrativos financeiros e instrumentos de planejamento institucional;
Operar sistemas informatizados necessários à execução das atividades do emprego;
Zelar pela guarda, conservação e utilização adequada dos documentos, equipamentos, bens e informações sob sua responsabilidade;
Apoio a interpretação e auxílio na aplicação e evolução das legislações que dispõem na área da saúde, quais sejam, Federais, Estaduais e Municipais, Portarias e deliberações MS, SESAP, CIB, CIR, CONASEMS, COSEMS;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio.

GERENTE ADMINISTRATIVO

Auxiliar o Secretário Executivo e o Diretor Administrativo em suas atribuições;
Organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do Consórcio;
Executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos;
Manter sob controle a agenda de atividades, o edital e atas do Consórcio e da Assembleia;
Auxiliar os prestadores de serviços e municípios consorciados no uso do sistema informatizado disponibilizado pelo Consórcio, bem como esclarecer dúvidas de sua área de competência
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

ASSESSOR JURÍDICO

Prestar assessoria jurídica extrajudicial e judicial;
Emitir pareceres sobre questões jurídicas de interesse do Consórcio;
Examinar previamente e propor os ajustes necessários às minutas de editais, de contratos, acordos, convênios e demais instrumentos jurídicos, quando solicitados;
Redigir ou formatar documentos jurídicos, elaborar minutas de atos normativos;
Orientar e preparar processos administrativos e outros pertinentes a rotina de trabalho do consórcio;
Auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas;
Analisar a legislação e suas atualizações e orientar a sua aplicação e adequação no âmbito do consórcio;
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

CONTADOR

Executar, coordenar e supervisionar as atividades e serviços do setor contábil;
Cientificar a Secretaria Executiva de todas as irregularidades que se relacionam com o serviço;
Orientar, fiscalizar e exigir o cumprimento das tarefas e atribuições que forem delegadas aos empregados do serviço;
Preparar empenhos, liquidações, ordem e baixa de pagamentos de fornecedores, prestadores e pessoal para efeito de pagamento;

Emitir notas de empenho, liquidação e pagamento das despesas;
Executar os registros, controles, rotinas e atividades contábeis;
Fazer conciliações bancárias das contas correntes do Consórcio;
Atualizar e fazer a manutenção dos sistemas contábeis;
Elaborar balancetes, relatórios e demonstrativos de balanço, preparando os mesmos para publicação;
Elaborar a prestação anual de contas e o cumprimento das solicitações dos Conselhos Administrativo e Fiscal e do controle externo;
Elaborar a Prestação de Contas Anual (Balanço Anual);
Realizar o acompanhamento e controle da execução orçamentária do Consórcio;
Executar a alimentação da SEFIP, CAGED, GEFIP, E-SOCIAL, FGTS, RAIS, DIRF e seus programas informatizados, bem como a implementação das leis pertinentes aos mesmos;
Zelar pela limpeza e conservação do ambiente de trabalho e pela guarda dos bens que lhe forem confiados
Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Assessorar o consórcio em sua área de competência e formação, gerando dados e informações, subsidiando e compartilhando experiências no desenvolvimento das atividades da entidade;
Prestar assessoria técnica aos entes consorciados e ao próprio Consórcio na elaboração de estratégias e ações;
Desenvolver, analisar e emitir parecer sobre projetos, especificações, pareceres e normas técnicas;
Operar os programas informatizados do consórcio, quer sejam advindos do âmbito local, municipal, estadual ou federal, dando-lhes tratamento adequado, criando backups, alimentando-os e propondo inovações e implementações;
Elaborar e implantar normas, procedendo ao levantamento, verificando a viabilidade de implantação através de repercussão nas áreas, criando instrumentos de controle e prestando orientação, a fim de padronizar procedimentos.
Prestar assessoramento técnico, organizando e coordenando trabalhos, instruindo empregados;
Coordenar e exercer o controle, conferência e auditoria das guias emitidas pelos municípios e faturadas pelos prestadores de serviços;
Coordenar e operar o sistema informatizado, realizando o fechamento da produção mensal, cobrando dos prestadores de serviço os documentos necessários para o pagamento, realizando as glosas quando encontrar desconformidades, e realizar todo o encaminhamento da cobrança aos municípios e conferência de pagamentos realizados pelos mesmos;
Auxiliar os prestadores de serviços e municípios consorciados no uso dos sistemas informatizados disponibilizados pelo Consórcio, bem como esclarecer dúvidas de sua área de competência;
Zelar pela guarda, conservação, sigilo e utilização adequada dos documentos, equipamentos, materiais e informações sob sua responsabilidade;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza técnica do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio, de acordo com a solicitação dos superiores.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Auxiliar os cargos de níveis hierárquicos superiores em suas atribuições;
Responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio;
Participar nos processos de licitação;
Auxiliar a área técnica e gerencial no acompanhamento e auditoria da produção mensal;
Realizar o controle de documentos de pessoal do Consórcio;
Zelar pela guarda, conservação, sigilo e utilização adequada dos documentos, equipamentos, materiais e informações sob sua responsabilidade;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza técnica do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio, de acordo com a solicitação dos superiores.

CONTROLADOR INTERNO
Planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades do Sistema de Controle Interno do Consórcio, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência administrativa;
Acompanhar e fiscalizar a gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e administrativa do Consórcio, em apoio ao controle externo e aos órgãos de fiscalização;
Verificar a legalidade, legitimidade e regularidade dos atos administrativos, contratos, convênios, licitações, despesas, receitas, pagamentos, prestação de contas e demais procedimentos administrativos;
Realizar auditorias preventivas, concomitantes e posteriores, ordinárias ou extraordinárias, com a finalidade de identificar falhas, irregularidades, inconsistências ou riscos à gestão pública;
Emitir relatórios técnicos, pareceres, recomendações, notificações e manifestações de controle interno sobre matérias submetidas à sua análise;
Acompanhar o cumprimento das metas previstas no planejamento institucional, instrumentos orçamentários e programas executados pelo Consórcio;
Propor medidas de aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, integridade, transparência, compliance, gestão de riscos e controle administrativo;
Desenvolver, implementar e revisar normas, fluxos, rotinas e procedimentos internos voltados à prevenção de irregularidades, combate à corrupção e fortalecimento dos controles institucionais;
Acompanhar o cumprimento das obrigações relacionadas à transparência pública, acesso à informação e proteção de dados pessoais;
Atuar de forma integrada com os demais setores administrativos, preservada sua independência técnica e funcional no exercício das atribuições de controle;
Prestar orientações técnicas aos gestores e empregados públicos sobre boas práticas administrativas e observância da legislação aplicável;
Acompanhar e auxiliar os trabalhos dos órgãos de controle externo e fiscalização;
Operar sistemas informatizados necessários ao desempenho das atribuições do emprego;
Zelar pela guarda, sigilo, integridade e conservação de documentos, informações, equipamentos e bens sob sua responsabilidade;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza técnica do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio.

ANALISTA DE CONTAS MÉDICAS
Coordenar e exercer o controle, conferência e auditoria das guias emitidas pelos municípios e faturadas pelos prestadores de serviços;
Verificar a conformidade de procedimentos, materiais, medicamentos, exames, internações, autorizações, faturamentos e demais registros assistenciais, observando protocolos clínicos, contratos, tabelas de referência e normas do Sistema Único de Saúde – SUS

Coordenar e operar o sistema informatizado, realizando o fechamento da produção mensal, cobrando dos prestadores de serviço os documentos necessários para o pagamento, realizando as glosas quando encontrar desconformidades, e realizar todo o encaminhamento da cobrança aos municípios e conferência de pagamentos realizados por eles;
Auxiliar na elaboração de fluxos, protocolos, rotinas administrativas e mecanismos de controle interno relacionados à auditoria e regulação em saúde;
Elaborar tabela com instruções para conferência e auditoria da produção mensal;
Operar sistemas informatizados de gestão, faturamento, regulação, auditoria e controle de contas médicas; zelar pela guarda, sigilo, integridade e confidencialidade das informações e documentos sob sua responsabilidade, observadas as normas de proteção de dados pessoais e sigilo profissional;
Zelar pela conservação dos bens, equipamentos e materiais utilizados no exercício de suas funções;
Executar outras atividades compatíveis com a natureza técnica do emprego, sua formação profissional e as finalidades institucionais do Consórcio.

CONDUTOR SOCORRISTA
Trabalhar no SAMU como motorista de viatura de resgate, dirigindo-se imediatamente ao local do chamado quando acionado;
Guiar ambulância com segurança respeitando as normas de Legislação Básica de Trânsito e normas específicas para trânsito de ambulâncias, assim como de direção defensiva;
Atuar como parte da equipe no atendimento a vítima, sob orientação e fiscalização da equipe de enfermagem;
Comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço pré-determinada;
Utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso;
Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
Zelar pela conservação dos bens, equipamentos e materiais utilizados no exercício de suas funções.

ENFERMEIRO
Prestar assistência de enfermagem nas unidades de Suporte Avançado conforme protocolo existente e disposição pessoal para a atividade;
Possuir equilíbrio emocional e autocontrole; ter disposição para cumprir ações orientadas;
Supervisionar e avaliar as ações de enfermagem da equipe no atendimento pré-hospitalar móvel;
Executar prescrições médicas por telemedicina;
Prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica a pacientes graves e com risco de vida, que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
Prestar assistência de enfermagem à gestante, a parturiente e ao recém-nato;
Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão;
Responsabilizar-se em controlar o uso e reposição de psicotrópicos e entorpecentes nas viaturas, mediante receita médica, contendo carimbo e CRM nos receituários;
Subsidiar os responsáveis pelo desenvolvimento de recursos humanos para as necessidades de educação continuada da equipe;
Fazer previsão de materiais, equipamentos e roupas necessários ao atendimento pré-hospitalar, conforme rotinas pré-estabelecidas;
Conhecer equipamentos e realizar manobras de extração/retirada no manual de vítimas;
Obedecer a Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética de Enfermagem; acatar e respeitar as rotinas estabelecidas;
Respeitar e cumprir o contido no POP (Procedimento Operacional Padrão).

TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Prestar assistência de enfermagem nas unidades de Suporte Básico conforme protocolo existente;
Auxiliar o Enfermeiro na assistência de enfermagem;
Prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave, sob supervisão direta ou à distância do profissional enfermeiro;
Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;
Ministrar medicamentos por via oral e parenteral mediante prescrição do médico regulador por telemedicina;
Prestar cuidados de conforto ao paciente e zelar por sua segurança;
Realizar manobras de extração/retirada manual de vítimas;
Conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica deles;
Realizar *check-list* diário dos materiais, equipamentos e medicamentos da unidade móvel, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo a unidade e mochilas de atendimento em perfeito estado de conservação e assepsia;
Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica;
Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;

Obedecer a Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética de Enfermagem;
Respeitar e cumprir o contido no POP (Procedimento Operacional Padrão).

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:735AE378

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
ATA DE PROCESSO FRACASSADO REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 27/2026

Ata de Processo Fracassado				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORA / RN				
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE				
Registro de Preços Eletrônico - 27/2026				
Datas Relevantes				
Publicado	Inicio de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Inicio da Sessão

15/09/2026 11:36	16/09/2026 08:00	23/09/2026 23:59	28/09/2026 08:00	28/09/2026 08:01	

Lotes Licitados

Lote	Item	Descrição	V. Referência	Qtde	Unidade	Observações	Julgamento
0001		LOTE					
	0001	COXINHA DE FRANGO COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,89	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0002	COXINHA DE CARNE COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,89	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0003	PASTEL DE FORNO COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,89	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0004	PASTEL DE CARNE COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,88	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0005	CANUDO COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,97	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0006	EMPADA COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,90	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0007	BOLINHO DE CARNE COM QUEIJO COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,89	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0008	EMPADA DE QUEIJO COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,95	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0009	EMPADA DOCE COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,99	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0010	ENROLADINHO DE SALSICHA COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,90	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
	0011	RISSOLE DE PRESUNTO E QUEIJO COM NO MÍNIMO 30G	R$ 0,94	15.000	UN	Fracassado	Menor Preço
		VALOR TOTAL ESTIMADO	151.350,00				

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
15/09/2026	EDITAL PE Nº 027-2026 - FORNECIMENTO DE SALGADOS.pdf
15/09/2026	TR.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
17/09/2026 - 11:28:48	aviso importante	DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA: 4.14.1. Quando solicitada, a amostra deverá ser apresentada no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado da notificação do licitante, em quantidade suficiente para possibilitar sua adequada avaliação, acompanhada das informações necessárias à identificação do item ofertado. 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: 5.1.2. Os salgados deverão ser produzidos/preparados e entregues no mesmo dia em que serão consumidos, de modo a assegurar condições adequadas de frescor, qualidade, higiene, conservação e segurança alimentar.
28/09/2026 - 08:30:48	Documentos solicitados para o processo 27/2026	Foram solicitadas diligências no lote 0001 do processo 27/2026.
		Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2026 - 08:46:34	Documentos solicitados para o processo 27/2026	Foram solicitadas diligências no lote 0001 do processo 27/2026.
		Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
06/10/2026 - 07:52:32	Documentos solicitados para o processo 27/2026	Foram solicitadas diligências no lote 0001 do processo 27/2026.
		Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br

Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 07/10/2026 às 14:39:02.

Código verificador: 19E0D27

Propostas Enviadas

LOTE 0001 - ITEM 0001 - Coxinha de frango com no mínimo 30g

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,88	R$ 13.200,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:14:20	MINI COXINHA	PROPRIO	15.000	0,89	R$ 13.350,00	Sim

LOTE 0001 - ITEM 0002 - Coxinha de carne com no mínimo 30g

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,88	R$ 13.200,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:14:50	COXINHA	PROPRIO	15.000	0,89	R$ 13.350,00	Sim

LOTE 0001 - ITEM 0003 - Pastel de forno com no mínimo 30g

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,88	R$ 13.200,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:15:15	pastel de forno	proprio	15.000	0,89	R$ 13.350,00	Sim

LOTE 0001 - ITEM 0004 - Pastel de carne com no mínimo 30g

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,88	R$ 13.200,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:15:39	pastel de carne	proprio	15.000	0,88	R$ 13.200,00	Sim

LOTE 0001 - ITEM 0005 - Canudo com no mínimo 30g

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,96	R$ 14.400,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:16:12	canudinho	proprio	15.000	0,97	R$ 14.550,00	Sim

LOTE 0001 - ITEM 0006 - Empada com no mínimo 30g

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,89	R$ 13.350,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:16:38	empada	proprio	15.000	0,90	R$ 13.500,00	Sim

LOTE 0001 - ITEM 0007 - Bolinho de carne com queijo com no mínimo 30g

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,88	R$ 13.200,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:17:07	bolinho de carne	˙proprio	15.000	0,89	R$ 13.350,00	Sim

LOTE 0001 - ITEM 0008 - Empada de queijo com no mínimo 30g

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br

Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 07/10/2026 às 14:39:02.
Código verificador: 19E0D27

BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,94	R$ 14.100,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:17:28	empada	proprio	15.000	0,95	R$ 14.250,00	Sim
LOTE 0001 - ITEM 0009 - Empada doce com no mínimo 30g								
Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:51	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,98	R$ 14.700,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:18:01	empada doce	proprio	15.000	0,99	R$ 14.850,00	Sim
LOTE 0001 - ITEM 0010 - Enroladinho de salsicha com no mínimo 30g								
Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:52	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,89	R$ 13.350,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:18:20	enroladinho	proprio	15.000	0,90	R$ 13.500,00	Sim
LOTE 0001 - ITEM 0011 - Rissole de presunto e queijo com no mínimo 30g								
Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC
								123/2006
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001- 89	25/09/2026 - 09:27:52	De acordo com o TR	Propria	15.000	0,93	R$ 13.950,00	Sim
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001- 60	25/09/2026 - 22:18:43	rissole de presunto e queijo	proprio	15.000	0,94	R$ 14.100,00	Sim

Validade das Propostas		
Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	60 dias
BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	60 dias

Lances Enviados			
LOTE 0001 - ITEM 0001 - Coxinha de frango com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51 -	0,88 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:14:20 -	0,89 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO
28/09/2026 08:04:37 -	0,83	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48 Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0002 - Coxinha de carne com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51 -	0,88 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:14:50 -	0,89 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
28/09/2026 08:04:45 -	0,83	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br			
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 07/10/2026 às 14:39:02.			
Código verificador: 19E0D27			

LOTE 0001 - ITEM 0003 - Pastel de forno com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51 -	0,88 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:15:15 -	0,89 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
28/09/2026 08:04:53 -	0,83	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0004 - Pastel de carne com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51 -	0,88 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:15:39 -	0,88 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
28/09/2026 08:05:00 -	0,83	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0005 - Canudo com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51 -	0,96 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:16:12 -	0,97 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
28/09/2026 08:05:08 -	0,91	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0006 - Empada com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51 -	0,89 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 -	0,90 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das

22:16:38		E SERVIÇOS LTDA	exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
28/09/2026 08:05:20	0,84	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0007 - Bolinho de carne com queijo com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51	0,88 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:17:07	0,89 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br			
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 07/10/2026 às 14:39:02.			
Código verificador: 19E0D27			

28/09/2026 08:05:26	0,83	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0008 - Empada de queijo com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51	0,94 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:17:28	0,95 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
28/09/2026 08:05:35	0,89	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0009 - Empada doce com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:51	0,98 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:18:01	0,99 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
28/09/2026 08:05:49	0,93	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0010 - Enroladinho de salsicha com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:52	0,89 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:18:20	0,90 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
28/09/2026 08:06:04	0,84	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48
LOTE 0001 - ITEM 0011 - Rissole de presunto e queijo com no mínimo 30g			
Data	Valor	CNPJ	Situação
25/09/2026 09:27:52	0,93 (proposta)	18.974.936/0001-89 - BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	Cancelado - Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras. 07/10/2026 14:27:49
25/09/2026 22:18:43	0,94 (proposta)	42.540.589/0001-60 - SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cancelado - Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA 01/10/2026 12:12:48

Inabilitados			
Data	Fornecedor	CNPJ	Detalhe
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0001 - Coxinha de frango com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0001 - Coxinha de frango com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br			
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 07/10/2026 às 14:39:02.			
Código verificador: 19E0D27			

01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0002 - Coxinha de carne com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0002 - Coxinha de carne com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0003 - Pastel de forno com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0003 - Pastel de forno com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0004 - Pastel de carne com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0004 - Pastel de carne com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0005 - Canudo com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0005 - Canudo com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0006 - Empada com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0006 - Empada com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0007 - Bolinho de carne com queijo com no mínimo 30g

Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0007 - Bolinho de carne com queijo com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0008 - Empada de queijo com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0008 - Empada de queijo com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0009 - Empada doce com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0009 - Empada doce com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0010 - Enroladinho de salsicha com no mínimo 30g
Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0010 - Enroladinho de salsicha com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			
01/10/2026 - 12:12:48	SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	42.540.589/0001-60	Item 0011 - Rissole de presunto e queijo com no mínimo 30g
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br			
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 07/10/2026 às 14:39:02.			
Código verificador: 19E0D27			

Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA			
07/10/2026 - 14:27:49	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA	18.974.936/0001-89	Item 0011 - Rissole de presunto e queijo com no mínimo 30g
Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.			

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões		
Prazos		
Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
07/10/2026 - 14:37	--	--
Chat		
Data	Apelido	Frase
28/09/2026 - 08:01:34	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
28/09/2026 - 08:02:09	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
28/09/2026 - 08:02:09	Sistema	No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
28/09/2026 - 08:02:09	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R$ 0,05. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
28/09/2026 - 08:02:09	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
28/09/2026 - 08:02:48	Pregoeiro	Bom dia a todos, daremos nesse momento inicio ao Pregão
28/09/2026 - 08:02:50	Sistema	O lote 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
28/09/2026 - 08:02:50	Sistema	O lote 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
28/09/2026 - 08:04:21	Pregoeiro	5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: 5.1.2. Os salgados deverão ser produzidos/preparados e entregues no mesmo dia em que serão consumidos, de modo a assegurar condições adequadas de frescor, qualidade, higiene, conservação e segurança alimentar.
28/09/2026 - 08:05:22	Pregoeiro	DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA: 4.14. Poderá ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de amostra dos produtos ofertados, quando necessária à verificação de sua conformidade com as especificações e padrões mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, nos termos e condições previstos no Edital.
28/09/2026 - 08:12:50	Sistema	O lote 0001 foi encerrado.
28/09/2026 - 08:13:13	Sistema	O lote 0001 teve como arrematante SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME com lance de R$ 142.500,00.
28/09/2026 - 08:30:49	Sistema	Foram solicitadas diligências para o lote 0001. O prazo de envio é até às 13:00 do dia 29/09/2026.
28/09/2026 - 08:30:49	Sistema	Motivo: DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA: 4.14. Poderá ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de amostra dos produtos ofertados, quando necessária à verificação de sua conformidade com as especificações e padrões mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, nos termos e condições previstos no Edital. 4.14.1. Quando solicitada, a amostra deverá ser apresentada no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado da notificação do licitante, em quantidade suficiente para possibilitar sua adequada avaliação, acompanhada das informações necessárias à identificação do item ofertado.
28/09/2026 - 08:39:32	Pregoeiro	Endereço e prazo para entrega das amostras dos salgado: Praça Tomaz Pereira, n° 01, Centro, Cerro Corá/RN, CEP: 59.395-000. Prazo de entrega das amostras: 08h:40m do dia 28/09/2026 até 13h:00 do dia 29/09/2026
01/10/2026 - 12:12:48	Sistema	O fornecedor SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA foi desclassificado no processo.
01/10/2026 - 12:12:48	Sistema	Motivo: Apesar da documentação habilitatória atender as exigência do Edital a empresa foi inabilitada na apresentação das exigência das amostras dos produtos, conforme RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E PARECER DA COMISSÃO AVALIADORA
01/10/2026 - 12:12:48	Sistema	O fornecedor SUPREMA LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA foi desclassificado para o lote 0001 pelo pregoeiro.
01/10/2026 - 12:12:48	Sistema	O lote 0001 tem como novo arrematante BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA com lance de R$ 149.850,00.
01/10/2026 - 12:24:30	Pregoeiro	BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA com lance de R$ 149.850,00. Fique atenta pois será feita uma diligência no dia 02/10/2026.
02/10/2026 - 08:46:34	Sistema	Foram solicitadas diligências para o lote 0001. O prazo de envio é até às 13:00 do dia 05/10/2026.
02/10/2026 - 08:46:34	Sistema	Motivo: BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA: 4.14. Poderá ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de amostra dos produtos ofertados, quando necessária à verificação de sua conformidade com as especificações e padrões mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, nos termos e condições previstos no Edital. 4.14.1. Quando solicitada, a amostra deverá ser apresentada no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado da notificação do licitante, em quantidade suficiente para possibilitar sua adequada avaliação, acompanhada das informações necessárias à identificação do item ofertado. Endereço e prazo para entrega das amostras dos salgados: Praça Tomaz Pereira, n° 01, Centro, Cerro Corá/RN, CEP: 59.395-000. Prazo de entrega das amostras: até 13h:00 do dia 05/10/2026
02/10/2026 - 08:56:09	F. BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO	Documentação Lote 0001: Bom dia pregoeiro (a)
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br		
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 07/10/2026 às 14:39:02.		
Código verificador: 19E0D27		

02/10/2026 - 08:56:48	F. BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO	Documentação Lote 0001: Gostaria de solicitar uma dilação de prazo, justifico o pedido, devido esse período de eleições.
02/10/2026 -	F. BODEGA REFEICOES	Documentação Lote 0001: Aguardo o pronuciamento dessa comissão, considerando o principio da razoabilidade.

10:02:36	SERVICOS E COMERCIO	
06/10/2026 07:52:32	Sistema	Foram solicitadas diligências para o lote 0001. O prazo de envio é até às 13:00 do dia 07/10/2026.
06/10/2026 07:52:32	Sistema	Motivo: Dilação de Prazo de Amostra devido ao ponto facultativo na Prefeitura no 05/10/2026. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA: 4.14. Poderá ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de amostra dos produtos ofertados, quando necessária à verificação de sua conformidade com as especificações e padrões mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, nos termos e condições previstos no Edital. 4.14.1. Quando solicitada, a amostra deverá ser apresentada no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado da notificação do licitante, em quantidade suficiente para possibilitar sua adequada avaliação, acompanhada das informações necessárias à identificação do item ofertado. Endereço e prazo para entrega das amostras dos salgados: Praça Tomaz Pereira, nº01, Centro, Cerro Corá/RN, CEP: 59.395-000. Prazo de entrega das amostras: 08h:00 do dia 06/10/2026 até 13h:00 do dia 07/10/2026. OBS: As amostras devem ser apresentadas em... (CONTINUA)
06/10/2026 07:52:32	Sistema	(CONT. 1) embalagens separadas com informações dos produtos/data/nome; para cada embalagem devem conter no mínimo 10 salgados.
07/10/2026 14:27:49	Sistema	O fornecedor BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA foi desclassificado no processo.
07/10/2026 14:27:49	Sistema	Motivo: Inabilitado por não atender a diligência no tocante a apresentação das amostras.
07/10/2026 14:27:49	Sistema	O fornecedor BODEGA REFEICOES SERVICOS E COMERCIO LTDA foi desclassificado para o lote 0001 pelo pregoeiro e, por não ter mais lances ou propostas válidas, foi considerado fracassado.
07/10/2026 14:27:57	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o lote 0001 foi definida pelo pregoeiro para 07/10/2026 às 14:37.
07/10/2026 14:38:22	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi declarado fracassado. Aldrin Macedo de Medeiros Pregoeiro
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br		
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 07/10/2026 às 14:39:02.		
Código verificador: 19E0D27		

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:8B37C393

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº 048-024/2026

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 75, inc. II da Lei 14.133/21 de 1º de abril de 2021, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresaAIRAN CRISANTO PONTES - ME, inscrita no CNPJ nº 21.254.158/0001-68, referente à **contratação de empresa para a prestação de serviços de espetáculo artístico com personagens vivos, locação de brinquedos infláveis e fornecimento de guloseimas, compreendendo pipoca, algodão-doce e sorvetes, para a realização de evento em comemoração ao Dia das Crianças, no dia 10 de outubro de 2026.**

Item	Serviço	Unid. medida	Qtd	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	10767 - Locação de brinquedo inflável modelo TOBOGÃ GIGANTE, com dimensões mínimas de 5m (A) x 5m (L) x 7m (C), capacidade para até 8 (oito) crianças por vez, incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 1 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientar os usuários e supervisionar a utilização do equipamento	Serviço	1	1.500,00	1.500,00
2	10768 - Locação de brinquedo inflável modelo TOBOGÃ MÉDIO, com dimensões mínimas de 5m (C) x 3m (L) x 4m (A), confeccionado em material resistente e adequado ao uso recreativo, com capacidade compatível com as dimensões do equipamento, incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 1 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientar os usuários e supervisionar a utilização do equipamento	Serviço	1	1.000,00	1.000,00
3	10771 - Locação de brinquedo inflável temático CASTELO DO BOB ESPONJA, com dimensões mínimas de 6m (C) x 5m (L) x 4m (A), incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 1 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	1.000,00	1.000,00
4	10777 - Locação de brinquedo inflável tipo CASTELO, com dimensões mínimas de 2m x 2m, incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 01 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	500,00	500,00
5	10769 - Locação de brinquedo inflável tipo FUTEBOL COM SABÃO, com dimensões mínimas de 10m (C) x 5m (L), dotado de paredes laterais infláveis para segurança dos usuários, incluindo todos os materiais e acessórios necessários à execução da atividade recreativa, transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de, no mínimo, 2 (dois) monitores devidamente uniformizados e capacitados para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	1.500,00	1.500,00
6	10772 - Locação de brinquedo inflável tipo GUERRA DE COTONETES, constituído por arena inflável para disputas com cotonetes gigantes, com dimensões aproximadas de 5m (C) x 5m (L), confeccionada em lona KP1000, com cores vibrantes, incluindo os brinquedos e acessórios necessários à execução da atividade recreativa, transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de, no mínimo, 2 (dois) monitores devidamente uniformizados e capacitados para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	1.500,00	1.500,00
7	10775 - Locação de brinquedo inflável tipo MINI TOBOGÃ, com dimensões mínimas de 3m (C) x 4m (L) x 2,80m (A), incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 1 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	500,00	500,00
8	10765 - Locação de brinquedo inflável tipo MULTI PARK, com dimensões mínimas de 4m (L) x 6m (C) x 3m (A), contendo diversas atividades recreativas, como pula-pula, escalada, escorrega e túnel, com capacidade de suportar carga total de até 200 kg, por período mínimo de 4 (quatro) horas, incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, acompanhado de 01 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientar os usuários e supervisionar a utilização do equipamento	Serviço	1	1.000,00	1.000,00
9	10392 - Locação de brinquedo Inflável tipo pula-pula - material: plástico, tamanho aproximado 3,5M x 3,5M, com telas de proteção nas laterais	Serviço	1	500,00	500,00
10	10773 - Locação de brinquedo inflável tipo PULA-PULA, modelo CASTELINHO, colorido, com dimensões mínimas de 3m (C) x 3m (L), incluindo as bolinhas e demais acessórios necessários à utilização do equipamento, transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 1 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	500,00	500,00

11	10770 - Locação de brinquedo recreativo tipo TOURO MECÂNICO, com dimensões mínimas de 5m (C) x 5m (L) x 1,5m (A), indicado para crianças e adultos, dotado de sistema de controle com velocidade variável e colchão inflável de proteção, incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de, no mínimo, 1 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	2.000,00	2.000,00
12	10384 - Locação de brinquedo tipo Cama elástica (pula-pula), com diâmetro de aproximadamente 2,00m (dois metros), dotada de proteção lateral e sistema de montagem por encaixe ou similar, com capacidade para suportar usuários de até 90 kg. Tempo estimado da locação; 2 (duas) horas. Deverá estar incluso: Monitor em tempo integral durante toda duração do evento.	Serviço	2	300,00	600,00
13	10774 - Locação de brinquedo tipo MINI TOBOGÃ, com dimensões mínimas de 3m (C) x 4m (L) x 2,80m (A), incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 1 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	500,00	500,00
14	10383 - Locação de cama elástica com rede de proteção e escada de acesso. Especificações mínimas: deverá possuir estrutura metálica reforçada, cobertura em lona de alta durabilidade - material da cobertura (lona): lona resistente e flexível, própria para impacto. Formato: redondo. Diâmetro total aproximado: 4,30 m. Altura da estrutura: 100 cm. Resistência de carga: até 300 kg. Estrutura de proteção: com postes metálicos revestidos, fixados ao redor do equipamento, sustentando a rede de proteção lateral. Indicado para crianças e adultos, respeitando a capacidade máxima de peso. Deverá estar incluso: Monitor em tempo integral durante toda duração do evento.	Serviço	1	300,00	300,00
15	10766 - Locação de Castelo Inflável 3 em 1 (pula-pula, piscina de bolinhas e escorregador), colorido, confeccionado em lona vinílica KP1000, com dimensões mínimas de 5m (C) x 6m (L) x 2,50m (A), incluindo transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 1 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientar os usuários e supervisionar a utilização do equipamento	Serviço	1	300,00	300,00
16	10776 - Locação de piscina de bolinhas, com dimensões mínimas de 2m x 2m, recomendada para crianças de 2 a 4 anos, incluindo as bolinhas e demais acessórios necessários à utilização do equipamento, transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada, com duração mínima de 4 (quatro) horas e acompanhamento de 01 (um) monitor devidamente uniformizado e capacitado para orientação dos usuários e supervisão da utilização do equipamento	Serviço	1	500,00	500,00
17	10778 - Serviço de locação de máquina de sorvete, com fornecimento de sorvetes de sabores variados, em livre demanda, pelo período de 4 (quatro) horas de atendimento durante o evento, incluindo a disponibilização, instalação e operação do equipamento, bem como o fornecimento de todos os insumos, materiais e acessórios necessários à preparação e distribuição dos sorvetes.	Serviço	1	600,00	600,00
18	10387 - Show Musical com personagens Infantis (personagens vivos) - Especificações mínimas: Show com os seguintes personagens ou similares: Woody, Jessie, Garfinho e Andy, da franquia Toy Story; Rumi, Mira e Zoey, do universo KPop Demon Hunters; Mickey, Minnie, da Turma do Mickey; Bob Esponja e Patrick; Super Mario e Luigi; Batman, Homem-Aranha, Capitão América e Hulk; Lilo, Stitch e Angel; Menino-Gato, Lagartixo e Corujita, da franquia PJ Masks; e Bita, do Mundo Bita. O show deverá contar com figurinos temáticos, apresentação musical, coreografias e interação com o público, com duração mínima de 2 (duas) horas, seguida de período adicional de 30 (trinta) minutos, durante o qual os personagens deverão permanecer disponíveis para atendimento individual às crianças e realização de fotografias.	Serviço	1	33.000,00	33.000,00
Total Geral					**47.300,00**

RATIFICO, em consonância com o Parágrafo Único do art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Coronel João Pessoa/RN, 7 de outubro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Hesmo Bonifacio da Silva Souza
Código Identificador:1371CD0C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Após o regular processamento da licitação na modalidade Pregão nº 017/2026, referente ao Processo Administrativo nº 17090001/2026, e considerando o relatório final do(a) Agente de Contratação/Comissão de Contratação que declarou o(s) licitante(s) vencedor(es), o Sr. ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA, na qualidade de Autoridade Superior do(a) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve, ADJUDICAR, com fundamento na primeira parte do inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o(s) objeto(s) da licitação ao(s) seguinte(s) licitante(s) vencedor(es), conforme detalhado no quadro abaixo.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

34.894.640/0001-04 - E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI
1 - LOTE I- PNEUS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Pneu 275/80 R22.5	ANTEO	30,00	Unidade	2.315,30	1.440,58	43.217,40
2	Pneu 265/70 R16	DUNLOP	20,00	Unidade	1.146,17	713,15	14.263,00
3	Pneu 195/65 R15	DUNLOP	20,00	Unidade	545,33	339,04	6.780,80
4	Pneu 185/60 R15	DUNLOP	20,00	Unidade	542,17	337,44	6.748,80
VALOR TOTAL							71.010,00

2 - LOTE II- CÂMARAS E PROTETORES

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
5	Protetor de câmara de ar 20	ABC	120,00	Unidade	83,06	70,00	8.400,00
6	Câmara de ar 900x20	MAGNUM	120,00	Unidade	170,33	114,00	13.680,00
7	Protetor de câmara de ar 750-16	ABC	60,00	Unidade	65,86	58,08	3.484,80
8	Câmara de ar 750x16	MAGNUM	60,00	Unidade	156,33	130,00	7.800,00
VALOR TOTAL							33.364,80

Adjudicado para E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI inscrita no CNPJ/MF: 34.894.640/0001-04, pelo melhor valor de R$ 104.374,80 (cento e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), em 07/10/2026.

_____

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal
Matrícula Nº 1632442

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:D120EB25

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/2026 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202606180001 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08020001/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/2026 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202606180001 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08020001/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

PREÂMBULO
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.355.760/0001-23, com sede na Rua Afonso Rodrigues, nº 48, Centro, Encanto/RN, CEP 59.905-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA**; e a empresa **POSTO BOLIVEL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.355.441/0001-55 e Inscrição Estadual nº 20.099.646-0, com sede na Rua Manoel Alexandre, nº 933, Princesinha do Oeste, Pau dos Ferros/RN, CEP 59.900-000, neste ato representada por sua Administradora, Sra. **LADJANE LOPES FRANÇA MAGNUS**, portadora do CPF nº 813.236.624-72; resolvem lavrar o presente **SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO**, observando as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar o reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro dos preços unitários registrados para os itens de combustível Óleo Diesel Comum (S500) e Óleo Diesel S10, referentes à Ata de Registro de Preços nº 202606180001, destinada à futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos das secretarias municipais de Encanto/RN.
1.2. O presente reajuste fundamenta-se no artigo 124, inciso II, alínea "d", e no artigo 136, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023 e nas Seções 6 e 7 da Ata de Registro de Preços nº 202606180001, decorrendo de solicitação e declaração formalizada pela empresa contratada por meio do Ofício nº 10/2026, datado de 21 de setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
2.1. Em decorrência do aumento dos custos dos combustíveis no mercado repassados ao consumidor final e na bomba (Diesel S10 R$ 7,99 e Diesel Comum R$ 7,89), os valores unitários registrados na Ata passam a vigorar atualizados conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade Registrada	Valor Unitário Anterior (R$)	Valor Unitário Atualizado (R$)	Valor Total Atualizado (R$)
2	**DIESEL COMUM (S500)**	LITROS	56.000,0	R$ 7,29	**R$ 7,86**	R$ 440.160,00
3	**DIESEL S10**	LITROS	149.000,0	R$ 7,39	**R$ 7,96**	R$ 1.186.040,00

2.2. O item **Óleo Diesel Comum (S500)** passa do valor registrado anterior de R$ 7,29 para **R$ 7,86 por litro**.
2.3. O item **Óleo Diesel S10** passa do valor registrado anterior de R$ 7,39 para **R$ 7,96 por litro**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO
3.1. Em razão da atualização dos preços unitários do Óleo Diesel Comum (S500) e do Óleo Diesel S10, o valor total global registrado da Ata de Registro de Preços nº 202606180001 passa de R$ 2.184.350,00 (*dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais*) para R$ 2.301.200,00 (*dois milhões, trezentos e um mil e duzentos reais*).
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS EFEITOS FINANCEIROS
4.1. O presente apostilamento produz efeitos financeiros a contar de 21 de setembro de 2026, data fixada no Ofício nº 10/2026 do fornecedor para vigência dos novos preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
5.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações constantes na Ata de Registro de Preços nº 202606180001 e no Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2026 que não conflitem com este instrumento.

ENCANTO/RN, 21 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Encanto/RN
ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:935A3570

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, tendo em vista o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão nº 017/2026, e considerando o Termo de Adjudicação já exarado por esta mesma autoridade, o Sr. ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA, na qualidade de Autoridade Superior do(a) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, após reanálise da conformidade do procedimento, resolve, HOMOLOGAR, com fundamento na parte final do inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do presente certame licitatório, ratificando a validade de todos os atos praticados e confirmando em definitivo a adjudicação previamente realizada.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

34.894.640/0001-04 - E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI
1 - LOTE I- PNEUS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Pneu 275/80 R22.5	ANTEO	30,00	Unidade	2.315,30	1.440,58	43.217,40
2	Pneu 265/70 R16	DUNLOP	20,00	Unidade	1.146,17	713,15	14.263,00
3	Pneu 195/65 R15	DUNLOP	20,00	Unidade	545,33	339,04	6.780,80
4	Pneu 185/60 R15	DUNLOP	20,00	Unidade	542,17	337,44	6.748,80
VALOR TOTAL							71.010,00

2 - LOTE II- CÂMARAS E PROTETORES

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. REF.	V. UNIT.	V. TOTAL
5	Protetor de câmara de ar 20	ABC	120,00	Unidade	83,06	70,00	8.400,00
6	Câmara de ar 900x20	MAGNUM	120,00	Unidade	170,33	114,00	13.680,00
7	Protetor de câmara de ar 750-16	ABC	60,00	Unidade	65,86	58,08	3.484,80
8	Câmara de ar 750x16	MAGNUM	60,00	Unidade	156,33	130,00	7.800,00
VALOR TOTAL							33.364,80

Homologado para E N PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI inscrita no CNPJ/MF: 34.894.640/0001-04, pelo melhor valor de R$ 104.374,80 (cento e quatro mil, trezentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), em 07/10/2026.

_____

ALBERONE NERI DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal
Matrícula Nº 1632442

Publicado por:
Maria Josivania Nato da Silva
Código Identificador:7F9FB0C8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 070-2026 DE REMANEJAMENTO PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PORTARIA Nº 070, de 03 de agosto de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao terceiro dia de agosto do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

ESPIRITO SANTO/RN, 03 de agosto de 2026

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**760.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM. E RECURSOS HUMANOS					**5.000,00**
	2006 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**44.500,00**
	2017 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação				**28.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	28.500,00

	2020 Execução do Salário Educação - QSE - Ensino Fundamental.				**16.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	16.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**704.500,00**
	2052 Manutenção das Ações da Farmácia Básica.				**144.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	144.000,00
	2059 Manutenção das Ações da Atenção Primária de Saúde				**209.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	22.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	142.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	4.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	31.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	2.000,00
	2061 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**342.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	68.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	165.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	109.000,00
	2089 Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica (ENDEMIAS).				**9.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	9.500,00
12 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL					**6.000,00**
	2073 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.000,00
Anexo II (Redução)					**760.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM. E RECURSOS HUMANOS					**5.000,00**
	2006 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**44.500,00**
	2017 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação				**1.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.000,00
	2022 Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental.				**32.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15700000	0001	24.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	8.000,00
	2024 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental.				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	11.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**704.500,00**
	1031 Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde				**500,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	500,00
	2048 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.				**521.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	214.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	1.700,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	2.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	303.000,00
	2058 Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR				**1.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	1.500,00
	2059 Manutenção das Ações da Atenção Primária de Saúde				**92.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16320000	0001	26.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	51.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	6.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	7.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16000000	0001	2.000,00
	2061 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**89.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	36.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	19.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16320000	0001	31.000,00
12 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL					**6.000,00**
	2073 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**6.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	500,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	500,00

ESPIRITO SANTO/RN, 03 de agosto de 2026

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Publicado por:
Bruno César de Oliveira Barbosa
Código Identificador:FFB4727D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 071001-2026 - ARTMED COMERCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN
SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 071001/2026

Processo nº 37598759/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 – PE – SRP

Aos sete (sete) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa Artmed Comercial Eireli, inscrita no CNPJ: 04.361.467/0001-18, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 020/2026, RESOLVE registrar os preços para medicamentos injetáveis e controlados, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E CONTROLADOS QUE NÃO FORAM RELACIONADOS NAS LICITAÇÕES ANTERIORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALINHOS/RN.

EMPRESA ARTMED COMERCIAL EIRELI EPP
CNPJ: 04.361.467/0001-18
ENDEREÇO: RUA LUIZ DUTRA, 340 – ALECRIM, NATAL/RN CEP 59.040-340 REPRESENTANTE: MARIA FAGNEIDE DANTAS DE PAIVA, CPF: 050.026.924-60
CONTATO: 84 3211-9821 EMAIL: artmedrn@artmedrn.com.br

Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
	LOTE 02 - MEDICAMENTOS CONTROLADOS					
0001	LEVOMEPROMAZINA 100MG; FORMA FARMACÊUTICA: COMPRIMIDO; FORMA DE APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO; VIA ADMINISTRAÇÃO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO REVESTIDO.	LEVOZINE	CRISTALIA	10.000 CP	R$ 1,10	R$ 11.000,00
0002	MIDAZOLAM CARACTERÍSTICAS: ONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG/1ML; FORMA FARMACÊUTICA INJETÁVEL; FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO AMPOLA DE 10ML; VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 50% DA DATA DE FABRICAÇÃO; VIA INTRAVENOSA	TEUTO	TEUTO	80 AMP	R$ 8,00	R$ 640,00
0003	MIDAZOLAM. CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG/1ML. FORMA FARMACÊUTICA INJETÁVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO EM AMPOLA DE 3ML. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 50% DA DATA DE FABRICAÇÃO. VIA INTRAVENOSA.	GENERICO	TEUTO	240 AMP	R$ 15,00	R$ 3.600,00
0004	MORFINA SULFATO. CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10MG/ML. FORMA FARMACÊUTICA INJETÁVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA 1ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 24 MESES.	OPPY	TEUTO	240 AMP	R$ 3,17	R$ 760,80
0005	QUETIAPINA, FUMARATO 25MG; FORMA FARMACÊUTICA: COMPRIMIDO REVESTIDO; FORMA DE APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO REVESTIDO; VIA ADMINISTRAÇÃO: ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: COMPRIMIDO REVESTIDO	GENERICO	GEOLAB IND.FARMACEUT	12.000 CP	R$ 0,28	R$ 3.360,00
0006	RISPERIDONA 1MG COMPRIMIDO	GENERICO	GLOBO	2.000 CPR	R$ 0,20	R$ 400,00
0007	RISPERIDONA 1MG/ML	RISPERIDON	CRISTALIA	460 FR	R$ 19,57	R$ 9.002,20
0008	RISPERIDONA 2MG COMPRIMIDO	GENERICO	PRATI,DONADUZZI	20.000 CPR	R$ 0,70	R$ 14.000,00
0009	RISPERIDONA 3MG COMPRIMIDO	GENERICO	PRATI,DONADUZZI	2.000 CPR	R$ 4,00	R$ 8.000,00
0010	SERTRALINA 100 MG	GENERICO	PRATI,DONADUZZI	2.000 CPR	R$ 6,90	R$ 13.800,00
0011	SERTRALINA 25 MG	GENERICO	EUROFARMA	12.000 CPR	R$ 1,36	R$ 16.320,00
0012	SERTRALINA 50 MG	GENERICO	RANBAXY	12.000 CPR	R$ 0,25	R$ 3.000,00
0013	TERBUTALINA 0,5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 ML	TREBUTIL	UNIAO QUIMICA	180 AMP	R$ 7,00	R$ 1.260,00
0014	TRAMADOL. CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50MG/1ML. FORMA FARMACÊUTICA INJETÁVEL. FORMA DE APRESENTAÇÃO EM AMPOLA DE 2ML. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 50% DA DATA DE FABRICAÇÃO. VIA INTRAVENOSA.	GENERICO	TEUTO	1.000 AMP	R$ 2,90	R$ 2.900,00
0015	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO. CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 288 MG (EQUIVALENTE A 250 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO). FORMA FARMACÊUTICA CÁPSULA/COMPRIMIDO/COMPRI MIDO REVESTIDO/DRÁGEA FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO/ DRÁGEA/CÁPSULA. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 50% DA DATA DE FABRICAÇÃO. VIA ORAL. CAIXA COM UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER.	BIOLAB-SANUS	BIOLAB-SANUS	12.000 CPR	R$ 1,20	R$ 14.400,00
0016	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO. CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 57,624 MG/ML (EQUIVALENTE A 50 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO/ML) 250/5 ML. FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO OU XAROPE. FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO C/ 100ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 24 MESES. VIA ORAL	TEUTO	TEUTO	600 FR	R$ 12,96	R$ 7.776,00

0017	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO. CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 576 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO). FORMA FARMACÊUTICA CÁPSULA/COMPRIMIDO/COMPRI MIDO REVESTIDO/DRÁGEA FORMA DE APRESENTAÇÃO EM COMPRIMIDO/ DRÁGEA/CÁPSULA. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 50% DA DATA DE FABRICAÇÃO. VIA ORAL. UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER.	ABBOTT	ABBOTT	10.000 CPR	R$ 3,50	R$ 35.000,00
0018	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO TEUTO 10 MG	TEUTO	3.000 CPR	R$ 0,90	R$ 2.700,00	0018

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°020/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 07 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
Artmed Comercial EIRELI EPP
C.N.P.J. Nº 04.361.467/0001-18
MARIA FAGNEIDE DANTAS DE PAIVA
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:910414E2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 071002-2026 - NACIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS /RN

SETOR DE LICITAÇÃO
PC 3 PODERES, S/N, CENTRO ADMINISTRATIVO, GALINHOS/RN
CEP: 59596000 CNPJ: 08.110.991/0001-77
E-mail: comissaolicitacao@galinhos.rn.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 071002/2026
Processo nº 37598759/2026 – PMG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 – PE – SRP

Aos sete (sete) dias do mês de outubro de 2026, o Município de GALINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.110.991/0001-77, com sede na Praça 3 Poderes, 171, Centro, GALINHOS/RN, CEP nº 59.596-000, neste ato representado por seu PREFEITO o senhor Hudson Matias Cavalcante, inscrita no CPF nº ***.360.***-13, neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI | Tipo: Ltda/Eireli inscrita no CNPJ: 18.588.224/0001-21, nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 032/2023 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 020/2026, RESOLVE registrar os preços para medicamentos injetáveis e controlados, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E CONTROLADOS QUE NÃO FORAM RELACIONADOS NAS LICITAÇÕES ANTERIORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GALINHOS/RN.
EMPRESA: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI
CNPJ: 18.588.224/0001-21
ENDEREÇO: RUA TUIUTI, 772, CEP 59.014-160, PETROPÓLIS, NATAL/RN
REPRESENTANTE: MARIA DA CONCEICAO MOURA NASCIMENTO, CPF: 023.241.414-93
CONTATO: (84) 3025-9397 EMAILS: nacional.licitacao@gmail.com

Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
	LOTE 01 - MEDICAMENTOS INJETÁVEIS					
0001	CETOPROFENO 50MG/ML	HIPOLABOR	HIPOLABOR	5.000 AMP	R$ 1,93	R$ 9.650,00
0002	DEXAMETASONA 2MG/ML	HIPOLABOR	HIPOLABOR	10.000 AMP	R$ 0,97	R$ 9.700,00
0003	DICLOFENACO POTÁSICO 75MG/3ML	TEUTO	TEUTO	10.000 AMP	R$ 2,10	R$ 21.000,00
0004	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/ML	FARMACE	FARMACE	7.000 AMP	R$ 1,33	R$ 9.310,00
0005	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML	SANTISA	SANTISA	20.000 AMP	R$ 1,07	R$ 21.400,00
0006	MORFINA 10MG/ML 1ML	HIPOLABOR	HIPOLABOR	3.000 AMP	R$ 2,80	R$ 8.400,00
0007	TENOXICAN 20MG/ML	UNIÃO QUÍMICA	UNIÃO QUÍMICA	15.000 AMP	R$ 8,23	R$ 123.450,00
0008	TENOXICAN 40MG/ML	UNIÃO QUÍMICA	UNIÃO QUÍMICA	15.000 AMP	R$ 9,18	R$ 137.700,00
0009	TRAMADOL 100MG/ML 2ML	TEUTO	TEUTO	10.000 AMP	R$ 1,84	R$ 18.400,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Galinhos/RN a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.
Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.
Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N°020/2026 e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 032/2023, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Macau/RN, com exclusão de qualquer outro.

Galinhos/RN, 07 de outubro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
Município De Galinhos/RN
C.N.P.J. Nº 08.110.991/0001-77
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

(Assinado Eletronicamente)
Nacional Comercio E Representação EIRELI
C.N.P.J. Nº 18.588.224/0001-21
MARIA DA CONCEICAO MOURA NASCIMENTO
Representante Legal

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:814BD38C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 003 2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 003/2026

Dispõe sobre a alteração orçamentária no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

A Prefeitura de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 097/2025, de 22 dezembro de 2025 - LOA 2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 1.251.590,00 (um milhão duzentos e cinqüenta e um mil quinhentos e noventa reais), destinado a reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do Poder Executivo

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 9	02.001.04.122.0028.2002.3.3.90.35.1.500.0000	81.000,00
	Natureza de despesa - Serviços de Consultoria	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**81.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 615	02.002.04.122.0028.2003.3.1.90.94.1.500.0000	4.100,00
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**4.100,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 618	02.003.04.123.0028.2005.3.1.90.94.1.500.0000	3.000,00
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 71	02.003.04.123.0028.2005.3.3.90.39.1.720.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	
Cód. red.: 75	02.003.28.846.0028.2041.3.3.90.47.1.720.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Tributárias e Contributivas	
	Fonte de recurso - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	
Cód. red.: 75	02.003.28.846.0028.2041.3.3.90.47.1.750.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Tributárias e Contributivas	
	Fonte de recurso - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	
	Sub-Total:	**7.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 94	02.005.12.122.0033.2077.3.3.90.39.1.500.0000	5.000,00

	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	02.005.12.122.0033.2137.3.1.90.04.1.500.1001	
Cód. red.: 659	**Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado	50.000,00
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	02.005.12.122.0033.2137.3.1.90.94.1.500.1001	
Cód. red.: 654	**Natureza de despesa -** Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	02.005.12.361.0033.2126.3.1.90.04.1.540.0000	
Cód. red.: 660	**Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado	40.000,00
	Fonte de recurso - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	02.005.12.365.0033.1096.4.4.90.52.1.542.0000	
Cód. red.: 167	**Natureza de despesa -** Equipamentos e Material Permanente	30.000,00
	Fonte de recurso - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	
	Sub-Total:	**135.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
Anulação parcial ou total de dotação		
	02.009.20.606.0047.1108.3.3.90.39.1.500.0000	
Cód. red.: 616	**Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	400.000,00
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**400.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
	02.011.17.605.0038.2067.3.3.90.39.1.500.0000	
Cód. red.: 287	**Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**100.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 016 - CONSULTORIA CONTABIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
	02.016.04.124.0028.2065.3.1.90.94.1.500.0000	
Cód. red.: 617	**Natureza de despesa -** Indenizações e Restituições Trabalhistas	7.600,00
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**7.600,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
	03.001.10.122.0037.2007.3.3.90.39.1.632.3210	
Cód. red.: 409	**Natureza de despesa -** Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00
	Fonte de recurso - Emenda Parlamentar Individual - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
	03.001.10.301.0037.2025.3.1.90.04.1.500.1002	
Cód. red.: 651	**Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado	50.000,00
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	03.001.10.301.0037.2025.3.1.90.04.1.604.0000	
Cód. red.: 651	**Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado	50.000,00
	Fonte de recurso - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	
	03.001.10.301.0037.2025.3.1.90.16.1.500.1002	
Cód. red.: 423	**Natureza de despesa -** Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.000,00
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	03.001.10.301.0037.2027.3.1.90.04.1.500.1002	
Cód. red.: 652	**Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado	50.000,00
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	03.001.10.301.0037.2027.3.1.90.16.1.500.1002	
Cód. red.: 430	**Natureza de despesa -** Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	20.000,00
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	03.001.10.301.0037.2027.3.3.90.48.1.600.0000	
Cód. red.: 612	**Natureza de despesa -** Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	73.200,00
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	03.001.10.301.0037.2046.3.1.90.04.1.600.0000	
Cód. red.: 653	**Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado	50.000,00
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	03.001.10.301.0037.2080.3.1.90.16.1.600.0000	
Cód. red.: 657	**Natureza de despesa -** Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	20.000,00
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	03.001.10.302.0037.2028.3.1.90.16.1.600.0000	
Cód. red.: 658	**Natureza de despesa -** Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	5.000,00
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	03.001.10.302.0037.2028.3.3.90.93.1.500.1002	
Cód. red.: 656	**Natureza de despesa -** Indenizações e Restituições	12.690,00
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	03.001.10.303.0037.2045.3.1.90.11.1.600.0000	
Cód. red.: 655	**Natureza de despesa -** Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**366.890,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
	04.001.08.122.0039.2030.3.1.90.04.1.500.0000	
Cód. red.: 661	**Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	04.001.08.244.0039.2053.3.3.90.32.1.500.0000	
Cód. red.: 572	**Natureza de despesa -** Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	130.000,00
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	04.001.08.245.0039.2073.3.1.90.04.1.660.0000	
Cód. red.: 595	**Natureza de despesa -** Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	Sub-Total:	**150.000,00**

	Total Parcial Suplementado:	**1.251.590,00**

Art. 2º Os recursos necessários para a cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão provenientes de: Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 101	02.005.12.122.0033.2137.3.3.50.85.1.500.1001	45.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 141	02.005.12.361.0033.2125.3.3.50.85.1.540.1070	40.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
	Sub-Total:	**85.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 204	02.007.15.451.0038.1018.4.4.90.51.1.500.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 208	02.007.15.451.0038.1045.4.4.90.51.1.500.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 223	02.007.26.782.0038.1028.4.4.90.51.1.701.0000	400.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	
	Sub-Total:	**500.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 299	02.011.18.542.0031.2087.3.3.90.39.1.500.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**1.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 316	02.012.08.306.0039.2157.3.3.90.48.1.500.0000	141.000,00
	Natureza de despesa - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**141.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 418	03.001.10.301.0037.1097.4.4.90.52.1.500.1002	73.200,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 477	03.001.10.302.0037.2028.3.3.50.85.1.500.1002	15.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 477	03.001.10.302.0037.2028.3.3.50.85.1.600.0000	25.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**113.200,00**
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Unidade: 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 611	99.999.99.999.0099.2999.9.9.99.99.1.500.0000	411.390,00
	Natureza de despesa - A Classificar ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**411.390,00**
	Total Parcial Reduzido:	**1.251.590,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipanguaçu - RN, 6 de janeiro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
CPF: XXX.609.XXX-29
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Cezar Cavalcante de Matos
Código Identificador:22E211E8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 005 2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 005/2026

Dispõe sobre a alteração orçamentária no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

A Prefeitura de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 097/2025, de 22 dezembro de 2025 - LOA 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto transposição orçamentária no valor de R$ 853.666,60 (oitocentos e cinquenta e três mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), destinado a reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária (s) do Poder Executivo

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 670	02.001.04.122.0028.2002.3.1.90.94.1.500.0000	2.666,60
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 8	02.001.04.122.0028.2002.3.3.90.33.1.500.0000	25.000,00
	Natureza de despesa - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 9	02.001.04.122.0028.2002.3.3.90.35.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Serviços de Consultoria	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 10	02.001.04.122.0028.2002.3.3.90.39.1.500.0000	45.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 11	02.001.04.122.0028.2083.3.3.50.41.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contribuições	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**102.666,60**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 152	02.005.12.362.0033.2146.3.3.90.30.1.500.1001	100.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	Sub-Total:	**100.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 200	02.007.04.122.0038.2015.3.3.90.39.1.500.0000	27.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 667	02.007.04.122.0038.2015.4.4.90.52.1.500.0000	23.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**50.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 668	02.008.04.122.0028.2016.4.4.90.52.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 663	02.009.04.122.0030.2018.3.1.90.94.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**10.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 285	02.011.17.605.0038.2067.3.3.90.30.1.500.0000	66.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**66.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 019 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS FUNDIARIOS E APOIO A REFORMA AGRARIA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 666	02.019.04.122.0028.2136.4.4.90.52.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 652	03.001.10.301.0037.2027.3.1.90.04.1.500.1002	200.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 429	03.001.10.301.0037.2027.3.1.90.13.1.600.0000	100.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
	Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 430	03.001.10.301.0037.2027.3.1.90.16.1.600.0000	75.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
	Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 447	03.001.10.301.0037.2046.4.4.90.52.1.600.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
	Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 474	03.001.10.302.0037.2028.3.1.90.04.1.500.1002	100.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	

	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 669	03.001.10.303.0037.2045.3.1.90.13.1.600.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
	Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**500.000,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 546	04.001.08.122.0039.2089.3.3.90.39.1.660.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 665	04.001.08.244.0039.2053.3.3.90.36.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**15.000,00**
	Total Parcial Suplementado:	**853.666,60**

Art. 2º Os recursos necessários para a cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão provenientes de: Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 2	02.001.04.122.0028.1097.4.4.90.52.1.500.0000	100.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 18	02.001.04.122.0028.2160.3.3.90.39.1.500.0000	2.666,60
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**102.666,60**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 151	02.005.12.361.0033.2144.3.3.90.39.1.500.1001	100.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	Sub-Total:	**100.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 202	02.007.15.451.0038.1006.4.4.90.51.1.500.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**50.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 232	02.008.27.812.0046.1012.4.4.90.51.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 252	02.009.20.122.0030.1065.4.4.90.52.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**10.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 281	02.011.04.122.0028.2017.3.3.90.36.1.500.0000	6.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 283	02.011.04.122.0028.2017.4.4.90.52.1.500.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 286	02.011.17.605.0038.2067.3.3.90.36.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**66.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 019 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS FUNDIARIOS E APOIO A REFORMA AGRARIA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 399	02.019.21.631.0028.2134.3.3.90.35.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Serviços de Consultoria	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 431	03.001.10.301.0037.2027.3.3.50.85.1.600.0000	375.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	
	- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 443	03.001.10.301.0037.2046.3.3.90.30.1.600.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	

	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	
	- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 477	03.001.10.302.0037.2028.3.3.50.85.1.500.1002	100.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 490	03.001.10.303.0037.2045.3.3.90.32.1.600.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	
	- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**500.000,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 545	04.001.08.122.0039.2089.3.3.90.36.1.660.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 571	04.001.08.244.0039.1097.4.4.90.52.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**15.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**853.666,60**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipanguaçu - RN, 2 de fevereiro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
CPF: XXX.609.XXX-29
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Cezar Cavalcante de Matos
Código Identificador:8BE3DEB2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 009 2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 009/2026

Dispõe sobre a alteração orçamentária no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

A Prefeitura de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 097/2025, de 22 dezembro de 2025 - LOA 2026,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto transposição orçamentária no valor de R$ 1.149.000,00 (um milhão cento e quarenta e nove mil reais), destinado a reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do Poder Executivo

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 11	02.001.04.122.0028.2083.3.3.50.41.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contribuições	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**10.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 659	02.005.12.122.0033.2137.3.1.90.04.1.500.1001	70.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 660	02.005.12.361.0033.2126.3.1.90.04.1.540.0000	100.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
Cód. red.: 170	02.005.12.365.0033.2124.3.3.90.32.1.500.3210	43.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	
	Sub-Total:	**213.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 200	02.007.04.122.0038.2015.3.3.90.39.1.500.0000	45.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**45.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 274	02.011.04.122.0028.2017.3.1.90.04.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**20.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 350	02.013.13.392.0036.2050.3.3.90.39.1.500.0000	45.000,00

	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**45.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 651	03.001.10.301.0037.2025.3.1.90.04.1.500.1002	75.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 652	03.001.10.301.0037.2027.3.1.90.04.1.500.1002	130.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 653	03.001.10.301.0037.2046.3.1.90.04.1.600.0000	40.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 474	03.001.10.302.0037.2028.3.1.90.04.1.500.1002	200.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 478	03.001.10.302.0037.2028.3.3.90.30.1.500.1002	335.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 510	03.001.10.305.0037.2106.3.1.90.13.1.600.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**781.000,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 661	04.001.08.122.0039.2030.3.1.90.04.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 535	04.001.08.122.0039.2055.3.1.90.13.1.660.0000	8.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 540	04.001.08.122.0039.2055.3.3.90.39.1.660.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 595	04.001.08.245.0039.2073.3.1.90.04.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 600	04.001.08.245.0039.2073.3.3.90.30.1.660.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	Sub-Total:	**35.000,00**
	Total Parcial Suplementado:	**1.149.000,00**

Art. 2º Os recursos necessários para a cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão provenientes de: Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 22	02.001.06.181.0028.2108.3.3.90.39.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**10.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 101	02.005.12.122.0033.2137.3.3.50.85.1.500.1001	70.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 144	02.005.12.361.0033.2126.3.3.50.85.1.500.1001	70.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 144	02.005.12.361.0033.2126.3.3.50.85.1.540.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
Cód. red.: 170	02.005.12.365.0033.2124.3.3.90.32.1.500.1001	43.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
	Sub-Total:	**213.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 211	02.007.15.451.0038.1070.4.4.90.51.1.500.0000	45.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**45.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 277	02.011.04.122.0028.2017.3.3.50.85.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**20.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		

Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 345	02.013.13.392.0036.2032.3.3.90.30.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 346	02.013.13.392.0036.2032.3.3.90.32.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 347	02.013.13.392.0036.2032.3.3.90.39.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 348	02.013.13.392.0036.2050.3.3.90.30.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 349	02.013.13.392.0036.2050.3.3.90.31.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**45.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 414	03.001.10.301.0037.1037.4.4.90.51.1.500.1002	50.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 424	03.001.10.301.0037.2025.3.3.50.85.1.500.1002	75.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 426	03.001.10.301.0037.2025.3.3.90.30.1.500.1002	30.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 435	03.001.10.301.0037.2027.3.3.90.39.1.600.0000	130.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 437	03.001.10.301.0037.2035.3.3.90.30.1.500.1002	40.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 442	03.001.10.301.0037.2046.3.3.50.85.1.600.0000	40.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 477	03.001.10.302.0037.2028.3.3.50.85.1.500.1002	400.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 498	03.001.10.304.0037.2024.3.3.90.30.1.500.1002	10.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 499	03.001.10.304.0037.2024.3.3.90.32.1.500.1002	5.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 511	03.001.10.305.0037.2106.3.3.90.39.1.600.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**781.000,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 524	04.001.08.122.0039.2030.3.3.90.33.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 541	04.001.08.122.0039.2055.3.3.90.40.1.660.0000	8.000,00
	Natureza de despesa - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 543	04.001.08.122.0039.2089.3.3.90.30.1.660.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 544	04.001.08.122.0039.2089.3.3.90.32.1.660.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 598	04.001.08.245.0039.2073.3.3.50.85.1.660.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contrato de Gestão	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	Sub-Total:	**35.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**1.149.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipanguaçu - RN, 2 de março de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
CPF: XXX.609.XXX-29
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Cezar Cavalcante de Matos
Código Identificador:35ADDD69

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 025 2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 025/2026

Dispõe sobre a alteração orçamentária no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

A Prefeitura de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 097/2025, de 22 dezembro de 2025 - LOA 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto transferência orçamentária no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado a reforço da (s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do Poder Executivo

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 10	02.001.04.122.0028.2002.3.3.90.39.1.500.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**30.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 41	02.002.04.122.0028.2003.3.3.90.39.1.500.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**30.000,00**
	Total Parcial Suplementado:	**60.000,00**

Art. 2º Os recursos necessários para a cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão provenientes de: Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 12	02.001.04.122.0028.2160.3.1.90.04.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 14	02.001.04.122.0028.2160.3.1.90.13.1.500.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 15	02.001.04.122.0028.2160.3.3.90.14.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Diárias - Civil	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**30.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 43	02.002.04.122.0028.2003.3.3.90.47.1.500.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Tributárias e Contributivas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**30.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**60.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipanguaçu - RN, 3 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
CPF: XXX.609.XXX-29
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Cezar Cavalcante de Matos
Código Identificador:F0A04EB7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 026 2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 026/2026

Dispõe sobre a alteração orçamentária no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

A Prefeitura de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 097/2025, de 22 dezembro de 2025 - LOA 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 1.327.741,46 (um milhão trezentos e vinte e sete mil setecentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos), destinado a reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do Poder Executivo

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 3	02.001.04.122.0028.2002.3.1.90.04.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	

	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 5	02.001.04.122.0028.2002.3.1.90.13.1.500.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**35.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 34	02.002.04.122.0028.2003.3.1.90.13.1.500.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 615	02.002.04.122.0028.2003.3.1.90.94.1.500.0000	10.791,46
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 54	02.002.04.122.0028.2121.3.1.90.13.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**35.791,46**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 100	02.005.12.122.0033.2137.3.1.90.13.1.500.1001	30.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 143	02.005.12.361.0033.2126.3.1.90.13.1.540.0000	25.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
Cód. red.: 628	02.005.12.365.0033.2164.3.1.90.13.1.542.1070	50.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais	
	da educação básica em efetivo exercício	
	Sub-Total:	**105.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 195	02.007.04.122.0038.2015.3.1.90.04.1.500.0000	43.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 680	02.007.04.122.0038.2015.3.1.90.94.1.500.0000	2.450,00
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**45.450,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 224	02.008.04.122.0028.2016.3.1.90.04.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 226	02.008.04.122.0028.2016.3.1.90.13.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**15.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 242	02.009.04.122.0030.2018.3.1.90.04.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 244	02.009.04.122.0030.2018.3.1.90.13.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**20.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 274	02.011.04.122.0028.2017.3.1.90.04.1.500.0000	60.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 276	02.011.04.122.0028.2017.3.1.90.13.1.500.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 285	02.011.17.605.0038.2067.3.3.90.30.1.500.0000	80.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 287	02.011.17.605.0038.2067.3.3.90.39.1.500.0000	500.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**655.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 012 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 311	02.012.08.244.0039.2029.3.1.90.13.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 339	02.013.13.392.0036.2010.3.1.90.13.1.500.0000	5.000,00

	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 015 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 375	02.015.04.124.0028.2063.3.1.90.13.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**5.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 404	03.001.10.122.0037.2007.3.1.90.13.1.600.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 408	03.001.10.122.0037.2007.3.3.90.36.1.500.1002	12.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 429	03.001.10.301.0037.2027.3.1.90.13.1.600.0000	45.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 653	03.001.10.301.0037.2046.3.1.90.04.1.600.0000	25.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 441	03.001.10.301.0037.2046.3.1.90.16.1.600.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 450	03.001.10.301.0037.2080.3.1.90.04.1.600.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 474	03.001.10.302.0037.2028.3.1.90.04.1.500.1002	3.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 474	03.001.10.302.0037.2028.3.1.90.04.1.600.0000	190.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 476	03.001.10.302.0037.2028.3.1.90.13.1.500.1002	22.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 476	03.001.10.302.0037.2028.3.1.90.13.1.600.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 493	03.001.10.304.0037.2024.3.1.90.04.1.500.1002	1.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 503	03.001.10.305.0037.2008.3.1.90.13.1.604.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	
	Sub-Total:	**365.000,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 661	04.001.08.122.0039.2030.3.1.90.04.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 518	04.001.08.122.0039.2030.3.1.90.13.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 590	04.001.08.245.0039.2022.3.1.90.13.1.660.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 604	04.001.08.245.0039.2098.3.1.90.04.1.660.0000	1.500,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	Sub-Total:	**36.500,00**
	Total Parcial Suplementado:	**1.327.741,46**

Art. 2º Os recursos necessários para a cobertura do crédito aberto no artigo anterior serão provenientes de: Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 29	02.002.04.122.0028.1009.4.4.90.61.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Aquisição de Imóveis	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 31	02.002.04.122.0028.1107.4.4.90.51.1.500.0000	25.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 55	02.002.04.122.0028.2123.3.1.90.94.1.500.0000	110.000,00
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**155.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 113	02.005.12.122.0043.2132.3.3.90.32.1.500.1001	10.000,00

	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 114	02.005.12.122.0043.2132.3.3.90.35.1.500.1001	10.000,00
	Natureza de despesa - Serviços de Consultoria	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 116	02.005.12.122.0043.2132.3.3.90.39.1.500.1001	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 126	02.005.12.361.0033.1026.4.4.90.51.1.570.0000	150.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	
Cód. red.: 132	02.005.12.361.0033.1102.4.4.90.51.1.540.0000	43.291,46
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
Cód. red.: 132	02.005.12.361.0033.1102.4.4.90.51.1.570.0000	220.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	
Cód. red.: 172	02.005.12.365.0033.2125.3.1.90.11.1.540.1070	100.000,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
	Sub-Total:	**543.291,46**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 205	02.007.15.451.0038.1030.4.4.90.51.1.500.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 210	02.007.15.451.0038.1066.4.4.90.51.1.720.0000	35.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	
Cód. red.: 213	02.007.15.451.0038.1097.4.4.90.52.1.755.0000	24.450,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	
	Sub-Total:	**109.450,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 233	02.008.27.812.0046.1024.4.4.90.51.1.700.0000	210.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
Cód. red.: 233	02.008.27.812.0046.1024.4.4.90.51.1.701.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	
Cód. red.: 234	02.008.27.812.0046.1064.4.4.90.51.1.700.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
Cód. red.: 234	02.008.27.812.0046.1064.4.4.90.51.1.701.0000	100.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	
Cód. red.: 234	02.008.27.812.0046.1064.4.4.90.51.1.720.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás	
	Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	
	Sub-Total:	**460.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 289	02.011.18.122.0028.1096.4.4.90.52.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 290	02.011.18.541.0031.1014.4.4.90.51.1.500.0000	40.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**60.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**1.327.741,46**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipanguaçu - RN, 3 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
CPF: XXX.609.XXX-29
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Cezar Cavalcante de Matos
Código Identificador:9C70CB3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 20, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 1.567.000,00, PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.567.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, aprovado desta prefeitura, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 01, de 12 de janeiro de 2026 (Programação Financeira).

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.567.000,00**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**40.000,00**
	2053 SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO				**40.000,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	40.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**131.000,00**
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**105.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	75.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	30.000,00
	1034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	5.000,00
	2091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CRECHE/PRÉ-ESCOLA				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
	1085 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O ENSINO INFANTIL				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	1.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**346.000,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**325.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	325.000,00
	2115 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL/CRECHE FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**21.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	21.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**44.000,00**
	1037 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
	1038 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**33.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	8.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**110.000,00**
	1031 CONSTRUÇÃO DE LETREIROS NO MUNICÍPIO				**110.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	110.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**204.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**130.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	30.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**35.000,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16010000	0001	35.000,00
	2080 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES Á ENDEMIAS - ACE				**39.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	39.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**90.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**90.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	90.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**5.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
15 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**597.000,00**
	2067 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**597.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	597.000,00
Anexo II (Redução)					**1.567.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**80.000,00**

	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	80.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**140.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	100.000,00
	2070 PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP				**40.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	19.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	21.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**298.000,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**167.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	167.000,00
	1006 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA				**6.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	6.000,00
	2014 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**25.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	25.000,00
	1009 CONCLUSÃO DE CRECHE MODELO PRO-INFÂNCIA				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	20.000,00
	1024 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	5.000,00
	1025 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	5.000,00
	2043 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	40.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**346.000,00**
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**7.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	3.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	4.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15401070	0001	500,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**35.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	35.000,00
	2058 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**290.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	290.000,00
	2116 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**13.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	4.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	9.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**44.000,00**
	1010 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**8.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
	1037 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**5.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	1038 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL				**6.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	6.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**110.000,00**
	1011 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	50.000,00
	1015 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS				**30.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
	1002 CONSTRUÇÃO E/OU PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS E/OU RODOVIAS				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**454.000,00**
	1017 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	30.000,00
	2028 MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS				**39.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16040000	0001	35.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16040000	0001	4.000,00
	2029 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**350.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	100.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	250.000,00
	1057 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA				**35.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	35.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**90.000,00**
	1033 PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES				**6.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
	1005 AQUISIÇÃO DE TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
	1029 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE MATADOURO PÚBLICO				**6.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	3.000,00
	1030 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DO MERCADO CENTRAL				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
	1041 REFORMA, ADEQUAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DA FEIRA-LIVRE DO MUNICÍPIO				**6.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	3.000,00
	1053 PROMOÇÃO DO CORTE DE TERRAS NO MUNICÍPIO				**32.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	32.000,00
	1083 RECUPERAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA NO MUNICÍPIO				**9.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	9.000,00
	2063 TRANSFERÊNCIA AO CONSÓRCIO SERTÃO E MAR				**20.000,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	20.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**5.000,00**
	1021 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE ABRIGO RODOVIÁRIO				**1.500,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00

	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**3.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.500,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:750B3961

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 21, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 2.229.000,00, PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.229.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, aprovado desta prefeitura, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 01, de 12 de janeiro de 2026 (Programação Financeira).

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.229.000,00**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**60.000,00**
	2053 SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO				**60.000,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	60.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**607.000,00**
	1007 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**94.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	52.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	42.000,00
	1008 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL				**120.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	60.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	60.000,00
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN				**53.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15710000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	13.000,00
	2014 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	40.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**95.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	7.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	48.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15530000	0001	40.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**125.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	50.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
	2091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CRECHE/PRÉ-ESCOLA				**60.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	60.000,00
	2092 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE EJA				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**500.000,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**500.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	500.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**400.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**385.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	385.000,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA				**15.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	15.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**20.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	20.000,00

10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**100.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**235.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**235.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	235.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**237.000,00**
	1033 PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES				**115.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	115.000,00
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**42.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	42.000,00
	2086 PROMOÇÃO DA FEIRA AGROPEC				**80.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	17040000	0001	80.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**70.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**70.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	70.000,00
Anexo II (Redução)					**2.229.000,00**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**60.000,00**
	2055 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA				**24.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	24.000,00
	2053 SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO				**18.000,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	18.000,00
	2052 PAGAMENTO DE COMPROMISSOS PACTUADOS COM COSERN, CAERN E OUTRAS ENTIDADES DO GÊNERO				**18.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	18.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.107.000,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**952.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	857.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	20.000,00
	1007 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**3.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.000,00
	1008 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL				**3.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.000,00
	1009 CONCLUSÃO DE CRECHE MODELO PRO-INFÂNCIA				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	10.000,00
	1035 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA				**2.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
	1019 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**3.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	3.000,00
	1024 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS				**6.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	3.000,00
	1025 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	3.000,00
	2043 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**110.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	100.000,00
	1070 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE INFORMÁTICA NO MUNICÍPIO				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	5.000,00
	1071 CONSTRUÇÃO DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL PARA AEE				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	5.000,00
	1072 CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	5.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**400.000,00**
	1037 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**55.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	49.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	6.000,00
	1038 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL				**31.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	31.000,00
	1039 INSTALAÇÃO OU REFORMA DE COBERTURA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS				**35.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	35.000,00
	1088 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**25.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	25.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**254.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	12.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	237.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**20.000,00**
	1013 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	20.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**100.000,00**
	1017 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS				**40.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	40.000,00
	1056 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PARA O MUNICÍPIO				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	20.000,00
	1057 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA				**40.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	40.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**235.000,00**
	1046 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB				**25.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	25.000,00
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**45.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	27.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	18.000,00
	1091 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS				**130.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	65.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	65.000,00
	1100 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA				**35.000,00**

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	35.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**237.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**12.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
	1053 PROMOÇÃO DO CORTE DE TERRAS NO MUNICÍPIO				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
	2086 PROMOÇÃO DA FEIRA AGROPEC				**195.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	145.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**70.000,00**
	2050 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO				**70.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	45.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	25.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:94F339F5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 22, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 2.179.000,00, PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.179.000,00 (dois milhões, cento e setenta e nove mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, aprovado desta prefeitura, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 01, de 12 de janeiro de 2026 (Programação Financeira).

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.179.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**306.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**306.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	186.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	70.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**25.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**7.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	7.000,00
	2053 SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO				**18.000,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	18.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**392.000,00**
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
	2014 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	40.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**262.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	167.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	30.000,00
	1004 AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	10.000,00
	2091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CRECHE/PRÉ-ESCOLA				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	45.000,00
	2092 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE EJA				**20.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	20.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**588.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**218.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	215.000,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA				**20.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	20.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**350.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	350.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**110.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**110.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	70.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**301.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**250.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	200.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	50.000,00
	2028 MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS				**6.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	6.000,00
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**45.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	45.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**102.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**102.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17040000	0001	48.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**244.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**244.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	244.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**68.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**68.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	13.000,00
15 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**40.000,00**
	2067 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40.000,00
17 .001 SEC. MUN. MULHERES, JUV, IG. RACIAL E DIR. HUMANOS					**3.000,00**
	2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DAS MULHERES, JUVENTUDE, IGUALDADE RACIAL E DIR. HUMANOS				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
Anexo II (Redução)					**2.179.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**69.000,00**
	1023 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS				**4.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.500,00
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**43.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	10.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	17040000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	8.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	8.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17040000	0001	2.000,00
	2054 CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES REPRESENTATIVAS				**5.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	2008 CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES E CONSÓRCIOS PÚBLICOS				**6.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	4.500,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	1.500,00
	2005 MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR AUTORIZADAS ATRAVÉS DE CONVÊNIO				**10.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.500,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**65.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**55.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	30.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.000,00
	2055 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA				**10.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	10.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**294.000,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	5.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
	1009 CONCLUSÃO DE CRECHE MODELO PRO-INFÂNCIA				**9.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	9.000,00
	1034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**4.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	4.000,00
	1035 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA				**3.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	3.000,00
	1004 AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL				**7.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17040000	0001	7.000,00
	1019 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**18.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	18.000,00
	1024 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS				**53.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	49.000,00
	1025 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL				**48.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	48.000,00

	2043 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**55.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	45.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	5.000,00
	1069 AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL				**5.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17040000	0001	5.000,00
	1070 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE INFORMÁTICA NO MUNICÍPIO				**12.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	8.000,00
	1071 CONSTRUÇÃO DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL PARA AEE				**9.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	5.000,00
	1072 CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	2.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	8.000,00
	1074 ADEQUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL				**1.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	1.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**298.000,00**
	1010 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**4.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
	1036 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE ÁREAS DE LAZER				**69.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	9.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	9.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	50.000,00
	1037 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	50.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	50.000,00
	1038 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL				**61.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	7.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	50.000,00
	1039 INSTALAÇÃO OU REFORMA DE COBERTURA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS				**9.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.500,00
	1081 AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS E BRINQUEDOS				**4.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
	1084 CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
	1086 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PISTAS DE SKATE NO MUNICÍPIO				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
	2064 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA ENTIDADES ESPORTIVAS				**4.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	4.000,00
	1088 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**10.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
	1089 INSTALAÇÃO DE ALAMBRADOS OU REDES DE PROTEÇÃO EM ÁREAS ESPORTIVAS				**9.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	9.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**340.000,00**
	1011 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				**120.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	120.000,00
	1012 CONSTRUÇÃO DE CALÇADÃO E CICLOVIAS				**65.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	25.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	40.000,00
	1015 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS				**105.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	47.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	28.000,00
	2056 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	45.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO					**140.000,00**
	2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO				**140.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	140.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**40.000,00**
	1042 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
	2090 TRANSFERÊNCIAS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS VOLTADOS AO SANEAMENTO				**16.000,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	16.000,00
	1093 REFORMA OU READEAQUAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE				**16.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**301.000,00**
	1017 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS				**30.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	15.000,00
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**95.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	95.000,00
	2029 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**150.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	150.000,00
	2080 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES Á ENDEMIAS - ACE				**6.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	3.900,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	1.900,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16040000	0001	200,00
	1056 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PARA O MUNICÍPIO				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	5.000,00
	1045 IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES				**15.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	15.000,00

11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**201.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**25.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	25.000,00
	1046 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.000,00
	1047 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADE DO SCFV				**12.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.000,00
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BPSB				**104.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	84.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
	1091 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS				**12.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.000,00
	1100 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA				**14.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	14.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**279.000,00**
	1029 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE MATADOURO PÚBLICO				**35.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	35.000,00
	2086 PROMOÇÃO DA FEIRA AGROPEC				**244.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	144.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**88.000,00**
	1043 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS				**47.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	46.000,00
	1021 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE ABRIGO RODOVIÁRIO				**17.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	17.000,00
	1051 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GARAGEM PÚBLICA				**4.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
	2088 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
	2050 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**61.000,00**
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	8.000,00
	2066 MANUTENÇÃO DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
	1092 CONSTRUÇÃO OU ADEQUAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO				**28.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	28.000,00
17 .001 SEC. MUN. MULHERES, JUV, IG. RACIAL E DIR. HUMANOS					**3.000,00**
	2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DAS MULHERES, JUVENTUDE, IGUALDADE RACIAL E DIR. HUMANOS				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:AD734D4F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 23, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 1.454.844,00, PARA O EXERCÍCIO 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente exercício, no valor de R$ 1.454.844,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais), proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender a classificação funcional, programáticas e econômicas, conforme às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - O crédito aberto no artigo 1º será coberto com recursos, em igual importância, provenientes do excesso de arrecadação, conforme disposto no art. 43, § 1º, II da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º - Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, aprovado desta prefeitura, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 01, de 12 de janeiro de 2026 (Programação Financeira).

Parágrafo Único – Os recursos que farão jus a cobertura do presente crédito são aqueles destinados e incorporados na classificação das seguintes receitas e fontes de recursos, respectivamente:

1713501196 - Transferência de Recursos do SUS - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde - Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais	16003110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
1713505102 - Transf. de Rec. do SUS – Gestão do SUS – Complementação ao Pagamento do Piso salarial dos Profissionais de Enfermagem	16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.
2411501102 - Transferência de Recursos do SUS – Atenção Primária - Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais	16013110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais
1751500100 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos;

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.454.844,00**
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**300.000,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**300.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	300.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.154.844,00**
	2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**750.004,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	550.004,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	200.000,00
	1057 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA				**354.840,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	354.840,00
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**50.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	50.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:F0A980A3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 24, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 971.500,00, PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 971.500,00 (novecentos e setenta e um mil e quinhentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, aprovado desta prefeitura, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 01, de 12 de janeiro de 2026 (Programação Financeira).

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**971.500,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**80.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	80.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**95.000,00**
	2053 SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO				**95.000,00**

		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	95.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**5.000,00**
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	5.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**10.000,00**
	2115 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL/CRECHE FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**10.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	10.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**279.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**129.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	12.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	85.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	30.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**150.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	150.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**187.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**180.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	16.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	90.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	22.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	40.000,00
	2056 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	5.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**167.500,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**70.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	70.000,00
	2028 MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS				**70.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	50.000,00
	2080 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES Á ENDEMIAS - ACE				**25.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	25.000,00
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**2.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	2.500,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**73.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**40.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	20.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BPSB				**30.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	30.000,00
	2042 MANUTENÇÃO DO BLOGO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - IGDBF				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	3.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**35.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**35.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	35.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**40.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	40.000,00
Anexo II (Redução)					**971.500,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**30.000,00**
	1003 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**15.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	15.000,00
	1080 APOIO GOVERNAMENTAL À ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES				**15.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	15.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**95.000,00**
	2055 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA				**95.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	95.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**5.000,00**
	1006 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	5.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**10.000,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	10.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**217.000,00**
	1010 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**64.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	25.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	38.000,00
	1036 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE ÁREAS DE LAZER				**33.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	33.000,00
	1037 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO				**17.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	3.000,00
	1038 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
	1084 CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO				**56.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	28.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	28.000,00
	1088 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**18.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	18.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**299.000,00**
	1011 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				**48.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	26.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	22.000,00
	1012 CONSTRUÇÃO DE CALÇADÃO E CICLOVIAS				**15.000,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	15.000,00
	1013 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA				**35.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	25.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	10.000,00
	1015 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS				**5.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	5.000,00
	2056 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	2.000,00
	1027 AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PARA COLETA DE LIXO				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	45.000,00
	1028 CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO NA ENTRADA DA CIDADE				**27.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	2.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	25.000,00
	1031 CONSTRUÇÃO DE LETREIROS NO MUNICÍPIO				**15.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	15.000,00
	1078 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE ABRIGOS RODOVIÁRIOS				**15.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	10.000,00
	1079 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO				**5.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	5.000,00
	1002 CONSTRUÇÃO E/OU PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS E/OU RODOVIAS				**15.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	15.000,00
	1101 AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA				**62.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	62.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**167.500,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**2.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	2.500,00
	2029 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**165.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	65.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**73.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**30.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	30.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BPSB				**14.900,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	7.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.900,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	6.000,00
	2042 MANUTENÇÃO DO BLOGO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - IGDBF				**13.900,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.900,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
	2084 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**12.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2033 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**2.200,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.200,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**35.000,00**
	1053 PROMOÇÃO DO CORTE DE TERRAS NO MUNICÍPIO				**35.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	35.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**40.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	22.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	18.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:5637DC60

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 25, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 2.699.449,09, PARA O EXERCÍCIO 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente exercício, no valor de R$ 2.699.449,09 (dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e nove centavos), proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender a classificação funcional, programáticas e econômicas, conforme às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - O crédito aberto no artigo 1º será coberto com recursos, em igual importância, provenientes do excesso de arrecadação, conforme disposto no art. 43, § 1º, II da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º - Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, aprovado desta prefeitura, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 01, de 12 de janeiro de 2026 (Programação Financeira).

Parágrafo Único – Os recursos que farão jus a cobertura do presente crédito são aqueles destinados e incorporados na classificação das seguintes receitas e fontes de recursos, respectivamente:

1721500101 - Cota-Parte do ICMS	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
1713501195 - Transferência de Recursos do SUS - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde - Decorrentes de Emendas Parlamentares de Bancada	16003120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada
1713505102 - Transf. de Rec. do SUS – Gestão do SUS – Complementação ao Pagamento do Piso salarial dos Profissionais de Enfermagem	16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.
1713502194 - Transferência de Recursos do SUS - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assist. Hosp. e Ambulatorial - Decorrentes de Emendas Parlamentares de Comissão	16003130 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Parlamentares de Comissão
1751500100 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos; 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.699.449,09**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**30.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**30.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	30.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**800.000,00**
	2018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**300.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	300.000,00
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**300.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	300.000,00
	2115 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL/CRECHE FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**100.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	100.000,00
	2116 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL/PRÉ-ESCOLA FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**100.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	100.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**670.000,00**
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**670.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	670.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**120.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**120.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	120.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.079.449,09**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**180.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	180.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**694.449,09**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	594.449,09
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	100.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**170.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003130	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	70.000,00
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**35.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	35.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:C91A47B7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 26, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 1.854.000,00, PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.854.000,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, aprovado desta prefeitura, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 01, de 12 de janeiro de 2026 (Programação Financeira).

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.854.000,00**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**70.000,00**
	2053 SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO				**70.000,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	70.000,00
05 .001 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**1.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**345.000,00**
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15710000	0001	40.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - FUNDAMENTAL				**80.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	20.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**60.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15530000	0001	45.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**165.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	78.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**20.000,00**
	1038 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA				**10.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	10.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**241.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**237.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	205.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	12.000,00
	2056 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	4.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**626.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**444.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	84.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	315.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	15.000,00
	2030 MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	50.000,00
	2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - PSB				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	30.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	20.000,00
	2076 MANUTEÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAIS DA SAÚDE - EMULTI				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
	2029 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**52.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	52.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**152.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**20.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	20.000,00
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**47.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	18.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BPSB				**40.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	40.000,00
	2084 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2033 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**30.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	30.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**197.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**177.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	85.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	72.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
	2060 MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL				**20.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**193.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**193.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	125.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	8.000,00
16 .001 ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO					**1.000,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**8.000,00**
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA				**8.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	8.000,00
Anexo II (Redução)					**1.854.000,00**
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**70.000,00**
	2055 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA				**61.200,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	4.900,00
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	56.300,00
	2052 PAGAMENTO DE COMPROMISSOS PACTUADOS COM COSERN, CAERN E OUTRAS ENTIDADES DO GÊNERO				**4.900,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.900,00
	2070 PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP				**3.900,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.900,00
05 .001 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**1.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**345.000,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**220.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	160.000,00
	1006 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA				**4.900,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	4.900,00
	1007 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	5.000,00
	1008 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL				**2.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	500,00
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	5.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - FUNDAMENTAL				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	1.000,00
	1035 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA				**4.900,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	4.900,00
	2091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CRECHE/PRÉ-ESCOLA				**9.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	9.200,00
	1071 CONSTRUÇÃO DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL PARA AEE				**4.900,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.900,00
	1074 ADEQUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL				**3.300,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	3.300,00
	2083 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ALUNO "NOTA 10"				**5.800,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	2.900,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	2.900,00
	2098 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - INFANTIL				**79.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	39.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	1.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	29.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	1.800,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	1.800,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	1.600,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	4.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**20.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**7.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
	2064 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA ENTIDADES ESPORTIVAS				**3.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	3.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**241.000,00**
	1022 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.000,00
	1011 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				**27.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	27.000,00
	1012 CONSTRUÇÃO DE CALÇADÃO E CICLOVIAS				**14.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	14.000,00
	1013 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA				**8.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	8.000,00
	1015 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS				**8.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**37.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	33.000,00
	2056 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	3.000,00
	1027 AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PARA COLETA DE LIXO				**8.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	4.000,00
	1028 CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO NA ENTRADA DA CIDADE				**11.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	7.000,00

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.000,00
	1031 CONSTRUÇÃO DE LETREIROS NO MUNICÍPIO				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.000,00
	1078 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE ABRIGOS RODOVIÁRIOS				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	4.000,00
	1079 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO				**13.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	9.000,00
	1082 AQUISIÇÃO DE LETREIROS, PLACAS SINALIZATIVAS OU AFINS				**4.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	4.000,00
	1002 CONSTRUÇÃO E/OU PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS E/OU RODOVIAS				**95.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	95.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**626.000,00**
	2030 MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF				**58.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	35.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.000,00
	2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - PSB				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**16.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	8.000,00
	2029 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**274.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	54.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	160.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	60.000,00
	2031 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - VISA				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	4.000,00
	2080 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES Á ENDEMIAS - ACE				**52.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	48.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.100,00
	1056 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS PARA O MUNICÍPIO				**8.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	8.000,00
	1057 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA				**42.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	8.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	34.000,00
	1059 AMPLIAÇÃO E/OU REFORMAS DE POSTOS DE SAÚDE				**23.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	7.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	8.000,00
	1060 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O SUS MUNICIPAL				**16.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	8.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	8.000,00
	1062 CONSTRUÇÃO, REFORMA E INSTALAÇÃO DE POLOS DE ACADEMIAS DE SAÚDE				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	8.000,00
	1065 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATÓRIAIS				**8.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	8.000,00
	1090 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DO HOSPITAL OU UNIDADES MISTAS				**85.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	85.000,00
	2106 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.000,00
	2117 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	19.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	1.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**152.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**13.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16610000	0001	4.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16610000	0001	4.000,00
	1046 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB				**8.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16600000	0001	4.000,00
	1047 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE UNIDADE DO SCFV				**1.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.000,00
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**3.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
	2037 MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGDSUAS				**1.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00
	2039 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BPSB				**38.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	18.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	3.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	9.000,00
	2042 MANUTENÇÃO DO BLOGO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - IGDBF				**6.500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	5.000,00
	2084 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**30.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	9.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16610000	0001	16.500,00
	2033 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**40.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	9.000,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
	1064 SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
	1091 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
	2087 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PROCADSUAS				**4.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	4.500,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**372.000,00**
	1029 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE MATADOURO PÚBLICO				**40.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	40.000,00
	1030 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DO MERCADO CENTRAL				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	20.000,00
	2086 PROMOÇÃO DA FEIRA AGROPEC				**312.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	272.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**18.000,00**
	1043 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS				**3.900,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.900,00
	1021 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE ABRIGO RODOVIÁRIO				**900,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	900,00
	1051 CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE GARAGEM PÚBLICA				**5.200,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	300,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.900,00
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**3.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17040000	0001	3.000,00
	2050 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	2.000,00
16 .001 ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO					**1.000,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**8.000,00**
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA				**8.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:B078C783

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 27, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 3.171.767,03, PARA O EXERCÍCIO 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente exercício, no valor de R$ 3.171.767,03 (três milhões, cento e setenta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais e três centavos), proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender a classificação funcional, programáticas e econômicas, conforme às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - O crédito aberto no artigo 1º será coberto com recursos, em igual importância, provenientes do excesso de arrecadação, conforme disposto no art. 43, § 1º, II da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º - Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, aprovado desta prefeitura, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 01, de 12 de janeiro de 2026 (Programação Financeira).

Parágrafo Único – Os recursos que farão jus a cobertura do presente crédito são aqueles destinados e incorporados na classificação das seguintes receitas e fontes de recursos, respectivamente:

1721500101 - Cota-Parte do ICMS	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
1713505102 - Transf. de Rec. do SUS – Gestão do SUS – Complementação ao Pagamento do Piso salarial dos Profissionais de Enfermagem	16050000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.
2429990101 - Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados
1713501194 - Transferência de Recursos do SUS - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde - Decorrentes de Emendas Parlamentares de Comissão	16003130 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Parlamentares de Comissão
1751500100 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos; 15401070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70%

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.171.767,03**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**130.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**130.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	130.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**550.000,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**500.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	500.000,00
	2115 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL/CRECHE FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**50.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	50.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**590.000,00**
	1010 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**340.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	340.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**250.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	250.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**1.328.767,03**
	1002 CONSTRUÇÃO E/OU PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS E/OU RODOVIAS				**1.328.767,03**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	250.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	1.078.767,03
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**523.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**160.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	160.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**350.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003130	0001	250.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	100.000,00
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**13.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	8.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	5.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**50.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:8C9EEEB7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 276, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**346.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**100.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**25.000,00**
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	20.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**68.000,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**59.000,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	59.000,00
	2115 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL/CRECHE FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**9.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	9.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**37.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**37.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	12.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**40.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40.000,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO					**3.000,00**
	2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO				**3.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	3.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**40.000,00**
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**40.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	40.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**15.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**10.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**8.000,00**
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA				**8.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	8.000,00
Anexo II (Redução)					**346.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**100.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	17.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	20.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	20.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**25.000,00**
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**25.000,00**
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	4.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	7.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	9.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	5.000,00
06 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					**68.000,00**
	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**59.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15420000	0001	59.000,00
	2115 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL/CRECHE FINANCIADAS COM RECURSOS DO FUNDEB 70%				**9.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	9.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**37.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**37.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	25.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**40.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	26.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.000,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO					**3.000,00**
	2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO				**3.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**40.000,00**
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**40.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	15.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16050000	0001	25.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**15.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**10.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	10.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**8.000,00**
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:3BC04062

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 277, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**245.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**22.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**22.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**19.000,00**
	2013 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - FUNDAMENTAL				**17.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	17.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**2.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**11.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**69.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**69.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	69.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**39.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**39.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	15.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	12.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	12.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**58.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**55.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2084 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**3.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16610000	0001	3.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**20.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	20.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**7.000,00**
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE				**7.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	7.000,00
Anexo II (Redução)					**245.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**22.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**22.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	20.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**19.000,00**
	2013 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - FUNDAMENTAL				**17.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	17.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	2.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**11.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**11.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**69.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**69.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	40.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17040000	0001	9.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**39.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**39.000,00**
		3.3.42.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	17.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	5.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**58.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**55.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	39.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	500,00

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
	2084 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**3.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16610000	0001	3.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**20.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**7.000,00**
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE				**7.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:5B4115FB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 278, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 1.095.000,00 (um milhão, noventa e cinco mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.095.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**17.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2057 DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO				**12.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**5.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**5.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**245.000,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**200.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	200.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - FUNDAMENTAL				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	20.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	5.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	20.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**5.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**10.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**660.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	10.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	80.000,00
	2029 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**570.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	470.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	100.000,00
11 .001 SECRETARIA MUN. TRAB., HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL					**14.000,00**
	2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR				**14.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	14.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**94.000,00**

	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**94.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	12.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	16.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17040000	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**15.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**15.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	15.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**20.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	20.000,00
17 .001 SEC. MUN. MULHERES, JUV, IG. RACIAL E DIR. HUMANOS					**10.000,00**
	2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DAS MULHERES, JUVENTUDE, IGUALDADE RACIAL E DIR. HUMANOS				**10.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**1.095.000,00**
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**17.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**11.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
	2009 PROMOÇÃO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO À SERVIDORES MUNICIPAIS				**6.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**5.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**5.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**245.000,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS				**200.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	200.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - FUNDAMENTAL				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	20.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	20.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**5.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**5.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	5.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**10.000,00**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**10.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**660.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**80.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	80.000,00
	2029 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				**570.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	570.000,00
11 .001 SECRETARIA MUN. TRAB., HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL					**14.000,00**
	2044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR				**14.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	14.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**94.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**94.000,00**
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	35.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	17040000	0001	16.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	13.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**15.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**20.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	19.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17040000	0001	1.000,00
17 .001 SEC. MUN. MULHERES, JUV, IG. RACIAL E DIR. HUMANOS					**10.000,00**
	2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DAS MULHERES, JUVENTUDE, IGUALDADE RACIAL E DIR. HUMANOS				**10.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:9B6DB6B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 279, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o “Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD” da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 525.200,00 (quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**525.200,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**12.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**12.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	12.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**10.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**213.000,00**
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15710000	0001	20.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - FUNDAMENTAL				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	30.000,00
	2014 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	40.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**21.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15530000	0001	15.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	6.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00
	2091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CRECHE/PRÉ-ESCOLA				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	45.000,00
	2092 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE EJA				**17.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	17.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**6.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**42.500,00**
	2056 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**42.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	42.500,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**166.500,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**160.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	95.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	15.000,00
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**6.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	6.500,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**40.200,00**
	2038 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**4.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	4.000,00
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**36.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	30.000,00
	2042 MANUTENÇÃO DO BLOGO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - IGDBF				**200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	200,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**6.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**6.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	6.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**29.000,00**
	2111 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E FESTIVOS				**20.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	20.000,00
	2112 PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ALDIR BLANC				**9.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17190000	0001	9.000,00
Anexo II (Redução)					**525.200,00**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**12.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**12.000,00**

		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	12.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**10.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**213.000,00**
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETERN				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15710000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000	0001	10.000,00
	2013 MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE - FUNDAMENTAL				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	22.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	8.000,00
	2014 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	40.000,00
	2015 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE				**21.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000	0001	15.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	15.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	14.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001001	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	4.000,00
	2091 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CRECHE/PRÉ-ESCOLA				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	45.000,00
	2092 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE EJA				**17.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	17.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**6.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**6.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	500,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**42.500,00**
	2056 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**42.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	42.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17510000	0001	500,00
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**166.500,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**160.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	95.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	65.000,00
	2073 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**6.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	4.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16050000	0001	2.500,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**40.200,00**
	2038 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.000,00
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**36.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	36.000,00
	2042 MANUTENÇÃO DO BLOGO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - IGDBF				**200,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	200,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**6.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	6.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**29.000,00**
	2111 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E FESTIVOS				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2112 PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ALDIR BLANC				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17190000	0001	9.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:56265BA2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 280, DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

Considerando o art. 7º e 14º da Lei Ordinária nº 611 de 30 de dezembro de 2025, Orçamento Geral do Município – (LOA 2026), combinado com o Art. 43, §1º, Inciso lII, da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando o Decreto Municipal nº 02, de 12 de janeiro de 2026, que aprova o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) da administração direta e indireta do município de Jandaíra/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 903.127,21 (novecentos e três mil, cento e vinte e sete reais e vinte e um centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Jandaíra/RN, 07 de outubro de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**903.127,21**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**1.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**7.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**1.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
05 .001 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**9.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				**9.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	9.000,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**6.000,00**
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**6.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**374.000,00**
	1010 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**339.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17040000	0001	339.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**15.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17040000	0001	15.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**64.327,21**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**46.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	45.500,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
	1002 CONSTRUÇÃO E/OU PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS E/OU RODOVIAS				**17.827,21**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	17.827,21
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**371.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**61.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	60.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**50.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	30.000,00
	2028 MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS				**185.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	165.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**35.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	35.000,00
	2080 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES Á ENDEMIAS - ACE				**40.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	40.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**46.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**46.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	35.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**1.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**1.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**13.000,00**
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
	2066 MANUTENÇÃO DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
15 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**1.000,00**
	2067 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
17 .001 SEC. MUN. MULHERES, JUV, IG. RACIAL E DIR. HUMANOS					**6.800,00**
	2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DAS MULHERES, JUVENTUDE, IGUALDADE RACIAL E DIR. HUMANOS				**6.800,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	800,00

		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**1.000,00**
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17040000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**903.127,21**
02 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO					**1.000,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	1.000,00
03 .001 SECRETARIA MUN. DE ADM., PLAN. E DESENVOLVIMENTO					**7.000,00**
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				**7.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	17040000	0001	4.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17040000	0001	1.000,00
04 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**1.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	1.000,00
05 .001 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**9.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				**9.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.400,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.900,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	900,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	400,00
06 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**6.000,00**
	2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS					**374.000,00**
	1010 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS				**339.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	339.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E EVENTOS				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	14.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17040000	0001	1.000,00
	1052 PROMOÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	15.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA					**64.327,21**
	2023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA				**46.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	46.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17040000	0001	500,00
	1002 CONSTRUÇÃO E/OU PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS E/OU RODOVIAS				**17.827,21**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	17.827,21
10 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**371.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**61.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	47.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	28.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
	2028 MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS				**185.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	165.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**35.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	35.000,00
	2080 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES DE COMBATES Á ENDEMIAS - ACE				**40.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	40.000,00
11 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**46.000,00**
	2036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**46.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	900,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	9.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	16.100,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	900,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	4.900,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.200,00
12 .001 SECRETARIA MUN. AGRIC., REC. HID. E DESEN. RURAL					**1.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA				**1.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17040000	0001	1.000,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					**1.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	1.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**13.000,00**
	2049 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	1.000,00
	2066 MANUTENÇÃO DA COLETA SELETIVA MUNICIPAL				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00

15 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**1.000,00**
	2067 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO				**1.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	1.000,00
17 .001 SEC. MUN. MULHERES, JUV, IG. RACIAL E DIR. HUMANOS					**6.800,00**
	2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DAS MULHERES, JUVENTUDE, IGUALDADE RACIAL E DIR. HUMANOS				**6.800,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.900,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	2.900,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	200,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	1.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**1.000,00**
	2108 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	1.000,00

Publicado por:
Jose Pereira Alves Neto
Código Identificador:0C50CC31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
DECRETO Nº 70 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN
Praça da Matriz, 10, Centro - Jardim de Angicos/RN CEP: 59544970 -
DECRETO Nº 70/SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.359.076,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.359.076,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil e setenta e seis reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JARDIM DE ANGICOS/RN, 01 de julho de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					1.359.076,00
03 .001 SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					200.000,00
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO				200.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100.000,00
04 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					65.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO				65.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	65.000,00
05 .001 CONTROLADORIA					40.000,00
	2017 MANUT. DAS ATIV. DA CONTROLADORIA MUNICIPAL				40.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES					973.700,00
	2018 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES				973.700,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	23.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	550.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	400.000,00
08 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					40.170,00
	2053 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				10.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	10.000,00
	2055 Manutenção das Ações Primárias à Saúde – APS, através da Estratégia "Saúde da Família"				20.995,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	20.995,00
	2153 Concessão de Abono Salarial a Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem				9.175,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	9.175,00
09 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					12.000,00
	2132 Bloco da Proteção Social Especial				12.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16610000	0001	12.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE					5.000,00

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					
	2083 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO				5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
12 .001 PROCURADORIA					23.206,00
	2089 Manutenção das Ações da Procuradoria Jurídica Municipal				23.206,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	23.206,00
Anexo II (Redução)					1.359.076,00
03 .001 SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					200.000,00
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO				200.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100.000,00
04 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					65.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO				24.110,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	22.600,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.510,00
	1004 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO				7.200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	6.600,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	600,00
	1005 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água				800,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	400,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	400,00
	1033 Aquisição de Equipamentos de Produção relativos à Piscicultura				5.800,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.300,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
	1038 RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL				5.290,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.290,00
	1037 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇUDES EM PEQUENAS PROPRIEDADES				13.400,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	12.900,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
	1062 PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO		DE POÇOS		8.400,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	600,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.800,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.000,00
05 .001 CONTROLADORIA					40.000,00
	2017 MANUT. DAS ATIV. DA CONTROLADORIA MUNICIPAL				40.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES					973.700,00
	2018 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES				407.700,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	400.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	7.700,00
	2022 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				400.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	400.000,00
	1009 Aquisição de Veículo e Outros Equipamentos e Material Permanente - Ensino fundamental				16.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	15.400,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	600,00
	1011 Reforma da Creche				16.600,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15703120	0001	10.700,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15710000	0001	4.600,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15703110	0001	1.300,00
	1039 Revitalização e Manutenção de Biblioteca				24.600,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	8.200,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.200,00
	1064 Reforma de Quadras de Esportes em Escolas				56.800,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	17.450,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15703110	0001	17.450,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15703120	0001	17.450,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15710000	0001	4.450,00
	1081 Reforma e Ampliação da Biblioteca Municipal				28.000,00

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	6.700,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	13.300,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003120	0001	6.700,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17003120	0001	1.300,00
	1089 Construção de Área de Lazer				24.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	24.000,00
08 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					40.170,00
	2053 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				10.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	10.000,00
	2055 Manutenção das Ações Primárias à Saúde – APS, através da Estratégia "Saúde da Família"				20.995,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16013110	0001	20.995,00
	2153 Concessão de Abono Salarial a Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem				9.175,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16050000	0001	9.175,00
09 .001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					12.000,00
	1048 Construção, Reforma, Instalação e Adaptação de Espaços Públicos				12.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16610000	0001	6.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16610000	0001	6.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					5.000,00
	2083 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO				5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.000,00
12 .001 PROCURADORIA					23.206,00
	2089 Manutenção das Ações da Procuradoria Jurídica Municipal				23.206,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.382,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	13.728,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.774,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	661,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	661,00

Publicado por:
Joao Paulino Dos Santos Neto
Código Identificador:51FE84C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
DECRETO Nº 71 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN
Praça da Matriz, 10, Centro - Jardim de Angicos/RN CEP: 59544970 –

DECRETO Nº 71/SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.069.237,55, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.069.237,55 (um milhão, sessenta e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JARDIM DE ANGICOS/RN, 03 de agosto de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					1.069.237,55
03 .001 SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					80.659,55
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO				30.659,55
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	10.659,55
	2084 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E JUROS, JUNTO AO INSS				50.000,00
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	50.000,00
04 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					203.000,00
	2016 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO				203.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E	15000000	0001	25.000,00

		VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	160.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	18.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES					275.000,00
	2018 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES				275.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	90.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	180.000,00
07 .001 SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP. E SERV. URBANOS					350.980,00
	2048 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Serviços Urbanos				350.980,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	250.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	90.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	10.980,00
08 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					157.000,00
	2053 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				10.000,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	10.000,00
	2055 Manutenção das Ações Primárias à Saúde – APS, através da Estratégia "Saúde da Família"				147.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003130	0001	47.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					2.598,00
	2083 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO				2.598,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	750,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.848,00
Anexo II (Redução)					1.069.237,55
03 .001 SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO					80.659,55
	2007 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO				69.115,55
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	60.659,55
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.550,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	906,00
	1003 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				9.089,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	6.489,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.600,00
	1036 Instalar e Manter o Setor de Patrimônio e Almoxarifado				2.455,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.455,00
04 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO					203.000,00
	1004 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO				160.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	60.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17003110	0001	46.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17010000	0001	41.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	13.000,00
	1062 PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POÇOS				10.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
	2109 Incentivar a criação de feiras da Agricultura Familiar				7.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.000,00
	2110 Melhoria e conservação das Estradas Vicinais do Município				1.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.000,00
	2113 Aquisição de Imóveis para abertura de Centro de Piscicultura				25.000,00
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	25.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES					275.000,00
	2018 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DOS ESPORTES				300,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	300,00
	2030 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Fundamental				24.000,00
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	14.000,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	10.000,00

	1008 Construção, Ampliação e Reforma de Escolas - Ensino Fundamental				24.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15700000	0001	19.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15703110	0001	2.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15710000	0001	2.500,00
	1014 Reforma de Quadras Poliesportivas				105.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	35.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	35.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003120	0001	35.000,00
	1034 Climatizar as Escolas Municipais				5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	5.000,00
	2116 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Especial				700,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	700,00
	1089	Construção de Área de Lazer			61.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003120	0001	21.400,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	13.200,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17003110	0001	13.200,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17003120	0001	13.200,00
	1090 Reforma e Melhoramento do Campo de Futebol				54.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003120	0001	4.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	10.000,00
07 .001 SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP. E SERV. URBANOS					350.980,00
	1017 Implantação de parque solar para abastecimento de energia aos prédios públicos				100.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	100.000,00
	2048 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Serviços Urbanos				10.980,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.980,00
	1057 Construção e Urbanização de Calçadão na Entrada da Cidade				150.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	150.000,00
	1071 Manutenção das Ações da Rede Pública de Energia, inclusive sua revitalização				80.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	40.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	40.000,00
	1091 Construção de Garagem Pública				10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
08 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					157.000,00
	1026 Aquisição de Veículos e Unidade Móvel Médico Odontológica				10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16313110	0001	10.000,00
	2053 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	10.000,00
	2100 Incremento do Piso da Atenção Primária em Saúde – APS				45.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	5.000,00
	1072 Construção e Reforma de Academias ao ar livre				47.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	7.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16313110	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16313120	0001	10.000,00
	1073 Instalação do Sistema de Saneamento Básico				45.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	45.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					2.598,00
	2083 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO				750,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	750,00
	1076 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				1.848,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.848,00

Publicado por:
Joao Paulino Dos Santos Neto
Código Identificador:7EE2427B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.115/2026

O Excelentíssimo Senhor JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal de José da Penha/RN, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026, tipo REGISTRO DE PREÇO, realizado para a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos itens descritos no Termo de Referência, RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto do Pregão Eletrônico nº 005/2026, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Art. 28, inciso I, e Art. 72, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme classificação final do certame:

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

HOSP MEDICAL - COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA (33.160.739/0001-10)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML. AMPOLA COM 2 ML	Ampola	HIPOLABOR	500	3,76	1.880,00
3	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL. AMPOLA COM 5 ML	Ampola	BLAU	200	4,23	846,00
8	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola	FARMACE	500	0,89	445,00
9	AZITROMICINA MONOIDRATADA 500 MG PO LIOFILIZADO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Frasco/Ampola	CRISTALIA	500	14,13	7.065,00
15	CEFALOTINA SODICA, 1G. (FRASCO-AMPOLA)	Ampola	BLAU	300	4,66	1.398,00
16	CEFAZOLINA SODICA 1 G PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Frasco	BLAU	500	4,79	2.395,00
21	CIPROFLOXACINO 200mg/100ml	Ampola	ISOFARMA	150	6,94	1.041,00
23	CLINDAMICINA 150MG/ML, AMPOLA DE 4ML.	Ampola	HIPOLABOR	600	3,03	1.818,00
24	CLORETO DE POTASSIO 19,1% SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA DE 10 ML	Ampola	FARMACE	500	0,57	285,00
41	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML.	Ampola	HYPOFARMA	150	1,16	174,00
46	FENITOINA SODICA 50MG/ML. AMPOLA DE 5 ML	Ampola	TEUTO	200	2,66	532,00
48	FITOMENADIONA 10MG/ML. AMPOLA DE 1ML (HYVIT K)	Ampola	HIPOLABOR	500	2,14	1.070,00
55	HIDROCORTISONA SAL ACETATO, 100MG PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	BLAU	700	2,97	2.079,00
56	HIDROCORTISONA SAL ACETATO, 500MG PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	BLAU	1.000	4,92	4.920,00
64	OMEPRAZOL SODICO PO LIOFILO INJETAVEL 40MG + SOLUCAO DILUENTE	Ampola	BLAU	500	7,83	3.915,00
68	SOLUCAO GLICOSE 50% INJETAVEL, AMPOLA DE 10ML.	Ampola	EQUIPLEX	600	0,48	288,00
73	VANCOMICINA CLORIDRATO 500 MG INJETAVEL	Ampola	BLAU	400	5,46	2.184,00
Total (R$):						**32.335,00**

DL MEDICAMENTOS LTDA (48.058.173/0001-97)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
7	AMIODARONA 50MG/ML, AMPOLA COM 3 ML.	Ampola	HIPOL	100	3,29	329,00
10	BENZILPENICILINA BENZATINA PO P/ SUSPENSAO INJETAVEL 1.200.000 UI	Ampola	TEUTO	700	5,11	3.577,00
12	BICARBONATO DE SODIO 8,4% SOLUCAO INJETAVEL Ampola 10 ML	Ampola	FRESE	20	0,98	19,60
18	CEFTRIAXONA SODICA 1G INTRA.VENOSA/INTRA.MUSCULAR	Ampola	BLAUS	2.000	3,89	7.780,00
30	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4MG/2ML. AMPOLA COM 2ML	Ampola	HYPOR	3.000	1,08	3.240,00
37	DICLOFENACO SODICO 25 MG/ML, AMPOLA COM 3ML IM	Ampola	FARMACE	1.000	0,82	820,00
38	DIPIRONA SODICA 500MG/ML INJETAVEL. AMPOLA COM 2ML.	Ampola	SANTISA	6.000	0,51	3.060,00
45	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL Ampola 10 ML	Ampola	DESCA	30	13,89	416,70
63	NITROPRUSSETO DE SODIO PO LIOFILO INJETAVEL 50MG + DILUENTE	Ampola	HYPOR	100	19,99	1.999,00
74	VITAMINAS DO COMPLEXO B INJETAVEL, AMPOLA 2ML.	Ampola	SANTISA	2.500	0,88	2.200,00
Total (R$):						**23.441,30**

PHOSPODONT LTDA (04.451.626/0001-75)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
4	ADENOSINA INJETAVEL 3MG/ML	Ampola	HIPOLABOR	100	11,13	1.113,00
5	Agua para injecao - 10ml	Ampola	FARMACE	5.000	0,22	1.100,00
13	BROMETO DE ROCURONIO SOLUCAO INJETAVEL 10MG/ML, AMPOLA COM 5 ML	Frasco/Ampola	VOLPHARMA	100	14,84	1.484,00
17	CEFEPIMA CLORIDRATO 1 G PO LIOFILO P/ INJETAVEL	Unidade	TEUTO	500	10,51	5.255,00
22	CITRATO DE FENTANILA DE 50MCG/ML SEM CONSERVANTE (IV), AMPOLA DE 5ML.	Ampola	TEUTO	100	2,49	249,00
26	CLORIDRATO DE CLONIDINA SOLUCAO INJETAVEL 150MCG/ML	Ampola	CRISTALIA	100	8,66	866,00
27	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 250MG/20ML SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	TEUTO	100	5,94	594,00
29	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML (IV), AMPOLA DE 1 ML	Ampola	CRISTALIA	100	6,95	695,00
32	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG/ML, AMPOLA DE 1ML	Ampola	UNIAO QUIMICA	360	6,80	2.448,00
36	DICLOFENACO POTASSICO 75 MG. AMPOLA DE 3ML	Ampola	TEUTO	1.000	1,78	1.780,00
52	GLICONATO DE CALCIO 100MG/ML SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	ISOFARMA	100	1,86	186,00
54	HEMITARTARARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 04 ML	Ampola	HIPOLABOR	50	1,36	68,00
58	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, BOLSA COM 100 ML	Ampola	ISOFARMA	150	7,42	1.113,00
60	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA DE 02 ML	Ampola	SANTISA S A	350	0,65	227,50
61	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETAVEL, AMPOLA 05 ML	Ampola	HIPOLABOR	300	2,59	777,00
65	OXACILINA SODICA 500 MG.	Ampola	BLAU FARMACEUTICA	100	4,45	445,00
69	SOLUCAO METRONIDAZOL BOLSA 5MG/ML 0,5%, 100ML.	Unidade	ISOFARMA	200	3,96	792,00
72	TRAMADOL 50MG/ML INJETAVEL - AMPOLA DE 1ML	Ampola	HIPOLABOR	2.000	1,09	2.180,00
Total (R$):						**21.372,50**

B. GOMES BEZERRA LTDA (03.647.696/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
11	BENZILPENICILINA PO P/ SUSPENSAO INJETAVEL 6000.000UI	Ampola	TEUTO	500	7,00	3.500,00

20	CIMETIDINA 150MG/ML, AMPOLA COM 2ML. SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	HYPOFARMA	600	0,99	594,00
28	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola	HIPOLABOR	30	4,00	120,00
40	ENOXAPARINA SODICA 80MG/0,8ML SUBCUTANEA.	Ampola	MYLAN	30	25,91	777,30
59	Meropenem 500mg	Ampola	BLAU	400	11,50	4.600,00
71	TENOXICAM 40MG, AMPOLA DE 2ML.	Ampola	U. QUÍMICA	2.000	9,95	19.900,00
Total (R$):						**29.491,30**

DENTAL DISTMED LTDA (50.894.798/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
14	BROMOPRIDA 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML.	Ampola	HIPOLABOR	700	1,35	945,00
19	Cetoprofeno IV	Ampola	TEUTO	400	3,70	1.480,00
25	CLORIDATO DE LIDOCAINA 2% INJETAVEL (SEM VASOCONSTRITOR)	Ampola	HIPOLABOR	600	4,32	2.592,00
31	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG/ML INJETAVEL, AMPOLA DE 02 ML	Ampola	HIPOLABOR	1.000	1,05	1.050,00
33	DEXAMETASONA 2MG/ML. AMPOLA COM 1ML	Ampola	FARMACE	2.000	0,74	1.480,00
34	DEXAMETASONA 4MG/ML. AMPOLA COM 2,5ML	Ampola	HIPOLABOR	6.000	0,81	4.860,00
42	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 4MG/ML + DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG/ML. AMPOLA COM 5 ML	Ampola	TEUTO	3.000	1,45	4.350,00
43	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola	TEUTO	1.000	1,04	1.040,00
57	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RHO(D) 300 MCG SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	GRIFOLS	5	450,00	2.250,00
67	RANITIDINA 50MG/ML. AMPOLA COM 2ML	Ampola	HIPOLABOR	300	2,10	630,00
70	TENOXICAM 20MG/ML, AMPOLA DE 2ML	Ampola	TEUTO	1.000	6,50	6.500,00
Total (R$):						**27.177,00**

José da Penha/RN, 06 de outubro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:7E972BB9

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.354/2026

Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICAR O Pregão Eletrônico nº 006/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 28, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO
DENTAL DISTMED LTDA
CNPJ: 50.894.798/0001-30

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	APARELHO DE GLICOSIMETRO (ON CALL PLUS).	ONCALLPLUS	Unidade	25	30,53	763,25
2	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA DESCARTAVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	Pacote	30	3,66	109,80
5	AGULHA DESCARTAVEL 0,23X4MM CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	30	7,94	238,20
6	AGULHA DESCARTAVEL 13 X 0,45MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	30	5,17	155,10
7	AGULHA DESCARTAVEL 20X0,55MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	30	6,20	186,00
12	ALGODAO ROLO HIDROFILO 500GR.	NEVOA	Rolo	250	8,08	2.020,00
13	ALMOTOLIA 250MG COR BRANCA/TRANSPARENTE	J.PROLAB	Unidade	25	5,11	127,75
14	ALMOTOLIA 250MG COR MARROM	J.PROLAB	Unidade	25	5,26	131,50
21	CATETER INTRAVENOSO N° 14G	SOLIDOR	Unidade	300	0,65	195,00
23	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO N° 24G	SOLIDOR	Unidade	1.700	0,90	1.530,00
24	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 18 G	SOLIDOR	Unidade	350	1,00	350,00
25	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 22 G	SOLIDOR	Unidade	2.000	0,60	1.200,00
35	COLETOR DE URINA, SISTEMA FECHADO, ADULTO, 2000ML	MEDIX	Unidade	400	3,60	1.440,00
39	COPO UMIDIFICADOR CILINDRO OXIGENIO CONCENTRADOR FLUXOMETRO	PROTEC	Unidade	50	8,90	445,00
48	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, PEQUENO	CRAL	Unidade	600	1,10	660,00
49	ETER HOSPITALAR. FRASCO DE 1 LITRO	VICPHARMA	Unidade	20	44,59	891,80
50	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 2-0, AGULHA 3/8 CIRCULO, CX C/ 24 UN	BIOLINE	Unidade	5	33,92	169,60
53	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	34,47	344,70
54	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 1-0,	MEDIX	Caixa	10	34,00	340,00

	CX C/ 24 UN					
56	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 3-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	40	36,12	1.444,80
57	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 4-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	36,59	365,90
58	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 5-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	35,46	354,60
59	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 6-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	37,36	373,60
64	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSONOGRAFIA. GALAO COM 5 KG	MULTIGEL	Unidade	20	19,90	398,00
66	GLICOSE 5% SOLUCAO INJETAVEL SIST.FECHADO FRASCO 500ML	FARMACE	Frasco	1.000	6,40	6.400,00
72	LAMINA MICROSCOPIO, VIDRO, FOSCA, 76MM X 26MM. CX C/ 100 UN	CRAL	Caixa	20	7,59	151,80
76	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 6.5	MEDIX	Par	2.000	1,20	2.400,00
78	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 7,5	MEDIX	Par	4.000	1,20	4.800,00
79	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 8,0	MEDIX	Par	3.000	1,20	3.600,00
112	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N 20, 2 VIAS	MEDIX	Unidade	50	2,68	134,00
119	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-14. PCT C/ 10 UN	MARKMED	Pacote	10	11,70	117,00
123	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 12	MARKMED	Unidade	1.000	0,76	760,00
126	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 4	MARKMED	Unidade	100	0,83	83,00
127	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 6	MARKMED	Unidade	100	0,84	84,00
133	TUBO LATEX N° 201. PCT C/ 15 METROS	TAYLOR	Pacote	10	47,90	479,00
					TOTAL:	**33.243,40**

DL MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.058.173/0001-97

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
8	AGULHA DESCARTAVEL 25X0,8MM. CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	50	11,17	558,50
9	AGULHA DESCARTAVEL 40X1,2MM. CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	60	7,99	479,40
15	ANTISSEPTICO TOPICO PVPI LITRO (1L)	VIC P	Litro	25	54,70	1.367,50
22	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO N° 20G	DESCA	Unidade	1.000	0,75	750,00
26	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 16 G	DESCA	Unidade	350	0,75	262,50
28	CLORETO DE POTASSIO 20%. AMPOLA COM 10ML	EQUIPLEX	Ampola	100	0,75	75,00
29	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 100ML	EQUIPLEX	Frasco	12.000	2,95	35.400,00
31	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 500ML	EQUIPLEX	Frasco	15.000	4,00	60.000,00
32	CLOREXIDINA AQUOSA 0,2%, 1 LITRO	EQUIPLEX	Litro	55	27,14	1.492,70
34	COLETOR DE URINA UNISSEX INFANTIL, PCT C/ 10 UN	DESCA	Pacote	900	5,89	5.301,00
36	COLETOR DE URINA, SISTEMA ABERTO, ADULTO	SOLIDOR	Unidade	500	0,54	270,00
37	COLETOR UNIVERSAL DE URINA (COPINHO)	SOLIDOR	Unidade	5.000	0,50	2.500,00
40	DETERGENTE ENZIMATICO (01 LITRO)	SOLIDOR	Unidade	50	21,06	1.053,00
42	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP DESCARTAVEL	SOLIDOR	Unidade	1.000	0,96	960,00
44	ESPARADRAPO, 10CM X 4,5M, IMPERMEAVEL	CREMER	Unidade	2.000	8,88	17.760,00
45	ESPATULA DE AYRES, MADEIRA, 18CM. PCT C/ 100 UN	THEOT	Pacote	20	14,00	280,00
47	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, MEDIO	VAGIS	Unidade	1.000	1,14	1.140,00
51	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 3-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	64,01	320,05
52	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 4-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	62,60	313,00
55	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 2-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	10	37,76	377,60
60	FIO SUTURA CATGUT SIMPLES 3-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	68,04	340,20
61	FIXADOR CITOLOGICO 100ML	VAGIS	Unidade	50	8,99	449,50
62	FORMOL TAMPONADO A 10%, 1 LITRO	VIC P	Frasco	10	30,65	306,50
67	HIPOCLORITO DE SODIO 1%	EQUIPLEX	Litro	100	5,35	535,00
68	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 12, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
69	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 15, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
70	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 23, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
71	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 24, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	30,34	303,40
75	LUGOL 5% - FRASCO DE 01 LITRO	VIC P	Frasco	10	143,80	1.438,00
77	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 7,0	INOVEN	Par	5.000	1,15	5.750,00
81	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAM M - CX C/ 100 UN	INOVEN	Caixa	1.500	15,75	23.625,00
82	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAM P - CX C/ 100 UN	INOVEN	Caixa	1.000	16,00	16.000,00
84	MASCARA DE OXIGENIO ADULTO VENTURI COM TUBO CORRUGADO E 6 DILUIDORES	INOVEN	Unidade	50	21,01	1.050,50
85	MASCARA DE OXIGENIO ALTA CONCENTRACAO NAO REINALANTE COM RESERVATORIO	INOVEN	Unidade	50	17,16	858,00
86	MASCARA DE OXIGENIO INFANTIL VENTURI COM TUBO CORRUGADO E 6 DILUIDORES	INOVEN	Unidade	60	20,10	1.206,00
87	MASCARA PFF2 N95	INOVEN	Unidade	300	1,62	486,00
92	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 500MM X 100M	ZERMA	Rolo	50	230,89	11.544,50
94	POMADA SAF-GEL CURATIVO HIDRATANTE COM ALGINATO DE CALCIO E SODIO 85G	EURO	Bisnaga	300	67,58	20.274,00
95	RINGER COM LACTATO DE SODIO, SIST. FECHADO, FRASCO 500ML	EQUIPLEX	Frasco	2.000	6,35	12.700,00
98	SCALP CALIBRE 21G	SOLIDOR	Unidade	6.000	0,18	1.080,00
99	SCALP CALIBRE 23G	SOLIDOR	Unidade	10.000	0,18	1.800,00
100	SCALP CALIBRE 25G	SOLIDOR	Unidade	2.000	0,18	360,00
105	SERINGA 20ML COM AGULHA 25X7	SR CO	Unidade	30.000	0,50	15.000,00
108	SONDA DE ALIMENTACAO ENTERAL N 12	SOLIDOR	Unidade	30	17,83	534,90
111	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N 18, 2 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	2,70	135,00

113	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N° 20, 3 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	3,30	165,00
114	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N° 22, 3 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	3,64	182,00
115	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-12. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,11	111,10
116	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-14. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	10,99	109,90
117	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-16. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,53	115,30
118	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-12. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,23	112,30
120	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-16. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,30	113,00
121	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-18. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,80	118,00
122	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 10	SOLIDOR	Unidade	5.000	0,75	3.750,00
124	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 14	SOLIDOR	Unidade	100	0,89	89,00
125	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 16	SOLIDOR	Unidade	100	0,92	92,00
128	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 8	SOLIDOR	Unidade	500	0,90	450,00
129	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	SOLIDOR	Unidade	50	10,85	542,50
130	TIRA PARA TESTE DE GLICEMIA. CX C/ 50 UN (ON CALL PLUS)	ON CALL	Tubo	2.000	17,89	35.780,00
132	TUBO DE OXIGENIO SILICONIZADO DE 2 METROS	LABOR	Metros	100	15,81	1.581,00
					TOTAL:	**290.497,55**

HOSP MEDICAL
CNPJ: 33.160.739/0001-10

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
10	ALCOOL EM GEL 70% 500G	JALLES MACHADO	Unidade	40	7,42	296,80
30	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 250ML	EQUIPLEX	Frasco	10.000	3,54	35.400,00
33	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13 LITROS	DESCARBOX	Unidade	600	5,74	3.444,00
46	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, GRANDE	CRAL	Unidade	500	1,27	635,00
65	GLICOSE 5% SOLUCAO INJETAVEL SIST.FECHADO FRASCO 250ML	EQUIPLEX	Frasco	500	4,42	2.210,00
73	LANCETAS SIMPLES 28G. CX C/ 100 UN	MEDLEVESOHN	Caixa	400	4,01	1.604,00
89	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 100MM X 100M	CIEX	Rolo	60	37,19	2.231,40
90	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 200MM X 100M	CIEX	Rolo	60	73,67	4.420,20
91	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 400MM X 100M	CIEX	Rolo	60	147,78	8.866,80
93	PAPEL LENCOL PARA MACA. ROLOS DE 70CM X 50M	LUDAN	Rolo	30	15,16	454,80
96	RINGER SIMPLES, SIST. FECHADO, FRASCO 500ML	FARMACE	Frasco	2.000	6,54	13.080,00
97	SCALP CALIBRE 19G	MEDIX	Unidade	2.000	0,17	340,00
101	SCALP CALIBRE 27G	MEDIX	Unidade	900	0,25	225,00
102	SERINGA DE 03 ML COM AGULHA 25X7	SR	Unidade	25.000	0,25	6.250,00
103	SERINGA DE 05 ML COM AGULHA 25X7	SR	Unidade	40.000	0,28	11.200,00
104	SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA 13X4,5 PARA INSULINA	SR	Unidade	10.000	0,23	2.300,00
106	SERINGA 10ML COM AGULHA 25X0,7MM	SR	Unidade	40.000	0,39	15.600,00
					TOTAL:	**108.558,00**

PHOSPODONT LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
43	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLASTICO, MICROCERDAS EM NYLON	CRAL PLAST	Unidade	1.000	0,44	440,00
					TOTAL:	**440,00**

José da Penha/RN, 06 de outubro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:0AA9A920

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE CONTRATO 05100001/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 29090001/2026

TERMO DE CONTRATO 05100001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 29090001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 4.132/2026

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DO JOSÉ DA PENHA/RN, E EMANOEL VIANA ROCHA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA, com sede no(a) R PREF FRANCISCO FONTES, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 08.357.642/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) Jairo de Souza Mafaldo, doravante denominada CONTRATANTE, e ***ROCHA CONSTRUCOES E JARDINAGENS LTDA****, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o* ***19.504.872/0001-15****, sediado(a) no(a) R ANTONIO JANUARIO, 1777 – São Benedito – CEP – 59.900-000 – Pau dos Ferros/RN, doravante designada CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) EMANOEL VIANA ROCHA, inscrito no CPF nº 059.375.484-00, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo 4.132/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação 29090001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
1.1.O objeto do presente instrumento é a de Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e execução de serviços de paisagismo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	GRAMA NATURAL - Fornecimento e instalação de grama natural, em placas ou tapetes, em boas condições de desenvolvimento, incluindo preparo básico da superfície e assentamento.	M²	1.000	R$ 24,00	R$ 24.000,00
2	PALMEIRA- rabo de raposa.	Unidade	20	R$ 700,00	R$ 14.000,00
3	MINE LACRE- Ixoria.	Unidade	500	R$ 12,00	R$ 6.000,00
4	ADUBO – Saco com 40 Kg – Fornecimento de adubo para utilização no preparo e enriquecimento do solo destinado ao plantio das espécies vegetais, acondicionado em sacos.	Unidade	50	R$ 60,00	R$ 3.000,00
5	ADUBO NPK – Saco com 40 Kg – Fornecimento de adubo para utilização no preparo e enriquecimento do solo destinado ao plantio das espécies vegetais, acondicionado em sacos.	Unidade	20	R$ 200,00	R$ 4.000,00
Total Geral					**R$ 51.000,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
Instrumento de Contratação direta;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura das partes, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O valor Total da contratação é de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais);
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Munícipio, exercício:

Unidade Gestora	Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	334 - 2 . 7101 . 15 . 452 . 9 . 2.75 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Ação: 2.75 - Urbanização e Paisagismo de Praças	R$ 51.000,00

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO
O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente.
O pagamento da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, fica condicionado ao cumprimento dos critérios da Ordem cronológica, conforme determina a resolução n° 011/2024 – TCE, DE 16 DE MAIO DE 2024
No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme art. 143 da Lei n° 14.133, de 2021.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, desde que não seja referente a parte incontroversa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
A antecipação do pagamento somente poderá ocorrer se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, devendo estar expressamente previsto no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta
Será exigido a prestação de garantia como condição para o pagamento antecipado de 5% do valor contratado
Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.
CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado..
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ***IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo****, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*
Caso a administração decida pelo não reajustamento de oficio, fica o reajuste condicionado a apresentação de requerimento pelo(a) ***CONTRATADO(A)****.*
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento, conforme estabelece o inc. I, do art. 136, da Lei 14.133/2021

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

*A gestão do Serviço a ser executado pela **CONTRATADA**, caberá à Prefeitura Municipal de José da Penha/RN, mediante indicação do(a) Gestor(a) e do Fiscal, a quem competirá fiscalizar se a empresa está executando corretamente o objeto contratado, obedecendo a este Termo de Contrato.*

O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

*A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA***

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, para que, no prazo estabelecido no Termo de Referência, seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As disposições referentes as sanções administrativas estão estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
***12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).*
12.8. O CONTRATANTE poderá ainda:
***12.8.1**. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e*
***12.8.1.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.*
***12.9.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).*
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme PARECER n. 00061/2024/DECOR/CGU/AGU.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
*Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527.*
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Luis Gomes/RN, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de quaisquer outros para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais pertinentes, na presença das testemunhas adiante assinadas.

José da Penha/RN, 05 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal De Jose Da Penha
CNPJ/MF Nº 08.357.642/0001-54
JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Responsável Legal Da Contratante

Contratado
Rocha Construcoes E Jardinagens LTDA
CNPJ/MF 19.504.872/0001-15
EMANOEL VIANA ROCHA
CPF 059.375.484-00
Responsável Legal Do Contratado

TESTEMUNHAS:

1-
CPF:

2-
CPF:

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:F8E72AE4

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº005/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.115/2026

O Excelentíssimo Senhor JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito Municipal de José da Penha/RN, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026, tipo REGISTRO DE PREÇO, realizado para a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos itens descritos no Termo de Referência, RESOLVE:

HOMOLOGAR o objeto do Pregão Eletrônico nº 005/2026, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Art. 28, inciso I, e Art. 72, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme classificação final do certame:

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

HOSP MEDICAL - COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA (33.160.739/0001-10)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML. AMPOLA COM 2 ML	Ampola	HIPOLABOR	500	3,76	1.880,00
3	ACIDO TRANEXAMICO, 50 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL. AMPOLA COM 5 ML	Ampola	BLAU	200	4,23	846,00
8	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1ML	Ampola	FARMACE	500	0,89	445,00
9	AZITROMICINA MONOIDRATADA 500 MG PO LIOFILIZADO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Frasco/Ampola	CRISTALIA	500	14,13	7.065,00
15	CEFALOTINA SODICA, 1G. (FRASCO-AMPOLA)	Ampola	BLAU	300	4,66	1.398,00
16	CEFAZOLINA SODICA 1 G PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Frasco	BLAU	500	4,79	2.395,00
21	CIPROFLOXACINO 200mg/100ml	Ampola	ISOFARMA	150	6,94	1.041,00
23	CLINDAMICINA 150MG/ML, AMPOLA DE 4ML.	Ampola	HIPOLABOR	600	3,03	1.818,00
24	CLORETO DE POTASSIO 19,1% SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA DE 10 ML	Ampola	FARMACE	500	0,57	285,00
41	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML.	Ampola	HYPOFARMA	150	1,16	174,00
46	FENITOINA SODICA 50MG/ML. AMPOLA DE 5 ML	Ampola	TEUTO	200	2,66	532,00
48	FITOMENADIONA 10MG/ML. AMPOLA DE 1ML (HYVIT K)	Ampola	HIPOLABOR	500	2,14	1.070,00
55	HIDROCORTISONA SAL ACETATO, 100MG PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	BLAU	700	2,97	2.079,00
56	HIDROCORTISONA SAL ACETATO, 500MG PO P/ SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	BLAU	1.000	4,92	4.920,00
64	OMEPRAZOL SODICO PO LIOFILO INJETAVEL 40MG + SOLUCAO DILUENTE	Ampola	BLAU	500	7,83	3.915,00
68	SOLUCAO GLICOSE 50% INJETAVEL, AMPOLA DE 10ML.	Ampola	EQUIPLEX	600	0,48	288,00
73	VANCOMICINA CLORIDRATO 500 MG INJETAVEL	Ampola	BLAU	400	5,46	2.184,00
Total (R$):						**32.335,00**

DL MEDICAMENTOS LTDA (48.058.173/0001-97)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
7	AMIODARONA 50MG/ML, AMPOLA COM 3 ML.	Ampola	HIPOL	100	3,29	329,00
10	BENZILPENICILINA BENZATINA PO P/ SUSPENSAO INJETAVEL 1.200.000 UI	Ampola	TEUTO	700	5,11	3.577,00
12	BICARBONATO DE SODIO 8,4% SOLUCAO INJETAVEL Ampola 10 ML	Ampola	FRESE	20	0,98	19,60
18	CEFTRIAXONA SODICA 1G INTRA.VENOSA/INTRA.MUSCULAR	Ampola	BLAUS	2.000	3,89	7.780,00
30	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4MG/2ML. AMPOLA COM 2ML	Ampola	HYPOR	3.000	1,08	3.240,00
37	DICLOFENACO SODICO 25 MG/ML, AMPOLA COM 3ML IM	Ampola	FARMACE	1.000	0,82	820,00
38	DIPIRONA SODICA 500MG/ML INJETAVEL. AMPOLA COM 2ML.	Ampola	SANTISA	6.000	0,51	3.060,00
45	ETOMIDATO 2 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL Ampola 10 ML	Ampola	DESCA	30	13,89	416,70
63	NITROPRUSSETO DE SODIO PO LIOFILO INJETAVEL 50MG + DILUENTE	Ampola	HYPOR	100	19,99	1.999,00
74	VITAMINAS DO COMPLEXO B INJETAVEL, AMPOLA 2ML.	Ampola	SANTISA	2.500	0,88	2.200,00
Total (R$):						**23.441,30**

PHOSPODONT LTDA (04.451.626/0001-75)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
4	ADENOSINA INJETAVEL 3MG/ML	Ampola	HIPOLABOR	100	11,13	1.113,00
5	Agua para injecao - 10ml	Ampola	FARMACE	5.000	0,22	1.100,00
13	BROMETO DE ROCURONIO SOLUCAO INJETAVEL 10MG/ML, AMPOLA COM 5 ML	Frasco/Ampola	VOLPHARMA	100	14,84	1.484,00
17	CEFEPIMA CLORIDRATO 1 G PO LIOFILO P/ INJETAVEL	Unidade	TEUTO	500	10,51	5.255,00
22	CITRATO DE FENTANILA DE 50MCG/ML SEM CONSERVANTE (IV), AMPOLA DE 5ML.	Ampola	TEUTO	100	2,49	249,00
26	CLORIDRATO DE CLONIDINA SOLUCAO INJETAVEL 150MCG/ML	Ampola	CRISTALIA	100	8,66	866,00
27	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 250MG/20ML SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	TEUTO	100	5,94	594,00
29	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML (IV), AMPOLA DE 1 ML	Ampola	CRISTALIA	100	6,95	695,00
32	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG/ML, AMPOLA DE 1ML	Ampola	UNIAO QUIMICA	360	6,80	2.448,00
36	DICLOFENACO POTASSICO 75 MG. AMPOLA DE 3ML	Ampola	TEUTO	1.000	1,78	1.780,00
52	GLICONATO DE CALCIO 100MG/ML SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	ISOFARMA	100	1,86	186,00
54	HEMITARTARARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 04 ML	Ampola	HIPOLABOR	50	1,36	68,00
58	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, BOLSA COM 100 ML	Ampola	ISOFARMA	150	7,42	1.113,00
60	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA DE 02 ML	Ampola	SANTISA S A	350	0,65	227,50
61	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETAVEL, AMPOLA 05 ML	Ampola	HIPOLABOR	300	2,59	777,00
65	OXACILINA SODICA 500 MG.	Ampola	BLAU FARMACEUTICA	100	4,45	445,00
69	SOLUCAO METRONIDAZOL BOLSA 5MG/ML 0,5%, 100ML.	Unidade	ISOFARMA	200	3,96	792,00
72	TRAMADOL 50MG/ML INJETAVEL - AMPOLA DE 1ML	Ampola	HIPOLABOR	2.000	1,09	2.180,00
Total (R$):						**21.372,50**

B. GOMES BEZERRA LTDA (03.647.696/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
11	BENZILPENICILINA PO P/ SUSPENSAO INJETAVEL 6000.000UI	Ampola	TEUTO	500	7,00	3.500,00

20	CIMETIDINA 150MG/ML, AMPOLA COM 2ML. SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	HYPOFARMA	600	0,99	594,00
28	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	Ampola	HIPOLABOR	30	4,00	120,00
40	ENOXAPARINA SODICA 80MG/0,8ML SUBCUTANEA.	Ampola	MYLAN	30	25,91	777,30
59	Meropenem 500mg	Ampola	BLAU	400	11,50	4.600,00
71	TENOXICAM 40MG, AMPOLA DE 2ML.	Ampola	U. QUÍMICA	2.000	9,95	19.900,00
Total (R$):						**29.491,30**

DENTAL DISTMED LTDA (50.894.798/0001-30)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
14	BROMOPRIDA 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML.	Ampola	HIPOLABOR	700	1,35	945,00
19	Cetoprofeno IV	Ampola	TEUTO	400	3,70	1.480,00
25	CLORIDATO DE LIDOCAINA 2% INJETAVEL (SEM VASOCONSTRITOR)	Ampola	HIPOLABOR	600	4,32	2.592,00
31	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2 MG/ML INJETAVEL, AMPOLA DE 02 ML	Ampola	HIPOLABOR	1.000	1,05	1.050,00
33	DEXAMETASONA 2MG/ML. AMPOLA COM 1ML	Ampola	FARMACE	2.000	0,74	1.480,00
34	DEXAMETASONA 4MG/ML. AMPOLA COM 2,5ML	Ampola	HIPOLABOR	6.000	0,81	4.860,00
42	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 4MG/ML + DIPIRONA MONOIDRATADA 500MG/ML. AMPOLA COM 5 ML	Ampola	TEUTO	3.000	1,45	4.350,00
43	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL - AMPOLA 1 ML	Ampola	TEUTO	1.000	1,04	1.040,00
57	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI RHO(D) 300 MCG SOLUCAO INJETAVEL	Ampola	GRIFOLS	5	450,00	2.250,00
67	RANITIDINA 50MG/ML. AMPOLA COM 2ML	Ampola	HIPOLABOR	300	2,10	630,00
70	TENOXICAM 20MG/ML, AMPOLA DE 2ML	Ampola	TEUTO	1.000	6,50	6.500,00
Total (R$):						**27.177,00**

José da Penha/RN, 06 de outubro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:5478E228

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.354/2026

Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, HOMOLOGAR O Pregão Eletrônico nº 006/2026, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 28, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO
DENTAL DISTMED LTDA
CNPJ: 50.894.798/0001-30

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	APARELHO DE GLICOSIMETRO (ON CALL PLUS).	ONCALLPLUS	Unidade	25	30,53	763,25
2	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA DESCARTAVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	Pacote	30	3,66	109,80
5	AGULHA DESCARTAVEL 0,23X4MM CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	30	7,94	238,20
6	AGULHA DESCARTAVEL 13 X 0,45MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	30	5,17	155,10
7	AGULHA DESCARTAVEL 20X0,55MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	Caixa	30	6,20	186,00
12	ALGODAO ROLO HIDROFILO 500GR.	NEVOA	Rolo	250	8,08	2.020,00
13	ALMOTOLIA 250MG COR BRANCA/TRANSPARENTE	J.PROLAB	Unidade	25	5,11	127,75
14	ALMOTOLIA 250MG COR MARROM	J.PROLAB	Unidade	25	5,26	131,50
21	CATETER INTRAVENOSO N° 14G	SOLIDOR	Unidade	300	0,65	195,00
23	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO N° 24G	SOLIDOR	Unidade	1.700	0,90	1.530,00
24	CATETER INTRAVENOSO, POLIURETANO OCRILON, 18 G	SOLIDOR	Unidade	350	1,00	350,00
25	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 22 G	SOLIDOR	Unidade	2.000	0,60	1.200,00
35	COLETOR DE URINA, SISTEMA FECHADO, ADULTO, 2000ML	MEDIX	Unidade	400	3,60	1.440,00
39	COPO UMIDIFICADOR CILINDRO OXIGENIO CONCENTRADOR FLUXOMETRO	PROTEC	Unidade	50	8,90	445,00
48	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, PEQUENO	CRAL	Unidade	600	1,10	660,00
49	ETER HOSPITALAR. FRASCO DE 1 LITRO	VICPHARMA	Unidade	20	44,59	891,80
50	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 2-0, AGULHA 3/8 CIRCULO, CX C/ 24 UN	BIOLINE	Unidade	5	33,92	169,60
53	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	34,47	344,70
54	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 1-0,	MEDIX	Caixa	10	34,00	340,00

	CX C/ 24 UN					
56	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 3-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	40	36,12	1.444,80
57	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 4-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	36,59	365,90
58	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 5-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	35,46	354,60
59	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO TIPO 6-0, CX C/ 24 UN	MEDIX	Caixa	10	37,36	373,60
64	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSONOGRAFIA. GALAO COM 5 KG	MULTIGEL	Unidade	20	19,90	398,00
66	GLICOSE 5% SOLUCAO INJETAVEL SIST.FECHADO FRASCO 500ML	FARMACE	Frasco	1.000	6,40	6.400,00
72	LAMINA MICROSCOPIO, VIDRO, FOSCA, 76MM X 26MM. CX C/ 100 UN	CRAL	Caixa	20	7,59	151,80
76	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 6.5	MEDIX	Par	2.000	1,20	2.400,00
78	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 7,5	MEDIX	Par	4.000	1,20	4.800,00
79	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 8,0	MEDIX	Par	3.000	1,20	3.600,00
112	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N 20, 2 VIAS	MEDIX	Unidade	50	2,68	134,00
119	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-14. PCT C/ 10 UN	MARKMED	Pacote	10	11,70	117,00
123	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 12	MARKMED	Unidade	1.000	0,76	760,00
126	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 4	MARKMED	Unidade	100	0,83	83,00
127	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 6	MARKMED	Unidade	100	0,84	84,00
133	TUBO LATEX N° 201. PCT C/ 15 METROS	TAYLOR	Pacote	10	47,90	479,00
					TOTAL:	**33.243,40**

DL MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.058.173/0001-97

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
8	AGULHA DESCARTAVEL 25X0,8MM. CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	50	11,17	558,50
9	AGULHA DESCARTAVEL 40X1,2MM. CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	60	7,99	479,40
15	ANTISSEPTICO TOPICO PVPI LITRO (1L)	VIC P	Litro	25	54,70	1.367,50
22	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO N° 20G	DESCA	Unidade	1.000	0,75	750,00
26	CATETER INTRAVENOSO, VIALON OU POLIURETANO, 16 G	DESCA	Unidade	350	0,75	262,50
28	CLORETO DE POTASSIO 20%. AMPOLA COM 10ML	EQUIPLEX	Ampola	100	0,75	75,00
29	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 100ML	EQUIPLEX	Frasco	12.000	2,95	35.400,00
31	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 500ML	EQUIPLEX	Frasco	15.000	4,00	60.000,00
32	CLOREXIDINA AQUOSA 0,2%, 1 LITRO	EQUIPLEX	Litro	55	27,14	1.492,70
34	COLETOR DE URINA UNISSEX INFANTIL, PCT C/ 10 UN	DESCA	Pacote	900	5,89	5.301,00
36	COLETOR DE URINA, SISTEMA ABERTO, ADULTO	SOLIDOR	Unidade	500	0,54	270,00
37	COLETOR UNIVERSAL DE URINA (COPINHO)	SOLIDOR	Unidade	5.000	0,50	2.500,00
40	DETERGENTE ENZIMATICO (01 LITRO)	SOLIDOR	Unidade	50	21,06	1.053,00
42	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP DESCARTAVEL	SOLIDOR	Unidade	1.000	0,96	960,00
44	ESPARADRAPO, 10CM X 4,5M, IMPERMEAVEL	CREMER	Unidade	2.000	8,88	17.760,00
45	ESPATULA DE AYRES, MADEIRA, 18CM. PCT C/ 100 UN	THEOT	Pacote	20	14,00	280,00
47	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, MEDIO	VAGIS	Unidade	1.000	1,14	1.140,00
51	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 3-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	64,01	320,05
52	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO 4-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	62,60	313,00
55	FIO DE SUTURA NYLON MONOFILAMENTO 2-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	10	37,76	377,60
60	FIO SUTURA CATGUT SIMPLES 3-0, CX C/ 24 UN	SOLIDOR	Caixa	5	68,04	340,20
61	FIXADOR CITOLOGICO 100ML	VAGIS	Unidade	50	8,99	449,50
62	FORMOL TAMPONADO A 10%, 1 LITRO	VIC P	Frasco	10	30,65	306,50
67	HIPOCLORITO DE SODIO 1%	EQUIPLEX	Litro	100	5,35	535,00
68	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 12, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
69	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 15, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
70	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 23, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	24,99	249,90
71	LAMINA BISTURI, ACO CARBONO, N° 24, CX C/ 100 UN	SOLIDOR	Caixa	10	30,34	303,40
75	LUGOL 5% - FRASCO DE 01 LITRO	VIC P	Frasco	10	143,80	1.438,00
77	LUVAS CIRURGICAS ESTERIL N° 7,0	INOVEN	Par	5.000	1,15	5.750,00
81	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAM M - CX C/ 100 UN	INOVEN	Caixa	1.500	15,75	23.625,00
82	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO TAM P - CX C/ 100 UN	INOVEN	Caixa	1.000	16,00	16.000,00
84	MASCARA DE OXIGENIO ADULTO VENTURI COM TUBO CORRUGADO E 6 DILUIDORES	INOVEN	Unidade	50	21,01	1.050,50
85	MASCARA DE OXIGENIO ALTA CONCENTRACAO NAO REINALANTE COM RESERVATORIO	INOVEN	Unidade	50	17,16	858,00
86	MASCARA DE OXIGENIO INFANTIL VENTURI COM TUBO CORRUGADO E 6 DILUIDORES	INOVEN	Unidade	60	20,10	1.206,00
87	MASCARA PFF2 N95	INOVEN	Unidade	300	1,62	486,00
92	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 500MM X 100M	ZERMA	Rolo	50	230,89	11.544,50
94	POMADA SAF-GEL CURATIVO HIDRATANTE COM ALGINATO DE CALCIO E SODIO 85G	EURO	Bisnaga	300	67,58	20.274,00
95	RINGER COM LACTATO DE SODIO, SIST. FECHADO, FRASCO 500ML	EQUIPLEX	Frasco	2.000	6,35	12.700,00
98	SCALP CALIBRE 21G	SOLIDOR	Unidade	6.000	0,18	1.080,00
99	SCALP CALIBRE 23G	SOLIDOR	Unidade	10.000	0,18	1.800,00
100	SCALP CALIBRE 25G	SOLIDOR	Unidade	2.000	0,18	360,00
105	SERINGA 20ML COM AGULHA 25X7	SR CO	Unidade	30.000	0,50	15.000,00
108	SONDA DE ALIMENTACAO ENTERAL N 12	SOLIDOR	Unidade	30	17,83	534,90
111	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N 18, 2 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	2,70	135,00

113	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N° 20, 3 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	3,30	165,00
114	SONDA LATEX SILICONIZADO, FOLEY N° 22, 3 VIAS	SOLIDOR	Unidade	50	3,64	182,00
115	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-12. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,11	111,10
116	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-14. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	10,99	109,90
117	SONDA NASOGASTRICA CURTA N-16. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,53	115,30
118	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-12. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,23	112,30
120	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-16. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,30	113,00
121	SONDA NASOGASTRICA LONGA N-18. PCT C/ 10 UN	SOLIDOR	Pacote	10	11,80	118,00
122	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 10	SOLIDOR	Unidade	5.000	0,75	3.750,00
124	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 14	SOLIDOR	Unidade	100	0,89	89,00
125	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 16	SOLIDOR	Unidade	100	0,92	92,00
128	SONDA URETRAL, NELATON ATOXICO, N° 8	SOLIDOR	Unidade	500	0,90	450,00
129	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	SOLIDOR	Unidade	50	10,85	542,50
130	TIRA PARA TESTE DE GLICEMIA. CX C/ 50 UN (ON CALL PLUS)	ON CALL	Tubo	2.000	17,89	35.780,00
132	TUBO DE OXIGENIO SILICONIZADO DE 2 METROS	LABOR	Metros	100	15,81	1.581,00
					TOTAL:	**290.497,55**

HOSP MEDICAL
CNPJ: 33.160.739/0001-10

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
10	ALCOOL EM GEL 70% 500G	JALLES MACHADO	Unidade	40	7,42	296,80
30	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO INJETAVEL 250ML	EQUIPLEX	Frasco	10.000	3,54	35.400,00
33	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13 LITROS	DESCARBOX	Unidade	600	5,74	3.444,00
46	ESPECULO POLIESTIRENO VAGINAL, GRANDE	CRAL	Unidade	500	1,27	635,00
65	GLICOSE 5% SOLUCAO INJETAVEL SIST.FECHADO FRASCO 250ML	EQUIPLEX	Frasco	500	4,42	2.210,00
73	LANCETAS SIMPLES 28G. CX C/ 100 UN	MEDLEVESOHN	Caixa	400	4,01	1.604,00
89	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 100MM X 100M	CIEX	Rolo	60	37,19	2.231,40
90	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 200MM X 100M	CIEX	Rolo	60	73,67	4.420,20
91	PAPEL GRAU CIRURGICO BOBINA 400MM X 100M	CIEX	Rolo	60	147,78	8.866,80
93	PAPEL LENCOL PARA MACA. ROLOS DE 70CM X 50M	LUDAN	Rolo	30	15,16	454,80
96	RINGER SIMPLES, SIST. FECHADO, FRASCO 500ML	FARMACE	Frasco	2.000	6,54	13.080,00
97	SCALP CALIBRE 19G	MEDIX	Unidade	2.000	0,17	340,00
101	SCALP CALIBRE 27G	MEDIX	Unidade	900	0,25	225,00
102	SERINGA DE 03 ML COM AGULHA 25X7	SR	Unidade	25.000	0,25	6.250,00
103	SERINGA DE 05 ML COM AGULHA 25X7	SR	Unidade	40.000	0,28	11.200,00
104	SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA 13X4,5 PARA INSULINA	SR	Unidade	10.000	0,23	2.300,00
106	SERINGA 10ML COM AGULHA 25X0,7MM	SR	Unidade	40.000	0,39	15.600,00
					TOTAL:	**108.558,00**

PHOSPODONT LTDA
CNPJ: 04.451.626/0001-75

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
43	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLASTICO, MICROCERDAS EM NYLON	CRAL PLAST	Unidade	1.000	0,44	440,00
					TOTAL:	**440,00**

José da Penha/RN, 06 de outubro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:DDF8AFA2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2742026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2742026 – GP, Lagoa Nova/RN, 07 de outubro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 33.015,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 33.015,00 (trinta e três mil e quinze reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**33.015,00**
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**3.500,00**
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "ROÇA FÁCIL"				**3.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.500,00
09 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**20.200,00**
	2044 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				**4.200,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	4.200,00
	2226 MANUTENÇÃO DO CRAS E SCFV				**16.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	16.000,00
10 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**9.315,00**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**9.315,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	9.315,00
Anexo II (Redução)					**33.015,00**
09 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**20.200,00**
	2023 PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTES				**20.200,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	20.200,00
10 .001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**9.315,00**
	1040 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL GARIBALDE ALVES FILHO				**8.315,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	8.315,00
	2094 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.000,00
11 .001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**2.000,00**
	2104 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
13 .001 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE					**1.500,00**
	2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE				**1.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.500,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:71C69A49

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.275/2026-GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.275/2026-GP, Lagoa Nova/RN, 07 de outubro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 4.500,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.500,00**
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**4.500,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**1.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
	2012 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "ROÇA FÁCIL"				**3.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.500,00
Anexo II (Redução)					**4.500,00**
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**4.500,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**4.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.500,00

	3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:7D68C3F5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.276/2026-GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.276/2026-GP, Lagoa Nova/RN, 07 de outubro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 81.605,96 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 81.605,96 (oitenta e um mil, seiscentos e cinco reais e noventa e seis centavos) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**81.605,96**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**81.605,96**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**81.605,96**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	81.605,96
Anexo II (Redução)					**81.605,96**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**8.545,00**
	1040 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL GARIBALDE ALVES FILHO				**8.545,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	8.545,00
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**6.095,53**
	2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS				**6.095,53**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.095,53
99.999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA					**66.965,43**
	2999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA				**66.965,43**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15000000	0001	66.965,43

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:2A5DB9EF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2772026-GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2772026-GP, Lagoa Nova/RN, 07 de outubro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 20.200,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.200,00**
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**20.200,00**
	2023 PROGRAMA DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTES				**20.200,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	20.200,00
Anexo II (Redução)					**20.200,00**
05.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**20.200,00**
	2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**20.200,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.200,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:7492FE7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 088/2026 – SMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 088/2026 – SMFIN
Lagoa Nova/RN, 07 de outubro de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) constantes no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

ZUCLÉCIA REISY APRÍGIO DE CARVALHO
Secretária Municipal Interina de Finanças

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.200,00**
07.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**1.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**1.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**6.200,00**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**6.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	6.200,00
Anexo II (Redução)					**7.200,00**
07.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**1.000,00**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**6.200,00**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**6.200,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	6.200,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:85CF63AE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1811/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto Nº. 1811/2026 Lucrécia/ RN, 07/10/2026.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais. Reforço de dotação destinada ao pagamento de serviços de manutenção realizados por pessoa física e material de consumo, e dá outras providências em razão da insuficiência de saldo na dotação orçamentária.

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:

Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 07/10/2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	1 - Câmara Municipal de Lucrecia			
		1001 - Câmara Municipal de Lucrecia		
			2.1 - Manutenção dos Serviços da Camara Municipal	
			487 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00
Total da Ação:				**R$ 2.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 2.000,00**
	4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Lucrécia			
		7001 - SEC. M. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO FMAS		
			2.174 - Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	
			916 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 5.000,00
Total da Ação:				**R$ 5.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 5.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 7.000,00

Redução

	2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
		4401 - SEC. MUN. DE FINANÇAS E ORÇAMENTO		
			2.8 - Manutenção da Sec. Finanças	
			538 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15000000	R$ 2.000,00
Total da Ação:				**R$ 2.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 2.000,00**
	4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Lucrécia			
		7001 - SEC. M. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO FMAS		
			2.174 - Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	
			918 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 4.000,00
			919 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 15000000	R$ 1.000,00
Total da Ação:				**R$ 5.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 5.000,00**

Valor total Reduzido: R$ 7.000,00

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo da Cunha Tomaz
Código Identificador:98EA491E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de Compras, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto**: Contratação de empresa especializada para fornecimento, preparo, acondicionamento, transporte e entrega de pizzas, destinadas aos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Parelhas /RN, para realização de ação institucional em alusão ao Dia das Crianças.** O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: pmplicitacoes@gmail.com

Parelhas, 07 de outubro de 2026.

COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao Municipio de Parelhas/RN,

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
EMAIL:	
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento, preparo, acondicionamento, transporte e entrega de pizzas, destinadas aos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Parelhas /RN, para realização de ação institucional em alusão ao Dia das Crianças.	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	Fornecimento de pizza grande, preparada com massa, molho de tomate, queijo e demais ingredientes, em sabores variados, devidamente assada, acondicionada de forma higiênica e adequada para transporte e distribuição nas escolas municipais, destinada às comemorações do Dia das Crianças.	Unidade	370		
2	Fornecimento de pizza tipo brotinho- tamanho individual, preparada com massa, molho de tomate, queijo e demais ingredientes, em sabores variados, devidamente assada, acondicionada de forma higiênica e adequada para transporte e distribuição nas escolas municipais, destinada às comemorações do Dia das Crianças.	Unidade	500		

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.
*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE –EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2026.

_____
Responsável

Publicado por:
Maria Das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:2DBF632E

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 294, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 294, de 01 de Outubro de 2026.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a alínea a, do Inciso I, art. 6º da Lei Municipal 2859/2025, de 12 de Dezembro de 2025;

CONSIDERANDO o Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/1964;

CONSIDERADNO o Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO o excesso de arrecadação demonstrado no ANEXO II deste decreto, que encontram amparo no inciso II do § 1º, artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964;

CONSIDERANDO que, a suplementação, ora realizada, é necessária para a continuidade dos serviços públicos que é um dos princípios estabelecidos no Direito Administrativo para os entes públicos, universalmente aceito e abrigado na doutrina pátria;

CONSIDERANDO que, parte dos recursos financeiros em caixa é oriunda da Fonte: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP;

CONSIDERANDO os princípios da responsabilidade e da finalidade que impõe ao gestor as providências necessárias para que a sociedade não sofra pela falta de providências para as suas demandas;

CONSIDERANDO o princípio da legalidade que abriga a decisão e, em particular o Art. 43, §1º, II, da Lei Federal 4.320/64;

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente Exercício, no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender a classificação funcional, programáticas e econômicas conforme ANEXO I.
Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos, conforme Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64, demonstrado no ANEXO II – METODOLOGIA E CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de Setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**33.000,00**
08 .001 Sec. Mun. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes					**33.000,00**

	2036 Manutenção do Sistema de Iluminação Pública				**33.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	33.000,00

ANEXO II - METODOLOGIA E CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			
FONTE: 17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP			
			Em R$
2026	**PREVISÃO**	**ARRECADAÇÃO**	**EXCESSO**
jan/26	16.666,67	63.852,26	
fev/26	16.666,66	72.642,20	55.975,54
mar/26	16.666,67	78.883,32	62.216,65
abr/26	16.666,67	72.107,06	55.440,39
mai/26	16.666,66	72.932,55	56.265,89
jun/26	16.666,67	240,93	- 16.425,74
jul/26	16.666,67	141.779,55	125.112,88
ago/26	16.666,66	304,90	- 16.361,76
set/26	16.666,67	65.978,08	49.311,41
out/26	-		-
nov/26	-		-
dez/26	-		-
TOTAL	**150.000,00**	**568.720,85**	**371.535,26**
Excesso de Arrecadação			
1 - Receita Prevista Inicial			**150.000,00**
2 - Receita Arrecadada até o período			**568.720,85**
3 - Excesso Arrecadação no período (1 - 2)			**- 418.720,85**
4- Frustração de Receita no período (1 - 2)			**-**
5 - Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação			**418.530,00**
5.1 Utilizado em Março/2026 - Decreto 123/2026			134.000,00
5.2 Utilizado em Maio/2026 - Decreto 184/2026			28.900,00
5.3 Utilizado em Junho/2026 - Decreto 219/2026			80.000,00
5.4 Utilizado em Julho/2026 - Decreto 246/2026			142.630,00
5.5 Utilizado em Setembro/2026 - Decreto 294/2026			33.000,00
6- Disponibilidade para Créditos por Excesso de Arrecadação (3 - 5):			**190,85**

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:74C8FF9C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 295, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 295, de 02 de Outubro de 2026.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 1/2026 QUE TRATA SOBRE O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA DO EXERCÍCIO 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 2859/2025 de 12 de Dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade da adequação do Orçamento 2026 para cumprimento de Políticas Públicas voltadas para a população;

DECRETA:
Art. 1º - Fica INCLUSO, ao Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD do orçamento 2026, o(s) acréscimo(s) descritos no ANEXO I deste decreto.
Art. 2º - Para fazer face a inclusão descrita no artigo 1º será reduzida do Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD 2026, as fontes de recurso descrita(s) no ANEXO II deste decreto:
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**67.261,29**
05 .001 Sec. Municipal da Educação e Cultura					**67.261,29**
	2171 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Fundeb 70% - Creche				**67.261,29**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401072	0001	67.261,29
Anexo II (Redução)					**67.261,29**
05 .001 Sec. Municipal da Educação e Cultura					**67.261,29**
	2171 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Fundeb 70% - Creche				**67.261,29**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	67.261,29

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:36D705DC

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 296, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 296, de 06 de Outubro de 2026.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 1/2026 QUE TRATA SOBRE O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA DO EXERCÍCIO 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA, Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 2859/2025 de 12 de Dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade da adequação do Orçamento 2026 para cumprimento de Políticas Públicas voltadas para a população;

DECRETA:
Art. 1º - Fica INCLUSO, ao Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD do orçamento 2026, o(s) acréscimo(s) descritos no ANEXO I deste decreto.
Art. 2º - Para fazer face a inclusão descrita no artigo 1º será reduzida do Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD 2026, as fontes de recurso descrita(s) no ANEXO II deste decreto:
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**23.403,93**
07 .001 Sec. Munic.de Assist. Social, Trab. Hab. e Esporte					**23.403,93**
	2025 Manutenção das Atividades Ligadas ao Desporto e Lazer				**23.403,93**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	23.403,93
Anexo II (Redução)					**23.403,93**
07 .001 Sec. Munic.de Assist. Social, Trab. Hab. e Esporte					**23.403,93**
	2025 Manutenção das Atividades Ligadas ao Desporto e Lazer				**23.403,93**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	23.403,93

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:34284810

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 00024/2026, 03 DE AGOSTO DE 2026.

Abre no Orçamento do Município, crédito suplementar no valor de R$ 1.659.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Patu, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1.º - Fica aberto, no corrente exercício, crédito adicional suplementar no valor de **R$ 1.659.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil reais)** às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º- Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária no valor de **R$ 1.659.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil reais)** às dotações especificadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3.º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Patu /RN, 03 de agosto de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito Municipal

Anexo I

02010 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL	
04.122.2002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	9.500,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02010 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL	
04.131.2002.2005 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS GOVERNAMENTAIS	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	5.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
28.062.0001.0003 - PAGAMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS	
4690910000 - Sentencas judiciais	77.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
04.123.2002.2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3390470000 - Obrigacoes tributarias e contributivas	27.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
04.123.2002.2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	80.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
04.123.2002.2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	2.500,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.1002.2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	
3390180000 - Auxilio financeiro a estudantes	12.000,00

15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.1002.2013 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% ENSINO FUNDAMENTAL	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	251.000,00
15401070 - FUNDEB 70% - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.1002.2021 - MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE	
3390300000 - Material de uso e consumo	30.000,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3191920000 - Despesas de exercicios anteriores	9.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	20.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2033 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	40.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2034 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
3390300000 - Material de uso e consumo	100.000,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2034 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	400.000,00
16003120 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2034 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	200.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
15.122.1004.2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3390300000 - Material de uso e consumo	146.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
15.122.1004.2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	180.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02110 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.1003.2049 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	25.000,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
02120 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS	
23.695.1004.2057 - PROMOÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS E SOCIAIS	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	45.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**1.659.000,00**

Anexo II

02050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.365.1002.1002 - CONTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES E PRÉ- ESCOLAS	
4490510000 - Obras e instalacoes	175.000,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
17.512.1001.1006 - AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO	
4490510000 - Obras e instalacoes	30.000,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2068 - AÇÕES PROPOSTAS EM EMENDAS IMPOSITIVAS	
3399990000 - A classificar (I)	30.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.1009 - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
4490510000 - Obras e instalacoes	100.000,00
16010000 - ESTRUTURAÇÃO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2033 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	400.000,00
16040000 - Transferencias provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitarios de saude e dos agentes de combate as endemias	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2034 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	100.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2074 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EMENDAS PARLAMENTARES	
3390400000 - Servicos de TI e Comunicacao	50.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2075 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDAS PARLAMENTARES	
3390400000 - Servicos de TI e Comunicacao	50.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
15.451.1004.1012 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OUMELHORIA DEOBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	
4490510000 - Obras e instalacoes	495.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	

02080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
15.451.1004.1021 - EXECUÇÃO DE EMENDAS ESPECIAIS DA UNIÃO.	
4490510000 - Obras e instalacoes	201.500,00
17060000 - Transferência Especial da União	
02080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
26.782.1004.2038 - MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	
4490510000 - Obras e instalacoes	2.500,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
02110 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.1003.2070 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3390300000 - Material de uso e consumo	25.000,00
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
TOTAL	**1.659.000,00**

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:5C2021F4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 00025/2026, 03 DE AGOSTO DE 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Patu, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1.º - Remanejar o valor de **R$ 595.200,00 (quinhentos e noventa e cinco mil e duzentos reais)** visando à readequação das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2.º - Constitui fontes de recursos para cobertura do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II, deste ato.

Art. 3.º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Patu /RN, 03 de agosto de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito Municipal

Anexo I

02010 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL	
04.122.2002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL	
3390140000 - Diarias - civil	1.600,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
04.123.2002.2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	3.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3191920000 - Despesas de exercicios anteriores	8.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3390320000 - Material, bem ou servico para distribuicao gratuita	10.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	4.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2029 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – RECURSOS PRÓPRIOS	
3390390000 - Outros serviços de terceiros (pessoa juridica)	15.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2033 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	103.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2033 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	100.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2033 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3190040000 - Contratacao por tempo determinado	130.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2034 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
3390300000 - Material de uso e consumo	5.000,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2075 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDAS PARLAMENTARES	
3390300000 - Material de uso e consumo	100.000,00
16003120 - CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2075 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDAS PARLAMENTARES	

3390300000 - Material de uso e consumo	100.000,00
16003130 - Custeio SUS Federal - Transferencias decorrentes de Emendas Parlamentares de Comissão	
02080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
15.122.1004.2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3390300000 - Material de uso e consumo	10.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02120 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS	
23.695.1004.2057 - PROMOÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS E SOCIAIS	
3390920000 - Despesas de exercicios anteriores	1.600,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02120 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS	
04.122.1004.2059 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS	
3390930000 - Indenizacoes e restituicoes	4.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
TOTAL	**595.200,00**

Anexo II

02010 - SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL	
04.122.2002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL	
3390930000 - Indenizacoes e restituicoes	1.600,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
04.123.2002.2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	3.000,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3390480000 - Outros auxilios financeiros a pessoas fisicas	8.000,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	10.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3390930000 - Indenizacoes e restituicoes	4.000,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2029 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – RECURSOS PRÓPRIOS	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	5.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2029 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA – RECURSOS PRÓPRIOS	
3191920000 - Despesas de exercicios anteriores	10.000,00
15001002 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2033 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3190110000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	333.000,00
16040000 - Transferencias provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitarios de saude e dos agentes de combate as endemias	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.1001.2034 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
3390360000 - Outros servicos de terceiros - pessoa fisica	5.000,00
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
02070 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.1001.2075 - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDAS PARLAMENTARES	
3390300000 - Material de uso e consumo	200.000,00
16000000 - CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
02080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
15.122.1004.2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3390300000 - Material de uso e consumo	7.000,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	
02080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
15.122.1004.2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	3.000,00
17200000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	
02120 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS	
23.695.1004.2057 - PROMOÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS E SOCIAIS	
3350410000 - Contribuicoes	1.600,00
15000000 - Recursos não vinculados de Impostos	
02120 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS	
04.122.1004.2059 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E EVENTOS	
3390930000 - Indenizacoes e restituicoes	4.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	
TOTAL	**595.200,00**

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:B7F3D115

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DISPENSA 20260130

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º DISP 20260130.

1.DO PROCEDIMENTO, OBJETO E PREÇO

O Agente de contratação da MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no Lei 14.133/2021, Art. 75, XV, a contratação da pessoa de**SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC - AR/RN** - CNPJ: 03.640.285/0001-13 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3158, 3159, 3160, 3161, 3162, 3163; totalizando o valor de **R$ 5.468,94 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos)**, Sob o Objeto: **Contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/RN para execução de 6 turmas de cursos de qualificação profissional, totalizando 110 vagas, no âmbito do Programa Mais Educação SENAC RN, destinadas à população do Município de Rafael Godeiro/RN**, com a finalidade de A contratação decorre da necessidade de implementar ação municipal de qualificação profissional capaz de ampliar o acesso da população a conhecimentos e habilidades com aplicação prática e potencial de geração de trabalho e renda. O Município não dispõe, em sua estrutura administrativa, de corpo técnico-pedagógico, metodologia educacional, instrutores especializados e materiais didáticos próprios suficientes para executar diretamente a solução proposta. e atender a todas as exigências dos órgãos de controle e manter uma execução orçamentária, financeira e patrimonial transparente,no valor global de **R$ 5468.940.**

Vencedor: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC - AR/RN							
CNPJ: 03640285000113							
Endereço: Rua Padre João Damasceno, Nº 1935, Lagoa Nova, Natal/RN							
Representante: ANTONIO ALVES DOS SANTOS NETO							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**3158**	**CURSO BÁSICO DE ESCOVA 40 HS**	**SERV**	**SENAC**	**1,00**	**846,6200**	**846,62**
2	**3159**	**CURSO DESIGN DE SOMBRANCELHAS 40HS**	**SERV**	**SENAC**	**1,00**	**1.013,8200**	**1.013,82**
3	**3160**	**CURSO BOAS PRÁTICAS NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS**	**SERV**	**SENAC**	**1,00**	**525,7400**	**525,74**
4	**3161**	**CURSO TECNICAS PARA GARÇOM**	**SERV**	**SENAC**	**1,00**	**637,4200**	**637,42**
5	**3162**	**CURSO DE BOLOS E TORTAS**	**SERV**	**SENAC**	**1,00**	**1.196,7200**	**1.196,72**
6	**3163**	**CURSO PREPARAÇÃO DE DOCES E SALGADOS PARA LANCHONETE**	**SERV**	**SENAC**	**1,00**	**1.248,6200**	**1.248,62**
						Total	5.468,94

2. RAZÃO PARA A ESCOLHA DA CONTRATADA (Lei 14.133/2021, Art. 75, XV).

A escolha da contratada é decorrente das seguintes razões: foi a licitante que apresentou a proposta de menor preço à administração pública, além de se adequar às exigências para contratação, como também por estar regular com as obrigações fiscais.

No tocante a pessoa de **SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC - AR/RN** - CNPJ: 03.640.285/0001-13 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3158, 3159, 3160, 3161, 3162, 3163; totalizando o valor de **R$ 5.468,94 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos)**, ela apresentou a melhor proposta para a Administração nos critérios de menor preço, sendo vantajosa a partir da análise de atestados de execução de serviços com características semelhantes.

3.JUSTIFICATIVA DE PREÇO (Lei 14.133/2021, Art. 75, XV)

O preço a ser pago pelos serviços objeto deste procedimento administrativo é resultado da média de valores pagos em labores com características semelhantes contratados anteriormente por esta MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, mediante se depreendepropostas de preço anexadas, conforme previsibilidade inserta no Lei 14.133/2021, Art. 75, XV, e regulamento legislativo consubstanciado no Decreto n.º 0160/2021, de 02de dezembro de 2021.

Rafael Godeiro/RN, 05 de outubro de 2026

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:07B9C937

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 071001/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 071001/2026

Pelo presente instrumento particular de contrato, **O MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ n° **08.153.454/0001-04**, com sede à **Av. Camila de Lellis, 285, Centro, Riacho da Cruz/RN, CEP 59820-000**, neste ato representada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, o Sr. **Marcos Aurélio de Paiva Rêgo**, brasileiro(a), doravante denominada **CONTRATANTE**, em face da **contratação direta nº** 300901/2026, para REGISTRO DE PREÇO, vinculado ao processo administrativo n.°30090001/2026, **RESOLVE** registrar os Preços da empresa vencedora, que apresentou preços mais vantajosos, atendendo as condições previstas no(a) no aviso de contratação direta, sujeitando-se as partes ás normas da Lei Federal n.° 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto Aquisição de água sanitária destinada ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais tendo em vista o item fracassado no processo licitatório, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação direta e seus anexos.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Aviso de Contratação direta;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DOS VALORES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
FORNECEDOR: FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA **- CNPJ:** 24594947000136

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do Item	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. Total R$
1	37030	Água sanitária 1lt	Água sanitária 1lt	FORTE BRILHO	UND	17.500,0000	2,26	39.550,00

2.2. Não há cadastro de reserva para esta contratação.

DO ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1.apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2.demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3.prévias consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3. O órgão gerenciador ou o fornecedor beneficiário poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos ou entidades participantes

5. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES:
5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou entidades participantes;
5.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

6. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS
6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA
7.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
7.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;
7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;
7.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021;
7.5. O contrato de que trata o item 7.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços;
7.6. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
7.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
7.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado a possibilidade de o licitante ou fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
7.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original;
7.9. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;
7.10. O registro a que se refere o item 7.8. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;
7.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 7.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações;
7.11.1.quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou na contratação direta; e
7.11.2.quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 25 e 26 do decreto n.º 111, de 26 de dezembro de 2023
7.12. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante melhor classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
7.12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
7.12.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de plataforma eletrônica utilizada pelo município que inclua ferramenta para este fim, bem como por assinatura digital e de forma física.
7.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, e observado o disposto no item 7.11. e subitens, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
7.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

8. DA ALTERAÇÃO OU UTILIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:
8.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.1.2.decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
8.1.3.resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação
8.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
9.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
9.1.1. Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
9.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7.11. e subitens;
9.1.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
9.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o art. 31 do decreto municipal n.º 111, de 26 de dezembro de 2023.
9.2. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
9.2.1. Neste caso, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas;
9.2.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 25 do decreto municipal n.º 111, de 26 de dezembro de 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis
9.2.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.11. e subitens;
9.2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 26 decreto n.º 111, de 26 de dezembro de 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
9.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 9.2. e 9.2.1., o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
9.2.6. O órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 31 do decreto n.º 111, de 26 de dezembro de 2023.

10. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

10.2.O remanejamento somente poderá ser feito:
10.2.1.de órgão participante para órgão participante
10.2.2.de órgão participante para órgão ou entidade não participante
10.3. O órgão gerenciador que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também participante para efeito de remanejamento;
10.4. No caso de remanejamento de órgão participante para órgão ou entidade não participante, devem ser observados os limites previstos no art. 29 do decreto n.º 111, de 26 de dezembro de 2023.
10.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão gerenciador dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 10.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
11.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:
11.1.1.descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
11.1.2.não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
11.1.3.não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
11.1.4.sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.2. No caso do item 11.1.4., caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, e caso não seja o órgão gerenciador o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.
11.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 11.1.1., 11.1.2. e 11.1.4. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
12.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nos seguintes casos:
12.1.1. por razão de interesse público;
12.1.2.pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
12.1.3.a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

13. DAS PENALIDADES
13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, no aviso de contratação direta ou no Termo de Referência;
13.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

15. DO FORO
15.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de Portalegre/RN com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata. E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada **2 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, bem como pelas testemunhas identifcadas abaixo.

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA
24594947000136
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:EF24B02C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071002/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071002/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, homologada no dia 07/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e nº 20, de 02 de dezembro de 2020., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	50.719.967/0001-04 - FR COMERICO E SERVIÇO					
Qtd. Itens:	31 **Média Desconto(%):**	-		**Total:**		362.390,26
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
21	Biscoito doce, tipo maizena, sem lactose,	3 DE MAIO	PCT	90,00	7,24	651,60
22	Biscoito doce, tipo maria,	ESTRELA	UND	830,00	5,19	4.307,70
24	Biscoito salgado, tipo cream cracker, integral,	ESTRELA	PCT	40,00	7,80	312,00
26	Cacau em pó, 100% cacau.	HARALD	UND	270,00	54,99	14.847,30
27	Canela em pó	KISABOR	PCT	200,00	4,48	896,00
29	Carne bovina, do tipo músculo,	HEG	KG	1.800,00	33,95	61.110,00
31	Carne bovina, tipo carne de sol,	HEG	KG	526,00	41,99	22.086,74
32	Carne moída bovina, do tipo acém,	HEG	KG	2.930,00	41,49	121.565,70
35	Cenoura,	IN NATURA	KG	995,00	6,44	6.407,80
39	Coxa e sobrecoxa de frango,	LAR	KG	990,00	10,90	10.791,00
42	Farinha de trigo com fermento,	FARINA	KG	580,00	6,19	3.590,20
47	Fermento em pó químico,	APTI	UND	150,00	8,90	1.335,00
49	Flocos de milho, tipo flocão,	REI DO OURO	UND	1.900,00	1,99	3.781,00
50	Goiaba, in natura,	IN NATURA	KG	890,00	4,81	4.280,90
53	Leite de coco,	PILÃO	LT	150,00	10,89	1.633,50
56	Leite de vaca em pó integral, sem lactose,	CCGL	PCT	460,00	36,98	17.010,80
57	Leite UHT, sem lactose	NATVILLE	UND	490,00	9,69	4.748,10
58	Louro, em folha,	CASA DO TEMPERO	PCT	150,00	1,31	196,50

60	Macarrão de arroz, sem ovos e sem glúten,	URBANO	PCT	60,00	8,79	527,40
63	Macarrão tipo parafuso,	ESTRELA	PCT	1.525,00	4,98	7.594,50
65	Mandioca,	IN NATURA	KG	540,00	3,00	1.620,00
67	Manteiga da terra, de garrafa,	CAICO	UND	223,00	11,79	2.629,17
72	Óleo vegetal de soja,	VILA VELHA	UND	495,00	11,74	5.811,30
73	Orégano desidratado,	CASA DO TEMPEPO	PCT	150,00	3,29	493,50
81	Polpa de fruta, sabor acerola,	DFRUT	KG	2.100,00	6,49	13.629,00
82	Polpa de fruta, sabor cajá,	RN POLPA	KG	1.720,00	7,97	13.708,40
83	Polpa de fruta, sabor goiaba,	RN POLPA	KG	2.100,00	5,24	11.004,00
84	Polpa de fruta, sabor manga,	RN POLPA	KG	2.100,00	5,23	10.983,00
85	Queijo, tipo coalho,	CAICO	KG	390,00	34,94	13.626,60
87	Sal refinado iodado,	POTIGUAR	KG	330,00	2,20	726,00
90	Vinagre, de álcool,	SADIO	UND	195,00	2,49	485,55
	Total de Itens por Fornecedor: 31	**Total por Fornecedor:**				**362.390,26**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 07/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FR COMERICO E SERVIÇO
50719967000104
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:F1D4F382

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071003/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071003/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, homologada no dia 07/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e nº 20, de 02 de dezembro de 2020., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	24.594.947/0001-36 - FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA					
Qtd. Itens:	9 **Média Desconto(%):**	-		**Total:**	34.764,75	
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
4	Açúcar cristal,	favo de mel	KG	800,00	5,04	4.032,00
9	Arroz branco,	pop	KG	1.450,00	5,39	7.815,50
12	Arroz vermelho,	belo grão	KG	265,00	7,29	1.931,85
18	Bebida láctea,	santo expedito	UND	780,00	6,90	5.382,00
28	Canjica amarela/mungunzá,	dona clara	PCT	400,00	4,76	1.904,00
40	Extrato de tomate,	bonaré	UND	1.860,00	3,60	6.696,00
43	Farinha de trigo sem fermento,	finna	KG	580,00	6,20	3.596,00
46	Feijão preto,	belo grão	KG	560,00	5,58	3.124,80
61	Macarrão integral, tipo espaguete,	galo	PCT	36,00	7,85	282,60
	Total de Itens por Fornecedor: 9	**Total por Fornecedor:**				**34.764,75**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 07/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA
24594947000136
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:3E1D0F94

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071004/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071004/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, homologada no dia 07/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e nº 20, de 02 de dezembro de 2020., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	32.352.800/0001-68 - MARIA ILDEVANIA ROCHA 05714461401					
Qtd. Itens:	4 **Média Desconto(%):**	-		**Total:**		34.544,00
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
25	Bolo alimentício,	PROPRIA	UND	350,00	28,00	9.800,00
75	Pão, tipo cachorro quente,	PROPRIA	UND	11.400,00	1,05	11.970,00
76	Pão, tipo carteira,	PROPRIA	UND	9.950,00	0,84	8.358,00
77	Pão, tipo francês,	PROPRIA	UND	4.600,00	0,96	4.416,00
	Total de Itens por Fornecedor: 4	**Total por Fornecedor:**				**34.544,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 07/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MARIA ILDEVANIA ROCHA 05714461401
32352800000168
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:DF51D915

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071005/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071005/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, homologada no dia 07/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e nº 20, de 02 de dezembro de 2020., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	11.939.808/0001-55 - MIRAGEM ATACAREJO LTDA					
Qtd. Itens:	25	**Média Desconto(%):**	-	**Total:**		348.079,08
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
5	Adoçante dietético líquido,	MARATÁ	UND	6,00	6,63	39,78
10	Arroz parboilizado integral,	URBANO	KG	25,00	7,95	198,75
13	Aveia em flocos finos,	ITALAC	UND	190,00	6,22	1.181,80

20	Biscoito de arroz integral,	LIFE	PCT	35,00	7,59	265,65
23	Biscoito salgado, tipo cream cracker,	ESTRELA	PCT	900,00	4,48	4.032,00
30	Carne bovina, do tipo patinho,	FRIGOL	KG	3.500,00	32,29	113.015,00
33	Cebola branca,	IN NATURA	KG	980,00	7,14	6.997,20
38	Colorífico em pó,	NORDESTINO	UND	880,00	1,09	959,20
41	Farinha de mandioca,	ALTO DA SERRA	KG	780,00	4,64	3.619,20
44	Feijão carioca,	DUZE	KG	920,00	6,73	6.191,60
48	Filé de frango, sem osso,	LAR	KG	5.000,00	14,55	72.750,00
51	Goma de mandioca hidratada,	LOPES	KG	1.350,00	5,49	7.411,50
52	Laranja,	IN NATURA	KG	1.880,00	2,75	5.170,00
55	Leite de vaca em pó integral,	BOM GOSTO	PCT	6.090,00	7,19	43.787,10
59	Maçã argentina,	IN NATURA	KG	1.518,00	10,15	15.407,70
62	Macarrão tipo espaguete,	BOM SABOR	PCT	3.300,00	2,39	7.887,00
64	Mamão formosa,	IN NATURA	KG	2.690,00	2,00	5.380,00
66	Manga, tipo espada ou palmer,	IN NATURA	KG	3.260,00	5,50	17.930,00
68	Maracujá,	IN NATURA	KG	900,00	7,20	6.480,00
69	Melancia,	IN NATURA	KG	4.380,00	1,50	6.570,00
71	Milho para mungunzá,	DONA CLARA	PCT	460,00	3,74	1.720,40
74	Ovos de galinha,	FORTGEMA	Ban	970,00	14,19	13.764,30
79	Pimenta de cheiro,	IN NATURA	KG	180,00	9,99	1.798,20
86	Repolho branco,	IN NATURA	UND	110,00	5,75	632,50
89	Tomate,	IN NATURA	KG	980,00	4,99	4.890,20
	Total de Itens por Fornecedor: 25	**Total por Fornecedor:**				**348.079,08**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 07/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MIRAGEM ATACAREJO LTDA
11939808000155
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:8E70C2DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071005/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071005/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, homologada no dia 07/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e nº 20, de 02 de dezembro de 2020., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	11.939.808/0001-55 - MIRAGEM ATACAREJO LTDA					
Qtd. Itens:	25 **Média Desconto(%):**	-		**Total:**		348.079,08
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
5	Adoçante dietético líquido,	MARATÁ	UND	6,00	6,63	39,78
10	Arroz parboilizado integral,	URBANO	KG	25,00	7,95	198,75
13	Aveia em flocos finos,	ITALAC	UND	190,00	6,22	1.181,80
20	Biscoito de arroz integral,	LIFE	PCT	35,00	7,59	265,65
23	Biscoito salgado, tipo cream cracker,	ESTRELA	PCT	900,00	4,48	4.032,00
30	Carne bovina, do tipo patinho,	FRIGOL	KG	3.500,00	32,29	113.015,00
33	Cebola branca,	IN NATURA	KG	980,00	7,14	6.997,20
38	Colorífico em pó,	NORDESTINO	UND	880,00	1,09	959,20
41	Farinha de mandioca,	ALTO DA SERRA	KG	780,00	4,64	3.619,20
44	Feijão carioca,	DUZE	KG	920,00	6,73	6.191,60
48	Filé de frango, sem osso,	LAR	KG	5.000,00	14,55	72.750,00
51	Goma de mandioca hidratada,	LOPES	KG	1.350,00	5,49	7.411,50
52	Laranja,	IN NATURA	KG	1.880,00	2,75	5.170,00
55	Leite de vaca em pó integral,	BOM GOSTO	PCT	6.090,00	7,19	43.787,10
59	Maçã argentina,	IN NATURA	KG	1.518,00	10,15	15.407,70
62	Macarrão tipo espaguete,	BOM SABOR	PCT	3.300,00	2,39	7.887,00
64	Mamão formosa,	IN NATURA	KG	2.690,00	2,00	5.380,00

66	Manga, tipo espada ou palmer,	IN NATURA	KG	3.260,00	5,50	17.930,00
68	Maracujá,	IN NATURA	KG	900,00	7,20	6.480,00
69	Melancia,	IN NATURA	KG	4.380,00	1,50	6.570,00
71	Milho para mungunzá,	DONA CLARA	PCT	460,00	3,74	1.720,40
74	Ovos de galinha,	FORTGEMA	Ban	970,00	14,19	13.764,30
79	Pimenta de cheiro,	IN NATURA	KG	180,00	9,99	1.798,20
86	Repolho branco,	IN NATURA	UND	110,00	5,75	632,50
89	Tomate,	IN NATURA	KG	980,00	4,99	4.890,20
	Total de Itens por Fornecedor: 25	**Total por Fornecedor:**				**348.079,08**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 07/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MIRAGEM ATACAREJO LTDA
11939808000155
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:1F877665

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071006/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071006/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, homologada no dia 07/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e nº 20, de 02 de dezembro de 2020., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	64.563.419/0001-34 - NALDINHO COMERCIO E SERVICOS LTDA					
Qtd. Itens: 13	**Média Desconto(%):** -			**Total:** 82.731,70		
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
1	Abacaxi pérola,	IN NATURA	KG	1.980,00	13,00	25.740,00
2	Abóbora de leite ou cabotiá,	IN NATURA	KG	614,00	9,00	5.526,00
6	Alface tipo crespa,	IN NATURA	KG	95,00	6,81	646,95
7	Alho,	IN NATURA	KG	350,00	50,00	17.500,00
15	Banana, tipo pacovan ou prata,	IN NATURA	KG	3.480,00	2,90	10.092,00
16	Batata doce,	IN NATURA	KG	730,00	4,40	3.212,00
17	Batata inglesa,	IN NATURA	KG	995,00	6,00	5.970,00
19	Beterraba,	IN NATURA	KG	100,00	6,00	600,00
34	Cebolinha,	IN NATURA	KG	130,00	4,00	520,00
36	Chuchu,	IN NATURA	KG	145,00	4,55	659,75
70	Melão amarelo,	IN NATURA	KG	2.151,00	3,00	6.453,00
80	Pimentão,	IN NATURA	KG	360,00	5,45	1.962,00
88	Tangerina,	IN NATURA	KG	550,00	7,00	3.850,00
	Total de Itens por Fornecedor: 13	**Total por Fornecedor:**				**82.731,70**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 07/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

NALDINHO COMERCIO E SERVICOS LTDA
64563419000134
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:4760EB0D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071007/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071007/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 017/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2026, homologada no dia 07/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da educação básica no ano letivo de 2026, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os gêneros alimentícios serão utilizados nas etapas de ensino de Creche I e II, Pré-Escola I e II, Ensino Fundamental I e II, Educação em Tempo Integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e nº 20, de 02 de dezembro de 2020., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	70.046.685/0001-92 - SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA					
Qtd. Itens:	7 **Média Desconto(%):**	-		**Total:**		38.183,70
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Qtd.**	**Vl. Unitário**	**Vl. Total**
3	Açafrão, em pó fino,	LESN	PCT	340,00	9,60	3.264,00
8	Amido de milho,	KIMIMO	UND	300,00	11,89	3.567,00
11	Arroz parboilizado,	POP	KG	3.160,00	5,37	16.969,20
14	Azeite de Oliva extra virgem,	COCINEIRO	FRC	150,00	38,80	5.820,00
45	Feijão de corda,	BELO GRAO	KG	420,00	6,90	2.898,00
54	Leite de soja, extrato solúvel, em pó,	SOY+	UND	50,00	26,95	1.347,50
78	Páprica doce, em pó fino,	LESN	PCT	340,00	12,70	4.318,00
	Total de Itens por Fornecedor: 7	**Total por Fornecedor:**				**38.183,70**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 07/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA
70046685000192
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:5F736F2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071008/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 023/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071008/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 023/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 023/2026, homologada no dia 07/10/2026, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, visando atender às necessidades operacionais, administrativas e institucionais das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, assegurando suporte ao desenvolvimento das ações, programas, projetos e atividades de interesse da Administração Pública Municipal., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	HCR SERVICOS LTDA/37377650000160
Valor Contratado R$:	329.400,0000

Item	Nome do Produto	Descrição	Marca	Und. Med	Qtd	Vr. Unt. R$	Vr. Total R$
1	Veículo tipo caminhão leve 3/4, destinado à execução de	• Veículo novo ou seminovo em perfeito	SERVIÇO	DRA	360,0000	460,00	165.600,00

	serviços públicos municipais	estado de conservação e funcionamento mínimo de 2021;• Categoria caminhão leve 3/4;• Peso Bruto Total (PBT) mínimo de 8.150 kg;• Motor diesel com potência mínima de 160 cv;• Tração 4x2;• Cabine simples com capacidade mínima para 03 (três) ocupantes, incluindo o motorista;• Direção hidráulica ou elétrica;• Transmissão manual ou automatizada compatível com a categoria do veículo;• Sistema de freios com tecnologia exigida pela legislação vigente;• Tanque de combustível com capacidade compatível com a operação do veículo;• Equipado com todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), CONTRAN e demais normas aplicáveis;• Veículo devidamente licenciado e regularizado perante os órgãos competentes;• Equipado com tacógrafo, quando exigido pela legislação;• Ar-condicionado em perfeito funcionamento;• Pneus em boas condições de uso e segurança;• Quilometragem livre;• Seguro total contra colisão, incêndio, roubo, furto e danos a terceiros;• Manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada;• Substituição imediata do veículo em caso de pane mecânica ou indisponibilidade que comprometa a prestação dos serviços.					
2	Veículo tipo pick-up cabine dupla, diesel, tração 4x4, similar ou superior aos modelos Toyota Hilux, Chevrolet S10, Ford	Veículo tipo pick-up cabine dupla, diesel, tração 4x4, similar ou superior aos modelos Toyota Hilux, Chevrolet S10, Ford Ranger, Mitsubishi L200 ou equivalentes, devendo atender, no mínimo, às seguintes especificações:• Veículo novo ou seminovo, ano mínimo de fabricação 2024;• Carroceria tipo pick-up cabine dupla;• Capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o motorista;• Motor diesel turbo de potência mínima de 180 cv;• Motorização mínima de 2.4 litros ou superior• Tração 4x4 com opção de reduzida;• Câmbio manual ou automático com, no mínimo, 06 (seis) marchas à frente;• Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica;• Ar-condicionado original de fábrica;• Freios com sistema ABS;• Airbags frontais para motorista e passageiro, no mínimo;• Vidros elétricos;• Travas elétricas;• Sistema de som ou multimídia;• Capacidade mínima de carga de 1.000 kg;• Protetor de caçamba;• Santo Antônio ou equipamento equivalente, quando original do modelo;• Combustível diesel;• Capacidade do tanque compatível com a categoria do veículo;• Todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), CONTRAN e demais normas vigentes;• Veículo devidamente licenciado e regularizado perante os órgãos competentes;• Pneus em perfeitas condições de uso;• Quilometragem livre;• Seguro total contra roubo, furto, colisão, incêndio e danos a terceiros;• Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada;• Substituição do veículo em caso de pane ou indisponibilidade superior a 24 (vinte e quatro) horas.	SERVIÇO	DRA	360,0000	455,00	163.800,00

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 07/10/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 07/10/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

HCR SERVICOS LTDA
37377650000160
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:04EF12DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
CREDITO SUPLEMENTAR 1.156-2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 1156/2026

Abre crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 790.263,00, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Santana Do Matos, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 1085/2025, de 29 dezembro de 2025 - LOA 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 790.263,00 (setecentos e noventa mil duzentos e sessenta e três reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes Dotações Orçamentarias :

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - GABINETE DO PREFEITO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 9	02.002.04.122.0003.2003.3.3.90.36.1.500.0000	24.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**24.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SEC. MUN. PLANEJAMENTO, ADMINISTRACAO E FINANCAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 31	02.003.04.122.0003.2008.3.3.50.41.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Contribuições	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**10.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 004 - SEC. AGRICULTURA ABASTECIMENTO E REC. HIDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 56	02.004.20.122.0097.2011.3.3.90.30.1.500.0000	206.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 60	02.004.20.122.0097.2011.3.3.90.39.1.500.0000	128.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 618	02.004.20.606.0097.2418.3.3.50.41.1.500.0000	78.363,00
	Natureza de despesa - Contribuições	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**412.363,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 107	02.005.12.361.0094.2023.3.3.90.30.1.500.1001	6.500,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 108	02.005.12.361.0094.2023.3.3.90.39.1.500.1001	39.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 109	02.005.12.361.0094.2054.3.3.90.32.1.500.1001	20.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 119	02.005.12.361.0094.2399.3.3.90.30.1.500.1001	4.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 121	02.005.12.361.0094.2399.3.3.90.39.1.500.1001	3.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 126	02.005.12.365.0094.2026.3.3.90.32.1.500.1001	25.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 179	02.005.12.847.0096.2404.3.3.90.39.1.500.1001	9.600,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 200	02.005.13.392.0050.2430.3.3.90.39.1.500.0000	15.300,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**122.400,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 006 - SEC MUN DE OBRAS, SERVICOS URBANOS E MEIO AMBIENTE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 241	02.006.04.122.0092.2028.3.3.90.30.1.500.0000	58.100,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 243	02.006.04.122.0092.2028.3.3.90.39.1.500.0000	77.100,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 255	02.006.15.451.0088.2371.3.3.90.30.1.500.0000	16.800,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 271	02.006.15.452.0085.2365.3.3.90.30.1.500.0000	53.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**205.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 381	02.010.04.122.0093.2385.3.3.90.39.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**10.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Anulação parcial ou total de dotação		

Cód. red.: 399	03.001.10.122.0089.2250.3.3.90.30.1.500.1002	1.500,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	Sub-Total:	**1.500,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 523	04.001.08.244.0020.2079.4.4.90.52.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**5.000,00**
	Total Parcial Suplementado:	**790.263,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação, conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - GABINETE DO PREFEITO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 10	02.002.04.122.0003.2003.3.3.90.39.1.500.0000	31.800,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 18	02.002.04.122.0003.2061.3.3.90.39.1.500.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 21	02.002.04.122.0003.2299.3.3.90.30.1.500.0000	4.600,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 22	02.002.04.122.0003.2299.3.3.90.36.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 23	02.002.04.122.0003.2299.3.3.90.39.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**66.400,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SEC. MUN. PLANEJAMENTO, ADMINISTRACAO E FINANCAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 35	02.003.04.122.0003.2008.3.3.90.33.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 37	02.003.04.122.0003.2008.3.3.90.36.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 38	02.003.04.122.0003.2008.3.3.90.39.1.500.0000	76.300,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**91.300,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 004 - SEC. AGRICULTURA ABASTECIMENTO E REC. HIDRICOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 52	02.004.20.122.0097.1165.4.4.90.52.1.500.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 54	02.004.20.122.0097.2011.3.1.90.13.1.500.0000	42.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 58	02.004.20.122.0097.2011.3.3.90.33.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 64	02.004.20.605.0097.1161.4.4.90.51.1.500.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 66	02.004.20.605.0097.2412.3.3.90.30.1.500.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 67	02.004.20.605.0097.2412.3.3.90.39.1.500.0000	23.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 69	02.004.20.605.0097.2413.3.3.90.39.1.500.0000	23.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 86	02.004.20.609.0097.1162.3.3.90.39.1.500.0000	13.100,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**166.100,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 201	02.005.13.392.0050.2431.3.3.90.30.1.500.0000	85.800,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 217	02.005.27.812.0023.1173.4.4.90.51.1.500.0000	80.300,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 218	02.005.27.812.0023.2419.3.3.90.30.1.500.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	

	Sub-Total:	**171.100,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 006 - SEC MUN DE OBRAS, SERVICOS URBANOS E MEIO AMBIENTE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 250	02.006.15.451.0086.2368.3.3.90.30.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 251	02.006.15.451.0086.2368.3.3.90.39.1.500.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 252	02.006.15.451.0086.2369.3.3.90.30.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 254	02.006.15.451.0088.2370.4.4.90.51.1.500.0000	32.363,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**102.363,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 385	02.010.26.782.0093.1154.4.4.90.52.1.500.0000	97.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 386	02.010.26.782.0093.1155.4.4.90.51.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 389	02.010.26.782.0093.2387.3.3.90.39.1.500.0000	86.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**193.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**790.263,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santana Do Matos - RN, 3 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
CPF: ***.079.094-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:B5A1706A

GABINETE DO PREFEITO
CREDITO TRANSPOSICAO 1.157-2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 1157/2026

Abre crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 956.500,00, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Santana Do Matos, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 1085/2025, de 29 dezembro de 2025 - LOA 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto transposição orçamentária no valor de R$ 956.500,00 (novecentos e cinquenta e seis mil quinhentos reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes Dotações Orçamentarias :

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - GABINETE DO PREFEITO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 9	02.002.04.122.0003.2003.3.3.90.36.1.500.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**1.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SEC. MUN. PLANEJAMENTO, ADMINISTRACAO E FINANCAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 43	02.003.04.122.0003.2408.3.1.90.91.1.500.0000	78.000,00
	Natureza de despesa - Sentenças Judiciais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**78.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 96	02.005.04.122.0092.2036.3.3.90.30.1.500.1001	25.200,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 107	02.005.12.361.0094.2023.3.3.90.30.1.500.1001	33.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 108	02.005.12.361.0094.2023.3.3.90.39.1.553.0000	31.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	

Cód. red.: 109	02.005.12.361.0094.2054.3.3.90.32.1.500.1001	27.100,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 116	02.005.12.361.0094.2399.3.1.90.11.1.540.0000	208.000,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
Cód. red.: 131	02.005.12.365.0094.2395.3.1.90.11.1.542.1070	8.000,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
Cód. red.: 163	02.005.12.368.0094.2277.3.3.90.39.1.500.1001	2.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 604	02.005.27.812.0023.2435.3.3.90.31.1.500.0000	6.000,00
	Natureza de despesa - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**340.300,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 399	03.001.10.122.0089.2250.3.3.90.30.1.500.1002	1.800,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 400	03.001.10.122.0089.2250.3.3.90.32.1.500.1002	20.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 441	03.001.10.301.0087.2273.3.3.50.39.1.500.1002	17.800,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 468	03.001.10.302.0090.1151.3.3.90.39.1.500.0000	12.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 471	03.001.10.302.0090.2261.3.1.90.11.1.600.0000	202.000,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 476	03.001.10.302.0090.2261.3.3.90.30.1.600.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
	Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 477	03.001.10.302.0090.2261.3.3.90.39.1.600.0000	121.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 485	03.001.10.303.0082.2031.3.3.90.32.1.500.1002	64.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	Sub-Total:	**468.600,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 601	04.001.08.242.0020.2354.3.3.90.14.1.660.0000	600,00
	Natureza de despesa - Diárias - Civil	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 539	04.001.08.244.0020.2237.4.4.90.52.1.660.0000	9.800,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 546	04.001.08.244.0020.2304.3.3.90.32.1.500.0000	14.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 562	04.001.08.244.0020.2337.4.4.90.52.1.660.0000	33.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 573	04.001.08.244.0020.2344.4.4.90.52.1.661.0000	9.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	
Cód. red.: 581	04.001.08.244.0020.2357.4.4.90.52.1.660.0000	2.200,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	Sub-Total:	**68.600,00**
	Total Parcial Suplementado:	**956.500,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação, conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - GABINETE DO PREFEITO		
Anulação parcial	**ou total de dotação**	
Cód. red.: 1	02.002.04.122.0003.1159.4.4.90.52.1.500.0000	1.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**1.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SEC. MUN. PLANEJAMENTO, ADMINISTRACAO E FINANCAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 51	02.003.99.999.0083.9999.9.9.99.99.1.500.0000	78.000,00
	Natureza de despesa - A Classificar ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**78.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 005 - SECRETARIA MUN DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO ESPORTE E LAZER		

Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 105	02.005.04.122.0092.2210.4.4.90.52.1.500.1001	20.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 106	02.005.12.361.0094.1156.4.4.90.52.1.500.1001	20.200,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 107	02.005.12.361.0094.2023.3.3.90.30.1.553.0000	31.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	
Cód. red.: 114	02.005.12.361.0094.2396.3.1.90.13.1.500.1001	45.100,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 114	02.005.12.361.0094.2396.3.1.90.13.1.540.1070	208.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	
Cód. red.: 613	02.005.12.365.0094.1199.3.3.90.30.1.542.0000	8.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	
Cód. red.: 158	02.005.12.368.0094.2243.3.3.90.30.1.500.1001	2.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 232	02.005.27.812.0023.2435.3.3.90.30.1.500.0000	6.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**340.300,00**
Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 418	03.001.10.301.0087.1091.4.4.90.51.1.500.1002	17.800,00
	Natureza de despesa - Obras e Instalações	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 424	03.001.10.301.0087.2027.3.1.90.13.1.600.0000	35.400,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 441	03.001.10.301.0087.2273.3.3.50.39.1.600.0000	100.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 452	03.001.10.301.0087.2375.3.3.90.14.1.600.0000	4.000,00
	Natureza de despesa - Diárias - Civil	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 453	03.001.10.301.0087.2375.3.3.90.30.1.500.1002	30.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 457	03.001.10.301.0087.2376.3.1.90.04.1.500.1002	24.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 472	03.001.10.302.0090.2261.3.1.90.13.1.600.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 480	03.001.10.302.0090.2301.3.3.72.39.1.600.0000	97.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 481	03.001.10.302.0090.2339.3.3.90.34.1.600.0000	16.600,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Cód. red.: 482	03.001.10.302.0090.2339.3.3.90.39.1.500.1002	43.800,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 484	03.001.10.303.0082.2031.3.3.90.30.1.600.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Sub-Total:	**468.600,00**
Órgão: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 507	04.001.08.244.0020.2072.3.3.90.32.1.661.0000	4.500,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	
Cód. red.: 508	04.001.08.244.0020.2072.3.3.90.36.1.661.0000	4.500,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	
Cód. red.: 530	04.001.08.244.0020.2237.3.1.90.04.1.660.0000	600,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 534	04.001.08.244.0020.2237.3.3.90.14.1.660.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Diárias - Civil	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 535	04.001.08.244.0020.2237.3.3.90.30.1.660.0000	3.800,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 606	04.001.08.244.0020.2249.4.4.90.52.1.660.0000	13.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 549	04.001.08.244.0020.2304.3.3.90.39.1.500.0000	14.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 556	04.001.08.244.0020.2337.3.3.90.30.1.660.0000	22.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	

	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 578	04.001.08.244.0020.2357.3.3.90.30.1.660.0000	1.200,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	Sub-Total:	**68.600,00**
	Total Parcial Reduzido:	**956.500,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santana Do Matos - RN, 3 de agosto de 2026.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
CPF: ***.079.094-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:CE13E96F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01108/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 22.092,55 (vinte e dois mil e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%			
925 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15021001	R$ 22.092,55	
Total da Ação:		**R$ 22.092,55**	
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 22.092,55**	

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%			
924 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15021001	R$ 19.692,55	
934 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte: 15021001	R$ 2.400,00	
Total da Ação:		**R$ 22.092,55**	
Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 22.092,55**	

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 07 de outubro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:6E881FAA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 47 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 4.247.095,76, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE São José de Mipibu/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 4.247.095,76 (quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José de Mipibu/RN, 03 de agosto de 2026

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.247.095,76**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**24.100,00**
	2003 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
	2007 Manutenção da Procuradoria Geral do Município				**16.100,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	16.100,00
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					**45.580,00**
	1011 Amortização e Encargos da Dívida Pública				**45.080,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	80,00
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15010000	0001	45.000,00
	2011 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				**500,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	500,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO					**1.367.449,00**
	2020 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**80.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	74.000,00
	2023 Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental				**95.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000	0001	95.600,00
	2036 Manutenção das Atividades Educacionais através do Salário Educação - Ensino Fundamental				**722.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	240.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	482.400,00
	2097 Manutenção do Transporte Escolar - Infantil				**30.096,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	30.096,00
	2100 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação				**211.785,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	118.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	93.685,00
	2103 Apoio ao Transporte de Universitários				**131.568,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	131.568,00
	2118 Manutenção das Atividades Educacionais através do Salário Educação - Ensino Infantil				**66.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	66.000,00
	2145 Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Creche				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
05 .301 FUNDEB					**730.337,20**
	2032 Manutenção das Atividades do FUNDEB - 30%(Fundamental)				**458.263,20**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	152.085,20
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15401071	0001	19.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	210.270,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15401071	0001	68.808,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	8.100,00
	2034 Manutenção das atividades do FUNDEB - 70%(Fundamental) - Remuneração dos profiss. da educ básica				**85.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	85.000,00
	1229 Construção, reforma, ampliação e estruturação de Unidades de Ensino Fundamental - FUNDEB				**137.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	137.000,00
	2204 Manutenção das Atividades do FUNDEB 30% CRECHE				**50.074,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	25.024,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15401071	0001	24.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	1.050,00
06 .001 SEC. MUN. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS					**484.100,00**
	1060 Construção, Restauração e Paisagismo de Praças e Espaços Públicos Comuns.				**61.400,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	61.400,00
	1062 Recuperação e Conservação de vias públicas pavimentadas				**186.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	186.000,00
	2043 Manutenção do Sistema de Abastecimento D'Agua				**215.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	200.000,00
	2130 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública				**21.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	21.700,00
07 .301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**757.894,96**
	2045 Manutenção do Conselho Municipal de Saúde				**1.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.000,00
	2046 Gestão e Manutenção das Ações de Atenção Primária à Saúde				**181.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	141.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	40.000,00
	2052 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde				**17.900,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	16.500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.400,00
	2053 Gestão e Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar				**430.144,96**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	349.144,96

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	61.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	20.000,00
	2119 Gestão e Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde				**19.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	19.700,00
	2138 Manutenção das Ações de Suporte a Alimentação e Nutrição				**19.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	19.000,00
	2140 Contribuição a Consórcios de Saúde				**80.000,00**
		3.3.72.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	80.000,00
	2186 Manutenção dos Benefícios Eventuais				**5.750,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	5.750,00
	2197 Gestão e Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária				**3.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	3.400,00
08 .301 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**140.050,00**
	2060 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**37.700,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	37.000,00
	2062 Bloco da Proteção Social Básica				**54.350,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	34.350,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
	2064 Manutenção do Programa de Cidadania Alimentar (Cesta Cidadã/Pão Cidadão)				**48.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	48.000,00
09 .001 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA					**396.250,00**
	2086 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca				**36.250,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.250,00
	2087 Assistência ao Pequeno Produtor Rural				**360.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	360.000,00
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRANSITO					**85.782,60**
	2092 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito				**85.782,60**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	51.782,60
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	34.000,00
12 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**161.600,00**
	1050 Construção, Reforma e/ou Adequações de Ginasios Poliesportivos				**53.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	53.500,00
	2039 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer				**108.100,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	108.100,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**6.552,00**
	2121 Realização e Apoio as Atividades Artístico-Culturais e Festividades Populares				**6.552,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.552,00
18 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**35.500,00**
	2193 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Turismo				**35.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	7.500,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	28.000,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE					**900,00**
	2194 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Juventude				**900,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	900,00
20 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA SOCIAL					**11.000,00**
	2006 Manutenção da Guarda Municipal				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.000,00
	2195 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Defesa Social				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
Anexo II (Redução)					**4.247.095,76**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**24.100,00**
	2005 Manutenção da Controladoria Municipal				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
	2124 Manutenção da Contadoria Geral do Município				**16.100,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	16.100,00
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					**45.580,00**
	1011 Amortização e Encargos da Dívida Pública				**45.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15010000	0001	45.000,00
	2011 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças				**500,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	500,00
	1019 Aquisição e Instalação de Painéis Fotovoltaicos (Painel Solar)				**80,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	80,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO					**1.367.449,00**
	1013 Construção, reforma, ampliação e estruturação de Unidades de Ensino Fundamental				**246.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	4.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	240.000,00
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15001001	0001	1.500,00
	1024 Construção, ampliação, reforma e estruturação das Unidades de Educação Infantil.				**258.500,00**
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	9.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	4.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	240.000,00
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15001001	0001	4.500,00
	1046 Construção, reforma, ampliação e estruturação de Espaços de Educação Especial				**4.250,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	4.250,00
	2020 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**28.150,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.150,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	13.000,00
	2025 Manutenção de Programas Destinados à Educação de Jovens e Adultos				**23.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	4.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	16.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.000,00
	2027 Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Pré-escola				**31.100,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	15.000,00

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.000,00
	2029 Manutenção das Atividades do Ensino Especial				**32.818,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	8.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.318,00
	2036 Manutenção das Atividades Educacionais através do Salário Educação - Ensino Fundamental				**187.400,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	187.400,00
	2040 Manutenção do Transporte Escolar - Médio				**54.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000	0001	29.600,00
	2097 Manutenção do Transporte Escolar - Infantil				**66.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000	0001	66.000,00
	2100 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação				**108.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	89.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	19.000,00
	2093 Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-escola				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
	2101 Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)-EJA				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
	2103 Apoio ao Transporte de Universitários				**44.100,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	44.100,00
	2022 Manutenção das Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE)- Creche				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.000,00
	1116 Reforma, Ampliação do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Educação				**22.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	22.000,00
	2118 Manutenção das Atividades Educacionais através do Salário Educação - Ensino Infantil				**121.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15500000	0001	16.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	25.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	30.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	50.000,00
	1203 Construção, Reforma e/ou Ampliação de Espaços Esportivos nas Unidades Escolares				**4.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	4.500,00
	1204 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar				**4.596,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.596,00
	2151 Manutenção de Plataforma Educacional Digital				**12.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.000,00
	2145 Manutenção das Atividades da Educação Infantil/Creche				**59.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	54.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.000,00
	1012 Aquisição e Instalação de Painéis Fotovoltaicos (Painel Solar)				**9.150,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	4.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.650,00
	2184 Apoio ao Transporte de Estudantes de Curso Técnico				**3.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.500,00
	2210 Formação Continuada Profissionais da Educação - ENSINO INFANTIL				**7.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	7.000,00
	2211 Formação Continuada Profissionais da Educação - EJA				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	4.500,00
	1238 Implantação da Política de Educação Digital - Ensino Fundamental				**13.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	13.000,00
	1239 Implantação da Política de Educação Digital - Educação Infantil				**4.785,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.785,00
05 .301 FUNDEB					**730.337,20**
	2032 Manutenção das Atividades do FUNDEB - 30%(Fundamental)				**192.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	176.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	16.500,00
	2033 Manutenção das Atividades do FUNDEB 30% PRE ESCOLA				**218.808,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	192.808,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	2.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	21.000,00
	2098 Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos-FUNDEB 30%				**8.800,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	4.800,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	4.000,00
	2183 Manutenção da Educação Especial - FUNDEB 30%				**55.920,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	6.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	49.920,00
	1228 Aquisição e Instalação de Painéis Fotovoltaicos (Painel Solar) - FUNDEB				**66.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	49.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	17.500,00
	1234 Construção, reforma, ampliação e estruturação de Espaços de Educação Especial - FUNDEB				**4.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	4.000,00
	2202 Manutenção das Atividades do FUNDEB 70%(CRECHE) - Remuneração dos profissionais da educação				**85.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	85.000,00
	2204 Manutenção das Atividades do FUNDEB 30% CRECHE				**32.024,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15401071	0001	14.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15400000	0001	5.000,00
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	5.024,00
	2205 Formação Continuada Profissionais da Educação - FUNDAMENTAL				**20.785,20**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	19.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	1.785,20
	2206 Formação Continuada Profissionais da Educação - ENSINO INFANTIL				**28.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	13.000,00
	1236 Implantação da Política da Educação Digital - Ensino Fundamental				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	9.000,00
	1237 Implantação da Política da Educação Digital - Educação Infantil				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	9.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS					**484.100,00**
	1060 Construção, Restauração e Paisagismo de Praças e Espaços Públicos Comuns.				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	1078 Perfuração, Instalação e Manutenção de Poços Tubulares				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
	2041 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos				**219.900,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	19.900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	200.000,00
	1058 Pavimentação e Drenagem de Vias				**186.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	186.000,00
	2130 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública				**21.700,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	21.700,00
	2187 Limpeza e Desobstrução das Lagoas de Captação de Águas Pluviais				**26.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	26.500,00
07 .301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**757.894,96**
	1083 Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades de Saúde Básica				**4.750,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	750,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	4.000,00
	1084 Aquisição de Equipamentos Diversos e Material Permanente para Atenção Primária à Saúde				**700,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	700,00
	1086 Aquisição de Unidade de Saúde Móvel				**450,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	450,00
	1088 Aquisição de Ambulâncias				**1.700,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.700,00
	2045 Manutenção do Conselho Municipal de Saúde				**2.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	160,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	840,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	700,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	300,00
	2046 Gestão e Manutenção das Ações de Atenção Primária à Saúde				**270.600,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	6.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	2.100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	94.800,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	19.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	141.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	50,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	950,00
		4.4.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	900,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	700,00
	2048 Manutenção das Ações da Gestão do SUS				**60.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	700,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	60.000,00
	2052 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde				**344.550,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	2.500,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	290.500,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	43.600,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	200,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	400,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	600,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	15001002	0001	400,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.600,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	90,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	160,00
	2053 Gestão e Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar				**14.350,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	7.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	450,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	3.200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.500,00
	2057 Gestão e Manutenção dos Serviços da Assistência Farmacêutica				**350,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	350,00
	2119 Gestão e Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde				**11.344,96**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	900,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	6.544,96
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	100,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	300,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	100,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	3.400,00
	2138 Manutenção das Ações de Suporte a Alimentação e Nutrição				**790,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	300,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	400,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	90,00
	2140 Contribuição a Consórcios de Saúde				**10.700,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	10.700,00
	2141 Transferências de Recursos a Parceiros na Prestação de Serviços de Saúde				**90,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	90,00
	1018 Aquisição e Instalação de Painéis Fotovoltaicos (Painel Solar)				**900,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	900,00
	2186 Manutenção dos Benefícios Eventuais				**25.280,00**

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	90,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	25.100,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	90,00
	2197 Gestão e Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária				**8.640,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	800,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	1.240,00
08 .301 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**140.050,00**
	1093 Construção de Centro de Convivência de Idosos				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	1096 Aquisição de Veículos, Equipamentos Diversos e Material Permanente				**17.300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	17.300,00
	2060 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**3.700,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
	2077 Fortalecimento do Controle Social (Conselho de Assistência Social)				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.000,00
	2108 Gestão de Benefícios Eventuais				**45.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	45.000,00
	1176 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Unidades de Assistência Social				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
	1132 Construção, Reforma e/ou ampliação do CREAS				**17.150,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	17.150,00
	2134 Capacitação e Formação Permanentes do Profissionais da Assistência Social				**14.900,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.900,00
	2137 Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	20.000,00
09 .001 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA					**396.250,00**
	2086 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca				**360.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	360.000,00
	1014 Construção da Clínica P/Pequenas Cirurgias em Animais de Pequeno Porte(Castração entre Outros)				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	1009 Construção de Currais Para Feira de Bovino, Ovino, Caprino, Suíno e Equinos				**25.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	25.000,00
	1015 Construção de Uma Clínica Veterinária				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
	1016 Aquisição de Uma Unidade Móvel para laboratório				**1.250,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.250,00
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRANSITO					**85.782,60**
	1114 Aquisição de Veículos				**41.782,60**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	41.782,60
	1120 Reforma, Ampliação e/ou Melhorias no Terminal Rodoviário				**17.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	17.000,00
	1171 Construção e/ou Estruturação de Abrigo para Moto Taxistas				**27.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	17.000,00
12 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**161.600,00**
	1054 Construção, Reforma e/ou Adequações de Estádios de Futebol.				**55.600,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	55.600,00
	1057 Construção de Arena para prática de esportes				**28.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	28.500,00
	1135 Construção, Reforma e/ou Adequações em Campos de Futebol				**77.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	70.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.500,00
13 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					**6.552,00**
	2037 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura				**6.552,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.552,00
18 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					**35.500,00**
	1240 Construção do Santuário dos Avós - Sant´Ana e São Joaquim.				**35.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	35.500,00
19 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE					**900,00**
	2200 Realização de Campanhas, ações e eventos - Juventude.				**900,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	900,00
20 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA SOCIAL					**11.000,00**
	2195 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Defesa Social				**11.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00

Publicado por:
Suzana de Brito Ferreira
Código Identificador:C45BEA6C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 PREMIAÇÃO DE TRAJETÓRIA ARTÍSTICA AOS AGENTES CULTURAIS

Este documento apresenta a **retificação do resultado parcial do Edital de Chamamento Público nº 02/2026 – Premiação de Trajetória Artística aos Agentes Culturais**, anteriormente divulgado.

Foi identificada uma falha no sistema que ocasionou a aplicação indevida de pontuação extra a todos os proponentes. Diante disso, tornou-se necessária a correção das pontuações e a republicação do resultado parcial.

Para assegurar o direito de recurso e evitar prejuízos aos participantes, o cronograma do edital também foi retificado. **O prazo para apresentação de recursos será de 03 (três) dias úteis após a publicação deste resultado retificado.** Os recursos deverão ser apresentados exclusivamente pela plataforma de inscrições, acessando a página da própria inscrição: https://saojosedocampestre.seletar.com.br.

LEGENDA DAS SITUAÇÕES

Selecionado(a) para habilitação: proponente selecionado na etapa de avaliação que seguirá para a fase de habilitação documental. A seleção não garante o recebimento da premiação, pois depende da apresentação e validação dos documentos exigidos no edital. O proponente poderá ser inabilitado caso não apresente a documentação completa, válida e correta dentro do prazo estabelecido.

Suplente: proponente que integra a lista de reserva e poderá ser convocado para a habilitação documental em caso de desistência, inabilitação de selecionados ou disponibilidade de vagas, respeitadas a ordem de classificação e as regras do edital. A suplência não garante a convocação nem o recebimento da premiação.

SEGUE LISTA DO RESULTADO:

SELECIONADOS PARA HABILITAÇÃO

Inscrição	Nome	Nota	Pontuação Extra	Situação
022919-6	José Antônio Honório	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022904-4	Pedro Januário da Silva	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022945-8	Isaac Fernandes de Lima	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022957-3	Flávio Pessoa	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022866-9	Joelma Felicio da Silva	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022869-5	Josilene Domingos	34	5	Selecionado(a) para habilitação
022886-8	Eder Rodrigues Fernandes	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022888-9	Adauto Manoel Santos da Cruz	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022896-2	Tércia Cleonice Soares	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022908-6	Mirella Sidelle Cardoso da Silva	40	0	Selecionado(a) para habilitação
022902-3	Francisco de Assis Fernandes	37	0	Selecionado(a) para habilitação
022941-6	Rita de Cássia Firmino Dantas	37	0	Selecionado(a) para habilitação
022948-4	Erinaldo Dantas	37	0	Selecionado(a) para habilitação
022951-0	Bianca de Oliveira Silva	37	0	Selecionado(a) para habilitação
022954-7	Daniel Alves de Moura	37	0	Selecionado(a) para habilitação
022964-1	Vinivy Gabriel de Menezes Teixeira	37	0	Selecionado(a) para habilitação
022883-1	José Erasmo dos Santos Rodrigues	37	0	Selecionado(a) para habilitação
022975-1	Adailton Bezerra	37	0	Selecionado(a) para habilitação
022885-2	Maria Evilásia Francisca Félix Pessoa	31	5	Selecionado(a) para habilitação
022922-2	João Paulo da Silva	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022931-1	Ilza Maria Barbosa da Silva	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022914-9	Joana Darc Quaresma	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022909-1	José John da Silva	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022935-3	José Ronaldo Alves de Lima	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022937-4	Luzia Irineu de Souza	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022946-3	Laura Júlia do Nascimento Pereira	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022953-1	Yris de Fatima Chagas Gomes	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022960-0	Marcos Aurélio de Medeiros Bezerra	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022967-8	Pedro Fernandes de Lima	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022972-5	Erica Priscila de Araújo	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022976-7	Maria Luciene Gomes	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022983-5	Ana Paula da Silva	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022855-9	José Carlos dos Santos	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022858-5	José Anderson da Silva de Pontes	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022870-0	Maria de Fátima de Souza	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022872-1	Giovane da Silva Honório	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022879-0	Bismarck Loiola da Silva	34	0	Selecionado(a) para habilitação
022942-1	Lindinêz Samara da Silva	32	0	Selecionado(a) para habilitação
022968-3	Jean Albuquerque	32	0	Selecionado(a) para habilitação
022857-0	José Jarlan de Melo	32	0	Selecionado(a) para habilitação
022873-7	Rosilda de Souza Silva	32	0	Selecionado(a) para habilitação
022874-2	Analaila Bernardo Chagas de Lima	32	0	Selecionado(a) para habilitação
022915-4	Adriana Gomes da Silva	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022925-9	Marcos Domingos da Silva	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022928-5	Elizama Diniz de Araujo	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022910-7	Ana Lucia Bernardo Chagas	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022943-7	Gisely Bianca Nunes da Silva	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022963-6	Douglas Maciel dos Santos de Melo	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022965-7	Jose Fernando de Souza Fernandes	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022969-9	Joao Victor de Pontes	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022982-0	Maria Gorete Martiniana Fernandes	31	0	Selecionado(a) para habilitação
022875-8	João Vitor dos Santos Nascimento	31	0	Selecionado(a) para habilitação

SUPLENTES

Inscrição	Nome	Nota	Pontuação Extra	Situação
022971-0	Emerson Renan Fernandes Irineu	22	5	Suplente
022929-0	Joana Darc Silva Balbino	26	0	Suplente
022977-2	Sergiane Queiroz de Oliveira	26	0	Suplente
022966-2	Maria Simone Nunes	25	0	Suplente
022959-4	Edineide Matias da Silva	23	0	Suplente
022944-2	Maria de Fátima Bernardo Chagas	20	0	Suplente
022936-9	Graziela Félix da Silva	20	0	Suplente

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:263DEC8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 7/2026 - REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PAULO DO POTENGI/RN
RUA BENTO URBANO, 04, Centro - SAO PAULO DO POTENGI/RN CEP: 59460000 -
PORTARIA Nº 7, SMFP, de 01 de julho de 2026

Dispõe sobre remanejamento de saldos de dotações orçamentárias para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Paulo do Potengi /RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, combinado com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nº 1.299/2025, vigentes;
Resolve:
Art. 1º - Remanejar saldos orçamentários no corrente exercício, dentro do orçamento geral da Prefeitura Municipal, o valor de R$ 7.010.361,51 (sete milhões, dez mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos), entre as dotações especificadas no anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face o que trata o artigo anterior, o remanejamento, em igual valor, de saldos de dotações orçamentárias especificadas no anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO PAULO DO POTENGI/RN, 01 de julho de 2026

EUGÊNIO PACELLI SOUTO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					7.010.361,51
02 .001 Gabinete do Prefeito					227.927,62
	2002 Manutenção das Ações do Gabinete Civil				151.670,12
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	144.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.336,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.234,12
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	3.000,00
	2004 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				4.257,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.257,50
	2353 Manutenção das Ações do Gabinete do Vice-Prefeito				72.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	72.000,00
03 .001 Sec.Mun.de Administração e dos Recursos Humanos					769.614,10
	2009 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos				669.614,10
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	55.819,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	323.693,33
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	215.100,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.589,56
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.889,99
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	70.522,22
	2010 Pagamento de Sentenças Judiciais				100.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	100.000,00
04 .001 Sec.Mun.de Finanças e Planejamento					1.200,00
	2012 Manutenção das Ações Secretaria de Finanças e Planejamento				1.200,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.200,00
05 .001 Sec. Mun. de Agricultura, Pecuária e Pesca					227.730,20
	2013 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca				193.272,58
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	600,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	65.663,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	55.975,30
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.034,28
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	70.000,00
	2312 Concessão de Repasse à Assoc. Amigos dos Animais de SPPotengi - CNPJ 44.521.239/0001-82- EMENDA 13				34.457,62
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	34.457,62
06 .001 Secretaria Municipal de					2.059.257,49

Educação					
	2016 Manutenção das Ações do Salário Educação - Fundamental				87.211,22
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	61.691,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	25.520,22
	2017 Manutenção das Ações do Setor da Secretaria Municipal de Educação				47.501,12
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.240,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	21.630,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	13.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	533,44
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	7.097,68
	2018 Manutenção das Ações do FUNDEB 70% - Educação Fundamental				350.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	350.000,00
	2019 Manutenção das Ações do FUNDEB 30% - Educação Fundamental				179.002,02
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	179.002,02
	2020 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental				152.806,20
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	42.993,96
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	602,31
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	107.443,21
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	266,72
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.500,00
	2023 Manutenção das Ações do Programa de Alimentação Escolar/PNAE - Ensino Fundamental				13.190,31
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	13.190,31
	2028 Manutenção do Transporte Escolar de Universitários				82.640,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	82.640,00
	2029 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil				107.300,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15993110	0001	62.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	14.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	16.300,00
	2030 Manutenção das Ações do FUNDEB 70% - Educação Infantil				60.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	60.000,00
	2031 Manutenção das Ações do FUNDEB 30% - Educação Infantil				382.123,07
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	382.123,07
	2032 Manutenção das Ações do Programa de Alimentação Escolar/PNAE - Educação Infantil				37.141,60
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	37.141,60
	2033 Manutenção das Ações do Salário Educação - Educação Infantil				23.862,37
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	17.094,32
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	6.768,05
	2035 Manutenção das Ações do Salário Educação - EJA				49.495,18
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	49.495,18
	2036 Manutenção das Ações do Setor do Ensino de Jovens e Adultos				172.064,32
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	11.637,85
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	159.593,07
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	266,72
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	566,68
	2038	Manutenção das Ações do FUNDEB 30% - EJA			159.593,07
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	159.593,07
	2161 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN - ENSINO FUNDAMENTAL				15.055,10
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15710000	0001	12.055,10
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000	0001	3.000,00
	2164 Manutenção das Ações do Centro Municipal do Ensino Rural - CMER				2.602,05
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.602,05
	2186 Manutenção das Ações da Escola Cívico-Militar				137.669,86
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	97.669,86
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15993110	0001	40.000,00
07 .001 Sec.Mun.de Tributação					66.310,84
	2042 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação				66.310,84
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	312,16
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	31.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	9.522,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	13.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	66,68

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	11.910,00
08 .001 Sec, Municipal de Infraestrutura e Transporte					550.777,98
	1030 Pavimentação e Drenagem Superficial em diversas Ruas do Município				139.757,70
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	139.757,70
	1039 Manutenção de Prédios e Logradouros Públicos				32.217,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17000000	0001	32.217,00
	2043 Ampliação, Manutenção e Modernização das Ações do Setor de Iluminação Pública				57.724,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	31.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	26.224,50
	2045 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte - EMENDA: 16/225				321.078,78
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	225.780,70
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	13.175,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.123,08
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	46.000,00
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					2.573.166,28
	2049 Incentivo Financeiro da APS - Atenção Primária à Saúde				746.756,24
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16003130	0001	113.437,80
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	245.602,24
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	111.020,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	245.011,70
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	25.263,18
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	5.437,32
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	984,00
	2050 Manutenção das Ações à Saúde Bucal				15.673,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	15.673,00
	2051 Transferências de Recursos a Prest. de Serviços - Consórcio Intermunicipal/EMENDAS:03-04-07-08-12/25				25.000,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	16000000	0001	25.000,00
	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				299.468,42
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	43.065,15
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	7.200,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	122.127,05
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	107.121,50
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	705,52
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	19.249,20
	2058 Manutenção do Convênio: SESAP/MUNICÍPIO/ HRSP				552.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16360000	0001	552.000,00
	2059 Manutenção as Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar				789.609,08
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	255.577,36
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	525.053,72
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	3.978,00
	2061 Manutenção das Ações de Assistência Farmacêutica				50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
	2064 Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária				163,75
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	163,75
	2194 Concessão de Abono Salarial a Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares				65.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	65.000,00
	2310 Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde - MAC				29.495,79
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	29.495,79
10 .001 Fundo Municipal de Assistência Social					214.415,68
	2081 Gestão Administrativa do FMAS				158.507,21
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	13.100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	40.562,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	93.809,83
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.066,88
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	7.968,50
	2083 Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social				23.208,47
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16603110	0001	23.208,47
	2085 Gestão de Benefícios Eventuais				26.200,00

		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	26.200,00
	2088 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade				6.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16603110	0001	6.500,00
11 .001 Sec.Mun.de Empreendedorismo, Turismo e Cultura					58.000,00
	2095 Promoção de Eventos Culturais				25.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	25.000,00
	2096 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Cultura				33.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	33.000,00
12 .001 Sec.Mun.de Meio Ambiente					107.796,80
	2102 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - EMENDA: 15/2025				107.796,80
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	12.443,40
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	94.853,40
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	300,00
19 .001 Sec.Mun.de Juventude, Esporte e Lazer					41.712,52
	2107 Promoção de Eventos Esportivos e de lazer				4.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	4.000,00
	2108 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer				37.712,52
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.350,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	23.971,45
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.780,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	266,72
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	4.344,35
21 .001 Secretaria Mun. de Comunicação e Relações Públicas					112.452,00
	2341 Manutenção das Ações da Secretaria Mun. de Comunicação e Relações Públicas				112.452,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	112.452,00
Anexo II (Redução)					7.010.361,51
02 .001 Gabinete do Prefeito					11.927,62
	2002 Manutenção das Ações do Gabinete Civil				334,12
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	234,12
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	100,00
	2003 Manutenção das Ações de Parceria, Visando Melhorias na Segurança Pública				3.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
	2004 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				1.836,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	836,00
	2197 Incentivar, Patrocinar e Promover Cursos que Visem à Capacitação e Reciclagem do Servidor				2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
	2236 Manutenção das Ações da Ouvidoria				4.257,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.880,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.377,50
03 .001 Sec.Mun.de Administração e dos Recursos Humanos					157.304,10
	2005 Manutenção das Ações do Setor de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado				3.189,99
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	424,29
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.872,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	893,70
	2006 Recolhimento do PASEP Corrente				13.763,15
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	9.925,22
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.837,93
	2007 Recolhimento das Contribuições Correntes ao Regime Próprio de Previdência Social - IPREVSAPP				5.390,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.390,00
	2008 Recolhimento das Contribuições Correntes ao Regime Geral de Previdência Social - INSS				125.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	125.000,00
	2009 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos				8.724,11
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.037,96
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	87,05
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	7.290,10
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS	15000000	0001	309,00

		ANTERIORES			
	2158 Manutenção das Ações de Aperfeiçoamento dos Serviços de Informatização e Impl. do Proc. Adminst. S/P				516,85
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	516,85
	2198 Incentivar, Patrocinar e Promover Cursos que Visem à Capacitação e Reciclagem do Servidor				720,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	720,00
04 .001 Sec.Mun.de Finanças e Planejamento					32.700,00
	2012 Manutenção das Ações Secretaria de Finanças e Planejamento				32.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	27.500,00
		3.3.90.38 ARRENDAMENTO MERCANTIL	15000000	0001	500,00
	2199 Incentivar, Patrocinar e Promover Cursos que Visem à Capacitação e Reciclagem do Servidor				700,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	700,00
05 .001 Sec. Mun. de Agricultura, Pecuária e Pesca					238.084,28
	2013 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca				15.634,28
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	375,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.599,80
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	11.659,48
	2127 Manutenção das Ações do Expo-Potengi (Caprifeira) e Outras Feiras- EMENDA: 18/2025				45.631,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	32.103,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17103210	0001	13.528,00
	2128 Implantação e Realização de Feirões Agropecuários Periódicos				10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
	2129 Manutenção das Ações com Consórcios Municipais da Região Potengi - SIM (Serv. de Insp Municipal)				8.918,00
		3.3.70.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	8.918,00
	2166 Concessão de Repasse á Associação Norte Riograndense de Criadores de Ovinos e Caprinos				36.770,58
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	36.770,58
	2223 Manutenção ds Ações de Transporte de Materiais Agrícolas e de Mudanças				5.281,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	192,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.089,00
	2226 Manutenção das Ações do Abatedouro Municipal				6.649,42
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.329,42
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.320,00
	2227 Manutenção das Ações do Mercado Público				5.680,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	680,00
	2228 Manutenção das Ações de Distribuição Pontual de Alevinos nas Reservas de Água do Municípios				4.800,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.800,00
	2229 Manutenção das Ações com o Projeto de Piscicultura e Carcinicultura e suas Parcerias				12.240,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	7.200,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.040,00
	2230 Manutenção das Ações de Parcerias:EMATER/EMPARN/SAPE/SENAR/INCRA/IDIARN/COOPPOTENGI /ICAFRN E OUTROS				3.836,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	3.836,00
	2269 Manutenção das Ações do Garantia Safra				25.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	25.000,00
	2312 Concessão de Repasse à Assoc. Amigos dos Animais de SPPotengi - CNPJ 44.521.239/0001-82- EMENDA 13				50.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	50.000,00
	2325 Concessão de Repasse para a Colônia de Pescadores Z-24 de SPPotengi				7.644,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	7.644,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					3.201.206,46
	1016 Aquisição de Veículo para Transporte Escolar				139.757,70
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15700000	0001	139.757,70
	2016 Manutenção das Ações do Salário Educação - Fundamental				105,13
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	105,13
	2017 Manutenção das Ações do Setor da Secretaria Municipal de Educação				28.628,65
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	15.097,68
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	350,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.622,70
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	6.256,22
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.302,05
	2018 Manutenção das Ações do FUNDEB 70% - Educação Fundamental				1.518.557,15
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	7.118,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15411070	0001	5.847,86
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	1.381.958,79

		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	24.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15411070	0001	10.368,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15421070	0001	8.640,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15401070	0001	3.400,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15411070	0001	1.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	76.224,50
	2019 Manutenção das Ações do FUNDEB 30% - Educação Fundamental				520.967,49
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	350.244,19
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	19.954,56
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15410000	0001	4.124,28
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	50.201,25
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	96.443,21
	2020 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental				8.696,58
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.293,36
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.314,87
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	88,35
	2023 Manutenção das Ações do Programa de Alimentação Escolar/PNAE - Ensino Fundamental				37.707,89
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	27.339,89
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	10.368,00
	2024 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE FUNDAMENTAL				123.773,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000	0001	123.773,00
	2027 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN - ENSINO MÉDIO				125.492,90
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15710000	0001	2.960,78
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15710000	0001	9.094,32
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000	0001	113.437,80
	2029 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil				26.823,54
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	5.400,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	5.100,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001001	0001	3.100,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	4.100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.022,06
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15730000	0001	400,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15993110	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.788,03
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.013,45
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15730000	0001	400,00
	2030 Manutenção das Ações do FUNDEB 70% - Educação Infantil				55.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	5.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	30.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	10.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	10.000,00
	2031 Manutenção das Ações do FUNDEB 30% - Educação Infantil				121.867,62
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15410000	0001	41.486,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	51.381,62
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15430000	0001	24.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	5.000,00
	2032 Manutenção das Ações do Programa de Alimentação Escolar/PNAE - Educação Infantil				3.120,15
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	10,15

		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	3.110,00
	2034 Manutenção das Ações do Programa de Alimentação Escolar/PNAE - EJA				9.503,87
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	3.702,16
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	5.801,71
	2035 Manutenção das Ações do Salário Educação - EJA				600,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	600,00
	2036 Manutenção das Ações do Setor do Ensino de Jovens e Adultos				6.677,41
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.677,41
	2037 Manutenção das Ações do FUNDEB 70% - EJA				164.102,37
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	141.102,37
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15411070	0001	4.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	14.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	5.000,00
	2038 Manutenção das Ações do FUNDEB 30% - EJA				159.593,07
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	159.593,07

	2138 Manutenção das Ações Voltadas à Garantia de Fardamento e Material Escolar para Alunos - EJA				728,45
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	293,44
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	435,01
	2139 Manut. das Ações Voltadas à Garantia de Fardamento e Material Escolar para Alunos - Educ. Especial				4.753,55
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	126,65
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15500000	0001	1.382,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	410,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	864,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.515,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15500000	0001	455,90
	2141 Manutenção das Ações do Programa AABB Comunidade				6.096,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	184,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	1.728,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	864,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	1.728,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	728,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	864,00
	2161 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN - ENSINO FUNDAMENTAL				85.640,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15710000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000	0001	82.640,00
	2186 Manutenção das Ações da Escola Cívico-Militar				16.544,58
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	14.544,58
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15993110	0001	2.000,00
	2196 Execução de Emendas Parlamentares para o Ensino Infantil				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15993110	0001	10.000,00
	2213 Manutenção das Ações dos Programas de Capacitação, Gestão Administrativa e Treinamento Profissional				3.337,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.800,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	660,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	157,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	720,00
	2214 Manutenção de Ações com Programas de Redução da Repetência e da Evasão Escolar				6.090,10
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	1.610,10
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	880,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.440,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.440,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	720,00
	2215 Manutenção das Ações com Pesquisa para Acompanhamento e Avaliação do Ensino Fundamental				720,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	720,00
	2217 Elaboração dos Planos de Ação, Dentro da Escola; em Parceria com a SMS - Ens. Infantil				4.321,20
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.292,56
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	880,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.440,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	708,64
	2219 Manutenção das Ações Voltadas à Área de Informática à Disposição da Classe Estudantil e da Família				500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	500,00
	2220 Manutenção das Ações com Realização das Festas de Formatura das Escolas Municipais				780,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	60,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	720,00
	2221 Manutenção de Projetos de Políticas Públicas, em Parceria com a SMAS (Conselho Tutelar)				720,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	720,00
	2222 Manutenção das Ações de Regularização Fundiária da Propriedade Municipal, Vinculados à SME				1,06
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1,06
	2343 Execução de Emendas Parlamentares para a EJA (Educação de Jovens e Adultos)				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15993110	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15993110	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15993110	0001	5.000,00
07 .001 Sec.Mun.de Tributação					34.498,68
	2042 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação				66,68
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	17,41
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	49,27
	1140 Aquisição de Veículo				11.910,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	11.910,00
	2148 Manutenção das Ações Voltadas à Arrecad., Execução da Dívida Ativa Munic. e Combate a Soneg. Fiscal				8.122,00

		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.362,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	760,00
	2234 Manutenção de Parcerias com o IFRN para Promover o Recadastramento dos Imóveis Urbanos				7.920,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	2.880,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.880,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.160,00
	2235 Manutenção dos Programas Específicos de Capacitação e Reciclagem dos Servidores				6.480,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.160,00
08 .001 Sec, Municipal de Infraestrutura e Transporte					177.872,64
	1028 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos				25.726,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17000000	0001	25.726,00
	1044 Melhoramento da Infraestrutura do Trânsito				6.491,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	6.491,00
	2045 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte - EMENDA: 16/225				145.425,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	53.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	17.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	4.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	60.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	7.209,20
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	3.015,80
	2356 Manutenção das Ações de Rastreamento de Veículos				230,64
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	230,64
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					1.808.432,09
	2048 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Saúde				11.728,30
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.360,30
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.184,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.074,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	3.110,00
	2049 Incentivo Financeiro da APS - Atenção Primária à Saúde				68.360,88
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16003130	0001	43.065,15
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	9.310,43
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	7.076,15
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	981,91
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16000000	0001	3.870,49
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	278,55
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000000	0001	3.778,20
	2050 Manutenção das Ações à Saúde Bucal				54.376,20
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	3.667,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	1.954,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	4.147,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16000000	0001	4.147,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	5.760,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	7.200,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	7.618,20
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16000000	0001	4.147,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	5.368,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000000	0001	10.368,00
	2051 Transferências de Recursos a Prest. de Serviços - Consórcio Intermunicipal/EMENDAS:03-04-07-08-12/25				188.246,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	100.000,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	16000000	0001	46.246,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	31.104,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	16000000	0001	528,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.368,00
	2052 Manutenção das Ações de Implantação do Grupo de Funcional nas Comunidades Rurais				8.277,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	736,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	2.074,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	4.147,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.320,00
	2053 Manutenção e Ampliação do Grupo de Acolhimento dos Pais Atípicos(TEA)				12.654,42

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	6.433,42
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	2.074,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.037,00
	2054 Aquisição de Material Odontológico para Confecção de Próteses Dentárias				3.503,56
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	2.466,56
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.037,00
	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				92.897,38
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	1.800,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	13.363,05
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	40.435,62
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	22.775,07
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001002	0001	2.610,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	94,50
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	10.288,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	1.531,14
	2056 Apoio ao Conselho Municipal de Saúde				23.522,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.368,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	7.970,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.037,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	3.110,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.037,00
	2057 Manutenção de Conferências Municipais				34.731,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	1.037,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.368,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001002	0001	3.110,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	3.110,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001002	0001	3.110,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	4.147,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.184,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.037,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	3.110,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	518,00
	2059 Manutenção as Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar				159.469,37
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	9.585,50
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	133.665,65
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	2.581,56
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	9.526,66
	2060 Transferências de Recursos a Prestadores de Serviços				51.496,85
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	20.736,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	16000000	0001	1.546,85
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5.368,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.368,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	3.110,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.368,00
	2061 Manutenção das Ações de Assistência Farmacêutica				25.458,19
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	4.014,31
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	707,88
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	20.736,00
	2064 Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária				79.473,30
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	1.037,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	28.384,42
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	5.184,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	29.784,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	1.658,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	985,88
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000000	0001	3.110,00
	2065 Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica				43.161,37
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	12.598,57

		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	6.718,80
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	3.110,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000000	0001	2.074,00
	2149 Manutenção e Ampliação dos Serviços de Atendimento Domiciliar (SAD)				44.956,71
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	17.280,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	8.640,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	864,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	240,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	652,71
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	17.280,00
	2150 Manutenção do PROTEJA (Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil				11.949,03
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.184,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	2.756,79
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	3.733,70
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	274,54
	2151 Manutenção das Ações do SAMU POTENGI				56.160,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	17.280,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	8.640,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	3.456,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	17.280,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.640,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	864,00
	2152 Manutenção das Ações do Projeto NOVO SORRISO nas UBS's e Escolas				24.320,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	5.184,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001002	0001	2.720,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	3.456,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	3.456,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.640,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	864,00
	2153 Manutenção e Ampliação da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF				26.784,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	17.280,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	2.592,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	5.184,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.728,00
	2154 Manutenção e Ampliação do INFORMATIZA APS - Implantação de Prontuários Eletrônicos UBS/ EMEN. 06/25				47.132,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	5.184,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	14.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	17.280,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.640,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.728,00
	2157 Manutenção das Ações de Combate ao Corona Vírus - COVID 19				112.372,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	2.200,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16020000	0001	3.400,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16020000	0001	8.600,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	1.700,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	1.800,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16020000	0001	25.056,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	17.280,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16020000	0001	17.200,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16030000	0001	7.936,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	8.640,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16020000	0001	17.200,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	1.360,00
	2194 Concessão de Abono Salarial a Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares				170.373,53

		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	170.373,53
	2241 Manutenção e Ampliação dos Serviços do SAE (Sistematização de Assistência à Enfermagem)				3.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	1.000,00
	2243 Manutenção do Programa Saúde na Escola/ EMENDA 07/2025				38.340,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	3.600,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001002	0001	2.100,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	1.400,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	27.040,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.400,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	700,00
	2244 Manutenção e Ampliação dos Serviços do Centro de Referência em Oncologia da Região Potengi - CRO				14.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	14.400,00
	2245 Manutenção e Ampl. dos Serviços do Centro de Espec. Odontológicas (CEO)				93.763,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	20.880,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	72.883,00
	2246 Manutenção com Ações a Camp. Preven. em Alusão aos Diversos Temas de Relevância à Saúde/EMEN 06				30.480,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	17.880,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001002	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	2.800,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	2.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	3.600,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.400,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	700,00
	2247 Manutenção das Ações de Fortalecimento a Política do Idoso				11.520,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	2.880,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001002	0001	1.440,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	1.440,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	3.600,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.440,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	720,00
	2306 Manutenção e Ampliação dos Serviços da Comissão Municipal de Curativos				14.400,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	2.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	4.800,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.200,00
	2331 Manutenção da Ações Voltadas a Aquisição de Curativos e Medicamentos/EMENDA 02/2025				66.623,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	66.623,00
	2332 Manutenção das Ações do CAPS				60.883,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	60.883,00
	2344 Manut. das Ações de Implant. da Consulta Farm. para os UsuÁ. e Acomp. dos Pacientes com TEA/EMEN 04				27.740,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	27.740,00
	2345 Manutenção das Ações de Implantação do Programa "Mais Especialidades na Saúde"				15.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.500,00
	2346 Manutenção das Ações de Implantação do Programa SUSDIGITAL				13.380,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	2.500,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	3.880,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.000,00
	2359 Aquisição de Fardamento aos Profissionais				25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	15.000,00
	2360 Manutenção das Ações da Política DST/AIDS e HEPATITES Virais e LGBTQI+				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	5.000,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.500,00
	2361 Manutenção das Ações do Programa "BRASIL SORRIDENTE"				16.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	6.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.500,00
	2364 Manutenção das Ações do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional				11.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	1.000,00
10 .001 Fundo Municipal de Assistência Social					434.891,44
	2073 Primeira Infância no SUAS - "Criança Feliz"				63.220,22
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	63.220,22
	2074 Manutenção das Ações do Programa de "Enfrentamento à Violência Sexual"				2.074,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.037,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.037,00
	2079 Transferências de Recursos a Parcerias no Atendimento à Criança				1.037,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.037,00
	2080 Apoio às Ações do Fundo da Infância e do Adolescente/FIA				1.037,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.037,00
	2081 Gestão Administrativa do FMAS				75.406,15
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	312,50
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	50.642,65
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	49,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	1.402,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	15000000	0001	2.000,00
	2082 Bloco da Proteção Social Básica				23.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	23.000,00
	2083 Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social				23.520,63
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16603110	0001	312,16
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16603110	0001	2.656,68
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16603110	0001	14.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16603110	0001	5.151,79
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16603110	0001	1.000,00
	2084 PROCADSUAS				14.069,98
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	14.069,98
	2085 Gestão de Benefícios Eventuais				8.200,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	8.200,00
	2086 Fortalecimento do Controle Social por meio Conselho de Assistência Social				2.690,51
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.658,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.032,51
	2088 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade				172.069,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	66.080,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	7.258,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	16600000	0001	2.880,00
		3.1.90.96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	16600000	0001	2.880,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	16600000	0001	2.880,00
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	16600000	0001	2.880,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	2.092,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	59.549,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16610000	0001	6.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	16600000	0001	2.000,00

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	74,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16600000	0001	2.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	12.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.658,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.037,00
	2089 Promoção de Eventos Sociais Vinculados ao SUAS				2.438,49
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.645,04
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	793,45
	2090 Manutenção das Ações de Atendimento a Gestantes, Nutrizes e Crianças				2.604,46
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.567,46
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.037,00
	2092 Bloco de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único				33.800,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	33.800,00
	2093 Manutenção de Conferências Municipais				2.489,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.037,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.037,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	415,00
	2094 Bloco de Gestão Descentralizada do SUAS - (IGD-SUAS)				4.320,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16600000	0001	4.320,00
	2113 Manutenção das Ações do Centro de Treinamento Francisca Tavares				2.453,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.037,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	379,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.037,00
	2155 Implantação e Manutenção para Execução de Política Públicas Diversas				462,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	462,00
11 .001 Sec.Mun.de Empreendedorismo, Turismo e Cultura					13.000,00
	2096 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Cultura				9.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	9.000,00
	2099 Instalação e Manutenção de Banda de Música Oficial - EMENDA: 21/2025				4.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	4.000,00
12 .001 Sec.Mun.de Meio Ambiente					370.651,42
	2047 Apoio as ONGs Defensoras dos Animais				64.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.400,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.400,00
	2102 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - EMENDA: 15/2025				107.510,81
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	12.322,10
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	34.560,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	4.147,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	3.221,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.487,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	16.492,64
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.110,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	576,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	14.043,40
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.646,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.709,92
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	110,00
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	461,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.366,25
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	7.258,00
	2119 Aquisição de Mudas Nativas e Frutíferas				9.810,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.946,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	864,00
	2130 Manutenção das Ações Voltadas à Mata Ciliar do Rio Potengi				19.008,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.592,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.728,00

		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	4.320,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.320,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.184,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	864,00
	2131 Manutenção das Ações da "Semana do Meio Ambiente"				21.600,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.456,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	2.592,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.456,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	3.456,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.592,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.184,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	864,00
	2132 Manutenção das Ações da "Semana da Água e do II Fórum do Meio Ambiente"				15.552,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.456,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	3.456,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.592,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.184,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	864,00
	2133 Manutenção das Ações Voltadas a Trilhas Ecológicas no Município, Entorno da Barragem Campo Grande				17.840,61
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.456,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	3.456,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.320,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.048,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	560,61
	2134 Manutenção das Ações de Recuperação das Áreas Degradadas do Rio Potengi e da Barragem Campo Grande				18.429,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.640,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.320,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.877,50
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.592,00
	2200 Manutenção das Ações com Campanhas de Combate a Queimadas, Junto ao RN CHAMAS				3.080,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.880,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	200,00
	2201 Manutenção das Ações com Campanhas de Coleta de Pilhas, Baterias e Eletrônicos em Geral				6.780,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.880,00
	2202 Manutenção dos Prog. de Educação Ambiental, como o Comitê Municipal e Escolar de Educação Ambiental				9.360,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.880,00
	2203 Manutenção das Ações de Vistoria Técnica Ambiental				5.760,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.440,00
	2204 Manutenção das Ações de Implantação do Conselho, do Código e do Fundo do Meio Ambiente				9.360,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.440,00
	2205 Manutenção das Ações com Palestras, Cursos e Minicursos de Acordo com as necessidades Ambientais				12.240,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.160,00

	2206 Manutenção das Ações da Semana Municipal da Luta pela Água e Combate a Seca				7.920,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.600,00
	2207 Manutenção das Ações da Feira de Empreendedorismo Sustentável e Agroecológico/FESAG				15.120,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	3.600,00
	2208 Manutenção das Ações da Campanha "Adote seu Canteiro"				3.506,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.346,50
	2210 Manutenção das Ações da Campanha de Coleta de Medicamentos Vencidos				1.324,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.324,00
	2211 Manutenção das Ações com capacitação de Pessoal				1.070,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	350,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	720,00
	2212 Manutenção das Ações do Programa Piloto de Coleta de Lixo Seletivo				2.880,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	720,00
	2348 Manutenção do dia "D" da Coleta de Resíduos na Semana do RN MAIS LIMPO				8.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
	2349 Manutenção das Ações da Semana da Compostagem com o RN LIXO ZERO				8.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
	2362 Manutenção das Ações com a Criação de Hortas Comunitárias				2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	500,00
19 .001 Sec.Mun.de Juventude, Esporte e Lazer					462.174,78
	2107 Promoção de Eventos Esportivos e de lazer				38.382,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.382,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	27.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	4.000,00
	2108 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer				177.391,07
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	38.200,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	130.800,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.147,13
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	243,94
	2109 Apoio ao Atleta Local				25.684,25
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.100,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	3.300,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.480,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.185,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	6.619,25
	2110 Aquisição de Material Esportivo - EMENDAS: 14,20,22/2025				35.902,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	35.902,00
	2308 Auxílio Bolsa Atleta - EMENDAS: 14,22/2025				105.290,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA	15000000	0001	56.290,00

		DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	49.000,00
	2317 Realização de Edição da Copa Potengi de Futsal - EMENDAS: 12,14,15,16,17,18,20,22/2025				71.080,86
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	37.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	13.596,26
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.400,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.601,60
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.483,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	6.000,00
	2321 Realização do Desafio MTB-Equipe Pedal da Sexta - EMENDA: 16/225				8.444,60
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.204,60
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.240,00
20 .001 Sec M. do Trab. Hab. A. Social e Cidadania					67.618,00
	2112 Subvenção para Associação de Catadores de Lixo				13.762,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.074,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.368,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.320,00
	2258 Manutenção das Ações do PROINGER (Programa de Incentivo à Geração de Emprego e Renda)				21.456,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.880,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	11.376,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.880,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.440,00
	2259 Manutenção das Ações do Programa: "Empreendedor Potengiense"				22.320,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	16.560,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.160,00
	2264 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo				10.080,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.440,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.160,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	720,00

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:8731CE0E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 313/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 61/2026

CONTRATO Nº.....: 313/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 9/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: 65.882.713 GUSTAVO BARROS DE FARIAS CNPJ: 65.882.713/0001-71 ENDEREÇO RUA.: LINO GOMES FILHO, 90 TERREO, SANTO ANTÔNIO, Campina Grande/PB CEP:58406110

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19	MONITOR LED 21,5" TELA: LED WIDESCREEN; TAMANHO: 21,5"; VOLTAGEM: BIVOLT;	Unidade	TCN	03	287,00	861,00

	GARANTIA DE 12 MESES.					

VALOR TOTAL.....: R$ 861,00 (oitocentos e sessenta e um reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
04.122.0005.2004 – Manut. da Secr. Mun. de Administração e Recursos Humanos.
Elemento de despesa:
44.90.52-00 – Equipamentos e Material Permanente;
Subelemento de despesa:
44.90.52-99 – Outros equipamentos e material permanente;
Fonte:
150000000 - Recursos não vinculados de Impostos

VIGÊNCIA.....: 07 de outubro de 2026 à 06 de outubro de 2027

ASSINAM:

Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 07/10/2026 08:11:31
Eric Yan da Silva - CPF: 142.XXX.XXX-07 - Assinado em: 06/10/2026 19:09:21
GUSTAVO BARROS DE FARIAS - CNPJ: 65.XXX.XXX/XXXX-71 - Assinado em: 06/10/2026 19:55:1

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C7B6622E

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 314/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 61/2026

CONTRATO Nº.....: 314/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 9/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: HKA TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA CNPJ: 19.729.347/0001-06 ENDEREÇO R HUMBERTO MATTANA, 822 CASA 1 COND BEM ESTAR CD, CAPAO DA IMBUIA, Curitiba/PR CEP:82810240

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SCANNER DE MESA DIGITAL DIGITALIZAR OS DOIS LADOS DE UM DOCUMENTO EM UMA MESMA LEITURA; COM PAINEL DE OPERAÇÃO INTEGRADO AO EQUIPAMENTO, COM VISOR QUE PERMITA A CONFIGURAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS DIGITALIZAÇÕES; ALIMENTAÇÃO VERTICAL, SCANNER DUPLEX COLORIDO DE UMA PASSAGEM; ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS COM CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS QUE PERMITE PROCESSAR PILHAS DE DOCUMENTOS RAPIDAMENTE; DIGITALIZA PÁGINAS EM VELOCIDADES DE ATÉ 35 PPM/ 70 IPM²; RESOLUÇÃO ÓPTICA: 600 DPI; RESOLUÇÃO INTERPOLADA: 1.200 DPI; PROFUNDIDADE DE BIT DE COR: RGB: 30 BITS DE ENTRADA / 24 BITS DE SAÍDA; CARACTERÍSTICAS DO SCANNER: ALIMENTAÇÃO VERTICAL (FACE PARA BAIXO); SENSOR ÓPTICO: SENSOR DE IMAGEM DE CONTATO COLORIDO (CIS); ÁREA MÁXIMA DE DIGITALIZAÇÃO: A 200 DPI: MÁX. 21,6 CM X 609,6 CM (8,5" X 240") MÍN. 5,1 CM X 5,1 CM (2" X 2"); PESO DO PAPEL:27 G/M2 – 413 G/M2; FONTE DE LUZ: LED RGB DE 3 CORES; VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO: PRETO E BRANCO, COLORIDO, ESCALA DE CINZA, 300 DPI: 35 PPM (SIMPLEX)/70 IPM (DUPLEX)1; INTERFACES: USB 3.2 DE ALTA VELOCIDADE; CICLO DE TRABALHO DIÁRIO: ATÉ 4.000 PÁGINAS. ACOMPANHA CABO DE ALIMENTAÇÃO, USB, MANUAL E CD DE INSTALAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. BIVOLT	Unidade	CANON	01	2.040,00	2.040,00

VALOR TOTAL.....: R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
04.122.0005.2004 – Manut. da Secr. Mun. de Administração e Recursos Humanos.
Elemento de despesa:
44.90.52-00 – Equipamentos e Material Permanente;
Subelemento de despesa:
44.90.52-99 – Outros equipamentos e material permanente;
Fonte:
150000000 - Recursos não vinculados de Impostos

VIGÊNCIA.....: 07 de outubro de 2026 à 06 de outubro de 2027

ASSINAM:

Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 07/10/2026 14:00:34
Eric Yan da Silva - CPF: 142.XXX.XXX-07 - Assinado em: 07/10/2026 13:59:49

Henrique Koltun Ajuz - CPF: 033.XXX.XXX-00 - Assinado em: 07/10/2026 14:46:01

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F5C77D35

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 315/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 61/2026

CONTRATO Nº.....: 315/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 9/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES CNPJ: 38.446.921/0001-55 ENDEREÇO R PARQUE DOS IGARAPES, 0 , NOVA ESPERANCA, Parnamirim/RN CEP:59144130

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
17	TECLADO USB AVANÇADO: TECLADO ABNT2, PRETO; COM APOIO; TECLADO SUPERMACIO (INDICADO PARA PORTADOR DE LER)	Unidade	BRIGHT	03	26,20	78,60

VALOR TOTAL.....: R$ 78,60 (setenta e oito reais e sessenta centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Programa: 04.122.0005.2004 – Manut. da Secr. Mun. de Administração e Recursos Humanos.
Elemento de despesa: 44.90.52-00 – Equipamentos e Material Permanente;
Subelemento de despesa: 44.90.52-99 – Outros equipamentos e material permanente;
Fonte: 150000000 - Recursos não vinculados de Impostos

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até **07 de outubro de 2027** contados do(a) da de assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

ASSINAM:

Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 07/10/2026 14:00:34
Eric Yan da Silva - CPF: 142.XXX.XXX-07 - Assinado em: 07/10/2026 13:59:48
KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES - CNPJ: 38.XXX.XXX/XXXX-55 - Assinado em: 07/10/2026 14:54:43

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:AAEAE087

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 316/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 61/2026

CONTRATO Nº.....: 316/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 9/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84, CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: J RAFAEL DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 50.614.681/0001-56 ENDEREÇO R COMENDADOR TORLOGO DAUNTRE, 74 SALA 1207/326, CAMBUI, Campinas/SP CEP:13025270

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	GPS PORTÁTIL COM TRANSFLECTIVO, TFT DE 65K CORES; À PROVA D'ÁGUA IPX7; DURAÇÃO DE 16 HORAS DE BATERIA; INTERFACE MINI USB DE ALTA VELOCIDADE E COMPATÍVEL COM NMEA 0183; MAPAS PRÉ-CARREGADOS (TOPOACTIVE; ROTEÁVEL); CAPACIDADE DE ADICIONAR MAPA; ROTEAMENTO AUTOMÁTICO (ROTEAMENTO CURVA A CURVA NAS ESTRADAS) PARA ATIVIDADES AO AR LIVRE; INCLUI RECURSOS HIDROGRÁFICOS DETALHADOS (COSTAS, MARGENS DE LAGOS/RIOS, ZONAS ÚMIDAS E RIACHOS PERENES E SAZONAIS); INCLUI PONTOS DE INTERESSE PESQUISÁVEIS ??(PARQUES, ACAMPAMENTOS, MIRANTES PANORÂMICOS E LOCAIS PARA PIQUENIQUE); EXIBE PARQUES NACIONAIS, ESTADUAIS E LOCAIS, FLORESTAS E ÁREAS SELVAGENS; MEMÓRIA DE 16GB E ARMAZENAMENTO DE MEMÓRIA EXTERNA (CARTÃO MICROSD™MÁXIMO DE 32 GB);	Unidade	garmin	01	4.013,41	4.013,41

	WAYPOINTS/FAVORITOS/LOCAIS (5000); FAIXAS (200); REGISTRO DA TRILHA DE NAVEGAÇÃO (10.000 PONTOS, 200 TRILHAS SALVAS); ROTAS DE NAVEGAÇÃO (200, 250 PONTOS POR ROTA;ROTEAMENTO AUTOMÁTICO DE 50 PONTOS); RECEPTOR DE ALTA SENSIBILIDADE; GPS; GLONASS; GALILEU; QZSS; ALTÍMETRO BAROMÉTRICO; BÚSSOLA COM 3 EIXOS COM COMPENSAÇÃO DE INCLINAÇÃO; BÚSSOLA GPS (EM MOVIMENTO); SUPORTE DE FREQUÊNCIA MULTIBANDA; NOTIFICAÇÕES INTELIGENTES NO COMPUTADOR DE MÃO; CONTROLE REMOTO VIRB; NAVEGAÇÃO PONTO A PONTO; CÁLCULO DE ÁREA; INFORMAÇÕES SOBRE SOL E LUA; ADEQUADO PARA GEOCACHING; MAPAS PERSONALIZADOS COMPATÍVEIS (500 BLOCOS DE MAPAS PERSONALIZADOS); CONEXÕES CONECTIVIDADE SEM FIO (BLUETOOTH®, ANT+®)ACOMPANHANDO 1 (UM) CABO UBS E GARANTIA MINIMA DE 1 (UM) ANO.					

VALOR TOTAL.....: R$ 4.013,41 (quatro mil e treze reais e quarenta e um centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
04.122.0005.2004 – Manut. da Secr. Mun. de Administração e Recursos Humanos.
Elemento de despesa:
44.90.52-00 – Equipamentos e Material Permanente;
Subelemento de despesa:
44.90.52-99 – Outros equipamentos e material permanente;
Fonte:
150000000 - Recursos não vinculados de Impostos

VIGÊNCIA.....: 07 de outubro de 2026 à 07 de outubro de 2027

ASSINAM:

Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 07/10/2026 14:00:33
Eric Yan da Silva - CPF: 142.XXX.XXX-07 - Assinado em: 07/10/2026 13:59:47
J RAFAEL DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 50.XXX.XXX/XXXX-56 - Assinado em: 07/10/2026 14:46:07

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F3966593

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 317/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 61/2026

CONTRATO Nº.....: 317/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 9/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ: 50.958.011/0001-57 ENDEREÇO RUA CACHOEIRA DO SUL, 271 APTO 132 BL B, IMIRIM, São Paulo/SP CEP:05117010

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
21	WEBCAM COM FOCO AUTOMÁTICO HD E A CORREÇÃO DE LUZ EMBUTIDOS ADAPTAM O VÍDEO ÀS CONDIÇÕES, RESOLUÇÃO 1080P A 30 QPS / HD 720P A 30 QPS COM TAXA DE QUADROS DE 30 FRAMES POR SEGUNDO TENDO DOIS MICROFONES INTEGRADOS CAPTURAM O ÁUDIO DE TODOS OS ÂNGULOS.	Unidade	AITEK	02	144,90	289,80

VALOR TOTAL.....: R$ 289,80 (duzentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Programa: 04.122.0005.2004 – Manut. da Secr. Mun. de Administração e Recursos Humanos.
Elemento de despesa: 44.90.52-00 – Equipamentos e Material Permanente;
Subelemento de despesa: 44.90.52-99 – Outros equipamentos e material permanente;
Fonte: 150000000 - Recursos não vinculados de Impostos

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até **07 de outubro de 2027** contados do(a) da de assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

ASSINAM:

Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 07/10/2026 14:00:35
Eric Yan da Silva - CPF: 142.XXX.XXX-07 - Assinado em: 07/10/2026 13:59:48
LICITASHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 50.XXX.XXX/XXXX-57 - Assinado em: 07/10/2026 14:52:33

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1D5B9CEA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 118 - 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 118/2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL, NO VALOR DE 21.637,27 (VINTE E UM MIL SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Hudson Kênio de Moura Azevedo – Prefeito Municipal de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 68, VI, da Lei Orgânica do Município de Serra do Mel.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, concedida pelo art. 7º, da Lei Municipal nº 1154/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA - 2026, de 30 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3702, do dia 06 de janeiro de 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do município de Serra do Mel, no exercício corrente, no valor de R$ 21.637,27 (vinte e um mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos), nos termos que dispõem os artigos, 40, 41, I e 42, da Lei nº 4.320/64, destinado à criação de fonte de recurso, conforme especificações orçamentárias a seguir:

04 - Fundo Municipal de Assistência Social

04002 - FUNDO MUN.DE ASSIST.SOC DE SERRA DO MEL	
08.244.0001.2160 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO	
4490520000 - Equipamentos e material permanente	21.637,27
26600000 - Controle os recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - Lei Federal nº 8.742, 07/12/1993.	
TOTAL	**21.637,27**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de **Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias** nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

04 - Fundo Municipal de Assistência Social

04002 - FUNDO MUN.DE ASSIST.SOC DE SERRA DO MEL	
08.244.0001.2160 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO	
3390300000 - Material de uso e consumo	21.637,27
26600000 - Controle os recursos originários de transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - Lei Federal nº 8.742, 07/12/1993.	
TOTAL	**21.637,27**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, em 07 de outubro de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:395BDA45

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 119 - 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 119/2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL, NO VALOR DE 240.412,61 (DUZENTOS E QUARENTA MIL QUATROCENTOS E DOZE REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Hudson Kênio de Moura Azevedo – Prefeito Municipal de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 68, VI, da Lei Orgânica do Município de Serra do Mel.

CONSIDERANDO a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, concedida pelo art. 7º, da Lei Municipal nº 1154/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA - 2026, de 30 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3702, do dia 06 de janeiro de 2026.

CONSIDERANDO o disposto no art. 26, § 5º, da Lei Municipal nº 1073/2024, de 30 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3700, 02 de janeiro 2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Fiscal do município de Serra do Mel, no exercício corrente, no valor de R$ 240.412,61 (duzentos e quarenta mil quatrocentos e doze reais e sessenta e um centavos), nos termos que dispõem os artigos, 40, 41, I e 42, da Lei nº 4.320/64, conforme especificações orçamentárias a seguir:

04 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Ação	2160	Bloco de gestão do programa bolsa família e cadastro único				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica)	Fonte de Recurso	26600000	R$	3.601,00
Elemento de Despesa	339032	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	Fonte de Recurso	26600000	R$	3.601,45
Valor da suplementação (R$)						7.202,45

04 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Ação	2161	Bloco da proteção social básica				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	26600000	R$	10.000,00
Elemento de Despesa	339032	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	Fonte de Recurso	26600000	R$	33.186,48
Elemento de Despesa	339039	Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica)	Fonte de Recurso	26600000	R$	30.000,00
Valor da suplementação (R$)						73.186,48

04 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Ação	2160	Bloco de gestão do programa bolsa família e cadastro único				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339039	Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica)	Fonte de Recurso	26600000	R$	160.023,68
Valor da Suplementação (R$)						160.023,68
Total do Crédito (R$)						240.412,61

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de **Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias** e **Superavit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

04 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Ação	2166	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de consumo	Fonte de Recurso	26600000	R$	73.186,48
Valor da anulação (R$)						73.186,48

Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária	04.002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Ação	2161	Bloco da proteção social básica				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de consumo	Fonte de Recurso	26600000	R$	7.202,45
Valor da anulação (R$)						7.202,45

Superavit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior – Conta Corrente nº 112313-0 – Agência nº 36 – 1 Banco do Brasil S/A	Fonte de Recurso	26600000	R$	160.023,68

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, em 07 de outubro de 2026.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:429120AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
LEI MUNICIPAL Nº 0765/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 0765/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TRIBAU, A FAVOR DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, NO VALOR DE R$ 240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Tibau-RN, 07 de outubro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

ATO DE SANÇÃO

A Prefeita do Município de Tibau – RN, no uso de suas atribuições legais, sancionou expressamente o**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 0765/2026**, de iniciativa do**PODER EXECUTIVO** e aprovado por maioria, em 1ª discussão, pela Câmara Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 16 de setembro de 2026, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Outrossim, determino que o Gabinete da Prefeita, diligencie a imediata publicação a**LEI MUNICIPAL N° 0765 de 07 de outubro de 2026**, ora sancionada, em apenso, que:**"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TRIBAU, A FAVOR DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, NO VALOR DE R$ 240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".**

Cumpra-se, observada as cautelas legais.

Tibau/RN, em 07 de outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 0765/2026 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE TRIBAU, A FAVOR DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, NO VALOR DE R$ 240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lidiane Marques da Costa – Prefeita Municipal de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 55, IV, da Lei Orgânica do Município de Tibau e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Fiscal do Município de Tibau a favor do **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB**, no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), nos termos dos artigos, 40, 41, I e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado ao **"Fomento Tempo Integral 4%"**, conforme especificações a seguir:

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.008	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que transforma				
Ação	2211	Gestão e Manutenção do Fomento Tempo Integral 4% - FUNDEB				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319011	Vencimentos e Vantagens Fixas	Fonte de Recurso	15401070	R$	168.000,00
Valor do Crédito Especial (R$)						168.000,00

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.008	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que transforma
Ação	1196	Gestão e Manutenção de Unidades de Ensino Fundamental
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes

Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15400000	R$	72.000,00
Valor do Crédito Especial (R$)						72.000,00
Total do Crédito Especial (R$)						240.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de **Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, **conforme especificações a seguir:**

2000 – Prefeitura Municipal de Tibau

Unidade Orçamentária	02.008	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0005	Educa Tibau – Saber que transforma				
Ação	2045	Remuneração dos Profissionais da Educação e Encargos Socias do Ensino Fundamental – Fundeb 70%				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319011	Vencimentos e Vantagens Fixas	Fonte de Recurso	15401070	R$	240.000,00
Total do Crédito Anulado (R$)						240.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, em 07 de outubro de 2026

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:7760C420

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 58/2026

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão, 122 – Centro – Tibau do Sul/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a) pelo(a) prefeito municipal, VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 22/2026, processo administrativo n.º 121/2026, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual e futura **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, QUADRICICLOS E JEEP PAU DE ARARA DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL/RN**,
especificado (s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 122/2026,
que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **QUALYSAT TECNOLOGIA RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEICULOS LTDA**		
CNPJ: **04.269.008/0001-09**	Telefone: **81996668280**	Email:
Endereço: **AV CONSELHEIRO AGUIAR, 1555 LOJA 31, BOA VIAGEM, Recife/PE, CEP: 51111-011**		
Representante: **ANDREI GONCALVES DE LIRA** - CPF: **907.684.774-68**		

LOTE I

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0036974 - Monitoramento durante 12 (doze) meses:- Produto Homologado - Sinal do Rastreador - Aplicativo Celular - Alerta de Ignição - Central de Monitoramento 24h - Bloqueio - Cerca Virtual - Pontos de Localização - Deslocamento em tempo real - Histórico de trajetos - Relatório (deslocamento/paradas, velocidade, quantidade de quilômetros rodados, pontos de referências, diário de bordo) - Deslocamentos e paradas - Controle Manutenção (cadastrar veículos, históricos, próximas manutenções.)	SUNTECH - ST8310	SERV	2736,000000	25,800	70.588,80
2	0036973 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EQUIPAMENTO COMODATO DE RASTREAMENTO DE VEÍCULOS: Instalação de 228 (duzentos e vinte e oito) rastreadores em transportes aquaviários, quadriciclos e jeep pau de arara.	PROPRIA	SERV	228,000000	10,350	2.359,80
VALOR GLOBAL LOTE I						**72.948,60**

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e
4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES
4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVO DA ATA.
4.7.2. Quando a ata de registro de preços for prorrogada, os quantitativo serão renovado conforme artigo 84 e demais da Lei 14.133/2021.
5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.
5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.
5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. DO CADASTRO RESERVA
6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
6.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.
6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados

na ata.
6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;

7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.

8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.

8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço

registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.5. DA EXECUÇÃO

9.5.1 As entregas dos produtos deverão ser feitas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, sendo os locais dentro do Municipio, podendo as distâncias chegar até 25 KM, da sede do Municipio de Tibau do Sul/RN, ficando obrigado atender qualquer quantitativos solicitado, caso venha se negar, será responsabilizado, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;

9.5.2 A data e horário da entrega deverão ser agendados com o Setor requisitante da Secretaria Municipal de Administração e/ou solicitante por e-mail.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens
10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a
18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes ,

Tibau do Sul/RN, 24 de setembro de 2026

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN Representante Legal Do Órgão Gerenciador

ANDREI GONCALVES DE LIRA
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:D9E42F3F

GESTOR DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 57/2026

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, órgão gerenciador da ata de registro de preços, com sede no(a) Rua Dr. Hélio Galvão, 122 – Centro – Tibau do Sul/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.168.775/0001-82, neste ato representado (a)

pelo(a) prefeito municipal, VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 23/2026, processo administrativo n.º 131/2026, RESOLVE registrar os preços
da (s) empresa (s) indicada (s) e qualificada (s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade (s) cotada (s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO

1.1 A presente Ata tem por objeto a eventual e futura Registro de preços para eventual e futura **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRUTAS E VERDURAS) DESTINADO ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN**, especificado (s) no(s)
item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 132/2026 que é parte integrante
desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: **J NUNES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI EPP**		
CNPJ: **21.172.344/0001-58**	Telefone: **3025-3348/9135-6268**	Email: **faturamentoquallity@hotmail.com**
Endereço: **AV CAP MOR GOUVEIA, 3005 CEASA BOX 03, CANDELARIA, NATAL/RN, CEP: 59076-400**		
Representante: **JULIANA NUNES MOURA** - CPF: **127.191.527-81**		

LOTE I

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0037287 - Abobrinha Italiana (Cucurbita pepo var. cylindrica) a) Descrição: Produto in natura, fresco, com comprimento entre 18 e 20 cm, coloração uniforme variando do verde claro ao verde escuro, com pedúnculo íntegro. Casca lisa, sem manchas amareladas, sinais de apodrecimento, lesões profundas ou deformidades. Deve apresentar firmeza ao toque, boa aparência visual, estar livre de sujidades, parasitas, larvas, fungos ou qualquer sinal de deterioração. Deve atender às boas práticas de produção e manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, que permitam empilhamento sem esmagamento dos frutos. Devem ser organizadas de forma a evitar atrito e danos mecânicos. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados dentro do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos produtos da base, evitando amassamento ou compressão.	IN NATURA	KG	1100,000000	3,500	3.850,00
2	0037288 - Alho Tipo Extra (Allium sativum L.) a) Descrição: Cabeças grandes, com dentes bem definidos, de tamanho médio a grande, firmes, frescos, limpos e sem brotação. Isento de lesões físicas, mecânicas ou biológicas, umidade externa anormal, matéria terrosa, sujidades, corpos estranhos, enfermidades, parasitas, larvas ou insetos. Deve atender às especificações da categoria EXTRA conforme Portaria MAPA nº 435/2022 e às boas práticas da RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem: Embalagens novas, limpas, secas, inodoras e resistentes, podendo ser de papelão, madeira ou plástico, com capacidade máxima de 10kg por unidade. Devem proteger o produto contra danos físicos e contaminação. c) Transporte: As embalagens devem ser acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas e limpas, colocadas sobre estrados no caminhão, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade das cabeças de alho.	IN NATURA	KG	900,000000	16,500	14.850,00
3	0037289 - Batata Doce Branca ou Roxa (Ipomoea batatas (L.) Lam.) a) Descrição: Tubérculos de formato alongado e uniforme, peso entre 300g e 400g por unidade, casca lisa, bem conformados, sem rachaduras ou deformações. Isentos de lesões físicas, mecânicas ou biológicas, matéria terrosa, sujidades, corpos estranhos, enfermidades, parasitas, larvas ou insetos. Devem estar em estágio de maturação adequado para suportar transporte e manuseio, chegando ao destino em condições ideais para consumo. Devem atender às boas práticas conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Organizadas para preservar a integridade dos tubérculos. c) Transporte: Caixas devem ser colocadas sobre estrados no caminhão, sem contato direto com o piso. Empilhamento deve ser feito de forma a não danificar os produtos da base.	IN NATURA	KG	700,000000	2,970	2.079,00
4	0037290 - Batata Inglesa (Solanum tuberosum). a) Descrição: Tubérculos das classes 1 e 2, com diâmetro entre 4,5 cm e 8,5 cm, lavados, superfície lisa, sem brotos ou olhos visíveis. Isentos de manchas esverdeadas, lesões, parasitas, larvas, odores estranhos ou sinais de deterioração. Devem estar em estágio de maturação adequado para suportar transporte e manuseio. Devem atender às especificações da Portaria MAPA nº 69/1995 e às boas práticas da RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: Caixas devem ser colocadas sobre estrados no caminhão, sem contato direto com o piso. Empilhamento deve preservar a integridade dos tubérculos da base.	IN NATURA	KG	2600,000000	3,500	9.100,00
5	0037291 - Beterraba (Beta vulgaris) a) Descrição: Raízes tuberosas frescas, com diâmetro entre 8 e 12 cm (médio a grande porte), formato cilíndrico a oval, coloração vermelha intensa ou mista, casca lisa e íntegra. Devem estar firmes, limpas, sem folhas, isentas de umidade anormal, danos físicos profundos, excesso de bico, odores estranhos, parasitas, larvas ou insetos. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos produtos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	1400,000000	3,000	4.200,00
6	0037292 - Cebola Branca ou Roxa (Allium cepa L.) a) Descrição: Bulbos frescos, com diâmetro entre 5 e 9 cm (médio a grande), coloração brilhante (branca ou roxa), extremidades firmes, haste bem seca. Isentas de brotação, lesões físicas, mecânicas ou biológicas, sujidades, matéria terrosa, odores estranhos, parasitas, larvas ou insetos. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos bulbos da base.	IN NATURA	KG	3600,000000	3,500	12.600,00
7	0037293 - Cebolinha (Allium fistulosum) a) Descrição: Folhas frescas, inteiras, de coloração verde escura, firmes ao toque, sem manchas amareladas, partes murchas ou sinais de deterioração. Devem estar isentas de lesões de origem física, mecânica ou biológica, bem como de sujidades, matéria terrosa, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. Produto deve ser proveniente de plantas sãs, colhido recentemente, e atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para entrega: Em maços padronizados de aproximadamente 50g, protegidos por sacos plásticos transparentes, atóxicos e próprios para contato com alimentos. Os maços devem ser acondicionados em caixas plásticas vazadas, limpas, ventiladas e resistentes, organizados de forma a evitar danos físicos durante o transporte e o manuseio. c) Transporte: Preferencialmente refrigerado. As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos maços da base, evitando amassamento ou esmagamento.	IN NATURA	KG	500,000000	1,800	900,00
8	0037294 - Cenoura (Daucus carota L.) a) Descrição: Raízes frescas, inteiras, sem folhas, com comprimento entre 16 e 22 cm e peso entre 110g e 130g por unidade. Casca lisa, coloração laranja uniforme, firmeza ao toque, isentas de umidade externa, lesões físicas, mecânicas ou biológicas, sujidades, matéria terrosa, odores estranhos, parasitas, larvas ou insetos. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade das cenouras da base.	IN NATURA	KG	3600,000000	3,500	12.600,00
9	0037295 - Chuchu (Sechium edule Schwartz) a) Descrição: Frutos frescos, inteiros, com peso entre 250g e 400g por unidade, casca lisa, sem espinhos ou deformações graves, firmes ao toque. Devem estar limpos, isentos de umidade externa, danos físicos profundos, lesões de origem mecânica ou biológica, odores estranhos, parasitas, larvas, insetos, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	1900,000000	2,500	4.750,00
10	0037296 - Coentro (Coriandrum sativum) a) Descrição: Folhas frescas, viçosas, de coloração verde escura, firmes ao toque, separadas em maços padronizados de aproximadamente 50g, provenientes de plantas genuínas e fisiologicamente desenvolvidas. Devem estar isentas de lesões de origem física, mecânica ou biológica, bem como de sujidades, matéria terrosa, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície externa. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para entrega: Maços embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, atóxicos e próprios para contato com alimentos. Devem ser acondicionados em caixas de polietileno vazadas, limpas, ventiladas e resistentes, organizados de forma a evitar danos físicos durante o transporte e o manuseio. c) Transporte: Preferencialmente refrigerado. As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos maços da base, evitando amassamento ou esmagamento.	IN NATURA	KG	100,000000	1,800	180,00
11	0037297 - Couve (Brassica oleracea var. acephala) a) Descrição: Folhas frescas, viçosas, de tamanho médio a grande, com talos e lâminas inteiras, coloração verde escura uniforme. Devem estar isentas de manchas amareladas, lesões de origem física, mecânica ou biológica, bem como de sujidades, matéria terrosa, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície externa. Produto deve ser proveniente de plantas sãs, colhido recentemente, e atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para entrega: Maços padronizados de aproximadamente 100g, embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, atóxicos e próprios para contato com alimentos. Devem ser acondicionados em caixas de polietileno vazadas, limpas, ventiladas e resistentes, organizados de forma a evitar danos físicos durante o transporte e o manuseio. c) Transporte: Preferencialmente refrigerado. As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos maços da base, evitando amassamento ou esmagamento.	IN NATURA	KG	500,000000	1,800	900,00

12	0037298 - Inhame (Dioscorea cayanensis) a) Descrição: Túberas maduras, de formato alongado, com casca íntegra e lisa, livres de brotos, raízes, resíduos de solo ou sinais de podridão. Devem apresentar peso médio entre 800g e 1,2kg por unidade, estar firmes ao toque, isentas de danos físicos profundos, lesões mecânicas ou biológicas, odores estranhos, parasitas, larvas, insetos, sujidades ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos túberas da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	500,000000	3,000	1.500,00
13	0037299 - Jerimum (Cucurbita moschata) a) Descrição: Frutos inteiros, frescos (colheita recente), com peso entre 4kg e 6kg por unidade, casca limpa, firme, sem manchas ou rachaduras. Devem apresentar superfície lisa, estar isentos de umidade externa, danos físicos profundos, lesões mecânicas ou biológicas, odores estranhos, parasitas, larvas, insetos, sujidades ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	1900,000000	1,900	3.610,00
14	0037300 - Macaxeira Descascada e Congelada, 1kg a) Descrição: Produto obtido a partir de raízes frescas de Manihot esculenta, selecionadas, descascadas, lavadas e submetidas a processo de congelamento rápido, prontas para uso culinário. As raízes devem apresentar formato alongado e uniforme, com coloração característica, isentas de partes deterioradas, rachaduras, manchas escuras, lesões físicas, mecânicas ou biológicas. Produto livre de matéria terrosa, sujidades, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. Deve estar em estágio de maturação adequado para garantir textura firme após o preparo. Produto não deve conter aditivos, conservantes ou temperos. Deve atender às exigências da RDC ANVISA nº 331/2019 (padrões microbiológicos) e às boas práticas de fabricação conforme RDC nº 275/2002. b) Embalagem: Embalagem primária em saco plástico transparente, atóxico, resistente, termossoldado, com lacre inviolável e capacidade de 1kg. A embalagem secundária deve ser robusta, protegendo a embalagem primária contra danos físicos durante transporte e armazenamento. c) Transporte: Deve ser mantida sob temperatura máxima de -12°C, em condições que preservem as características físico-químicas e sanitárias do produto. As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade das embalagens da base. d) Validade: 6 meses ou mais a partir da data de entrega. e) Observações adicionais: Serão recusados produtos com presença de cristais de gelo excessivos ou sinais de descongelamento; Embalagens danificadas ou com risco de contaminação; Raízes com partes escuras, rachadas ou com textura comprometida.	MARIA BUNITA	KG	1800,000000	3,500	6.300,00
15	0037301 - Manjericão (Ocimum basilicum) a) Descrição: Folhas frescas, de colheita recente, separadas em maços padronizados de aproximadamente 50g, provenientes de plantas fisiologicamente desenvolvidas e sãs. Devem apresentar coloração verde intensa, sem manchas amareladas ou marrons, e estar isentas de lesões de origem física, mecânica ou biológica, bem como de sujidades, matéria terrosa, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície externa. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para entrega: Maços embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, atóxicos e próprios para contato com alimentos. Devem ser acondicionados em caixas de polietileno vazadas, limpas, ventiladas e resistentes, organizados de forma a evitar danos físicos durante o transporte e o manuseio. c) Transporte: Preferencialmente refrigerado. As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos maços da base, evitando amassamento ou esmagamento.	IN NATURA	KG	100,000000	1,800	180,00
16	0037302 - Pimentão Verde (Capsicum annuum) a) Descrição: Frutos inteiros, frescos, com comprimento entre 12cm e 21cm, coloração verde uniforme e brilhante, superfície lisa e firme ao toque. Isentos de lesões físicas, mecânicas ou biológicas, matéria terrosa, sujidades, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionado em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	1200,000000	3,000	3.600,00
17	0037303 - Repolho Branco (Brassica oleracea var. capitata) a) Descrição: Cabeças fisiologicamente desenvolvidas, com peso entre 1,0kg e 2,0kg por unidade, folhas sãs, inteiras, viçosas, sem rupturas, coloração verde clara uniforme. Devem estar limpas, firmes ao toque, isentas de manchas, lesões físicas, mecânicas ou biológicas, matéria terrosa, sujidades, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionado em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade das cabeças da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	800,000000	4,000	3.200,00
18	0037304 - Repolho Roxo (Brassica oleracea var. capitata f. rubra) a) Descrição: Cabeças fisiologicamente desenvolvidas, com peso entre 1,0kg e 2,0kg por unidade, folhas sãs, inteiras, viçosas, sem rupturas, com coloração roxa intensa e uniforme. Devem estar limpas, firmes ao toque, isentas de manchas, lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionado em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade das cabeças da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	800,000000	4,000	3.200,00
19	0037305 - Salsa (Petroselinum crispum) a) Descrição: Folhas frescas, de colheita recente, separadas em maços padronizados de aproximadamente 50g. Devem apresentar coloração verde intensa, sem manchas amareladas ou marrons, e estar isentas de lesões físicas, mecânicas ou biológicas. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para entrega: Maços embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, atóxicos e próprios para alimentos. Devem ser acondicionados em caixas de polietileno vazadas, limpas e resistentes, organizados de forma a evitar danos durante o transporte. c) Transporte: Preferencialmente refrigerado. As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos maços da base.	IN NATURA	KG	100,000000	1,800	180,00
20	0037306 - Tomate (Solanum lycopersicum) a) Descrição: Frutos fisiologicamente desenvolvidos, com peso entre 90g e 110g por unidade (tamanho médio), coloração uniforme e brilhante, superfície lisa e firme ao toque. Devem estar frescos, isentos de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. Devem estar em estágio de maturação adequado para suportar transporte e manuseio, chegando ao destino em condições satisfatórias para consumo em até 5 dias. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionado em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	5200,000000	3,500	18.200,00
21	0037307 - Abacate In Natura (Persea americana) a) Descrição: Frutos inteiros, frescos, com casca lisa e coloração verde uniforme, peso médio entre 200g e 500g por unidade. Devem estar firmes ao toque, isentos de manchas, batidas, esfoliões ou qualquer dano físico, mecânico ou biológico que comprometa sua aparência ou integridade. Devem apresentar grau de maturação adequado para suportar manipulação, transporte e conservação, mantendo condições ideais para consumo. Entrega prevista de forma parcelada. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e IN MAPA nº 02/2018. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	900,000000	5,000	4.500,00
22	0037308 - Abacaxi In Natura (Ananas comosus) a) Descrição: Frutos fisiologicamente desenvolvidos, com peso igual ou superior a 1,5kg por unidade (médio a grande porte). Devem estar limpos, livres de poeira, resíduos de tratamentos, substâncias nocivas à saúde ou qualquer matéria estranha. Devem apresentar grau de maturação adequado para suportar transporte e manuseio, mantendo condições satisfatórias para consumo por até 3 dias após a entrega. Produto deve atender à IN SARC nº 001/2002 e às boas práticas agrícolas conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	4200,000000	2,400	10.080,00
23	0037309 - Banana Pacovan (Musa paradisíaca) ou Prata (Musa sapientum) a) Descrição: Frutos desenvolvidos, com comprimento igual ou superior a 20cm e diâmetro mínimo de 35mm. Devem apresentar casca amarela esverdeada, firme, sem danos graves decorrentes de manuseio ou transporte. Isentos de substâncias nocivas à saúde, poeira, matérias estranhas, insetos, fungos ou lesões físicas. Devem estar em grau de maturação que permita conservação adequada por no mínimo 2 dias após a entrega. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	7000,000000	2,600	18.200,00
24	0037310 - Banana Nanica / Caturra / Anã (Musa acuminata) a) Descrição: Frutos desenvolvidos, com peso entre 80g e 130g por unidade (tamanho médio), casca firme e coloração uniforme. Isentos de substâncias nocivas à saúde, poeira, matérias estranhas, insetos, fungos ou lesões físicas. Devem apresentar grau de maturação que permita conservação adequada por no mínimo 2 dias após a entrega. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	200,000000	2,600	520,00
25	0037311 - Goiaba (Psidium guajava) a) Descrição: Frutos inteiros, frescos, com peso entre 90g e 110g por unidade (tamanho médio), fisiologicamente desenvolvidos, com casca firme e coloração uniforme. Isentos de substâncias nocivas à saúde, poeira, matérias estranhas, danos físicos, insetos, fungos ou qualquer sinal de deterioração. Devem apresentar grau de maturação que permita suportar manipulação, transporte e conservação por até 5 dias após a entrega. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento. d) Observações adicionais: serão devolvidos frutos que se apresentem maduros demais para serem consumidos in natura.	IN NATURA	KG	2900,000000	5,000	14.500,00
26	0037312 - Laranja Tipo Pêra (Citrus sinensis) a) Descrição: Frutos inteiros, com peso entre 90g e 120g por unidade (tamanho médio), casca fina, coloração uniforme e firmeza ao toque. Isentos de substâncias nocivas à saúde, poeira, matérias estranhas, danos físicos, insetos, fungos ou qualquer	IN NATURA	KG	5200,000000	2,800	14.560,00

	sinal de deterioração. Devem apresentar grau de maturação que permita conservação adequada por até 5 dias após a entrega. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.					
27	0037313 - Maçã Tipo Fuji ou Gala (Malus domestica Bork) a) Descrição: Frutos inteiros, com peso entre 80g e 100g por unidade (tamanho médio), casca firme, coloração característica da cultivar, polpa com boa firmeza. Isentos de parasitas, odores estranhos, danos físicos, sinais de deterioração por temperatura inadequada, insetos ou fungos. Devem estar em grau de desenvolvimento fisiológico que permita conservação por até 5 dias após a entrega. Produto deve atender à IN MAPA nº 5, de 9 de fevereiro de 2006, e às boas práticas agrícolas conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	4000,000000	7,000	28.000,00
28	0037314 - Mamão Tipo Formosa ou Havaí (Carica papaya) a) Descrição: Frutos inteiros, com peso entre 1,0kg e 1,3kg por unidade (tamanho médio), casca firme ao toque, coloração uniforme, com 25% a 50% da superfície amarelada (meia maturação). Isentos de parasitas, odores estranhos, danos físicos, sinais de deterioração ou qualquer classificação como "Fora de Categoria". Devem estar em grau de desenvolvimento fisiológico que permita conservação por até 3 dias após a entrega. Produto deve atender à IN MAPA nº 4, de 22 de janeiro de 2010, e às boas práticas agrícolas conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento. d) Observações adicionais: serão devolvidos frutos que se apresentem maduros demais para serem consumidos in natura; frutos com sinais iniciais de fungos e podridão iniciada, mesmo que em apenas parte do fruto.	IN NATURA	KG	3000,000000	2,600	7.800,00
29	0037315 - Maracujá In Natura (Passiflora edulis) a) Descrição: Frutos inteiros, frescos, fisiologicamente desenvolvidos, com casca firme e coloração uniforme (amarela ou roxa, conforme variedade), peso médio entre 150g e 300g por unidade. Devem apresentar superfície lisa ou levemente enrugada (indicando maturação), estar limpos, sem rachaduras, manchas, deformações ou sinais de deterioração. Isentos de parasitas, larvas, insetos, odores estranhos, sujidades ou qualquer corpo estranho aderido à superfície externa. Devem estar em grau de maturação que permita suportar o transporte e a conservação, chegando ao destino em condições satisfatórias para consumo por até 3 dias. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e aos padrões microbiológicos da RDC nº 331/2019. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada, protegendo os frutos contra danos físicos durante o transporte. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento ou ruptura da casca. d) Observações adicionais: serão devolvidos frutos que se apresentem maduros demais para serem consumidos in natura; frutos com sinais iniciais de fungos e podridão iniciada, mesmo que em apenas parte do fruto.	IN NATURA	KG	1300,000000	5,900	7.670,00
30	0037316 - Melancia (Citrullus lanatus) a) Descrição: Frutos inteiros, bem desenvolvidos, com peso entre 3kg e 7kg por unidade (tamanho pequeno a médio), casca firme ao toque e polpa vermelha, fresca e macia. Devem apresentar aproximadamente 80% de maturação, estar limpos, isentos de parasitas, odores estranhos, rachaduras ou danos físicos. Devem estar em grau de desenvolvimento fisiológico que permita suportar transporte e manuseio, chegando em condições satisfatórias para consumo por até 5 dias. Frutas fora da faixa de peso especificada serão recusadas. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	6700,000000	2,000	13.400,00
31	0037317 - Melão Amarelo (Cucumis melo var. inodorus) a) Descrição: Frutos inteiros, bem desenvolvidos, com peso entre 1,5kg e 3kg por unidade, casca lisa, firme, de coloração amarela uniforme, sem rachaduras ou manchas. Devem apresentar aproximadamente 80% de maturação, polpa clara, macia e suculenta, com aroma suave característico. Isentos de parasitas, larvas, insetos, odores estranhos, sujidades ou qualquer corpo estranho aderido à superfície externa. Devem estar em grau de desenvolvimento fisiológico que permita suportar transporte e manuseio, chegando ao destino em condições satisfatórias para consumo por até 5 dias. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	1800,000000	2,800	5.040,00
32	0037318 - Melão Cantaloupe (Cucumis melo var. cantalupensis) a) Descrição: Frutos inteiros, bem desenvolvidos, com peso entre 1,5kg e 3kg por unidade, casca firme com textura rendilhada característica, coloração esverdeada ou bege, sem rachaduras ou manchas. Devem apresentar aproximadamente 80% de maturação, polpa alaranjada, macia, suculenta e aromática. Isentos de parasitas, larvas, insetos, odores estranhos, sujidades ou qualquer corpo estranho aderido à superfície externa. Devem estar em grau de desenvolvimento fisiológico que permita suportar transporte e manuseio, chegando ao destino em condições satisfatórias para consumo por até 5 dias. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionados em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	2000,000000	2,800	5.600,00
33	0037319 - Tangerina Tipo Poncam, Cravo ou Murgot (Citrus reticulata) a) Descrição: Frutos inteiros, com peso entre 80g e 120g por unidade (tamanho médio), casca firme e coloração alaranjada quando madura. Devem estar sãs, limpas, isentas de matérias estranhas, impurezas visíveis, parasitas, umidade externa anormal, danos físicos ou odores estranhos. Devem estar em grau de maturação que permita suportar transporte e manuseio, chegando em condições satisfatórias para consumo por até 3 dias. Produto deve atender às boas práticas agrícolas e de manipulação conforme RDC ANVISA nº 275/2002. b) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, com capacidade adequada para evitar esmagamento. Devem permitir empilhamento seguro e ventilação adequada. c) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos frutos da base, evitando amassamento.	IN NATURA	KG	2800,000000	6,000	16.800,00
34	0037320 - Uva Roxa Sem Sementes (Citrus vinifera – Variedades Thompson, Melodia, Vitória) a) Descrição: Frutos frescos, destinados ao consumo in natura, originários exclusivamente de variedades comprovadamente apirênicas (sem sementes): Thompson, Melodia ou Vitória. Devem apresentar coloração uniforme (rósea, avermelhada ou preta), polpa e casca firmes e intactas, sem manchas, rachaduras, defeitos graves ou danos físicos/mecânicos. Devem estar bem desenvolvidas, maduras, livres de sujidades, parasitas, larvas, insetos ou qualquer corpo estranho aderido à superfície. É terminantemente proibida a entrega de uvas com sementes, mesmo que parcialmente desenvolvidas ou em estágio embrionário. O produto deve atender à NTA 17 (Decreto nº 12.486 de 20/10/1978), aos padrões microbiológicos da RDC ANVISA nº 12/2001 e à Instrução Normativa Conjunta SARC/ANVISA/INMETRO nº 9/2002. b) Embalagem primária: Fracionadas em embalagens com tampa articulada e ventilação, com capacidade para 500g. Material: poli(tereftalato de etileno) ou similar, transparente, atóxico e próprio para contato com alimentos. A embalagem deve proteger os frutos contra danos físicos e contaminação, e permitir fácil inspeção visual. c) Embalagem para transporte: Acondicionadas em caixas plásticas vazadas, ventiladas, limpas e resistentes, que permitam empilhamento sem comprometer a integridade das embalagens primárias. d) Transporte: As caixas devem ser colocadas sobre estrados no interior do veículo, sem contato direto com o piso. O empilhamento deve preservar a integridade dos produtos da base, evitando amassamento.	VITORIA	KG	2400,000000	9,000	21.600,00
35	0037321 - Ovos de Galinha – Bandeja com 30 Unidades a)Descrição: Ovos de 1ª qualidade, classificados como “especial” ou “extra”, com peso mínimo de 55g por unidade. Devem ser frescos, sãos, limpos, com casca íntegra, sem rachaduras, trincas ou deformações. Isentos de parasitas, fungos, odores ou sabores estranhos. A gema deve ser translúcida, firme, consistente, centralizada e sem germe desenvolvido. A clara deve ser transparente, densa, firme, espessa, límpida e sem manchas. Não será permitida a mistura de classes ou qualidades. b)Embalagem: Bandejas de papelão forte ou isopor, inodoras, secas e resistentes à umidade, com divisões celulares para até 30 unidades. Devem ser organizadas em camadas isoladas, protegendo os ovos contra impactos. c)Rotulagem: A rotulagem dos ovos deve obedecer integralmente à RDC ANVISA nº 727/2022 e à legislação vigente sobre produtos de origem animal. É obrigatória a presença de selo oficial de inspeção sanitária, conforme uma das seguintes opções:· SIF (Serviço de Inspeção Federal) – Ministério da Agricultura e Pecuária; SIE (Serviço de Inspeção Estadual) – órgão estadual competente; SIM (Serviço de Inspeção Municipal) – desde que reconhecido pelo SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal) d)Validade: Os ovos devem ser entregues com validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega, contados a partir da data de embalagem constante na rotulagem. Produtos com prazo inferior serão recusados. e) Observações adicionais: O recebimento está condicionado à inspeção visual e amostragem técnica. Ovos com casca danificada ou fora do padrão serão recusados.	AVIPEC	Bandeja	2100,000000	17,000	35.700,00
VALOR GLOBAL LOTE I						**309.949,00**

2.2 referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. <u>ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)</u>

3.1 O órgão gerenciador será a prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. <u>DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL</u>

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não

participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
4.7 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES
4.7.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8 VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS
4.8.1 os quantitativo serão renovados na prorrogação.
5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.
5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. Quando a ata de registro de preços for prorrogada, os quantitativo serão renovado conforme artigo 84 e demais da Lei 14.133/2021.
5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.
5.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6. DO CADASTRO RESERVA
6.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
6.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
6.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
6.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.
6.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
6.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
6.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
6.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
6.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
6.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;

7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.
7.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
7.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo

superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.
8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.
8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a

necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conformeas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para acontratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;
b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;
10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente

devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.
10.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Tibau do Sul/RN, 22 de setembro de 2026

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

JULIANA NUNES MOURA
Representante Legal Do Fornecedor

Publicado por:
Marcelo Ferreira Marinho Filho
Código Identificador:A603476E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 005/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 005/2026, DE 02 de fevereiro de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 35 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),
RESOLVE
O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 35 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),
DECRETA
Art. 1º - Ficam autorizadas as modificações orçamentárias no montante total de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) constante do Quadro de Detalhamento de Despesa deste município, referente à Lei nº 541/2025, para suplementar as dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários às modificações orçamentárias de que trata o artigo anterior são oriundos das anulações, de igual importância, das dotações discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 02 de fevereiro de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**80.000,00**
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**50.000,00**
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**50.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003120	0001	50.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**30.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**30.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**80.000,00**
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**50.000,00**
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**50.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	50.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**30.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:A7041EE7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 006/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 006/2026, DE 02 de fevereiro de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 242.321,23, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e no art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 541, de 26 de dezembro de 2025 c/c art. 51º, § 1º, Inciso I, da Lei Municipal nº 525, de 16 julho de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 242.321,23 (duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e três centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fontes de recursos para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, § 1.º inciso I, na forma a seguir discriminada:
I - O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na fonte de recursos 500 (Recursos não Vinculados de Impostos) no valor total de R$ 161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais).
II - O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na fonte de recursos 600-3110 (Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais) no valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
III - O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na fonte de recursos 700-3110 (Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais) no valor total de R$ 31.321,23 (trinta e um mil e trezentos e vinte e um reais e vinte e três centavos).
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 02 de fevereiro de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**242.321,23**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**161.000,00**
	1002 CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERACAO DE UNIDADES HABITACIONAIS				**161.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	25000000	0001	161.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**50.000,00**
	2018 PARTICIPACAO EM CONSORCIOS DE SAUDE				**50.000,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	26003110	0001	50.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**31.321,23**
	1059 CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES ESCOLARES				**31.321,23**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	27003110	0001	31.321,23

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:5E1C4932

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 007/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 7, DE 02 de março de 2026

Altera o “Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD” da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 35 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),

DECRETA

Art. 1º - Ficam autorizadas as modificações orçamentárias no montante total de R$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais) constante do Quadro de Detalhamento de Despesa deste município, referente à Lei nº 541/2025, para suplementar as dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários às modificações orçamentárias de que trata o artigo anterior são oriundos das anulações, de igual importância, das dotações discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 02 de março de 2026.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**247.000,00**
02 .003 SEC. MUN DE ADM. PLAN. LIC, CONTRATOS E COMPRAS					**5.000,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**25.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**15.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	15.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	10.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**186.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**161.000,00**
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	100.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	6.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	55.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15430000	0001	5.000,00
	2035 MANUTENCAO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCACAO- QSE				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	20.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**30.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**30.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	30.000,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**1.000,00**
	2042 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTUR				**1.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**247.000,00**
02 .003 SEC. MUN DE ADM. PLAN. LIC, CONTRATOS E COMPRAS					**5.000,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**25.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	15.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**186.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**161.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	55.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15430000	0001	5.000,00
	2035 MANUTENCAO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCACAO- QSE				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	20.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**30.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**1.000,00**
	2042 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTUR				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:D3BFF2CD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 008-2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 8, DE 09 de abril de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 212.954,06, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e no art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 541, de 26 de dezembro de 2025 c/c art. 51º, § 1º, Inciso I, da Lei Municipal nº 525, de 16 julho de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 212.954,06 (duzentos e doze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fontes de recursos para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, § 1.º inciso I, na forma a seguir discriminada:
I - O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na fonte de recursos 500 (Recursos não Vinculados de Impostos) no valor total de R$ 212.954,06 (duzentos e doze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos).
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 09 de abril de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**212.954,06**
02 .012 Sec. Mun. de Cultura, Turismo e Desenvolv. Econom					**212.954,06**
	1095 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ARTESANATO				**212.954,06**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	25000000	0001	150.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	25000000	0001	62.954,06

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:AA64FBCD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 009-2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 009/2026, DE 02 de março de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 365.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 51 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e art. 6º, III, da Lei nº 541/2025 (Lei Orçamentária Anual),
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 02 de março de 2026.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**365.000,00**
02 .003 SEC. MUN DE ADM. PLAN. LIC, CONTRATOS E COMPRAS					**150.000,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**150.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	150.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**50.000,00**
	2094 PROGRAMA FARMACIA BASICA				**50.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	50.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**160.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE E PETERN				**35.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	35.000,00
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**70.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	70.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	50.000,00
	2035 MANUTENCAO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCACAO- QSE				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	5.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**5.000,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**365.000,00**
02 .002 GABINETE CIVIL					**90.000,00**
	2002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE				**90.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	90.000,00
02 .004 CONTROLADORIA INTERNA					**15.000,00**
	2050 MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO				**15.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	15.000,00
02 .005 SEC. MUN. DE FINANCAS, TRIBUT E ARREC.					**20.000,00**
	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO				**20.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**50.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	50.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**160.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**85.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	85.000,00
	2033 MANUT DO PGTO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%				**70.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	70.000,00

	2035 MANUTENCAO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCACAO- QSE				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	5.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**25.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**25.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	25.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**5.000,00**
	1099 CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE ESPORTIVO				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:7580520D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 010/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 010/2026, DE 02 de março de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 450.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e no art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 541, de 26 de dezembro de 2025 c/c art. 51º, § 1º, Inciso I, da Lei Municipal nº 525, de 16 julho de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fontes de recursos para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, § 1.º inciso I, na forma a seguir discriminada:

I - O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na fonte de recursos 700-3110 (Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais) no valor total de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 02 de março de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**450.000,00**
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**450.000,00**
	1048 CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMADO E ILUMINAÇÃO				**450.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	27003110	0001	450.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:3B150187

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 011/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 011/2026, DE 01 de abril de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 511.200,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 51 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e art. 6º, III, da Lei nº 541/2025 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 511.200,00 (quinhentos e onze mil e duzentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 01 de abril de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**511.200,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**33.000,00**
	2097 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**29.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	29.000,00
	2039 AQUISIÇÃO E DOAÇÃO DE KIT BEBÊ PARA AS GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**417.200,00**
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**3.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	3.000,00
	2094 PROGRAMA FARMACIA BASICA				**100.000,00**

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	100.000,00
	1013 AQUISICAO DE VEICULO E AMBULANCIA				**314.200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	314.200,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**20.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	20.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**41.000,00**
	1062 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS				**41.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17103210	0001	41.000,00
Anexo II (Redução)					**511.200,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**33.000,00**
	2011 BENEFICIOS EVENTUAIS DA LOAS				**29.000,00**
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	29.000,00
	1110 PROJETO CASA RENOVADA				**4.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	4.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**417.200,00**
	1071 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE				**71.200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	71.200,00
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	100.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**3.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003110	0001	3.000,00
	2082 INCENTIVO PARA AS AÇÕES ESTRATÉGICAS				**71.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	70.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	16000000	0001	1.000,00
	2090 MANUTENCAO DO EMULTI				**40.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	40.000,00
	1013 AQUISICAO DE VEICULO E AMBULANCIA				**77.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	77.000,00
	1017 AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS DE SAUDE				**55.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	55.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**20.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**8.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	5.000,00
	2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	2.000,00
	2112 AQUISICAO DE KITS ESCOLARES PARA ALUNOS/PRO				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	10.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**41.000,00**
	1083 CONSTRUÇÃO, EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO				**41.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	41.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:909BA899

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 012/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 12, DE 01 de abril de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 35 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),

DECRETA

Art. 1º - Ficam autorizadas as modificações orçamentárias no montante total de R$ R$ 489.800,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil e oitocentos reais) constante do Quadro de Detalhamento de Despesa deste município, referente à Lei nº 541/2025, para suplementar as dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários às modificações orçamentárias de que trata o artigo anterior são oriundos das anulações, de igual importância, das dotações discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 01 de abril de 2026.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**489.800,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**19.000,00**
	2097 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**19.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	19.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**200.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**155.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	125.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	30.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003110	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003120	0001	20.000,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003120	0001	10.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**240.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**240.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	100.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15001001	0001	130.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	10.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**30.000,00**
	1018 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PARA GERENCIAMENTO DAS AGUAS PLUVIAIS				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	30.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**800,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**800,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	800,00
Anexo II (Redução)					**489.800,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**19.000,00**
	2097 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**19.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**200.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**155.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	80.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	75.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	35.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**240.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**240.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	130.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**30.000,00**
	1018 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PARA GERENCIAMENTO DAS AGUAS PLUVIAIS				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	30.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**800,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	800,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:D514C08B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 013/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 013/2026, DE 04 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 630.194,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e no art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 541, de 26 de dezembro de 2025 c/c art. 51º, § 1º, Inciso I, da Lei Municipal nº 525, de 16 julho de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 630.194,00 (seiscentos e trinta mil, cento e noventa e quatro reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fontes de recursos para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, § 1.º inciso I, na forma a seguir discriminada:

I - O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na fonte de recursos 500 (Recursos não Vinculados de Impostos) no valor total de 70.000,00 (setenta mil reais).

II - O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na fonte de recursos 600-3110 (Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais) no valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

III - O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior na fonte de recursos 700-3110 (Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais) no valor total de R$ 500.194,00 (quinhentos mil e cento e noventa e quatro reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 04 de maio de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**630.194,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**500.194,00**
	1053 AQUISICAO DE VEICULO				**500.194,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27003110	0001	500.194,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**60.000,00**
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**60.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	60.000,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**70.000,00**
	1024 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E RECUPERACAO DE BARRAGENS E ACUDES				**70.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	25000000	0001	70.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:7B16C928

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 014/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 014/2026, DE 04 de maio de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 35 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),

DECRETA

Art. 1º - Ficam autorizadas as modificações orçamentárias no montante total de R$ 601.222,00 (seiscentos e um mil, duzentos e vinte e dois reais) constante do Quadro de Detalhamento de Despesa deste município, referente à Lei nº 541/2025, para suplementar as dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários às modificações orçamentárias de que trata o artigo anterior são oriundos das anulações, de igual importância, das dotações discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 04 de maio de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**601.222,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**38.722,00**
	2060 MANUTENCAO DOS SERVICOS OFERTADOS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
	1053 AQUISICAO DE VEICULO				**37.722,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	22.222,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17550000	0001	15.500,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**59.500,00**
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**39.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003130	0001	9.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	30.000,00
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	10.000,00
	1013 AQUISICAO DE VEICULO E AMBULANCIA				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	10.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**443.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**100.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	100.000,00
	2033 MANUT DO PGTO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%				**200.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	200.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	20.000,00
	2089 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL BÁSICO E IMPLANTAÇÃO DO ENSINO INTEGRAL				**123.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	123.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**50.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**50.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	50.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**10.000,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**601.222,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**38.722,00**
	2060 MANUTENCAO DOS SERVICOS OFERTADOS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**1.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
	1053 AQUISICAO DE VEICULO				**37.722,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	15.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27003110	0001	22.222,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**59.500,00**
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**39.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	39.500,00
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	10.000,00
	1013 AQUISICAO DE VEICULO E AMBULANCIA				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16210000	0001	4.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	5.500,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**443.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	50.000,00
	2033 MANUT DO PGTO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%				**200.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	200.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	7.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA	15400000	0001	5.000,00

		JURÍDICA			
	2089 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL BÁSICO E IMPLANTAÇÃO DO ENSINO INTEGRAL				**123.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15690000	0001	58.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	7.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	33.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**50.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**10.000,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:F6631239

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 015/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 015, DE 04 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 164.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 51 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e art. 6º, III, da Lei nº 541/2025 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 04 de maio de 2026.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**164.000,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**14.000,00**
	2072 MANUT. E GESTÃO DOS REC. DE APOIO À ORG. E GESTÃO DO SUAS E DE FORT. DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS				**14.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	14.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**70.000,00**
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**30.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	30.000,00
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	20.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**50.000,00**
	1062 CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PRAÇAS PÚBLICAS				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	50.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**30.000,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**30.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**164.000,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**14.000,00**
	2060 MANUTENCAO DOS SERVICOS OFERTADOS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**14.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	14.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**70.000,00**
	2019 PROGRAMA DE DISTRIBUICAO DE PROT. DENTARIAS				**20.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	20.000,00
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	30.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**20.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	20.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**50.000,00**
	1037 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇAO DE GALPÕES INDUSTRIAIS E FACÇÕES				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	50.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**30.000,00**
	2241 APOIO AOS FESTEJOS POPULARES				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:090D43EC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 016/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 016/2026, DE 04 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 267.200,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 51 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e art. 6º, III, da Lei nº 541/2025 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 267.200,00 (duzentos e sessenta e sete mil e duzentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 04 de maio de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**267.200,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**20.000,00**
	2097 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	20.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**217.200,00**
	1013 AQUISICAO DE VEICULO E AMBULANCIA				**217.200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	200.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17550000	0001	17.200,00
02 .012 Sec. Mun. de Cultura, Turismo e Desenvolv. Econom					**30.000,00**
	2201 Emenda Coletiva 02/2026 - Manut. das Ativ. da Associação das Bordadeiras de Timbauba dos Batistas				**30.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**267.200,00**
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**20.000,00**
	2060 MANUTENCAO DOS SERVICOS OFERTADOS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**20.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	8.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	12.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**217.200,00**
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**200.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	200.000,00
	1019 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A SAÚDE				**17.200,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	5.200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	12.000,00
02 .999 RESERVA DE CONTINGENCIA					**30.000,00**
	0099 RESERVA DE CONTINGENCIA				**30.000,00**
		9.9.99.99 A CLASSIFICAR	15000000	0001	30.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:E1BBBE69

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 017/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 017/2026, DE 01 de junho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 140.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 51 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e art. 6º, III, da Lei nº 541/2025 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 01 de junho de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**140.000,00**
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**100.000,00**
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**70.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	70.000,00
	2094 PROGRAMA FARMACIA BASICA				**30.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	30.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**20.000,00**

	2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	20.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**20.000,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**140.000,00**
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**100.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	30.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**70.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	20.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**20.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	20.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**20.000,00**
	2241 APOIO AOS FESTEJOS POPULARES				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:2C875332

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 018/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 018/2026, DE 01 de junho de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 35 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),

DECRETA

Art. 1º - Ficam autorizadas as modificações orçamentárias no montante total de R$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) constante do Quadro de Detalhamento de Despesa deste município, referente à Lei nº 541/2025, para suplementar as dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários às modificações orçamentárias de que trata o artigo anterior são oriundos das anulações, de igual importância, das dotações discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 01 de junho de 2026.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**575.000,00**
02 .003 SEC. MUN DE ADM. PLAN. LIC, CONTRATOS E COMPRAS					**182.000,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**182.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	182.000,00
02 .004 CONTROLADORIA INTERNA					**3.000,00**
	2050 MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO				**3.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.000,00
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**31.000,00**
	2010 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**31.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	23.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**80.000,00**
	2028 PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				**30.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	30.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**35.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003130	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	5.000,00
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	10.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**175.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**130.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	110.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	20.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**45.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15430000	0001	5.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**44.000,00**
	1018 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PARA GERENCIAMENTO DAS AGUAS PLUVIAIS				**44.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	44.000,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**30.000,00**
	2042 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTUR				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	30.000,00
02 .012 Sec. Mun. de Cultura, Turismo e Desenvolv. Econom					**30.000,00**
	2053 COFINANCIAMENTO FEDERAL DESTINADO AO SETOR CULTURAL - LEI ALDIR BLANC				**30.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17190000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**575.000,00**
02 .003 SEC. MUN DE ADM. PLAN. LIC, CONTRATOS E COMPRAS					**182.000,00**

	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**182.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	65.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	22.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
02 .004 CONTROLADORIA INTERNA					**3.000,00**
	2050 MANUTENCAO DO CONTROLE INTERNO				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**31.000,00**
	2010 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**31.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	23.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**80.000,00**
	2028 PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				**30.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	5.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	25.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**35.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	18.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	12.000,00
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**15.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	15.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**175.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**130.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	70.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	60.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**45.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	10.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	5.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	5.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15400000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	10.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**44.000,00**
	1018 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PARA GERENCIAMENTO DAS AGUAS PLUVIAIS				**44.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	44.000,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**30.000,00**
	2042 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTUR				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
02 .012 Sec. Mun. de Cultura, Turismo e Desenvolv. Econom					**30.000,00**
	2053 COFINANCIAMENTO FEDERAL DESTINADO AO SETOR CULTURAL - LEI ALDIR BLANC				**30.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17190000	0001	30.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:FA6CD726

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 019/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 019/2026, DE 01 de julho de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 35 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),

DECRETA

Art. 1º - Ficam autorizadas as modificações orçamentárias no montante total de R$ 457.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil reais) constante do Quadro de Detalhamento de Despesa deste município, referente à Lei nº 541/2025, para suplementar as dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários às modificações orçamentárias de que trata o artigo anterior são oriundos das anulações, de igual importância, das dotações discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 01 de julho de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**457.000,00**
02 .003 SEC. MUN DE ADM. PLAN. LIC, CONTRATOS E COMPRAS					**55.000,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**55.000,00**
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	15.000,00
02 .005 SEC. MUN. DE FINANCAS, TRIBUT E ARREC.					**3.000,00**

	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO				**3.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**15.000,00**
	2010 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**10.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
	2011 BENEFICIOS EVENTUAIS DA LOAS				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**104.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**10.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	10.000,00
	2028 PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				**24.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	24.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**70.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003130	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003120	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	20.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**165.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**150.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	120.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	30.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15430000	0001	5.000,00
	2035 MANUTENCAO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCACAO- QSE				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	10.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**10.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**10.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**100.000,00**
	2042 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTUR				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	80.000,00
02 .012 Sec. Mun. de Cultura, Turismo e Desenvolv. Econom					**5.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO e DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**5.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**457.000,00**
02 .003 SEC. MUN DE ADM. PLAN. LIC, CONTRATOS E COMPRAS					**55.000,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**55.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
02 .005 SEC. MUN. DE FINANCAS, TRIBUT E ARREC.					**3.000,00**
	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO				**3.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.000,00
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**15.000,00**
	2010 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2011 BENEFICIOS EVENTUAIS DA LOAS				**5.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**104.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
	2028 PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				**24.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	24.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**70.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	70.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**165.000,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**150.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	70.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	80.000,00
	2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15430000	0001	5.000,00
	2035 MANUTENCAO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCACAO- QSE				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	10.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**10.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**100.000,00**
	2042 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTUR				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	100.000,00
02 .012 Sec. Mun. de Cultura, Turismo e Desenvolv. Econom					**5.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO e DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:D3475502

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 020/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 020/2026, DE 03 de agosto de 2026

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, conforme autorização expressa no art. 35 da Lei n.º 525/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),
DECRETA

Art. 1º - Ficam autorizadas as modificações orçamentárias no montante total de R$ 536.500,00 (quinhentos e trinta e seis mil e quinhentos reais) constante do Quadro de Detalhamento de Despesa deste município, referente à Lei nº 541/2025, para suplementar as dotações orçamentárias especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários às modificações orçamentárias de que trata o artigo anterior são oriundos das anulações, de igual importância, das dotações discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 03 de agosto de 2026

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**536.500,00**
02 .005 SEC. MUN. DE FINANCAS, TRIBUT E ARREC.					**5.000,00**
	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**56.300,00**
	2010 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**56.300,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	6.300,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**192.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**27.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001002	0001	27.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**80.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16003120	0001	60.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	20.000,00
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	30.000,00
	2094 PROGRAMA FARMACIA BASICA				**55.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16003130	0001	30.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16003130	0001	25.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**34.700,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**34.700,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	30.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001001	0001	4.700,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**165.500,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**165.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	165.500,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**67.500,00**
	2042 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTUR				**67.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	50.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	7.500,00
02 .012 Sec. Mun. de Cultura, Turismo e Desenvolv. Econom					**8.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO e DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**7.500,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**7.500,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
Anexo II (Redução)					**536.500,00**
02 .005 SEC. MUN. DE FINANCAS, TRIBUT E ARREC.					**5.000,00**
	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
02 .006 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**56.300,00**
	2010 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				**56.300,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.300,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**192.000,00**
	2025 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE SAUDE				**27.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	17.000,00
	2029 ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - APS				**80.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	20.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	30.000,00
	2084 MANUTENCAO DO BLOCO MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR				**30.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	25.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	5.000,00
	2094 PROGRAMA FARMACIA BASICA				**55.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	55.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO					**34.700,00**
	2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**34.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	4.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	30.000,00
02 .009 SEC.MUNIC.DE TRANSPORTES OBRAS E SERV.URBANOS					**165.500,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES,OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**165.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	105.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17050000	0001	23.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	27.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00

		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	3.000,00
02 .011 SEC MUL DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE					**67.500,00**
	2042 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTUR				**67.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	57.500,00
02 .012 Sec. Mun. de Cultura, Turismo e Desenvolv. Econom					**8.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO e DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer					**7.500,00**
	2134 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**7.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.500,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:9CFB86F9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 021/2026

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 21, DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 150.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Timbaúba dos Batistas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e no art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 541, de 26 de dezembro de 2025 c/c art. 51º, § 1º, Inciso I, da Lei Municipal nº 525, de 16 julho de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fontes de recursos para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, na forma da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, prevista no Art. 43, § 1.º inciso II, na forma a seguir discriminada:

I - O excesso de arrecadação até o limite do mesmo apurado com base no saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, na fonte de recursos 15000000 (Recursos não Vinculados de Impostos) no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbaúba dos Batistas/RN, 03 de agosto de 2026.

IVANILDO ARAUJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**150.000,00**
02 .003 SEC. MUN DE ADM. PLAN. LIC, CONTRATOS E COMPRAS					**150.000,00**
	2005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**150.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	150.000,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:518A899C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 23 , DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
01612376/0001-10 Exercício:2026
DECRETO Nº 23 , DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, no uso da atribuição que lhe confere o art.35, da Lei nº 260 de 25/07/2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2026.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº260, de 25 de JULHO de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 03 de AGOSTO de 2026

_____

ANEXO	
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 01 00 GABINETE DO PREFEITO	
Ficha: 24 04.122.0007.2002.0000 ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Ficha: 71 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	167.000,00
3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS	
Ficha: 74 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 80 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	50.000,00
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 83 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
Ficha: 85 04.122.0007.2009.0000 ADMINISTRAÇÃO	30.000,00
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
Ficha: 92 04.122.0007.2011.0000 ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Ficha: 118 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	40.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 121 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	15.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 122 20.605.0013.2040.0000 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	10.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 13 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Ficha: 185 23.695.0065.2045.0000 TURISMO	5.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 218 12.361.0042.2047.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	80.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 247 12.361.0042.2048.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	90.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 248 12.361.0042.2048.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	30.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 258 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	40.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 262 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	100.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 276 12.361.0042.2052.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	35.000,00
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 332 12.365.0041.2082.0000 ENSINO INFANTIL	200.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 921 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	140.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 922 12.361.0042.2049.0000 ENSINO FUNDAMENTAL	10.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Ficha: 449 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	75.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 456 15.451.0058.2058.0000 URBANISMO	13.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
Ficha: 465 15.451.0058.2059.0000 URBANISMO	108.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 17 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
Ficha: 479 26.782.0059.1024.0000 TRANSPORTE	25.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 495 26.782.0059.2061.0000 TRANSPORTE	3.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha: 589 10.122.0075.2014.0000 SAÚDE	50.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 590 10.122.0075.2014.0000 SAÚDE	100.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 597 10.122.0075.2014.0000 SAÚDE	20.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
Ficha: 613 10.301.0070.2013.0000 SAÚDE BUCAL	9.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 655 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	900,00
ACRÉSCIMOS	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
Ficha: 670 10.301.0075.2018.0000 SAÚDE	40.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	

Ficha: 714 10.302.0075.2019.0000 SAÚDE	30.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 726 10.302.0075.2074.0000 SAÚDE	8.000,00
3.3.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
Ficha: 731 10.303.0075.2016.0000 SAÚDE	7.000,00
3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
Ficha: 754 10.305.0075.2021.0000 SAÚDE	10.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 757 10.305.0075.2021.0000 SAÚDE	2.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 926 10.301.0075.2017.0000 SAÚDE	55.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 23 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Ficha: 816 08.244.0080.2030.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	20.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 828 08.244.0080.2031.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	10.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 851 08.244.0080.2075.0000 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	10.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.707.900,00
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 03 00 GABINETE DO VICE-PREFEITO	
Ficha: 39 04.122.0007.2003.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
Ficha: 41 04.122.0007.2003.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 44 04.122.0007.2003.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 45 04.122.0007.2003.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Ficha: 66 04.122.0007.1031.0000ADMINISTRAÇÃO	-10.000,00
4.5.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
Ficha: 69 04.122.0007.2009.0000ADMINISTRAÇÃO	-35.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 12 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Ficha: 117 20.605.0013.2040.0000ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-3.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
Ficha: 131 20.605.0013.2041.0000ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-5.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 135 20.606.0013.1011.0000ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 136 20.606.0013.1011.0000ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-20.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 105 18.544.0016.1010.0000ABASTECIMENTO	-4.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 13 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 13 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
Ficha: 156 04.695.0065.1014.0000TURISMO	-50.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 163 04.695.0065.2043.0000TURISMO	-5.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 164 04.695.0065.2043.0000TURISMO	-5.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
Ficha: 165 04.695.0065.2043.0000TURISMO	-5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 174 23.695.0065.2045.0000TURISMO	-128.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 14 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Ficha: 195 12.361.0042.1015.0000ENSINO FUNDAMENTAL	-20.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 261 12.361.0042.2049.0000ENSINO FUNDAMENTAL	-740.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 16 00 SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
Ficha: 413 15.451.0058.1017.0000URBANISMO	-50.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 17 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
Ficha: 483 26.782.0059.1024.0000TRANSPORTE	-50.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 486 26.782.0059.1025.0000TRANSPORTE	-5.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
Ficha: 489 26.782.0059.2061.0000TRANSPORTE	-23.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 17 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
Ficha: 490 26.782.0059.2061.0000TRANSPORTE	-20.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	

02 19 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	
Ficha: 550 04.121.0007.2067.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL	
Ficha: 551 04.121.0007.2067.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 553 04.121.0007.2067.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Ficha: 554 04.121.0007.2067.0000ADMINISTRAÇÃO	-2.000,00
3.3.90.48.00 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 21 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO	
Ficha: 575 04.122.0007.2069.0000ADMINISTRAÇÃO	-40.000,00
3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS	
Ficha: 587 04.122.0007.2069.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 588 04.122.0007.2069.0000ADMINISTRAÇÃO	-5.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha: 611 10.301.0070.2013.0000SAÚDE BUCAL	-300,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Ficha: 923 10.301.0070.2013.0000SAÚDE BUCAL	-65.000,00
3.3.90.30.99 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	
Ficha: 596 10.122.0075.2014.0000SAÚDE	-62.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
REDUÇÕES	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 22 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Ficha: 633 10.301.0075.1008.0000SAÚDE	-90.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 644 10.301.0075.1028.0000SAÚDE	-69.600,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
Ficha: 730 10.303.0075.2016.0000SAÚDE	-16.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	
Ficha: 737 10.303.0075.2016.0000SAÚDE	-72.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO	
02 23 00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Ficha: 776 08.122.0080.2033.0000ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	-35.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 784 08.122.0080.2033.0000ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	-23.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
TOTAL DAS ANULAÇÕES	-1.707.900,00

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:F7F36320

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 24 , DE 03 DE AGOSTO DE 2026

PREF. MUNIC. DE TRIUNFO POTIGUAR
R ANTONIO BALBINO
01612376/0001-10
Exercício: 2026

DECRETO Nº 24 , DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2026, respeitados os limites impostos pela Lei nº de 30/12/1899

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº de 30 de DEZEMBRO de 1899 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2026.

DECRETA:
Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº , de 30 de DEZEMBRO de 1899, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2026, nos termos do Anexo a este Decreto.
Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº , de 30 de DEZEMBRO de 1899) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.
Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 03 de AGOSTO de 2026

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA
Prefeito Municipal

ANEXO		
LOCAL: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
02 PODER EXECUTIVO		
Programa: 0007 ADMINISTRAÇÃO		
ACRÉSCIMOS		

Ficha Funcional		D/C Valor
Categoria		
70 04.122.0007.2009.0000	0007	6.242,20
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
LOCAL: 14 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
02 PODER EXECUTIVO		
Programa: 0041 ENSINO INFANTIL		
ACRÉSCIMOS		
Ficha Funcional		D/C Valor
Categoria		
315 12.365.0041.2056.0000	0041	121.443,36
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
LOCAL: 18 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
02 PODER EXECUTIVO		
Programa: 0050 DESPORTO DE LAZER		
ACRÉSCIMOS		
Ficha Funcional		D/C Valor
Categoria		
523 27.812.0050.2065.0000	0050	5.000,00
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		132.685,56
LOCAL: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
02 PODER EXECUTIVO		
Programa: 0007 ADMINISTRAÇÃO		
REDUÇÕES		
Ficha Funcional		D/C Valor
Categoria		
68 04.122.0007.2009.0000	0007	-6.242,20
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
LOCAL: 14 SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
02 PODER EXECUTIVO		
Programa: 0041 ENSINO INFANTIL		
REDUÇÕES		
Ficha Funcional		D/C Valor
Categoria		
308 12.365.0041.2056.0000	0041	-121.443,36
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
LOCAL: 18 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
02 PODER EXECUTIVO		
Programa: 0050 DESPORTO DE LAZER		
REDUÇÕES		
Ficha Funcional		D/C Valor
Categoria		
528 27.812.0050.2065.0000	0050	-5.000,00
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
TOTAL DAS ANULAÇÕES		-132.685,56

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:3B7D98A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria e emissão de pareceres técnicos, visando apoiar a execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Ciclo 2) no Município de Upanema/RN.

DO(S) ATOS PRELIMINARES

Em atendimento às disposições contidas no §3° do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133/2021, foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) aviso de dispensa de licitação aberto de 01/10/2026 a 06/10/2026, onde o Município manifestava o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta.

DA ABERTURA DA SESSÃO

No dia **06 de outubro de 2026,** a partir das 12h08min, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Upanema/RN, sito a Rua João Francisco, nº 90, Centro, Upanema, o Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio designados por meio da PORTARIA Nº 038/2026, que ao final subscreve, inicia os trabalhos **para a análise de propostas e documentos de habilitação apresentado pelo participante na Dispensa de Licitação nº 056/2026,** referente à Contratação Direta acima especificada, fundamentada no art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.
Declarada a abertura dos trabalhos pelo Agente de Contratação, foi verificada a apresentação de 01 (uma) proposta, recebida via e-mails: fabio_oabsantos@hotmail.com, no dia 06 de outubro de 2026, às 11h25min TEMPESTIVAMENTE dentro do prazo para o envio das propostas, aberto no período de 01/10/2026 até às 12h00min do dia 06/10/2026.

DA(S) PROPOSTA(S) RECEBIDAS TEMPESTIVAMENTE

EMPRESA - JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 50.370.103/0001-11, apresentou proposta no valor global de **R$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).**

DA(S) PROPOSTA(S) RECEBIDAS INTEMPESTIVAMENTE

REGISTRE-SE que não constam nos autos recebimento de propostas intempestivas.

DA ANÁLISE DA(S) PROPOSTA(S)

O Agente de Contratação auxiliado por sua Equipe de Apoio, procedeu com a análise minuciosa concernente a proposta de preços apresentada pela empresa **JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 50.370.103/0001-11**.
Por conseguinte e após minuciosa análise da proposta apresentada pela **JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 50.370.103/0001-11,** constamos o seguinte:
A empresa **supracitada** apresentou a proposta de **MENOR VALOR**, no montante global de **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**, conforme tabela de apuração constante nos autos do processo.
Após a análise da proposta apresentada, verificou-se que esta atende às condições e especificações estabelecidas para a contratação, mantendo-se os valores originalmente ofertados, não tendo sido identificada necessidade de alteração, correção ou complementação da proposta de preços.
Dessa forma, considerando o menor valor ofertado, bem como a conformidade da proposta com as especificações do objeto pretendido, o Agente de Contratação **CLASSIFICA EM PRIMEIRO LUGAR** a empresa **JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no **CNPJ nº 50.370.103/0001-11**, pelo valor global de **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**.
POR CONSEGUINTE, considerando que a empresa classificada em primeiro lugar não havia encaminhado, juntamente com a proposta, todos os documentos necessários à comprovação do atendimento aos requisitos habilitatórios previstos no **Item 6 – Instrução aos Interessados** do instrumento convocatório, o Agente de Contratação procedeu à realização de diligência para fins de complementação da instrução processual e verificação da habilitação da proponente.
DA ANÁLISE DA DILIGÊNCIA

CONSIDERANDOo **DESPACHO DE DILIGÊNCIA** emitido em **06 de outubro de 2026** e devidamente remetido à empresa **JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no **CNPJ nº 50.370.103/0001-11**, conforme documentação constante nos autos do processo;
CONSIDERANDOque, por meio da referida diligência, foi solicitado à empresa o **ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS PARA COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS**, devidamente previstos no **ITEM 6 – INSTRUÇÃO AOS INTERESSADOS** do instrumento convocatório;
CONSIDERANDOque a diligência estabeleceu o prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da data e hora do envio da solicitação, para o atendimento da providência requerida;
Decorrido o prazo concedido para cumprimento da diligência, o Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio, constatou que a empresa **JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no **CNPJ nº 50.370.103/0001-11**, **ATENDEU TEMPESTIVAMENTE À SOLICITAÇÃO**, encaminhando os documentos de habilitação requeridos.
Compulsando a documentação encaminhada, verificou-se que os documentos apresentados foram submetidos à análise quanto ao atendimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório, não sendo constatada, após a devida conferência, irregularidade capaz de impedir o prosseguimento da empresa no procedimento.
Registra-se, ainda, que a diligência realizada **NÃO TEVE POR OBJETO A ALTERAÇÃO, CORREÇÃO, MAJORAÇÃO OU REDUÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**, permanecendo integralmente mantido o valor global inicialmente ofertado de **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**.
A realização da diligência encontra respaldo no **art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade, celeridade, interesse público e formalismo moderado, tendo por finalidade assegurar a adequada instrução do procedimento e a verificação do efetivo atendimento às condições de habilitação estabelecidas.
Diante da conformidade da documentação apresentada e restando demonstrado o atendimento às exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório, o Agente de Contratação **CONSIDERA REGULARMENTE ATENDIDA A DILIGÊNCIA** realizada, prosseguindo-se para a análise e registro da habilitação da proponente.

DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APRESENTADOS

O Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio, procedeu com a análise minuciosa concernente aos documentos de habilitação apresentados pela empresa **JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 50.370.103/0001-11**.
Após criteriosa verificação dos documentos encaminhados em atendimento à diligência, constatou-se que a documentação apresentada atende às exigências de habilitação estabelecidas no **Item 6 – Instrução aos Interessados** do instrumento convocatório, não tendo sido identificados, no âmbito da análise realizada, óbices ao prosseguimento da contratação.
Foram verificadas as condições exigidas para a habilitação da proponente, considerando-se a documentação apresentada nos autos, bem como as informações e certidões pertinentes à comprovação de sua regularidade e aptidão para contratar com a Administração Pública.
Registra-se que a documentação foi apresentada **tempestivamente**, dentro do prazo estabelecido no Despacho de Diligência, não havendo, portanto, qualquer circunstância relacionada à intempestividade que prejudique sua apreciação.
Diante do exposto, não constatando óbices nos documentos de habilitação apresentados pela empresa **JOSE FABIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 50.370.103/0001-11**, e considerando o atendimento integral das exigências pertinentes, o Agente de Contratação **DECLARA A EMPRESA HABILITADA**, na forma a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
01	0040186 - Assessoria, consultoria e emissão de pareceres técnicos para a execução da Política Nacional Aldir Blanc - (PNAB Ciclo 2) no Município de Upanema/RN.	Und	01	R$6.500,00	R$6.500,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO (R$)					**R$6.500,00**

DISPOSIÇÕES FINAIS E ENCERRAMENTO(S)

Diante do exposto, o Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio, **DECLARA** que nada mais havendo a ser tratado, encerra a sessão e lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, é assinada pelos presentes.
Upanema/RN, 07 de outubro de 2026.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Agente de Contratação
Portaria nº 038/2026

JUSSARA COSTA DA SILVA BEZERRA
Equipe de Apoio
Portaria nº 038/2026

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:D0D7B0A1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Prefeitura Municipal de Venha-Ver
Rua José Bernardo de Aquino, 53, Centro, Venha-Ver/RN
CNPJ: 01.612.380/0001-88

AVISO DE COTAÇÃO- SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais do Município de Venha Ver (RN).
O município de Venha-Ver, situado no Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em participar de processo administrativo, visando a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação dos serviços abaixo especificado:

Lote/Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
00/001	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM COMPRESSOR DE AR	UND	20.00	R$ 340,00	R$ 6.800,00
00/002	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	UND	20.00	R$ 150,00	R$ 3.000,00
00/003	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM CANETA DE MICRO MOTOR	UND	20.00	R$ 150,00	R$ 3.000,00
00/004	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM CANETA DE CONTRA ÂNGULO	UND	20.00	R$ 150,00	R$ 3.000,00
00/005	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM AMALGAMADOR	UND	10.00	R$ 190,00	R$ 1.900,00
00/006	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM FOTOPOLIMERIZADOR	UND	10.00	R$ 149,00	R$ 1.490,00
00/007	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM SELADORA	UND	10.00	R$ 145,08	R$ 1.450,80
00/008	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM AUTOCLAVE DE MESA DE 21 LITROS	UND	16.00	R$ 445,00	R$ 7.120,00
00/009	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM CADEIRA ODONTOLÓGICA	UND	20.00	R$ 278,00	R$ 5.560,00
00/010	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM APARELHO DE RAIO-X ODONTOLÓGICO	UND	5.00	R$ 995,00	R$ 4.975,00
00/011	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM DETECTOR FETAL	UND	15.00	R$ 190,00	R$ 2.850,00
00/012	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM APARELHO DE PRESSÃO	UND	15.00	R$ 24,00	R$ 360,00
00/013	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ESTETOSCÓPIOS	UND	15.00	R$ 25,00	R$ 375,00
00/014	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM NEBULIZADOR	UND	10.00	R$ 120,00	R$ 1.200,00
00/015	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL WELMY	UND	10.00	R$ 150,00	R$ 1.500,00
00/016	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM SONAR	UND	3.00	R$ 180,00	R$ 540,00
00/017	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM AGITADOR DE KLINE BENFER	UND	3.00	R$ 100,00	R$ 300,00
00/018	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM CONTADOR DE CÉLULAS SANGUÍNEAS KACIL	UND	3.00	R$ 150,00	R$ 450,00
00/019	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM HOMOGENIZADOR SANGUÍNEO	UND	3.00	R$ 150,00	R$ 450,00
00/020	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM MÚLTIPLO MARCADOR DE TEMPO	UND	3.00	R$ 190,00	R$ 570,00
00/021	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM MICROSCÓPIO BINOCULAR	UND	4.00	R$ 250,00	R$ 1.000,00
00/022	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM DESTILADOR DE ÁGUA	UND	5.00	R$ 150,00	R$ 750,00
00/023	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM BANHO-MARIA	UND	3.00	R$ 150,00	R$ 450,00
00/024	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM LARINGOSCÓPIOS	UND	10.00	R$ 150,00	R$ 1.500,00
00/025	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM OTOSCÓPIOS	UND	10.00	R$ 95,00	R$ 950,00
00/026	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM BIOPLUS BIO	UND	5.00	R$ 950,00	R$ 4.750,00
00/027	SERVIÇO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM GLICOSÍMETRO	UND	10.00	R$ 20,00	R$ 200,00
VALOR GLOBAL					**R$ 56.490,80**

Valor global do preço de referência **R$ 56.490,80** (Cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa reais e oitenta centavos).
Os interessados deverão encaminhar Proposta de Preços em conformidade com as especificações acima para o e-mail planejamentovenhaverrn@gmail.com/planejamento@venhaver.rn.gov.br até o dia 13 de outubro de 2026 às 23h59min ou apresentação de envelope com proposta no setor de protocolo no endereço: Rua José Bernardo de Aquino nº 53 - Centro – Venha Ver (RN), dentro do prazo acima previsto. O termo de referência encontra-se disponível na íntegra no site: https://venhaver.rn.gov.br/.
A proposta de preços deverá conter as seguintes informações: razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, Cidade/UF, telefone e e-mail válidos para contato, nome, CPF e cargo do responsável pela informação.
Em caso de divergência do valor unitário e valor global apresentado na proposta, será considerado o cálculo a partir do valor unitário.

Venha-Ver (RN), 06 de outubro de 2026.

VANDYGNA EMILIANA CHAVES DA SILVA
Apoio Administrativo

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:871A97BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

"Ratifica os termos do ato declaratório de dispensa de licitação. "

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VENHA-VER/RN**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o que dispõe o artigo 75, da Lei n° 14.133/21, conforme Termo de Referência, resolve:

RATIFICAR a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 01, de 04 de janeiro de 2022, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa: 52.277.917 DAMIAO SOARES DE SOUSA, CNPJ: 52.277.917/0001-31, objetivando Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de decoração temática, com fornecimento de materiais, estrutura, montagem, manutenção e desmontagem, destinados à ambientação dos eventos comemorativos, culturais, cívicos e religiosos promovidos pela Prefeitura Municipal de Venha-Ver (RN).

1603 - 52.277.917 DAMIAO SOARES DE SOUSA, CNPJ: 52.277.917/0001-31

Item	Material/Serviço	Unid. med	Qtd.	Valor uni (R$)	Valor total (R$)
1	9137 - Serviço de ornamentação e decoração de espaços para eventos e ações institucionais, incluindo ruas, praças, palcos, ambientes internos, mesas, oficinas, reuniões, eventos escolares, culturais, esportivos e comemorativos, com montagem, instalação, manutenção e desmontagem dos elementos decorativos necessários.	M²	2.700	22,50	60.750,00
VALOR TOTAL					**60.750,00**

RATIFICO, em consonância com Parágrafo Único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Despacho do Ilmo. Sr. Agente de Contratação.

Venha-Ver/RN, aos 07 de outubro de 2026.

CLEITOM JACOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:A64015F5



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 074/2026 – SMG.

Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 074/2026 – SMG.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para reforço de dotações consignadas no Orçamento Geral do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 8º, Inciso III, da Lei Orçamentária Anual nº 516, de 09 de dezembro de 2025 (LOA 2026)
CONSIDERANDO que a evolução da receita e a tendência do seu crescimento para o fechamento do exercício, conforme demonstrado no Anexo II a este Ato e, que encontram amparo no inciso II do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64;
CONSIDERANDO que, a suplementação, ora realizada, é necessária para a continuidade dos serviços públicos que é um dos princípios estabelecidos no Direito Administrativo para os entes públicos, universalmente aceito e abrigado na doutrina pátria;
CONSIDERANDO os princípios da responsabilidade e da finalidade que impõe ao gestor as providências necessárias para que a sociedade não sofra pela falta de providências para as suas demandas;
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, do corrente exercício no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) proveniente do Excesso de Arrecadação, destinados a atender as dotações especificadas abaixo:

UNID. ORÇAMENTÁRIA:	02.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
FUNÇÃO:	04 ADMINISTRAÇÃO	
SUBFUNÇÃO:	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
PROGRAMA:	0002 GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	
PROJETO/ATIVIDADE:	2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
NATUREZA DA DESPESA:		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00
	TOTAL:	**R$ 100.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	03.101 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS	
FUNÇÃO:	04 ADMINISTRAÇÃO	
SUBFUNÇÃO:	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
PROGRAMA:	0002 GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	
PROJETO/ATIVIDADE:	2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. ADMINISTRAÇÃO	
NATUREZA DA DESPESA:		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00
	TOTAL:	**R$ 100.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	04.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
FUNÇÃO:	04 ADMINISTRAÇÃO	
SUBFUNÇÃO:	123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
PROGRAMA:	0002 GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	
PROJETO/ATIVIDADE:	2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
NATUREZA DA DESPESA:		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00
	TOTAL:	**R$ 100.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	

UNID. ORÇAMENTÁRIA:	05.101 - SECRETARIA MUNIC. DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
FUNÇÃO:	20 AGRICULTURA	
SUBFUNÇÃO:	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
PROGRAMA:	0002 GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	
PROJETO/ATIVIDADE:	2006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
NATUREZA DA DESPESA:		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00
	TOTAL:	**R$ 100.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	06.101 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
FUNÇÃO:	12 EDUCAÇÃO	
SUBFUNÇÃO:	361 ENSINO FUNDAMENTAL	
PROGRAMA:	0014 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA O FUTURO	
PROJETO/ATIVIDADE:	2113 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
NATUREZA DA DESPESA:		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 400.000,00
	TOTAL:	**R$ 450.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	07.101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
FUNÇÃO:	15 URBANISMO	
SUBFUNÇÃO:	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
PROGRAMA:	0002 GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	
PROJETO/ATIVIDADE:	2012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO	
NATUREZA DA DESPESA:		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00
	TOTAL:	**R$ 100.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	08.701 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
FUNÇÃO:	10 SAÚDE	
SUBFUNÇÃO:	301 ATENÇÃO BÁSICA	
PROGRAMA:	0002 GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	
PROJETO/ATIVIDADE:	2013 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
NATUREZA DA DESPESA:		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 300.000,00
	TOTAL:	**R$ 350.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	13.102 - REC. SOB. SUP. DA SEC. MUN. PLANEJ. E FINANÇAS	
FUNÇÃO:	28 ENCARGOS ESPECIAIS	
SUBFUNÇÃO:	843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	
PROGRAMA:	0035 OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	
PROJETO/ATIVIDADE:	0705 - SERVIÇO DA DÍVIDA MUNICIPAL INTERNA	
NATUREZA DA DESPESA:		
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R$ 50.000,00
	TOTAL:	**R$ 50.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	13.102 - REC. SOB. SUP. DA SEC. MUN. PLANEJ. E FINANÇAS	
FUNÇÃO:	28 ENCARGOS ESPECIAIS	
SUBFUNÇÃO:	846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
PROGRAMA:	0035 OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	
PROJETO/ATIVIDADE:	0708 - PAGAMENTO DA DIVIDA PACTUADA COM REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO	
NATUREZA DA DESPESA:		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 50.000,00
	TOTAL:	**R$ 50.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
UNID. ORÇAMENTÁRIA:	13.102 - REC. SOB. SUP. DA SEC. MUN. PLANEJ. E FINANÇAS	
FUNÇÃO:	28 ENCARGOS ESPECIAIS	
SUBFUNÇÃO:	846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	

PROGRAMA:	0035 OPERAÇÕES ESPECIAIS: ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	
PROJETO/ATIVIDADE:	0702 - PAGAMENTO DE DÍVIDA PACTUADA COM INSS, FGTS E OUTROS	
NATUREZA DA DESPESA:		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	R$ 100.000,00
	TOTAL:	**R$ 100.000,00**
FONTE DE RECURSOS:	15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo 1º, serão utilizados recursos, conforme Art. 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64, demonstrado no Anexo
II- Metodologia de Cálculo do Excesso de Arrecadação.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus/RN, 05 de outubro de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE BOM JESUS — Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
ANEXO II - Metodologia e Cálculo do Excesso de Arrecadação - Prefeitura — Exercício: **2026** -
SETEMBRO/2026
Fonte de Recurso : 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Receitas	Previsão Inicial *	Valores Arrecadados												Total	Diferença *
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
1112500100 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	55.807,50	6.098,50	3.138,75	5.212,94	3.030,76	22.311,24	26.723,02	42.261,39	25.885,20	0,00	0,00	0,00	0,00	134.661,80	-78.854,30
1112500200 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	4.084,50	186,30	432,59	271,88	1.021,59	465,95	646,29	1.010,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.034,92	49,58
1112500300 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	39.896,25	1.463,01	7.089,93	4.776,85	7.314,79	4.907,49	7.137,19	5.134,16	933,32	0,00	0,00	0,00	0,00	38.756,74	1.139,51
1112530100 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	41.100,00	11.980,85	2.201,87	20.566,18	20.347,87	13.443,18	15.539,98	18.639,88	19.739,87	0,00	0,00	0,00	0,00	122.459,68	-81.359,68
1112530200 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00
1112530300 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.661,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.661,00	-1.586,00
1113031101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo - Principal	551.814,00	47.089,23	103.079,07	232.040,71	79.409,04	77.937,31	201.171,85	59.499,81	182.744,71	84.908,86	0,00	0,00	0,00	1.067.880,59	-516.066,59
1113031102 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Poder Legislativo - Principal	44.316,00	6.144,54	6.144,54	5.626,75	5.626,75	5.626,75	5.626,75	5.626,75	5.626,75	0,00	0,00	0,00	0,00	46.049,58	-1.733,58
1113034101 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos Poder Executivo - Principal	53.647,50	6.166,93	13.063,74	5.684,15	6.092,13	7.378,21	8.534,36	14.445,48	11.335,54	4.492,82	0,00	0,00	0,00	77.193,36	-23.545,86
1113034102 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos Poder Legislativo - Principal	0,00	195,93	196,89	190,67	188,73	202,77	195,58	189,54	197,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.557,73	-1.557,73
1114511100 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	259.866,75	25.800,08	29.500,32	32.848,30	29.351,25	28.845,72	41.277,22	81.246,02	29.296,38	35.667,16	0,00	0,00	0,00	333.832,45	-73.965,70
1114511200 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00
1114511300 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	75,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00
1121010101 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestadores de Serviço	45.334,50	4.842,68	6.392,31	3.867,30	16.482,17	1.305,11	1.379,15	4.871,54	696,05	0,00	0,00	0,00	0,00	39.836,31	5.498,19
1121010102 - Taxa de Licença para Execução de Obras e Habitação	7.500,00	832,72	1.170,44	3.062,16	2.161,01	401,48	1.286,22	875,86	833,99	0,00	0,00	0,00	0,00	10.623,88	-3.123,88
1121010103 - Taxa para o Exercício do Comércio Ambulante ou Eventual	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
1121010111 - Taxa de Feira Livre	33.672,00	3.838,00	2.853,00	2.076,00	0,00	6.811,00	2.963,00	0,00	3.663,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.204,00	11.468,00
1121010199 - Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	7.500,00	2.472,80	245,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.718,20	4.781,80
1121500100 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00
1122010101 - Taxa de Expediente e Serviços Diversos	2.250,00	11,30	883,92	883,92	0,00	1.252,22	515,62	0,00	441,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3.988,94	-1.738,94
1122010102 - Taxa de Cemitério	750,00	144,93	0,00	0,00	0,00	0,00	220,10	101,93	195,73	0,00	0,00	0,00	0,00	662,69	87,31
1122010103 - Taxa de Limpeza Pública	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00

1122010199 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	22.338,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	22.336,00
Fonte de Recurso : 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos															
Receitas	Previsão Inicial *	Valores Arrecadados												Total	Diferença *
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
1122530100 - Taxa pela Prestação de Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos - Principal	52.645,50	1.093,30	555,18	2.358,29	1.444,34	11.447,31	20.813,17	21.710,44	11.535,87	0,00	0,00	0,00	0,00	70.957,90	-18.312,40
1321011101 - Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Não Vinculados	18.893,25	806,90	1.188,59	451,83	400,87	343,19	450,52	590,87	399,81	0,00	0,00	0,00	0,00	4.632,58	14.260,67
1711511101 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	14.015.337,75	1.749.402,38	2.809.970,47	1.706.424,53	2.003.477,16	2.424.843,45	2.554.794,13	1.607.803,45	2.156.067,86	1.724.829,58	0,00	0,00	0,00	18.737.613,01	-4.722.275,26
1711511102 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Acréscimo FPM	45.632,25	11.753,09	18.872,94	6.611,37	13.456,19	16.286,26	17.159,06	10.798,67	14.481,05	11.584,67	0,00	0,00	0,00	121.003,30	-75.371,05
1711511109 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Dedução FUNDEB	-3.748.185,00	-449.988,25	-565.768,63	-342.607,15	-403.386,64	-488.225,90	-514.390,60	-323.720,39	-434.109,76	-347.282,82	0,00	0,00	0,00	-3.869.480,14	121.295,14
1711512101 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cotas Extraordinárias	833.218,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108.987,50	0,00	1.125.242,73	0,00	0,00	0,00	2.234.230,23	-1.401.011,73
1711512102 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Acréscimo FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.448,42	0,00	7.557,60	0,00	0,00	0,00	15.006,02	-15.006,02
1711520101 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	783,75	36,68	66,17	27,02	12,24	21,91	142,25	0,00	7,05	453,52	0,00	0,00	0,00	766,84	16,91
1711520109 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Dedução do FUNDEB	-334,50	-11,23	-13,23	-5,40	-2,44	-4,37	-28,45	0,00	-1,41	-90,70	0,00	0,00	0,00	-157,23	-177,27
1719580100 - Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020	4.192,50	530,96	530,96	530,96	530,96	530,96	530,96	530,96	530,96	0,00	0,00	0,00	0,00	4.247,68	-55,18
1719610109 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022 - Dedução do Fundeb	-15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15,00
1721500101 - Cota-Parte do ICMS	1.759.155,00	376.359,99	352.036,41	371.863,40	426.853,18	380.096,76	360.939,69	438.868,95	389.375,68	448.311,15	0,00	0,00	0,00	3.544.705,21	-1.785.550,21
1721500109 - Cota-Parte do ICMS - Dedução do FUNDEB	-561.075,75	-95.312,51	-70.407,27	-74.372,67	-85.370,61	-76.019,34	-72.187,92	-87.773,77	-77.875,12	-82.858,00	0,00	0,00	0,00	-722.177,21	161.101,46
1721510101 - Cota-Parte do IPVA	184.105,50	15.709,93	12.949,37	25.145,68	20.264,91	53.430,83	52.416,90	20.286,61	23.921,98	24.676,00	0,00	0,00	0,00	248.802,21	-64.696,71
1721510109 - Cota-Parte do IPVA - Dedução do FUNDEB	-50.141,25	-3.141,93	-2.589,83	-5.029,13	-4.052,98	-10.686,16	-10.483,38	-4.057,32	-4.784,39	-4.935,19	0,00	0,00	0,00	-49.760,31	-380,94
1721520101 - Cota-Parte do IPI - Municípios	3.257,25	983,88	1.551,55	1.535,89	1.351,10	1.623,63	2.168,26	1.962,82	2.113,55	1.720,61	0,00	0,00	0,00	15.011,29	-11.754,04
1721520109 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Dedução do FUNDEB	-1.374,75	-295,70	-310,30	-307,17	-270,21	-324,72	-433,64	-392,56	-422,70	-344,11	0,00	0,00	0,00	-3.101,11	1.726,36
1921990100 - Outras Indenizações - Principal	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00
1922990100 - Outras Restituições - Principal	38.679,00	17,71	2.687,47	24.941,52	2.703,29	9.301,57	2.100,00	6.569,86	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00	52.521,42	-13.842,42
Total	13.775.376,00	1.725.213,00	2.737.712,62	2.034.676,78	2.148.437,45	2.495.214,81	2.727.207,28	3.043.519,19	2.364.930,55	3.036.033,88	0,00	0,00	0,00	22.312.945,56	-8.537.569,56
Fonte de Recurso : 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos															
Receitas	Previsão Inicial *	Valores Arrecadados												Total	Diferença *
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		

* Média da Previsão Inicial baseado no mês de referência do relatório	
* Excesso de Arrecadação = valor negativo / Frustração de Receita = valor positivo	
1 - Receita Prevista Inicial :	13.775.376,00
2 - Receita Arrecadada até o período :	22.312.945,56
3 - Excesso Arrecadação no período (1 - 2) :	-8.537.569,56
4 - Frustração de Receita no período (1 - 2) :	0,00
5 - Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação :	1.073.650,56
6 - Disponibilidade para Créditos por Excesso de Arrecadação (3 - 5):	7.463.919,00

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:61F56C60